

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	6
Demonstração do Resultado	10
Demonstração do Resultado Abrangente	12
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	13

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	15
DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	16
DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	17
Demonstração de Valor Adicionado	18

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	20
Balanço Patrimonial Passivo	22
Demonstração do Resultado	23
Demonstração do Resultado Abrangente	25
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	26

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	29
DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	30
DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	31
Demonstração de Valor Adicionado	32

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	34
Notas Explicativas	88
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	381
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	383

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	385

Índice

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	394
Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	395
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	398
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	399

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.865.417.020
Preferenciais	0
Total	2.865.417.020
Em Tesouraria	
Ordinárias	79.886.296
Preferenciais	0
Total	79.886.296

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião de Diretoria	19/02/2018	Juros sobre Capital Próprio	12/03/2018	Ordinária		0,24261
Reunião de Diretoria	19/02/2018	Juros sobre Capital Próprio	29/03/2018	Ordinária		0,08171
Reunião de Diretoria	02/05/2018	Juros sobre Capital Próprio	30/05/2018	Ordinária		0,21395
Reunião de Diretoria	22/05/2018	Juros sobre Capital Próprio	29/06/2018	Ordinária		0,07720
Reunião de Diretoria	06/08/2018	Juros sobre Capital Próprio	31/08/2018	Ordinária		0,26966
Reunião de Diretoria	27/08/2018	Juros sobre Capital Próprio	28/09/2018	Ordinária		0,08549
Reunião de Diretoria	05/11/2018	Juros sobre Capital Próprio	30/11/2018	Ordinária		0,41689
Reunião de Diretoria	26/11/2018	Juros sobre Capital Próprio	28/12/2018	Ordinária		0,12567
Reunião de Diretoria	11/02/2019	Juros sobre Capital Próprio	07/03/2019	Ordinária		0,58552

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
1	Ativo Total	1.479.378.963	1.425.212.839	1.506.277.684
1.01	Ativo Circulante	827.643.785	760.229.569	795.973.628
1.01.01	Disponibilidades	12.485.157	12.349.179	11.836.019
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	420.833.315	378.669.368	414.656.085
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	386.052.749	347.503.717	371.436.572
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	34.780.566	31.165.651	43.219.513
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	17.917.941	12.381.484	11.330.533
1.01.03.01	Carteira Própria	15.642.691	8.990.223	8.537.289
1.01.03.02	Vinculados a Compromissos de Recompra	1.426.493	2.407.618	1.455.502
1.01.03.04	Vinculados à Prestação de Garantias	240.686	594.440	309.539
1.01.03.05	Instrumentos Financeiros Derivativos	608.071	389.203	1.028.203
1.01.04	Relações Interfinanceiras	64.762.041	74.516.282	68.026.103
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	591.555	4.069	3.513
1.01.04.02	Créd. Vin. Depósitos no Banco Central	59.115.355	69.081.139	63.451.094
1.01.04.03	Créd. Vin. Tesouro Nacional - Crédito Rural	38.533	16.252	54.959
1.01.04.04	Créd. Vin. Sistema Financeiro de Habitação	2.734.134	2.794.889	2.557.791
1.01.04.06	Correspondentes	2.282.464	2.619.933	1.958.746
1.01.05	Relações Interdependências	254.747	404.870	376.530
1.01.05.01	Transferências Internas de Recursos	254.747	404.870	376.530
1.01.06	Operações de Crédito	179.160.656	171.811.872	166.075.940
1.01.06.01	Setor Público	619.302	1.167.169	631.760
1.01.06.02	Setor Privado	190.819.865	184.257.540	177.724.547
1.01.06.03	Provisão para Operações de Crédito	-12.279.016	-13.613.002	-12.280.741
1.01.06.04	Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	505	165	374
1.01.08	Outros Créditos	131.397.488	109.662.618	123.304.236
1.01.08.01	Créditos por Avais e Fianças Honrados	362.737	601.739	494.543
1.01.08.02	Carteira de Câmbio	24.899.242	18.919.493	17.188.751
1.01.08.03	Rendas a Receber	6.845.012	5.232.105	4.155.635

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
1.01.08.04	Negociação e Intermediação de Valores	76.523	9.180	62.526
1.01.08.06	Diversos	101.908.634	86.979.437	103.330.671
1.01.08.08	Provisão para Outros Créditos	-2.694.660	-2.079.336	-1.927.890
1.01.09	Outros Valores e Bens	832.440	433.896	368.182
1.01.09.01	Bens Não de Uso Próprio e Materiais em Estoque	508.669	359.734	278.263
1.01.09.02	Provisão para Desvalorizações	-149.423	-150.533	-127.701
1.01.09.03	Despesas Antecipadas	473.194	224.695	217.620
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	611.134.408	624.182.687	668.656.421
1.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	67.065.969	58.735.190	57.290.568
1.02.01.01	Aplicações no Mercado Aberto	754.911	515.460	149.393
1.02.01.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	66.311.058	58.219.730	57.141.175
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	126.796.933	127.767.641	159.489.761
1.02.02.01	Carteira Própria	74.076.123	81.314.615	92.799.389
1.02.02.02	Vinculados a Compromissos de Recompra	49.425.307	45.333.535	63.466.289
1.02.02.04	Vinculados à Prestação de Garantias	3.220.404	977.258	2.824.737
1.02.02.05	Instrumentos Financeiros Derivativos	75.099	142.233	399.346
1.02.03	Relações Interfinanceiras	4.092.928	4.118.336	497.227
1.02.03.01	Créd. Vin. Tesouro Nacional - Crédito Rural	15.115	187	1.909
1.02.03.02	Repasse Interfinanceiros	632.383	650.962	495.306
1.02.03.03	Correspondentes	0	0	12
1.02.03.04	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	3.445.430	3.467.187	0
1.02.05	Operações de Crédito	358.039.270	359.010.070	385.328.907
1.02.05.01	Setor Público	73.885.366	73.840.771	73.166.461
1.02.05.02	Setor Privado	303.724.102	305.959.117	333.760.096
1.02.05.03	Provisão para Operações de Crédito	-19.974.761	-21.285.709	-22.209.363
1.02.05.04	Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	404.563	495.891	611.713
1.02.07	Outros Créditos	55.133.048	74.538.000	66.037.086
1.02.07.01	Rendas a Receber	31.315	33.848	29.922

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
1.02.07.02	Créditos Específicos	392.414	416.269	377.698
1.02.07.03	Provisão para Outros Créditos	-1.095.306	-710.158	-660.253
1.02.07.04	Carteira de Câmbio	10.497	0	282.794
1.02.07.05	Negociação e Intermediação de Valores	342.851	456.662	835.615
1.02.07.06	Diversos	55.451.277	74.341.379	65.171.310
1.02.08	Outros Valores e Bens	6.260	13.450	12.872
1.02.08.01	Despesas Antecipadas	6.260	13.450	12.872
1.03	Ativo Permanente	40.600.770	40.800.583	41.647.635
1.03.01	Investimentos	27.640.703	26.853.788	25.775.248
1.03.01.02	Participações em Controladas	22.684.160	22.192.165	21.399.113
1.03.01.02.01	No País	17.865.928	18.320.502	17.561.221
1.03.01.02.02	No Exterior	4.818.232	3.871.663	3.837.892
1.03.01.03	Participações em Coligadas e Equiparadas	4.787.790	4.503.502	4.252.120
1.03.01.04	Outros Investimentos	180.183	169.535	135.416
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-11.430	-11.414	-11.401
1.03.02	Imobilizado de Uso	7.345.994	7.167.922	7.313.029
1.03.02.01	Imóveis de Uso	8.003.787	7.600.666	7.598.208
1.03.02.02	Outras Imobilizações de Uso	9.167.878	9.854.563	9.654.903
1.03.02.03	Depreciação Acumulada	-9.825.671	-10.287.307	-9.940.082
1.03.04	Intangível	5.614.073	6.778.873	8.559.358
1.03.04.01	Ativos Intangíveis	14.182.237	18.834.250	19.394.101
1.03.04.02	Amortização Acumulada	-8.568.164	-12.055.377	-10.834.743

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
2	Passivo Total	1.479.378.963	1.425.212.839	1.506.277.684
2.01	Passivo Circulante	1.043.152.700	1.010.834.540	1.057.475.953
2.01.01	Depósitos	429.546.066	391.927.210	383.813.276
2.01.01.01	Depósitos à Vista	65.032.881	66.855.600	65.809.429
2.01.01.02	Depósitos de Poupança	174.854.743	160.289.875	151.763.344
2.01.01.03	Depósitos Interfinanceiros	31.253.981	22.120.240	19.416.185
2.01.01.04	Depósitos a Prazo	158.193.229	142.484.653	146.771.207
2.01.01.05	Outros Depósitos	211.232	176.842	53.111
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	406.673.764	375.787.621	366.493.039
2.01.02.01	Carteira Própria	37.390.736	34.165.072	45.949.587
2.01.02.02	Carteira de Terceiros	369.283.028	341.622.549	320.543.452
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	32.440.730	67.171.203	67.816.640
2.01.03.01	Recursos Letras Imobiliárias, Hipotecárias, Créd. e Sim.	29.256.810	58.716.935	62.623.394
2.01.03.02	Obrigações por TVM no Exterior	3.067.494	8.386.977	5.193.246
2.01.03.03	Certificados de operações estruturadas	116.426	67.291	0
2.01.04	Relações Interfinanceiras	1.638	1.149	1.075
2.01.04.01	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	1.638	1.149	1.075
2.01.05	Relações Interdependências	2.490.770	2.495.532	2.450.012
2.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	2.490.638	2.495.532	2.446.807
2.01.05.02	Transferências Internas de Recursos	132	0	3.205
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	20.017.744	18.756.112	19.694.260
2.01.06.01	Empréstimos no Exterior	20.017.744	18.756.112	19.694.260
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	38.148.219	44.419.231	39.463.212
2.01.07.01	Tesouro Nacional	4	0	0
2.01.07.02	BNDES	4.450.146	6.091.846	8.227.439
2.01.07.03	Caixa Econômica Federal	29.413.089	26.558.065	23.758.043
2.01.07.04	Finame	4.035.928	4.549.043	5.155.044
2.01.07.05	Outras Instituições	249.052	7.220.277	2.322.686

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
2.01.08	Obrigações por Repasse do Exterior	4.900.780	2.365.544	1.953.014
2.01.09	Outras Obrigações	108.932.989	107.910.938	175.791.425
2.01.09.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	4.511.853	11.762.124	59.687.362
2.01.09.02	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	419.272	485.784	406.752
2.01.09.03	Carteira de Câmbio	11.813.220	7.945.498	17.826.391
2.01.09.04	Sociais e Estatutárias	2.593.821	1.529.011	557.800
2.01.09.05	Fiscais e Previdenciárias	8.341.960	8.983.283	13.073.817
2.01.09.06	Negociação e Intermediação de Valores	43.203	87.038	163.646
2.01.09.07	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	9.855.261	9.339.505	9.055.620
2.01.09.08	Dívidas Subordinadas	9.440.497	9.168.341	4.160.250
2.01.09.09	Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	62.168	283.071	279.308
2.01.09.10	Diversas	61.851.734	58.327.283	70.580.479
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	343.794.027	326.422.393	372.142.112
2.02.01	Depósitos	41.864.916	43.451.605	50.583.513
2.02.01.01	Depósitos Interfinanceiros	1.996.160	1.552.342	2.430.412
2.02.01.02	Depósitos a Prazo	39.868.756	41.899.263	48.153.101
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	12.549.062	13.417.605	18.268.504
2.02.02.01	Carteira Própria	12.549.058	13.417.595	18.264.388
2.02.02.02	Carteira de Terceiros	4	10	4.116
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	89.027.550	63.493.062	94.392.020
2.02.03.01	Recursos de Letras Imob, Hip, de Crédito e Similares	72.348.342	50.941.594	82.047.387
2.02.03.02	Obrigações por TVM no Exterior	16.661.825	12.516.206	12.242.321
2.02.03.03	Certificados de operações estruturadas	17.383	35.262	102.312
2.02.06	Obrigações por Empréstimos	40.407.978	33.545.739	32.315.094
2.02.06.01	Empréstimos no Exterior	40.407.978	33.545.739	32.315.094
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	28.582.559	36.465.005	43.618.771
2.02.07.01	Tesouro Nacional	165.553	145.264	149.248
2.02.07.02	BNDES	17.314.665	20.844.346	23.859.417

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
2.02.07.04	Finame	11.102.341	15.225.552	19.610.106
2.02.07.05	Outras Instituições	0	249.843	0
2.02.08	Obrigações por Repasse do Exterior	26.379.939	25.602.579	26.063.986
2.02.09	Outras Obrigações	104.982.023	110.446.798	106.900.224
2.02.09.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	215.693	212.786	781.790
2.02.09.02	Carteira de Câmbio	2.455.717	1.605.681	5.322.077
2.02.09.03	Fiscais e Previdenciárias	465.310	820.185	392.985
2.02.09.04	Negociação e Intermediação de Valores	238.322	221.325	706.390
2.02.09.05	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	5.667.160	7.455.245	5.734.905
2.02.09.06	Operações Especiais	2.216	2.216	2.203
2.02.09.07	Dívidas Subordinadas	41.166.326	46.547.313	50.971.499
2.02.09.08	Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	4.270.116	5.355.323	5.247.283
2.02.09.09	Instrumentos de dívida elegíveis a capital	37.185.685	33.871.771	32.814.492
2.02.09.10	Diversas	13.315.478	14.354.953	4.926.600
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	442.690	425.127	441.450
2.05	Patrimônio Líquido	91.989.546	87.530.779	76.218.169
2.05.01	Capital Social Realizado	67.000.000	67.000.000	67.000.000
2.05.01.01	De Domiciliados no País	51.606.403	52.954.778	53.209.529
2.05.01.02	De Domiciliados no Exterior	15.393.597	14.045.222	13.790.471
2.05.02	Reservas de Capital	13.468	11.457	14.405
2.05.03	Reservas de Reavaliação	2.240	2.371	2.660
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	2.240	2.371	2.660
2.05.04	Reservas de Lucro	41.127.954	33.736.676	26.130.309
2.05.04.01	Legal	7.738.497	7.111.684	6.570.147
2.05.04.02	Estatutária	35.221.664	28.474.057	21.413.807
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	-1.832.207	-1.849.065	-1.853.645
2.05.04.07.01	Ações em Tesouraria	-1.832.207	-1.849.065	-1.853.645
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-16.154.116	-13.219.725	-16.929.205

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	-16.154.116	-13.219.725	-16.929.205

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	134.939.375	149.670.740	165.342.608
3.01.01	Operações de Crédito	83.730.111	88.608.658	97.381.766
3.01.03	Resultado de Operações com TVM	45.682.822	57.603.675	67.818.522
3.01.04	Resultado de IFD	-18.212	-3.247.207	-9.217.944
3.01.05	Resultado de Operações de Câmbio	2.177.151	888.536	1.680.832
3.01.06	Resultado das Aplicações Compulsórias	2.519.272	4.302.545	5.608.445
3.01.07	Operações de venda ou de Transferência de Ativos Fin	848.231	1.514.533	2.070.987
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-108.352.668	-121.791.917	-133.749.827
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-62.824.198	-84.422.639	-111.393.851
3.02.02	Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	-24.593.794	-11.944.819	6.055.455
3.02.05	Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	-20.616.059	-25.370.395	-28.335.869
3.02.06	Operações de venda ou de Transferência de Ativos Fin	-318.617	-54.064	-75.562
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	26.586.707	27.878.823	31.592.781
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-11.075.408	-14.547.675	-21.644.131
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	19.196.759	18.303.260	16.981.052
3.04.02	Despesas de Pessoal	-19.539.190	-19.181.455	-21.600.959
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-12.611.415	-14.310.656	-15.547.361
3.04.04	Despesas Tributárias	-3.756.815	-4.247.695	-4.546.925
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	9.913.984	8.387.830	9.133.454
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-13.613.995	-10.955.899	-10.228.165
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	9.335.264	7.456.940	4.164.773
3.05	Resultado Operacional	15.511.299	13.331.148	9.948.650
3.06	Resultado Não Operacional	124.498	-115.587	11.643
3.06.01	Receitas	309.955	88.982	172.656
3.06.02	Despesas	-185.457	-204.569	-161.013
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	15.635.797	13.215.561	9.960.293
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-182.421	-286.822	-4.086.418
3.08.01	Provisão para Imposto de Renda	104.104	-177.260	-2.182.541

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
3.08.02	Provisão para Contribuição Social	-286.525	-109.562	-1.903.877
3.09	IR Diferido	-1.171.191	-631.789	3.067.406
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-1.633.382	-1.415.852	-1.011.167
3.10.01	Participações	-1.633.382	-1.415.852	-1.011.167
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	12.648.803	10.881.098	7.930.114
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	4,54	3,91	2,84

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	12.648.803	10.881.098	7.930.114
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-2.934.391	3.709.480	113.466
4.02.01	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-4.084.421	6.194.401	-512.763
4.02.02	Efeitos Tributários dos Ajustes de Avaliação Patrimonial	1.150.030	-2.484.921	626.229
4.03	Resultado Abrangente do Período	9.714.412	14.590.578	8.043.580

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	17.123.467	-93.990.047	23.504.094
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	15.635.798	13.215.562	9.960.293
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-11.060.588	-130.546.536	-24.236.122
6.01.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-37.578.104	-25.242.235	-32.023.919
6.01.02.02	TVM para Negociação e IFD	-6.785.995	-48.595.134	8.543.865
6.01.02.03	Relações Interfinanceiras e Interdependências	-62.042	-996.802	-3.271.913
6.01.02.04	Operações de Crédito	-25.530.424	-4.099.006	32.714.559
6.01.02.06	Outros Créditos Líquidos dos Impostos Diferidos	-692.537	1.124.244	-6.073.067
6.01.02.07	Outros Valores e Bens	-172.576	-89.805	-50.604
6.01.02.08	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-220.452	-662.039	-4.904.242
6.01.02.09	Depósitos	36.032.167	982.026	-22.226.286
6.01.02.10	Captações no Mercado Aberto	30.017.600	4.443.683	42.975.970
6.01.02.11	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-9.195.985	-31.544.395	-22.719.260
6.01.02.12	Obrigações por Empréstimos e Repasses	-1.485.020	-1.712.588	-29.389.149
6.01.02.13	Outras Obrigações	-5.370.567	-18.508.117	14.838.909
6.01.02.14	Resultados de Exercícios Futuros	17.563	-16.323	-10.809
6.01.02.15	Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	9.965.784	-5.630.045	-2.640.176
6.01.03	Outros	12.548.257	23.340.927	37.779.923
6.01.03.01	Provisão p/ Crédito, Arrend. Mercantil e Outros Créditos	20.616.059	25.370.395	28.335.869
6.01.03.02	Depreciações e Amortizações	2.917.892	4.182.526	4.200.226
6.01.03.03	Result. na Avaliação do Valor Recuperável de Ativos	49.137	187	12.866
6.01.03.04	Resultado de Participação em Coligadas e Controladas	-9.335.264	-7.456.940	-4.164.773
6.01.03.05	Lucro/Prejuízo na Alienação de Valores e Bens	-218.500	-650	25.302
6.01.03.06	Lucro na Alienação de Invest./Participação Societária	0	0	-52.870
6.01.03.07	Ganho/Perda de Capital	122.742	120.831	73.438
6.01.03.08	Resultado da Conversão de Moeda Estrangeira	-1.231.971	-241.539	-1.490.031
6.01.03.09	Provisão p/ Desvalorização de Valores e Bens	-278	24.163	14.920
6.01.03.10	Amortização de Ágios em Investimentos	25.910	78.336	88.516

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.01.03.11	Provisão p/ Demandas Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	5.332.834	2.770.323	2.872.340
6.01.03.12	Atualização de Ativos e Passivos Atuariais	-1.293.414	49.715	-67.600
6.01.03.13	Ef. das Mud. das Taxas de Câmbio em Caixa e Equiv.	-3.793.767	-646.756	7.926.557
6.01.03.14	Variação Cambial em Movimentações de Intangíveis	-1.206	-46	5.062
6.01.03.15	Outros Ajustes	-641.917	-909.618	101
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	265.504	34.938.337	-13.316.906
6.02.01	TVM Disponíveis para Venda	146.011	-15.288.788	-1.034.559
6.02.02	TVM Mantidos até o Vencimento	-5.323.775	46.350.652	-11.995.442
6.02.03	Aquisição/Alienação de Imobilizado	-1.355.346	-963.382	-1.314.059
6.02.04	Aquisição/Alienação de Investimentos	1.355.463	711.441	-1.516.884
6.02.05	Dividendos Recebidos de Coligadas e Controladas	6.066.899	5.422.106	5.070.691
6.02.06	Aquisição de Intangíveis/Diferidos	-636.832	-1.293.692	-2.526.653
6.02.07	Caixa e Equivalentes Líquidos da Aquisição do BNC	13.084	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-8.130.138	-866.216	-6.513.709
6.03.01	Dívidas Subordinadas	-4.510.667	1.370.171	2.054.327
6.03.03	Aquisição/Alienação de Ações em Tesouraria	16.858	4.580	-157.283
6.03.05	Juros sobre o capital próprio pagos	-4.206.516	-2.623.783	-2.530.730
6.03.06	Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	1.409.641	382.816	-5.880.023
6.03.08	Caixa líquido pago pela participação no Banco Patagonia	-839.454	0	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	3.793.767	646.756	-7.926.557
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	13.052.600	-59.271.170	-4.253.078
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	43.010.799	102.281.969	106.535.047
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	56.063.399	43.010.799	102.281.969

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	67.000.000	11.457	2.371	33.736.676	0	-13.219.725	87.530.779
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	67.000.000	11.457	2.371	33.736.676	0	-13.219.725	87.530.779
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	12.648.803	0	12.648.803
5.05	Destinações	0	0	0	7.374.420	-12.536.242	0	-5.161.822
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-5.161.822	0	-5.161.822
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	7.374.420	-7.374.420	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-2.934.391	-2.934.391
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-733.283	-733.283
5.07.04	Ajustes de Planos de Benefícios	0	0	0	0	0	-1.642.830	-1.642.830
5.07.05	Variação cambial e hedge de investimentos no exterior	0	0	0	0	0	-518.829	-518.829
5.07.06	Hedge fluxo de caixa	0	0	0	0	0	-39.449	-39.449
5.11	Outras Transações de Capital	0	2.011	0	16.858	0	0	18.869
5.11.01	Transações com pagamentos baseado em ações	0	2.011	0	16.858	0	0	18.869
5.12	Outros	0	0	-131	0	-112.561	0	-112.692
5.12.01	Realiz. de Res. de Reaval. em Colig. e Controladas	0	0	-131	0	131	0	0
5.12.02	Dividendos/JCP prescritos	0	0	0	0	8.372	0	8.372
5.12.05	Adoção inicial, no BV , de novo critério contábil para reconhecimento da variação de cotas dos FIP.	0	0	0	0	-121.064	0	-121.064
5.13	Saldo Final	67.000.000	13.468	2.240	41.127.954	0	-16.154.116	91.989.546

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	67.000.000	14.405	2.660	26.130.309	0	-16.929.205	76.218.169
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	67.000.000	14.405	2.660	26.130.309	0	-16.929.205	76.218.169
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	10.881.098	0	10.881.098
5.05	Destinações	0	0	0	7.601.787	-10.830.740	0	-3.228.953
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-3.228.953	0	-3.228.953
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	7.601.787	-7.601.787	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	3.709.480	3.709.480
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	838.887	838.887
5.07.04	Ajustes de Planos de Benefícios	0	0	0	0	0	3.048.369	3.048.369
5.07.05	Variação cambial e hedge de investimentos no exterior	0	0	0	0	0	-177.776	-177.776
5.11	Outras Transações de Capital	0	-2.948	0	4.580	0	0	1.632
5.11.01	Transações com pagamento baseado em ações	0	-2.948	0	4.580	0	0	1.632
5.12	Outros	0	0	-289	0	-50.358	0	-50.647
5.12.01	Realiz. de Res. de Reaval. em Colig. e Controladas	0	0	-289	0	289	0	0
5.12.02	Dividendos/JCP Prescritos	0	0	0	0	7.628	0	7.628
5.12.05	Adoção inicial da Resolução CMN n.º 4.512/2016 no Banco Votorantim	0	0	0	0	-58.275	0	-58.275
5.13	Saldo Final	67.000.000	11.457	2.371	33.736.676	0	-13.219.725	87.530.779

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	60.000.000	13.308	2.730	27.700.003	0	-17.042.671	70.673.370
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	60.000.000	13.308	2.730	27.700.003	0	-17.042.671	70.673.370
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	7.930.114	0	7.930.114
5.05	Destinações	0	0	0	5.587.589	-7.942.196	0	-2.354.607
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-2.354.607	0	-2.354.607
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	5.587.589	-5.587.589	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	113.466	113.466
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	1.686.531	1.686.531
5.07.04	Ajustes de Planos de Benefícios	0	0	0	0	0	-1.573.065	-1.573.065
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	7.000.000	0	0	-7.000.000	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	-163.526	0	0	-163.526
5.11	Outras Transações de Capital	0	1.097	0	6.243	0	0	7.340
5.11.01	Transações com pagamento baseado em ações	0	1.097	0	6.243	0	0	7.340
5.12	Outros	0	0	-70	0	12.082	0	12.012
5.12.01	Realização de Reserva de Reavaliação em colig./Contr.	0	0	-70	0	70	0	0
5.12.02	Dividendos/JCP Prescritos	0	0	0	0	12.012	0	12.012
5.13	Saldo Final	67.000.000	14.405	2.660	26.130.309	0	-16.929.205	76.218.169

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
7.01	Receitas	129.235.473	139.050.879	152.311.611
7.01.01	Intermediação Financeira	134.939.375	149.670.740	165.342.608
7.01.02	Prestação de Serviços	19.196.759	18.303.260	16.981.052
7.01.03	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-20.616.059	-25.370.395	-28.335.869
7.01.04	Outras	-4.284.602	-3.552.726	-1.676.180
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-87.736.609	-96.421.522	-105.413.958
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-7.668.029	-7.949.677	-9.299.410
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-585.253	-580.519	-628.520
7.03.02	Serviços de Terceiros	-830.679	-826.614	-1.482.228
7.03.04	Outros	-6.252.097	-6.542.544	-7.188.662
7.03.04.01	Comunicações	-779.104	-929.980	-1.132.992
7.03.04.02	Processamento de Dados	-764.887	-658.267	-1.104.574
7.03.04.03	Transporte	-921.336	-1.047.309	-1.069.025
7.03.04.04	Serviços de Vigilância e Segurança	-1.140.938	-1.203.560	-1.203.474
7.03.04.05	Serviços do Sistema Financeiro	-661.724	-633.194	-657.740
7.03.04.06	Propaganda e Publicidade	-395.557	-374.874	-285.612
7.03.04.07	Manutenção e Conservação de Bens	-966.106	-1.029.425	-560.460
7.03.04.08	Outras	-622.445	-665.935	-1.174.785
7.04	Valor Adicionado Bruto	33.830.835	34.679.680	37.598.243
7.05	Retenções	-2.943.802	-4.260.862	-4.288.742
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.943.802	-4.260.862	-4.288.742
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	30.887.033	30.418.818	33.309.501
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	9.335.264	7.456.940	4.164.773
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	9.335.264	7.456.940	4.164.773
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	40.222.297	37.875.758	37.474.274
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	40.222.297	37.875.758	37.474.274
7.09.01	Pessoal	18.735.006	17.919.023	20.133.255
7.09.01.01	Remuneração Direta	11.819.288	11.371.826	13.910.760

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
7.09.01.02	Benefícios	3.069.386	3.031.793	2.820.177
7.09.01.03	F.G.T.S.	740.589	735.922	755.625
7.09.01.04	Outros	3.105.743	2.779.482	2.646.693
7.09.01.04.01	Participações no Lucro	1.633.382	1.415.853	1.011.167
7.09.01.04.02	Outros Encargos	1.472.361	1.363.629	1.635.526
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	7.547.995	7.591.461	8.044.809
7.09.02.01	Federais	6.483.587	6.592.054	7.110.423
7.09.02.02	Estaduais	1.042	1.002	941
7.09.02.03	Municipais	1.063.366	998.405	933.445
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.290.493	1.484.176	1.366.096
7.09.03.01	Aluguéis	1.290.493	1.484.176	1.366.096
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	12.648.803	10.881.098	7.930.114
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	5.161.822	3.228.953	2.354.607
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	7.486.981	7.652.145	5.575.507

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
1	Ativo Total	1.396.507.474	1.353.075.042	1.387.215.686
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	60.322.132	47.239.964	103.127.771
1.01.01	Caixa e Depósitos Bancários	13.601.194	13.471.112	12.798.204
1.01.02	Depósitos Interfinanceiros	24.543.232	22.121.240	32.037.173
1.01.03	Aplicações em Operações Compromissadas	22.177.706	11.647.612	58.281.504
1.01.04	Aplicações em Moeda Estrangeira	0	0	10.890
1.02	Ativos Financeiros	1.186.111.804	1.142.932.294	1.119.239.289
1.02.01	Ativos Financeiros Avaliados a Valor Justo através do Resultado	6.877.619	8.453.138	7.669.398
1.02.01.01	Títulos para Negociação	6.877.619	8.453.138	7.669.398
1.02.02	Ativos Financeiros Avaliados a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	119.753.019	120.214.877	104.669.675
1.02.02.01	Títulos e valores mobiliários	119.753.019	120.214.877	104.669.675
1.02.03	Ativos Financeiros Avaliados ao Custo Amortizado	1.059.481.166	1.014.264.279	1.006.900.216
1.02.03.01	Títulos e valores mobiliários líquidos	24.180.318	10.457.429	9.120.261
1.02.03.02	Empréstimos a Instituições financeiras líquidos	9.828.487	12.995.622	17.070.945
1.02.03.03	Aplicações em operações compromissadas líquidas	364.696.494	336.539.148	313.401.181
1.02.03.04	Empréstimos a clientes líquidos	601.660.512	585.190.941	603.856.735
1.02.03.05	Depósitos compulsórios em Bancos Centrais	59.115.355	69.081.139	63.451.094
1.03	Tributos Diferidos	38.274.117	39.480.459	42.173.087
1.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	38.274.117	39.480.459	42.173.087
1.04	Outros Ativos	79.591.800	87.809.002	86.675.882
1.04.01	Ativos Não Correntes a Venda	176.821	94.512	44.531
1.04.03	Outros	71.169.197	79.325.140	74.341.638
1.04.04	Ativos por impostos correntes	8.245.782	8.389.350	12.289.713
1.05	Investimentos	18.727.463	20.532.053	19.641.884
1.05.01	Participações em Coligadas	18.727.463	20.532.053	19.641.884
1.06	Imobilizado	7.685.094	7.466.150	7.614.059
1.06.01	Imobilizado de Uso	7.685.094	7.466.150	7.614.059
1.07	Intangível	5.795.064	7.615.120	8.743.714

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
1.07.01	Intangíveis	5.795.064	7.023.538	8.152.132
1.07.02	Goodwill	0	591.582	591.582

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
2	Passivo Total	1.396.507.474	1.353.075.042	1.387.215.686
2.02	Outros Passivos Financeiros ao Valor Justo no Resultado	809.301	789.887	2.234.846
2.03	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	1.201.107.729	1.164.950.712	1.189.577.620
2.03.01	Depósitos de Clientes	452.368.176	426.076.603	425.315.886
2.03.02	Valores a Pagar a Instituições Financeiras	34.073.439	24.649.124	21.276.934
2.03.03	Obrigações por Operações Compromissadas	402.901.202	376.242.695	374.634.032
2.03.04	Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e outras obrigações	311.764.912	337.982.290	368.350.768
2.04	Provisões	9.781.136	9.600.351	9.562.939
2.05	Passivos Fiscais	4.887.671	5.434.568	8.843.301
2.05.01	Passivos por Impostos Correntes	2.425.778	2.365.251	5.946.803
2.05.02	Passivos por Impostos Diferidos	2.461.893	3.069.317	2.896.498
2.06	Outros Passivos	75.381.666	71.061.096	86.920.287
2.06.01	Compromissos de empréstimos	489.888	202.547	442.301
2.06.02	Outros	74.891.778	70.858.549	86.477.986
2.08	Patrimônio Líquido Consolidado	104.539.971	101.238.428	90.076.693
2.08.01	Capital Social Realizado	75.100.000	75.100.000	75.100.000
2.08.01.01	Capital Social	67.000.000	67.000.000	67.000.000
2.08.01.02	Instrumento Elegível a Capital Principal	8.100.000	8.100.000	8.100.000
2.08.02	Reservas de Capital	3.407.717	3.754.270	3.752.637
2.08.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	5.241.148	5.604.313	5.607.386
2.08.02.05	Ações em Tesouraria	-1.833.431	-1.850.043	-1.854.749
2.08.04	Reservas de Lucros	42.612.582	35.280.691	27.646.569
2.08.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-2.745.459	-2.817.724	-2.513.647
2.08.08	Outros Resultados Abrangentes	-16.481.925	-13.960.404	-17.609.319
2.08.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	2.647.056	3.881.595	3.700.453

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	120.250.344	147.064.451	176.247.767
3.01.01	Receita de Juros	120.250.344	147.064.451	176.247.767
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-82.160.825	-115.724.699	-145.267.285
3.02.01	Despesas de Juros	-69.536.974	-92.860.332	-116.860.997
3.02.02	Despesa com Perdas em Empréstimos a Clientes	-12.462.801	-22.864.367	-28.420.155
3.02.03	Despesa com Perdas em Empréstimos a instituições financeiras	-12.523	0	13.867
3.02.04	Despesa com Perdas em títulos e valores mobiliários	-148.527	0	0
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	38.089.519	31.339.752	30.980.482
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-17.675.320	-15.409.291	-20.090.055
3.04.02	Despesas de Pessoal	-21.092.621	-20.560.025	-22.615.509
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-9.381.031	-9.282.288	-8.948.301
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	33.978.144	31.756.626	31.250.309
3.04.05.01	Receita Líquida de Tarifas e Comissões	21.981.863	20.943.445	19.444.242
3.04.05.02	Ganhos/(Perdas) Líquidos sobre Ativos/Passivos Financeiros ao VJR	650.202	-427.696	-1.969.220
3.04.05.03	Ganhos/(Perdas) Líquidos sobre Ativos Financeiros ao VJORA	405.452	471.874	128.063
3.04.05.04	Ganhos/(Perdas) Líquidos em Coligadas e Joint Ventures	3.538.318	3.750.978	3.959.882
3.04.05.05	Outras Receitas	9.380.209	7.232.317	7.017.388
3.04.05.06	Ganhos/(Perdas) em operação de câmbio e conversão moedas estrangeiras	-1.977.900	-214.292	2.669.954
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-21.179.812	-17.323.604	-19.776.554
3.04.06.01	Contribuições, taxas e Outros Impostos	-5.076.848	-5.482.208	-5.659.758
3.04.06.02	Amortização de Ativos Intangíveis	-1.856.261	-2.416.403	-2.607.135
3.04.06.03	Provisões	-5.437.673	-2.832.984	-3.011.849
3.04.06.04	Depreciação	-1.195.908	-1.162.822	-1.149.168
3.04.06.05	Outras Despesas	-7.613.122	-5.429.187	-7.348.644
3.05	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	20.414.199	15.930.461	10.890.427
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-5.328.098	-3.655.158	-2.230.850
3.06.01	Corrente	-3.304.217	-3.290.685	-6.635.568
3.06.02	Diferido	-2.023.881	-364.473	4.404.718

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
3.07	Resultado Líquido das Operações Continuadas	15.086.101	12.275.303	8.659.577
3.09	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	15.086.101	12.275.303	8.659.577
3.09.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	13.825.994	10.628.794	7.027.281
3.09.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1.260.107	1.646.509	1.632.296
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	4,96	3,82	2,52
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	4,96	3,82	2,52

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	15.086.101	12.275.303	8.659.577
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-2.840.686	3.527.751	-766.624
4.02.01	Ganhos/(Perdas) Líquidos Não Realizados sobre Ativos Financeiros ao VJORA	1.012.598	1.372.158	2.045.205
4.02.02	(Ganhos)/Perdas Líquidos Realizados sobre Ativos Financeiros ao VJORA	-405.452	-471.874	-128.063
4.02.03	Efeito Fiscal sobre Ativos Financeiros ao VJORA	-523.594	-196.791	-339.305
4.02.04	Ganhos/(Perdas) Sobre Ativos Financeiros Disponíveis p/ Venda - Coligadas / Joint Ventures	-585.176	203.131	205.355
4.02.05	Ganhos Não Realizados s/ Hedge de Investimentos Líq. Exterior - Coligadas / Joint Ventures	-92.619	-11.142	-16.947
4.02.06	Efeito Fiscal - Participação no Resultado Coligadas/Joint Ventures	286.194	-92.464	-90.884
4.02.07	Ganhos/(Perdas) em Remensurações de Planos de Benefícios Definidos	-2.737.684	5.091.650	-2.623.835
4.02.08	Efeito fiscal - Planos de Benefícios Definidos	1.094.854	-2.043.281	1.050.770
4.02.09	Ajuste de conversão de investimento no exterior	-889.807	-323.636	-868.920
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	12.245.415	15.803.054	7.892.953
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	11.303.531	14.277.709	6.580.179
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	941.884	1.525.345	1.312.774

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	28.442.399	-46.925.241	4.385.042
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	38.655.376	41.607.323	45.280.107
6.01.01.01	Lucro Líquido	15.086.101	12.275.303	8.659.577
6.01.01.02	Efeito da Mudança da Taxa de Câmbio no Caixa e Equivalentes de Caixa	-2.522.422	-36.146	9.361.703
6.01.01.03	Provisão para Perdas em Empréstimos a Clientes e Instituições Financeiras	17.379.881	27.049.679	31.951.777
6.01.01.05	Provisão para Desvalorização de Valores e Bens	30.263	-34.693	3.733
6.01.01.07	Outros	1.543.940	-282.585	-108.730
6.01.01.08	Provisões Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	5.437.673	2.832.984	3.011.849
6.01.01.09	Amortização de Ativos Intangíveis	1.856.261	2.416.403	2.607.135
6.01.01.10	Depreciação de Ativo Imobilizado	1.195.908	1.162.822	1.149.168
6.01.01.12	Impostos Diferidos	2.023.881	364.473	-4.404.718
6.01.01.13	Ganhos ou Perdas Líquidos na Alienação de Valores e Bens	-453.960	-201.265	-219.041
6.01.01.15	Ganhos ou Perdas Líquidos de Investimentos em Coligadas e Joint Ventures	-3.538.318	-3.750.978	-3.959.882
6.01.01.16	Ganhos ou Perdas Líquidos na Alienação de Investimentos em Coligadas e Joint Ventures	0	-311	2.347
6.01.01.17	Ganhos ou Perdas Líquidos em operações de câmbio e conversão e moedas estrangeiras	1.977.900	214.292	-2.669.954
6.01.01.18	Ganhos ou Perdas Líquidos na Alienação de Ativos Financeiros ao VJORA	-405.452	-471.874	-128.063
6.01.01.19	Imparidade em Ativos	337.134	19.504	90.806
6.01.01.20	Atualização de Ativo/Passivo Atuarial	-1.293.414	49.715	-67.600
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-10.212.977	-88.532.564	-40.895.065
6.01.02.03	Variação Líquida em Depósitos Compulsórios em Bancos Centrais	9.965.784	-5.630.045	-2.640.176
6.01.02.04	Variação Líquida em Empréstimos a Instituições Financeiras	3.154.612	4.086.213	2.943.197
6.01.02.05	Variação Líquida em Aplicações Compromissadas	-28.108.467	-23.202.996	-48.066.639
6.01.02.06	Variação Líquida em Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado	1.603.762	-1.741.384	1.799.283
6.01.02.07	Variação Líquida em Empréstimos a Clientes	-34.112.956	-8.492.992	37.993.472
6.01.02.09	Variação Líquida em Impostos Correntes	204.094	318.811	-480.932
6.01.02.10	Variação Líquida em Impostos Diferidos	-674.905	2.636.805	345.216
6.01.02.11	Variação Líquida em Depósitos de Clientes	26.291.573	760.717	2.379.101
6.01.02.12	Variação Líquida em Valores a Pagar a Instituições Financeiras	9.424.315	3.372.190	-20.538.911

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.01.02.13	Variação Líquida em Passivos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado	19.414	-1.080.504	-1.418.783
6.01.02.14	Variação Líquida em Obrigações por Operações Compromissadas	26.658.507	1.608.663	41.112.385
6.01.02.15	Variação Líquida em Outros Passivos de Curto Prazo	-18.866.509	-31.623.805	-46.586.588
6.01.02.16	Variação Líquida em ativos não correntes disponíveis para venda	3.022	0	0
6.01.02.18	Variação Líquida em Outros Ativos	-1.074.728	-9.568.687	-16.834.352
6.01.02.19	Variação Líquida em Outros Passivos	-4.700.495	-19.975.550	9.098.662
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-5.255.804	-6.381.485	6.578.879
6.02.01	Compra de Ativos Financeiros ao VJORA	-77.601.430	-65.392.379	-38.827.077
6.02.02	Vendas de Ativos Financeiros ao VJORA	87.544.993	61.367.698	51.825.031
6.02.03	Compra de Ativos Financeiros ao CA	-18.834.840	-3.021.096	-4.865.232
6.02.04	Resgate de Ativos Financeiros ao CA	673.772	188.414	0
6.02.05	Compra de Ativo Imobilizado	-1.619.350	-1.199.667	-1.501.536
6.02.06	Venda de Ativo Imobilizado	64.801	26.313	111.339
6.02.07	Aquisição de Ativos Intangíveis	-662.772	-1.309.115	-2.726.111
6.02.08	Alienação de Ativos Intangíveis	21.446	14.295	42.372
6.02.09	Compra de Investimentos em Coligadas	-20.248	-275.761	0
6.02.13	Caixa Líquido recebido na alienação da Mapfre SH2	2.252.575	0	0
6.02.16	Dividendos e Juros s/ Capital Próprio Recebidos	2.925.249	3.219.813	2.520.093
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-12.577.971	-2.671.366	-1.185.581
6.03.02	Captação de Passivos de Longo Prazo	5.003.972	6.228.583	7.878.581
6.03.03	Liquidação de Passivos de Longo Prazo	-12.354.841	-4.973.256	-4.819.711
6.03.04	Dividendos ou Juros sobre Capital Próprio Pagos	-4.206.516	-3.838.556	-3.974.799
6.03.07	Variação da Participação Societária em Coligadas e joint ventures	0	-10.713	-7.242
6.03.08	Criação de participação de acionistas não controladores	-498.762	0	0
6.03.09	Transações patrimoniais com proprietários	-365.421	0	0
6.03.10	Juros pagos sobre instrumento elegível a capital principal	-156.403	-77.424	-262.410
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	2.522.422	36.146	-9.361.703
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	13.131.046	-55.941.946	416.637

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	47.174.157	103.116.103	102.699.466
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	60.305.203	47.174.157	103.116.103

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	75.100.000	3.754.270	35.280.691	-2.817.724	-13.960.404	97.356.833	3.881.595	101.238.428
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-1.087.939	940	-1.086.999	-18.291	-1.105.290
5.02.01	Adoção inicial da IFRS 9	0	0	0	-1.087.939	940	-1.086.999	-18.291	-1.105.290
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	75.100.000	3.754.270	35.280.691	-3.905.663	-13.959.464	96.269.834	3.863.304	100.133.138
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-346.553	0	-5.309.850	0	-5.656.403	-2.181.798	-7.838.201
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-5.161.822	0	-5.161.822	-1.957.738	-7.119.560
5.04.08	Transação em pagamento baseado em ações	0	18.868	0	0	0	18.868	0	18.868
5.04.09	Outros	0	0	0	8.372	0	8.372	274.702	283.074
5.04.10	Juros sobre instrumento elegível a capital	0	0	0	-156.400	0	-156.400	0	-156.400
5.04.11	Transações patrimoniais com os sócios	0	-365.421	0	0	0	-365.421	0	-365.421
5.04.14	Variação de participação de acionistas não controladores	0	0	0	0	0	0	-498.762	-498.762
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	13.801.945	-2.522.461	11.279.484	965.550	12.245.034
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	13.825.994	0	13.825.994	1.260.107	15.086.101
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-24.049	-2.522.461	-2.546.510	-294.557	-2.841.067
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	0	0	-121.064	0	-121.064	0	-121.064
5.05.02.06	Ajustes de hiperinflação na Argentina	0	0	0	97.015	0	97.015	23.666	120.681
5.05.02.07	Ativos Financeiros ao VJORA Líquidos Impostos	0	0	0	0	-252.411	-252.411	1.186	-251.225
5.05.02.08	Superávit/(Déficit) em Planos de Benefícios Pós-Emprego	0	0	0	0	-1.642.830	-1.642.830	0	-1.642.830
5.05.02.09	Hedge de Investimento Líquido em Operações no Exterior	0	0	0	0	-56.822	-56.822	0	-56.822
5.05.02.10	Ajuste de Conversão de Instrumentos no Exterior	0	0	0	0	-570.398	-570.398	-319.409	-889.807
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	7.331.891	-7.331.891	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	7.331.891	-7.331.891	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	75.100.000	3.407.717	42.612.582	-2.745.459	-16.481.925	101.892.915	2.647.056	104.539.971

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	75.100.000	3.752.637	27.646.569	-2.513.647	-17.609.319	86.376.240	3.700.453	90.076.693
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	75.100.000	3.752.637	27.646.569	-2.513.647	-17.609.319	86.376.240	3.700.453	90.076.693
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.633	0	-3.298.749	0	-3.297.116	-1.344.203	-4.641.319
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-3.228.953	0	-3.228.953	-1.298.640	-4.527.593
5.04.09	Transações com pagamento baseado em ações	0	1.633	0	0	0	1.633	0	1.633
5.04.13	Outros	0	0	0	7.628	0	7.628	-45.563	-37.935
5.04.14	Juros sobre instrumento elegível a capital principal	0	0	0	-77.424	0	-77.424	0	-77.424
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	10.628.794	3.648.915	14.277.709	1.525.345	15.803.054
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	10.628.794	0	10.628.794	1.646.509	12.275.303
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	3.648.915	3.648.915	-121.164	3.527.751
5.05.02.06	Ativos Financeiros Disponíveis p/ Venda Líquidos Impostos	0	0	0	0	806.800	806.800	3.219	810.019
5.05.02.07	Superávit/(Déficit) em Planos de Benefícios Pós-Emprego	0	0	0	0	3.048.369	3.048.369	0	3.048.369
5.05.02.08	Hedge de Investimento Líquido em Operações no Exterior	0	0	0	0	-7.002	-7.002	0	-7.002
5.05.02.09	Ajuste de Conversão de Instrumentos no Exterior	0	0	0	0	-199.252	-199.252	-124.383	-323.635
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	7.634.122	-7.634.122	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	7.634.122	-7.634.122	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	75.100.000	3.754.270	35.280.691	-2.817.724	-13.960.404	97.356.833	3.881.595	101.238.428

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldo Iniciais	68.100.000	3.908.823	29.031.090	-1.320.444	-17.162.218	82.557.251	3.672.743	86.229.994
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Iniciais Ajustados	68.100.000	3.908.823	29.031.090	-1.320.444	-17.162.218	82.557.251	3.672.743	86.229.994
5.04	Transações de Capital com os Sócios	7.000.000	-156.186	-7.000.000	-2.605.005	0	-2.761.191	-1.285.064	-4.046.255
5.04.01	Aumentos de Capital	7.000.000	0	-7.000.000	0	0	0	0	0
5.04.09	Transações com pagamento baseado em ações	0	7.340	0	0	0	7.340	0	7.340
5.04.11	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-2.354.607	0	-2.354.607	-1.266.328	-3.620.935
5.04.12	Variação de Participação dos Não Controladores	0	0	0	0	0	0	-7.242	-7.242
5.04.13	Outros	0	-163.526	0	12.012	0	-151.514	-11.494	-163.008
5.04.14	Juros sobre instrumento elegível a capital principal	0	0	0	-262.410	0	-262.410	0	-262.410
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	7.027.281	-447.101	6.580.180	1.312.774	7.892.954
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	7.027.281	0	7.027.281	1.632.296	8.659.577
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-447.101	-447.101	-319.522	-766.623
5.05.02.06	Ativos Financeiros Disponíveis p/ Venda Líquidos Impostos	0	0	0	0	1.674.611	1.674.611	10.919	1.685.530
5.05.02.07	Superávit/(Déficit) em Planos de Benefícios Pós-Emprego	0	0	0	0	-1.573.065	-1.573.065	0	-1.573.065
5.05.02.08	Hedge de Investimento Líquido em Operações no Exterior	0	0	0	0	-10.168	-10.168	0	-10.168
5.05.02.09	Ajuste de Conversão de Instrumentos no Exterior	0	0	0	0	-538.479	-538.479	-330.441	-868.920
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	5.615.479	-5.615.479	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	5.615.479	-5.615.479	0	0	0	0
5.07	Saldo Finais	75.100.000	3.752.637	27.646.569	-2.513.647	-17.609.319	86.376.240	3.700.453	90.076.693

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
7.01	Receitas	138.080.387	147.092.263	167.864.013
7.01.01	Intermediação Financeira	121.305.998	139.807.792	166.209.692
7.01.02	Prestação de Serviços	29.398.240	30.148.838	30.060.609
7.01.03	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-12.623.851	-22.864.367	-28.406.288
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-69.536.974	-86.533.899	-106.124.895
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-21.086.906	-17.192.072	-21.327.127
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-7.132.698	-7.569.681	-7.933.330
7.03.02	Serviços de Terceiros	-889.344	-1.466.061	-1.302.182
7.03.04	Outros	-13.064.864	-8.156.330	-12.091.615
7.03.04.03	Atualizações de Obrigações Atuarias	-1.309.718	-1.410.216	-1.582.343
7.03.04.04	Prêmios Pagos a Clientes	-1.024.241	-1.066.531	-698.371
7.03.04.05	Atualização de Depósitos em Garantia	-695.333	-1.026.712	-1.365.510
7.03.04.06	Falhas em Serviços e Perdas Operacionais	-466.526	-294.300	-205.872
7.03.04.07	Despesas de Obrigações por operações vinculadas à cessão	-40.466	-54.015	-64.652
7.03.04.08	Outras	-9.528.580	-4.304.556	-8.174.867
7.04	Valor Adicionado Bruto	47.456.507	43.366.292	40.411.991
7.05	Retenções	-3.052.169	-3.579.225	-3.756.303
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.052.169	-3.579.225	-3.756.303
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	44.404.338	39.787.067	36.655.688
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.538.318	3.750.978	3.959.882
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	3.538.318	3.750.978	3.959.882
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	47.942.656	43.538.045	40.615.570
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	47.942.656	43.538.045	40.615.570
7.09.01	Pessoal	21.092.621	20.560.025	22.615.509
7.09.01.01	Remuneração Direta	13.194.289	12.642.960	14.811.819
7.09.01.02	Benefícios	4.003.182	3.960.040	3.727.941
7.09.01.03	F.G.T.S.	765.326	760.173	791.201
7.09.01.04	Outros	3.129.824	3.196.852	3.284.548

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
7.09.01.04.01	Outros encargos	3.129.824	3.196.852	3.284.548
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	10.404.946	9.137.366	7.890.608
7.09.02.01	Federais	8.740.861	7.571.170	6.483.368
7.09.02.02	Estaduais	1.042	1.002	941
7.09.02.03	Municipais	1.663.043	1.565.194	1.406.299
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.358.988	1.565.351	1.449.876
7.09.03.01	Aluguéis	1.358.988	1.565.351	1.449.876
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	15.086.101	12.275.303	8.659.577
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	5.161.822	3.228.953	2.354.607
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	8.664.172	7.399.841	4.672.674
7.09.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	1.260.107	1.646.509	1.632.296

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Índice dos Relatórios da Administração**

1. Relatório da Administração referente às demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pela *International Accounting Standard Board (IASB)*.
2. Relatório da Administração referente às demonstrações financeiras do Banco do Brasil S.A. para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

1. Relatório da Administração referente às demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pela *International Accounting Standard Board (IASB)*.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Senhoras e Senhores Acionistas

Agradecendo a dedicação e o empenho de nossos funcionários e colaboradores, bem como a confiança dos clientes e da sociedade, informamos que encerramos o ano de 2018 com lucro líquido de R\$ 15.086 milhões, aumento de R\$ 2.811 milhão, ou 22,9% se comparado a 2017.

O retorno sobre patrimônio líquido (RSPL) evoluiu para 12,2%, frente a 10,0% em 2017. Parte desse resultado foi alcançado pelo rígido controle de despesas administrativas, que cresceram 2,12% no ano, mesmo com a inflação (IPCA) de 3,75% e pela redução das despesas líquidas com provisão para perdas em empréstimos a clientes em R\$ 10.402 milhões (45,5% frente a 2017).

Nossas receitas líquidas de tarifas e comissões cresceram 5,0% em relação a 2017, o que demonstra o sucesso da evolução da nossa estratégia de relacionamento e assessoria especializada junto a clientes, principalmente com a utilização de novas tecnologias. A materialização desse resultado está na melhoria do nosso índice de capital, que atingiu 18,86% em dezembro de 2018, sendo 10,00% de capital principal.

Elegemos 2018 como o ano do “Relacionamento” e acreditamos que a transformação e a complexidade do ambiente de negócios irão se intensificar nos próximos anos. Por isso, o foco na melhoria da experiência dos consumidores e o investimento em inovação continuarão a ser os orientadores da nossa atuação.

Alcançamos, ao final de 2018, o número de 2,7 milhões de clientes nativos digitais, ou seja, aqueles que iniciaram o relacionamento conosco por meio digital, desde novembro de 2016. Esse resultado é fruto de nossos produtos e serviços e do avanço em nossas soluções digitais.

Estrutura

O Relatório da Administração está estruturado da seguinte forma:

A Estratégia Corporativa e nossos modelos de relacionamento serão abordados no capítulo 1. No Capítulo 2 será apresentada nossa estrutura de governança corporativa, bem como aprimoramento e destaques nesse tema ao longo de 2018. No capítulo 3 discutiremos o cenário econômico no Brasil e no mundo. Indicadores de mercado e destaques no atendimento aos nossos acionistas serão abordados no capítulo 4.

O capítulo 5 aborda os destaques e inovações no relacionamento e na melhoria da experiência dos nossos clientes. O capítulo 6 destaca a estrutura e realizações em gestão de pessoas e o capítulo 7 aborda o desempenho financeiro do ano. No capítulo 8 analisamos a evolução do modelo de atendimento, tanto presencial quanto digital.

A gestão de capital é abordada no capítulo 9 e no capítulo 10 destacamos outros negócios do conglomerado. O capítulo 11 discorre sobre os negócios sociais e desenvolvimento sustentável dos negócios e no capítulo 12 abordamos os temas de gestão de riscos, controle e segurança, com destaque para a estrutura de controles internos.

Para mais informações sobre o desempenho dos negócios, sugerimos a leitura do relatório Análise do Desempenho no sítio de Relações com Investidores (www.bb.com.br/ri).

1. Estratégia Corporativa

A economia mais conectada e competitiva influencia significativamente a indústria financeira e promove mudanças no comportamento de consumo. À medida que a complexidade do ambiente de negócios aumenta, maior é a necessidade de as organizações desenvolverem cultura de inovação que oriente o planejamento estratégico. Por conta do dinamismo do cenário e das necessidades de nossos clientes, mantivemos nossa Estratégia Corporativa atualizada e aderente aos desafios presentes em nosso ambiente de atuação.

Nossa Visão é “Ser a empresa que proporciona a melhor experiência para a vida das pessoas e promove o desenvolvimento da sociedade, de forma inovadora, eficiente e sustentável” e cinco perspectivas nos guiam nessa direção:

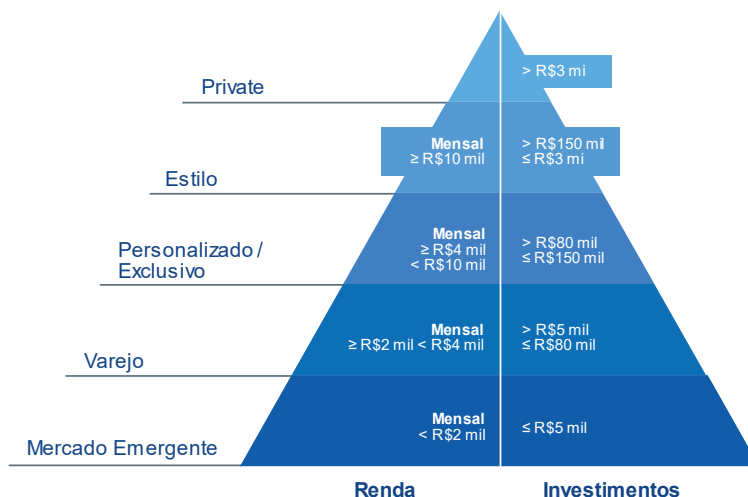
- a) **Financeira:** priorizamos a elevação da rentabilidade, o crescimento e a diversificação das receitas com prestação de serviços, a melhoria da eficiência operacional, a sustentabilidade do capital e a redução das perdas operacionais.

Banco do Brasil S.A. – Relatório da Administração – 2018

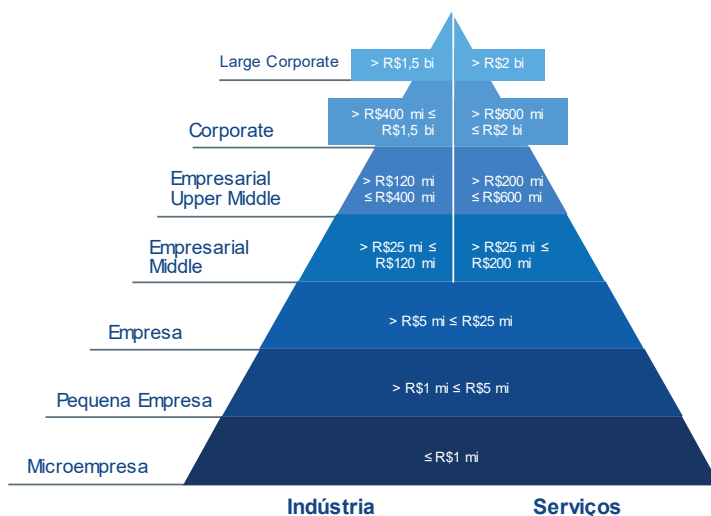
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- b) **Clientes:** temos por objetivo proporcionar experiências de valor e uma jornada que atenda às expectativas do cliente em todos os canais de relacionamento priorizando ações que favoreçam o aumento da satisfação, a retenção e a atração de clientes.
- c) **Processos:** mantivemos o foco na Transformação Digital e no aperfeiçoamento dos processos, produtos e canais, buscando torná-los mais simples, ágeis, inovadores, integrados e orientados à máxima eficiência e satisfação dos consumidores de nossos produtos e serviços.
- d) **Pessoas:** dedicamos foco ao desenvolvimento das competências estratégicas necessárias para fazer frente aos desafios que se apresentam para os próximos anos, notadamente: empreendedorismo, relacionamento com clientes, inovação, negócios digitais, liderança e eficiência. Além disso, continuaremos pautados pela meritocracia nos programas sucessórios, pelo reconhecimento de talentos e pela valorização da diversidade.
- e) **Sustentabilidade:** complementa e perpassa as demais perspectivas. Temos foco em aprimorar nosso desempenho sustentável, nas dimensões econômica, social e ambiental, dado que a geração de retornos sustentáveis no longo prazo pressupõe ir além das questões financeiras e dos riscos tradicionais.

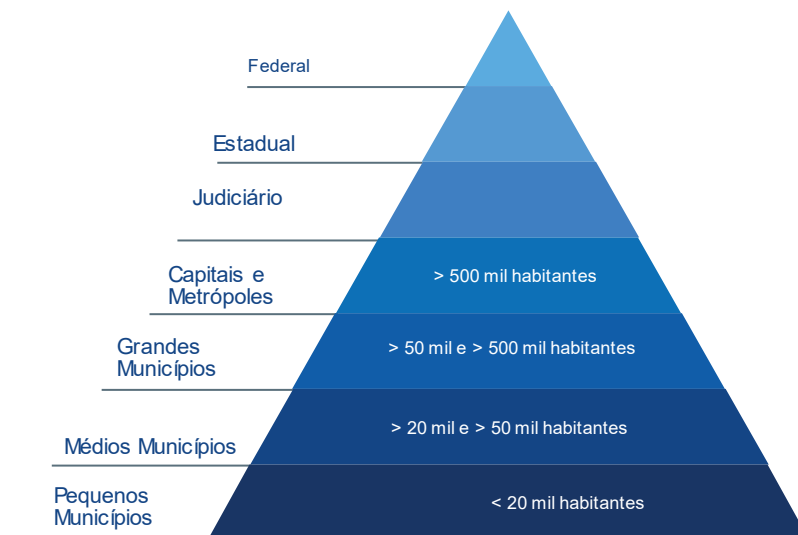
Os modelos de relacionamento e a segmentação de nossos clientes buscam aumentar a especialização no atendimento e, principalmente, manter uma proposta de valor adequada a cada perfil e necessidade dos clientes.

Figura 1. Segmentação Pessoa Física¹

1 – Não se aplica ao Produtor Rural

Figura 2. Segmentação Pessoa Jurídica¹

1 – Faturamento Bruto Anual

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Figura 3. Segmentação Setor Público**

A seguir, alguns reconhecimentos e eventos que foram destaques no ano:

1. Janeiro:

Durante o Fórum Econômico Mundial realizado em Davos, na Suíça, figuramos entre os 100 maiores líderes mundiais em sustentabilidade corporativa, segundo o *ranking* Global 100, da *Corporate Knights*. Ocupamos a 49ª colocação e somos o banco brasileiro com melhor posicionamento nesse ano, sendo esta a terceira vez que participamos do índice, resultado que representa um reconhecimento de importância internacional em se tratando de sustentabilidade empresarial corporativa.

Fomos eleitos como o segundo banco mais transparente do Brasil. O levantamento inédito, realizado pela Transparência Internacional, nos colocou na 13ª colocação no *ranking* geral, que contabilizou, além dos bancos, as 100 maiores empresas brasileiras em receita líquida. Nos destacamos pelo bom desempenho no quesito transparência em programas anticorrupção e transparência organizacional, com 92% e 75% de aprovação, respectivamente.

2. Fevereiro:

Fomos certificados como empresa *Top Employer* e somos o único banco brasileiro a receber o reconhecimento em 2018. A certificação é dada pela fundação de pesquisa independente holandesa, *Top Employers Institute*. O prêmio reconhece empregadores de todo o mundo, destacando os que desenvolvem talentos em todos os níveis da organização e que se esforçam para otimizar continuamente as políticas e práticas de gestão de pessoas.

Participamos, com a Febraban, da assinatura de convênio de cooperação técnica com a Polícia Federal para o combate a fraudes bancárias. Observadas as questões que regem o sigilo bancário, esse acordo permitirá o compartilhamento de informações e a troca de tecnologias para o combate a crimes eletrônicos.

Nosso diretor de tecnologia, Gustavo Fosse, foi reconhecido como executivo do ano pela IT Mídia com o case sobre transformação digital no Banco do Brasil.

3. Março:

Durante o 13º Congresso Brasileiro de Pregoeiros em Foz de Iguaçu, conquistamos dois prêmios pela gestão do portal Licitações-e. A solução foi reconhecida como o portal que oferece a “melhor interação com o fornecedor” e, também, o portal com “maior número de pregões realizados e concluídos dentro do ano de 2017”. Naquele ano, foram 37 mil processos licitatórios realizados e 240 mil lotes disputados em pregões eletrônicos.

Na premiação 100+Inovadoras no uso de TI – IT Mídia – figuramos na 23ª colocação entre as empresas mais inovadoras de todos os segmentos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**4. Abril:**

Lançamos, conjuntamente com diversas entidades e instituições financeiras, o acordo relativo à diferença de correção monetária de planos econômicos em caderneta de poupança. O acordo chega como uma alternativa mais rápida para quem entrou com ações judiciais.

5. Maio:

Ganhamos o Prêmio Tela Viva Móvel 2018. Os troféus vieram tanto na votação popular quanto na escolha do júri pelo desempenho do nosso *chatbot*, assistente virtual baseado em computação cognitiva e inteligência artificial.

Lançamos a Veloe, uma solução de mobilidade para pagamento automático em pedágios, estacionamentos e postos de gasolina. O novo serviço foi lançado pela Alelo seguindo a estratégia da marca de diversificação em meios eletrônicos de pagamento e buscando valorizar a experiência do cliente. O serviço é totalmente digital, baseado em uma conta virtual gerenciada por meio de aplicativo no celular.

Fomos convidados a integrar um Acordo de Cooperação com a Interpol que prevê a permanência de um funcionário no Centro de Inovação daquela Polícia Internacional em Singapura, para combate a crimes cibernéticos. Somos a primeira instituição financeira das américas a assinar esse tipo de convênio.

Comunicamos ao mercado, no dia 30, que o Fundo Fiscal de Investimentos e Estabilização (FFIE), cujo único cotista é o Fundo Soberano do Brasil (FSB) e cuja gestão é feita pela nossa subsidiária integral BB DTVM, concluiu, em 29.05.2018, o processo de alienação de nossas ações detidas pelo FFIE. Este movimento resultou que em dezembro/2018 o acionista controlador detinha 52,2% de participação.

6. Junho:

Fomos eleitos o banco que melhor se relaciona com seus clientes no *Facebook* e no *Twitter*. O reconhecimento é da *Socialbakers*, por meio do *ranking* Socially Devoted. O resultado é referente ao primeiro trimestre de 2018 e reflete o nosso trabalho realizado nas redes sociais.

Anunciamos parceria com a *Startup Farm*, a melhor e mais experiente aceleradora de startups da América Latina. O contrato prevê iniciativas como programas de aceleração, *workshops*, palestras e trabalho de mentoria tanto do *staff* da *Startup Farm* para as nossas ideias quanto de nossos executivos para os fundadores de *startups*.

Nosso vice-presidente de tecnologia, Gustavo do Vale, foi eleito o CIO do Ano no efinance, um dos eventos de tecnologia da informação mais valorizados pelo mercado bancário. No mesmo evento, tivemos 22 cases vencedores em 10 categorias de premiação.

Assinamos a maior contratação de livre energia no varejo brasileiro, com a empresa portuguesa EDP. A parceria prevê a disponibilização de cerca de 400 GWh para 24 dependências localizadas em 14 estados, em um contrato de cinco anos de duração. Além da economia de recursos financeiros, reafirmamos nosso compromisso com a sustentabilidade, dado que a energia adquirida será do tipo incentivada, originária de geradores de fontes renováveis, como eólica, solar e de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs).

Assinamos adesão formal aos padrões de conduta que fazem parte da campanha Livres & Iguais, de acordo com os princípios da Diversidade, criados pela Organização das Nações Unidas (ONU). Fomos a primeira grande instituição financeira do Brasil a fazê-lo, fato que fortalece o nosso compromisso com os Direitos Humanos e contribui para demonstrar a clientes, funcionários e acionistas o apoio a pessoas LGBTI (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e pessoas intersexo).

Lideramos o Índice Integrado de Governança e Gestão (IGG) do Tribunal de Contas da União (TCU). Alcançamos 91% no indicador, sendo seguidos pela BB Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (BBDTVM), nossa subsidiária, que alcançou indicador de 87%. No componente Gestão e Contratações, o índice foi de 96,7%. O TCU realiza levantamentos constantes para conhecer melhor a situação da governança no setor público e estimular as organizações públicas a adotarem boas práticas de gestão.

Lançamos o portal Mercado de Direitos Creditórios, no qual são divulgadas oportunidades de negócios com créditos ajuizados para cessão a terceiros não integrantes do Sistema Financeiro Nacional (SFN), cujos dados dos processos são de domínio público. Desde o lançamento, os

Banco do Brasil S.A. – Relatório da Administração – 2018

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

investidores já compraram cerca de R\$ 85,7 milhões em créditos ajuizados. O acesso às informações pode ser feito pelo site: www.bb.com.br > Confira todos os produtos e serviços > Mercado de Direitos Creditórios.

7. Julho:

Lançamos o Plano Safra 2018/2019, que prevê o desembolso de R\$ 103 bilhões. Se a meta for atingida, representará um aumento de 21% em relação à safra anterior. Do total disponível, R\$ 11,5 bilhões são destinados às empresas da cadeia do agronegócio, enquanto R\$ 91,5 bilhões são para crédito rural aos produtores e cooperativas. Destes, custeio e comercialização contam com R\$ 72,8 bilhões e R\$ 18,7 bilhões para investimento agropecuário.

Figuramos entre as duas melhores empresas para se trabalhar, sendo a primeira entre as instituições financeiras. O prêmio é publicado pela Forbes Brasil, com base no *ranking* de Melhores Empresas para Trabalhar no Brasil, elaborado pela Indeed.

Pela décima vez consecutiva, o nosso cartão Ourocard foi eleito o preferido pelos brasileiros. A pesquisa é realizada pela CardMonitor e Instituto Medida Certa.

Recebemos o Prêmio Broadcast Corretoras, promovido pela Agência Estado, como a melhor equipe de analistas de mercado. Fomos premiados por ter apresentado o maior retorno obtido com base nas recomendações de todos os analistas das instituições participantes. Na categoria individual, fomos premiados com três analistas entre os dez melhores profissionais do país.

Participamos do 1º Exercício Guardiã Cibernético Setor Finanças e Setor Energia Nuclear, no Forte Marechal Rondon, em Brasília. O evento foi um treinamento simulado de proteção a ataques cibernéticos que contou com a participação de militares das Forças Armadas e outros órgãos governamentais, além das instituições do setor bancário, nuclear e comunidade acadêmica.

8. Agosto:

Fomos listados, pelo terceiro ano consecutivo, no *FTSE4 Good Index Series*, índice da bolsa de valores de Londres que avalia e classifica as empresas com melhores práticas ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG, na sigla em inglês). O indicador é utilizado por investidores do mundo todo para identificar companhias que pratiquem esses valores e serve de referência para fundos de investimento sustentáveis.

Recebemos o prêmio *Learning & Performance* como melhor projeto cujas práticas compartilhadas elevam o nível de maturidade do Aprendizado e Desempenho no negócio. É a quarta vez que recebemos - via UniBB - o prêmio de educação corporativa.

Inauguramos o Laboratório de Experimentação Avançada em *Cyber* Segurança (LEACS). Entre seus principais objetivos, o LEACS busca a experimentação de novas técnicas para aperfeiçoar os mecanismos de defesa de sistemas e informações corporativas, realizando testes de códigos maliciosos em aplicações, análise avançada de *cyber* segurança, varredura de vulnerabilidades e criptografia.

A Convite do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o Banco do Brasil passou a integrar o Comitê Gestor da Rede Nacional de Compras Públicas, que promove a difusão de informações e experiências em prol do aprimoramento das compras públicas brasileiras.

9. Setembro:

Comunicamos que passamos a ser titulares e reconhecer em nosso resultado a participação 80,3894% do Banco Patagonia (Argentina), após exercício de opção de venda por parte de três acionistas minoritários.

O vice-presidente de Gestão Financeira e Relações com Investidores, Bernardo Rothe, foi ranqueado entre os três melhores *Chief Financial Officer* (CFO) da América Latina para o setor financeiro/bancos. A premiação, baseada em pesquisa realizada junto a analistas de mercado e investidores institucionais, é conferida pela *Institutional Investors*, entidade renomada especializada em notícias, pesquisa e inteligência para o mercado de capitais e investimentos.

10. Outubro:

Anunciamos o início de nossa estratégia de apoio aos *e-Sports* (campeonatos de jogos eletrônicos), como forma de apoiar as estratégias de transformação digital e rejuvenescimento da

Banco do Brasil S.A. – Relatório da Administração – 2018

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

base de clientes. As ações do Banco tiveram início com o patrocínio ao maior evento do setor na América Latina, a Brasil Game Show (BGS), em São Paulo.

Fomos eleitos o melhor banco do país, de acordo com o guia Época Negócios 360°. Além de ter sido considerada a melhor empresa na Dimensão Pessoas, ficamos também em primeiro lugar, no setor Bancos, nas Dimensões Governança Corporativa e Visão de Futuro.

Realizamos a MPE Week. Em comemoração ao dia da MPE, o evento promoveu sete dias de ações para reconhecer a importância do pequeno empreendedor e apoiar suas atividades. Além de workshops, nossos clientes contaram com vantagens exclusivas do Banco, coligadas e outros parceiros. O resultado foi de 1.099 novos contratos Alelo, 2.476 novas afiliações Cielo e 4.426 máquinas Stelo comercializadas, entre outros negócios realizados.

Assinamos, em parceria com uma das maiores empresas do setor elétrico no mundo, contrato para a construção de usina para captação de energia por meio da luz do Sol. Com 15 mil painéis fotovoltaicos, a usina abastecerá 58 agências em Minas gerais e gerará 11 GWh/ano.

11. Novembro:

Recebemos reconhecimento duplo com o Prêmio Atendimento Ouro da Abrarec (Associação Brasileira das Relações Empresa Cliente). A Abrarec é uma associação voltada para criar e divulgar a cultura do bom relacionamento entre empresas e clientes. Fomos reconhecidos em duas categorias: “Atendimento nas redes sociais digitais” e “Atendimento diferenciado que evitou uma ação judicial”.

Finalizamos a reestruturação operacional e societária da parceria mantida entre BB Seguros Participações S.A. (“BB Seguros”) e MAPFRE Brasil Participações S.A. (“MAPFRE”). O foco agora será o aproveitamento do grande potencial do canal bancário para os segmentos que já contam com produtos da BB Seguros como, por exemplo, vida, residencial, habitacional, empresarial e agronegócio. Os seguros de automóveis e grandes riscos continuam a ser comercializados, mas, a partir de agora, sem a participação societária nesses negócios.

Fomos selecionados pelo 14º ano consecutivo para compor a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (ISE) para 2019. Estamos listados desde o ano de lançamento do índice, em 2005.

Fomos premiados pelo Guia Exame de Sustentabilidade 2018 por nossas práticas e programas que visam a redução do consumo de água em todas as suas dependências, e, também, incentivo à gestão de recursos hídricos pelos clientes e a sociedade.

12. Dezembro:

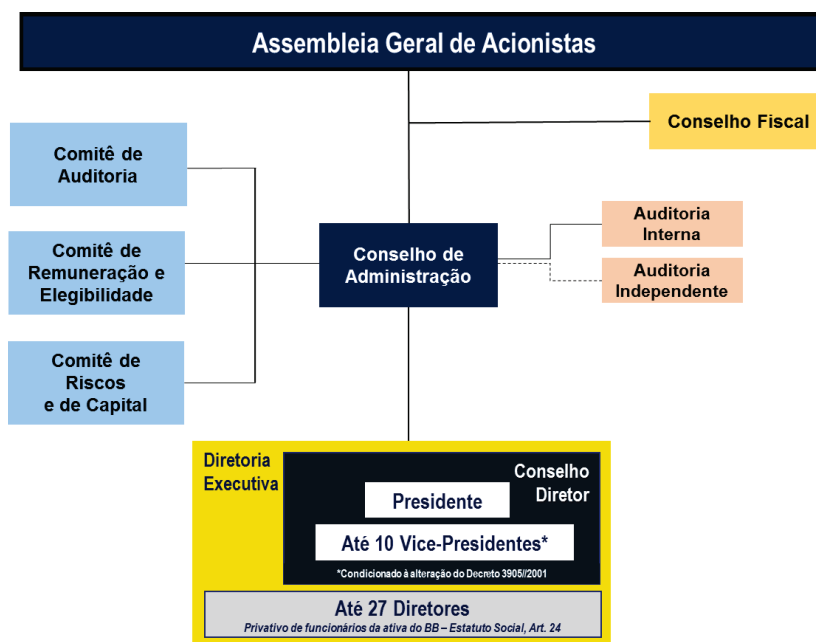
Recebemos o título de “Banco do ano” durante a cerimônia de entrega do prêmio Relatório Bancário 2018, em São Paulo. Além de ser o destaque geral entre as empresas do segmento, faturamos outros três prêmios em categorias específicas. A BBTS também teve um case vencedor e garantiu a quarta conquista para o Conglomerado. Considerado um dos principais reconhecimentos do setor financeiro, o prêmio Relatório Bancário enaltece ações que promovem a transformação digital e o aprimoramento da experiência do usuário.

Recebemos o Prêmio *Marketing* Contemporâneo, criado com o objetivo de destacar grandes estratégias das empresas que melhor entendem o nosso tempo e que sabem se adaptar aos novos modelos colaborativos e participativos. O BB recebeu a premiação na categoria Responsabilidade Social e Sustentabilidade, com a campanha “A Cultura Transforma Tudo”.

Fomos eleitos, pela revista Exame, como o melhor gestor de fundos renda fixa. O prêmio identifica os gestores que melhor capturaram as oportunidades e se destacaram na gestão dos fundos nos últimos 12 meses, na posição de setembro. Para isso, foram avaliados cerca de mil fundos de investimento segundo critérios de risco e retorno.

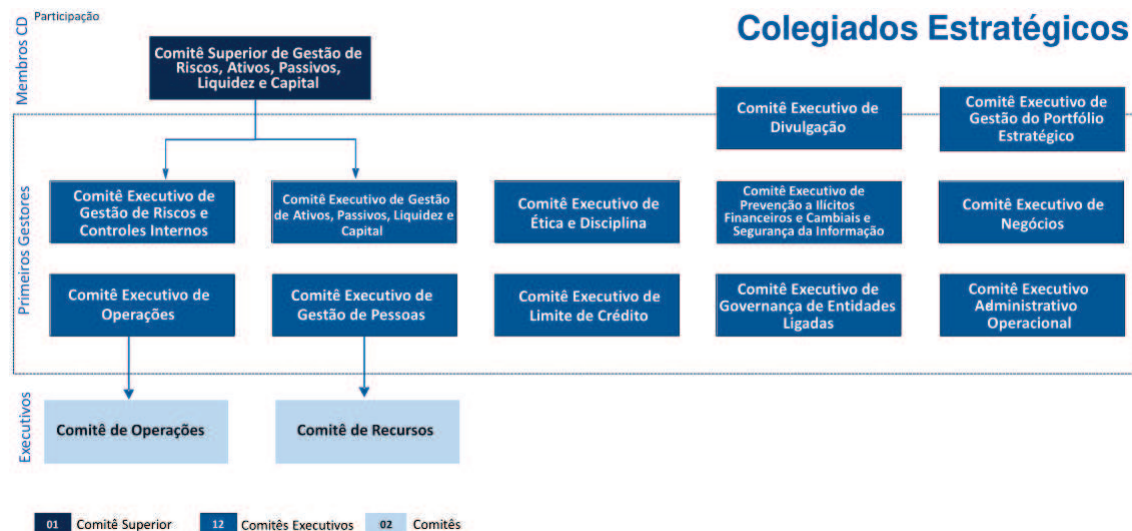
2. Governança Corporativa

Nossa estrutura de governança corporativa, representada na figura a seguir, é formada pela Assembleia Geral de Acionistas; pelo Conselho de Administração (CA), assessorado pelo Comitê de Auditoria (Coaud), pelo Comitê de Remuneração e Elegibilidade (Corem) e pelo Comitê de Riscos e de Capital (Coris); pela Diretoria Executiva (Direx); pelo Conselho Fiscal (CF); e pela Auditoria Interna:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Figura 4. Estrutura de Governança**

O CA é composto por oito membros, sendo cinco indicados pelo acionista controlador, dois pelos minoritários e um eleito pelos funcionários. A Direx é composta pelo Conselho Diretor (CD – presidente e até 10 vice-presidentes¹) e por até 27 diretores estatutários. Mantemos ainda, em caráter permanente, um Conselho Fiscal (CF) composto por cinco membros titulares e cinco suplentes.

Em todos os níveis, as decisões são tomadas de forma colegiada para promover o adequado debate dos temas estratégicos e das propostas negociais. Para tanto, a administração se utiliza de diversos comitês, que garantem agilidade e segurança ao processo de tomada de decisão, conforme figura a seguir:

Figura 5. Colegiados Estratégicos

Como boa prática de governança corporativa, possuímos processos de avaliação de desempenho do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, do Auditor Geral, dos Comitês de Remuneração e Elegibilidade, de Auditoria e de Riscos e de Capital.

¹ Condicionado à alteração do Decreto 3.905/2001.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

No decorrer do ano de 2018, realizamos diversos aprimoramentos em nossa governança: revimos nosso Estatuto Social e os Regimentos Internos do Conselho Fiscal, do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria, do Conselho Diretor, do Comitê de Remuneração e Elegibilidade e do Comitê de Riscos e de Capital. No caso desses dois últimos, destacamos que Comitê de Remuneração é coordenado por um membro independente e que tanto ele como o Comitê de Riscos e Capital é formado por membros independentes em sua maioria.

Atualizamos também nossas Políticas, com destaque para as Políticas de Transações com Partes Relacionadas, de Indicação e Sucessão, de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro, ao Financiamento do Terrorismo e à Corrupção, a fim de melhor adequá-las às boas práticas de governança e à regulamentação vigente. Também criamos nossa Política de Remuneração de Administradores.

Sobre o plano de sucessão de nossos executivos, entre maio de 2016 a dezembro de 2017, realizamos para a Alta Administração, o Programa Dirigentes BB, em parceria com empresa de mercado, com foco nos potenciais sucessores para Vice-presidentes, Auditor Geral, Diretores e Gerentes Gerais de Unidades Estratégicas. Foram mapeados ao todo 260 gestores, com o intuito de subsidiar decisões de sucessão, direcionar ações de desenvolvimento e mitigar riscos sucessórios.

Em dezembro de 2017, divulgamos o resultado do Programa Ascensão Profissional Executivos e Gestores no Exterior, processo seletivo realizado para identificar e desenvolver potenciais Gerentes Executivos, Superintendentes e Gestores no Exterior. O processo, alinhado às melhores práticas de seleção do mercado, com premissas de transparência, meritocracia e isonomia, identificou 82 colaboradores qualificados para compor o banco de talentos.

Arquivamos, na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e divulgamos em nosso site de Relações com Investidores, o Informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa, elaborado em conformidade com a ICVM nº 586/2017, que regulamentou a divulgação das informações a respeito das práticas de governança contempladas no Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas. O Informe foi aprovado pelo Conselho de Administração em 15.10.2018.

Em abril, obtivemos a maior pontuação no Índice Integrado de Governança e Gestão (IGG) do Tribunal de Contas da União (TCU), dentre as 498 entidades da administração pública avaliadas, alcançando 91% no indicador, composto pelas dimensões: governança pública; governança e gestão de pessoas; de TI; e de contratações.

Em maio e em novembro de 2018, nos mantivemos no Nível 1, com nota máxima (10) em todas as dimensões avaliadas no 2º e 3º ciclos do Indicador de Governança IG-SEST, da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, indicador criado com o objetivo de acompanhar o desempenho da qualidade da governança das estatais, para fins do cumprimento dos requisitos da Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais), regulamentada pelo Decreto 8.945/2016, e diretrizes estabelecidas nas Resoluções CGPAR². A BB DTVM, nossa subsidiária integral, também obteve pontuação máxima (nota 10), em sua primeira participação no indicador, bem como a BB Seguros que atingiu o nível 1 também com nota máxima.

Somos o único banco com ações listadas, desde 2006, no “Novo Mercado” da B3, segmento mais exigente da bolsa brasileira em requisitos de governança. Figuramos também, junto com a BB Seguridade (empresa de capital aberto do nosso conglomerado), no Programa Destaque em Governança de Estatais da B3, com nota máxima nos quesitos observados.

3. Economia

Brasil

No segundo semestre de 2018, a economia brasileira demonstrou poder de reação. A liberação dos recursos do PIS/PASEP e a manutenção dos juros em patamares historicamente baixos impulsionaram o consumo das famílias. Os investimentos também não decepcionaram, mesmo diante de eventos não econômicos, que aumentaram a incerteza sobre a economia doméstica, e que os dados tenham sido parcialmente inflados por movimento extraordinário de ordem contábil relacionado à importação de plataformas de petróleo pela Petrobrás.

Pelo lado da oferta, após vários trimestres em queda, a construção civil mostrou estabilidade. O setor de serviços, que responde por aproximadamente 60% do PIB, registrou desempenho favorável,

² Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

impulsionado pelas atividades de transporte, armazenamento e logística, que recuperaram após o efeito adverso gerado pela greve dos caminhoneiros no semestre anterior. Na agropecuária, o resultado positivo pode ser atribuído à robustez da demanda externa.

Com a contribuição do agronegócio e a desvalorização cambial desencadeada pelas incertezas no cenário político, as exportações se sustentaram em patamar elevado e ajudaram a manter situação confortável nas contas externas. Mesmo com o maior avanço das importações, a balança comercial apresentou *superavit* expressivo, contribuindo para que o *deficit* em transações correntes permanecesse em patamar significativamente inferior ao fluxo de investimento estrangeiro direto.

Considerando a inflação, o IPCA manteve-se abaixo do centro da meta do Banco Central. A ociosidade elevada ajudou a manter componentes dos preços associados à demanda, como os itens de serviços e de bens industriais, em patamares confortáveis. Enquanto a dinâmica dos preços de produtos *in natura* pesou favoravelmente para a inflação de alimentos, a queda do preço do petróleo e a recuperação dos reservatórios das hidrelétricas contribuíram para o arrefecimento do custo de combustíveis e das tarifas de energia elétrica. Esses elementos contrabalançaram a maior pressão de preços originada no aumento da taxa de câmbio. Nesse contexto, o Comitê de Política Monetária manteve a taxa básica de juros em 6,5% a.a. e voltou a afirmar que a atual conjuntura econômica prescreve política monetária expansionista.

Mundo

No cenário externo, o segundo semestre de 2018 foi caracterizado principalmente pelo acirramento da disputa comercial entre Estados Unidos e China. Desentendimentos na Europa envolvendo a situação fiscal da Itália e o processo de saída do Reino Unido do bloco econômico regional também adicionaram incerteza ao cenário.

Nesse ambiente, elevou-se o temor de desaceleração mais forte das principais economias mundiais e a tensão nos mercados financeiros globais. Com o impacto adicional de incertezas no setor de tecnologia, a deterioração das bolsas americanas eliminou os ganhos registrados no primeiro semestre. Por sua vez, o preço das *commodities* registraram queda no período. Destaque para o petróleo, que além da perspectiva de menor demanda com o cenário menos favorável para a economia mundial, foi impactado pela elevação da oferta.

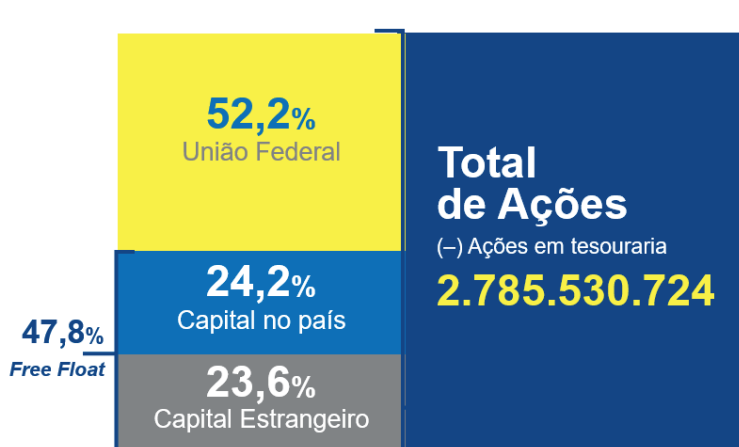
Apesar do aumento da aversão ao risco em nível global, em termos de nível de atividade, a economia dos Estados Unidos voltou a registrar forte desempenho, favorecida por um mercado de trabalho aquecido e uma política fiscal expansionista. Ainda assim, a inflação segue sem pressões relevantes, embora os salários tenham sustentado trajetória de aceleração durante todo o semestre. Nesse contexto, o comitê de política monetária norte americano seguiu no processo de aumento gradual dos juros, em linha com o esperado.

No continente europeu, a atividade econômica desacelerou no terceiro trimestre deste ano. Nesse ambiente, o Banco Central Europeu manteve a política monetária em níveis acomodatórios, mas encerrou seu programa de compra de ativos. Na Ásia, refletindo efeitos adversos iniciais da guerra comercial, o crescimento chinês apresentou arrefecimento acima do esperado.

4. Indicadores de mercado e atendimento aos acionistas

Nossas ações (BBAS3) mantiveram presença em todos os pregões da B3 e representavam 3,140% do Ibovespa para o quadrimestre de setembro a dezembro de 2018. Para o quadrimestre entre Janeiro e Abril de 2019, nossa participação será ainda maior, de 4,373%. Mantivemos também um programa de ADR nível 1 (BDORY), negociado no mercado de balcão nos Estados Unidos.

Nossa composição acionária, ao final de dezembro de 2018, era assim distribuída:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Figura 6. Composição Acionária (%)¹**

1 – Não considera ações em tesouraria

Disponibilizamos relatórios e informações à CVM e no sítio de Relações com Investidores e mantemos equipe dedicada ao atendimento de analistas e investidores, que realizou 1012 atendimentos no ano, incluindo participação em reuniões, eventos e atendimentos telefônicos. Destacamos a realização, em setembro, do Banco do Brasil Day que reuniu 76 analistas e investidores institucionais para debater com a nossa alta administração as expectativas para os negócios e o nosso posicionamento de inovação. Em novembro, organizamos a Apimec São Paulo, que reuniu 144 participantes.

Para atendimento ao investidor institucional, realizamos 516 reuniões, incluindo participação em nove conferências no país e outras dez no exterior, além de 15 *non-deal roadshows* no Brasil e no exterior. Promovermos ainda quatro teleconferências de resultado e reuniões com clientes acionistas em seis de nossos escritórios *Private*.

Tabela 1. Indicadores de Mercado

	Indicadores	
	2017	2018
Valor Patrimonial - BBAS3	36,4	37,5
Cotação de Fechamento - BBAS3	31,8	46,5
Retorno sobre Ativos (%)	0,8	1,0
Retorno sobre Patrimônio Líquido (%)	10,0	12,2
Cotação ADR (US\$)	9,7	11,9

Distribuição de Lucros

Distribuímos, em 2018, R\$ 5.162 milhões em Juros Sobre Capital Próprio (JCP).

Em 10/05/2018, publicamos Fato Relevante, no qual comunicamos que nosso Conselho de Administração aprovou a revisão da Política Específica de Remuneração aos Acionistas, estabelecendo, dentre outros pontos, que o lucro líquido do exercício a ser distribuído (*payout*), via dividendos e/ou JCP, será fixado em intervalo percentual do resultado. Em 2018 o *payout* alcançou 40%.

Outras informações sobre a nossa política de dividendos estão disponíveis na seção 3 do Formulário de Referência ou nos artigos 46 e 48 do nosso Estatuto Social, disponíveis no sítio www.bb.com.br/ri.

5. Experiência dos Clientes

Como parte de um planejamento com o olhar para a sustentabilidade da nossa empresa de 210 anos, elegemos 2018 como o “Ano do Relacionamento”. Essa foi uma sinalização para que os esforços de todos os funcionários de nossa empresa priorizem a experiência do cliente e o aprofundamento das relações com eles.

Nesse sentido, nos próximos parágrafos, apresentaremos algumas das principais ações implementadas para elevar a conveniência e melhorar a experiência dos nossos clientes, por meio da especialização e da análise do seu comportamento, possibilitando ofertas mais assertivas de produtos adequados às necessidades dos clientes.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Segmento Pessoas Físicas

App BB chega a 18,2 milhões de usuários

Nosso *app* atingiu em dezembro a marca de 18,2 milhões de usuários, em comparação com 15,1 milhões em dezembro de 2017 e 10,2 milhões em dezembro de 2016. Acessado por mais de 5,6 milhões de pessoas todos os dias, o *app* e o *internet banking* são responsáveis por 75,6% das transações realizadas no Banco.

Além disso, nosso *app* é o mais bem avaliado do sistema financeiro brasileiro nas duas principais lojas de aplicativos – *Play Store* (4,5) e *Apple Store* (4,7) e, entre todos os aplicativos, incluindo redes sociais, ele é o quarto preferido pelos brasileiros, segundo pesquisa *Panorama Mobile Time/Opinion Box*, divulgada pelo site *Mobile Time*. A boa avaliação do aplicativo foi tema da campanha Fato ou Fake. Divulgada em novembro, a campanha buscou mostrar o que é fato e não *fake* no BB, com destaque para as soluções digitais inovadoras e capacidade de captar novos clientes.

Atendimento e transações via *chatbot* no Facebook Messenger

O nosso primeiro *chatbot* de mídia social foi o *Facebook Messenger*.

Única do mercado bancário brasileiro baseada em conversação, a aplicação atende a temas relacionados a contas, cartões, empréstimos, financiamentos, Programa Ponto Pra Você, renegociação de dívidas, atendimento, segurança, tarifas, funcionamento de caixas eletrônicos e emissão de senha para atendimento nas agências pelo *app*.

Nossos clientes podem realizar ainda suas transações bancárias diretamente pelo *Facebook Messenger*, sem recorrer ao *internet banking* ou *app* BB. Somos o primeiro grande banco de varejo no Brasil que combina as funcionalidades do *Messenger* com a inteligência artificial do *Watson* da IBM, para prestar atendimento aos clientes realizando transações via *chatbot*. O atendimento humano é realizado quando necessário, seja a pedido do cliente ou quando o *chatbot* sugere atendimento especializado.

Atendimento e transações via Twitter

O atendimento, semelhante ao realizado pelo *Facebook Messenger*, já pode ser realizado pela rede social *Twitter*. Além de retirar dúvidas dos mais diversos temas, a transação no *Twitter* disponível é a de consulta ao código IBAN, utilizado para realizar remessas de envio ao exterior, conforme pesquisas realizadas pelo Serviço de Atendimento ao Cliente.

Atendimento e transações via *chatbot* no Whatsapp

O atendimento também é realizado pelo aplicativo de mensagens *Whatsapp*. Para ser atendido pelo *Whatsapp*, basta o cliente salvar o contato (61) 4004-0001 em seu celular e iniciar uma conversa pelo aplicativo de bate-papo. Ao solicitar uma transação bancária ou um atendimento humano, somente na primeira vez é necessária autenticação de dispositivo (código de ativação *push* ou *sms*).

Após autenticação, transações de uso do dia a dia, como saldo, extrato, fatura, podem ser realizadas sem necessidade de senha. Para as transações de transferência entre contas, pagamento de IPVA (para alguns estados), recarga de metrô (para o estado de São Paulo), a validação é feita por uma senha de seis dígitos.

Todas as transações são disponibilizadas dentro do próprio aplicativo *Whatsapp*, no qual a conversa natural pode ser realizada por *chatbot* ou atendente humano, dependendo da necessidade do cliente. O atendimento humano é realizado pelo fale com seu gerente, ou pelo Central de Relacionamento BB, a depender das regras de encarteamento do cliente. Foram recebidas mais de um milhão de mensagens e 122 mil usuários já foram atendidos pelo *Whatsapp*.

Clube de Benefícios

Em novembro lançamos o Clube de Benefícios. Essa nova forma de relacionamento permite ao cliente escolher o Clube mais adequado ao seu perfil e às suas necessidades, receber automaticamente vantagens inéditas no mercado e ainda ter de volta 100% das mensalidades em recompensas. O objetivo da estratégia é se diferenciar competitivamente e elevar a satisfação do cliente.

Saque pelo Whatsapp

Nossos clientes, desde dezembro de 2018, podem realizar saques pelo *Whatsapp*, sem necessidade de cartão para finalizar a operação. A inteligência artificial entende a linguagem natural do cliente e o direciona para a transação de saque, onde será solicitado o valor a ser sacado. A transação é

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

concluída com a digitação da senha do cartão em ambiente seguro. Feito esse processo, basta se dirigir a um terminal de autoatendimento com o código informado pelo assistente virtual.

Nova estratégia amplia limites de profissionais liberais e sócios dirigentes

A partir de maio, três milhões de profissionais liberais e sócios dirigentes de empresas foram abrangidos em uma nova estratégia para sermos o principal provedor de soluções financeiras. Uma das ações trouxe um incremento de R\$ 127 bilhões no limite de crédito desse público trazendo possibilidades reais de negócios e proporcionará uma melhor adequação do portfólio de crédito às nossas estratégias.

Oferta de Crédito para não correntistas chega ao App

Em mais uma inovação alinhada à estratégia de ampliação de negócios com não correntistas, desde novembro, os poupadores não correntistas podem contratar o BB Crédito Automático também pelos dispositivos móveis.

É mais uma inovação alinhada à estratégia de ampliação de negócios com o público não correntista. A oferta de soluções multicanais, além de auxiliar nesta estratégia, também proporciona maior comodidade e conveniência para ampliar o relacionamento com o público que não possui conta corrente no BB. O cliente pode simular, escolher o valor e a data de débito das parcelas. Após conferir todos os dados, basta confirmar a operação.

App BB permite a compra de dólares e Euro

Desde fevereiro, os nossos clientes podem comprar dólares americanos e Euro (iniciado em maio) de uma forma diferente, através do nosso aplicativo. Além disso, o cliente também poderá definir a cotação que está disposto a pagar e o período de espera. Tão logo a moeda escolhida chegue ao patamar pretendido, o aplicativo avisa, enviando uma mensagem para confirmar a transação.

Após a realização da compra, o cliente tem até dois dias úteis para retirar os dólares em um dos caixas eletrônicos para saque de dólares, ou no caixa de agências para Euro, com a taxa garantida do dia de realização da transação no *app*. A solução também ajuda a localizar uma agência que faça operações de câmbio mais próximo. Com o *GPS* do celular ligado, o *app* mostrará as dependências em um raio de cinco quilômetros. Também é possível fazer a busca por estado e cidade.

Abertura de conta corrente e cartão de crédito pelo *smartphone*

Em maio de 2017, lançamos a abertura de conta corrente completa pelo *app* BB. O processo envolve desde o envio de documentos até o cadastramento de senhas, tudo feito pelos clientes no *smartphone*. A inovação significa mais comodidade para o cliente e menor demanda nas agências, permitindo que estas tenham mais foco no relacionamento e na realização de negócios. Até dezembro de 2018 foram abertas mais de 2,7 milhões de contas.

Em julho, lançamos uma solução no *App* para não correntistas solicitarem nosso cartão de crédito, com facilidade e de forma totalmente digital. Para coroar a experiência digital, um dos grandes diferenciais é a opção para gerar um cartão virtual assim que o cliente contratar o Ourocard, permitindo que o usuário já tenha condições de fazer compras pela *internet*, sem precisar esperar a chegada do plástico em sua residência.

Além de tudo isso, também já está disponível para solicitação o Ourocard Fácil, nova modalidade de cartão de crédito internacional, emitido na bandeira Visa.

Minhas Finanças – Orçamento equilibrado

Um orçamento equilibrado é fundamental para o atingimento dos objetivos financeiros. Pensando nisso, em 2017, lançamos o “Minhas Finanças”. Desenvolvido com a participação dos próprios clientes, a aplicação auxilia no acompanhamento do orçamento e um controle financeiro mais efetivo, permitindo aos clientes uma análise mais consciente da sua vida financeira. A solução tem atualmente seis milhões de usuários cadastrados e 1,7 milhão de acessos diários à ferramenta.

Simulador de Investimentos atinge a marca de R\$ 2,2 bilhões

Desde o seu lançamento para todos os clientes, em novembro de 2017, o Simulador de Investimentos já captou R\$ 2,2 bilhões. A ferramenta, vencedora do prêmio Efinance 2018 na categoria Aplicativo de Investimentos, apresenta números animadores: 48% dos clientes que aplicaram não tinham nenhum investimento conosco na data anterior à contratação, e cerca de 16% dos clientes nunca tiveram saldo de investimento conosco, em nenhum produto. Além disso, uma em cada quatro pessoas retornou ao simulador e aplicou novamente.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Jornada de Investimentos com taxa zero

Em setembro, zeramos as taxas de custódia para quem aplica no Tesouro Direto e em papéis de renda fixa, tais como Certificados Recebíveis Imobiliários (CRI), Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) e Debêntures. A taxa de carregamento para os clientes que investem em planos de previdência PGBL e VGBL também foi zerada, tanto para aplicações quanto para resgates.

A estratégia alinha os custos desses produtos à nova prática de mercado e fortalece o nosso posicionamento junto aos clientes investidores.

Abertura do portfólio de investimento

Em julho, anunciamos a expansão do público-alvo do nosso modelo de arquitetura aberta de investimentos, que permite aos nossos clientes diversificar seus portfólios com produtos de outras instituições financeiras, por meio da nossa gestora de recursos.

O modelo, até então adotado apenas para investidores do segmento Private, passa a ser oferecido a investidores Estilo, ampliando o escopo das estratégias desenvolvidas pela nossa assessoria especializada em investimentos e alinhado ao novo perfil desse investidor, que está cada dia mais informado e sofisticado.

Para clientes Estilo estão disponíveis três fundos de investimento de gestores que possuem estratégias diferenciadas no mercado: BB Espelho Multimercado Bahia AM Maraú Estilo, BB Espelho Multimercado Gávea Macro Estilo e BB Espelho Multimercado SPX Nimitz Estilo.

Acolhimento e Contratação de Crédito Imobiliário

De forma pioneira no mercado financeiro, disponibilizamos, desde o final de 2017 o acolhimento e contratação do financiamento imobiliário pelo *app*.

O cliente pode aprovar o crédito, contratar seguro, fazer *upload* dos documentos e enviar proposta para análise e contratação do financiamento imobiliário pelo *app*. Em 2018, foram contratadas 1.598 propostas via aplicativo, totalizando R\$ 302 milhões em operações.

Crédito Veículo via *app* atinge R\$ 1,3 bilhão em desembolso

A contratação de Crédito Veículo *app* representou, em 2018, mais de R\$ 1,3 bilhão de desembolso, crescimento superior a 85% em relação a 2017. A participação do *app* no total de operações cresceu mais de 73% no último ano e representa maior comodidade aos clientes, já que mais da metade das vendas foram realizadas fora do horário bancário, inclusive nos fins de semana.

Confirmação de empréstimo consignado via *app*

Implementamos a solução do “Duplo Sim” para mais de cinco mil convênios ativos e com operações contratadas em 2018. O novo grupo beneficiado com a inovação soma R\$ 12,2 bilhões de saldo e a iniciativa garante que, a partir de agora, 100% dos convênios vigentes estejam integrados à solução.

A funcionalidade permite a confirmação da contratação pelo cliente nos canais digitais e pode ser acessada pelo menu “Pendências” no *mobile*, na *internet* e nos terminais de autoatendimento. O comando realizado pelo cliente fará com que a proposta siga o fluxo normal de averbação e confirmação.

Pagamentos via *Apple Pay*

Desde agosto, está disponível para nossos clientes a solução de pagamentos via *smartphone* da *Apple*, nas funções crédito e débito em lojas físicas e no crédito em lojas *online*, inicialmente pelo cartão Visa. A solução, simples e segura, ajuda nossos clientes a fazerem pagamentos em lojas, aplicativos e *internet*, sem necessidade de usar o cartão físico.

Essa ferramenta se soma às outras carteiras digitais já disponíveis *Samsung Pay* e ao *Google Pay*, e à solução Pagar e Receber, disponível em nosso *app*.

Soluções Digitais para Regularização de Dívidas

Disponibilizamos canal digital para consulta e renegociação de dívidas, o “Portal Solução de Dívidas”, acessado pelo *internet banking*, pelo *app*, *call center* e agências. A ferramenta traz comodidade, amplia a experiência do cliente e está disponível tanto para nossos clientes pessoas físicas quanto pessoas jurídicas.

Desde setembro de 2014, foram realizados mais de seis milhões de acordos, com um total de R\$ 53,9 bilhões regularizados, sendo cerca R\$ 10,2 bilhões pelos canais digitais. Apenas em 2018,

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

foram regularizados R\$ 13,9 bilhões, com uma participação de R\$ 3,4 bilhões contratados diretamente pelo cliente.

Campanha RecuperaAÇÃO

Foram realizados, desde julho, 59 eventos de conciliação para clientes inadimplentes. O evento de conciliação nos aproxima dos nossos clientes, em ambiente propício, o que aumenta a probabilidade de sucesso na negociação. A campanha contribuiu para a recuperação de seis bilhões de reais de perdas e na regularização de créditos inadimplentes.

Plataforma de Conciliação Digital

Lançamos, em agosto, a Plataforma de Conciliação Digital para os escritórios terceirizados de cobrança judicial, com parâmetros negociais e processos automatizados, o que dispensa a intervenção manual no processo. Já foram realizados mais de 570 acordos pela plataforma, com R\$ 52,7 milhões de recuperação de crédito em acordos judiciais.

Open Banking

Avançamos em nossa estratégia de *Open Banking*. Após a parceria pioneira com a *startup* ContaAzul, firmamos acordo com a *bxblue*, plataforma digital de comparação de condições de crédito consignado. Na plataforma os clientes podem simular e contratar operações de consignado diretamente no site da *fintech*. As parcerias que firmamos por meio do *open banking* vêm para complementar a estratégia do Banco em soluções totalmente digitais, para trazer mais facilidade e agilidade para os nossos clientes.

Conselho de Clientes

Em 2018 demos continuidade ao Conselho de Clientes, uma reunião com um grupo permanente de clientes convidados que expõem suas necessidades e expectativas em relação aos nossos serviços e produtos. Foram ouvidos 40 clientes pessoas físicas e os apontamentos foram direcionados às nossas áreas decisórias.

Gerenciador Financeiro facilita a vida do produtor rural

O Gerenciador Financeiro Produtor Rural/Private, lançado em 2017, permite aos clientes produtores rurais e Private PF e a seus representantes a realização de transações financeiras e utilização de nossos aplicativos. A solução facilita a gestão do fluxo de caixa e a delegação de atividades administrativas, o que torna a vida do cliente mais fácil, a gestão do seu negócio mais eficiente e aumenta sua satisfação conosco. No segundo semestre de 2018, ainda foram implementadas as funcionalidades de câmbio e DDA.

O Gerenciador conta atualmente com quatro mil usuários e mais de 20 mil acessos mensais.

Produtor rural pode contratar custeio e investimento pelo celular

Produtores rurais podem contratar operações de custeio e investimento via *app*. A nova solução permite que os produtores encaminhem as propostas de contratação de custeio e investimento pelo celular, tornando o processo mais ágil para o cliente. No segundo semestre de 2018, foi implementada funcionalidade que permite o *upload* de documentos (imagens e arquivos) das propostas. Até 31/12/2018, foram enviados 769 documentos com a nova funcionalidade.

Desde seu lançamento, o volume de propostas liberadas pelo *app* ultrapassou R\$ 4,4 bilhões.

Open Banking no Agro

Primeiro banco da América Latina a fazer uma operação estruturada de *Open Banking*, levamos a tecnologia para o agronegócio, também de forma inédita. A ferramenta BB Valor de Bens Rurais disponibiliza a outras instituições financeiras, mediante cobrança de tarifas, a possibilidade de obter a valoração automática de imóveis rurais no Brasil.

Participação em eventos do Agronegócio

Em abril, participamos da feira em tecnologia em agronegócios Tecnoshow, em Rio Verde (GO). No terceiro dia do evento já havíamos superado em 50% o volume total de propostas da edição anterior. Um dos destaques vai para uma proposta de PCA (Construção e Ampliação de Armazéns) no valor de R\$ 13 milhões, acolhida no primeiro dia de feira para cliente *private*. A nossa participação na feira resultou em R\$ 420 milhões em propostas/contratações.

Participamos também, em maio, da Agrishow, a maior feira de tecnologia agrícola da América Latina e umas das três maiores do mundo. Alcançamos R\$ 1,6 bilhão em propostas de crédito no evento,

Banco do Brasil S.A. – Relatório da Administração – 2018

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

resultado 80% superior ao da última edição, em 2017. Somos a única instituição financeira a estar presente nos 25 anos de feira.

Lançamos, no mesmo mês, o Circuito Agro BB 2018, que promoveu encontros com produtores rurais, revendas, associações, e colaboradores de assistências técnicas e gerentes de relacionamento, em 60 municípios no País. Em 2017, foram 17 municípios contemplados.

O objetivo é fornecer consultoria e divulgar conhecimentos técnicos sobre temas diversos, como mitigadores de risco, sucessão familiar, armazenagem, irrigação, produtos e serviços bancários, entre outros. A participação em eventos fortalece ainda mais nossa presença de destaque no setor.

Em agosto participamos da 41ª Expointer, em Esteio (RS), palco do lançamento de novidades para o agronegócio. Na feira, o público teve acesso, em primeira mão, a três soluções digitais inéditas: o Agrobot, o QR Code Investimento Digital na contratação de máquinas e implementos agrícolas e a CPR Digital.

Criado para auxiliar o produtor rural no processo de tomada de decisão, o Agrobot é um consultor virtual inteligente que combina a nossa expertise no campo com fontes externas para oferecer, de forma contextualizada, fácil e conveniente, todas as informações necessárias para o produtor otimizar sua atividade. Ao final de 2018, a solução já contava com 4.038 clientes cadastrados, tendo uma média de 150 acessos diários. A CPR Digital já alcançou um bilhão de reais em operações liberadas, fruto da maior agilidade e comodidade para o produtor.

Com utilização inédita no financiamento de máquinas e equipamentos agrícolas, o QR Code pode ser capturado durante toda a feira em algumas revendas e em outros ambientes como catálogos, *folders* e site das empresas parceiras. A solução será testada com maior efetividade nas feiras agropecuárias que ocorrem no primeiro semestre de 2019.

Segmento Empresas**Fale com seu gerente do segmento PJ**

Os clientes pessoas jurídicas também são atendidos via *chat*, pela ferramenta “Fale com seu Gerente”, que busca ampliar as formas de contato com as empresas e proporciona maior qualidade e tempestividade ao atendimento. Em 2018 foram mais de quatro milhões de mensagens trocadas, com uma média de 16 mil mensagens por dia.

Cliente MEI tem mais facilidade para abrir contas – Conta Fácil 100% Digital

O microempreendedor individual (MEI) pode fazer a abertura de uma conta com fluxo totalmente digital e simplificado, por meio do *app* BB no *mobile*, sem qualquer interveniência da agência no processo. Até dezembro de 2018, 25.756 contas foram abertas pelo *app*. A conta permite a contratação da afiliação Cielo e acesso a serviços como débito automático, saques, depósitos, pagamentos, transferências, além do cartão de débito Ourocard Elo, que dá mais autonomia ao empresário.

Ser digital sem abrir mão do contato pessoal

Visitas são parte fundamental da construção de um relacionamento duradouro e de confiança com o cliente. Por isso, investimos em um aplicativo que facilita o dia a dia dos gerentes de relacionamento. O *app* BB Visitas auxilia na preparação, realização e condução das visitas ao agilizar o acesso e registro de informações dos clientes. Os gerentes poderão conhecer ainda mais as necessidades dos clientes, atendê-los melhor e fazer mais negócios, e ainda, os dados registrados pelos gerentes são utilizados para o desenvolvimento de novas estratégias de indução de negócios. Até dezembro de 2018 já foram realizadas 161.836 visitas catalogadas pelo *app*.

BB prepara empresas familiares para mercado de capitais

Em 2018, a convite da B3 começamos a atuar como o banco de investimentos do programa Clube de Conselheiros, que tem como objetivo preparar empresas familiares em Governança Corporativa e *Compliance* para a profissionalização de suas estruturas, qualificando-as para emissões em mercado de capitais.

O programa surgiu em 2017, criado pela B3, com o objetivo de promover encontros para discussão de conteúdo de alta qualidade, capacitando companhias para abertura de capital e preparando seus fundadores para o processo sucessório. Em 2018, recebemos 50 empreendedores e executivos de empresas familiares de médio porte para discutir, em conjunto com renomados escritórios de advocacia e auditoria parceiros, temas como abertura de capital e fusões & aquisições como alternativas de sucessão e perpetuidade das empresas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Desde 2011 promovemos eventos com a B3 para administradores de empresas preparadas e/ou com a intenção de fazer IPO. Com a nossa capilaridade de relacionamentos e profundo conhecimento multissetorial, temos uma plataforma única de originação de operações de mercado de capitais, atingindo um público tradicionalmente fora do radar dos bancos de investimento transacionais.

Atendimento via *chatbot* para empresas

Desde agosto, nossos clientes PJ podem interagir com o assistente virtual inteligente do suporte técnico, disponível em área não logada no gerenciador financeiro na *web*. A solução veio para atender ao grande volume de atendimentos por meio desse canal.

Simulador de Investimentos PJ

Desde dezembro, está disponível para os clientes PJ o nosso simulador de investimentos. Durante o período de teste, foram captados mais de R\$ 63 milhões.

O Simulador de Investimentos auxilia aos gestores financeiros a escolha do melhor produto para o nível de risco e necessidade de liquidez da empresa. O Simulador vem a simplificar o jeito de consumir produtos de investimentos. A partir da análise da carteira do cliente, Perfil do Investidor o valor e o prazo são sugeridos os produtos mais adequados para a aplicação. Além disso, é disponibilizado material de apoio contendo as Carteiras Sugeridas de investimentos específicas para esse público, que podem ser disponibilizadas para os clientes.

Segmento Setor Público

Interligação de Tribunais

Desde dezembro de 2017, o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA) passou a utilizar a nossa solução de interligação digital dos Tribunais e emitir alvarás eletrônicos para resgate de depósitos judiciais. O TJBA é o quinto do país a adotar o novo modelo de emissão de alvarás, acompanhando os tribunais de Justiça de São Paulo, do Rio de Janeiro, do Mato Grosso, além do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo Capital. Em 2018, o Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região, em Aracaju (SE) e o tribunal de Justiça de Minas Gerais concluíram o processo de interligação com o BB e iniciaram a emissão de alvarás eletrônicos, em projeto piloto implementado em algumas varas.

A solução moderniza o processo de resgate dos depósitos, mediante crédito direto em conta corrente, poupança, TED dos beneficiários/procuradores e/ou terceiros, ou saque nos terminais de caixa, dispensando todos os procedimentos manuais de verificação e execução de alvarás nas agências, evitando o deslocamento do cliente e tornando o processo 100% automatizado. Com o avanço da interligação, em 2018 já foram emitidos aproximadamente 801 mil protocolos de alvarás eletrônicos, sem intervenção manual de nossos funcionários, o equivalente a 17,8% do total de 4,5 milhões de protocolos de alvarás liberados para pagamento no período e 82% maior que o número de 2017.

Resgate automático de precatórios no TAA ou celular

Desde fevereiro, o cliente que possui créditos devidos pela Fazenda Pública da União, pode optar pelo resgate automático desses valores em sua conta corrente ou poupança, via TAA ou pelo *App* BB. A funcionalidade também está disponível para os mandados de pagamento e alvarás emitidos pelos Tribunais interligados, expedidos por meio eletrônico, o que confere comodidade ao cliente e maior segurança e agilidade ao resgate.

Portal BB Integra supera a marca de 19,5 mil acessos

O portal BB Integra, que disponibilizamos com o objetivo de apoiar a gestão pública, superou no final de 2018 a marca de 19,5 mil acessos. O portal apresenta de forma amigável dados provenientes de mais de 22 fontes oficiais e permite o acesso a mais de 818 indicadores sobre a realidade dos municípios brasileiros, por meio de computador, celular e *tablet*, o que constitui importante fonte de consulta no apoio à gestão e acompanhamento de políticas públicas.

Programa de Adimplência de Impostos para Estados e Municípios

Oferecemos diversas ferramentas que ampliam as possibilidades de arrecadação de tributos estaduais e municipais, por simplificar o acesso ao pagamento por parte dos contribuintes. A partir de 2018 já é possível ser ofertado aos nossos clientes uma “Lista de Débitos” para que paguem seus tributos assim que acessarem suas contas pelos terminais de autoatendimento, *internet* ou *App* BB.

Para os órgãos que mantêm sistemas integrados conosco, o cliente também pode consultar suas obrigações a partir do seu CPF. Além disso, nossos TAA (Terminais de Auto Atendimento) podem receber o pagamento de tributos por cartão de débito, inclusive de outros bancos. Todas essas

Banco do Brasil S.A. – Relatório da Administração – 2018

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

facilidades ampliam o volume de arrecadação do ente público e reduzem a inscrição de contribuintes na dívida ativa.

Pagamento de Cotas do Pasep

Em 2018 foi determinada a liberação dos recursos aos participantes detentores de cotas. Atentos à oportunidade, desenvolvemos soluções para viabilizar a transferência simplificada de valores para cotistas que mantinham conta em outras instituições bancárias e antecipamos crédito para nossos clientes. Com todas as ações implementadas, efetuamos o pagamento de mais de R\$ 3,0 bilhões a cerca de 2,6 milhões de participantes.

Recarga de cartões de transporte - SPTrans

Resultado de convênio firmado em 2017, foi no ano de 2018 que nosso clientes aderiram definitivamente aos nossos canais para efetuar a recarga dos cartões, utilizados tanto para ônibus urbanos quanto para trens e metrô. Além de contribuir com a mitigação de riscos, expansão de pontos de atendimento aos usuários e redução de custos operacionais da empresa responsável pela gestão do transporte público de São Paulo, a solução desenvolvida – à época – com exclusividade, traz rentabilidade e se mostra como uma alternativa segura, moderna e eficiente para outros municípios, que já iniciaram negociações para a implantação de soluções de recarga de cartões por meio dos nossos canais.

Município mais que digital

Apoiada na solução Ourocard Cidades, essa iniciativa estimula a afiliação de lojistas e oferece benefícios para ampliar a utilização de cartões pelos clientes junto ao comércio local. Além disso, o cliente que utilizar o cartão terá benefícios, como isenção de anuidade e troca de pontos por produtos. O objetivo é fomentar a economia local e aumentar a eficiência operacional, ao reduzir a circulação de papel moeda e, conseqüentemente, as despesas com o transporte de numerário, além de proporcionar mais segurança para clientes e lojistas.

6. Gestão de Pessoas

O desenvolvimento das nossas políticas e práticas de gestão de pessoas são norteados pela meritocracia, desenvolvimento de competências para o trabalho, foco na experiência do cliente, transformação digital e inovação. Apresentamos a seguir o perfil dos nossos funcionários:

Tabela 2. Perfil de Funcionários

	2017	2018
Perfil de Funcionários		
Funcionários	99.161	96.889
Feminino	41.044	40.243
Masculino	58.117	56.646
Escolaridade		
Ensino Médio	17.533	14.846
Graduação	41.073	38.703
Especialização, Mestrado e Doutorado	40.354	43.150
Demais	201	190
Distribuição Geográfica		
Norte	4.440	4.259
Nordeste	16.637	16.116
Centro-Oeste	16.748	16.808
Sudeste	43.752	42.586
Sul	17.549	17.096
Exterior	35	24
Rotatividade de Funcionários (%)	1,59	2,21

Em 2018, por meio da Universidade Corporativa do Banco do Brasil (UniBB), investimos R\$ 101,9 milhões em educação corporativa. A UniBB possui em andamento 2.543 bolsas de graduação, 3.316 de pós-graduação e 791 bolsas de idiomas.

Alinhada ao contexto de Transformação Digital, lançamos, em fevereiro de 2018, novos Ambientes Virtuais de Aprendizagem. Agora, mais integrados e gamificados, o Portal UniBB e o Novo App UniBB Mobile oferecem melhor experiência para os funcionários, proporcionando mais mobilidade e acesso

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

à educação. Em 2018 foram 9,8 milhões de acessos às plataformas e 5,1 milhões de conteúdos concluídos, o que representa, respectivamente, 37% e 68% de aumento em relação à 2017.

No início do segundo semestre de 2018 lançamos a Rádio UniBB no *App* UniBB Mobile, com *podcasts* com conteúdo relevantes e atuais sobre gestão e negócios, trazendo informação de qualidade e de forma rápida para os funcionários, e a Biblioteca Virtual UniBB que oferece mais de 7 mil títulos de forma *on-line* via Portal UniBB. Essas novidades proporcionam maior facilidade de acesso à educação e melhor experiência de aprendizagem aos funcionários.

Apresentamos alguns destaques de treinamentos disponibilizados na UniBB:

- Atualização da Trilha Transformação Digital, com a inclusão do curso "*Big Data Analytics*", que aborda a importância do *Big Data* para a otimização dos processos organizacionais e seu impacto sobre o negócio. Com isso, a Trilha, que já foi acessada por mais de 62 mil funcionários, passa a contar com 35 cursos, que abordam temas relevantes para o nosso processo de transformação.
- A Oficina Gestão de Carteiras MPE capacitou, em 2018, 2.726 funcionários em conceitos de negociação, gestão do crédito e gestão de carteiras de clientes, visando à efetivação de resultados sustentáveis com esse público.
- A Trilha Alta Administração contém soluções relacionadas aos temas ética e integridade, e é destinada aos membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, do Comitê de Riscos e de Capital e do Comitê de Auditoria. A referida trilha foi desenvolvida com o objetivo de propiciar o contínuo atendimento à Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais), no que concerne à capacitação da alta administração do Banco e reforça o compromisso do BB com ética e a integridade em todos os níveis.
- A Trilha Estratégia e Planejamento é composta por 10 cursos que têm como objetivo difundir conhecimentos fundamentais para a compreensão da Estratégia Corporativa do BB, tais como pensamento estratégico, planejamento, experiência do cliente, liderança e resultado. A trilha já foi acessada por mais de 11 mil funcionários.
- O Relaciona-e é um programa de capacitação com uma abordagem inovadora, desenvolvido para auxiliar mais de seis mil gerentes de relacionamento, que atuam em carteiras digitais, no desafio de construir relacionamento sustentável com clientes, em meio a um contexto de transformação digital.
- Os Programas de Capacitação de Lideranças têm como objetivo desenvolver competências estratégicas por meio de ações educacionais realizadas em parceria com escolas de negócios renomadas no Brasil e no Exterior. São voltados aos potenciais e atuais gerentes de solução, executivos, superintendentes regionais e estaduais. Atualmente o público é composto por 439 funcionários.
- O Programa Liderança Feminina, visa desenvolver as competências da liderança feminina, disseminar a cultura da equidade de gênero, além de discutir e propor ações para o empoderamento feminino na nossa organização. São 717 funcionários do segmento gerencial do BB, entre homens e mulheres, que estão participando de pelo menos uma das etapas.
- O Game Desenvolver, cujo objetivo é de capacitar, em competências de liderança, funcionários que ainda não assumiram funções gerenciais, teve sua Jornada Transformação Digital iniciada, com a finalidade de contribuir para a formação dos futuros líderes do BB no contexto da Transformação Digital. O público é formado por cerca de 54 mil funcionários entre escriturários, caixas, assistentes, atendentes e supervisores de atendimento. O Game contou ainda, em 2018, com o apoio de mais de 27 mil processos de mentoria.

Em 2018, concedemos três ações do BB para nossos funcionários. O intuito foi reconhecer o papel dos funcionários nos resultados da nossa instituição, estimular o desempenho e a gestão de longo prazo, ampliar o sentimento de pertencimento "sentimento de dono" e, por fim, estreitar o vínculo da empresa com seus funcionários em busca de resultados melhores e sustentáveis. As ações somente poderão ser comercializadas após seu desligamento/aposentadoria.

Ampliamos as possibilidades de premiação aos funcionários no Programa de Desempenho Gratificado (PDG). Além da ampliação do público-alvo e premiações adicionais que podem atingir o equivalente a 1,5 salário por semestre – ou três salários extras por ano, a premiação referente ao segundo semestre de 2018 será paga 50% em ações da empresa.

Banco do Brasil S.A. – Relatório da Administração – 2018

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Ampliamos o investimento em programas de identificação de funcionários com potencial para ascensão na Empresa, valorizando mérito, desempenho e formação. Lançamos o PIT - Programa de Identificação de Talentos, voltado para Escriturários e Caixas com os melhores currículos e desempenhos, e realizamos o Programa Ascensão para Superintendente Regional, Gerente de Divisão e Gerente Geral de Agências Empresariais. No segundo semestre de 2018 foi lançada a 2ª edição do programa, incluindo as Unidades de Apoio.

Em outubro abrimos processo seletivo para identificar talentos na área de *analytics*. O objetivo foi selecionar funcionários com conhecimento em *machine learning*, *deep learning* e *big data*. Foram 3,7 mil participantes, dos quais 129 foram aprovados. Os funcionários qualificados para o banco de talentos poderão ser convidados para participar de ações de capacitação, grupos de trabalho, estágios e até serem chamados para participar de seleções internas e colaborar ou integrar times de *analytics* no BB.

Tabela 3. Remuneração e Benefícios

R\$ milhões	Demonstrações Contábeis	
	2017	2018
Folha de pagamento ¹	18.153	18.454
Previdência Complementar ²	1.565	1.871
Participação nos Lucros e Resultados ³	1.422	1.640
Treinamento ⁴	64	73
Honorários de diretores e conselheiros	46	48

1 - Despesas com proventos, benefícios e encargos sociais, conforme nota explicativa 13 – Despesa de Pessoal;

2 - Custeio dos planos de previdência complementar, conforme Nota Explicativa 44 - Benefícios a Empregados;

3 - Valor destinado à Participação nos Lucros e Resultados, conforme Nota Explicativa 13 – Despesa de Pessoal;

4 - Conforme Nota Explicativa 13 – Despesa de Pessoal.

7. Desempenho Financeiro

O relatório Análise do Desempenho, divulgado trimestralmente na data de publicação do nosso balanço, traz análise abrangente e profunda dos nossos resultados e está disponível para consulta no site de relações com investidores, em bb.com.br/ri.

Apresentamos abaixo os principais números relativos ao nosso desempenho no ano. Esse resultado é a materialização da nossa estratégia corporativa.

Tabela 4. Destaques Financeiros

Resultado (R\$ milhões)	Demonstrações Contábeis	
	2017	2018
Lucro Líquido	12.275	15.086
Receita Líquida de Juros	54.204	50.713
Receita líquida de tarifas e comissões	20.943	21.982
Despesas Administrativas ¹	(29.842)	(30.474)

1 – Composta pela soma de Despesas de Pessoal e Outras Despesas Administrativas.

Patrimoniais (R\$ milhões)	Dez/17	Dez/18
Ativos	1.353.075	1.396.507
Empréstimos a clientes líquidos de provisão	585.191	601.661
Depósitos a clientes	426.077	452.368
Patrimônio Líquido	101.238	104.540
Índice de Basileia (%)	19,6%	18,9%

8. Atendimento

Destacamos o crescimento de 14,6% nos pontos de atendimento digital e especializado no ano.

Banco do Brasil S.A. – Relatório da Administração – 2018

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O modelo de especialização do atendimento, testado em Belém, Curitiba, Joinville (SC) e Ribeirão Preto (SP), e implantado em outubro nas agências de Brasília e da cidade de São Paulo, será expandido para mais 100 praças em 2019. O modelo propõe a especialização do atendimento e a atuação de forma integrada entre agências físicas e escritórios, para garantir um bom atendimento e a realização de negócios no canal de preferência do cliente.

A principal mudança se dará nas agências Varejo, que serão especializadas em atendimento e vendas e passam a focar, exclusivamente, na qualidade do atendimento e na realização de negócios com todos os clientes que frequentam o ponto físico. Já no caso do escritórios e agências digitais, o foco será no relacionamento e na valorização da conveniência dos nossos clientes, com horário estendido, consultores e profissionais especializados, canais presenciais exclusivos, além de produtos e serviços específicos para cada segmento.

Tabela 5. Atendimento

	2017	2018	Var. %
Total de Agências	4.770	4.722	(1,0)
Atendimento Tradicional	4.228	4.101	(3,0)
Atendimento Digital e Especializado	542	621	14,6
Agências Estilo	249	249	-
Agências Empresa	122	171	40,2
Agências Governo	30	30	-
Private Banking	9	11	22,2
Escritórios Exclusivo	85	139	63,5
Escritórios MPE	36	2	(94,4)
Escritórios Estilo	11	19	72,7

9. Capital

Solidez e confiança são a essência de um Banco. Por isso, possuímos Plano de Capital com visão prospectiva de três anos, incorporando os efeitos definidos pelo Acordo de Basileia III e considerando (a) a Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos, (b) a Estratégia Corporativa e (c) o Orçamento Corporativo.

O nosso índice de capital atingiu 18,86% em dezembro de 2018. O índice de capital nível I chegou a 13,39%, sendo 10,00% de capital principal.

Nosso foco está na geração orgânica de capital e crescimento do crédito em linhas mais atrativas sob o critério retorno *versus* risco e em participações estratégicas no *core business* do Banco. Temos como meta manter o Índice de Capital Principal acima de 9,5% em 2019, quando as regras de Basileia III estarão integralmente implementadas no Brasil, meta esta que atingimos com um ano de antecedência no final de dezembro de 2017.

Além disso, seguindo nossa Declaração de Apetite e Tolerância a Risco e Plano de Capital, para janeiro de 2022, nossa meta é manter pelo menos 11,0% de Índice de Capital Principal.

10. Negócios do Conglomerado

Buscamos oferecer a solução financeira mais completa para os nossos clientes, sendo o crédito o negócio mais relevante. Nossas soluções contemplam operações de captação, investimentos, tesouraria, pagamentos e serviços de forma geral. Em sinergia com esses negócios, atuamos também por meio de empresas em diversos segmentos.

Mais informações poderão ser encontradas no nosso sítio de relações com investidores (bb.com.br/ri), da BB Seguridade (bbseguridaderi.com.br) e da Cielo (cielo.riweb.com.br).

A seguir, trazemos os principais mercados em que atuamos:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Crédito

Em 2018, o desembolso de crédito cresceu em linha com nossa estratégia de gestão de retorno e capital, e os resultados já foram perceptíveis nas carteiras de pessoa física e do agronegócio. As operações de crédito cresceram 0,3% frente a 2017, alcançando R\$ 581.003 milhões, com destaque para o setor privado, que apresentou crescimento de 2,3%. Essa carteira representa 88,2% do total de empréstimos a clientes.

Seguridade

A BB Seguridade é a empresa do Banco do Brasil que concentra os negócios de seguros, previdência aberta, capitalização, resseguros, planos odontológicos e corretagem. Constituída em 2012, a companhia é resultado de reorganizações societárias empreendidas desde 2008 e que culminaram na abertura de seu capital em abril de 2013.

Em março, as marcas BB Seguridade, Brasilcap, Brasil dental, Brasilprev e Grupo Segurador Banco do Brasil e MAPFRE, que se apresentavam de maneira independente, passam a compor um guarda-chuva de proteção representado de forma unificada pela marca **BB Seguros**. Todos os conteúdos em patrocínios, publicidade e propaganda, comunicação interna, divulgações à imprensa, *internet* e redes sociais são assinados pela nova marca. Canais de atendimento por telefone também seguirão essa unificação.

Outras informações sobre a BB Seguridade e os negócios do segmento de seguros podem ser consultados no relatório Análise do Desempenho da empresa, disponíveis no site <http://www.bbseguridaderi.com.br/>

Meios de Pagamento

Operamos pela BB Administradora de Cartões e pela *holding* BB Elo Cartões, que concentra os negócios da Alelo, Stelo, Livel e Cateno, além da participação no capital da Cielo S.A., por meio de nossa subsidiária integral BB - Banco de Investimento S.A (BB-BI).

A nossa ampla base de clientes, a qualidade e a diversidade dos serviços prestados nos tornam um dos principais emissores das bandeiras Elo, Visa e Mastercard.

Lançamos, em novembro, o Ourocard Elo Nanquim Diners Club para nossos clientes alta renda pessoa física e *Corporate/Large Corporate* pessoas jurídicas. Os plásticos serão os mais sofisticados do portfólio Elo. Entre os principais diferenciais dos cartões pessoa física, estão a pontuação superior a de outros cartões destinados aos clientes alta renda, acesso a mais de 850 salas *VIP Diners Club* e *Lounge Key* no mundo inteiro e dois traslados gratuitos para aeroportos no Brasil e no exterior.

Para o público pessoa jurídica, o produto oferece seguro viagem gratuito no Brasil e no exterior, com valor segurado de até US\$ 1 milhão; quatro *chips* de viagem por ano, cada um com 4GB de dados/voz; pontuação no programa Ponto pra sua Empresa de 1 ponto para cada US\$ 1,00 gasto, mediante adesão; além dos dois traslados entre aeroportos e de acesso às salas *VIP Diners Club* e *Lounge Key*.

Outras informações sobre a Cielo e os negócios do segmento de meios de pagamento podem ser consultados no relatório Análise do Desempenho da empresa, disponíveis no site <https://ri.cielo.com.br/pt-br/>

Gestão de Recursos

A BB Gestão de Recursos DTVM (BB DTVM) manteve a liderança na indústria de fundos de investimentos, com participação de mercado de 22,5% e um total de R\$ 941.116 milhões em recursos administrados (incluem recursos geridos pela BB DTVM e por outras instituições), crescimento de 8,9% em relação a 2017.

Em relação à segmentação por investidor, segundo o *ranking* Global de Administração de Recursos da Anbima de dezembro/18, a nossa gestora de recursos foi líder nos segmentos: Poder Público (62,7%), Investidores Institucionais (27,1%) e Varejo (41,6%).

Mercado de Capitais

O mercado de capitais vem se recuperando nos últimos trimestres e constitui uma alternativa importante ao financiamento, principalmente para grandes empresas, com potencial de gerar receitas com tarifas e criar outras oportunidades de negócios. Nesse ano, assessoramos nossos clientes na captação de R\$ 54,0 bilhões em renda fixa doméstica e internacional.

Banco do Brasil S.A. – Relatório da Administração – 2018

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Estamos presentes no mercado de capitais doméstico por intermédio do BB-Banco de Investimento S.A. (BB-BI), e no exterior por meio das corretoras *BB Securities Ltd* (Londres), *Banco do Brasil Securities LLC* (Estados Unidos) e *BB Securities Asia Pte. Ltd.* (Cingapura), com foco em investidores de varejo e institucionais. Nossa cobertura é global e atuamos em operações de renda fixa e variável, fusões e aquisições, assessoria em transações de *Project Finance*, oferecendo aos clientes diferentes alternativas de financiamento e acesso a investidores no Brasil e no exterior.

Consórcios

Apresentamos inovações e bons resultados no negócio de consórcios em 2018. Comercializamos mais de 304 mil novas cotas de consórcios, totalizando R\$ 11,3 bilhões em volume de negócios, aumento de 32% em relação a 2017. Desse total, 17% foram realizados via canais digitais.

Ampliamos nossa atuação em canais alternativos (canais digitais e parceiros externos) e aproveitamento de oportunidade de vendas, inclusive em períodos de elevado apelo comercial, a exemplo do mês de novembro com a *Black Friday*. Na ocasião, registramos o melhor desempenho de vendas do ano a partir de campanha promocional com concessão de desconto na taxa de administração para novas adesões.

Lançamos ainda o consórcio mercado agro, que já se estabelece como importante alternativa na aquisição de bens e insumos no campo, como fazendas, máquinas, implementos, terrenos e usinas à gama incontável de serviços, com a possibilidade, inclusive, de reformar uma propriedade rural.

Recuperação de Créditos

Por meio da Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros, nossa subsidiária integral por meio do BB-BI e do Bamb, realizamos 1.006 mil negociações em 2018, totalizando R\$ 655,2 milhões de créditos recuperados. Estas recuperações são oriundas de carteiras de créditos não performados adquiridas pela Ativos S.A de nossas carteiras ou de outras Instituições Financeiras.

Em linha com a digitização de processos e a melhoria da experiência do cliente, a Ativos S.A. também permite a negociação diretamente em seu site na *internet* (www.ativossa.com.br, opção Negocie seu Débito) ou por meio do *app* próprio Ativos S.A., disponível para *iOs* e *android* e que conta com mais de 190 mil *downloads*.

11. Negócios Sociais e Desenvolvimento Sustentável

Nossos negócios sociais têm como prioridade o desenvolvimento de iniciativas economicamente viáveis, utilizando mecanismos de mercado, com o objetivo de resolver desigualdades socioeconômicas de forma sustentável, garantindo renda, inclusão produtiva e acesso a serviços públicos.

O BB Crédito Acessibilidade, linha destinada ao financiamento de bens e serviços de tecnologia assistiva, contratou 8.463 novas operações em 2018. Desde o seu lançamento, em fevereiro de 2012, a linha já atendeu mais de 65,7 mil pessoas.

No Microcrédito Produtivo Orientado, atuamos para ampliar e qualificar a oferta de crédito aos empreendedores, estimular a criação e o fortalecimento de pequenos negócios. Em 2018, alcançamos desembolso acumulado de R\$ 337.256 mil em operações de crédito para capital de giro. Foram beneficiados 171.554 clientes, entre pessoas físicas e jurídicas em todo o País, atendidos por meio da rede de agências e da parceria com a Movera, empresa coligada.

A Movera, em 2018, realizou 91.674 operações, com R\$ 109.621 mil desembolsados para mais de 81.352 clientes. Além da transação via conta corrente, disponibilizamos a contratação do Microcrédito Produtivo Orientado (MPO) pelo Ourocard Conta Fácil e pelo Cartão Ourocard pré-pago, via celular.

Tabela 6. Principais Negócios Sociais

R\$ milhões	Saldo	
	2017	2018
Fies	35.834,5	41.611,4
MPO	305,2	234,8
Crédito Acessibilidade	163,6	162,4

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**12. Gestão de Riscos, Controle e Segurança****Gestão de Riscos**

A nossa forma de atuação é pautada nas políticas e processos aprovados pela nossa Alta Administração e a estrutura de gerenciamento segrega o processo de gestão dos riscos dos demais processos corporativos.

Adotamos estrutura de governança e gestão do risco compatíveis com o porte, natureza do negócio, a complexidade dos produtos e serviços e as relações estabelecidas com os diversos públicos de interesse.

A estrutura de gerenciamento do risco tem por objetivo identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos e contempla Diretorias e Unidades com papéis e responsabilidades definidos, contando com a participação dos Órgãos da Administração e dos Comitês Estratégicos.

Controles Internos

Nosso Sistema de Controles Internos está consolidado. Os processos, produtos e serviços contam com atividades de identificação de riscos e avaliação de controles que vêm sendo aprimoradas continuamente com a implementação de mitigadores, indicadores e a internalização de boas práticas na Gestão de Risco e Governança Corporativa.

A adoção do Modelo de Linhas de Defesa auxilia no atingimento dos objetivos estratégicos, à medida que reforça as competências e responsabilidades de todo o Banco dentro da estrutura de gestão de riscos e controles. O Modelo promove maior inter-relação entre negócios, gestão de riscos, controles e auditoria, buscando a mitigação dos riscos, redução de perdas, melhoria dos processos, sustentabilidade e, por consequência, melhores resultados financeiros. A atuação mais integrada entre as linhas de defesa favorece a consolidação do sistema de controles internos, proporcionando ambiente adequado e seguro à execução dos negócios.

Adotamos a Política de Controles Internos e Conformidade (*Compliance*), alinhada à Resolução CMN 4.595, que estabelece os princípios e diretrizes visando o efetivo gerenciamento do risco de conformidade. O nosso Programa de *Compliance* possui foco no atingimento do estado de conformidade, sustentabilidade e segurança nos negócios, processos, produtos e serviços.

Nossa Política de Relacionamento com Clientes e Usuários é aderente à Resolução CMN 4.539, consolidando as diretrizes e valores organizacionais que devem nortear o comportamento do Banco no relacionamento com seus clientes e usuários e na gestão adequada do risco de conduta.

A aderência e efetividade da Política de Controles Internos e Conformidade e da Política de Relacionamento com Clientes e Usuários é de responsabilidade de todo o conglomerado BB, sob coordenação da Diretoria de Controles Internos.

Para demais informações sobre o Sistema de Controles Internos, programas e políticas, consulte o Formulário de Referência e o Programa de Compliance, disponíveis no sítio de Relações com Investidores (www.bb.com.br/ri).

Segurança Institucional

Reafirmando nosso comprometimento com a ética, transparência e integridade, realizamos a revisão do Programa de Integridade e da metodologia de avaliação do risco de integridade, de acordo com orientações do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União - CGU. Participamos ativamente de iniciativas para prevenção e combate à corrupção junto ao Instituto *Ethos*, *Alliance for Integrity*, Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro - Enccla e à Federação Brasileira de Bancos - Febraban. Mantemos acordos de cooperação técnica com o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Internacional do Ministério da Justiça, com o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF e com a Interpol.

Dispomos de plano de capacitação, nos temas de ética e integridade, para os funcionários, incluindo a Alta Administração da Instituição. Em 2018, 11.606 funcionários participaram dos treinamentos promovidos sobre o tema de prevenção e combate à corrupção e 36.269 foram treinados em eventos de capacitação em prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo. Além disso, 24.128 realizaram provas de certificação de conhecimento em prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**13. Informações Legais**

Conforme critérios definidos pelo Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei Geral da Micro e Pequena Empresa), 96,1% de nossos clientes pessoa jurídica são classificados como micro e pequenas empresas. O volume de recursos utilizado por essas empresas atingiu R\$ 23,8 bilhões em dezembro de 2018. O saldo das operações de capital de giro contratadas pelas microempresas totalizou R\$ 1,0 bilhão e das pequenas empresas R\$ 14,8 bilhões. As operações de investimento destinadas às microempresas atingiram R\$ 591 milhões e para as pequenas empresas R\$ 7,1 bilhões.

Na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa, adotamos procedimentos que se fundamentam na legislação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho e (ii) o auditor não deve atuar, gerencialmente, perante seu cliente nem tampouco promover os interesses desse cliente.

No período, contratamos a KPMG Auditores Independentes para prestação de outros serviços não relacionados à auditoria externa no montante de R\$ 1.576 mil, que representam 4,93% dos honorários relativos ao serviço de auditoria externa. Os serviços contratados constam da tabela a seguir:

Tabela 7. Contratação KPMG Auditores Independentes

Empresa Contratante	Data de Contratação	Data Final do Contrato	Descrição dos Serviços	Valor - R\$ mil
Cielo	12/01/2018	30/05/2018	Consultoria	98,7
BB Securities Asia	26/04/2018	26/04/2018	Consultoria	21,1
Banco Votorantim S.A.	26/04/2018	26/04/2018	Consultoria	75,6
Votorantim Asset	26/04/2018	26/04/2018	Consultoria	113,4
Banco Patagonia Ur.	01/04/2018	30/06/2018	Consultoria	202,0
Brasil Seguros e Prev.	31/05/2018	30/06/2018	Consultoria	73,5
Brasil Seguros e Prev.	31/05/2018	30/06/2018	Consultoria	82,0
Banco Votorantim S.A.	20/07/2018	30/11/2018	Consultoria	97,5
BV Financeira S.A.	01/07/2018	31/12/2018	Consultoria	130,0
Kepler Weber S.A.	01/10/2018	31/12/2018	Consultoria	683,0

Em cumprimento à Instrução CVM 381/2003, informamos que, em 2018, a KPMG Auditores Independentes não prestou serviços que pudessem afetar sua independência, ratificada por meio da aderência de seus profissionais aos pertinentes padrões éticos e de independência, que cumpram ou excedam os padrões promulgados por IFAC, PCAOB, SEC, AICPA, CFC, CVM, Bacen, Susep, Previc e pelas demais agências reguladoras. Estas políticas e procedimentos que abrangem áreas como: independência pessoal, as relações pós-emprego, rotação de profissionais, bem como a aprovação de serviços de auditoria e outros serviços, estão sujeitas a monitoramento constante.

No Banco do Brasil, a contratação de serviços relacionados à auditoria externa deve ser precedida por parecer do Comitê de Auditoria.

Informações de Coligadas e Controladas

Em cumprimento ao artigo 243 da Lei 6.404/76, informamos que os investimentos da companhia em sociedades coligadas e controladas estão relacionados nas notas explicativas 2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis Consolidadas e 26 – Investimentos em Coligadas e *Joint Ventures*.

Esclarecimentos Adicionais

- I. Os investimentos fixos no período somaram o valor de R\$ 1.665 milhão em 2018, destacando o investimento em novos pontos de atendimento e na melhoria da ambiência das agências (R\$ 813,5 milhões) e em tecnologia da informação (R\$ 811,4 milhões).
- II. Publicamos anualmente, em nossa Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, disponível em nosso sítio (www.bb.com.br/ri), os investimentos realizados em decorrência do exercício de políticas públicas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O Banco do Brasil, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal se comprometem a resolver toda e qualquer disputa ou controvérsia relacionada ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado por meio da Câmara de Arbitragem do Mercado da B3, conforme cláusula compromissória constante do Estatuto Social do Banco do Brasil.

Para mais informações, disponibilizamos no sítio de Relações com Investidores (www.bb.com.br/ri) o Formulário de Referência, Análise do Desempenho e Apresentação Institucional.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2. Relatório da Administração referente às demonstrações financeiras do Banco do Brasil S.A. para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Senhoras e Senhores Acionistas

Agradecendo a dedicação e o empenho de nossos funcionários e colaboradores, bem como a confiança dos clientes e da sociedade, informamos que encerramos o ano de 2018 com lucro líquido de R\$ 12.862 milhões, aumento de R\$ 1.851 milhão, ou 16,8% se comparado a 2017.

O retorno sobre patrimônio líquido (RSPL) evoluiu para 13,2%, frente a 12,3% em 2017. Parte desse resultado foi alcançado pelo rígido controle de despesas administrativas, que caíram 3,91% no ano, mesmo com a inflação (IPCA) de 3,75% e pela redução das despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) em R\$ 4.971 milhões (19,3% frente a 2017).

Nossas receitas com prestações de serviços e tarifas bancárias cresceram 5,68% em relação a 2017, o que demonstra o sucesso da evolução da nossa estratégia de relacionamento e assessoria especializada junto a clientes, principalmente com a utilização de novas tecnologias. A materialização desse resultado está em nosso índice de eficiência ajustado, que alcançou 38,5% e na melhoria dos nosso índice de capital, que atingiu 18,86% em dezembro de 2018, sendo 10,00% de capital principal.

Elegemos 2018 como o ano do “Relacionamento” e acreditamos que a transformação e a complexidade do ambiente de negócios irão se intensificar nos próximos anos. Por isso, o foco na melhoria da experiência dos consumidores e o investimento em inovação continuarão a ser os orientadores da nossa atuação.

Alcançamos, ao final de 2018, o número de 2,7 milhões de clientes nativos digitais, ou seja, aqueles que iniciaram o relacionamento conosco por meio digital, desde novembro de 2016. Esse resultado é fruto de nossos produtos e serviços e do avanço em nossas soluções digitais.

Estrutura

O Relatório da Administração está estruturado da seguinte forma:

A Estratégia Corporativa e nossos modelos de relacionamento serão abordados no capítulo 1. No Capítulo 2 será apresentada nossa estrutura de governança corporativa, bem como aprimoramento e destaques nesse tema ao longo de 2018. No capítulo 3 discutiremos o cenário econômico no Brasil e no mundo. Indicadores de mercado e destaques no atendimento aos nossos acionistas serão abordados no capítulo 4.

O capítulo 5 aborda os destaques e inovações no relacionamento e na melhoria da experiência dos nossos clientes. O capítulo 6 destaca a estrutura e realizações em gestão de pessoas e o capítulo 7 aborda o desempenho financeiro do ano. No capítulo 8 analisamos a evolução do modelo de atendimento, tanto presencial quanto digital.

A gestão de capital é abordada no capítulo 9 e no capítulo 10 destacamos outros negócios do conglomerado. O capítulo 11 discorre sobre os negócios sociais e desenvolvimento sustentável dos negócios e no capítulo 12 abordamos os temas de gestão de riscos, controle e segurança, com destaque para a estrutura de controles internos.

Para mais informações sobre o desempenho dos negócios, sugerimos a leitura do relatório Análise do Desempenho no sítio de Relações com Investidores (www.bb.com.br/ri).

1. Estratégia Corporativa

A economia mais conectada e competitiva influencia significativamente a indústria financeira e promove mudanças no comportamento de consumo. À medida que a complexidade do ambiente de negócios aumenta, maior é a necessidade de as organizações desenvolverem cultura de inovação que oriente o planejamento estratégico. Por conta do dinamismo do cenário e das necessidades de nossos clientes, mantivemos nossa Estratégia Corporativa atualizada e aderente aos desafios presentes em nosso ambiente de atuação.

Nossa Visão é “Ser a empresa que proporciona a melhor experiência para a vida das pessoas e promove o desenvolvimento da sociedade, de forma inovadora, eficiente e sustentável” e cinco perspectivas nos guiam nessa direção:

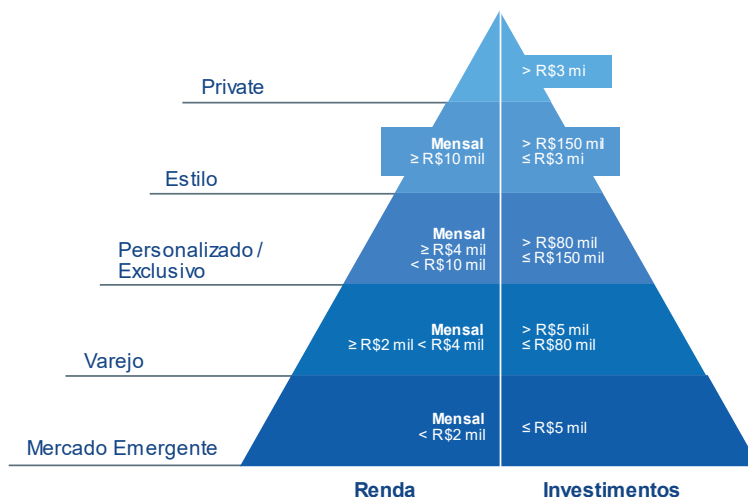
- a) **Financeira:** priorizamos a elevação da rentabilidade, o crescimento e a diversificação das receitas com prestação de serviços, a melhoria da eficiência operacional, a sustentabilidade do capital e a redução das perdas operacionais.

Banco do Brasil S.A. – Relatório da Administração – 2018

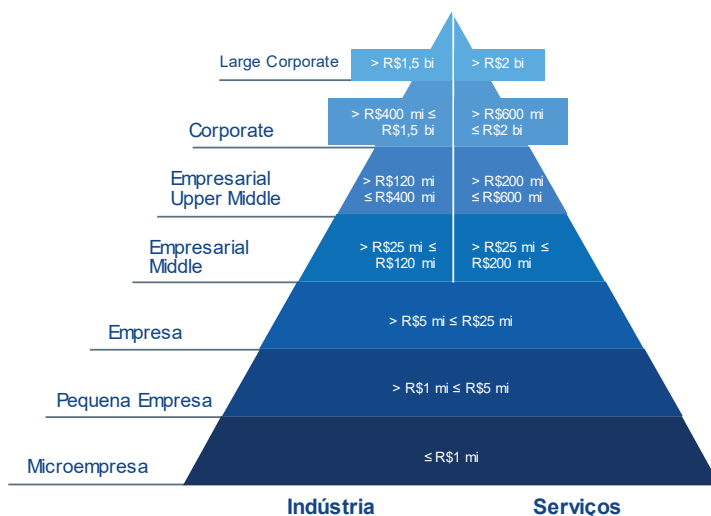
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- b) **Clientes:** temos por objetivo proporcionar experiências de valor e uma jornada que atenda às expectativas do cliente em todos os canais de relacionamento priorizando ações que favoreçam o aumento da satisfação, a retenção e a atração de clientes.
- c) **Processos:** mantivemos o foco na Transformação Digital e no aperfeiçoamento dos processos, produtos e canais, buscando torná-los mais simples, ágeis, inovadores, integrados e orientados à máxima eficiência e satisfação dos consumidores de nossos produtos e serviços.
- d) **Pessoas:** dedicamos foco ao desenvolvimento das competências estratégicas necessárias para fazer frente aos desafios que se apresentam para os próximos anos, notadamente: empreendedorismo, relacionamento com clientes, inovação, negócios digitais, liderança e eficiência. Além disso, continuaremos pautados pela meritocracia nos programas sucessórios, pelo reconhecimento de talentos e pela valorização da diversidade.
- e) **Sustentabilidade:** complementa e perpassa as demais perspectivas. Temos foco em aprimorar nosso desempenho sustentável, nas dimensões econômica, social e ambiental, dado que a geração de retornos sustentáveis no longo prazo pressupõe ir além das questões financeiras e dos riscos tradicionais.

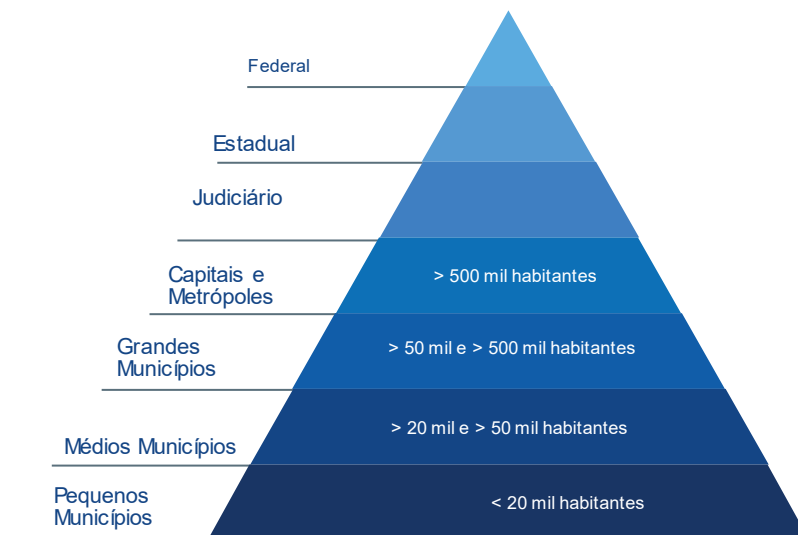
Os modelos de relacionamento e a segmentação de nossos clientes buscam aumentar a especialização no atendimento e, principalmente, manter uma proposta de valor adequada a cada perfil e necessidade dos clientes.

Figura 1. Segmentação Pessoa Física¹

1 – Não se aplica ao Produtor Rural

Figura 2. Segmentação Pessoa Jurídica¹

1 – Faturamento Bruto Anual

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Figura 3. Segmentação Setor Público**

A seguir, alguns reconhecimentos e eventos que foram destaques no ano:

1. Janeiro:

Durante o Fórum Econômico Mundial realizado em Davos, na Suíça, figuramos entre os 100 maiores líderes mundiais em sustentabilidade corporativa, segundo o *ranking* Global 100, da *Corporate Knights*. Ocupamos a 49ª colocação e somos o banco brasileiro com melhor posicionamento nesse ano, sendo esta a terceira vez que participamos do índice, resultado que representa um reconhecimento de importância internacional em se tratando de sustentabilidade empresarial corporativa.

Fomos eleitos como o segundo banco mais transparente do Brasil. O levantamento inédito, realizado pela Transparência Internacional, nos colocou na 13ª colocação no *ranking* geral, que contabilizou, além dos bancos, as 100 maiores empresas brasileiras em receita líquida. Nos destacamos pelo bom desempenho no quesito transparência em programas anticorrupção e transparência organizacional, com 92% e 75% de aprovação, respectivamente.

2. Fevereiro:

Fomos certificados como empresa *Top Employer* e somos o único banco brasileiro a receber o reconhecimento em 2018. A certificação é dada pela fundação de pesquisa independente holandesa, *Top Employers Institute*. O prêmio reconhece empregadores de todo o mundo, destacando os que desenvolvem talentos em todos os níveis da organização e que se esforçam para otimizar continuamente as políticas e práticas de gestão de pessoas.

Participamos, com a Febraban, da assinatura de convênio de cooperação técnica com a Polícia Federal para o combate a fraudes bancárias. Observadas as questões que regem o sigilo bancário, esse acordo permitirá o compartilhamento de informações e a troca de tecnologias para o combate a crimes eletrônicos.

Nosso diretor de tecnologia, Gustavo Fosse, foi reconhecido como executivo do ano pela IT Mídia com o case sobre transformação digital no Banco do Brasil.

3. Março:

Durante o 13º Congresso Brasileiro de Pregoeiros em Foz de Iguaçu, conquistamos dois prêmios pela gestão do portal Licitações-e. A solução foi reconhecida como o portal que oferece a “melhor interação com o fornecedor” e, também, o portal com “maior número de pregões realizados e concluídos dentro do ano de 2017”. Naquele ano, foram 37 mil processos licitatórios realizados e 240 mil lotes disputados em pregões eletrônicos.

Na premiação 100+Inovadoras no uso de TI – IT Mídia – figuramos na 23ª colocação entre as empresas mais inovadoras de todos os segmentos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**4. Abril:**

Lançamos, conjuntamente com diversas entidades e instituições financeiras, o acordo relativo à diferença de correção monetária de planos econômicos em caderneta de poupança. O acordo chega como uma alternativa mais rápida para quem entrou com ações judiciais.

5. Maio:

Ganhamos o Prêmio Tela Viva Móvel 2018. Os troféus vieram tanto na votação popular quanto na escolha do júri pelo desempenho do nosso *chatbot*, assistente virtual baseado em computação cognitiva e inteligência artificial.

Lançamos a Veloe, uma solução de mobilidade para pagamento automático em pedágios, estacionamentos e postos de gasolina. O novo serviço foi lançado pela Alelo seguindo a estratégia da marca de diversificação em meios eletrônicos de pagamento e buscando valorizar a experiência do cliente. O serviço é totalmente digital, baseado em uma conta virtual gerenciada por meio de aplicativo no celular.

Fomos convidados a integrar um Acordo de Cooperação com a Interpol que prevê a permanência de um funcionário no Centro de Inovação daquela Polícia Internacional em Singapura, para combate a crimes cibernéticos. Somos a primeira instituição financeira das américas a assinar esse tipo de convênio.

Comunicamos ao mercado, no dia 30, que o Fundo Fiscal de Investimentos e Estabilização (FFIE), cujo único cotista é o Fundo Soberano do Brasil (FSB) e cuja gestão é feita pela nossa subsidiária integral BB DTVM, concluiu, em 29.05.2018, o processo de alienação de nossas ações detidas pelo FFIE. Este movimento resultou que em dezembro/2018 o acionista controlador detinha 52,2% de participação.

6. Junho:

Fomos eleitos o banco que melhor se relaciona com seus clientes no *Facebook* e no *Twitter*. O reconhecimento é da *Socialbakers*, por meio do *ranking* Socially Devoted. O resultado é referente ao primeiro trimestre de 2018 e reflete o nosso trabalho realizado nas redes sociais.

Anunciamos parceria com a *Startup Farm*, a melhor e mais experiente aceleradora de startups da América Latina. O contrato prevê iniciativas como programas de aceleração, *workshops*, palestras e trabalho de mentoria tanto do *staff* da *Startup Farm* para as nossas ideias quanto de nossos executivos para os fundadores de *startups*.

Nosso vice-presidente de tecnologia, Gustavo do Vale, foi eleito o CIO do Ano no efinance, um dos eventos de tecnologia da informação mais valorizados pelo mercado bancário. No mesmo evento, tivemos 22 cases vencedores em 10 categorias de premiação.

Assinamos a maior contratação de livre energia no varejo brasileiro, com a empresa portuguesa EDP. A parceria prevê a disponibilização de cerca de 400 GWh para 24 dependências localizadas em 14 estados, em um contrato de cinco anos de duração. Além da economia de recursos financeiros, reafirmamos nosso compromisso com a sustentabilidade, dado que a energia adquirida será do tipo incentivada, originária de geradores de fontes renováveis, como eólica, solar e de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs).

Assinamos adesão formal aos padrões de conduta que fazem parte da campanha Livres & Iguais, de acordo com os princípios da Diversidade, criados pela Organização das Nações Unidas (ONU). Fomos a primeira grande instituição financeira do Brasil a fazê-lo, fato que fortalece o nosso compromisso com os Direitos Humanos e contribui para demonstrar a clientes, funcionários e acionistas o apoio a pessoas LGBTI (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e pessoas intersexo).

Lideramos o Índice Integrado de Governança e Gestão (IGG) do Tribunal de Contas da União (TCU). Alcançamos 91% no indicador, sendo seguidos pela BB Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (BBDTVM), nossa subsidiária, que alcançou indicador de 87%. No componente Gestão e Contratações, o índice foi de 96,7%. O TCU realiza levantamentos constantes para conhecer melhor a situação da governança no setor público e estimular as organizações públicas a adotarem boas práticas de gestão.

Lançamos o portal Mercado de Direitos Creditórios, no qual são divulgadas oportunidades de negócios com créditos ajuizados para cessão a terceiros não integrantes do Sistema Financeiro Nacional (SFN), cujos dados dos processos são de domínio público. Desde o lançamento, os

Banco do Brasil S.A. – Relatório da Administração – 2018

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

investidores já compraram cerca de R\$ 85,7 milhões em créditos ajuizados. O acesso às informações pode ser feito pelo site: www.bb.com.br > Confira todos os produtos e serviços > Mercado de Direitos Creditórios.

7. Julho:

Lançamos o Plano Safra 2018/2019, que prevê o desembolso de R\$ 103 bilhões. Se a meta for atingida, representará um aumento de 21% em relação à safra anterior. Do total disponível, R\$ 11,5 bilhões são destinados às empresas da cadeia do agronegócio, enquanto R\$ 91,5 bilhões são para crédito rural aos produtores e cooperativas. Destes, custeio e comercialização contam com R\$ 72,8 bilhões e R\$ 18,7 bilhões para investimento agropecuário.

Figuramos entre as duas melhores empresas para se trabalhar, sendo a primeira entre as instituições financeiras. O prêmio é publicado pela Forbes Brasil, com base no *ranking* de Melhores Empresas para Trabalhar no Brasil, elaborado pela Indeed.

Pela décima vez consecutiva, o nosso cartão Ourocard foi eleito o preferido pelos brasileiros. A pesquisa é realizada pela CardMonitor e Instituto Medida Certa.

Recebemos o Prêmio Broadcast Corretoras, promovido pela Agência Estado, como a melhor equipe de analistas de mercado. Fomos premiados por ter apresentado o maior retorno obtido com base nas recomendações de todos os analistas das instituições participantes. Na categoria individual, fomos premiados com três analistas entre os dez melhores profissionais do país.

Participamos do 1º Exercício Guardiã Cibernético Setor Finanças e Setor Energia Nuclear, no Forte Marechal Rondon, em Brasília. O evento foi um treinamento simulado de proteção a ataques cibernéticos que contou com a participação de militares das Forças Armadas e outros órgãos governamentais, além das instituições do setor bancário, nuclear e comunidade acadêmica.

8. Agosto:

Fomos listados, pelo terceiro ano consecutivo, no *FTSE4 Good Index Series*, índice da bolsa de valores de Londres que avalia e classifica as empresas com melhores práticas ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG, na sigla em inglês). O indicador é utilizado por investidores do mundo todo para identificar companhias que pratiquem esses valores e serve de referência para fundos de investimento sustentáveis.

Recebemos o prêmio *Learning & Performance* como melhor projeto cujas práticas compartilhadas elevam o nível de maturidade do Aprendizado e Desempenho no negócio. É a quarta vez que recebemos - via UniBB - o prêmio de educação corporativa.

Inauguramos o Laboratório de Experimentação Avançada em *Cyber* Segurança (LEACS). Entre seus principais objetivos, o LEACS busca a experimentação de novas técnicas para aperfeiçoar os mecanismos de defesa de sistemas e informações corporativas, realizando testes de códigos maliciosos em aplicações, análise avançada de *cyber* segurança, varredura de vulnerabilidades e criptografia.

A Convite do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o Banco do Brasil passou a integrar o Comitê Gestor da Rede Nacional de Compras Públicas, que promove a difusão de informações e experiências em prol do aprimoramento das compras públicas brasileiras.

9. Setembro:

Comunicamos que passamos a ser titulares e reconhecer em nosso resultado a participação 80,3894% do Banco Patagonia (Argentina), após exercício de opção de venda por parte de três acionistas minoritários.

O vice-presidente de Gestão Financeira e Relações com Investidores, Bernardo Rothe, foi ranqueado entre os três melhores *Chief Financial Officer* (CFO) da América Latina para o setor financeiro/bancos. A premiação, baseada em pesquisa realizada junto a analistas de mercado e investidores institucionais, é conferida pela *Institutional Investors*, entidade renomada especializada em notícias, pesquisa e inteligência para o mercado de capitais e investimentos.

10. Outubro:

Anunciamos o início de nossa estratégia de apoio aos *e-Sports* (campeonatos de jogos eletrônicos), como forma de apoiar as estratégias de transformação digital e rejuvenescimento da

Banco do Brasil S.A. – Relatório da Administração – 2018

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

base de clientes. As ações do Banco tiveram início com o patrocínio ao maior evento do setor na América Latina, a Brasil Game Show (BGS), em São Paulo.

Fomos eleitos o melhor banco do país, de acordo com o guia Época Negócios 360°. Além de ter sido considerada a melhor empresa na Dimensão Pessoas, ficamos também em primeiro lugar, no setor Bancos, nas Dimensões Governança Corporativa e Visão de Futuro.

Realizamos a MPE Week. Em comemoração ao dia da MPE, o evento promoveu sete dias de ações para reconhecer a importância do pequeno empreendedor e apoiar suas atividades. Além de workshops, nossos clientes contaram com vantagens exclusivas do Banco, coligadas e outros parceiros. O resultado foi de 1.099 novos contratos Alelo, 2.476 novas afiliações Cielo e 4.426 máquinas Stelo comercializadas, entre outros negócios realizados.

Assinamos, em parceria com uma das maiores empresas do setor elétrico no mundo, contrato para a construção de usina para captação de energia por meio da luz do Sol. Com 15 mil painéis fotovoltaicos, a usina abastecerá 58 agências em Minas gerais e gerará 11 GWh/ano.

11. Novembro:

Recebemos reconhecimento duplo com o Prêmio Atendimento Ouro da Abrarec (Associação Brasileira das Relações Empresa Cliente). A Abrarec é uma associação voltada para criar e divulgar a cultura do bom relacionamento entre empresas e clientes. Fomos reconhecidos em duas categorias: “Atendimento nas redes sociais digitais” e “Atendimento diferenciado que evitou uma ação judicial”.

Finalizamos a reestruturação operacional e societária da parceria mantida entre BB Seguros Participações S.A. (“BB Seguros”) e MAPFRE Brasil Participações S.A. (“MAPFRE”). O foco agora será o aproveitamento do grande potencial do canal bancário para os segmentos que já contam com produtos da BB Seguros como, por exemplo, vida, residencial, habitacional, empresarial e agronegócio. Os seguros de automóveis e grandes riscos continuam a ser comercializados, mas, a partir de agora, sem a participação societária nesses negócios.

Fomos selecionados pelo 14º ano consecutivo para compor a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (ISE) para 2019. Estamos listados desde o ano de lançamento do índice, em 2005.

Fomos premiados pelo Guia Exame de Sustentabilidade 2018 por nossas práticas e programas que visam a redução do consumo de água em todas as suas dependências, e, também, incentivo à gestão de recursos hídricos pelos clientes e a sociedade.

12. Dezembro:

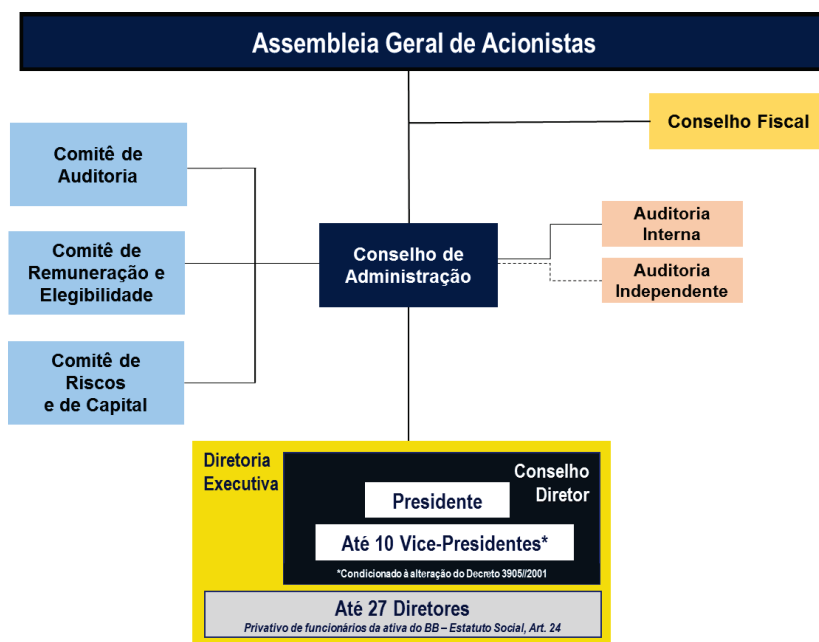
Recebemos o título de “Banco do ano” durante a cerimônia de entrega do prêmio Relatório Bancário 2018, em São Paulo. Além de ser o destaque geral entre as empresas do segmento, faturamos outros três prêmios em categorias específicas. A BBTS também teve um case vencedor e garantiu a quarta conquista para o Conglomerado. Considerado um dos principais reconhecimentos do setor financeiro, o prêmio Relatório Bancário enaltece ações que promovem a transformação digital e o aprimoramento da experiência do usuário.

Recebemos o Prêmio *Marketing* Contemporâneo, criado com o objetivo de destacar grandes estratégias das empresas que melhor entendem o nosso tempo e que sabem se adaptar aos novos modelos colaborativos e participativos. O BB recebeu a premiação na categoria Responsabilidade Social e Sustentabilidade, com a campanha “A Cultura Transforma Tudo”.

Fomos eleitos, pela revista Exame, como o melhor gestor de fundos renda fixa. O prêmio identifica os gestores que melhor capturaram as oportunidades e se destacaram na gestão dos fundos nos últimos 12 meses, na posição de setembro. Para isso, foram avaliados cerca de mil fundos de investimento segundo critérios de risco e retorno.

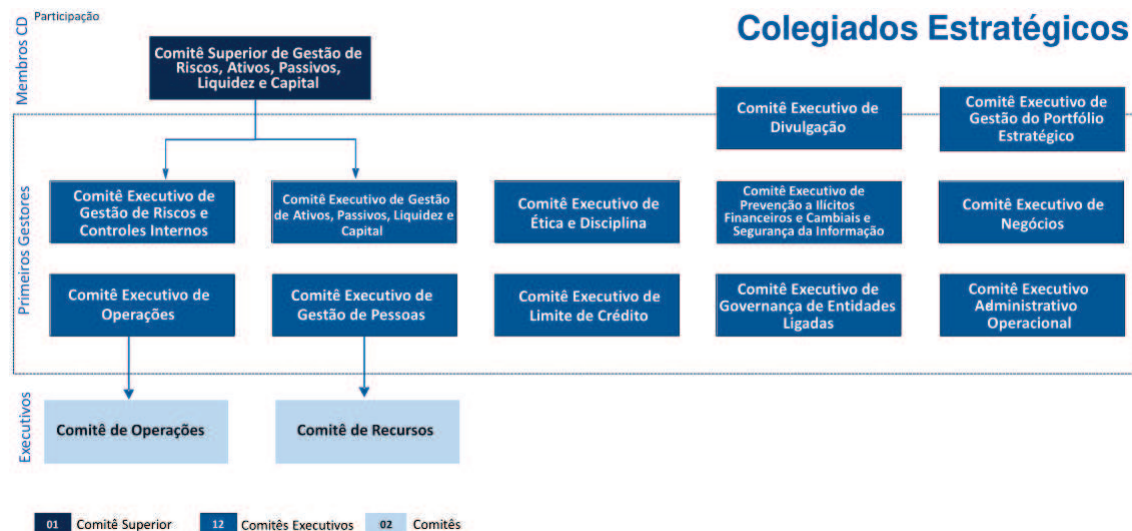
2. Governança Corporativa

Nossa estrutura de governança corporativa, representada na figura a seguir, é formada pela Assembleia Geral de Acionistas; pelo Conselho de Administração (CA), assessorado pelo Comitê de Auditoria (Coaud), pelo Comitê de Remuneração e Elegibilidade (Corem) e pelo Comitê de Riscos e de Capital (Coris); pela Diretoria Executiva (Direx); pelo Conselho Fiscal (CF); e pela Auditoria Interna:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Figura 4. Estrutura de Governança**

O CA é composto por oito membros, sendo cinco indicados pelo acionista controlador, dois pelos minoritários e um eleito pelos funcionários. A Direx é composta pelo Conselho Diretor (CD – presidente e até 10 vice-presidentes¹) e por até 27 diretores estatutários. Mantemos ainda, em caráter permanente, um Conselho Fiscal (CF) composto por cinco membros titulares e cinco suplentes.

Em todos os níveis, as decisões são tomadas de forma colegiada para promover o adequado debate dos temas estratégicos e das propostas negociais. Para tanto, a administração se utiliza de diversos comitês, que garantem agilidade e segurança ao processo de tomada de decisão, conforme figura a seguir:

Figura 5. Colegiados Estratégicos

Como boa prática de governança corporativa, possuímos processos de avaliação de desempenho do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, do Auditor Geral, dos Comitês de Remuneração e Elegibilidade, de Auditoria e de Riscos e de Capital.

¹ Condicionado à alteração do Decreto 3.905/2001.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

No decorrer do ano de 2018, realizamos diversos aprimoramentos em nossa governança: revimos nosso Estatuto Social e os Regimentos Internos do Conselho Fiscal, do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria, do Conselho Diretor, do Comitê de Remuneração e Elegibilidade e do Comitê de Riscos e de Capital. No caso desses dois últimos, destacamos que Comitê de Remuneração é coordenado por um membro independente e que tanto ele como o Comitê de Riscos e Capital é formado por membros independentes em sua maioria.

Atualizamos também nossas Políticas, com destaque para as Políticas de Transações com Partes Relacionadas, de Indicação e Sucessão, de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro, ao Financiamento do Terrorismo e à Corrupção, a fim de melhor adequá-las às boas práticas de governança e à regulamentação vigente. Também criamos nossa Política de Remuneração de Administradores.

Sobre o plano de sucessão de nossos executivos, entre maio de 2016 a dezembro de 2017, realizamos para a Alta Administração, o Programa Dirigentes BB, em parceria com empresa de mercado, com foco nos potenciais sucessores para Vice-presidentes, Auditor Geral, Diretores e Gerentes Gerais de Unidades Estratégicas. Foram mapeados ao todo 260 gestores, com o intuito de subsidiar decisões de sucessão, direcionar ações de desenvolvimento e mitigar riscos sucessórios.

Em dezembro de 2017, divulgamos o resultado do Programa Ascensão Profissional Executivos e Gestores no Exterior, processo seletivo realizado para identificar e desenvolver potenciais Gerentes Executivos, Superintendentes e Gestores no Exterior. O processo, alinhado às melhores práticas de seleção do mercado, com premissas de transparência, meritocracia e isonomia, identificou 82 colaboradores qualificados para compor o banco de talentos.

Arquivamos, na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e divulgamos em nosso site de Relações com Investidores, o Informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa, elaborado em conformidade com a ICVM nº 586/2017, que regulamentou a divulgação das informações a respeito das práticas de governança contempladas no Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas. O Informe foi aprovado pelo Conselho de Administração em 15.10.2018.

Em abril, obtivemos a maior pontuação no Índice Integrado de Governança e Gestão (IGG) do Tribunal de Contas da União (TCU), dentre as 498 entidades da administração pública avaliadas, alcançando 91% no indicador, composto pelas dimensões: governança pública; governança e gestão de pessoas; de TI; e de contratações.

Em maio e em novembro de 2018, nos mantivemos no Nível 1, com nota máxima (10) em todas as dimensões avaliadas no 2º e 3º ciclos do Indicador de Governança IG-SEST, da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, indicador criado com o objetivo de acompanhar o desempenho da qualidade da governança das estatais, para fins do cumprimento dos requisitos da Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais), regulamentada pelo Decreto 8.945/2016, e diretrizes estabelecidas nas Resoluções CGPAR². A BB DTVM, nossa subsidiária integral, também obteve pontuação máxima (nota 10), em sua primeira participação no indicador, bem como a BB Seguros que atingiu o nível 1 também com nota máxima.

Somos o único banco com ações listadas, desde 2006, no “Novo Mercado” da B3, segmento mais exigente da bolsa brasileira em requisitos de governança. Figuramos também, junto com a BB Seguridade (empresa de capital aberto do nosso conglomerado), no Programa Destaque em Governança de Estatais da B3, com nota máxima nos quesitos observados.

3. Economia

Brasil

No segundo semestre de 2018, a economia brasileira demonstrou poder de reação. A liberação dos recursos do PIS/PASEP e a manutenção dos juros em patamares historicamente baixos impulsionaram o consumo das famílias. Os investimentos também não decepcionaram, mesmo diante de eventos não econômicos, que aumentaram a incerteza sobre a economia doméstica, e que os dados tenham sido parcialmente inflados por movimento extraordinário de ordem contábil relacionado à importação de plataformas de petróleo pela Petrobrás.

Pelo lado da oferta, após vários trimestres em queda, a construção civil mostrou estabilidade. O setor de serviços, que responde por aproximadamente 60% do PIB, registrou desempenho favorável,

² Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

impulsionado pelas atividades de transporte, armazenamento e logística, que recuperaram após o efeito adverso gerado pela greve dos caminhoneiros no semestre anterior. Na agropecuária, o resultado positivo pode ser atribuído à robustez da demanda externa.

Com a contribuição do agronegócio e a desvalorização cambial desencadeada pelas incertezas no cenário político, as exportações se sustentaram em patamar elevado e ajudaram a manter situação confortável nas contas externas. Mesmo com o maior avanço das importações, a balança comercial apresentou *superavit* expressivo, contribuindo para que o *deficit* em transações correntes permanecesse em patamar significativamente inferior ao fluxo de investimento estrangeiro direto.

Considerando a inflação, o IPCA manteve-se abaixo do centro da meta do Banco Central. A ociosidade elevada ajudou a manter componentes dos preços associados à demanda, como os itens de serviços e de bens industriais, em patamares confortáveis. Enquanto a dinâmica dos preços de produtos *in natura* pesou favoravelmente para a inflação de alimentos, a queda do preço do petróleo e a recuperação dos reservatórios das hidrelétricas contribuíram para o arrefecimento do custo de combustíveis e das tarifas de energia elétrica. Esses elementos contrabalançaram a maior pressão de preços originada no aumento da taxa de câmbio. Nesse contexto, o Comitê de Política Monetária manteve a taxa básica de juros em 6,5% a.a. e voltou a afirmar que a atual conjuntura econômica prescreve política monetária expansionista.

Mundo

No cenário externo, o segundo semestre de 2018 foi caracterizado principalmente pelo acirramento da disputa comercial entre Estados Unidos e China. Desentendimentos na Europa envolvendo a situação fiscal da Itália e o processo de saída do Reino Unido do bloco econômico regional também adicionaram incerteza ao cenário.

Nesse ambiente, elevou-se o temor de desaceleração mais forte das principais economias mundiais e a tensão nos mercados financeiros globais. Com o impacto adicional de incertezas no setor de tecnologia, a deterioração das bolsas americanas eliminou os ganhos registrados no primeiro semestre. Por sua vez, o preço das *commodities* registraram queda no período. Destaque para o petróleo, que além da perspectiva de menor demanda com o cenário menos favorável para a economia mundial, foi impactado pela elevação da oferta.

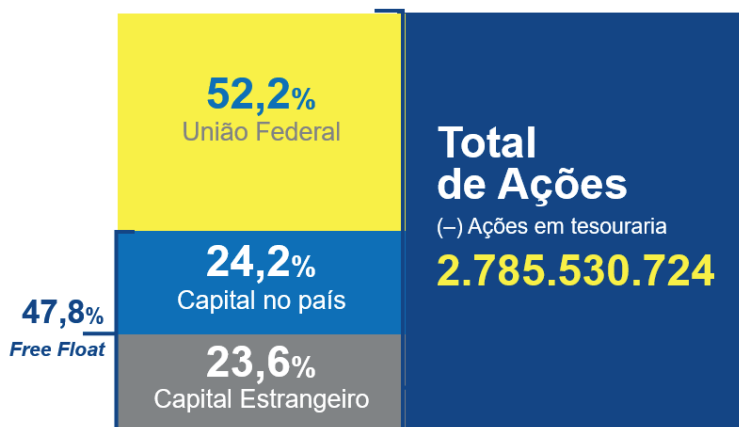
Apesar do aumento da aversão ao risco em nível global, em termos de nível de atividade, a economia dos Estados Unidos voltou a registrar forte desempenho, favorecida por um mercado de trabalho aquecido e uma política fiscal expansionista. Ainda assim, a inflação segue sem pressões relevantes, embora os salários tenham sustentado trajetória de aceleração durante todo o semestre. Nesse contexto, o comitê de política monetária norte americano seguiu no processo de aumento gradual dos juros, em linha com o esperado.

No continente europeu, a atividade econômica desacelerou no terceiro trimestre deste ano. Nesse ambiente, o Banco Central Europeu manteve a política monetária em níveis acomodatórios, mas encerrou seu programa de compra de ativos. Na Ásia, refletindo efeitos adversos iniciais da guerra comercial, o crescimento chinês apresentou arrefecimento acima do esperado.

4. Indicadores de mercado e atendimento aos acionistas

Nossas ações (BBAS3) mantiveram presença em todos os pregões da B3 e representavam 3,140% do Ibovespa para o quadrimestre de setembro a dezembro de 2018. Para o quadrimestre entre Janeiro e Abril de 2019, nossa participação será ainda maior, de 4,373%. Mantivemos também um programa de ADR nível 1 (BDORY), negociado no mercado de balcão nos Estados Unidos.

Nossa composição acionária, ao final de dezembro de 2018, era assim distribuída:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Figura 6. Composição Acionária (%)¹**

1 – Não considera ações em tesouraria

Disponibilizamos relatórios e informações à CVM e no sítio de Relações com Investidores e mantemos equipe dedicada ao atendimento de analistas e investidores, que realizou 1012 atendimentos no ano, incluindo participação em reuniões, eventos e atendimentos telefônicos. Destacamos a realização, em setembro, do Banco do Brasil Day que reuniu 76 analistas e investidores institucionais para debater com a nossa alta administração as expectativas para os negócios e o nosso posicionamento de inovação. Em novembro, organizamos a Apimec São Paulo, que reuniu 144 participantes.

Para atendimento ao investidor institucional, realizamos 516 reuniões, incluindo participação em nove conferências no país e outras dez no exterior, além de 15 *non-deal roadshows* no Brasil e no exterior. Promovermos ainda quatro teleconferências de resultado e reuniões com clientes acionistas em seis de nossos escritórios *Private*.

Tabela 1. Indicadores de Mercado

	Indicadores	
	2017	2018
Valor Patrimonial - BBAS3 (R\$)	31,4	33,0
Valor Patrimonial - BBAS3 - Consolidado (R\$)	35,4	36,7
Cotação de Fechamento - BBAS3 (R\$)	31,8	46,5
Lucro por Ação (R\$)	3,9	4,5
Retorno sobre Ativos (%)	0,7	0,9
Retorno sobre Ativos (%) - Consolidado	0,8	0,9
Retorno sobre Patrimônio Líquido (%)	11,4	12,3
Retorno sobre Patrimônio Líquido (%) - Consolidado	12,3	13,2
JCP (R\$ milhões)	3.229	5.162
Cotação ADR (US\$)	9,7	11,9

Distribuição de Lucros

Distribuímos, em 2018, R\$ 5.162 milhões em Juros Sobre Capital Próprio (JCP).

Em 10/05/2018, publicamos Fato Relevante, no qual comunicamos que nosso Conselho de Administração aprovou a revisão da Política Específica de Remuneração aos Acionistas, estabelecendo, dentre outros pontos, que o lucro líquido do exercício a ser distribuído (*payout*), via dividendos e/ou JCP, será fixado em intervalo percentual do resultado. Em 2018 o *payout* alcançou 40%.

Outras informações sobre a nossa política de dividendos estão disponíveis na seção 3 do Formulário de Referência ou nos artigos 46 e 48 do nosso Estatuto Social, disponíveis no sítio www.bb.com.br/ri.

5. Experiência dos Clientes

Como parte de um planejamento com o olhar para a sustentabilidade da nossa empresa de 210 anos, elegemos 2018 como o “Ano do Relacionamento”. Essa foi uma sinalização para que os esforços de

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

todos os funcionários de nossa empresa priorizem a experiência do cliente e o aprofundamento das relações com eles.

Nesse sentido, nos próximos parágrafos, apresentaremos algumas das principais ações implementadas para elevar a conveniência e melhorar a experiência dos nossos clientes, por meio da especialização e da análise do seu comportamento, possibilitando ofertas mais assertivas de produtos adequados às necessidades dos clientes.

Segmento Pessoas Físicas

App BB chega a 18,2 milhões de usuários

Nosso *app* atingiu em dezembro a marca de 18,2 milhões de usuários, em comparação com 15,1 milhões em dezembro de 2017 e 10,2 milhões em dezembro de 2016. Acessado por mais de 5,6 milhões de pessoas todos os dias, o *app* e o *internet banking* são responsáveis por 75,6% das transações realizadas no Banco.

Além disso, nosso *app* é o mais bem avaliado do sistema financeiro brasileiro nas duas principais lojas de aplicativos – *Play Store* (4,5) e *Apple Store* (4,7) e, entre todos os aplicativos, incluindo redes sociais, ele é o quarto preferido pelos brasileiros, segundo pesquisa *Panorama Mobile Time/Opinion Box*, divulgada pelo site *Mobile Time*. A boa avaliação do aplicativo foi tema da campanha Fato ou Fake. Divulgada em novembro, a campanha buscou mostrar o que é fato e não *fake* no BB, com destaque para as soluções digitais inovadoras e capacidade de captar novos clientes.

Atendimento e transações via *chatbot* no Facebook Messenger

O nosso primeiro *chatbot* de mídia social foi o *Facebook Messenger*.

Única do mercado bancário brasileiro baseada em conversação, a aplicação atende a temas relacionados a contas, cartões, empréstimos, financiamentos, Programa Ponto Pra Você, renegociação de dívidas, atendimento, segurança, tarifas, funcionamento de caixas eletrônicos e emissão de senha para atendimento nas agências pelo *app*.

Nossos clientes podem realizar ainda suas transações bancárias diretamente pelo *Facebook Messenger*, sem recorrer ao *internet banking* ou *app* BB. Somos o primeiro grande banco de varejo no Brasil que combina as funcionalidades do *Messenger* com a inteligência artificial do *Watson* da IBM, para prestar atendimento aos clientes realizando transações via *chatbot*. O atendimento humano é realizado quando necessário, seja a pedido do cliente ou quando o *chatbot* sugere atendimento especializado.

Atendimento e transações via Twitter

O atendimento, semelhante ao realizado pelo *Facebook Messenger*, já pode ser realizado pela rede social *Twitter*. Além de retirar dúvidas dos mais diversos temas, a transação no *Twitter* disponível é a de consulta ao código IBAN, utilizado para realizar remessas de envio ao exterior, conforme pesquisas realizadas pelo Serviço de Atendimento ao Cliente.

Atendimento e transações via *chatbot* no Whatsapp

O atendimento também é realizado pelo aplicativo de mensagens *Whatsapp*. Para ser atendido pelo *Whatsapp*, basta o cliente salvar o contato (61) 4004-0001 em seu celular e iniciar uma conversa pelo aplicativo de bate-papo. Ao solicitar uma transação bancária ou um atendimento humano, somente na primeira vez é necessária autenticação de dispositivo (código de ativação *push* ou *sms*).

Após autenticação, transações de uso do dia a dia, como saldo, extrato, fatura, podem ser realizadas sem necessidade de senha. Para as transações de transferência entre contas, pagamento de IPVA (para alguns estados), recarga de metrô (para o estado de São Paulo), a validação é feita por uma senha de seis dígitos.

Todas as transações são disponibilizadas dentro do próprio aplicativo *Whatsapp*, no qual a conversa natural pode ser realizada por *chatbot* ou atendente humano, dependendo da necessidade do cliente. O atendimento humano é realizado pelo fale com seu gerente, ou pelo Central de Relacionamento BB, a depender das regras de encarteiramento do cliente. Foram recebidas mais de um milhão de mensagens e 122 mil usuários já foram atendidos pelo *Whatsapp*.

Clube de Benefícios

Em novembro lançamos o Clube de Benefícios. Essa nova forma de relacionamento permite ao cliente escolher o Clube mais adequado ao seu perfil e às suas necessidades, receber automaticamente vantagens inéditas no mercado e ainda ter de volta 100% das mensalidades em

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

recompensas. O objetivo da estratégia é se diferenciar competitivamente e elevar a satisfação do cliente.

Saque pelo *Whatsapp*

Nossos clientes, desde dezembro de 2018, podem realizar saques pelo *Whatsapp*, sem necessidade de cartão para finalizar a operação. A inteligência artificial entende a linguagem natural do cliente e o direciona para a transação de saque, onde será solicitado o valor a ser sacado. A transação é concluída com a digitação da senha do cartão em ambiente seguro. Feito esse processo, basta se dirigir a um terminal de autoatendimento com o código informado pelo assistente virtual.

Nova estratégia amplia limites de profissionais liberais e sócios dirigentes

A partir de maio, três milhões de profissionais liberais e sócios dirigentes de empresas foram abrangidos em uma nova estratégia para sermos o principal provedor de soluções financeiras. Uma das ações trouxe um incremento de R\$ 127 bilhões no limite de crédito desse público trazendo possibilidades reais de negócios e proporcionará uma melhor adequação do portfólio de crédito às nossas estratégias.

Oferta de Crédito para não correntistas chega ao *App*

Em mais uma inovação alinhada à estratégia de ampliação de negócios com não correntistas, desde novembro, os poupadores não correntistas podem contratar o BB Crédito Automático também pelos dispositivos móveis.

É mais uma inovação alinhada à estratégia de ampliação de negócios com o público não correntista. A oferta de soluções multicanais, além de auxiliar nesta estratégia, também proporciona maior comodidade e conveniência para ampliar o relacionamento com o público que não possui conta corrente no BB. O cliente pode simular, escolher o valor e a data de débito das parcelas. Após conferir todos os dados, basta confirmar a operação.

App BB permite a compra de dólares e Euro

Desde fevereiro, os nossos clientes podem comprar dólares americanos e Euro (iniciado em maio) de uma forma diferente, através do nosso aplicativo. Além disso, o cliente também poderá definir a cotação que está disposto a pagar e o período de espera. Tão logo a moeda escolhida chegue ao patamar pretendido, o aplicativo avisa, enviando uma mensagem para confirmar a transação.

Após a realização da compra, o cliente tem até dois dias úteis para retirar os dólares em um dos caixas eletrônicos para saque de dólares, ou no caixa de agências para Euro, com a taxa garantida do dia de realização da transação no *app*. A solução também ajuda a localizar uma agência que faça operações de câmbio mais próximo. Com o *GPS* do celular ligado, o *app* mostrará as dependências em um raio de cinco quilômetros. Também é possível fazer a busca por estado e cidade.

Abertura de conta corrente e cartão de crédito pelo *smartphone*

Em maio de 2017, lançamos a abertura de conta corrente completa pelo *app* BB. O processo envolve desde o envio de documentos até o cadastramento de senhas, tudo feito pelos clientes no *smartphone*. A inovação significa mais comodidade para o cliente e menor demanda nas agências, permitindo que estas tenham mais foco no relacionamento e na realização de negócios. Até dezembro de 2018 foram abertas mais de 2,7 milhões de contas.

Em julho, lançamos uma solução no *App* para não correntistas solicitarem nosso cartão de crédito, com facilidade e de forma totalmente digital. Para coroar a experiência digital, um dos grandes diferenciais é a opção para gerar um cartão virtual assim que o cliente contratar o Ourocard, permitindo que o usuário já tenha condições de fazer compras pela *internet*, sem precisar esperar a chegada do plástico em sua residência.

Além de tudo isso, também já está disponível para solicitação o Ourocard Fácil, nova modalidade de cartão de crédito internacional, emitido na bandeira Visa.

Minhas Finanças – Orçamento equilibrado

Um orçamento equilibrado é fundamental para o atingimento dos objetivos financeiros. Pensando nisso, em 2017, lançamos o “Minhas Finanças”. Desenvolvido com a participação dos próprios clientes, a aplicação auxilia no acompanhamento do orçamento e um controle financeiro mais efetivo, permitindo aos clientes uma análise mais consciente da sua vida financeira. A solução tem atualmente seis milhões de usuários cadastrados e 1,7 milhão de acessos diários à ferramenta.

Simulador de Investimentos atinge a marca de R\$ 2,2 bilhões

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Desde o seu lançamento para todos os clientes, em novembro de 2017, o Simulador de Investimentos já captou R\$ 2,2 bilhões. A ferramenta, vencedora do prêmio Efinance 2018 na categoria Aplicativo de Investimentos, apresenta números animadores: 48% dos clientes que aplicaram não tinham nenhum investimento conosco na data anterior à contratação, e cerca de 16% dos clientes nunca tiveram saldo de investimento conosco, em nenhum produto. Além disso, uma em cada quatro pessoas retornou ao simulador e aplicou novamente.

Jornada de Investimentos com taxa zero

Em setembro, zeramos as taxas de custódia para quem aplica no Tesouro Direto e em papéis de renda fixa, tais como Certificados Recebíveis Imobiliários (CRI), Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) e Debêntures. A taxa de carregamento para os clientes que investem em planos de previdência PGBL e VGBL também foi zerada, tanto para aplicações quanto para resgates.

A estratégia alinha os custos desses produtos à nova prática de mercado e fortalece o nosso posicionamento junto aos clientes investidores.

Abertura do portfólio de investimento

Em julho, anunciamos a expansão do público-alvo do nosso modelo de arquitetura aberta de investimentos, que permite aos nossos clientes diversificar seus portfólios com produtos de outras instituições financeiras, por meio da nossa gestora de recursos.

O modelo, até então adotado apenas para investidores do segmento Private, passa a ser oferecido a investidores Estilo, ampliando o escopo das estratégias desenvolvidas pela nossa assessoria especializada em investimentos e alinhado ao novo perfil desse investidor, que está cada dia mais informado e sofisticado.

Para clientes Estilo estão disponíveis três fundos de investimento de gestores que possuem estratégias diferenciadas no mercado: BB Espelho Multimercado Bahia AM Maraú Estilo, BB Espelho Multimercado Gávea Macro Estilo e BB Espelho Multimercado SPX Nimitz Estilo.

Acolhimento e Contratação de Crédito Imobiliário

De forma pioneira no mercado financeiro, disponibilizamos, desde o final de 2017 o acolhimento e contratação do financiamento imobiliário pelo *app*.

O cliente pode aprovar o crédito, contratar seguro, fazer *upload* dos documentos e enviar proposta para análise e contratação do financiamento imobiliário pelo *app*. Em 2018, foram contratadas 1.598 propostas via aplicativo, totalizando R\$ 302 milhões em operações.

Crédito Veículo via *app* atinge R\$ 1,3 bilhão em desembolso

A contratação de Crédito Veículo *app* representou, em 2018, mais de R\$ 1,3 bilhão de desembolso, crescimento superior a 85% em relação a 2017. A participação do *app* no total de operações cresceu mais de 73% no último ano e representa maior comodidade aos clientes, já que mais da metade das vendas foram realizadas fora do horário bancário, inclusive nos fins de semana.

Confirmação de empréstimo consignado via *app*

Implementamos a solução do “Duplo Sim” para mais de cinco mil convênios ativos e com operações contratadas em 2018. O novo grupo beneficiado com a inovação soma R\$ 12,2 bilhões de saldo e a iniciativa garante que, a partir de agora, 100% dos convênios vigentes estejam integrados à solução.

A funcionalidade permite a confirmação da contratação pelo cliente nos canais digitais e pode ser acessada pelo menu “Pendências” no *mobile*, na *internet* e nos terminais de autoatendimento. O comando realizado pelo cliente fará com que a proposta siga o fluxo normal de averbação e confirmação.

Pagamentos via *Apple Pay*

Desde agosto, está disponível para nossos clientes a solução de pagamentos via *smartphone* da *Apple*, nas funções crédito e débito em lojas físicas e no crédito em lojas *online*, inicialmente pelo cartão Visa. A solução, simples e segura, ajuda nossos clientes a fazerem pagamentos em lojas, aplicativos e *internet*, sem necessidade de usar o cartão físico.

Essa ferramenta se soma às outras carteiras digitais já disponíveis *Samsung Pay* e ao *Google Pay*, e à solução Pagar e Receber, disponível em nosso *app*.

Soluções Digitais para Regularização de Dívidas

Banco do Brasil S.A. – Relatório da Administração – 2018

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Disponibilizamos canal digital para consulta e renegociação de dívidas, o "Portal Solução de Dívidas", acessado pelo *internet banking*, pelo *app*, *call center* e agências. A ferramenta traz comodidade, amplia a experiência do cliente e está disponível tanto para nossos clientes pessoas físicas quanto pessoas jurídicas.

Desde setembro de 2014, foram realizados mais de seis milhões de acordos, com um total de R\$ 53,9 bilhões regularizados, sendo cerca R\$ 10,2 bilhões pelos canais digitais. Apenas em 2018, foram regularizados R\$ 13,9 bilhões, com uma participação de R\$ 3,4 bilhões contratados diretamente pelo cliente.

Campanha RecuperaAÇÃO

Foram realizados, desde julho, 59 eventos de conciliação para clientes inadimplentes. O evento de conciliação nos aproxima dos nossos clientes, em ambiente propício, o que aumenta a probabilidade de sucesso na negociação. A campanha contribuiu para a recuperação de seis bilhões de reais de perdas e na regularização de créditos inadimplentes.

Plataforma de Conciliação Digital

Lançamos, em agosto, a Plataforma de Conciliação Digital para os escritórios terceirizados de cobrança judicial, com parâmetros negociais e processos automatizados, o que dispensa a intervenção manual no processo. Já foram realizados mais de 570 acordos pela plataforma, com R\$ 52,7 milhões de recuperação de crédito em acordos judiciais.

Open Banking

Avançamos em nossa estratégia de *Open Banking*. Após a parceria pioneira com a *startup* ContaAzul, firmamos acordo com a *bxblue*, plataforma digital de comparação de condições de crédito consignado. Na plataforma os clientes podem simular e contratar operações de consignado diretamente no site da *fintech*. As parcerias que firmamos por meio do *open banking* vêm para complementar a estratégia do Banco em soluções totalmente digitais, para trazer mais facilidade e agilidade para os nossos clientes.

Conselho de Clientes

Em 2018 demos continuidade ao Conselho de Clientes, uma reunião com um grupo permanente de clientes convidados que expõem suas necessidades e expectativas em relação aos nossos serviços e produtos. Foram ouvidos 40 clientes pessoas físicas e os apontamentos foram direcionados às nossas áreas decisórias.

Gerenciador Financeiro facilita a vida do produtor rural

O Gerenciador Financeiro Produtor Rural/Private, lançado em 2017, permite aos clientes produtores rurais e Private PF e a seus representantes a realização de transações financeiras e utilização de nossos aplicativos. A solução facilita a gestão do fluxo de caixa e a delegação de atividades administrativas, o que torna a vida do cliente mais fácil, a gestão do seu negócio mais eficiente e aumenta sua satisfação conosco. No segundo semestre de 2018, ainda foram implementadas as funcionalidades de câmbio e DDA.

O Gerenciador conta atualmente com quatro mil usuários e mais de 20 mil acessos mensais.

Produtor rural pode contratar custeio e investimento pelo celular

Produtores rurais podem contratar operações de custeio e investimento via *app*. A nova solução permite que os produtores encaminhem as propostas de contratação de custeio e investimento pelo celular, tornando o processo mais ágil para o cliente. No segundo semestre de 2018, foi implementada funcionalidade que permite o *upload* de documentos (imagens e arquivos) das propostas. Até 31/12/2018, foram enviados 769 documentos com a nova funcionalidade.

Desde seu lançamento, o volume de propostas liberadas pelo *app* ultrapassou R\$ 4,4 bilhões.

Open Banking no Agro

Primeiro banco da América Latina a fazer uma operação estruturada de *Open Banking*, levamos a tecnologia para o agronegócio, também de forma inédita. A ferramenta BB Valor de Bens Rurais disponibiliza a outras instituições financeiras, mediante cobrança de tarifas, a possibilidade de obter a valoração automática de imóveis rurais no Brasil.

Participação em eventos do Agronegócio

Banco do Brasil S.A. – Relatório da Administração – 2018

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em abril, participamos da feira em tecnologia em agronegócios Tecnoshow, em Rio Verde (GO). No terceiro dia do evento já havíamos superado em 50% o volume total de propostas da edição anterior. Um dos destaques vai para uma proposta de PCA (Construção e Ampliação de Armazéns) no valor de R\$ 13 milhões, acolhida no primeiro dia de feira para cliente *private*. A nossa participação na feira resultou em R\$ 420 milhões em propostas/contratações.

Participamos também, em maio, da Agrishow, a maior feira de tecnologia agrícola da América Latina e umas das três maiores do mundo. Alcançamos R\$ 1,6 bilhão em propostas de crédito no evento, resultado 80% superior ao da última edição, em 2017. Somos a única instituição financeira a estar presente nos 25 anos de feira.

Lançamos, no mesmo mês, o Circuito Agro BB 2018, que promoveu encontros com produtores rurais, revendas, associações, e colaboradores de assistências técnicas e gerentes de relacionamento, em 60 municípios no País. Em 2017, foram 17 municípios contemplados.

O objetivo é fornecer consultoria e divulgar conhecimentos técnicos sobre temas diversos, como mitigadores de risco, sucessão familiar, armazenagem, irrigação, produtos e serviços bancários, entre outros. A participação em eventos fortalece ainda mais nossa presença de destaque no setor.

Em agosto participamos da 41ª Expointer, em Esteio (RS), palco do lançamento de novidades para o agronegócio. Na feira, o público teve acesso, em primeira mão, a três soluções digitais inéditas: o Agrobot, o QR Code Investimento Digital na contratação de máquinas e implementos agrícolas e a CPR Digital.

Criado para auxiliar o produtor rural no processo de tomada de decisão, o Agrobot é um consultor virtual inteligente que combina a nossa expertise no campo com fontes externas para oferecer, de forma contextualizada, fácil e conveniente, todas as informações necessárias para o produtor otimizar sua atividade. Ao final de 2018, a solução já contava com 4.038 clientes cadastrados, tendo uma média de 150 acessos diários. A CPR Digital já alcançou um bilhão de reais em operações liberadas, fruto da maior agilidade e comodidade para o produtor.

Com utilização inédita no financiamento de máquinas e equipamentos agrícolas, o QR Code pode ser capturado durante toda a feira em algumas revendas e em outros ambientes como catálogos, *folders* e site das empresas parceiras. A solução será testada com maior efetividade nas feiras agropecuárias que ocorrem no primeiro semestre de 2019.

Segmento Empresas**Fale com seu gerente do segmento PJ**

Os clientes pessoas jurídicas também são atendidos via *chat*, pela ferramenta “Fale com seu Gerente”, que busca ampliar as formas de contato com as empresas e proporciona maior qualidade e tempestividade ao atendimento. Em 2018 foram mais de quatro milhões de mensagens trocadas, com uma média de 16 mil mensagens por dia.

Cliente MEI tem mais facilidade para abrir contas – Conta Fácil 100% Digital

O microempreendedor individual (MEI) pode fazer a abertura de uma conta com fluxo totalmente digital e simplificado, por meio do *app* BB no *mobile*, sem qualquer interveniência da agência no processo. Até dezembro de 2018, 25.756 contas foram abertas pelo *app*. A conta permite a contratação da afiliação Cielo e acesso a serviços como débito automático, saques, depósitos, pagamentos, transferências, além do cartão de débito Ourocard Elo, que dá mais autonomia ao empresário.

Ser digital sem abrir mão do contato pessoal

Visitas são parte fundamental da construção de um relacionamento duradouro e de confiança com o cliente. Por isso, investimos em um aplicativo que facilita o dia a dia dos gerentes de relacionamento. O *app* BB Visitas auxilia na preparação, realização e condução das visitas ao agilizar o acesso e registro de informações dos clientes. Os gerentes poderão conhecer ainda mais as necessidades dos clientes, atendê-los melhor e fazer mais negócios, e ainda, os dados registrados pelos gerentes são utilizados para o desenvolvimento de novas estratégias de indução de negócios. Até dezembro de 2018 já foram realizadas 161.836 visitas catalogadas pelo *app*.

BB prepara empresas familiares para mercado de capitais

Em 2018, a convite da B3 começamos a atuar como o banco de investimentos do programa Clube de Conselheiros, que tem como objetivo preparar empresas familiares em Governança Corporativa e

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Compliance para a profissionalização de suas estruturas, qualificando-as para emissões em mercado de capitais.

O programa surgiu em 2017, criado pela B3, com o objetivo de promover encontros para discussão de conteúdo de alta qualidade, capacitando companhias para abertura de capital e preparando seus fundadores para o processo sucessório. Em 2018, recebemos 50 empreendedores e executivos de empresas familiares de médio porte para discutir, em conjunto com renomados escritórios de advocacia e auditoria parceiros, temas como abertura de capital e fusões & aquisições como alternativas de sucessão e perpetuidade das empresas.

Desde 2011 promovemos eventos com a B3 para administradores de empresas preparadas e/ou com a intenção de fazer IPO. Com a nossa capilaridade de relacionamentos e profundo conhecimento multissetorial, temos uma plataforma única de originação de operações de mercado de capitais, atingindo um público tradicionalmente fora do radar dos bancos de investimento transacionais.

Atendimento via *chatbot* para empresas

Desde agosto, nossos clientes PJ podem interagir com o assistente virtual inteligente do suporte técnico, disponível em área não logada no gerenciador financeiro na *web*. A solução veio para atender ao grande volume de atendimentos por meio desse canal.

Simulador de Investimentos PJ

Desde dezembro, está disponível para os clientes PJ o nosso simulador de investimentos. Durante o período de teste, foram captados mais de R\$ 63 milhões.

O Simulador de Investimentos auxilia aos gestores financeiros a escolha do melhor produto para o nível de risco e necessidade de liquidez da empresa. O Simulador vem a simplificar o jeito de consumir produtos de investimentos. A partir da análise da carteira do cliente, Perfil do Investidor o valor e o prazo são sugeridos os produtos mais adequados para a aplicação. Além disso, é disponibilizado material de apoio contendo as Carteiras Sugeridas de investimentos específicas para esse público, que podem ser disponibilizadas para os clientes.

Segmento Setor Público

Interligação de Tribunais

Desde dezembro de 2017, o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA) passou a utilizar a nossa solução de interligação digital dos Tribunais e emitir alvarás eletrônicos para resgate de depósitos judiciais. O TJBA é o quinto do país a adotar o novo modelo de emissão de alvarás, acompanhando os tribunais de Justiça de São Paulo, do Rio de Janeiro, do Mato Grosso, além do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo Capital. Em 2018, o Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região, em Aracaju (SE) e o tribunal de Justiça de Minas Gerais concluíram o processo de interligação com o BB e iniciaram a emissão de alvarás eletrônicos, em projeto piloto implementado em algumas varas.

A solução moderniza o processo de resgate dos depósitos, mediante crédito direto em conta corrente, poupança, TED dos beneficiários/procuradores e/ou terceiros, ou saque nos terminais de caixa, dispensando todos os procedimentos manuais de verificação e execução de alvarás nas agências, evitando o deslocamento do cliente e tornando o processo 100% automatizado. Com o avanço da interligação, em 2018 já foram emitidos aproximadamente 801 mil protocolos de alvarás eletrônicos, sem intervenção manual de nossos funcionários, o equivalente a 17,8% do total de 4,5 milhões de protocolos de alvarás liberados para pagamento no período e 82% maior que o número de 2017.

Resgate automático de precatórios no TAA ou celular

Desde fevereiro, o cliente que possui créditos devidos pela Fazenda Pública da União, pode optar pelo resgate automático desses valores em sua conta corrente ou poupança, via TAA ou pelo *App* BB. A funcionalidade também está disponível para os mandados de pagamento e alvarás emitidos pelos Tribunais interligados, expedidos por meio eletrônico, o que confere comodidade ao cliente e maior segurança e agilidade ao resgate.

Portal BB Integra supera a marca de 19,5 mil acessos

O portal BB Integra, que disponibilizamos com o objetivo de apoiar a gestão pública, superou no final de 2018 a marca de 19,5 mil acessos. O portal apresenta de forma amigável dados provenientes de mais de 22 fontes oficiais e permite o acesso a mais de 818 indicadores sobre a realidade dos municípios brasileiros, por meio de computador, celular e *tablet*, o que constitui importante fonte de consulta no apoio à gestão e acompanhamento de políticas públicas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Programa de Adimplência de Impostos para Estados e Municípios

Oferecemos diversas ferramentas que ampliam as possibilidades de arrecadação de tributos estaduais e municipais, por simplificar o acesso ao pagamento por parte dos contribuintes. A partir de 2018 já é possível ser ofertado aos nossos clientes uma “Lista de Débitos” para que paguem seus tributos assim que acessarem suas contas pelos terminais de autoatendimento, *internet* ou *App BB*.

Para os órgãos que mantêm sistemas integrados conosco, o cliente também pode consultar suas obrigações a partir do seu CPF. Além disso, nossos TAA (Terminais de Auto Atendimento) podem receber o pagamento de tributos por cartão de débito, inclusive de outros bancos. Todas essas facilidades ampliam o volume de arrecadação do ente público e reduzem a inscrição de contribuintes na dívida ativa.

Pagamento de Cotas do Pasep

Em 2018 foi determinada a liberação dos recursos aos participantes detentores de cotas. Atentos à oportunidade, desenvolvemos soluções para viabilizar a transferência simplificada de valores para cotistas que mantinham conta em outras instituições bancárias e antecipamos crédito para nossos clientes. Com todas as ações implementadas, efetuamos o pagamento de mais de R\$ 3,0 bilhões a cerca de 2,6 milhões de participantes.

Recarga de cartões de transporte - SPTrans

Resultado de convênio firmado em 2017, foi no ano de 2018 que nossos clientes aderiram definitivamente aos nossos canais para efetuar a recarga dos cartões, utilizados tanto para ônibus urbanos quanto para trens e metrô. Além de contribuir com a mitigação de riscos, expansão de pontos de atendimento aos usuários e redução de custos operacionais da empresa responsável pela gestão do transporte público de São Paulo, a solução desenvolvida – à época – com exclusividade, traz rentabilidade e se mostra como uma alternativa segura, moderna e eficiente para outros municípios, que já iniciaram negociações para a implantação de soluções de recarga de cartões por meio dos nossos canais.

Município mais que digital

Apoiada na solução Ourocard Cidades, essa iniciativa estimula a afiliação de lojistas e oferece benefícios para ampliar a utilização de cartões pelos clientes junto ao comércio local. Além disso, o cliente que utilizar o cartão terá benefícios, como isenção de anuidade e troca de pontos por produtos. O objetivo é fomentar a economia local e aumentar a eficiência operacional, ao reduzir a circulação de papel moeda e, conseqüentemente, as despesas com o transporte de numerário, além de proporcionar mais segurança para clientes e lojistas.

6. Gestão de Pessoas

O desenvolvimento das nossas políticas e práticas de gestão de pessoas são norteados pela meritocracia, desenvolvimento de competências para o trabalho, foco na experiência do cliente, transformação digital e inovação. Apresentamos a seguir o perfil dos nossos funcionários:

Banco do Brasil S.A. – Relatório da Administração – 2018

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Tabela 2.** Perfil de Funcionários

	2017	2018
Perfil de Funcionários		
Funcionários	99.161	96.889
Feminino	41.044	40.243
Masculino	58.117	56.646
Escolaridade		
Ensino Médio	17.533	14.846
Graduação	41.073	38.703
Especialização, Mestrado e Doutorado	40.354	43.150
Demais	201	190
Distribuição Geográfica		
Norte	4.440	4.259
Nordeste	16.637	16.116
Centro-Oeste	16.748	16.808
Sudeste	43.752	42.586
Sul	17.549	17.096
Exterior	35	24
Rotatividade de Funcionários (%)	1,59	2,21

Em 2018, por meio da Universidade Corporativa do Banco do Brasil (UniBB), investimos R\$ 101,9 milhões em educação corporativa. A UniBB possui em andamento 2.543 bolsas de graduação, 3.316 de pós-graduação e 791 bolsas de idiomas.

Alinhada ao contexto de Transformação Digital, lançamos, em fevereiro de 2018, novos Ambientes Virtuais de Aprendizagem. Agora, mais integrados e gamificados, o Portal UniBB e o Novo App UniBB Mobile oferecem melhor experiência para os funcionários, proporcionando mais mobilidade e acesso à educação. Em 2018 foram 9,8 milhões de acessos às plataformas e 5,1 milhões de conteúdos concluídos, o que representa, respectivamente, 37% e 68% de aumento em relação à 2017.

No início do segundo semestre de 2018 lançamos a Rádio UniBB no App UniBB Mobile, com *podcasts* com conteúdo relevantes e atuais sobre gestão e negócios, trazendo informação de qualidade e de forma rápida para os funcionários, e a Biblioteca Virtual UniBB que oferece mais de 7 mil títulos de forma *on-line* via Portal UniBB. Essas novidades proporcionam maior facilidade de acesso à educação e melhor experiência de aprendizagem aos funcionários.

Apresentamos alguns destaques de treinamentos disponibilizados na UniBB:

- Atualização da Trilha Transformação Digital, com a inclusão do curso "*Big Data Analytics*", que aborda a importância do *Big Data* para a otimização dos processos organizacionais e seu impacto sobre o negócio. Com isso, a Trilha, que já foi acessada por mais de 62 mil funcionários, passa a contar com 35 cursos, que abordam temas relevantes para o nosso processo de transformação.
- A Oficina Gestão de Carteiras MPE capacitou, em 2018, 2.726 funcionários em conceitos de negociação, gestão do crédito e gestão de carteiras de clientes, visando à efetivação de resultados sustentáveis com esse público.
- A Trilha Alta Administração contém soluções relacionadas aos temas ética e integridade, e é destinada aos membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, do Comitê de Riscos e de Capital e do Comitê de Auditoria. A referida trilha foi desenvolvida com o objetivo de propiciar o contínuo atendimento à Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais), no que concerne à capacitação da alta administração do Banco e reforça o compromisso do BB com ética e a integridade em todos os níveis.
- A Trilha Estratégia e Planejamento é composta por 10 cursos que têm como objetivo difundir conhecimentos fundamentais para a compreensão da Estratégia Corporativa do BB, tais como pensamento estratégico, planejamento, experiência do cliente, liderança e resultado. A trilha já foi acessada por mais de 11 mil funcionários.
- O Relaciona-e é um programa de capacitação com uma abordagem inovadora, desenvolvido para auxiliar mais de seis mil gerentes de relacionamento, que atuam em carteiras digitais, no desafio de construir relacionamento sustentável com clientes, em meio a um contexto de transformação digital.

Banco do Brasil S.A. – Relatório da Administração – 2018

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- Os Programas de Capacitação de Lideranças têm como objetivo desenvolver competências estratégicas por meio de ações educacionais realizadas em parceria com escolas de negócios renomadas no Brasil e no Exterior. São voltados aos potenciais e atuais gerentes de solução, executivos, superintendentes regionais e estaduais. Atualmente o público é composto por 439 funcionários.
- O Programa Liderança Feminina, visa desenvolver as competências da liderança feminina, disseminar a cultura da equidade de gênero, além de discutir e propor ações para o empoderamento feminino na nossa organização. São 717 funcionários do segmento gerencial do BB, entre homens e mulheres, que estão participando de pelo menos uma das etapas.
- O Game Desenvolver, cujo objetivo é de capacitar, em competências de liderança, funcionários que ainda não assumiram funções gerenciais, teve sua Jornada Transformação Digital iniciada, com a finalidade de contribuir para a formação dos futuros líderes do BB no contexto da Transformação Digital. O público é formado por cerca de 54 mil funcionários entre escriturários, caixas, assistentes, atendentes e supervisores de atendimento. O Game contou ainda, em 2018, com o apoio de mais de 27 mil processos de mentoria.

Em 2018, concedemos três ações do BB para nossos funcionários. O intuito foi reconhecer o papel dos funcionários nos resultados da nossa instituição, estimular o desempenho e a gestão de longo prazo, ampliar o sentimento de pertencimento “sentimento de dono” e, por fim, estreitar o vínculo da empresa com seus funcionários em busca de resultados melhores e sustentáveis. As ações somente poderão ser comercializadas após seu desligamento/aposentadoria.

Ampliamos as possibilidades de premiação aos funcionários no Programa de Desempenho Gratificado (PDG). Além da ampliação do público-alvo e premiações adicionais que podem atingir o equivalente a 1,5 salário por ano – ou três salários extras por ano, a premiação referente ao segundo semestre de 2018 será paga 50% em ações da empresa.

Ampliamos o investimento em programas de identificação de funcionários com potencial para ascensão na Empresa, valorizando mérito, desempenho e formação. Lançamos o PIT - Programa de Identificação de Talentos, voltado para Escriturários e Caixas com os melhores currículos e desempenhos, e realizamos o Programa Ascensão para Superintendente Regional, Gerente de Divisão e Gerente Geral de Agências Empresariais. No segundo semestre de 2018 foi lançada a 2ª edição do programa, incluindo as Unidades de Apoio.

Em outubro abrimos processo seletivo para identificar talentos na área de *analytics*. O objetivo foi selecionar funcionários com conhecimento em *machine learning*, *deep learning* e *big data*. Foram 3,7 mil participantes, dos quais 129 foram aprovados. Os funcionários qualificados para o banco de talentos poderão ser convidados para participar de ações de capacitação, grupos de trabalho, estágios e até serem chamados para participar de seleções internas e colaborar ou integrar times de *analytics* no BB.

Tabela 3. Remuneração e Benefícios

R\$ milhões	Demonstrações Contábeis Individuais		Demonstrações Contábeis Consolidadas	
	2017	2018	2017	2018
Folha de pagamento ¹	16.652	17.207	18.007	18.527
Previdência Complementar ²	1.565	1.871	1.565	1.871
Planos de Saúde ²	1.287	1.644	1.287	1.644
Participação nos Lucros e Resultados ³	1.416	1.633	1.422	1.638
Treinamento ⁴	59	67	64	73

Banco do Brasil S.A. – Relatório da Administração – 2018

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

1 - Despesas com proventos, benefícios, encargos sociais e provisões administrativas, conforme nota explicativa 21 – Outras Rec./Desp. Operacionais;
 2 - Custeio dos planos de previdência complementar e de saúde, conforme Nota Explicativa de Benefícios a Empregados;
 3 - Valor destinado à Participação nos Lucros e Resultados, conforme Demonstração do Resultado do Exercício;
 4 - Conforme Nota Explicativa 21 – Outras Rec./Desp. Operacionais.

7. Desempenho Financeiro

O relatório Análise do Desempenho, divulgado trimestralmente na data de publicação do nosso balanço, traz análise abrangente e profunda dos nossos resultados e está disponível para consulta no sítio de relações com investidores, em bb.com.br/ri.

Apresentamos abaixo os principais números relativos ao nosso desempenho no ano. Esse resultado é a materialização da nossa estratégia corporativa.

Tabela 4. Destaques Financeiros

	Demonstrações Contábeis Individuais		Demonstrações Contábeis Consolidadas	
	2017	2018	2017	2018
Resultado (R\$ milhões)				
Lucro Líquido	10.881	12.649	11.011	12.862
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	27.879	26.587	31.618	31.514
Receita de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	18.303	19.197	25.941	27.415
Despesas Administrativas ¹	(33.492)	(32.151)	(35.092)	(33.718)

1 – Composta pela soma de Despesas de Pessoal e Outras Despesas Administrativas.

	Dez/17	Dez/18	Dez/17	Dez/18
Patrimoniais (R\$ milhões)				
Ativos	1.425.213	1.479.379	1.369.201	1.417.144
Carteira de Crédito Classificada	619.647	626.345	635.911	640.226
Depósitos Totais	435.379	471.411	450.229	486.037
Patrimônio Líquido	87.531	91.990	98.723	102.253
Índice de Basileia (%)	19,6	18,9	19,6	18,9

8. Atendimento

Destacamos o crescimento de 14,6% nos pontos de atendimento digital e especializado no ano.

O modelo de especialização do atendimento, testado em Belém, Curitiba, Joinville (SC) e Ribeirão Preto (SP), e implantado em outubro nas agências de Brasília e da cidade de São Paulo, será expandido para mais 100 praças em 2019. O modelo propõe a especialização do atendimento e a atuação de forma integrada entre agências físicas e escritórios, para garantir um bom atendimento e a realização de negócios no canal de preferência do cliente.

A principal mudança se dará nas agências Varejo, que serão especializadas em atendimento e vendas e passam a focar, exclusivamente, na qualidade do atendimento e na realização de negócios com todos os clientes que frequentam o ponto físico. Já no caso dos escritórios e agências digitais, o foco será no relacionamento e na valorização da conveniência dos nossos clientes, com horário estendido, consultores e profissionais especializados, canais presenciais exclusivos, além de produtos e serviços específicos para cada segmento.

Tabela 5. Atendimento

	2017	2018	Var. %
Total de Agências	4.770	4.722	(1,0)
Atendimento Tradicional	4.228	4.101	(3,0)
Atendimento Digital e Especializado	542	621	14,6
Agências Estilo	249	249	-
Agências Empresa			40,2

Banco do Brasil S.A. – Relatório da Administração – 2018

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

	122	171	
Agências Governo	30	30	-
Private Banking	9	11	22,2
Escritórios Exclusivo	85	139	63,5
Escritórios MPE	36	2	(94,4)
Escritórios Estilo	11	19	72,7

9. Capital

Solidez e confiança são a essência de um Banco. Por isso, possuímos Plano de Capital com visão prospectiva de três anos, incorporando os efeitos definidos pelo Acordo de Basileia III e considerando (a) a Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos, (b) a Estratégia Corporativa e (c) o Orçamento Corporativo.

O nosso índice de capital atingiu 18,86% em dezembro de 2018. O índice de capital nível I chegou a 13,39%, sendo 10,00% de capital principal e alcançou R\$ 134.178 milhões de patrimônio de referência.

Nosso foco está na geração orgânica de capital e crescimento do crédito em linhas mais atrativas sob o critério retorno *versus* risco e em participações estratégicas no *core business* do Banco. Temos como meta manter o Índice de Capital Principal acima de 9,5% em 2019, quando as regras de Basileia III estarão integralmente implementadas no Brasil, meta esta que atingimos com um ano de antecedência no final de dezembro de 2017.

Além disso, seguindo nossa Declaração de Apetite e Tolerância a Risco e Plano de Capital, para janeiro de 2022, nossa meta é manter pelo menos 11,0% de Índice de Capital Principal.

10. Negócios do Conglomerado

Buscamos oferecer a solução financeira mais completa para os nossos clientes, sendo o crédito o negócio mais relevante. Nossas soluções contemplam operações de captação, investimentos, tesouraria, pagamentos e serviços de forma geral. Em sinergia com esses negócios, atuamos também por meio de empresas em diversos segmentos.

Mais informações poderão ser encontradas no nosso sítio de relações com investidores (bb.com.br/ri), da BB Seguridade (bbseguridaderi.com.br) e da Cielo (cielo.riweb.com.br).

A seguir, trazemos os principais mercados em que atuamos:

Crédito

Em 2018, o desembolso de crédito cresceu em linha com nossa estratégia de gestão de retorno e capital, e os resultados já foram perceptíveis nas carteiras de pessoa física e do agronegócio. A carteira de clientes PF, na visão orgânica, cresceu 7,6%, com destaque para as linhas de crédito consignado e crédito imobiliário que já representam 60,6% do nosso portfólio. Atuamos também na oferta de crédito não consignado, notadamente para clientes profissionais liberais e sócios dirigentes de empresas. Essa estratégia já resultou em desembolsos de mais de cinco bilhões de reais em 2018.

A carteira para pessoas jurídicas, incluindo crédito ao Governo, apresentou redução de R\$ 10.539 milhões (4,6%) no ano, refletindo as condições do mercado e a menor demanda. As linhas de ACC/ACE cresceram 21,9% no período, fruto do nosso histórico de apoio ao comércio exterior além de R\$ 584 milhões em recebíveis.

Já na carteira de agronegócios, crescimento de 3,2% frente a dezembro/17, com destaque para o crescimento nas linhas de FCO Rural e Investimento Agropecuário (29,2% e 30,0% respectivamente), o que reforça nosso compromisso com esse segmento. Finalizamos o ano com 57,4% de participação de mercado.

Em relação à qualidade do crédito, nosso índice de inadimplência em atraso há mais de 90 dias (Inad +90) reduziu de 3,72% em dezembro/17 para 2,53% em dezembro/18, reflexo do esforço global da empresa em regularizar esses créditos. Além do empenho de nossa rede de atendimento na cobrança e recuperação de crédito, a tecnologia foi fundamental para o aprimoramento de nossas

Banco do Brasil S.A. – Relatório da Administração – 2018

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

soluções e canais. Reduzimos, por exemplo, em 61% o tempo médio do processo operacional de cobrança judicial.

Seguridade

A BB Seguridade é a empresa do Banco do Brasil que concentra os negócios de seguros, previdência aberta, capitalização, resseguros, planos odontológicos e corretagem. Constituída em 2012, a companhia é resultado de reorganizações societárias empreendidas desde 2008 e que culminaram na abertura de seu capital em abril de 2013.

Em 2018 a BB Seguridade lucrou R\$ 3.540 milhões, com retorno sobre o patrimônio líquido de 35,8%.

Em março, as marcas BB Seguridade, Brasilcap, Brasil dental, Brasilprev e Grupo Segurador Banco do Brasil e MAPFRE, que se apresentavam de maneira independente, passam a compor um guarda-chuva de proteção representado de forma unificada pela marca **BB Seguros**. Todos os conteúdos em patrocínios, publicidade e propaganda, comunicação interna, divulgações à imprensa, *internet* e redes sociais são assinados pela nova marca. Canais de atendimento por telefone também seguirão essa unificação.

Outras informações sobre a BB Seguridade e os negócios do segmento de seguros podem ser consultados no relatório Análise do Desempenho da empresa, disponíveis no site <http://www.bbseguridaderi.com.br/>

Meios de Pagamento

Operamos pela BB Administradora de Cartões e pela *holding* BB Elo Cartões, que concentra os negócios da Alelo, Stelo, Livel e Cateno, além da participação no capital da Cielo S.A., por meio de nossa subsidiária integral BB - Banco de Investimento S.A (BB-BI).

A nossa ampla base de clientes, a qualidade e a diversidade dos serviços prestados nos tornam um dos principais emissores das bandeiras Elo, Visa e Mastercard.

Lançamos, em novembro, o Ourocard Elo Nanquim Diners Club para nossos clientes alta renda pessoa física e *Corporate/Large Corporate* pessoas jurídicas. Os plásticos serão os mais sofisticados do portfólio Elo. Entre os principais diferenciais dos cartões pessoa física, estão a pontuação superior a de outros cartões destinados aos clientes alta renda, acesso a mais de 850 salas *VIP Diners Club* e *Lounge Key* no mundo inteiro e dois traslados gratuitos para aeroportos no Brasil e no exterior.

Para o público pessoa jurídica, o produto oferece seguro viagem gratuito no Brasil e no exterior, com valor segurado de até US\$ 1 milhão; quatro *chips* de viagem por ano, cada um com 4GB de dados/voz; pontuação no programa Ponto pra sua Empresa de 1 ponto para cada US\$ 1,00 gasto, mediante adesão; além dos dois traslados entre aeroportos e de acesso às salas *VIP Diners Club* e *Lounge Key*.

Outras informações sobre a Cielo e os negócios do segmento de meios de pagamento podem ser consultados no relatório Análise do Desempenho da empresa, disponíveis no site <https://ri.cielo.com.br/pt-br/>

Gestão de Recursos

A BB Gestão de Recursos DTVM (BB DTVM) manteve a liderança na indústria de fundos de investimentos, com participação de mercado de 22,5% e um total de R\$ 941.116 milhões em recursos administrados (incluem recursos geridos pela BB DTVM e por outras instituições), crescimento de 8,9% em relação a 2017.

Em relação à segmentação por investidor, segundo o *ranking* Global de Administração de Recursos da Anbima de dezembro/18, a nossa gestora de recursos foi líder nos segmentos: Poder Público (62,7%), Investidores Institucionais (27,1%) e Varejo (41,6%).

Mercado de Capitais

O mercado de capitais vem se recuperando nos últimos trimestres e constitui uma alternativa importante ao financiamento, principalmente para grandes empresas, com potencial de gerar receitas com tarifas e criar outras oportunidades de negócios. Nesse ano, assessoramos nossos clientes na captação de R\$ 54,0 bilhões em renda fixa doméstica e internacional.

Estamos presentes no mercado de capitais doméstico por intermédio do BB-Banco de Investimento S.A. (BB-BI), e no exterior por meio das corretoras *BB Securities Ltd* (Londres), Banco do Brasil *Securities LLC* (Estados Unidos) e *BB Securities Asia Pte. Ltd.* (Cingapura), com foco em investidores

Banco do Brasil S.A. – Relatório da Administração – 2018

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

de varejo e institucionais. Nossa cobertura é global e atuamos em operações de renda fixa e variável, fusões e aquisições, assessoria em transações de *Project Finance*, oferecendo aos clientes diferentes alternativas de financiamento e acesso a investidores no Brasil e no exterior.

Consórcios

Apresentamos inovações e bons resultados no negócio de consórcios em 2018. Comercializamos mais de 304 mil novas cotas de consórcios, totalizando R\$ 11,3 bilhões em volume de negócios, aumento de 32% em relação a 2017. Desse total, 17% foram realizados via canais digitais.

Ampliamos nossa atuação em canais alternativos (canais digitais e parceiros externos) e aproveitamento de oportunidade de vendas, inclusive em períodos de elevado apelo comercial, a exemplo do mês de novembro com a *Black Friday*. Na ocasião, registramos o melhor desempenho de vendas do ano a partir de campanha promocional com concessão de desconto na taxa de administração para novas adesões.

Lançamos ainda o consórcio mercado agro, que já se estabelece como importante alternativa na aquisição de bens e insumos no campo, como fazendas, máquinas, implementos, terrenos e usinas à gama incontável de serviços, com a possibilidade, inclusive, de reformar uma propriedade rural.

Recuperação de Créditos

Por meio da Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros, nossa subsidiária integral por meio do BB-BI e do Bamb, realizamos 1.006 mil negociações em 2018, totalizando R\$ 655,2 milhões de créditos recuperados. Estas recuperações são oriundas de carteiras de créditos não performados adquiridas pela Ativos S.A de nossas carteiras ou de outras Instituições Financeiras.

Em linha com a digitalização de processos e a melhoria da experiência do cliente, a Ativos S.A. também permite a negociação diretamente em seu site na *internet* (www.ativossa.com.br, opção Negocie seu Débito) ou por meio do *app* próprio Ativos S.A., disponível para *iOs* e *android* e que conta com mais de 190 mil *downloads*. O lucro líquido gerado pela Ativos S.A. totalizou R\$ 133,7 milhões.

11. Negócios Sociais e Desenvolvimento Sustentável

Nossos negócios sociais têm como prioridade o desenvolvimento de iniciativas economicamente viáveis, utilizando mecanismos de mercado, com o objetivo de resolver desigualdades socioeconômicas de forma sustentável, garantindo renda, inclusão produtiva e acesso a serviços públicos.

O BB Crédito Acessibilidade, linha destinada ao financiamento de bens e serviços de tecnologia assistiva, contratou 8.463 novas operações em 2018. Desde o seu lançamento, em fevereiro de 2012, a linha já atendeu mais de 65,7 mil pessoas.

No Microcrédito Produtivo Orientado, atuamos para ampliar e qualificar a oferta de crédito aos empreendedores, estimular a criação e o fortalecimento de pequenos negócios. Em 2018, alcançamos desembolso acumulado de R\$ 337.256 mil em operações de crédito para capital de giro. Foram beneficiados 171.554 clientes, entre pessoas físicas e jurídicas em todo o País, atendidos por meio da rede de agências e da parceria com a Movera, empresa coligada.

A Movera, em 2018, realizou 91.674 operações, com R\$ 109.621 mil desembolsados para mais de 81.352 clientes. Além da transação via conta corrente, disponibilizamos a contratação do Microcrédito Produtivo Orientado (MPO) pelo Ourocard Conta Fácil e pelo Cartão Ourocard pré-pago, via celular.

Tabela 6. Principais Negócios Sociais

R\$ milhões	Saldo	
	2017	2018
Fies	35.834,5	41.611,4
MPO	305,2	234,8
Crédito Acessibilidade	163,6	162,4

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**12. Gestão de Riscos, Controle e Segurança****Gestão de Riscos**

A nossa forma de atuação é pautada nas políticas e processos aprovados pela nossa Alta Administração e a estrutura de gerenciamento segrega o processo de gestão dos riscos dos demais processos corporativos.

Adotamos estrutura de governança e gestão do risco compatíveis com o porte, natureza do negócio, a complexidade dos produtos e serviços e as relações estabelecidas com os diversos públicos de interesse.

A estrutura de gerenciamento do risco tem por objetivo identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos e contempla Diretorias e Unidades com papéis e responsabilidades definidos, contando com a participação dos Órgãos da Administração e dos Comitês Estratégicos.

Controles Internos

Nosso Sistema de Controles Internos está consolidado. Os processos, produtos e serviços contam com atividades de identificação de riscos e avaliação de controles que vêm sendo aprimoradas continuamente com a implementação de mitigadores, indicadores e a internalização de boas práticas na Gestão de Risco e Governança Corporativa.

A adoção do Modelo de Linhas de Defesa auxilia no atingimento dos objetivos estratégicos, à medida que reforça as competências e responsabilidades de todo o Banco dentro da estrutura de gestão de riscos e controles. O Modelo promove maior inter-relação entre negócios, gestão de riscos, controles e auditoria, buscando a mitigação dos riscos, redução de perdas, melhoria dos processos, sustentabilidade e, por consequência, melhores resultados financeiros. A atuação mais integrada entre as linhas de defesa favorece a consolidação do sistema de controles internos, proporcionando ambiente adequado e seguro à execução dos negócios.

Adotamos a Política de Controles Internos e Conformidade (*Compliance*), alinhada à Resolução CMN 4.595, que estabelece os princípios e diretrizes visando o efetivo gerenciamento do risco de conformidade. O nosso Programa de *Compliance* possui foco no atingimento do estado de conformidade, sustentabilidade e segurança nos negócios, processos, produtos e serviços.

Nossa Política de Relacionamento com Clientes e Usuários é aderente à Resolução CMN 4.539, consolidando as diretrizes e valores organizacionais que devem nortear o comportamento do Banco no relacionamento com seus clientes e usuários e na gestão adequada do risco de conduta.

A aderência e efetividade da Política de Controles Internos e Conformidade e da Política de Relacionamento com Clientes e Usuários é de responsabilidade de todo o conglomerado BB, sob coordenação da Diretoria de Controles Internos.

Para demais informações sobre o Sistema de Controles Internos, programas e políticas, consulte o Formulário de Referência e o Programa de Compliance, disponíveis no sítio de Relações com Investidores (www.bb.com.br/ri).

Segurança Institucional

Reafirmando nosso comprometimento com a ética, transparência e integridade, realizamos a revisão do Programa de Integridade e da metodologia de avaliação do risco de integridade, de acordo com orientações do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União - CGU. Participamos ativamente de iniciativas para prevenção e combate à corrupção junto ao Instituto *Ethos*, *Alliance for Integrity*, Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro - Enccla e à Federação Brasileira de Bancos - Febraban. Mantemos acordos de cooperação técnica com o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Internacional do Ministério da Justiça, com o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF e com a Interpol.

Dispomos de plano de capacitação, nos temas de ética e integridade, para os funcionários, incluindo a Alta Administração da Instituição. Em 2018, 11.606 funcionários participaram dos treinamentos promovidos sobre o tema de prevenção e combate à corrupção e 36.269 foram treinados em eventos de capacitação em prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo. Além disso, 24.128 realizaram provas de certificação de conhecimento em prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**13. Informações Legais**

Conforme critérios definidos pelo Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei Geral da Micro e Pequena Empresa), 96,1% de nossos clientes pessoa jurídica são classificados como micro e pequenas empresas. O volume de recursos utilizado por essas empresas atingiu R\$ 23,8 bilhões em dezembro de 2018. O saldo das operações de capital de giro contratadas pelas microempresas totalizou R\$ 1,0 bilhão e das pequenas empresas R\$ 14,8 bilhões. As operações de investimento destinadas às microempresas atingiram R\$ 591 milhões e para as pequenas empresas R\$ 7,1 bilhões.

Na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa, adotamos procedimentos que se fundamentam na legislação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho e (ii) o auditor não deve atuar, gerencialmente, perante seu cliente nem tampouco promover os interesses desse cliente.

No período, contratamos a KPMG Auditores Independentes para prestação de outros serviços não relacionados à auditoria externa no montante de R\$ 1.576 mil, que representam 4,93% dos honorários relativos ao serviço de auditoria externa. Os serviços contratados constam da tabela a seguir:

Tabela 7. Contratação KPMG Auditores Independentes

Empresa Contratante	Data de Contratação	Data Final do Contrato	Descrição dos Serviços	Valor - R\$ mil
Cielo	12/01/2018	30/05/2018	Consultoria	98,7
BB Securities Asia	26/04/2018	26/04/2018	Consultoria	21,1
Banco Votorantim S.A.	26/04/2018	26/04/2018	Consultoria	75,6
Votorantim Asset	26/04/2018	26/04/2018	Consultoria	113,4
Banco Patagonia Ur.	01/04/2018	30/06/2018	Consultoria	202,0
Brasil Seguros e Prev.	31/05/2018	30/06/2018	Consultoria	73,5
Brasil Seguros e Prev.	31/05/2018	30/06/2018	Consultoria	82,0
Banco Votorantim S.A.	20/07/2018	30/11/2018	Consultoria	97,5
BV Financeira S.A.	01/07/2018	31/12/2018	Consultoria	130,0
Kepler Weber S.A.	01/10/2018	31/12/2018	Consultoria	683,0

Em cumprimento à Instrução CVM 381/2003, informamos que, em 2018, a KPMG Auditores Independentes não prestou serviços que pudessem afetar sua independência, ratificada por meio da aderência de seus profissionais aos pertinentes padrões éticos e de independência, que cumpram ou excedam os padrões promulgados por IFAC, PCAOB, SEC, AICPA, CFC, CVM, Bacen, Susep, Previc e pelas demais agências reguladoras. Estas políticas e procedimentos que abrangem áreas como: independência pessoal, as relações pós-emprego, rotação de profissionais, bem como a aprovação de serviços de auditoria e outros serviços, estão sujeitas a monitoramento constante.

No Banco do Brasil, a contratação de serviços relacionados à auditoria externa deve ser precedida por parecer do Comitê de Auditoria.

Títulos e Valores Mobiliários

Em conformidade com o art. 8º da Circular Bacen 3.068/2001, afirmamos possuir a intenção e a capacidade financeira de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento”. A capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que não considera a possibilidade de venda desses títulos.

A abertura dos títulos por categoria e a reclassificação de títulos e valores mobiliários podem ser consultadas na nota explicativa 8 – Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos. Os valores referentes a ganhos e perdas não realizados no período, relativos a títulos e valores mobiliários, estão divulgados na nota explicativa 28 – Gerenciamento de Risco e Capital.

Informações de Coligadas e Controladas

Em cumprimento ao artigo 243 da Lei 6.404/76, informamos que os investimentos da companhia em sociedades coligadas e controladas estão relacionados nas notas explicativas 3 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e 14 – Investimentos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho
Esclarecimentos Adicionais

- I. Os investimentos fixos no período somaram o valor de R\$ 1.665 milhão em 2018, destacando o investimento em novos pontos de atendimento e na melhoria da ambiência das agências (R\$ 813,5 milhões) e em tecnologia da informação (R\$ 811,4 milhões).
- II. Possuímos R\$ 1.870 milhão e R\$ 1.880 milhão de créditos tributários não ativados em decorrência dos requisitos estabelecidos pelas Resoluções CMN 3.059 de 20.12.2002 e 3.355 de 31.03.2006 e apresentados na nota explicativa 24 - Tributos das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas relativas a 2018 respectivamente.
- III. Mantivemos registrado em contas de compensação, conforme regras dispostas no Plano Contábil das Instituições Financeiras (Cosif), o montante de R\$ 11.960.630.612,30 decorrentes de Coobrigações e Riscos em Garantias Prestadas a clientes e empresas integrantes do Conglomerado Banco do Brasil.
- IV. Publicamos anualmente, em nossa Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, disponível em nosso sítio (www.bb.com.br/ri), os investimentos realizados em decorrência do exercício de políticas públicas.

O Banco do Brasil, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal se comprometem a resolver toda e qualquer disputa ou controvérsia relacionada ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado por meio da Câmara de Arbitragem do Mercado da B3, conforme cláusula compromissória constante do Estatuto Social do Banco do Brasil.

Para mais informações, disponibilizamos no sítio de Relações com Investidores (www.bb.com.br/ri) o Formulário de Referência, Análise do Desempenho e Apresentação Institucional.

Notas Explicativas

Índice das Notas Explicativas

1. Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pela *International Accounting Standard Board (IASB)*.
2. Notas explicativas às demonstrações financeiras do Banco do Brasil S.A. para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Notas Explicativas

1. Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pela *International Accounting Standard Board (IASB)*.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO

	Nota	Exercício/2018	Exercício/2017	Exercício/2016
Receitas de juros		120.250.344	147.064.451	176.247.767
Despesas de juros		(69.536.974)	(92.860.332)	(116.860.997)
Receita líquida de juros	[8]	50.713.370	54.204.119	59.386.770
Reversão de provisão para perdas em empréstimos a instituições financeiras		N/A	-	13.867
Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a clientes	[24]	N/A	(22.864.367)	(28.420.155)
Perda líquida esperada com:		(12.623.851)	N/A	N/A
Empréstimos a instituições financeiras	[18]	(12.523)	N/A	N/A
Empréstimos a clientes	[24]	(12.462.801)	N/A	N/A
Outros ativos financeiros	[19],[21],[22],[39]	(148.527)	N/A	N/A
Receita líquida de juros após provisão para perdas		38.089.519	31.339.752	30.980.482
Receitas não de juros		33.978.144	31.756.626	31.250.309
Receita líquida de tarifas e comissões	[9]	21.981.863	20.943.445	19.444.242
Ganhos/(perdas) líquidos sobre instrumentos financeiros:	[10]	1.055.654	44.178	(1.841.157)
Ao valor justo por meio do resultado		650.202	(427.696)	(1.969.220)
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		405.452	N/A	N/A
Disponíveis para venda		N/A	471.874	128.063
Ganhos líquidos em coligadas e <i>joint ventures</i>	[26]	3.538.318	3.750.978	3.959.882
Ganhos/(Perdas) líquidos em operações de câmbio e em conversão de transações em moedas estrangeiras	[11]	(1.977.900)	(214.292)	2.669.954
Outras receitas operacionais	[12]	9.380.209	7.232.317	7.017.388
Despesas não de juros		(51.653.464)	(47.165.917)	(51.340.364)
Despesas com pessoal	[13]	(21.092.621)	(20.560.025)	(22.615.509)
Despesas administrativas	[14]	(9.381.031)	(9.282.288)	(8.948.301)
Contribuições, taxas e outros impostos		(5.076.848)	(5.482.208)	(5.659.758)
Amortização de ativos intangíveis	[29]	(1.856.261)	(2.416.403)	(2.607.135)
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	[35]	(5.437.673)	(2.832.984)	(3.011.849)
Depreciação	[28]	(1.195.908)	(1.162.822)	(1.149.168)
Outras despesas operacionais	[12]	(7.613.122)	(5.429.187)	(7.348.644)
Lucro antes dos impostos		20.414.199	15.930.461	10.890.427
Impostos	[36]	(5.328.098)	(3.655.158)	(2.230.850)
Correntes		(3.304.217)	(3.290.685)	(6.635.568)
Diferidos		(2.023.881)	(364.473)	4.404.718
Lucro líquido do período		15.086.101	12.275.303	8.659.577
Atribuível aos acionistas controladores		13.825.994	10.628.794	7.027.281
Atribuível às participações de acionistas não controladores		1.260.107	1.646.509	1.632.296
Lucro por ação				
Lucro por ação básico e diluído (R\$)		4,96	3,82	2,52
Média ponderada das ações em circulação – básico e diluído		2.785.290.260	2.784.905.261	2.787.552.822

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE CONSOLIDADO

	Exercício/2018	Exercício/2017	Exercício/2016
Lucro líquido do período	15.086.101	12.275.303	8.659.577
Itens que podem ser reclassificados para a Demonstração do Resultado Consolidado			
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	83.552	N/A	N/A
Ganhos não realizados sobre ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	1.012.598	N/A	N/A
Ganhos realizados sobre ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – reclassificados para o resultado	(405.452)	N/A	N/A
Efeito fiscal	(523.594)	N/A	N/A
Ativos financeiros disponíveis para venda	N/A	703.493	1.577.837
Ganhos não realizados sobre ativos financeiros disponíveis para venda	N/A	1.372.158	2.045.205
Ganhos realizados sobre ativos financeiros disponíveis para venda – reclassificados para o resultado	N/A	(471.874)	(128.063)
Efeito fiscal	N/A	(196.791)	(339.305)
Participação no resultado abrangente de investimentos em coligadas e joint ventures	(391.601)	99.525	97.524
Perdas não realizadas sobre ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(585.176)	N/A	N/A
Ganhos não realizados sobre ativos financeiros disponíveis para venda	N/A	203.131	205.355
Perdas não realizadas sobre hedge de investimentos líquidos no exterior	(92.619)	(11.142)	(16.947)
Efeito fiscal	286.194	(92.464)	(90.884)
Ajustes de conversão de investimentos no exterior	(889.807)	(323.636)	(868.919)
Itens que não podem ser reclassificados para a Demonstração do Resultado Consolidado			
Planos de benefícios definidos	(1.642.830)	3.048.369	(1.573.065)
Ganhos/(perdas) em remensurações relacionadas a planos de benefícios definidos	(2.737.684)	5.091.650	(2.623.835)
Efeito fiscal	1.094.854	(2.043.281)	1.050.770
Outros resultados abrangentes líquidos de efeitos tributários	(2.840.686)	3.527.751	(766.623)
Resultado abrangente do período	12.245.415	15.803.054	7.892.954
Atribuível aos acionistas controladores	11.303.531	14.277.709	6.580.180
Atribuível às participações de acionistas não controladores	941.884	1.525.345	1.312.774

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

	Nota	31.12.2018	31.12.2017
Ativo			
Caixa e depósitos bancários	[16]	13.601.194	13.471.112
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	[17]	59.115.355	69.081.139
Ativos financeiros ao custo amortizado líquidos		1.047.086.749	978.951.992
Empréstimos a instituições financeiras	[18]	34.371.719	35.116.862
Aplicações em operações compromissadas	[19]	386.874.200	348.186.760
Empréstimos a clientes	[23],[24]	601.660.512	585.190.941
Títulos e valores mobiliários	[22]	24.180.318	N/A
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	[22]	N/A	10.457.429
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	[20]	6.877.619	8.453.138
Instrumentos de dívida e patrimônio		6.194.457	7.798.219
Derivativos		683.162	654.919
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	[21]	119.753.019	N/A
Ativos financeiros disponíveis para venda	[21]	N/A	120.214.877
Ativos não circulantes mantidos para venda	[25]	176.821	94.512
Investimentos em coligadas e joint ventures	[26]	18.727.463	20.532.053
Ativo imobilizado	[28]	7.685.094	7.466.150
Ativos intangíveis	[29]	5.795.064	7.615.120
Ágio sobre investimentos		-	591.582
Outros		5.795.064	7.023.538
Ativos fiscais		46.519.899	47.869.809
Correntes		8.245.782	8.389.350
Diferidos	[36]	38.274.117	39.480.459
Outros ativos	[30]	71.169.197	79.325.140
Total		1.396.507.474	1.353.075.042
Passivo			
Passivos financeiros ao custo amortizado		1.201.107.729	1.164.950.712
Depósitos de clientes	[31]	452.368.176	426.076.603
Valores a pagar a instituições financeiras	[32]	34.073.439	24.649.124
Obrigações por operações compromissadas	[33]	402.901.202	376.242.695
Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e outras obrigações	[34]	311.764.912	337.982.290
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	[20]	809.301	789.887
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	[35]	9.781.136	9.600.351
Provisões para perdas com garantias prestadas e compromissos de empréstimos	[39]	489.888	202.547
Passivos fiscais		4.887.671	5.434.568
Correntes		2.425.778	2.365.251
Diferidos	[36]	2.461.893	3.069.317
Outros passivos	[30]	74.891.778	70.858.549
Total		1.291.967.503	1.251.836.614
Patrimônio líquido			
	[37]		
Capital social		67.000.000	67.000.000
Instrumento elegível a capital principal		8.100.000	8.100.000
Ações em tesouraria		(1.833.431)	(1.850.043)
Reserva de capital		5.241.148	5.604.313
Reservas de lucros		42.612.582	35.280.691
Outros resultados abrangentes acumulados		(16.481.925)	(13.960.404)
Resultados acumulados não apropriados		(2.745.459)	(2.817.724)
Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		101.892.915	97.356.833
Participações de acionistas não controladores		2.647.056	3.881.595
Total do patrimônio líquido		104.539.971	101.238.428
Total do passivo e patrimônio líquido		1.396.507.474	1.353.075.042

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Atribuível aos acionistas controladores													
	Capital social elegível a capital	Instrumento elegível a capital	Ações em tesouraria	Reserva de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes				Resultados acumulados não apropriados	Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	Participações de acionistas não controladores	Total do Patrimônio líquido
						Disponíveis para venda (IAS 39)/ VJORA (IFRS 9)	Remensurações planos de benefícios definidos	Conversão de investimentos no exterior	Ganhos/ (perdas) acumulados Hedge				
Saldos em 31.12.2016													
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.628.794	1.646.509	12.275.303	12.275.303
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	806.800	3.048.369	(199.252)	(7.002)	-	3.648.915	(121.164)	3.527.751
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	-	806.800	3.048.369	(199.252)	(7.002)	10.628.794	1.525.345	15.803.054	15.803.054
Transações com pagamento baseado em ações	-	-	4.706	(3.073)	-	-	-	-	-	-	1.633	-	1.633
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.628	(45.563)	(37.935)	(37.935)
Constituição de reservas de lucros	-	-	-	-	7.634.122	-	-	-	-	(7.634.122)	-	-	-
Juros sobre instrumento elegível a capital principal (Nota 37.c)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(77.424)	-	(77.424)	(77.424)
Juros sobre capital próprio e dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.228.953)	(1.298.640)	(4.527.593)	(4.527.593)
Saldos em 31.12.2017 (IAS 39)	67.000.000	8.100.000	(1.850.043)	5.604.313	35.280.691	(608.788)	(12.442.883)	(894.344)	(14.389)	(2.817.724)	97.356.833	3.881.595	101.238.428
Adoção inicial da IFRS 9	-	-	-	-	-	940	-	-	-	(1.087.939)	(18.291)	(1.105.290)	(1.105.290)
Saldos em 01.01.2018 (IFRS 9)	67.000.000	8.100.000	(1.850.043)	5.604.313	35.280.691	(607.848)	(12.442.883)	(894.344)	(14.389)	(3.905.663)	96.269.834	3.863.304	100.133.138
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13.825.994	1.260.107	15.086.101	15.086.101
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	(252.411)	(1.642.830)	(570.398)	(56.822)	-	(318.223)	(2.840.684)	(2.840.684)
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	-	(252.411)	(1.642.830)	(570.398)	(56.822)	13.825.994	941.884	12.245.417	12.245.417
Transações patrimoniais com proprietários	-	-	-	(365.421)	-	-	-	-	-	-	(365.421)	-	(365.421)
Transações com pagamento baseado em ações	-	-	16.612	2.256	-	-	-	-	-	-	18.868	-	18.868
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.372	274.702	283.074	283.074
Constituição de reservas de lucros	-	-	-	-	7.331.891	-	-	-	-	(7.331.891)	-	-	-
Juros sobre instrumento elegível a capital principal (Nota 37.c)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(156.400)	(156.400)	-	(156.400)
Adoção inicial, no Banco Votorantim S.A., de novo critério contábil para reconhecimento da variação de cotas dos Fundos de Investimento em Participações, líquido de impostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(121.064)	-	(121.064)	(121.064)
Juros sobre capital próprio e dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.161.822)	(1.957.738)	(7.119.560)	(7.119.560)
Variação de participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(498.762)	(498.762)	(498.762)
Ajustes de hiperinflação na Argentina	-	-	-	-	-	-	-	-	-	97.015	23.666	120.681	120.681
Saldos em 31.12.2018	67.000.000	8.100.000	(1.833.431)	5.241.148	42.612.582	(860.259)	(14.085.713)	(1.464.742)	(71.211)	(2.745.459)	101.892.915	2.647.056	104.539.971

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

	Exercício/2018	Exercício/2017	Exercício/2016
Atividades operacionais			
Lucro líquido	15.086.101	12.275.303	8.659.577
Ajustado por:	23.569.275	29.332.020	36.620.530
Perda líquida esperada com empréstimos a clientes	17.367.358	N/A	N/A
Provisão para perdas em empréstimos a clientes	N/A	27.049.679	31.965.644
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	5.437.673	2.832.984	3.011.849
Impostos diferidos	2.023.881	364.473	(4.404.718)
(Ganhos)/perdas líquidos em operações de câmbio e em conversão de transações em moedas estrangeiras	1.977.900	214.292	(2.669.954)
Amortização de ativos intangíveis	1.856.261	2.416.403	2.607.135
Depreciação	1.195.908	1.162.822	1.149.168
Perdas líquidas de capital em outros ativos	337.134	19.504	90.806
Provisão para desvalorização de valores e bens	30.263	(34.693)	3.735
Perda/(reversão) líquida esperada com empréstimos a instituições financeiras	12.523	N/A	N/A
Provisão para perdas em empréstimos a instituições financeiras	N/A	-	(13.867)
(Ganhos)/perdas líquidos na alienação de investimentos em coligadas e <i>joint ventures</i>	-	(311)	2.347
Ganhos líquidos na alienação de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(405.452)	N/A	N/A
Ganhos líquidos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda	N/A	(471.874)	(128.063)
Ganhos líquidos na alienação de valores e bens	(453.960)	(201.266)	(219.041)
Atualização de ativo/passivo atuarial	(1.293.414)	49.715	(67.600)
Efeito da mudança da taxa de câmbio no caixa e equivalentes de caixa	(2.522.422)	(36.146)	9.361.703
Ganhos líquidos de investimentos em coligadas e <i>joint ventures</i>	(3.538.318)	(3.750.978)	(3.959.882)
Outros	1.543.940	(282.584)	(108.732)
Variação nos ativos e passivos operacionais	(10.212.977)	(88.532.564)	(40.895.065)
Variação líquida em depósitos compulsórios em bancos centrais	9.965.784	(5.630.045)	(2.640.176)
Variação líquida em empréstimos a instituições financeiras	3.154.612	4.086.213	2.943.197
Variação líquida em aplicações em operações compromissadas	(28.108.467)	(23.202.996)	(48.066.639)
Variação líquida em ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	1.603.762	(1.741.384)	1.799.283
Variação líquida em empréstimos a clientes	(34.112.956)	(8.492.992)	37.993.472
Variação líquida em ativos não correntes disponíveis para venda	3.022	-	-
Variação líquida em outros ativos	(1.074.728)	(9.568.687)	(16.834.352)
Variação líquida em depósitos de clientes	26.291.573	760.717	2.379.101
Variação líquida em valores a pagar a instituições financeiras	9.424.315	3.372.190	(20.538.911)
Variação líquida em passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	19.414	(1.080.504)	(1.418.783)
Variação líquida em obrigações por operações compromissadas	26.658.507	1.608.663	41.112.385
Variação líquida em obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e outras obrigações	(18.866.509)	(31.623.805)	(46.586.588)
Variação líquida em impostos correntes	204.094	318.811	(480.932)
Variação líquida em impostos diferidos	(674.905)	2.636.805	345.216
Variação líquida em outros passivos	(4.700.495)	(19.975.550)	9.098.662
Caixa líquido proveniente de atividades operacionais	28.442.399	(46.925.241)	4.385.042

Continuação	Exercício/2018	Exercício/2017	Exercício/2016
Atividades de investimento			
Compra de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(77.601.430)	N/A	N/A
Compra de ativos financeiros disponíveis para venda	N/A	(65.392.379)	(38.827.077)
Venda de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	87.544.993	N/A	N/A
Venda de ativos financeiros disponíveis para venda	N/A	61.367.698	51.825.031
Compra de títulos e valores mobiliários ao custo amortizado	(18.834.840)	N/A	N/A
Compra de ativos financeiros mantidos até o vencimento	N/A	(3.021.096)	(4.865.232)
Resgate de títulos e valores mobiliários ao custo amortizado	673.772	N/A	N/A
Resgate de ativos financeiros mantidos até o vencimento	N/A	188.414	-
Compra de ativo imobilizado	(1.619.350)	(1.199.667)	(1.501.536)
Venda de ativo imobilizado	64.801	26.313	111.339
Aquisição de investimentos em coligadas e joint ventures	(20.248)	(275.761)	-
Aquisição de ativos intangíveis	(662.772)	(1.309.115)	(2.726.111)
Alienação de ativos intangíveis	21.446	14.295	42.372
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	2.925.249	3.219.813	2.520.093
Caixa líquido recebido na alienação da Mapfre SH2	2.252.575	-	-
Caixa líquido proveniente de atividades de investimento	(5.255.804)	(6.381.485)	6.578.879
Atividades de financiamento			
Liquidação de passivos de longo prazo	(12.354.841)	(4.973.256)	(4.819.711)
Juros pagos sobre instrumento elegível a capital principal	(156.403)	(77.424)	(262.410)
Dividendos ou juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas controladores	(2.132.704)	(1.374.862)	(2.708.471)
Dividendos ou juros sobre o capital próprio pagos a acionistas não controladores	(2.073.812)	(2.463.694)	(1.266.328)
Captação de passivos de longo prazo	5.003.972	6.228.583	7.878.581
Transações patrimoniais com proprietários	(365.421)	-	-
Variação de participação societária em coligadas e joint ventures	-	(10.713)	(7.242)
Variação de participação de acionistas não controladores	(498.762)	-	-
Caixa líquido proveniente de atividades de financiamento	(12.577.971)	(2.671.366)	(1.185.581)
Variação líquida em caixa e equivalentes de caixa	10.608.624	(55.978.092)	9.778.340
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	47.174.157	103.116.103	102.699.466
Efeito da mudança da taxa de câmbio no caixa e equivalentes de caixa	2.522.422	36.146	(9.361.703)
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	60.305.203	47.174.157	103.116.103
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	10.608.624	(55.978.092)	9.778.340
Informações complementares			
Caixa pago em juros	(66.900.589)	(95.625.162)	(116.872.385)
Caixa recebido em juros	121.289.501	143.641.694	160.829.804
Caixa pago em impostos	(2.802.471)	(3.038.651)	(6.628.278)
Movimentações contábeis que não envolvem caixa e seus equivalentes			
Ativos reclassificados para ativos não correntes disponíveis para venda	85.330	49.982	(1.437)
Empréstimos a clientes transferidos para bens não de uso (outros ativos)	89.545	23.331	1.382
Dividendos declarados e não pagos	3.609.272	1.353.830	107.581

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

1 – O BANCO E SUAS OPERAÇÕES

O Banco do Brasil S.A. (“Banco do Brasil”, “Banco”, “Grupo” ou “Conglomerado”) é uma companhia aberta de direito privado regida, sobretudo, pela legislação aplicável às sociedades por ações, controlada pelo Governo Federal, e sua matriz está localizada no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Brasília, Distrito Federal, Brasil. Tem por objeto:

- a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias;
- a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas, inclusive nas operações de câmbio e nas atividades complementares, destacando-se seguros, previdência privada, capitalização, corretagem de títulos e valores mobiliários, administração de cartões de crédito/débito, consórcios, fundos de investimentos e carteiras administradas; e
- o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

Como agente de execução da política creditícia e financeira do Governo Federal, compete ao Banco exercer as seguintes funções atribuídas nas leis brasileiras, sob a supervisão do Conselho Monetário Nacional:

- (i) ser o agente financeiro do Tesouro Nacional;
- (ii) ser o principal executor dos serviços bancários de interesse do Governo Federal, inclusive suas autarquias;
- (iii) arrecadar depósitos voluntários, à vista, das instituições financeiras;
- (iv) executar os serviços de compensação de cheques e outros papéis;
- (v) realizar operações de compra e venda de moeda estrangeira por conta própria e, nas condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, por conta do Banco Central do Brasil;
- (vi) realizar recebimentos ou pagamentos e outros serviços de interesse do Banco Central do Brasil;
- (vii) financiar a aquisição e instalação da pequena e média propriedade rural;
- (viii) difundir e orientar o crédito; entre outras atribuições.

O Banco financia o custeio da produção e a comercialização de produtos agropecuários, estimula os investimentos rurais como armazenamento, beneficiamento, industrialização de produtos agrícolas e modernização de máquinas e implementos, além da adequação de propriedades rurais à legislação ambiental. Assim, o Banco apoia o agronegócio brasileiro em todas as etapas da cadeia produtiva.

O Banco oferece às Micro e Pequenas Empresas (MPE) soluções de capital de giro, financiamentos de investimentos e comércio exterior, além de várias outras opções relacionadas a fluxo de caixa, seguridade, previdência e serviços. Os vários segmentos de Pessoas Jurídicas, incluindo Microempreendedores Individuais (MEI), encontram desde alternativas financeiras até modelos de negócios que promovem a transição para uma economia inclusiva.

No financiamento ao comércio exterior, o Banco opera instrumentos de política pública de desenvolvimento produtivo, empreendedorismo, inclusão social e financeira, entre eles o Programa de Geração e Renda (Proger) Exportação e o Programa de Financiamento às Exportações (Proex), no qual é agente exclusivo do Governo Federal.

No processo de gestão do Banco do Brasil são utilizados mecanismos expressos em sistema normativo, que detalham os procedimentos operacionais necessários à implementação das decisões organizacionais relativas aos negócios e atividades da Empresa e ao atendimento de exigências legais e de órgãos reguladores e fiscalizadores.

O Banco mantém sistema de autorregulação que disciplina a negociação com valores mobiliários de sua emissão e da BB Seguridade ou ainda com cotas de fundos exclusivos referenciados nesses valores mobiliários por quaisquer pessoas que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Empresa, tenham acesso à informação de ato ou fato relevante antes de sua publicação ao mercado. Estão sujeitos à autorregulação, no Banco do Brasil, além do acionista controlador, dos estatutários, do auditor geral e do ouvidor geral, todas as pessoas que tenham relação comercial, profissional ou de confiança com o Banco que detenham conhecimento sobre informação contábil, estratégica ou qualquer outra informação sobre negócios do Banco que possa ensejar ato ou fato relevante.

Em relação às suas políticas de divulgação de informações ao mercado, o Banco do Brasil pauta a sua atuação com base nas necessidades de usuários externos para fins de decisões de natureza econômica, em aderência às exigências dos órgãos reguladores e fiscalizadores. As informações são prestadas com qualidade, transparência, veracidade, completeza, consistência, equidade e tempestividade, respeitados os mais altos padrões de governança corporativa.

No Banco do Brasil, o Vice-Presidente de Gestão Financeira e de Relações com Investidores é o responsável pela divulgação de informações referentes a atos ou fatos relevantes e demais informações ao mercado investidor, embora os demais administradores respondam solidariamente nos casos de descumprimento das normas que disciplinam a divulgação de informações ao mercado.

Outras informações a respeito das empresas que compõem o Conglomerado Banco do Brasil e a descrição dos segmentos de negócio em que o Banco opera, estão relacionadas nas Notas 5 e 7, respectivamente.

2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Estas demonstrações contábeis consolidadas foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho Diretor do Banco do Brasil em 19.03.2019.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), a moeda funcional e de apresentação do Banco. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de Reais (R\$ mil).

c) Continuidade

A Administração avaliou a capacidade de o Banco continuar operando normalmente e está convencida de que ele possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

d) Alterações nas políticas contábeis

As políticas e os métodos contábeis utilizados na preparação destas demonstrações contábeis consolidadas equivalem-se àqueles aplicados às demonstrações contábeis consolidadas referentes ao exercício encerrado em 31.12.2017, exceto pela aplicação da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes que entraram em vigor em 01.01.2018.

Transição para a IFRS 9

(i) Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

A IFRS 9 aborda uma nova classificação e mensuração para os ativos financeiros com base nas características contratuais dos fluxos de caixa do ativo, além do modelo de negócios pelo qual os ativos são administrados pela entidade. A norma estabelece três categorias de mensuração para ativos financeiros:

- custo amortizado (CA);
- valor justo por meio do resultado (VJR) e
- valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).

O Banco do Brasil analisou as características contratuais dos fluxos de caixa e o modelo de negócios de seus ativos financeiros a fim de classificá-los ao:

Custo amortizado: Quando os fluxos de caixa contratuais possuem característica de “somente pagamento de principal e juros” e a Administração faz a gestão do ativo em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter apenas os fluxos de caixa contratuais.

Valor Justo por meio do resultado: Quando os fluxos de caixa contratuais não possuem característica de “somente pagamento de principal e juros” ou quando a Administração faz a gestão do ativo em um modelo de negócios cujo objetivo seja a sua venda.

Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes: Quando os fluxos de caixa contratuais possuem característica de “somente pagamento de principal e juros” e a Administração faz a gestão do ativo em um modelo de negócios cujo objetivo seja tanto para obter os fluxos de caixa contratuais quanto para venda.

(ii) Redução ao valor recuperável

Alinhada com os requerimentos da IFRS 9, a metodologia para cálculo das perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) no Banco do Brasil utiliza o conceito de perda esperada de crédito, assim, todas as operações possuem previsão de perda desde a sua origem, sendo acompanhadas à medida que sua situação de risco de crédito se altere. A avaliação dos ativos financeiros englobam em três estágios:

Estágio 1 - Operações em normalidade – Os ativos enquadrados nesse estágio são consideradas operações em situação de normalidade, com atraso inferior ou igual a 30 dias, e não incorrendo em aumento significativo do risco de crédito, inclusive para operações renovadas. Neste caso, é calculada a perda esperada para os próximos 12 meses.

Estágio 2 - Operações com aumento significativo de risco – Os ativos enquadrados nesse estágio estão com atraso superior a 30 dias, ou apresentaram aumento significativo no risco de crédito. São incluídos também os créditos renegociados. Neste caso, é calculada a perda esperada até o final da vida do ativo.

Estágio 3 - Operações em descumprimento (ativos problemáticos) – Os ativos enquadrados nesse estágio são os instrumentos financeiros com problema de recuperação, enquadrando-se, ou em descumprimento quantitativo (avaliado em função dos dias de atraso – em geral 90 dias) ou qualitativo, caracterizado por indicativos que o cliente não honrará integralmente a operação de crédito. Neste caso, é calculada a perda esperada até o final da vida do ativo.

(iii) Contabilização de *hedge*

O Banco do Brasil optou por aplicar os requerimentos de *hedge* contábil previstos na IAS 39, conforme permitido pela IFRS 9.

(iv) Adoção inicial

O Banco optou pela adoção prospectiva das práticas contábeis advindas da IFRS 9. Desta forma, diferenças entre: (i) classificação e mensuração e (ii) valores da redução ao valor recuperável dos ativos financeiros, na transição entre as datas de 31.12.2017 e 01.01.2018, foram reconhecidas diretamente no Patrimônio Líquido. As políticas e julgamentos contábeis referentes à adoção da IFRS 9 encontram-se descritos nas Notas 3 e 4.

O quadro abaixo apresenta os ativos financeiros classificados de acordo com a IAS 39 e as novas categorias de mensuração de acordo a IFRS 9 (Valor Justo por meio do Resultado – VJR, Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA e Custo Amortizado – CA):

Efeitos da adoção da IFRS 9 nas carteiras de ativos financeiros					
Classificação IAS 39	Classificação IFRS 9	Saldo em 31.12.2017	Ajustes de perda esperada	Reclassificação	Saldo em 01.01.2018
Empréstimos e recebíveis	CA	1.051.046.814	(156.229)	-	1.050.890.585
Disponível para venda	VJORA	120.214.877	-	(624.760)	119.590.117
Mantido até o vencimento	CA	10.457.429	(544.382)	624.760	10.537.807
Mantido para negociação	VJR	8.453.138	-	-	8.453.138
Total		1.190.172.258	(700.611)	-	1.189.471.647

O detalhamento dos instrumentos financeiros que compõem cada uma das categorias descritas acima, está evidenciado na Nota 15.

O quadro abaixo apresenta os efeitos no Patrimônio Líquido decorrentes da adoção inicial da IFRS 9:

Conciliação do Patrimônio Líquido	
Patrimônio líquido em 31.12.2017	101.238.428
Ajustes decorrentes da adoção inicial da IFRS 9	(1.105.290)
Perda esperada com garantias prestadas e compromissos de empréstimos	(653.875)
Adoção da IFRS 9 em empresas controladas em conjunto	(324.420)
Perda esperada com empréstimos a clientes	(133.667)
Perda esperada com empréstimos a instituições financeiras	(22.562)
Perda esperada com títulos mensurados ao custo amortizado	(544.382)
Reclassificação de ativos decorrentes das novas categorias	1.709
Imposto de renda diferido	571.907
Patrimônio líquido em 01.01.2018, após ajustes da IFRS 9	100.133.138

Transição para a IFRS 15

Em maio de 2014, o IASB publicou uma nova norma que especifica como e quando serão reconhecidas as receitas de contratos, assim como requer que as entidades forneçam dados mais relevantes aos usuários das informações contábeis.

A IFRS 15 estabelece um modelo de cinco etapas para a contabilização das receitas relativas a contratos com clientes. Complementarmente, o reconhecimento destas receitas deve ser por um valor que reflita a contrapartida que uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços para um cliente.

Embora a IFRS 15 apresente um novo conjunto de princípios relacionados a receitas, as práticas atuais adotadas pelo Banco são consistentes com o novo arcabouço normativo.

Neste contexto, as principais carteiras de contrato do Banco se referem aos seguintes serviços: conta corrente, cartões, cobrança, administração de recursos de terceiros, comissão de corretagem e arrecadações.

Por sua vez, as obrigações de desempenho gerais envolvem, respectivamente: viabilizar a movimentação de recursos por meio de depósitos, cheques, saques, ordens de pagamento e/ou transferências; viabilizar a compra de bens e serviços em estabelecimentos credenciados bem como saques em moeda nacional/estrangeira; receber valores por meio da liquidação de boletos de pagamento que podem ser pagos em qualquer banco; administrar recursos aplicados em fundos de investimento; realizar operações com títulos em bolsa de valores; arrecadar tributos e demais receitas a favor de instituições públicas.

Quanto ao preço de transação destes contratos, identificam-se tarifas, anuidades, taxas e comissões com expectativa de recebimento em até doze meses.

O principal expediente prático adotado se refere à existência de componente de financiamento significativo. O componente financeiro não foi considerado significativo quando o período entre o momento em que o serviço prometido é transferido para o cliente e o momento no qual o cliente paga por esse serviço é de um ano ou menos.

e) Informações para efeito de comparabilidade

Foram realizadas, para efeito de comparabilidade, de forma a evidenciar melhor a essência das operações, as seguintes reclassificações:

- Inclusão de linha na Demonstração do Resultado Consolidado denominada "Ganhos/(perdas) líquidos em operações de câmbio e em conversão de transações em moedas estrangeiras", para evidenciar a variação cambial incidente sobre as negociações de moedas e a conversão de transações em moeda estrangeira. Dessa forma, as demais linhas apresentadas na Demonstração do Resultado estão livres da variação cambial possibilitando uma

melhor evidenciação das receitas e despesas operacionais; e

- ii. Controle de despesas administrativas do grupamento Outras Despesas Administrativas para os grupamentos de Receita de Tarifas e Comissões e Outras Despesas Operacionais.

Demonstração do Resultado Consolidado

Exercício/2017	Divulgação anterior	Reclassificações	Saldos Ajustados
Receitas de juros	139.763.614	7.300.837	147.064.451
Despesas de juros	(86.533.899)	(6.326.433)	(92.860.332)
Receita líquida de juros	53.229.715	974.404	54.204.119
Receita líquida de juros após provisão para perdas em empréstimos	30.365.348	974.404	31.339.752
Receitas não de juros	33.943.994	(2.187.368)	31.756.626
Receita líquida de tarifas e comissões	22.071.288	(1.127.843)	20.943.445
Perdas líquidas em operações de câmbio e em conversão de transações em moedas estrangeiras	-	(214.292)	(214.292)
Outras receitas operacionais	8.077.550	(845.233)	7.232.317
Despesas não de juros	(48.378.881)	1.212.964	(47.165.917)
Despesas administrativas	(10.601.093)	1.318.805	(9.282.288)
Outras despesas operacionais	(5.323.346)	(105.841)	(5.429.187)

Exercício/2016	Divulgação anterior	Reclassificações	Saldos Ajustados
Receitas de juros	168.039.236	8.208.531	176.247.767
Despesas de juros	(106.124.895)	(10.736.102)	(116.860.997)
Receita líquida de juros	61.914.341	(2.527.571)	59.386.770
Receita líquida de juros após provisão para perdas em empréstimos	33.508.053	(2.527.571)	30.980.482
Receitas não de juros	32.190.947	(940.638)	31.250.309
Receita líquida de tarifas e comissões	20.847.786	(1.403.544)	19.444.242
Perdas líquidas sobre instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(1.957.607)	(11.613)	(1.969.220)
Ganhos líquidos em operações de câmbio e em conversão de transações em moedas estrangeiras	-	2.669.954	2.669.954
Outras receitas operacionais	9.212.823	(2.195.435)	7.017.388
Despesas não de juros	(54.808.573)	3.468.209	(51.340.364)
Despesas administrativas	(10.685.388)	1.737.087	(8.948.301)
Outras despesas operacionais	(9.079.766)	1.731.122	(7.348.644)

3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas pelo Banco do Brasil são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis consolidadas e de maneira uniforme a todas as entidades do Conglomerado, exceto em relação à classificação, mensuração e redução ao valor recuperável dos instrumentos financeiros, devido à adoção da IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, norma que substituiu a IAS 39, em 01.01.2018, cujos impactos de transição estão evidenciados na Nota 2.

a) Bases de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas do Grupo refletem os ativos, passivos, receitas e despesas do Banco do Brasil e de suas entidades controladas.

Os saldos e transações intragrupo, assim como quaisquer receitas ou despesas não realizadas nas transações entre o Banco e suas controladas, são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Os ganhos não

realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Banco na investida.

As participações de acionistas não controladores são apresentadas no balanço patrimonial como um componente segregado do patrimônio líquido. O lucro líquido atribuível a acionistas não controladores é evidenciado separadamente na demonstração do resultado e na demonstração do resultado abrangente.

Subsidiárias – São empresas sobre as quais o Banco exerce controle. O controle é determinado quando há poder para tomada de decisões sobre a investida, está exposto ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar o lucro através de seu poder sobre a investida. As subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento em que o Banco assume o controle sobre as suas atividades relevantes até o momento em que esse controle cessa.

A IAS 29 – *Financial Reporting in Hyperinflationary Economies* é aplicável para as entidades cuja moeda funcional é o peso argentino, para períodos iniciados a partir de 1º de julho de 2018. Como resultado, o Banco passou a ajustar as demonstrações contábeis de sua subsidiária Banco Patagonia S.A. para refletir os efeitos da hiperinflação do país.

Devido à desvalorização do peso argentino ocorrida nos últimos meses e do incremento do nível geral de preços observado neste período, a inflação acumulada nos últimos três anos superou a marca de 100%. As demonstrações contábeis da entidade foram ajustadas para refletir as mudanças no poder aquisitivo geral da moeda funcional (foram expressas na unidade de medida corrente) em 31 de dezembro de 2018.

O índice utilizado na atualização monetária foi o “Índice de preços ao consumidor com cobertura nacional” publicado pelo INDEC (*Instituto Nacional de Estadística y Censos de Argentina*), abaixo descritos:

- 124,8 em 31 de dezembro de 2017; e
- 184,3 em 31 de dezembro de 2018.

Combinação de negócios – A aquisição de uma subsidiária por meio de combinação de negócios é registrada na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para o Grupo, aplicando o método de aquisição. De acordo com este método, os ativos identificados (inclusive ativos intangíveis não reconhecidos previamente), passivos assumidos e passivos contingentes são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição. Eventuais diferenças positivas entre o custo de aquisição e o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos são reconhecidas como ágio (*goodwill*). No caso de apuração de diferença negativa (ganho por compra vantajosa), o valor identificado é reconhecido no resultado do período em outras receitas operacionais.

Os custos de transação que o Banco incorre em uma combinação de negócios, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio, são registrados no resultado do período quando incorridos. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição.

Os resultados das subsidiárias adquiridas durante o período contábil são incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas desde a data de aquisição até o fim do exercício. Por sua vez, os resultados das subsidiárias alienadas durante o exercício são incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas desde o início do exercício até a data da alienação, ou até a data em que o Banco deixou de exercer o controle.

Combinação de negócios de entidades sob controle comum – Uma combinação de negócios envolvendo entidades ou negócios sob controle comum é uma combinação de negócios em que todas as entidades ou negócios da combinação são controlados pelo Banco, antes e depois da combinação, e esse controle não é transitório.

Nessa situação, o Banco incorpora os valores contábeis dos ativos e passivos pré-combinação sem qualquer mensuração a valor justo.

O Banco não reconhece ágio derivado dessas combinações. Qualquer diferença entre o custo da operação e o valor contábil dos ativos líquidos é registrada diretamente no patrimônio líquido.

Mudança de participação societária em subsidiárias – As alterações na participação societária em uma subsidiária que não resultam em perda de controle são contabilizadas como transações patrimoniais (ou seja, transações com proprietários em sua condição de proprietários). Consequentemente, nenhum ágio é reconhecido como resultado de tais transações.

Perda de controle – Caso ocorra a perda de controle de uma subsidiária, o Banco deixa de reconhecer, na data em que o controle é perdido:

- (i) os ativos, inclusive o ágio, e os passivos da subsidiária pelo seu valor contábil; e
- (ii) o valor contábil de quaisquer participações não-controladoras na ex-subsidiária, inclusive quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a ela.

Além disso, o Banco reconhece na data da perda do controle:

- (i) o valor justo da contrapartida recebida, se houver, proveniente da transação, evento ou circunstâncias que resultaram na perda de controle;
- (ii) a distribuição de ações da subsidiária aos proprietários, caso a transação que resultou na perda do controle envolva uma distribuição de ações;
- (iii) qualquer investimento retido na ex-subsidiária pelo seu valor justo; e
- (iv) qualquer diferença resultante como um ganho ou perda no resultado atribuível à controladora.

Entidades estruturadas – O Banco patrocina a formação de entidades estruturadas, que envolvem fundos de investimento, grupo de consórcios e veículos de securitização, as quais podem ser ou não controladas. Previamente à consolidação de uma entidade estruturada, o Banco avalia os critérios estabelecidos na IFRS 10 – *Consolidated Financial Statements*.

O Banco reavalia o processo de consolidação de uma entidade estruturada caso determinados fatos e circunstâncias indiquem que há uma mudança em um ou mais elementos que configuram o controle.

Empreendimento em conjunto (*joint venture*) – É um negócio por meio do qual as partes que detêm o controle conjunto têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio. O Banco possui controle conjunto quando esse fato é contratualmente convencionado, sendo as decisões sobre as atividades relevantes tomadas com o consentimento unânime das partes que partilham o controle.

Os investimentos do Grupo em *joint ventures* são inicialmente registrados pelo custo e, subsequentemente, contabilizados utilizando o método da equivalência patrimonial, sendo os seus valores contábeis aumentados (ou diminuídos) para refletir a participação do Banco nos resultados da investida após a data de aquisição. A participação nos resultados da investida é reconhecida na demonstração do resultado do Banco, nos períodos em que estes são apurados. O Banco promove ajustes ao valor contábil de seus investimentos pelo reconhecimento de sua participação proporcional nas variações de saldo de componentes dos outros resultados abrangentes da investida. A participação do Banco nessas variações é reconhecida de forma reflexa diretamente em seu patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes acumulados.

Na aquisição de investimentos em *joint ventures*, qualquer diferença positiva entre o custo e a parcela do Banco do valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida é contabilizada como ágio, o qual é incluído no valor contábil do investimento. O Banco não realiza a amortização desse ágio. Qualquer valor que exceda a participação do Banco no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida sobre o custo do investimento é incluído como receita na demonstração do resultado.

Quando a participação do Banco nos prejuízos do período da entidade controlada em conjunto se igualar ou exceder ao saldo contábil de sua participação, o Banco descontinua o reconhecimento de sua participação em perdas futuras. Após reduzir, até zero, o saldo contábil de sua participação, as perdas adicionais são consideradas, e um passivo é reconhecido, somente na extensão em que o Banco tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas ou tiver feito pagamentos em nome da investida. Se a investida subsequentemente apurar lucros, o Banco retoma o reconhecimento de sua participação nesses lucros somente após o momento em que a parte que lhe cabe nesses lucros posteriores se igualar à sua participação nas perdas não reconhecidas.

Todos os investimentos do Banco em *joint ventures* são estruturados por meio de veículos separados.

Coligadas – Entidades sobre a qual o Banco exerce influência significativa sobre as suas políticas financeiras e/ou operacionais, embora não detenha o controle ou o controle compartilhado. O Banco poderá exercer influência significativa por meio de participação na gestão da coligada ou na composição dos órgãos de administração com poderes executivos.

Os investimentos do Grupo em coligadas são inicialmente registrados pelo custo e, subsequentemente, contabilizados utilizando o método da equivalência patrimonial.

Contribuições não monetárias a entidades coligadas e a controladas em conjunto – Quando o Banco contribui com ativos não-monetários em troca de uma participação societária em uma entidade coligada ou controlada em conjunto, o ganho ou a perda na transação é reconhecido na medida das participações de investidores não relacionados na coligada ou empreendimento em conjunto. Nenhum ganho ou perda é reconhecido se a transação não tiver substância comercial.

b) Compensação de ativos e passivos

O Banco não compensa quaisquer ativos ou passivos pela dedução de outros passivos ou ativos, ou qualquer receita ou despesa pela dedução de outras despesas ou receitas, exceto se existir um direito legal de compensação e esta compensação refletir a essência da transação.

Ativos e passivos financeiros – Ativos e passivos financeiros são apresentados pelos seus valores líquidos se houver um direito legal de compensar os valores reconhecidos e se houver uma intenção de liquidar em uma base líquida, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Impostos sobre renda – Os ativos e passivos por impostos diferidos são compensados se:

- (i) a empresa tiver um direito legal de compensar os ativos fiscais correntes contra passivos fiscais correntes; e
- (ii) os ativos e passivos fiscais diferidos estiverem relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária:
 - (a) na mesma entidade tributável; ou
 - (b) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

c) Conversão de operações em moeda estrangeira

Moeda funcional e de apresentação – As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Banco. A moeda funcional, que é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera, é o Real para a maioria das entidades do Grupo.

Transações e saldos – As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos do Banco denominados em moeda estrangeira, a maior parte dos quais de natureza monetária, são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças de conversão são reconhecidas na demonstração do resultado do período em que surgirem, como parte integrante dos Ganhos/(perdas) líquidos em operações de câmbio e em conversão de transações em moedas estrangeiras.

Conversão para a moeda de apresentação – As demonstrações contábeis de entidades domiciliadas no exterior (nenhuma das quais tem a moeda de uma economia hiperinflacionária, com exceção do Banco Patagônia) são convertidas para a moeda de apresentação de acordo com os seguintes critérios:

- (i) ativos e passivos pela taxa de câmbio vigente no final do período e
- (ii) receitas e despesas pela média das taxas de câmbio do período.

As diferenças de câmbio geradas com base na conversão das demonstrações contábeis de entidades no exterior, cuja moeda funcional é o Real, são reconhecidas na demonstração do resultado consolidado, como parte integrante dos

Ganhos/(perdas) líquidos em operações de câmbio e em conversão de transações no exterior. Para aquelas entidades cuja moeda funcional é diferente do Real, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, até a eventual alienação da subsidiária no exterior ou perda do controle. Nesse momento, as diferenças de câmbio acumuladas são reclassificadas de outros resultados abrangentes para receita ou despesa do período. O montante das diferenças de câmbio atribuíveis a acionistas não controladores é alocado e reconhecido como parte de participações de acionistas não controladores no balanço patrimonial.

d) Reconhecimento de receitas e despesas

As receitas e as despesas são reconhecidas pelo regime de competência e são reportadas nas demonstrações contábeis dos períodos a que se referem. As receitas de juros e de tarifas e comissões são reconhecidas quando o seu valor, os seus custos associados e o estágio de conclusão da transação puderem ser mensurados de forma confiável e quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação serão realizados. Esse conceito é aplicado para as principais receitas geradas pelas atividades do Banco, a saber:

Receita líquida de juros – Receitas e despesas decorrentes dos ativos e passivos que rendem e pagam juros são reconhecidas no resultado do período de acordo com o regime de competência, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros para a parte significativa dos instrumentos financeiros detidos pelo Banco.

O método da taxa efetiva de juros é um método para o cálculo do custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro (ou de um grupo de ativos ou passivos financeiros) e para a alocação da receita ou da despesa de juros ao longo do prazo do ativo ou passivo financeiro.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos dos fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo ou passivo financeiro. É estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro. Ao efetuar o cálculo, o Banco estima os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro. Inclui todas as comissões, os custos de transação e os descontos ou prêmios que são parte integrante da taxa efetiva de juros. Os custos da transação correspondem a custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

As receitas e despesas de juros apresentadas na demonstração do resultado incluem, principalmente:

- (i) os juros sobre os ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, com base na taxa efetiva de juros;
- (ii) os rendimentos de ativos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado; e
- (iii) a realização dos rendimentos de ativos financeiros registrados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Receita de tarifas e comissões – O reconhecimento é determinado de acordo com a finalidade das tarifas e a existência de instrumentos financeiros a elas associados. Se houver um instrumento financeiro associado e as receitas provenientes das tarifas forem consideradas como parte da taxa de juros efetiva, estas são consideradas no cálculo dos juros, exceto nos casos em que o instrumento financeiro for registrado na categoria ao valor justo por meio do resultado. Entretanto, as receitas de tarifas recebidas por serviços que são fornecidos sobre um período específico são reconhecidas ao longo desse período. As receitas de tarifas recebidas para prestação de um serviço específico ou sobre um evento significativo são reconhecidas quando o serviço for prestado ou o evento incorrido.

Receita de investimentos em coligadas e empreendimentos em conjunto – A receita oriunda da aplicação do método de equivalência patrimonial é reconhecida na proporção da participação acionária detida pelo Banco nos resultados gerados pelas investidas.

Receita de dividendos – É reconhecida no resultado do período quando o Banco adquire o direito de receber o pagamento. Os dividendos são apresentados em receita líquida de juros, baseado na classificação do respectivo instrumento patrimonial que os originou.

e) Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem as disponibilidades e os investimentos financeiros imediatamente conversíveis em caixa, com vencimento máximo de três meses a contar da data de aquisição, e sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor. Foram considerados os saldos das aplicações financeiras de alta liquidez registrados nos itens do balanço patrimonial consolidado: caixa e depósitos bancários, depósitos interfinanceiros e aplicações em operações compromissadas, exceto recursos de uso restrito.

f) Depósitos compulsórios em bancos centrais

Os depósitos compulsórios em bancos centrais referem-se a uma proporção dos depósitos à vista, a prazo e de poupança que são recolhidos aos Bancos Centrais dos países onde o Banco possui operações. No Brasil, o Conselho Monetário Nacional determina a proporção dos depósitos que os bancos são obrigados a recolher de forma compulsória, os quais estão sujeitos, de forma substancial, à remuneração definida pelo órgão regulador.

g) Instrumentos financeiros

O Banco classifica seus instrumentos financeiros com base nas características contratuais dos fluxos de caixa do ativo, além do modelo de negócios pelo qual os ativos são administrados pela entidade. Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que o Banco se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A classificação dos ativos e dos passivos financeiros é determinada na data do reconhecimento inicial.

Classificação e mensuração subsequente:

Modelo de negócios: Refere-se a como a entidade gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. A Administração do Banco avaliou, dentre outros fatores:

- como o desempenho do modelo de negócios e os ativos financeiros são reportados ao pessoal-chave da administração;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios e a forma como esses riscos são gerenciados; e
- como os gestores do negócio são remunerados.

Após observação, o Banco determinou o modelo de negócios para seus ativos financeiros, a fim de verificar se os fluxos de caixa resultam de:

- recebimento de fluxos de caixa contratuais,
- venda de ativos financeiros ou
- ambos.

Características contratuais dos fluxos de caixa: O Banco analisa as características contratuais dos fluxos de caixa de seus ativos financeiros, a fim de verificar se esses fluxos representam somente pagamento de capital e juros sobre o valor do principal em aberto. Se os termos contratuais expõem o Banco a riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa não relacionados a um acordo de empréstimo básico, o fluxo de caixa não representa somente pagamento de principal e juros. Qualquer desenhamento nessa característica, o instrumento financeiro será mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Ativos Financeiros

Todos os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo, acrescido do custo da transação (com exceção dos ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado) e posteriormente mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo. As políticas contábeis aplicadas a cada classe de instrumentos financeiros são apresentadas a seguir:

Custo amortizado – Um ativo será mensurado nessa categoria quando os seus fluxos de caixa contratuais possuírem característica de somente pagamento de principal e juros e a Administração o mantém em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter apenas os fluxos de caixa contratuais.

Os ativos mensurados nessa categoria são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e avaliados, subsequentemente, pelo custo amortizado utilizando a taxa efetiva de juros. Os encargos financeiros são registrados de acordo com o regime de competência e adicionados ao montante de principal em cada período, sendo o valor do ativo reduzido pelas amortizações de principal, além de reduções ao valor recuperável (perdas esperadas). As receitas financeiras geradas são registradas em receita de juros.

Os principais ativos mensurados nessa categoria são:

Empréstimos a instituições financeiras – São constituídos por operações de aquisição de carteiras de crédito com coobrigação do cedente e por aplicações em depósitos interfinanceiros. Esses ativos são apresentados pelo valor principal, acrescido dos encargos financeiros, incluindo juros, ágio ou deságio, diminuído pela perda esperada.

Empréstimos a clientes – São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis.

O valor contábil de empréstimos a clientes é reduzido por uma conta redutora de perda esperada com crédito de liquidação duvidosa, sendo esse valor reconhecido no resultado como “perda líquida esperada com empréstimos a clientes”, que representa a estimativa da Administração quanto a perdas esperadas na carteira.

Aplicações em operações compromissadas – O Banco realiza aplicações em títulos e valores mobiliários com compromisso de revenda, compreendendo principalmente títulos públicos federais. Os compromissos de revenda são considerados operações financeiras com garantia. O ativo de operações compromissadas encontra-se subdividido em:

- (i) vendas a liquidar – posição bancada, a qual é formada pelos títulos adquiridos com compromisso de revenda e não repassados, ou seja, não vendidos com compromisso de recompra e;
- (ii) vendas a liquidar – posição financiada, a qual compreende os títulos adquiridos com compromisso de revenda e repassados, isto é, vendidos com compromisso de recompra.

O Banco acompanha e avalia permanentemente o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários comprados com compromisso de revenda e ajusta o valor da garantia, quando necessário.

Valor justo por meio do resultado – Um ativo será mensurado nessa categoria quando os seus fluxos de caixa contratuais não possuírem característica de somente pagamento de principal e juros ou quando a Administração o mantém em um modelo de negócios cujo objetivo seja a sua venda.

Os instrumentos financeiros registrados nessa categoria são reconhecidos inicialmente ao valor justo e os seus rendimentos (juros e dividendos) são reconhecidos como receita de juros. Ganhos e perdas realizados e não realizados em função das variações de valor justo desses instrumentos são reconhecidos no resultado do período.

Os principais ativos mensurados nessa categoria são:

Instrumentos de dívida – Instrumentos que conferem a seu titular, o direito de receber o valor de capital e juros, conforme prazos e taxas contratualmente definidos. Incluem títulos de governos estrangeiros, títulos públicos federais, aplicações em fundos mútuos de investimento, dentre outros.

Instrumentos de patrimônio – Qualquer contrato que comprova uma participação residual nos ativos de uma entidade, após a dedução de todos os seus passivos. Incluem ações ordinárias sem opção de venda, instrumentos com opção de venda, instrumentos que impõem à entidade uma obrigação de entregar a uma outra parte uma parcela proporcional dos ativos líquidos da entidade apenas na liquidação, alguns tipos de ações preferenciais, dentre outros.

Instrumentos financeiros derivativos – Derivativos tais como:

- (i) *swaps*, contratos futuros, contratos a termo, opções e outros tipos de derivativos similares baseados na taxa de juros, na taxa de câmbio, no preço de ações e *commodities* e risco de crédito. Os derivativos são registrados ao valor justo e mantidos como ativos quando o valor justo é positivo e como passivo quando o valor justo é negativo;
- (ii) derivativos não qualificados para *hedge accounting*, mas que são utilizados para administrar exposição a riscos de mercado, principalmente taxa de juros, moedas e crédito; e
- (iii) derivativos contratados por solicitação de seus clientes, com o único objetivo de proteção contra os riscos inerentes às suas atividades econômicas.

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes – Um ativo será mensurado nessa categoria quando os seus fluxos de caixa contratuais possuírem característica de somente pagamento de principal e juros e a Administração o mantém em um modelo de negócios cujo objetivo seja tanto para obter seus fluxos de caixa contratuais quanto para venda.

Esses ativos são inicialmente contabilizados ao valor justo, incluindo os custos diretos e incrementais de transação. A mensuração subsequente desses instrumentos também é registrada ao valor justo, sendo as variações reconhecidas no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes. Na mensuração subsequente, esses ativos também serão passíveis de cálculo de perdas esperadas, sendo as perdas reconhecidas no resultado, em contrapartida ao Patrimônio Líquido, sem efeito no valor contábil do ativo.

Os principais ativos mensurados nessa categoria são:

Instrumentos de dívida – Instrumentos que conferem a seu titular, o direito de receber o valor de capital e juros, conforme prazos e taxas contratualmente definidos. Incluem títulos de governos estrangeiros, títulos públicos federais, aplicações em fundos mútuos de investimento, dentre outros.

Instrumentos de patrimônio – Qualquer contrato que comprova uma participação residual nos ativos de uma entidade, após a dedução de todos os seus passivos. Incluem ações ordinárias sem opção de venda, instrumentos com opção de venda, instrumentos que impõem à entidade uma obrigação de entregar a uma outra parte uma parcela proporcional dos ativos líquidos da entidade apenas na liquidação, alguns tipos de ações preferenciais, dentre outros.

Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente de sua forma legal. Passivos financeiros (incluem dívidas emitidas de curto e de longo prazos) são inicialmente mensurados ao valor justo, que é o valor recebido líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, ao valor justo ou ao custo amortizado.

Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado – São mensurados e registrados no balanço patrimonial ao valor justo. Referem-se, principalmente, a instrumentos financeiros derivativos.

Passivos mensurados ao custo amortizado – São inicialmente mensurados ao valor justo, que é o valor recebido líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, ao custo amortizado.

Os principais passivos mensurados nessa categoria são:

Depósitos de clientes – Formados pelos depósitos à vista, depósitos de poupança e os depósitos a prazo voluntários, que se caracterizam em sua maior parte, em produtos sem maturidade definida, representando uma importante fonte de captação de recursos do Banco.

Títulos emprestados e tomados por empréstimos – São geralmente garantidos por outros títulos ou por outras disponibilidades. A transferência do título para terceiros é refletida no balanço patrimonial somente se os riscos e benefícios de posse são também transferidos. Caixa pago ou recebido como garantia é registrado como um ativo ou passivo.

Títulos tomados por empréstimos não são reconhecidos no balanço patrimonial, a menos que tenham sido vendidos para terceiros. Nesse caso, a obrigação de retornar o título é registrada como passivo financeiro de negociação e mensurado ao valor justo, com qualquer ganho ou perda contabilizado no resultado.

Obrigações por operações compromissadas – O Banco realiza captações de recursos mediante venda de títulos e valores mobiliários com compromisso de recompra, compreendendo principalmente títulos públicos federais. Os compromissos de recompra são considerados operações financeiras com garantia e são contabilizados pelo seu valor de venda, acrescido dos juros incorridos.

Títulos vendidos com contrato de recompra não são baixados, já que o Banco retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade. O correspondente caixa recebido, incluindo os juros apropriados, é reconhecido como um passivo mensurado ao custo amortizado, refletindo a substância econômica da transação como uma dívida do Banco. O passivo de operações compromissadas encontra-se subdividido em:

- (i) carteira própria, a qual é composta pelos títulos com compromisso de recompra não vinculados a revendas, ou seja, os títulos da carteira própria do Banco vinculados ao mercado aberto e;
- (ii) carteira de terceiros, que compreende os títulos adquiridos com compromisso de revenda e repassados, isto é, vendidos com compromisso de recompra.

Outros ativos e outros passivos financeiros – São instrumentos financeiros que não se enquadram em qualquer das categorias supracitadas e estão evidenciados na Nota 30. Esses ativos e passivos são mensurados ao custo amortizado.

h) Baixa de ativos financeiros e de passivos financeiros

Ativos financeiros – São baixados quando:

- (i) os direitos contratuais relativos aos respectivos fluxos de caixa expirarem;
- (ii) o Banco transferir para terceiros a maioria dos riscos e benefícios associados à operação; ou
- (iii) quando o controle sobre o ativo é transferido, mesmo o Banco tendo retido parte dos riscos e benefícios associados à sua detenção.

Os direitos e obrigações retidos na transferência são reconhecidos separadamente como ativos e como passivos, quando apropriado. Se o controle sobre o ativo é retido, o Banco continua a reconhecê-lo na extensão do seu envolvimento contínuo, que é determinado pela extensão em que ele permanece exposto a mudanças no valor do ativo transferido.

Passivos financeiros – São baixados quando a respectiva obrigação é eliminada, cancelada ou prescrita. Se um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes ou modificados, tal modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado.

O Banco considera que os termos são substancialmente diferentes se o valor presente descontado dos fluxos de caixa de acordo com os novos termos, incluindo quaisquer taxas pagas líquidas de quaisquer taxas recebidas e descontadas usando a taxa de juros efetiva original, for pelo menos 10% diferente do valor presente descontado dos fluxos de caixa restantes do passivo financeiro original. Se uma troca de passivos financeiros ou modificação de termos for contabilizada como uma extinção, quaisquer custos ou taxas incorridos são reconhecidos como parte do ganho ou perda sobre a extinção. Se a troca ou modificação não for contabilizada como uma extinção, quaisquer custos ou taxas incorridos ajustam o valor contábil do passivo e são amortizados ao longo do prazo restante do passivo modificado.

i) Instrumentos financeiros para proteção (*hedge*)

O Banco utiliza instrumentos derivativos para administrar exposições aos riscos de taxa de juros, de variação cambial e de crédito, inclusive exposição gerada de transações futuras e compromissos firmes. Para administrar um risco específico, o Banco aplica *hedge accounting* para transações que se enquadram nos critérios específicos.

O Banco designa certos derivativos mantidos para gestão de riscos como instrumentos de *hedge* na qualificação de um relacionamento de *hedge*. No início do relacionamento de *hedge*, o Banco formaliza o processo por meio de

documentação do relacionamento entre o item objeto de *hedge* e o instrumento de *hedge*, incluindo a natureza do risco, o objetivo, a estratégia de designar o *hedge* e o método que será utilizado para avaliar a efetividade do relacionamento de *hedge*.

No início do relacionamento de *hedge* e de forma contínua, o Banco efetua uma avaliação formal para garantir que o instrumento de *hedge* seja altamente efetivo em compensar as variações no valor justo ou nos fluxos de caixa atribuídos aos respectivos itens objeto de *hedge* durante o período estabelecido para o relacionamento de *hedge*, e se os resultados observados estão dentro do intervalo de 80% a 125%. Nas situações em que o item objeto de *hedge* é uma transação futura, o Banco avalia se a transação é altamente provável e apresenta uma exposição a variações de fluxos de caixa que possam, por fim, afetar a demonstração de resultado.

O Banco não possui instrumentos financeiros derivativos designados e qualificados para *hedge accounting*.

Derivativos não qualificados para *hedge accounting* – Os contratos derivativos celebrados como *hedges* econômicos, que não se qualificam para *hedge accounting*, são classificados como ao valor justo por meio do resultado (Nota 3.f). Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para esses fins são os contratos futuros, *swaps*, opções e contratos a termo, mantidos principalmente para proteção aos riscos de taxas de juros e variação cambial.

j) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros – imparidade

O modelo adotado para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros é baseado no conceito de perda esperada de crédito, assim, todas as operações possuem previsão de perda esperada desde a sua origem, sendo acompanhadas à medida que a situação de risco de crédito se altera.

O modelo para cálculo da perda esperada, no Banco do Brasil, engloba a avaliação dos ativos financeiros em três estágios:

Estágio 1 - Operações em normalidade – Os ativos enquadrados nesse estágio são considerados operações em situação de normalidade, com atraso inferior ou igual a 30 dias, e não incorrendo em aumento significativo do risco de crédito, inclusive para operações renovadas. Neste caso, é calculada a perda esperada para os próximos 12 meses.

Estágio 2 - Operações com aumento significativo de risco – Os ativos enquadrados nesse estágio estão com atraso superior a 30 dias, ou apresentaram aumento significativo no risco de crédito. São incluídos também os créditos renegociados. Neste caso, é calculada a perda esperada até o final da vida do ativo.

Estágio 3 - Operações em descumprimento (ativos problemáticos) – Os ativos enquadrados nesse estágio são os instrumentos financeiros com problema de recuperação, enquadrando-se, ou em descumprimento quantitativo (avaliado em função dos dias de atraso – em geral 90 dias) ou qualitativo, caracterizado por indicativos que o cliente não honrará integralmente a operação de crédito. Neste caso, é calculada a perda esperada até o final da vida do ativo.

O estágio de enquadramento dos ativos é revisto periodicamente considerando os processos de sensoriamento de risco do Banco, a fim de capturar eventuais alterações na capacidade financeira do cliente, bem como cenários econômicos prospectivos. Poderão ocorrer migrações de operações entre os estágios, quando a análise apontar melhora ou agravamento do risco de crédito da operação.

Determinação de aumento significativo no risco de crédito – A migração do Estágio 1 para o Estágio 2 ocorre quando há um aumento significativo do risco de crédito de um instrumento financeiro desde o reconhecimento inicial. O Banco avalia as características do instrumento para determinação do aumento significativo do risco de crédito. Em geral, quantitativamente, após 30 dias de atraso nos pagamentos contratuais essa condição é atingida. Nesse contexto, para avaliação qualitativa, são consideradas as operações renegociadas. No entanto, o Banco pode refutar essa hipótese para aqueles ativos considerados como de baixo nível de risco de crédito.

Os ativos considerados de baixo risco de crédito não são monitorados para verificação de uma piora no risco da operação, sendo o cálculo da perda esperada efetuado sempre para os próximos 12 meses do ativo.

Descumprimento dos pagamentos contratuais – Em geral, a migração para o Estágio 3 ocorre quando o ativo possui atraso em seus pagamentos contratuais a mais de 90 dias (com exceção de operações de financiamento imobiliário, que a migração ocorre após atraso de 180 dias). Em complemento à avaliação quantitativa, utiliza-se o conceito qualitativo de antecipação do descumprimento, via atraso de pagamento, através de características do cliente que indiquem alta probabilidade de sua ocorrência, como exemplo os indicativos de insolvência civil, falência e recuperação judicial.

Cálculo da perda esperada – O cálculo da perda esperada visa gerar a expectativa das perdas em crédito ao longo de um dado horizonte de tempo, e engloba a avaliação de três parâmetros:

- (i) Probabilidade de Descumprimento – PD,
- (ii) Perda Dado o Descumprimento – LGD. e
- (iii) Exposição no Descumprimento – EAD (ou Fator de Conversão de Crédito (FCC)).

O cálculo é prospectivo, de modo a antecipar potencial aumento no nível de perdas nos piores momentos do ciclo econômico. A estimativa de perda esperada considera todos os históricos de dados disponíveis (obtidos sem custos expressivos para a instituição), aspectos financeiros (valor do dinheiro no tempo) e pondera uma gama de possíveis resultados de perdas, considerando a probabilidade de ocorrência de diferentes cenários econômicos futuros (estimativas *forward-looking*).

PD (*Probability of Default*) – É a probabilidade do instrumento ser caracterizado como descumprido. Critério quantitativo é relacionado a 90 dias de atraso e critério qualitativo com existência de forte indicativo de futuro atraso acima de 90 dias, em algum momento nos próximos 12 meses, ou então para o final da vida do ativo.

LGD (*Loss Given Default*) – Perda após o *default*. É a estimativa do percentual de perda econômica decorrente do descumprimento do cliente, considerando todos fatores relevantes, como custo de recuperação, de oportunidade, administrativos e de captação de recursos. Representa a proporção do valor não recuperado pelo credor frente ao valor exposto ao risco no momento de inadimplência.

EAD (*Exposure At Default*) – Saldo devedor no momento do *default*. É a estimativa de exposição da operação (saldo) no caso desta entrar em situação de descumprimento. Para medir a exposição no descumprimento dos compromissos de empréstimo, o Banco estima o valor que o devedor terá sacado no momento da inadimplência.

Passivos – O Banco possui cálculo de perda esperada para exposições *off-balance*, como compromissos de empréstimos, saldos a liberar, prestação de garantias e exposições contingentes. Nesses casos, o Banco avalia a expectativa de utilização desses saldos pelo tomador. Uma conta de provisão é criada no passivo, sendo a contrapartida reconhecida no resultado do período.

O Banco presta garantia financeira a clientes perante terceiros em contratos de empréstimos. Contratos de garantia financeira são os que requerem pagamentos a um credor em nome de um terceiro devedor quando este não os fizer de acordo com os termos do instrumento de dívida.

No ato da concessão de uma garantia financeira, um passivo é constituído pelo valor justo relativo ao prêmio recebido na operação, que é reconhecido como receita ao longo da duração do contrato. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os passivos do Banco para tais garantias são mensurados ao maior entre o valor inicialmente reconhecido, deduzido de amortização, e a melhor estimativa da obrigação financeira surgida.

k) Imobilizado de uso

O imobilizado de uso, inclusive as benfeitorias em imóveis de terceiros, é contabilizado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável. O valor atribuído ao imobilizado de uso também inclui a correção monetária calculada até 30.06.1997, data em que o Brasil deixou de ser considerado um país de economia hiperinflacionária, nos termos da IAS 29 – *Financial Reporting in Hyperinflationary Economies*.

O encargo de depreciação é calculado utilizando o método linear para alocar o valor depreciável do imobilizado sistematicamente ao longo de sua vida útil estimada, sendo que os terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas pelo Banco para os itens do imobilizado de uso são apresentadas como segue:

	Vida útil estimada
Edificações ⁽¹⁾	10 a 55 anos
Móveis e equipamentos	10 anos
Benfeitorias em propriedades de terceiros	5 a 10 anos
Equipamentos de processamento de dados	5 anos
Veículos	5 anos
Outros	5 a 10 anos

(1) Para depreciação das edificações próprias, o Banco considera a vida útil dos diversos componentes de um edifício, em conformidade com o parágrafo 43 da IAS 16 – *Property, Plant and Equipment*.

O imobilizado é baixado quando os benefícios econômicos futuros não são mais esperados do seu uso ou quando é alienado. Qualquer ganho ou perda gerado na alienação do ativo é reconhecido em outras receitas operacionais, impactando o resultado do período.

l) Ágio e outros ativos intangíveis

O ágio gerado na aquisição de investimentos em participações societárias é contabilizado considerando a avaliação ao valor justo dos ativos identificáveis e dos passivos assumidos da adquirida na data-base da aquisição e, em conformidade com as normas aplicáveis, não é amortizado. No entanto, ele é testado, no mínimo anualmente, para fins de redução ao valor recuperável. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo menos qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

Os ativos intangíveis são reconhecidos separadamente do ágio quando são separáveis ou surgem de direitos contratuais ou outros direitos legais, o valor justo pode ser mensurado de forma confiável e é provável que os benefícios econômicos futuros esperados fluirão para o Banco. O custo dos ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios é o seu valor justo na data de aquisição. Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são inicialmente mensurados ao custo.

A vida útil dos ativos intangíveis é considerada definida ou indefinida. Ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados linearmente ao longo de sua vida útil estimada. São registrados inicialmente ao custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável. Ativos intangíveis de vida útil indefinida não são amortizados e são registrados ao custo menos qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os custos incorridos relacionados com a aquisição, produção e desenvolvimento de *softwares* são capitalizados e registrados como ativos intangíveis. Gastos realizados na fase de pesquisa são registrados em despesa. Os gastos com pessoal que são capitalizados referem-se aos proventos, encargos sociais e benefícios dos empregados diretamente envolvidos no desenvolvimento de *softwares*.

A despesa de amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida no resultado do período, em amortização de ativos intangíveis. As perdas por redução ao valor recuperável são registradas como despesas de ajuste ao valor recuperável (outras despesas) na demonstração do resultado consolidado.

As vidas úteis estimadas pelo Banco para os ativos intangíveis são apresentadas como segue.

Vida útil estimada	Gerados internamente	Adquiridos
Software	5 a 10 anos	5 a 10 anos
Direitos de gestão de folhas de pagamento	-	5 a 10 anos
Relacionados a clientes, adquiridos em combinações de negócios	-	2 a 10 anos
Relacionados a contratos, adquiridos em combinações de negócios	-	3 a 10 anos
Outros ⁽¹⁾	-	5 anos

(1) Inclui principalmente marcas adquiridas em combinações de negócios.

m) Bens não de uso

São principalmente os ativos recebidos pelo Banco na liquidação de empréstimos a clientes. São registrados em outros ativos no ato da efetiva execução da garantia ou quando sua posse física é obtida, independentemente de um processo de execução.

O registrado é efetuado inicialmente pelo menor valor entre:

- (i) o valor justo do ativo, descontados os custos estimados para sua venda; ou
- (ii) o valor contábil do empréstimo concedido objeto de recuperação.

Subsequentemente, esses ativos são registrados pelo menor valor entre o seu custo e o valor justo deduzidos dos custos de vendê-los e não são depreciados.

Na medida em que os bens não de uso reúnam as condições necessárias para sua alienação, em conformidade com a IFRS 5 – *Non-current Assets Held for Sale and Discontinued Operations*, são reclassificados para o grupamento de ativos não circulantes mantidos para venda.

A IFRS 13 – *Fair Value Measurement* trata a mensuração do valor justo prevista pela IFRS 5 como uma mensuração não recorrente, pois somente ocorre quando o valor justo de um ativo não corrente disponível para venda, menos os custos para vendê-lo, é inferior ao seu valor contábil líquido.

As informações sobre os bens não de uso classificados como mantidos para venda são detalhadas na Nota 25.

Ganhos ou perdas líquidos sobre a venda dos bens não de uso são registrados em outras receitas operacionais.

n) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros – imparidade

Ao final de cada período de reporte, o Banco avalia, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa estar com problemas de recuperabilidade. Se houver essa indicação, o Banco estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável do ativo é o maior entre o seu valor justo menos os custos para vendê-lo ou o seu valor em uso.

Independentemente de haver qualquer indicação de redução ao valor recuperável, o Banco efetua anualmente o teste de redução ao valor recuperável de um ativo intangível de vida útil indefinida.

Quanto aos investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto, o Banco aplica os requerimentos da IFRS 9 – *Financial Instruments* para determinar se é necessário reconhecer alguma perda adicional por redução ao valor recuperável do investimento líquido total.

Como o ágio que compõe o valor contábil dos investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto não é reconhecido separadamente, ele não é testado em separado com relação ao seu valor recuperável conforme requerimentos da IAS 36 – *Impairment of Assets*. Em vez disso, o valor contábil total do investimento é testado quanto à redução ao valor recuperável como um único ativo, pela comparação de seu valor contábil com seu valor recuperável, sempre que a aplicação da IFRS 9 indicar que o investimento tem problemas de recuperação.

Na hipótese do valor recuperável de um ativo não financeiro ser menor que o seu valor contábil, este é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma conta redutora de perda por redução ao valor recuperável, cuja contrapartida é reconhecida no resultado do período em que ocorrer, em outras despesas operacionais.

O Banco também avalia, ao final de cada período de reporte, se há qualquer indicação de que uma perda por redução ao valor recuperável reconhecida em períodos anteriores para um ativo não financeiro, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura, pode não mais existir ou pode ter diminuído. Se houver essa indicação, o Banco estima o valor recuperável desse ativo. A reversão de uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo é reconhecida no resultado do período, como retificadora do saldo de outras despesas operacionais.

Os principais ativos não financeiros sujeitos a terem seus valores recuperáveis testados são apresentados a seguir:

Ativo imobilizado

Terrenos e edificações – Na apuração do valor recuperável, são efetuadas avaliações técnicas em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), a qual estabelece os conceitos, métodos e procedimentos gerais de utilização compulsória em serviços técnicos de avaliação de imóveis urbanos.

Equipamentos de processamento de dados – Na apuração do valor recuperável dos itens relevantes que compõem os equipamentos de processamento de dados é considerado o valor de mercado para os componentes cujo valor de mercado é disponível e, para os demais itens, o valor passível de ser recuperado pelo uso nas operações do Banco, cujo cálculo considera a projeção dos fluxos de caixa dos benefícios decorrentes do uso de cada bem durante a sua vida útil, ajustada a valor presente com base na taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI).

Outros itens de imobilizado – Embora sejam passíveis de análise de indicativo de perda, os demais itens do imobilizado de uso são individualmente de pequeno valor e, em face da relação custo-benefício, o Banco não avalia o valor recuperável desses itens individualmente. No entanto, o Banco realiza inventário anualmente com o intuito de, entre outras finalidades, efetuar a baixa dos registros contábeis dos bens perdidos ou deteriorados.

Investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto

A metodologia de apuração do valor recuperável dos investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto, incluindo o ágio incorporado ao saldo desses investimentos, consiste em mensurar o resultado esperado do investimento por meio de fluxo de caixa descontado. Para mensurar esse resultado, as premissas adotadas são baseadas em:

- projeções das operações, resultados e planos de investimentos das empresas;
- cenários macroeconômicos desenvolvidos pelo Banco; e
- metodologia interna de apuração do custo do capital baseado no modelo *Capital Asset Pricing Model* – CAPM.

Ágios sobre investimentos adquiridos em combinação de negócios

A metodologia de apuração ao valor recuperável dos ágios adquiridos em combinação de negócios consiste em mensurar o resultado esperado do investimento por meio de fluxo de caixa descontado. Para mensurar esse resultado, as premissas adotadas são baseadas em:

- projeções das operações, resultados e planos de investimentos das empresas;
- cenários macroeconômicos desenvolvidos pelo Banco; e
- metodologia interna de apuração do custo do capital baseado no modelo CAPM.

Outros ativos intangíveis

Direitos por gestão de folhas de pagamento – O modelo de avaliação ao valor recuperável está relacionado ao desempenho dos contratos calculado a partir das margens de contribuição de relacionamento dos clientes vinculados a cada contrato, de forma a verificar se as projeções que justificaram a aquisição do ativo correspondem ao desempenho observado.

Softwares – Substancialmente desenvolvidos internamente de acordo com as necessidades do Banco, são constantemente objeto de investimentos para modernização e adequação às novas tecnologias e necessidades dos negócios. Em razão de não haver similares no mercado, bem como do alto custo para implantar métricas que permitam o cálculo do seu valor em uso, o teste de recuperabilidade dos **softwares** consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um **software** entra em desuso, seu valor é baixado.

Adquiridos por combinação de negócios – Representados essencialmente por marcas e direitos relacionados a clientes e contratos, são avaliados ao final de cada período de reporte. A metodologia de apuração ao valor recuperável consiste em determinar o valor presente dos fluxos de caixa estimados para esses intangíveis, descontados por uma taxa que reflita a avaliação corrente do mercado e os riscos específicos de cada ativo.

Outros ativos

Bens não de uso – Independentemente de haver indicativo de perda, os bens não de uso têm seu valor recuperável avaliado semestralmente, mediante formalização dos seus valores de mercado em laudos de avaliação, preparados segundo as normas da ABNT.

o) Operações de arrendamento mercantil

Banco como arrendador – Os ativos arrendados a clientes sob contratos com transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade, com ou sem título de propriedade no final, são classificados como arrendamentos financeiros. Em um arrendamento financeiro, o ativo arrendado é baixado e um empréstimo a clientes é reconhecido a um valor igual ao valor presente dos pagamentos mínimos e, se relevante, o valor residual ao ativo arrendado, descontado a uma taxa de juros implícita. A receita de arrendamento financeiro é reconhecida ao longo do prazo do contrato com base numa taxa de retorno sobre o investimento líquido.

Banco como arrendatário – Aluguéis contratados sob arrendamento operacional são reconhecidos como despesa numa base linear ao longo do prazo do arrendamento, o qual começa quando o Banco controla o uso físico do bem. Incentivos de arrendamento são tratados como uma redução da despesa de arrendamento e são também reconhecidos ao longo do prazo do contrato numa base linear. Aluguéis contingentes surgidos sob arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

p) Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo – Conforme determina a IAS 19 – *Employee Benefits*, as despesas relativas a benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas pelo regime de competência, nos períodos em que os empregados prestam os serviços.

Planos de benefícios pós-emprego – Nos planos de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Consequentemente, nenhum cálculo atuarial é requerido na mensuração da obrigação ou da despesa. Assim, a despesa é reconhecida no resultado no período em que os respectivos serviços são prestados pelos empregados como contrapartida às contribuições do mesmo período.

Nos planos de benefício definido, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente sobre a entidade patrocinadora. Dessa forma, são necessárias premissas atuariais para a mensuração das obrigações e despesas do plano, bem como existe a possibilidade de ocorrer ganhos e perdas atuariais. Como decorrência, o Banco registra um passivo quando o valor presente das obrigações atuariais for maior que o valor justo dos ativos do plano, ou um ativo, quando o valor justo dos ativos for maior que o valor presente das obrigações do plano. Nessa última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que ele poderá reduzir efetivamente as contribuições do Banco ou de que será reembolsável no futuro.

O Banco, conforme permitido pela IAS 19, reconhece os ganhos/perdas atuariais no próprio período em que foi realizado o cálculo atuarial, sendo que:

- os custos dos serviços correntes e os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidos no resultado do período; e
- as remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidos em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido.

As contribuições devidas pelo Banco aos planos de assistência médica, em alguns casos, permanecem após a aposentadoria do empregado. Sendo assim, as obrigações do Banco são avaliadas pelo valor presente atuarial das contribuições que serão realizadas durante o período esperado de vinculação dos associados e beneficiários ao plano. Tais obrigações são avaliadas e reconhecidas utilizando-se os mesmos critérios dos planos de benefício definido.

O ativo atuarial reconhecido no balanço patrimonial refere-se aos ganhos atuariais e sua realização ocorrerá obrigatoriamente até o final do plano. Poderão ocorrer realizações parciais desse ativo, condicionados ao atendimento dos requisitos da legislação.

q) Provisões, passivos contingentes, ativos contingentes e obrigações legais

O Banco constitui provisões quando as condições mostram que:

- o Banco possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de eventos passados;
- for provável que uma saída de benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; e
- o valor da obrigação pode ser apurado com segurança.

As provisões são constituídas com base na melhor estimativa de perdas prováveis.

O Banco monitora de forma contínua os processos judiciais em curso para avaliar, entre outras coisas:

- sua natureza e complexidade;
- o andamento dos processos;
- a opinião dos advogados do Banco; e
- a experiência do Banco com processos similares.

Ao determinar se uma perda é provável, o Banco considera:

- a probabilidade de perda decorrente de reclamações que ocorreram antes ou na data do balanço, mas que foram identificadas após aquela data, porém antes da divulgação das demonstrações contábeis; e
- a necessidade de divulgar as reclamações ou eventos que ocorrem após a data do balanço, porém antes da divulgação das demonstrações contábeis.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo

O Banco também reconhece as obrigações tributárias objeto de discussão judicial sobre a constitucionalidade de leis que as tiverem instituído, até a efetiva extinção dos créditos tributários correspondentes. Nessas situações, o Banco considera que existe, de fato, uma obrigação legal a pagar ao governo e reconhece, simultaneamente, uma obrigação e um depósito judicial pelo mesmo montante. Nenhum pagamento é feito até a decisão final ser proferida pela corte julgadora. Geralmente, essas obrigações fiscais são apresentadas pelo seu efeito líquido em relação aos depósitos judiciais, reconhecidos em outros ativos.

r) Impostos sobre os lucros

O imposto de renda e a contribuição social (IRPJ e CSLL) são tributos sobre os lucros aplicáveis às instituições financeiras no Brasil. O imposto de renda é um tributo devido pelo contribuinte (pessoa física ou jurídica) ao estado a partir da ocorrência de um fato gerador, calculado mediante a aplicação de uma alíquota a uma base de cálculo.

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, mais adicional de 10%, e a contribuição social à alíquota de 20% para instituições financeiras, seguradoras e administradoras de cartões de crédito, depois de efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal (elevação da alíquota de 15% para 20% com base na Lei n.º 13.169/2015, para o período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018). Para as demais entidades, a alíquota da contribuição social é de 9%.

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos e são reconhecidos no resultado, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes acumulados. Os impostos reconhecidos no patrimônio líquido são posteriormente registrados no resultado na medida em que os ganhos e perdas que lhes deram origem forem reconhecidos.

Impostos correntes – A despesa com impostos correntes é o montante do imposto de renda e da contribuição social a pagar ou a recuperar com relação ao resultado tributável do período.

Ativos por impostos correntes são valores de imposto de renda e de contribuição social a serem recuperados nos próximos 12 meses. Os tributos correntes relativos a períodos correntes e anteriores devem, na medida em que não estejam pagos, ser reconhecidos como passivos. Se o valor já pago relacionado aos períodos atual e anteriores exceder o valor devido para aqueles períodos, o excesso deve ser reconhecido como ativo.

Os ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou pago para o órgão tributário. As taxas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço.

Impostos diferidos – São valores de ativos e passivos fiscais a serem recuperados e pagos em períodos futuros, respectivamente. Os passivos fiscais diferidos decorrem de diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos de diferenças temporárias dedutíveis e da compensação futura de prejuízos fiscais não utilizados.

O ativo fiscal diferido decorrente de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e aquele decorrente de diferenças temporárias é reconhecido na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada.

O valor contábil de um imposto diferido ativo é revisado no final de cada período de relatório. Uma entidade reduz o valor contábil de um imposto diferido ativo na medida em que não seja mais provável que ela irá obter lucro tributável suficiente para permitir que o benefício de parte ou totalidade desse imposto diferido ativo seja utilizado. Qualquer redução é revertida na medida em que se tornar provável que a entidade irá obter lucro tributável suficiente.

Os ativos e os passivos tributários diferidos são mensurados às taxas de imposto que são esperados serem aplicáveis no ano em que o ativo é realizado ou o passivo é liquidado, baseado nas taxas de imposto (ou na lei tributária) que estão em vigor na data do balanço.

Diferenças temporárias – Diferenças que impactam ou podem impactar a apuração do imposto de renda e da contribuição social decorrentes de diferenças temporárias entre a base fiscal de um ativo ou passivo e seu valor contábil no balanço patrimonial.

As diferenças temporárias podem ser tributáveis ou dedutíveis. Diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias que resultarão em valores tributáveis para determinar o lucro tributável (prejuízo fiscal) de períodos futuros quando o valor contábil de um ativo ou passivo for recuperado ou liquidado. Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias que resultarão em valores dedutíveis para determinar o lucro tributável (prejuízo fiscal) de períodos futuros quando o valor contábil do ativo ou passivo for recuperado ou liquidado.

A base fiscal de um ativo é o valor que será dedutível para fins fiscais contra quaisquer benefícios econômicos tributáveis que fluirão para a entidade quando ela recuperar o valor contábil desse ativo. Caso aqueles benefícios econômicos não sejam tributáveis, a base fiscal do ativo será igual ao seu valor contábil.

A base fiscal de um passivo é o seu valor contábil, menos qualquer valor que será dedutível para fins fiscais relacionado àquele passivo em períodos futuros. No caso da receita que é recebida antecipadamente, a base fiscal do passivo resultante é o seu valor contábil, menos qualquer valor da receita que não será tributável em períodos futuros.

s) Divulgação por segmentos

A IFRS 8 – *Operating Segments* requer a divulgação de informações financeiras de segmentos operacionais da entidade tendo como base as divulgações internas que são utilizadas pelo principal tomador de decisões operacionais para alocar recursos e para avaliar a sua performance. Uma divulgação detalhada dos resultados por segmentos é apresentada na Nota 7.

t) Lucro por ação

O lucro básico e diluído por ação do Banco foi calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação em cada um dos períodos apresentados. Como o Banco não possui bônus de subscrição, o cálculo do lucro por ação diluído é o mesmo do lucro básico por ação.

u) Juros sobre o capital próprio e dividendos

As companhias brasileiras podem atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre o seu capital próprio. O valor dos juros sobre o capital próprio é considerado como um dividendo e apresentado nessas demonstrações contábeis como uma redução direta no patrimônio líquido. O correspondente benefício fiscal é registrado na demonstração do resultado.

Os dividendos distribuídos pelo Banco são calculados sobre o lucro líquido apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras e são pagos com atualização por encargos financeiros equivalentes à taxa Selic (taxa média dos financiamentos diários, com lastro em títulos públicos federais, apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia) a partir do encerramento do exercício até a data do efetivo pagamento.

A cada início de exercício, em conformidade com o Estatuto do Banco, o Conselho de Administração decide sobre o percentual do lucro líquido que será distribuído aos acionistas a título de dividendos e juros sobre o capital próprio (*payout*). A política atual do Banco consiste em pagar dividendos e juros sobre o capital próprio equivalentes ao intervalo de 30% a 40% sobre o lucro líquido acima mencionado, em base trimestral. Dividendos e juros sobre o capital próprio são reconhecidos como um passivo e deduzidos do patrimônio líquido assim que aprovados pelo Conselho de Administração.

v) Pronunciamentos emitidos a serem aplicados em período futuro

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas, alterações e interpretações que foram recentemente emitidas pelo IASB, a serem adotadas pelo Banco em data posterior à 31.12.2018:

IFRS 16 – Arrendamentos – Em janeiro de 2016, o IASB publicou uma nova norma que altera os requerimentos de contabilização de obrigações oriundas de contratos de *leasing* para o arrendatário. A IFRS 16 abandona a classificação de *leasing* em operacional e financeiro, passando a ter um único modelo de contabilização, que consiste no reconhecimento dos ativos e passivos decorrentes das operações de arrendamento.

A norma não obriga um arrendatário a reconhecer ativos e passivos de arrendamentos de baixos valores e de curto prazo. A contabilização para arrendadores também não sofre mudanças significativas.

Pré transição

Os novos requisitos da IFRS 16 possui como objetivo promover aos usuários da informação contábil dados mais transparentes, na medida em que os arrendatários deverão reconhecer todos os ativos e passivos decorrentes das operações de arrendamento mercantil em seus balanços patrimoniais (facultado para arrendamentos de pequenos valores e arrendamentos de curto prazo), eliminando desta forma financiamentos *off-balance*.

O Banco possui acordos de arrendamentos operacionais referentes essencialmente a contratos de aluguel de imóveis utilizados na prática de suas operações administrativas e bancárias. Os contratos ativos após 31.12.2018, que estão sujeitos à essa nova forma de contabilização, totalizam cerca de 2.700 contratos. O efeito da aplicação da IFRS 16, com base em estudos preliminares, acarretará em um acréscimo de até 0,3% nos ativos totais.

A IFRS 16 é efetiva para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, com aplicação antecipada permitida, desde que a entidade já tenha aplicado os requerimentos da IFRS 15.

IFRS 17 – Contratos de Seguro – Em maio de 2017, o IASB publicou uma nova norma que substituirá a IFRS 4. A norma vigente permite ampla variedade de práticas contábeis para contratos de seguro. A IFRS 17 modificará a contabilidade para as entidades emissoras de contratos de seguro e de contratos de investimento com características de participação discricionária.

A IFRS 17 é efetiva para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, com aplicação antecipada permitida, desde que a entidade já tenha aplicado os requerimentos da IFRS 9 e IFRS 15.

Alterações à IAS 28 – Investimentos em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto – Em outubro de 2017, o IASB promoveu alterações à IAS 28 que esclarecem a mensuração da participação a longo prazo dos investimentos em coligada ou *joint venture*, para os quais não se aplique o método de equivalência patrimonial.

As alterações à IAS 28 são efetivas para períodos anuais a partir de 1º de janeiro de 2019.

Alterações à IAS 19 – Benefício aos Empregados – Em fevereiro de 2018, o IASB promoveu alterações à IAS 19 que referem essencialmente à exigência de uso de premissas atuariais atualizadas na determinação do custo do serviço e dos juros para o restante do período de relatório anual após a alteração, redução ou liquidação de um plano de benefício definido e/ou outros benefícios de longo prazo quando a entidade remensura seu ativo/passivo líquido de benefício definido.

As alterações à IAS 19 são efetivas para períodos anuais a partir de 1º de janeiro de 2019.

Alterações à IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – Em outubro de 2017, o IASB promoveu alterações à IFRS 9 que permitem que os instrumentos com opções simétricas de pré-pagamento se qualifiquem para o custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As alterações à IFRS 9 são efetivas para períodos anuais a partir de 1º de janeiro de 2019.

Alterações à IFRS 3 – Combinação de Negócios – Em outubro de 2018, o IASB promoveu alterações à IFRS 3 que visa resolver as dificuldades que surgem para determinar se uma entidade adquiriu uma empresa ou um grupo de ativos.

As alterações à IFRS 3 são efetivas para períodos anuais a partir de 1º de janeiro de 2020.

Alterações à IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras e IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros – Em outubro de 2018, o IASB promoveu alterações às IAS 1 e IAS 8, para definir de forma consistente a definição de materialidade para fins de elaboração das Demonstrações Financeiras em IFRS.

As alterações à IAS 1 e à IAS 8 são efetivas para períodos anuais a partir de 1º de janeiro de 2020.

Alterações à IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS 28 – Investimentos em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto – Em setembro de 2014, o IASB promoveu alterações à IFRS 10 e à IAS 28 que abordam as inconsistências geradas pelas duas normas quanto à contabilização de transações entre investidores e suas coligadas e *joint ventures*.

A data para adoção destas alterações à IFRS 10 e à IAS 28 foi adiada, ainda sem uma data definida pelo IASB.

Ciclo Anual de Melhorias (2015 – 2017) – Em dezembro de 2017, o IASB promoveu em seu ciclo anual de melhorias (que são pequenas alterações que visam melhor corrigir e melhorar principalmente questões redacionais nas atuais normas) alterações à IFRS 3 – Combinação de Negócios; IAS 12 – Tributos sobre Lucro e IAS 23 – Custos de empréstimos.

Este ciclo anual de melhorias é efetivo para períodos anuais a partir de 1º de janeiro de 2019.

O Banco iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos pronunciamentos. Eventuais impactos decorrentes da adoção dessas normas, alterações ou interpretações estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de vigência de cada normativo.

4 – PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A preparação das demonstrações contábeis consolidadas em conformidade com as IFRS requer que a Administração faça julgamentos e estimativas que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e pressupostos adotados são analisados em uma base contínua, sendo as revisões realizadas reconhecidas no período em que a estimativa é reavaliada, com efeitos prospectivos. Ressalta-se que os resultados realizados podem ser diferentes das estimativas.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contábil, os resultados divulgados pelo Banco poderiam ser distintos, caso um tratamento diferente fosse escolhido. A Administração considera que as escolhas são apropriadas e que as demonstrações contábeis consolidadas apresentam, de forma adequada, a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os ativos e os passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas abrangem itens, principalmente, para os quais é necessária uma avaliação a valor justo. As aplicações mais relevantes do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorrem em:

a) Valor justo de instrumentos financeiros (inclusive derivativos)

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados não puder ser derivado de um mercado ativo, ele é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação que incluem o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis no mercado sempre que possível, mas quando os dados de mercado não estão disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo. As metodologias consideradas para avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros são detalhadas na Nota 38.

b) Perdas esperadas de ativos financeiros

Periodicamente, o Banco do Brasil revisa a composição da carteira de ativos financeiros de forma a avaliar se perdas esperadas por imparidade devem ser reconhecidas. O processo de avaliação da carteira envolve diversas estimativas e julgamentos. Esse processo inclui a observância de fatores que evidenciem uma alteração do perfil de risco do cliente, do instrumento de crédito e da qualidade das garantias que resultem em redução da estimativa de recebimento dos fluxos de caixa futuros.

O modelo adotado para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros é baseado no conceito de perda esperada de crédito, assim, todas as operações possuem perda esperada desde a sua origem, sendo acompanhadas à medida que a situação de risco de crédito se altera.

A perda esperada busca identificar as perdas que acontecerão nos próximos 12 meses ou que ocorrerão durante a vida da operação, considerando visão prospectiva, englobando a avaliação dos instrumentos financeiros em 3 estágios, sendo sujeitos a análises quantitativas e qualitativas para o devido enquadramento. Instrumentos financeiros enquadrados no primeiro estágio são identificados sob a ótica de perdas nos próximos 12 meses, para os enquadrados nos demais estágios, aquelas durante a vida da operação.

O estágio de enquadramento é revisto sistematicamente considerando os processos de sensoramento de risco do Banco, a fim de capturar mudanças das características dos instrumentos e suas garantias e das informações comportamentais do cliente, que venham impactar a capacidade financeira do cliente, realizado por meio de cenários econômicos prospectivos.

A migração dos ativos financeiros entre estágios é sensibilizada após análises que resultem em agravamento ou atenuação do risco de crédito. Essas estimativas são baseadas em pressupostos de uma série de fatores e, por essa razão, os resultados reais podem variar, gerando futuros reforços ou reversões de perdas.

Outras informações sobre a metodologia de cálculo e premissas utilizadas pelo Banco para avaliação de perdas por redução ao valor recuperável em empréstimos a clientes, assim como os valores quantitativos registrados a título de perda esperada para créditos de liquidação duvidosa, podem ser obtidas nas Notas 3.j e 24, respectivamente.

c) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros – imparidade

Ao final de cada período de reporte, o Banco avalia, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa estar com problemas de recuperabilidade. Se houver essa indicação, o Banco utiliza estimativas para definição do valor recuperável do ativo. A perda reconhecida por imparidade é sujeita a reversão em períodos futuros, com exceção da perda reconhecida em ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*).

Independentemente de haver qualquer indicação de perda no valor recuperável, o Banco efetua anualmente o teste de imparidade de um ativo intangível de vida útil indefinida, incluindo o ágio adquirido em uma combinação de negócios, ou de um ativo intangível ainda não disponível para o uso.

A determinação do valor recuperável na avaliação de imparidade de ativos não financeiros requer estimativas baseadas em preços cotados no mercado, cálculos de valor presente ou outras técnicas de precificação, ou uma combinação de várias técnicas, exigindo que a Administração faça julgamentos e adote premissas.

Uma discussão mais detalhada sobre o tema pode ser observada nas Notas 3.n e 29.

d) Impostos sobre os lucros

As receitas geradas pelo Banco estão sujeitas ao pagamento de impostos nas diversas jurisdições onde são desenvolvidas suas atividades operacionais. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios. Outras interpretações e estimativas podem resultar num valor diferente de impostos sobre os lucros reconhecidos no período.

As autoridades fiscais podem rever os procedimentos adotados pelo Banco e pelas suas subsidiárias no prazo de cinco anos, contados a partir da data em que os tributos são considerados devidos. Desta forma, há a possibilidade dessas autoridades fiscais questionarem procedimentos adotados pelo Banco, principalmente aqueles decorrentes de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, a Administração acredita que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registrados nas demonstrações contábeis consolidadas.

e) Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos

Os ativos fiscais diferidos são calculados sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar, sendo reconhecidos contabilmente quando o Banco possuir expectativa de que gerará lucro tributável nos exercícios subsequentes, em montantes suficientes para compensar referidos valores. A realização esperada do crédito tributário do Banco é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos, em linha com a legislação fiscal atual (Nota 36).

As estimativas consideradas pelo Banco para o reconhecimento e avaliação de impostos diferidos são obtidas em função das expectativas atuais e das projeções de eventos e tendências futuras. As principais premissas identificadas pelo Banco que podem afetar essas estimativas estão relacionadas a fatores, como:

- (i) variações nos valores depositados, na inadimplência e na base de clientes;
- (ii) mudanças na regulamentação governamental que afetem questões fiscais;
- (iii) alterações nas taxas de juros;
- (iv) mudanças nos índices de inflação;
- (v) processos ou disputas judiciais adversas;
- (vi) riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de crédito e de investimento;
- (vii) mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros, especialmente títulos do governo brasileiro; e
- (viii) mudanças nas condições econômicas internas e externas.

f) Pensões e outros benefícios a empregados

O Banco patrocina planos de previdência na forma de planos de contribuição definida e planos de benefício definido, contabilizados de acordo com a IAS 19. A avaliação atuarial depende de uma série de premissas, entre as quais se destacam:

- (i) taxas de juros assumidas;
- (ii) tábuas de mortalidade;
- (iii) índice anual aplicado à revisão de aposentadorias;
- (iv) índice de inflação de preços;
- (v) índice anual de reajustes salariais; e
- (vi) método usado para calcular os compromissos relativos a direitos adquiridos dos funcionários ativos.

Alterações nesses pressupostos podem ter um impacto significativo sobre os valores determinados.

g) Provisões (para compromissos de crédito, prestação de garantias e demandas judiciais), passivos contingentes e ativos contingentes

Para suportar perdas decorrentes da eventual necessidade de honrar obrigações oriundas da prestação de garantias de contratos não registrados no balanço patrimonial (*off-balance*), além de compromissos de crédito firmados (limites concedidos e ainda não utilizados pelos clientes), o Banco constitui provisão para perdas esperadas, sendo este valor reconhecido como passivo em contrapartida com o resultado do período.

A metodologia de cálculo para perdas esperadas em compromissos de empréstimos e prestação de garantias utilizam os mesmos parâmetros da perda esperada na carteira de empréstimos a clientes.

As provisões para demandas judiciais, são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na natureza das ações, na opinião de assessores jurídicos e da Administração, e na complexidade e experiência de transações semelhantes, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente, da seguinte forma:

Individualizados: processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a avaliação de assessores jurídicos. Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial.

Massificados: processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, e cujo valor não seja considerado relevante, segundo parâmetro estatístico. Abrange os processos do tipo judicial de natureza cível, fiscal ou trabalhista (exceto processos de natureza trabalhista, movidos por sindicatos da categoria e todos os processos classificados como estratégicos) com valor provável de condenação, estimado pelos assessores jurídicos, de até R\$ 1 milhão.

Os passivos contingentes, de mensuração individualizada, classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, sendo divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não possuem provisão nem divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, porém quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

5 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

As demonstrações contábeis consolidadas do Banco abrangem as agências e subsidiárias no país e no exterior e suas controladas. Os saldos significativos das contas e operações entre as companhias consolidadas foram eliminados. Apresentam-se no quadro a seguir as participações societárias incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas, segregadas por segmentos de negócios.

	Atividade	País de constituição	% Participação Total	
			31.12.2018	31.12.2017
Segmento Bancário				
Banco do Brasil AG	Bancária	Áustria	100%	100%
BB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil	Arrendamento	Brasil	100%	100%
BB Securities Asia Pte. Ltd.	Corretora	Singapura	100%	100%
Banco do Brasil Securities LLC.	Corretora	Estados Unidos	100%	100%
BB Securities Ltd.	Corretora	Inglaterra	100%	100%
BB USA Holding Company, Inc.	Holding	Estados Unidos	100%	100%
BB Cayman Islands Holding	Holding	Ilhas Cayman	100%	100%
Banco do Brasil Americas	Bancária	Estados Unidos	100%	100%
Banco Patagonia S.A.	Bancária	Argentina	80,39%	58,97%
Segmento Investimentos				
BB Banco de Investimento S.A.	Banco de Investimento	Brasil	100%	100%
Segmento Gestão de Recursos				
BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Administração de Ativos	Brasil	100%	100%
BB Asset Management Ireland Limited	Administração de Ativos	Irlanda	100%	100%
Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Administração de Ativos	Brasil	99,62%	99,62%
Segmento Seguridade				
BB Seguridade Participações S.A. ⁽¹⁾	Holding	Brasil	66,36%	66,36%
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. ⁽¹⁾	Corretora	Brasil	66,36%	66,36%
BB Seguros Participações S.A. ⁽¹⁾	Holding	Brasil	66,36%	66,36%
Segmento Meios de Pagamento				
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	Prestação de Serviços	Brasil	100%	100%
BB Elo Cartões Participações S.A.	Holding	Brasil	100%	100%
Outros Segmentos				
Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros	Aquisição de Créditos	Brasil	100%	100%
Ativos S.A. Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	Aquisição de Créditos	Brasil	100%	100%
BB Administradora de Consórcios S.A.	Consórcio	Brasil	100%	100%
BB Tur Viagens e Turismo Ltda. ⁽²⁾	Turismo	Brasil	100%	100%
BB Tecnologia e Serviços ⁽¹⁾	Informática	Brasil	99,99%	99,99%
Compesa Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cia. Pernambucana de Saneamento	Securitização	Brasil	87,30%	89,22%
BB DTVM Ações Saúde e Bem Estar Distribuição Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento	Fundo de Investimento	Brasil	-	100%
BB DTVM Multimercado Multiestratégia LP Distribuição Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento	Fundo de Investimento	Brasil	-	100%
Fênix Fundo de Investimento em Direitos Creditórios do Varejo	Securitização	Brasil	-	94,94%
BB Fund Class D	Fundo de Investimento	Ilhas Cayman	-	73,75%
BB Fund Class A	Fundo de Investimento	Ilhas Cayman	-	56,37%
Dollar Diversified Payment Rights Finance Company (EPE)	Securitização	Ilhas Cayman	-	-
Loans Finance Company Limited (EPE)	Securitização	Ilhas Cayman	-	-

(1) Refere-se ao percentual de participação efetiva, considerando as aquisições de ações pela própria investida, mantidas em tesouraria.

(2) Para a consolidação, foram utilizadas as Demonstrações Contábeis relativas a novembro/2018, devido à incompatibilidade de cronograma entre a controlada e o Banco.

a) Envolvimento com entidades estruturadas consolidadas

Os veículos de securitização e os fundos de investimentos controlados pelo Banco, direta ou indiretamente, são classificados como entidades estruturadas consolidadas. Nestas entidades, os direitos de voto ou similares não são os fatores determinantes ao decidir quem controla a entidade.

O Banco consolida as entidades estruturadas quando tem o poder e a capacidade de dirigir as atividades relevantes, ou seja, as atividades que afetam significativamente os retornos das entidades.

EPE Dollar

A Dollar foi constituída sob as leis das Ilhas Cayman com os seguintes propósitos:

- (i) emissão e venda de valores mobiliários no mercado internacional;
- (ii) uso dos recursos obtidos com a emissão de valores mobiliários para pagamento da compra, junto ao Banco, dos direitos sobre ordens de pagamento emitidas por banqueiros correspondentes localizados nos EUA e pela própria agência do BB Nova Iorque, em dólares norte-americanos, para qualquer agência do Banco no país ("Direitos sobre Remessa"); e
- (iii) realização de pagamentos de principal e juros dos valores mobiliários e demais pagamentos previstos nos contratos de emissão desses títulos.

As obrigações decorrentes dos valores mobiliários emitidos são pagas pela EPE com os recursos acumulados em sua conta. A EPE não possui ativo ou passivo relevantes que não os direitos e deveres provenientes dos contratos de emissão dos valores mobiliários, não possui subsidiárias e não tem empregados.

O seu capital social subscrito é de US\$ 1 mil dividido em 1.000 ações ordinárias de US\$ 1,00 cada. Todas as 1.000 ações ordinárias foram emitidas para o BNP Paribas Private Bank & Trust Cayman Limited, na qualidade de curador de uma entidade das Ilhas Cayman. Dessa forma, BNP Paribas Private Bank & Trust Cayman Limited é o único acionista da EPE. O Banco é o titular dos "Direitos sobre Remessa" e único beneficiário dos recursos captados pela EPE, além de ser o responsável por enviar recursos financeiros para pagamento periódico de principal e juros dos valores mobiliários.

EPE Loans

A Loans foi constituída sob as leis das Ilhas Cayman, com os seguintes propósitos:

- (i) captação de recursos por meio da emissão de valores mobiliários no mercado internacional;
- (ii) contratação de operações compromissadas com o Banco, por meio da sua agência nas Ilhas Cayman, para utilização dos recursos captados; e
- (iii) contratação de proteção contra o risco de crédito do Banco, por meio de um derivativo de crédito denominado de *basis swap*, que é acionável somente em caso de default de alguma obrigação do Banco nas operações compromissadas.

As condições de moedas, valores, prazos, taxas e fluxos financeiros das operações compromissadas são idênticas às das emissões de valores mobiliários. Portanto, todas as obrigações e despesas decorrentes dos valores mobiliários emitidos são cobertas totalmente pela EPE com os direitos e receitas provenientes das operações compromissadas, de modo que a Loans não gera resultados positivos nem negativos. A EPE não possui outros ativos e passivos que não aqueles provenientes das operações compromissadas e das emissões dos valores mobiliários.

O capital integralizado da Loans é de US\$ 250 dividido em 250 ações ordinárias de US\$ 1,00 cada. Todas as 250 ações ordinárias foram emitidas para a empresa Maples Corporate Services e, em seguida, transferidas para a MaplesFS Limited, que é uma empresa de responsabilidade limitada constituída nas Ilhas Cayman. A MaplesFS Limited é uma provedora independente de serviços fiduciários especializados e única acionista da EPE. O Banco, por meio da sua agência nas Ilhas Cayman, é a única contraparte da EPE nas operações compromissadas.

Compesa Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cia. Pernambucana de Saneamento (FI Compesa)

O FI Compesa foi constituído sob a forma de condomínio fechado e com prazo determinado de 96 meses a partir da data de subscrição inicial, com possibilidade de liquidação antecipada.

Tem por objetivo proporcionar aos seus cotistas, valorização de suas cotas por meio da aquisição de: (i) direitos creditórios do segmento de serviços de saneamento básico prestados pela Companhia Pernambucana de Saneamento (cedente); e (ii) ativos financeiros. Os direitos de crédito adquiridos pelo Fundo são oriundos das contas de água e esgoto, arrecadados de acordo com os contratos de arrecadação do cedente.

O patrimônio do Fundo está representado por 300 cotas seniores e 15 cotas subordinadas. As cotas subordinadas não têm parâmetro de remuneração definido, sendo que o pagamento de resgate está sujeito ao pagamento de resgate das cotas seniores.

Em 31.12.2018, o Banco detinha a totalidade das 300 cotas seniores, sem participação em cotas subordinadas.

b) Informações resumidas de controladas com participação de acionistas não controladores

31.12.2018	BB Seguridade Participações S.A.	Banco Patagonia S.A.	Outros ⁽¹⁾
Ativo corrente	5.003.901	14.549.977	221.339
Ativo não corrente	6.580.268	2.438.431	339.705
Passivo corrente	4.066.805	14.331.735	283.252
Passivo não corrente	603.333	235.567	-
Receitas	3.590.490	4.329.870	1.062.364
Lucro líquido	2.999.923	710.053	12.051
Resultado abrangente total	2.999.691	692.538	12.051
Dividendos pagos a acionistas não controladores	1.887.449	90.850	-
Participação de acionistas não controladores (%)	33,64%	19,61%	-
Lucro líquido atribuível às participações de acionistas não controladores	1.009.174	250.930	3
Participações acumuladas de acionistas não controladores	2.325.880	321.115	61

31.12.2017	BB Seguridade Participações S.A.	Banco Patagonia S.A.	Outros ⁽¹⁾
Ativo corrente	2.859.539	14.722.710	123.763
Ativo não corrente	8.143.889	3.235.437	358.439
Passivo corrente	1.922.047	15.258.869	149.786
Passivo não corrente	428.138	333.736	63.758
Receitas	4.144.753	3.778.651	1.035.693
Lucro líquido	4.099.159	652.077	33.015
Resultado abrangente total	4.095.865	635.014	33.015
Dividendos pagos a acionistas não controladores	1.160.299	138.341	-
Participação de acionistas não controladores (%)	33,64%	41,03%	-
Lucro líquido atribuível às participações de acionistas não controladores	1.378.957	267.547	5
Participações acumuladas de acionistas não controladores	2.910.951	970.582	62

(1) Informações contábeis relativas às empresas BB Tecnologia e Serviços S.A. e Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

O Banco também possui participação indireta nas controladas BB Seguros Participações S.A. e BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. É de propriedade da BB Seguridade Participações S.A. a totalidade das ações emitidas por tais empresas. As informações financeiras resumidas dessas controladas são apresentadas a seguir.

31.12.2018	BB Seguros Participações S.A.	BB Corretora de Seg. e Adm. de Bens S.A.
Ativo corrente	457.785	1.918.666
Ativo não corrente	7.787.906	1.160.530
Passivo corrente	96.823	2.034.698
Passivo não corrente	427.383	997.591
Receitas	1.933.601	3.019.845
Lucro líquido	1.496.434	1.612.504
Resultado abrangente total	1.508.880	1.612.525

31.12.2017	BB Seguros Participações S.A.	BB Corretora de Seg. e Adm. de Bens S.A.
Ativo corrente	506.255	1.713.560
Ativo não corrente	7.624.929	895.118
Passivo corrente	41.885	2.561.605
Passivo não corrente	427.383	-
Receitas	2.350.064	2.943.431
Lucro líquido	2.245.061	1.570.754
Resultado abrangente total	2.254.611	1.570.775

6 – AQUISIÇÕES, VENDAS E REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS

a) Reorganização societária na área de seguros, previdência complementar aberta, capitalização e resseguros

Acordo de Reestruturação de Parceria com Grupo Segurador BB Mapfre

Em 26.06.2018, o Banco comunicou ao mercado, por meio de fato relevante, a aprovação pelo seu Conselho de Administração da reestruturação da parceria com o Grupo Segurador BB Mapfre. E conforme divulgado, em 30.11.2018, o Banco concluiu a reestruturação.

O Banco, juntamente com a BB Seguridade Participações S.A. e a BB Seguros Participações S.A. (BB Seguros), celebrou Acordo de Reestruturação de Parceria com a Mapfre S.A., a Mapfre Internacional S.A. e a Mapfre Brasil Participações S.A. (Mapfre Brasil), que resultou em uma reorganização societária, de acordo com os seguintes atos:

- (i) Incorporação pela Mapfre BB SH2 Participações S.A. (SH2) da totalidade das ações representativas do capital social da Mapfre Vida S.A., mediante cisão parcial da BB Mapfre SH1 Participações S.A. (SH1);
- (ii) Incorporação pela SH1 da totalidade das ações representativas do capital social da Aliança do Brasil Seguros S.A., mediante cisão parcial desproporcional da SH2.

Após estes atos societários, houve alienação da totalidade das ações ordinárias e preferenciais de emissão da SH2 de titularidade da BB Seguros à Mapfre Brasil pelo valor de R\$ 2,4 bilhões, do qual foram deduzidos os dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos. Após estas deduções, a BB Seguros recebeu da Mapfre o montante de R\$ 2,3 bilhões.

Ciclic Corretora de Seguros S.A.

A BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. ("BB Corretora"), subsidiária integral da BB Seguridade e a PFG do Brasil 2 Participações Ltda. ("PFG2"), participada da PFG do Brasil Ltda. ("PFG"), após a obtenção das aprovações dos órgãos reguladores, supervisores e fiscalizadores competentes assinaram em 10.08.2018, o Acordo de

Acionistas ("Acordo") com vigência até 27.10.2032, para atuação conjunta focada, inicialmente, na distribuição de produtos de previdência privada no canal digital, por meio da Ciclic Corretora de Seguros S.A..

Ato contínuo à assinatura do Acordo, foi realizado o aumento de capital da Ciclic no montante de R\$ 26.997.600,00, mediante a emissão de 13.498.300 novas ações ordinárias ("ON") e 13.499.300 novas ações preferenciais ("PN"), com aporte total de R\$ 20.247.600,00 realizado pela BB Corretora para aquisição de 6.748.300 ações ON e 13.499.300 ações PN. Com o aumento de capital e a aquisição de ações pela BB Corretora, o capital total da Ciclic passa a ser composto por 26.998.600 ações, divididas conforme abaixo:

	Ações ON		Ações PN		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A.	6.748.300	49,990	13.449.300	100,000	20.247.600	74,995
PFG do Brasil 2 Participações Ltda.	6.751.000	50,010	-	-	6.751.000	25,005
Total	13.499.300	100,000	13.499.300	100,000	26.998.600	100,000

BB Cor Participações S.A.

Em 27.12.2016, a BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. (BB Corretora) incorporou a BB Cor Participações S.A. (BB Cor) ao seu patrimônio nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação.

O acervo líquido incorporado foi avaliado ao valor contábil na data-base da operação, 27.12.2016, no montante de R\$ 26.976 mil.

A incorporação justifica-se pela desnecessidade da manutenção da BB Cor verificada no processo de revisão do modelo de negócios no segmento de distribuição de produtos de seguridade, bem como em razão da ausência de perspectivas de que a empresa viesse a desenvolver atividades operacionais.

Como decorrência natural, a BB Corretora passou à condição de sucessora a título universal da BB Cor em todos os seus bens, direitos e obrigações, assumindo integralmente seus acervos patrimoniais.

Considerando que a BB Seguridade é a única acionista da incorporada na data da incorporação, não houve relação de troca de ações de acionistas não controladores da incorporada por ações da incorporadora, não ocorrendo, portanto, qualquer alteração do capital social da BB Seguridade.

Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A.

Em 30.03.2016, a Assembleia Geral de Acionistas da Brasildental aprovou o aumento de capital da companhia, no valor de R\$ 4.500 mil, mediante a emissão de 180 mil ações, todas nominativas e sem valor nominal, na mesma proporção do número de ações de todas as espécies existentes, cabendo a cada acionista o exercício do direito de preferência sobre as ações idênticas às que era possuidor.

A aprovação do aumento de capital resultou na aquisição pela BB Seguros de 44.999 ações ON e 90.000 ações PN, no valor total de R\$ 3.375 mil, e pela Odontoprev de 45.001 ações ON, no valor total de R\$ 1.125 mil. A participação acionária da BB Seguros na Brasildental permanece inalterada em comparação à data de constituição da empresa.

b) Transferência de Ações Banco Patagonia

Em 06.09.2018, foi realizada a transferência de 154.014.912 ações escriturais dos acionistas minoritários do Banco Patagonia S.A. (Patagonia) para o Banco do Brasil, conforme fato relevante, divulgado naquela data.

Com a operação, o Banco se tornou titular de 578.116.870 ações ordinárias escriturais classe B e reconhecerá 80,3894% do resultado gerado pelo Patagonia.

	06.09.2018
Ativos líquidos atribuíveis aos não controladores adquiridos	474.033
Preço pago pela aquisição das ações	(839.454)
Valor reconhecido no patrimônio líquido e atribuível aos acionistas controladores	(365.421)

c) Gestora de Inteligência de Crédito S.A. - GIC

Em 14.06.2017, o Banco do Brasil firmou os documentos necessários à constituição da empresa Gestora de Inteligência de Crédito S.A. – GIC em conjunto com o Banco Bradesco S.A., o Banco Santander (Brasil) S.A., a Caixa Econômica Federal, por meio de sua subsidiária Caixa Participações S.A. e o Banco Itaú Unibanco S.A. Cada uma das partes detêm 20% do capital social da GIC, sendo o controle da companhia compartilhado entre as partes.

A *Bureau* de Crédito desenvolverá um banco de dados com objetivo de agregar, conciliar e tratar informações cadastrais e creditícias de pessoas físicas e jurídicas, nos termos das normas aplicáveis. Tal atuação propiciará, através de um conhecimento mais profundo do perfil das pessoas físicas e jurídicas, um significativo aperfeiçoamento dos nossos processos de concessão, precificação e direcionamento de linhas de crédito realizados pelos entes participantes do Sistema Financeiro Nacional, resultando, assim, na melhoria do ambiente de crédito do país em uma perspectiva de médio e longo prazos. As partes estimam que a Companhia estará integralmente operacional em 2019.

O aporte de capital ocorreu em julho de 2017, sendo o valor do investimento reconhecido inicialmente ao custo e posteriormente mensurado pelo método de equivalência patrimonial.

7 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento foram elaboradas considerando os critérios utilizados pelo Conselho Diretor, na avaliação de desempenho, na tomada de decisões quanto à alocação de recursos para investimento e outros fins, considerando-se o ambiente regulatório e as semelhanças entre produtos e serviços.

As operações do Banco estão divididas basicamente em cinco segmentos: bancário, investimentos, gestão de recursos, seguridade (seguros, previdência e capitalização) e meios de pagamento. Além desses, o Banco participa de outras atividades econômicas, tais como consórcios e suporte operacional, que foram agregadas em "Outros Segmentos".

As diversas informações contábeis utilizadas pela Administração na avaliação do desempenho e no processo decisório são preparadas de acordo com as leis, normas e práticas contábeis de reconhecimento e mensuração aplicáveis às instituições financeiras no Brasil, conforme determinado pelo Banco Central do Brasil. O Consolidado Gerencial do Banco apresenta os resultados por segmento de acordo com esse arcabouço normativo, uma vez que esses resultados são reportados ao principal gestor das operações para fins de tomada de decisão sobre a alocação de recursos ao segmento e de avaliação do seu desempenho.

As políticas contábeis dos segmentos operacionais reportáveis diferem daquelas descritas no resumo das principais políticas contábeis em IFRS principalmente em função de:

- O reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável de empréstimos a clientes é baseado em um modelo de perda esperada, com a utilização de limites regulatórios definidos pelo Banco Central do Brasil. Os empréstimos a clientes são classificados em ordem crescente de níveis de risco, que variam do risco AA (menor risco) ao risco H (maior risco). O montante de perdas em empréstimos a clientes é constituído mensalmente, não podendo ser inferior ao somatório decorrente da aplicação de percentuais mínimos, os quais variam de 0% para as operações de nível AA a 100% para as operações classificadas no nível H;
- Os investimentos em entidades controladas em conjunto (*joint ventures*) são consolidados proporcionalmente à participação do Banco;
- As receitas de tarifas e comissões cobradas pela originação de empréstimos a clientes são reconhecidas como receita no ato do recebimento;
- O montante do ágio ou deságio resultante da aquisição de controle de uma companhia é mensurado pela diferença entre o valor da contraprestação paga e o valor patrimonial das ações, o qual é amortizado, caso ele seja baseado em expectativa de rentabilidade futura; e
- Mudanças na proporção de capital detido por acionistas não controladores, que resultam em ganhos ou perdas na alienação de participações societárias.

A mensuração do resultado gerencial e do patrimônio gerencial por segmentos leva em conta todas as receitas e despesas bem como todos os ativos e passivos apurados pelas empresas que compõem cada segmento, conforme distribuição apresentada nas Notas 5 e 26. Não há receitas ou despesas comuns alocadas entre os segmentos por qualquer critério de distribuição.

As transações intersegmentos são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, quando aplicável. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

O Banco não possui cliente que seja responsável por mais de 10% da sua receita líquida total.

a) Segmento bancário

O segmento bancário é responsável pela parcela mais significativa do resultado do Banco, preponderantemente obtido no Brasil, e compreende uma grande diversidade de produtos e serviços, tais como depósitos, operações de crédito e prestação de serviços, que são disponibilizados aos clientes por meio dos mais variados canais de distribuição no país e no exterior.

As operações do segmento bancário abrangem os negócios com os mercados de varejo, atacado e governo realizados pela rede e equipes de atendimento, e os negócios com microempreendedores e o setor informal realizados por correspondentes bancários.

b) Segmento de investimentos

Nesse segmento são realizados negócios no mercado doméstico de capitais, com atuação na intermediação e distribuição de dívidas nos mercados primário e secundário, além de participações societárias e da prestação de serviços financeiros.

A receita líquida de juros do segmento é obtida pelas receitas auferidas nas aplicações em títulos e valores mobiliários deduzidas das despesas de captação de recursos junto a terceiros. As receitas de prestação de serviços financeiros resultam de assessorias econômico-financeiras, de *underwriting* de renda fixa e variável e da prestação de serviços a entidades ligadas.

c) Segmento de gestão de recursos

Esse segmento é responsável essencialmente pelas operações inerentes à compra, venda e custódia de títulos e valores mobiliários, administração de carteiras, instituição, organização e administração de fundos e clubes de investimento. As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos investidores pela prestação desses serviços.

d) Segmento de seguridade

Nesse segmento são oferecidos produtos e serviços relacionados a seguros de vida, patrimonial e automóvel, planos de previdência complementar e planos de capitalização.

O resultado desse segmento provém principalmente de tarifas e comissões e das receitas com prêmios de seguros emitidos, contribuições de planos de previdência, títulos de capitalização e aplicações em títulos e valores mobiliários, deduzidas das despesas de comercialização, provisões técnicas e despesas com benefícios e resgates.

e) Segmento de meios de pagamento

Esse segmento é responsável principalmente pela prestação dos serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações em meio eletrônico (cartões de crédito e débito), os quais geram receitas de taxas de administração cobradas dos estabelecimentos comerciais e bancários.

f) Outros segmentos

Compreendem os segmentos de suporte operacional e consórcios, que foram agregados por não serem individualmente representativos. Esses segmentos geram receitas oriundas principalmente da prestação de serviços não contemplados nos segmentos anteriores, tais como: recuperação de créditos, administração de consórcios, desenvolvimento, fabricação, comercialização, aluguel e integração de equipamentos e sistemas de eletrônica digital, periféricos, programas, insumos e suprimentos de informática, além da intermediação de passagens aéreas, hospedagens e organização de eventos.

Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Notas Explicativas

Exercício 2018

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

g) Demonstração do resultado gerencial por segmento

	Exercício/2018							Consolidado Gerencial
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguridade	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Transações Intersegmentos	
Receitas de juros	124.746.777	32.445	60.361	12.523.334	209.151	772.602	(691.273)	137.653.397
Despesas de juros	(72.708.782)	(239.769)	-	-	(18.737)	(154.084)	712.857	(72.408.515)
Receita líquida de juros	52.037.995	(207.324)	60.361	12.523.334	190.414	618.518	21.584	65.244.882
Perda líquida esperada	(15.560.695)	-	-	-	(647)	-	(4.021)	(15.565.363)
Receita líquida de juros após provisão para perdas	36.477.300	(207.324)	60.361	12.523.334	189.767	618.518	17.563	49.679.519
Receitas não de juros	24.641.968	1.344.307	2.338.576	7.546.934	5.120.296	2.061.357	(2.572.721)	40.480.717
Receita líquida de tarifas e comissões	16.208.960	884.364	2.334.919	2.649.579	4.295.168	2.010.668	(1.477.261)	26.906.397
Ganhos/(perdas) líquidos sobre instrumentos financeiros	1.075.496	107.884	(3.695)	(117.389)	11	(26.098)	109.936	1.146.145
Ganhos líquidos em coligadas e joint ventures	138.754	110.210	-	522.714	74.639	-	-	846.317
Resultado com operações de seguros e previdência complementar	-	-	-	4.577.145	-	-	180.717	4.757.862
Outras receitas operacionais	7.218.758	241.849	7.352	(85.115)	750.478	76.787	(1.386.113)	6.823.996
Despesas não de juros	(52.475.716)	(346.459)	(323.905)	(13.686.829)	(3.225.045)	(1.605.605)	2.555.158	(69.108.401)
Despesas com pessoal	(21.196.878)	(57.957)	(99.045)	(469.456)	(237.772)	(378.557)	10.706	(22.428.959)
Despesas administrativas	(11.345.133)	(21.505)	(25.959)	(637.817)	(587.306)	(618.220)	1.491.742	(11.744.198)
Contribuições, taxas e outros impostos	(4.333.761)	(81.812)	(163.184)	(776.165)	(536.807)	(299.553)	55	(6.191.227)
Amortização de ativos intangíveis	(1.812.914)	-	-	(69.608)	(35.417)	(3.134)	-	(1.921.073)
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	(5.494.889)	(145)	(508)	(18.842)	(21.360)	(7.667)	-	(5.543.411)
Depreciação	(1.191.778)	-	-	(19.022)	(95.289)	(18.385)	135	(1.324.339)
Outras despesas operacionais ⁽¹⁾	(7.100.363)	(185.040)	(35.209)	(11.695.919)	(1.711.094)	(280.089)	1.052.520	(19.955.194)
Lucro antes dos impostos	8.643.552	790.524	2.075.032	6.383.439	2.085.018	1.074.270	-	21.051.835
Impostos	(2.243.413)	(313.733)	(922.490)	(2.320.631)	(674.765)	(318.928)	-	(6.793.960)
Correntes	(518.228)	(374.333)	(922.895)	(2.312.292)	(654.795)	(322.557)	-	(5.105.100)
Diferidos	(1.725.185)	60.600	405	(8.339)	(19.970)	3.629	-	(1.688.860)
Lucro líquido do período	6.400.139	476.791	1.152.542	4.062.808	1.410.253	755.342	-	14.257.875
Atribuível aos acionistas controladores	6.179.807	476.791	1.152.542	2.887.292	1.410.253	755.341	-	12.862.026
Atribuível às participações de acionistas não controladores	220.332	-	-	1.175.516	-	1	-	1.395.849
Total dos ativos	1.460.804.980	7.682.173	1.814.912	221.939.753	31.507.353	5.690.715	(41.922.169)	1.687.517.717
Total dos passivos	1.360.040.394	4.512.255	1.676.276	215.587.600	23.093.840	4.163.640	(23.809.170)	1.585.264.835
Total do patrimônio líquido	100.764.586	3.169.918	138.636	6.352.153	8.413.513	1.527.075	(18.112.999)	102.252.882

(1) Inclui principalmente provisões técnicas no segmento Seguridade.

Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Notas Explicativas

Exercício 2018

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Exercício/2017							Consolidado Gerencial
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguridade	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Transações Intersegmentos	
Receitas de juros	151.975.930	28.620	82.845	16.874.226	340.207	820.495	(771.640)	169.350.683
Despesas de juros	(96.705.776)	(343.279)	-	-	(16.326)	(116.176)	788.160	(96.393.397)
Receita líquida de juros	55.270.154	(314.659)	82.845	16.874.226	323.881	704.319	16.520	72.957.286
Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a clientes	(22.189.218)	-	-	-	(822)	-	(793)	(22.190.833)
Receita líquida de juros após provisão para perdas em empréstimos	33.080.936	(314.659)	82.845	16.874.226	323.059	704.319	15.727	50.766.453
Receitas não de juros	23.380.518	1.215.156	2.078.783	7.069.886	5.700.782	1.874.400	(1.931.824)	39.387.707
Receita líquida de tarifas e comissões	16.385.502	813.134	2.070.708	2.739.504	4.232.116	1.770.635	(1.457.799)	26.553.800
Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(441.024)	104.492	(7.820)	(79.099)	-	(25.231)	88.528	(360.154)
Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos financeiros disponíveis para venda	(58.743)	91.641	(1.500)	2.421	-	-	-	33.819
Ganhos/(perdas) líquidos em coligadas e joint ventures	149.051	9.106	-	46.992	(84.696)	-	-	120.453
Resultado com operações de seguros e previdência complementar	-	-	-	4.363.427	-	-	200.908	4.564.335
Outras receitas operacionais	7.345.732	196.783	17.395	(3.359)	1.553.362	128.996	(763.461)	8.475.448
Despesas não de juros	(50.040.433)	(147.352)	(299.693)	(17.653.388)	(3.461.543)	(1.464.737)	1.916.097	(71.151.049)
Despesas com pessoal	(20.609.602)	(58.391)	(91.796)	(583.673)	(218.063)	(380.530)	8.691	(21.933.364)
Despesas administrativas	(11.533.956)	(17.317)	(24.432)	(704.778)	(549.367)	(563.685)	1.426.477	(11.967.058)
Contribuições, taxas e outros impostos	(4.808.460)	(80.387)	(147.448)	(751.811)	(547.289)	(261.542)	-	(6.596.937)
Amortização de ativos intangíveis	(2.092.504)	-	-	(83.827)	(27.038)	(1.945)	-	(2.205.314)
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	(2.522.003)	543	1.004	(54.072)	(10.184)	(5.072)	-	(2.589.784)
Depreciação	(1.158.353)	-	-	(24.350)	(111.517)	(16.325)	-	(1.310.545)
Outras despesas operacionais (1)	(7.315.555)	8.200	(37.021)	(15.450.877)	(1.998.085)	(235.638)	480.929	(24.548.047)
Lucro antes dos impostos	6.421.021	753.145	1.861.935	6.290.724	2.562.298	1.113.982	-	19.003.105
Impostos	(1.785.920)	(263.138)	(829.339)	(2.302.994)	(890.081)	(270.823)	-	(6.342.295)
Correntes	(880.247)	(317.396)	(828.797)	(2.341.170)	(852.477)	(257.395)	-	(5.477.482)
Diferidos	(905.673)	54.258	(542)	38.176	(37.604)	(13.428)	-	(864.813)
Lucro líquido do período	4.635.101	490.007	1.032.596	3.987.730	1.672.217	843.159	-	12.660.810
Atribuível aos acionistas controladores	4.352.377	490.007	1.032.596	2.620.425	1.672.217	843.154	-	11.010.776
Atribuível às participações de acionistas não controladores	282.724	-	-	1.367.305	-	5	-	1.650.034
Total dos ativos	1.405.181.977	8.014.967	1.648.798	209.124.922	33.050.350	6.625.633	(40.611.591)	1.623.035.056
Total dos passivos	1.308.451.657	4.940.858	1.510.076	201.527.919	24.631.666	3.841.641	(20.592.163)	1.524.311.654
Total do patrimônio líquido	96.730.320	3.074.109	138.722	7.597.003	8.418.684	2.783.992	(20.019.428)	98.723.402

(1) Inclui principalmente provisões técnicas no segmento Seguridade.

Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Notas Explicativas

Exercício 2018

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Exercício/2016							
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguridade	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Transações Intersegmentos
Receitas de juros	180.146.190	142.199	98.673	17.320.074	435.653	857.038	(887.846)
Despesas de juros	(122.754.910)	(446.286)	-	-	(17.586)	(113.930)	921.754
Receita líquida de juros	57.391.280	(304.087)	98.673	17.320.074	418.067	743.108	33.908
Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a clientes	(25.753.860)	-	-	-	(1.368)	-	(362)
Receita líquida de juros após provisão para perdas em empréstimos	31.637.420	(304.087)	98.673	17.320.074	416.699	743.108	33.546
Receitas não de juros	25.781.031	1.021.137	1.632.997	7.330.348	6.429.116	1.551.675	(1.974.431)
Receita líquida de tarifas e comissões	15.966.404	759.925	1.621.910	2.397.260	4.686.500	1.538.782	25.445.328
Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(1.861.732)	(160.989)	-	(113.233)	-	(31.622)	(2.089.953)
Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos financeiros disponíveis para venda	369.535	7.272	(3.765)	(251)	-	-	-
Ganhos/(perdas) líquidos em coligadas e <i>joint ventures</i>	21.557	(19.096)	-	(37.405)	(62.450)	147	(97.247)
Resultado com operações de seguros e previdência complementar	-	-	-	4.699.278	-	-	272.281
Outras receitas operacionais	11.285.267	434.025	14.852	384.699	1.805.066	44.368	(798.882)
Despesas não de juros	(53.735.034)	(511.027)	(275.163)	(17.867.736)	(4.085.145)	(1.383.501)	1.940.885
Despesas com pessoal	(22.690.269)	(77.778)	(89.864)	(582.249)	(327.618)	(363.863)	8.626
Despesas administrativas	(11.681.289)	(30.078)	(21.626)	(736.160)	(738.530)	(479.214)	1.487.308
Contribuições, taxas e outros impostos	(5.039.720)	(63.311)	(118.507)	(682.481)	(609.795)	(237.789)	-
Amortização de ativos intangíveis	(2.219.714)	(1.660)	-	(71.523)	(62.706)	(1.969)	-
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	(1.971.062)	(207)	(1.282)	(16.273)	(59.594)	(2.357.572)	-
Depreciação	(1.151.913)	(3.165)	-	(20.546)	(123.089)	(11.568)	-
Outras despesas operacionais ⁽¹⁾	(8.981.067)	(334.828)	(43.884)	(15.769.246)	(2.207.134)	(229.504)	444.951
Lucro antes dos impostos	3.683.417	206.023	1.456.507	6.782.686	2.760.670	911.282	-
Impostos	(1.700.168)	(39.529)	(648.631)	(2.571.345)	(946.945)	(185.372)	-
Correntes	(4.621.409)	(88.800)	(649.169)	(2.573.939)	(909.948)	(236.210)	-
Diferidos	2.921.241	49.271	538	2.594	(36.997)	50.838	-
Lucro líquido do período	1.983.249	166.494	807.876	4.211.341	1.813.725	725.910	-
Atribuível aos acionistas controladores	1.696.242	166.494	807.876	2.823.312	1.813.725	725.907	-
Atribuível às participações de acionistas não controladores	287.007	-	-	1.388.029	-	3	-
Total dos ativos	1.436.760.620	7.705.687	1.262.881	183.037.735	14.485.492	7.152.660	(33.973.852)
Total dos passivos	1.351.470.437	4.686.872	1.131.252	175.813.096	7.057.961	3.683.305	(14.605.452)
Total do patrimônio líquido	85.290.183	3.018.815	131.629	7.224.639	7.427.531	3.469.355	(19.368.400)

(1) Inclui principalmente provisões técnicas no segmento Seguridade.

h) Conciliação do resultado gerencial por segmento com o resultado consolidado de acordo com as IFRS

	Exercício/2018							Consolidado IFRS	
	Consolidado Gerencial	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Ajustes ⁽¹⁾		Meios de Pagamento	Outros	Transações Intersegmentos
					Seguridade				
Receitas de juros	137.653.397	(5.154.411)	-	-	(12.282.324)	-	50.310	-	(16.628)
Despesas de juros	(72.408.515)	2.857.792	-	-	-	-	18.737	-	(4.988)
Receita líquida de juros	65.244.882	(2.296.619)	-	-	(12.282.324)	-	69.047	-	(21.616)
Perda/(reversão) líquida esperada	(15.565.363)	3.206.565	-	-	-	-	647	-	(265.700)
Receita líquida de juros após provisão para perdas	49.679.519	909.946	-	-	(12.282.324)	-	69.694	-	(287.316)
Receitas não de juros	40.480.717	(1.120.023)	730.051	-	(2.692.675)	-	(4.513.126)	(7.500)	1.100.700
Receita líquida de tarifas e comissões	26.906.397	(1.384.416)	-	-	265.354	-	(4.249.959)	-	444.487
Ganhos/(perdas) líquidos sobre instrumentos financeiros	1.146.145	(97.927)	(17)	-	117.389	-	-	-	(109.936)
Ganhos/(perdas) líquidos em coligadas e <i>joint ventures</i>	846.317	310.173	730.052	-	1.260.358	-	391.418	-	-
Resultado com operações de seguros e previdência complementar	4.757.862	-	-	-	(4.577.145)	-	-	-	(180.717)
Outras receitas operacionais	6.823.996	52.147	16	-	241.369	-	(654.585)	(7.500)	946.866
Despesas não de juros	(69.108.401)	1.945.977	141.696	-	13.271.247	-	3.175.032	(139.332)	(939.683)
Despesas com pessoal	(22.428.959)	689.286	-	-	413.598	-	233.541	-	(87)
Despesas administrativas	(11.744.198)	1.573.229	-	-	425.916	-	586.323	-	(9.381.031)
Contribuições, taxas e outros impostos	(6.191.227)	190.940	-	-	420.773	-	502.666	-	-
Amortização de ativos intangíveis	(1.921.073)	(40.213)	-	-	69.608	-	35.417	-	-
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	(5.543.411)	65.406	-	-	19.017	-	21.315	-	-
Depreciação	(1.324.339)	14.253	-	-	18.819	-	95.289	70	-
Outras despesas operacionais	(19.955.194)	(546.924)	141.696	-	11.903.516	-	1.700.481	(139.402)	(7.613.122)
Lucro antes dos impostos	21.051.835	1.735.900	871.747	-	(1.703.752)	-	(1.268.400)	(146.832)	(126.299)
Impostos	(6.793.960)	(273.431)	(40.426)	-	1.209.248	-	570.471	-	-
Correntes	(5.105.100)	32.120	-	-	1.212.202	-	556.561	-	-
Diferidos	(1.688.860)	(305.551)	(40.426)	-	(2.954)	-	13.910	-	-
Lucro líquido do período	14.257.875	1.462.469	831.321	-	(494.504)	-	(697.929)	(146.832)	(126.299)
Atribuível aos acionistas controladores	12.862.026	1.431.870	831.321	-	(328.163)	-	(697.929)	(146.832)	(126.299)
Atribuível às participações de acionistas não controladores	1.395.849	30.599	-	-	(166.341)	-	-	-	-
Total dos ativos	1.687.517.717	(64.898.050)	644.464	-	(207.978.438)	-	(24.262.897)	(2.182)	5.486.860
Total dos passivos	1.585.264.835	(65.858.090)	-	-	(208.540.932)	-	(22.372.752)	-	3.474.442
Total do patrimônio líquido	102.252.882	960.040	644.464	-	562.494	-	(1.890.145)	(2.182)	2.012.418
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	99.741.967	1.013.101	644.464	-	373.292	-	(1.890.145)	(2.182)	2.012.418
Patrimônio líquido atribuível às participações de acionistas não controladores	2.510.915	(53.061)	-	-	189.202	-	-	-	-

(1) O principal componente refere-se a diferenças entre os métodos contábeis utilizados nos relatórios gerenciais versus os métodos contábeis utilizados na Demonstração do Resultado Consolidado, elaborada de acordo com as IFRS. As principais diferenças de critérios envolvem os ajustes mencionados na Nota 48 e a desconsolidação dos investimentos em conjunto (*joint ventures*).

Notas Explicativas

Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS
Exercício 2018

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Exercício/2017							Consolidado IFRS
	Consolidado Gerencial	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguridade	Meios de Pagamento	Outros	
					Ajustes ⁽¹⁾		Transações Interseções	
Receitas de juros	169.350.683	(5.733.687)	-	-	(16.596.162)	56.910	(13.293)	147.064.451
Despesas de juros	(96.393.397)	3.520.306	-	-	-	16.326	(3.567)	(92.860.332)
Receita líquida de juros	72.957.286	(2.213.381)	-	-	(16.596.162)	73.236	(16.860)	54.204.119
Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos e instituições financeiras	(22.190.833)	(513.278)	-	-	-	822	(161.078)	(22.864.367)
Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a clientes	(22.190.833)	(513.278)	-	-	-	822	(161.078)	(22.864.367)
Receita líquida de juros após provisão para perdas em empréstimos	50.766.453	(2.726.659)	-	-	(16.596.162)	74.058	(177.938)	31.339.752
Receitas não de juros	39.387.701	(1.906.209)	975.610	-	(2.013.332)	(5.202.726)	515.582	31.756.626
Receita líquida de tarifas e comissões	26.553.800	(1.852.911)	-	-	11.033	(4.194.623)	426.146	20.943.445
Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(360.154)	(58.113)	-	-	79.099	-	(88.528)	(427.696)
Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos financeiros disponíveis para venda	33.819	438.032	-	-	23	-	-	471.874
Ganhos/(perdas) líquidos em coligações e <i>joint ventures</i>	120.453	124.947	975.922	-	2.077.530	452.126	-	3.750.978
Resultado com operações de seguros e previdência complementar	4.564.335	-	-	-	(4.363.427)	-	(200.908)	-
Outras receitas operacionais	8.475.448	(558.164)	(312)	-	182.410	(1.460.229)	378.872	7.018.025
Despesas não de juros	(71.151.049)	3.683.828	123.516	-	17.259.201	3.417.158	(175.346)	(47.165.917)
Despesas com pessoal	(21.933.364)	628.540	-	-	530.456	214.422	(79)	(20.560.025)
Despesas administrativas	(11.967.058)	1.837.658	-	-	520.542	548.264	(8)	(9.282.288)
Contribuições, taxas e outros impostos	(6.596.937)	195.322	-	-	402.975	516.432	-	(5.482.208)
Amortização de ativos intangíveis	(2.205.314)	(321.954)	-	-	83.827	27.038	-	(2.416.403)
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	(2.589.784)	(305.203)	-	-	51.934	10.069	-	(2.832.984)
Depreciação	(1.310.545)	11.993	-	-	24.142	111.517	71	(1.162.822)
Outras despesas operacionais	(24.548.047)	1.637.472	123.516	-	15.645.325	1.989.416	(101.460)	(5.429.187)
Lucro antes dos impostos	19.003.105	(949.040)	1.099.126	-	(1.350.293)	(1.711.510)	14.419	15.930.461
Impostos	(6.342.295)	621.355	(55.582)	-	1.384.938	736.426	-	(3.655.158)
Correntes	(5.477.482)	85.939	-	-	1.387.860	712.998	-	(3.290.685)
Diferidos	(864.813)	535.416	(55.582)	-	(2.922)	23.428	-	(364.473)
Lucro líquido do período	12.660.810	(327.685)	1.043.544	-	34.645	(975.084)	(175.346)	12.275.303
Atribuível aos acionistas controladores	11.010.776	(312.508)	1.043.544	-	22.993	(975.084)	(175.346)	10.628.794
Atribuível às participações de acionistas não controladores	1.650.034	(15.177)	-	-	11.652	-	-	1.646.509
Total dos ativos	1.623.035.056	(55.050.661)	549.187	-	(195.865.243)	(25.989.661)	(2.252)	1.353.075.042
Total dos passivos	1.524.311.654	(55.923.965)	55.925	-	(196.922.238)	(23.929.282)	-	1.251.836.614
Total do patrimônio líquido	98.723.402	873.304	493.262	-	1.056.995	(2.060.379)	(2.252)	101.238.428
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	95.325.729	744.924	493.262	-	701.453	(2.060.379)	(2.252)	97.356.833
Patrimônio líquido atribuível às participações de acionistas não controladores	3.397.673	128.380	-	-	355.542	-	-	3.881.595

(1) O principal componente refere-se a diferenças entre os métodos contábeis utilizados nos relatórios gerenciais versus os métodos contábeis utilizados na Demonstração do Resultado Consolidado, elaborada de acordo com as IFRS. As principais diferenças de critérios envolvem os ajustes mencionados na Nota 47 e a desconexão dos investimentos em conjunto (*joint ventures*).

Notas Explicativas

Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS
Exercício 2018

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Exercício/2016									
	Consolidado Gerencial			Ajustes ⁽¹⁾						
				Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguridade	Meios de Pagamento	Outros	Transações Intersegmentos
Receitas de juros	198.111.981	(4.878.401)	-	-	-	-	(17.071.884)	103.065	(15.153)	(1.841)
Despesas de juros	(122.410.958)	5.559.559	-	-	-	-	-	17.586	-	(27.184)
Receita líquida de juros	75.701.023	681.158	-	-	-	-	(17.071.884)	120.651	(15.153)	(29.025)
Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos e instituições financeiras	(25.755.590)	13.867	-	-	-	-	-	1.368	-	-
Receita líquida de juros após provisão para perdas em empréstimos	49.945.433	(1.807.264)	-	-	-	-	(17.071.884)	122.019	(15.153)	(192.669)
Receitas não de juros	41.771.873	(4.244.204)	784.859	-	(1.887.211)	(5.873.386)	145.829	552.549	31.250.309	552.549
Receita líquida de tarifas e comissões	25.445.328	(2.172.952)	-	-	286.697	(4.638.449)	8.456	535.162	19.444.242	535.162
Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(2.089.953)	(25.111)	95.944	-	113.233	-	14.290	(77.623)	(1.969.220)	(1.969.220)
Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos financeiros disponíveis para venda	372.791	(168.188)	(78.637)	1.817	280	-	-	-	128.063	-
Ganhos/(perdas) líquidos em coligadas e <i>joint ventures</i>	(97.247)	115.577	1.058.876	-	2.452.240	430.583	(147)	-	3.959.882	-
Resultado com operações de seguros e previdência complementar	4.971.559	-	-	-	(4.699.278)	-	-	-	(272.281)	-
Outras receitas operacionais	13.169.395	(1.993.530)	(291.324)	(1.817)	(20.383)	(1.665.520)	123.230	367.291	9.687.342	367.291
Despesas não de juros	(75.916.721)	3.580.259	329.108	-	17.158.321	4.036.776	(163.411)	(364.696)	(51.340.364)	(364.696)
Despesas com pessoal	(24.123.015)	633.781	19.893	-	529.624	324.282	-	(74)	(22.615.509)	(74)
Despesas administrativas	(12.199.589)	2.278.718	14.768	-	513.865	737.422	3.741	(297.226)	(8.948.301)	(297.226)
Contribuições, taxas e outros impostos	(6.751.603)	167.282	7.029	-	336.894	580.302	338	-	(5.659.758)	-
Amortização de ativos intangíveis	(2.357.572)	(365.452)	1.660	-	71.523	62.706	-	-	(2.607.135)	-
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	(2.053.949)	(976.569)	15	-	2.381	16.273	-	-	(3.011.849)	-
Depreciação	(1.310.281)	14.442	3.165	-	20.344	123.089	73	-	(1.149.168)	-
Outras despesas operacionais	(27.120.712)	1.848.057	282.578	-	15.683.690	2.192.702	(167.563)	(67.396)	(7.348.644)	(67.396)
Lucro antes dos impostos	15.800.585	(2.471.209)	1.113.967	-	(1.800.774)	(1.714.591)	(32.735)	(4.816)	10.890.427	(4.816)
Impostos	(6.091.990)	1.564.564	(50.565)	-	1.700.906	689.349	(43.114)	-	(2.230.850)	-
Correntes	(9.079.475)	17.719	642	-	1.703.500	722.008	38	-	(6.635.568)	-
Diferidos	2.987.485	1.546.845	(51.207)	-	(2.594)	(32.659)	(43.152)	-	4.404.718	-
Lucro líquido do período	9.708.595	(906.645)	1.063.402	-	(99.868)	(1.025.242)	(75.849)	(4.816)	8.659.577	(4.816)
Atribuível aos acionistas controladores	8.033.556	(869.723)	1.063.402	-	(94.047)	(1.025.242)	(75.849)	(4.816)	7.027.281	(4.816)
Atribuível às participações de acionistas não controladores	1.675.039	(36.922)	-	-	(5.821)	-	-	-	1.632.296	-
Total dos ativos	1.616.431.223	(53.526.881)	79.613	-	(170.504.199)	(7.703.956)	(545.847)	2.985.733	1.387.215.686	2.985.733
Total dos passivos	1.529.237.471	(55.042.627)	(326.284)	-	(171.409.306)	(6.466.918)	74.865	1.071.792	1.297.138.993	1.071.792
Total do patrimônio líquido	87.193.752	1.515.746	405.897	-	905.107	(1.237.038)	(620.712)	1.913.941	90.076.693	1.913.941
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	83.980.784	1.372.152	405.897	-	561.216	(1.237.038)	(620.712)	1.913.941	86.376.240	1.913.941
Patrimônio líquido atribuível às participações de acionistas não controladores	3.212.968	143.594	-	-	343.891	-	-	-	3.700.453	-

(1) O principal componente refere-se a diferenças entre os métodos contábeis utilizados nos relatórios gerenciais versus os métodos contábeis utilizados na Demonstração do Resultado Consolidado, elaborada de acordo com as IFRS. As principais diferenças de critérios envolvem os ajustes mencionados na Nota 47 e a desconexão dos investimentos em conjunto (*joint ventures*).

i) Operações internacionais**Segmentação por área geográfica, operações no Brasil e no exterior**

	Brasil	Outros países			Total
	Exercício/2018	Antes de eliminações	Eliminações	Após as eliminações	Exercício/2018
Ativo	1.310.887.726	278.615.783	(192.996.035)	85.619.748	1.396.507.474
Receitas	147.069.669	17.651.964	(10.493.145)	7.158.819	154.228.488
Despesas	(129.034.107)	(16.133.452)	6.025.172	(10.108.280)	(139.142.387)
Lucro/(prejuízo) antes dos impostos	22.727.727	2.154.445	(4.467.973)	(2.313.528)	20.414.199
Lucro/(prejuízo) líquido	18.035.562	1.518.512	(4.467.973)	(2.949.461)	15.086.101

	Brasil	Outros países			Total
	Exercício/2017	Antes de eliminações	Eliminações	Após as eliminações	Exercício/2017
Ativo	1.273.527.572	252.559.653	(173.012.183)	79.547.470	1.353.075.042
Receitas	172.845.047	14.730.787	(8.754.757)	5.976.030	178.821.077
Despesas	(157.539.155)	(13.772.340)	4.765.721	(9.006.619)	(166.545.774)
Lucro/(prejuízo) antes dos impostos	17.945.786	1.973.711	(3.989.036)	(2.015.325)	15.930.461
Lucro/(prejuízo) líquido	15.305.892	958.447	(3.989.036)	(3.030.589)	12.275.303

	Brasil	Outros países			Total
	Exercício/2016	Antes de eliminações	Eliminações	Após as eliminações	Exercício/2016
Ativo	1.297.541.958	265.758.544	(176.084.816)	89.673.728	1.387.215.686
Receitas	199.948.250	15.738.316	(8.188.490)	7.549.826	207.498.076
Despesas	(187.981.247)	(15.354.838)	4.497.586	(10.857.252)	(198.838.499)
Lucro/(prejuízo) antes dos impostos	14.288.705	292.626	(3.690.904)	(3.398.278)	10.890.427
Lucro/(prejuízo) líquido	11.967.003	383.478	(3.690.904)	(3.307.426)	8.659.577

As receitas compreendem receitas de juros e receitas não de juros. As despesas compreendem despesa de juros, provisão para perdas em empréstimos a clientes e despesas não de juros.

Em relação às operações no exterior, as principais contribuições para as receitas foram provenientes das dependências localizadas na América do Sul e para os ativos são oriundas das dependências localizadas na América do Sul e Europa. Os ativos localizados em outros países são substancialmente de natureza monetária, principalmente relacionados a Empréstimos a clientes e Empréstimos a instituições financeiras.

j) Investimentos em coligadas e joint ventures e ativos não circulantes

	31.12.2018					
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguridade	Meios de Pagamento	Outros Segmentos Consolidado IFRS
Investimentos em coligadas e joint ventures	5.121.167	1.831.945	-	5.521.886	6.178.809	18.727.463
Ativos não circulantes ⁽¹⁾	13.367.445	-	-	5.620	-	13.480.158
Ativo Imobilizado	7.593.179	-	-	-	-	7.685.094
Ágio sobre investimentos	-	-	-	-	-	-
Intangíveis	5.774.266	-	-	5.620	-	15.178
						5.795.064

	31.12.2017					
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguridade	Meios de Pagamento	Outros Segmentos Consolidado IFRS
Investimentos em coligadas e joint ventures	5.379.727	1.652.561	-	7.475.845	5.993.689	20.532.053
Ativos não circulantes ⁽¹⁾	14.977.257	-	-	5.545	-	15.081.270
Ativo Imobilizado	7.374.625	-	-	-	-	7.466.150
Ágio sobre investimentos	591.582	-	-	-	-	591.582
Intangíveis	7.011.050	-	-	5.545	-	6.943
						7.023.538

(1) Exceto instrumentos financeiros, ativo fiscal diferido, benefícios a empregados e direitos decorrentes de contratos de seguro.

8 – RECEITA LÍQUIDA DE JUROS

	Exercício/2018	Exercício/2017	Exercício/2016
Receitas de juros	120.250.344	147.064.451	176.247.767
Empréstimos a clientes	73.304.263	83.418.425	98.557.964
Aplicações em operações compromissadas	26.452.231	38.691.418	46.280.245
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	8.469.106	N/A	N/A
Ativos financeiros disponíveis para venda	N/A	10.138.634	13.471.005
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	2.606.636	3.862.405	5.551.256
Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado	1.681.817	N/A	N/A
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	N/A	1.286.916	975.138
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	874.020	798.144	652.540
Empréstimos a instituições financeiras	765.961	349.655	540.111
Outras receitas de juros ⁽¹⁾	6.096.310	8.518.854	10.219.508
Despesas de juros	(69.536.974)	(92.860.332)	(116.860.997)
Obrigações por operações compromissadas	(27.556.890)	(40.357.230)	(48.741.723)
Depósitos de clientes	(22.089.292)	(27.585.374)	(33.150.263)
Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e outras obrigações	(18.731.568)	(24.268.338)	(33.389.677)
Obrigações com instituições financeiras	(1.159.224)	(649.390)	(1.579.334)
Receita líquida de juros	50.713.370	54.204.119	59.386.770

(1) Inclui, principalmente, receitas com juros sobre depósitos de garantias e com títulos e créditos do Tesouro Nacional.

9 – RECEITA LÍQUIDA DE TARIFAS E COMISSÕES

	Exercício/2018	Exercício/2017	Exercício/2016
Prestação de serviços a clientes	13.633.566	13.084.140	12.867.095
Conta corrente	6.979.843	6.445.917	5.543.449
Rendas de cartões	1.941.733	1.867.654	1.854.571
Cobrança	1.289.880	1.447.794	1.682.668
Arrecadações	1.116.250	1.112.803	1.097.059
Operações de crédito e cadastro	1.027.063	936.810	812.356
Rendas do mercado de capitais	787.914	775.546	710.494
Câmbio	231.696	229.784	219.209
Interbancária e transferência de recursos	145.103	175.612	845.788
Outros	114.084	92.220	101.501
Administração de recursos de terceiros	7.571.523	6.815.679	5.433.447
Comissões	3.219.159	3.059.918	3.091.985
Comercialização de seguros	2.713.769	2.274.715	2.390.895
Comercialização de produtos de capitalização	332.154	370.922	453.789
Comercialização de produtos de previdência	173.236	408.835	243.168
Colocação de títulos e valores mobiliários	-	5.446	4.133
Garantias prestadas	171.314	153.862	179.648
Outros serviços	1.531.977	1.599.776	1.712.791
Receita de tarifas e comissões	26.127.539	24.713.375	23.284.966
Despesa de tarifas e comissões	(4.145.676)	(3.769.930)	(3.840.724)
Prestação de serviços	(3.889.592)	(3.515.704)	(3.750.033)
Despesas de comissões	(8.023)	(6.792)	(1.318)
Outros serviços	(248.061)	(247.434)	(89.373)
Receita líquida de tarifas e comissões	21.981.863	20.943.445	19.444.242

10 – GANHOS/(PERDAS) LÍQUIDOS SOBRE ATIVOS/PASSIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO

	Exercício/2018	Exercício/2017	Exercício/2016
Ao valor justo por meio do resultado	650.202	(427.696)	(1.969.220)
Instrumentos financeiros derivativos	618.027	(468.302)	(2.160.814)
Outros instrumentos financeiros	32.175	40.606	191.594
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	405.452	N/A	N/A
Instrumentos de dívida	406.752	N/A	N/A
Instrumentos de capital	(1.300)	N/A	N/A
Ativos financeiros disponíveis para venda	N/A	471.874	128.063
Instrumentos de dívida	N/A	473.374	80.216
Instrumentos de capital	N/A	(1.500)	47.847
Total	1.055.654	44.178	(1.841.157)

11 – GANHOS/(PERDAS) LÍQUIDOS EM OPERAÇÕES DE CÂMBIO E EM CONVERSÃO DE TRANSAÇÕES EM MOEDAS ESTRANGEIRAS

	Exercício/2018	Exercício/2017	Exercício/2016
Variação cambial sobre operações financeiras ativas reconhecidas no resultado	8.702.257	(7.296.898)	(8.196.917)
Empréstimos a instituições financeiras	2.603.587	88.415	(4.648.757)
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	94.444	9.729	49.398
Empréstimos a clientes	6.004.226	(7.395.042)	(3.597.558)
Variação cambial sobre operações financeiras passivas reconhecidas no resultado	(13.863.948)	6.326.433	10.736.102
Depósitos de clientes	(85.444)	(21.662)	131.865
Valores a pagar a instituições financeiras	-	8.202.224	(6.251.587)
Obrigações por operações compromissadas	-	(1.896)	412
Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e outras obrigações	(13.778.504)	(1.852.233)	16.855.412
Variação cambial sobre operações com cartão de crédito	257.530	167.481	67.691
Variação cambial sobre investimentos no exterior	1.564.698	346.511	(1.835.683)
Variação cambial sobre operações de câmbio	1.658.658	487.361	2.299.721
Ganho/(perdas) líquidos em operações de câmbio	(297.095)	(245.180)	(400.960)
Ganho/(perdas) líquidos em operações de câmbio e em conversão de transações em moedas estrangeiras	(1.977.900)	(214.292)	2.669.954

Ganhos/(perdas) líquidos em operações de câmbio e em conversão de transações em moedas estrangeiras ajustado, para melhor apresentação do resultado efetivo

	Exercício/2018	Exercício/2017	Exercício/2016
Ganho/(perdas) líquidos em operações de câmbio e em conversão de transações em moedas estrangeiras	(1.977.900)	(214.292)	2.669.954
Ajustes:			
Impostos – correntes ⁽¹⁾	1.520.581	383.191	(2.138.604)
Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado ⁽²⁾	939.472	145.977	(1.052.330)
Ganho/(perdas) líquidos em operações de câmbio	297.095	245.180	400.960
Ganho/(perdas) líquidos em operações de câmbio e em conversão de transações em moedas estrangeiras ajustado	779.248	560.056	(120.020)

(1) Refere-se aos efeitos fiscais sobre os instrumentos de *hedge* utilizados para proteção cambial das participações societárias no exterior.(2) Refere-se à variação cambial proveniente de instrumentos financeiros derivativos (*swap* cambial, mercado futuro, opções e termo de moedas e de mercadorias).

12 – OUTRAS RECEITAS E OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Outras receitas operacionais	Exercício/2018	Exercício/2017	Exercício/2016
Títulos e créditos a receber	3.716.410	2.220.488	2.281.902
Recuperação de encargos e despesas	2.135.970	2.045.656	1.390.011
Atualização das destinações do superávit - Previ Plano 1	800.931	646.880	1.057.657
Atualização de ativo atuarial	664.482	17.199	24.175
Operações com cartões	457.980	409.289	267.827
Ganhos na alienação de valores e bens	453.960	201.266	219.041
Ganhos derivados de investimentos societários ⁽¹⁾	287.431	303.622	337.915
Reversão de provisões para pagamentos diversos	93.930	599.242	367.803
Ganhos/(perdas) líquidos em operações de câmbio	-	22.183	(248.452)
Ganhos/(perdas) na alienação de investimentos em coligadas e <i>joint ventures</i>	-	311	(2.347)
Outras	769.115	766.181	1.321.856
Total	9.380.209	7.232.317	7.017.388

(1) Refere-se principalmente a atualização monetária de dividendos e juros sobre o capital próprio.

Outras despesas operacionais	Exercício/2018	Exercício/2017	Exercício/2016
Constituição de perdas em outros ativos	(1.519.100)	(219.953)	(316.455)
Atualização de obrigações atuariais	(1.309.718)	(1.410.216)	(1.582.342)
Bônus de relacionamento negocial	(1.024.241)	(1.066.532)	(698.371)
Atualização de obrigações fiscais objeto de discussão judicial	(695.333)	(1.026.713)	(1.365.510)
Despesa de Ajuste ao Valor Recuperável do Ágio	(591.582)	-	(47.510)
Falhas em serviço e perdas operacionais	(466.526)	(294.300)	(205.872)
Remuneração de correspondentes bancários	(436.132)	(462.180)	(402.756)
Remuneração pelas transações do Banco Postal ⁽¹⁾	(202.832)	(236.936)	(1.175.948)
Prêmio de seguro de vida – crédito direto ao consumidor	(128.848)	(132.000)	(159.691)
Atualização de recursos ao Tesouro Nacional	(87.544)	(72.473)	(93.888)
Comissões por recebimento de créditos	(77.347)	(67.795)	(68.620)
Atualização de valores a liberar	(49.461)	(46.653)	(69.516)
Despesa de ajuste ao valor recuperável do imobilizado	(44.404)	(12.189)	(13.482)
Obrigações por operações vinculadas a cessão	(40.466)	(54.015)	(64.653)
(Constituição)/Reversão de perdas por desvalorização de valores e bens	(30.263)	34.693	(3.735)
Credenciamento do uso do Sisbacen	(22.468)	(20.520)	(21.990)
Despesas com Proagro	(3.421)	(23.186)	(38.922)
Ganhos/(perdas) de capital	144.590	326.829	(75.569)
Outras	(1.028.026)	(645.048)	(943.814)
Total	(7.613.122)	(5.429.187)	(7.348.644)

(1) Despesas oriundas da parceria entre o Banco do Brasil e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ECT, pela utilização da rede Banco Postal.

13 – DESPESAS COM PESSOAL

	Exercício/2018	Exercício/2017	Exercício/2016
Proventos	(11.506.124)	(11.174.867)	(13.747.010)
Encargos sociais	(3.895.150)	(3.957.025)	(4.075.749)
Benefícios	(3.052.718)	(3.021.203)	(2.808.033)
Participação nos lucros ⁽¹⁾	(1.639.891)	(1.422.159)	(1.015.628)
Previdência complementar	(877.804)	(874.807)	(853.203)
Treinamentos	(72.659)	(64.030)	(66.705)
Honorários de diretores e conselheiros	(48.275)	(45.934)	(49.181)
Total	(21.092.621)	(20.560.025)	(22.615.509)

(1) Inclui o montante de R\$ 8.127 mil no Exercício/2018 (R\$ 12.190 mil no Exercício/2017 e R\$ 12.190 mil no Exercício/2016) relativo ao programa de pagamento baseado em ações para a Diretoria Executiva (Nota 37.I).

14 – DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercício/2018	Exercício/2017	Exercício/2016
Aluguéis e arrendamentos operacionais	(1.358.988)	(1.565.351)	(1.449.876)
Serviços de vigilância e segurança	(1.168.612)	(1.240.640)	(1.240.053)
Transporte	(965.800)	(1.073.546)	(1.091.907)
Serviços contratados de terceiros	(889.344)	(833.644)	(346.153)
Gastos com comunicações	(836.096)	(999.457)	(830.324)
Manutenção e conservação de bens	(733.206)	(726.275)	(921.496)
Serviços técnicos especializados	(531.255)	(581.552)	(454.827)
Água, energia e gás	(509.093)	(491.613)	(534.835)
Propaganda e publicidade	(413.790)	(392.218)	(317.599)
Processamento de dados	(406.639)	(361.751)	(325.651)
Promoções e relações públicas	(174.681)	(177.408)	(245.838)
Viagens	(127.048)	(115.102)	(101.223)
Material de escritório e similar	(104.166)	(113.012)	(119.373)
Contribuições filantrópicas	(62.466)	(66.507)	(82.986)
Outras	(1.099.847)	(544.212)	(886.160)
Total	(9.381.031)	(9.282.288)	(8.948.301)

15 – CLASSIFICAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

A tabela seguinte fornece uma conciliação entre os itens do balanço patrimonial e as categorias de instrumentos financeiros.

Classificação dos ativos e passivos financeiros conforme IFRS 9

Saldo em 31.12.2018	Nota	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Custo amortizado	Total
Ativo					
Caixa e depósitos bancários	[16]	-	-	13.601.194	13.601.194
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	[17]	-	-	59.115.355	59.115.355
Empréstimos a instituições financeiras líquidos	[18]	-	-	34.371.719	34.371.719
Aplicações em operações compromissadas	[19]	-	-	386.874.200	386.874.200
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	[20]	6.877.619	-	-	6.877.619
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	[21]	-	119.753.019	-	119.753.019
Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado	[22]	-	-	24.180.318	24.180.318
Empréstimos a clientes líquidos	[23]	-	-	601.660.512	601.660.512
Total		6.877.619	119.753.019	1.119.803.298	1.246.433.936
Passivo					
Depósitos de clientes	[31]	-	-	452.368.176	452.368.176
Valores a pagar a instituições financeiras	[32]	-	-	34.073.439	34.073.439
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	[20]	809.301	-	-	809.301
Obrigações por operações compromissadas	[33]	-	-	402.901.202	402.901.202
Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e outras obrigações	[34]	-	-	311.764.912	311.764.912
Total		809.301	-	1.201.107.729	1.201.917.030

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Saldo em 01.01.2018	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Custo amortizado	Total
Ativo				
Caixa e depósitos bancários	-	-	13.471.112	13.471.112
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	-	-	69.081.139	69.081.139
Empréstimos a instituições financeiras líquidos	-	-	35.094.300	35.094.300
Aplicações em operações compromissadas	-	-	348.186.760	348.186.760
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	8.453.138	-	-	8.453.138
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	119.590.117	-	119.590.117
Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado	-	-	10.537.807	10.537.807
Empréstimos a clientes líquidos	-	-	585.057.274	585.057.274
Total	8.453.138	119.590.117	1.061.428.392	1.189.471.647
Passivo				
Depósitos de clientes	-	-	426.076.603	426.076.603
Valores a pagar a instituições financeiras	-	-	24.649.124	24.649.124
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	789.887	-	-	789.887
Obrigações por operações compromissadas	-	-	376.242.695	376.242.695
Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e outras obrigações	-	-	337.982.290	337.982.290
Total	789.887	-	1.164.950.712	1.165.740.599

Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Notas Explicativas

Exercício 2018

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Classificação dos ativos e passivos financeiros conforme IAS 39

Saldo em 31.12.2017	Nota	Mantido para negociação	Disponível para venda	Mantido até o vencimento	Empréstimos e recebíveis ⁽¹⁾	Outros – Custo amortizado	Total
Ativo							
Caixa e depósitos bancários	[16]	-	-	-	13.471.112	-	13.471.112
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	[17]	-	-	-	69.081.139	-	69.081.139
Empréstimos a instituições financeiras líquidos	[18]	-	-	-	35.116.862	-	35.116.862
Aplicações em operações compromissadas	[19]	-	-	-	348.186.760	-	348.186.760
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	[20]	8.453.138	-	-	-	-	8.453.138
Ativos financeiros disponíveis para venda	[21]	-	120.214.877	-	-	-	120.214.877
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	[22]	-	-	10.457.429	-	-	10.457.429
Empréstimos a clientes líquidos	[23]	-	-	-	585.190.941	-	585.190.941
Total		8.453.138	120.214.877	10.457.429	1.051.046.814	-	1.190.172.258
Passivo							
Depósitos de clientes	[31]	-	-	-	-	426.076.603	426.076.603
Valores a pagar a instituições financeiras	[32]	-	-	-	-	24.649.124	24.649.124
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	[20]	789.887	-	-	-	-	789.887
Obrigações por operações compromissadas	[33]	-	-	-	-	376.242.695	376.242.695
Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e outras obrigações	[34]	-	-	-	-	337.982.290	337.982.290
Total		789.887	-	-	-	1.164.950.712	1.165.740.599

(1) Inclui o saldo de Caixa e equivalentes de caixa (Nota 16).

16 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2018	31.12.2017
Caixa e depósitos bancários	13.601.194	13.471.112
Disponibilidades em moeda nacional	7.267.008	8.744.588
Disponibilidades em moeda estrangeira	6.334.186	4.726.524
Aplicações interfinanceiras de liquidez ⁽¹⁾	46.704.009	33.703.045
Aplicações em depósitos interfinanceiros	24.543.232	22.121.240
Aplicações no mercado aberto – vendas a liquidar – posição bancada	22.160.777	11.581.805
Total de caixa e equivalentes de caixa	60.305.203	47.174.157

(1) Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias.

17 – DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL

	31.12.2018	31.12.2017
Com remuneração	48.894.248	57.336.471
Sem remuneração ⁽¹⁾	10.221.107	11.744.668
Total	59.115.355	69.081.139

(1) Recolhimento compulsório sobre depósitos à vista no Brasil, referentes ao saldo mínimo que as instituições financeiras são obrigadas a manter no Banco Central do Brasil, com base em um percentual de depósitos recebidos de terceiros, considerados como recursos de uso restrito.

18 – EMPRÉSTIMOS A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

	31.12.2018	31.12.2017
Aplicações em depósitos interfinanceiros	28.215.642	24.836.568
Perdas esperadas em aplicações em depósitos interfinanceiros	(30.517)	-
Carteiras de crédito adquiridas com coobrigação do cedente	6.191.162	10.280.294
Perdas esperadas em carteiras de crédito adquiridas com coobrigação do cedente	(4.568)	-
Total	34.371.719	35.116.862

Movimentação das perdas esperadas

	Saldo em 01.01.2018 ⁽¹⁾	(Constituição)/ Reversão	Saldo em 31.12.2018
Perdas esperadas em aplicações em depósitos interfinanceiros	(12.014)	(18.503)	(30.517)
Perdas esperadas em carteiras de crédito adquiridas com coobrigação do cedente	(10.548)	5.980	(4.568)
Total	(22.562)	(12.523)	(35.085)

(1) Saldo inicial em 01.01.2018, ajustado para refletir os impactos da adoção da IFRS 9.

19 – APLICAÇÕES EM OPERAÇÕES COMPROMISSADAS

	31.12.2018	31.12.2017
Re vendas a liquidar – posição bancada	22.177.706	11.647.612
Letras Financeiras do Tesouro	20.804.199	10.813.722
Notas do Tesouro Nacional	915.411	-
Letras do Tesouro Nacional	-	612.933
Outros títulos	458.096	220.957
Re vendas a liquidar – posição financiada ⁽¹⁾	364.696.494	336.539.148
Letras Financeiras do Tesouro	316.683.932	333.060.713
Letras do Tesouro Nacional	32.654.881	3.016.349
Notas do Tesouro Nacional	14.086.367	-
Outros títulos	1.273.069	462.086
Perda esperada em outros títulos	(1.755)	-
Total	386.874.200	348.186.760

(1) Refere-se a aplicações em operações compromissadas efetuadas e repassadas a outros tomadores, com obrigação de recompra. Os passivos correspondentes a estas operações encontram-se evidenciados na Nota 33, subgrupo carteira de terceiros.

Movimentação das perdas esperadas

	Saldo em 01.01.2018 ⁽¹⁾	Constituição	Saldo em 31.12.2018
Perda esperada em outros títulos	(142)	(1.613)	(1.755)

(1) Saldo inicial em 01.01.2018, ajustado para refletir os impactos da adoção da IFRS 9.

20 – ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO**a) Títulos e valores mobiliários****Valor justo dos ativos financeiros**

Saldo em 31.12.2018	Custo	Ganhos/(Perdas)	Valor Justo
Instrumentos de dívida	5.579.304	486.930	6.066.234
Títulos de governos estrangeiros	2.608.921	351.779	2.960.700
Títulos públicos federais brasileiros	2.094.161	41.135	2.135.296
Aplicações em fundos mútuos de investimento	659.808	104.601	764.409
Títulos emitidos por empresas não financeiras	130.191	(10.327)	119.864
Títulos emitidos por empresas financeiras	57.600	(163)	57.437
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	28.623	(95)	28.528
Instrumentos de patrimônio	110.602	17.621	128.223
Ações negociáveis	110.602	17.621	128.223
Total	5.689.906	504.551	6.194.457

Saldo em 31.12.2017	Custo	Ganhos/(Perdas)	Valor Justo
Instrumentos de dívida	7.450.823	284.407	7.735.230
Títulos de governos estrangeiros	2.779.693	171.913	2.951.606
Títulos públicos federais brasileiros	2.885.616	19.170	2.904.786
Aplicações em fundos mútuos de investimento	1.292.064	108.800	1.400.864
Títulos emitidos por empresas não financeiras	477.052	(15.268)	461.784
Títulos emitidos por empresas financeiras	8.473	(142)	8.331
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	7.925	(66)	7.859
Instrumentos de patrimônio	34.776	28.213	62.989
Ações negociáveis	34.776	28.213	62.989
Total	7.485.599	312.620	7.798.219

Valor justo dos ativos financeiros vinculados a:

	31.12.2018	31.12.2017
Prestação de garantia	27.835	39.630
Compromissos de recompra	76.101	174.710
Total	103.936	214.340

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado que se encontram vinculados à prestação de garantias referem-se principalmente a títulos públicos federais que estão depositados como margem de garantia nas operações envolvendo derivativos, troca de títulos e troca de moedas na *clearing* da B3 (BM&FBOVESPA e Cetip), bem como garantindo as operações envolvendo ações na *clearing* da Câmara Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC).

Nos períodos informados não foram reclassificados ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

b) Derivativos**Instrumentos financeiros derivativos ativos**

Saldo em 31.12.2018	Custo	Ganhos/(Perdas)	Valor Justo
Operações a termo	275.526	29.326	304.852
Swaps	204.028	34.020	238.048
Opções	3.491	1.690	5.181
Outros ⁽¹⁾	215.389	(80.308)	135.081
Total	698.434	(15.272)	683.162

Saldo em 31.12.2017	Custo	Ganhos/(Perdas)	Valor Justo
Operações a termo	102.043	25.835	127.878
Swaps	398.493	(11.573)	386.920
Opções	139.007	(15.450)	123.557
Outros ⁽¹⁾	19.454	(2.890)	16.564
Total	658.997	(4.078)	654.919

(1) Referem-se, essencialmente, a contratos a termo de moeda sem entrega física, apenas com liquidação financeira (*Non Deliverable Forward*).

Instrumentos financeiros derivativos passivos

Saldo em 31.12.2018	Custo	Ganhos/(Perdas)	Valor Justo
Swaps	(80.336)	(371.964)	(452.300)
Operações a termo	(355.024)	41.297	(313.727)
Opções	(15.282)	(4.451)	(19.733)
Outros	(8.709)	(14.832)	(23.541)
Total	(459.351)	(349.950)	(809.301)

Saldo em 31.12.2017	Custo	Ganhos/(Perdas)	Valor Justo
Swaps	(406.918)	(60.605)	(467.523)
Operações a termo	(304.303)	71.735	(232.568)
Opções	(20.645)	1.034	(19.611)
Outros	(45.127)	(25.058)	(70.185)
Total	(776.993)	(12.894)	(789.887)

Os derivativos são instrumentos financeiros que atendem cumulativamente às seguintes características:

- (i) seus valores se alteram em decorrência das mudanças de uma variável subjacente (taxa de câmbio, taxa de juros, índices de preços, preço de uma *commodity* etc.);
- (ii) não é necessário qualquer desembolso inicial ou o desembolso inicial é menor do que seria exigido para outros tipos de contratos onde seria esperada uma resposta semelhante às mudanças nos fatores de mercado; e
- (iii) o instrumento financeiro é liquidado numa data futura.

Os instrumentos financeiros derivativos detidos ou mantidos pelo Banco são, essencialmente, transacionados com o propósito de negociação, sendo essas transações associadas, em sua maior parte, a acordos com seus clientes. O Banco pode também tomar posições com a expectativa de lucro, levando-se em consideração variações favoráveis em preços, taxas ou índices.

Dessa forma, o Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar, de forma consolidada, suas posições e atender às necessidades dos seus clientes, classificando as posições próprias em destinadas a hedge e negociação, ambas com limites e alçadas no Banco. A estratégia de hedge das posições patrimoniais está em consonância com as análises macroeconômicas e é aprovada pelo Conselho Diretor.

O Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos compatíveis com os objetivos definidos, observando a melhor relação risco e retorno e considerando o cenário econômico. São consideradas, na gestão dos riscos dos instrumentos financeiros derivativos, as diversas categorias de riscos e adotada a visão consolidada dos diferentes fatores de riscos.

O Banco avalia a liquidez dos instrumentos financeiros derivativos e identifica, previamente, meios de reversão das posições. Utilizam-se sistemas e processos que permitem o registro, o acompanhamento e o controle das operações com instrumentos financeiros derivativos.

No mercado de opções, as posições ativas ou compradas têm o Banco como titular, enquanto as posições passivas ou vendidas têm o Banco como lançador.

Os principais riscos inerentes aos instrumentos financeiros derivativos, decorrentes dos negócios do Banco e de suas controladas são os de crédito, mercado, liquidez e operacional, sendo o processo de gestão apresentado na Nota 41.

Os modelos utilizados no gerenciamento dos riscos com derivativos são revistos periodicamente e as tomadas de decisões observam a melhor relação risco/retorno, estimando possíveis perdas com base na análise de cenários macroeconômicos.

O Banco conta com ferramentas e sistemas adequados ao gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos. A negociação de novos derivativos, padronizados ou não, é condicionada à prévia análise de risco.

As estratégias de posicionamento respeitam os limites de alçada e exposição a risco estabelecidos. Os posicionamentos são reavaliados diariamente e no início de cada dia é realizada uma avaliação das estratégias e desempenhos.

As estratégias são elaboradas com base em: análise de cenários econômicos; análise técnica (gráfica) e análise fundamentalista; simulação de resultados esperados; simulação de valor em risco (VaR, EVE, Estresse).

O Banco realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para hedge de posições próprias, para atendimento às necessidades dos clientes e para tomada de posições intencionais, segundo limites, alçadas e procedimentos previamente estabelecidos.

Os objetivos a serem alcançados com as operações de hedge são definidos de forma consolidada, garantida a efetividade de cada operação e observadas as regulamentações de cada jurisdição. Utilizam-se mecanismos de avaliação e acompanhamento da efetividade das operações de hedge com vistas a compensar efeitos da variação no valor de mercado ou no fluxo de caixa do item objeto de hedge.

O Banco documenta a identificação do item objeto de hedge das operações realizadas com a finalidade de compensar seus riscos desde a sua concepção.

A avaliação do risco das controladas é feita individualmente e o gerenciamento de forma consolidada.

O Banco utiliza metodologias estatísticas e simulação para mensurar os riscos de suas posições, inclusive em derivativos, utilizando modelos de valor em risco (VaR), de sensibilidade e análise de estresse.

O VaR é utilizado para estimar a perda potencial sob condições rotineiras no mercado, dimensionada diariamente em valores monetários, considerando um intervalo de confiança de 99,21%, horizonte temporal de 10 dias e série histórica de 252 dias úteis.

Para cálculo do VaR, o Banco utiliza a metodologia de Simulação Histórica, que assume a hipótese de que o comportamento retrospectivo dos retornos observados (histórico) dos fatores de risco constitui-se em informação relevante para a mensuração dos riscos de mercado.

Os quadros a seguir demonstram a composição da carteira de derivativos por tipo de risco com seus valores de referência, assim como os seus respectivos valores de mercado, e a composição da carteira de derivativos por prazos de vencimento de seus valores de referência.

c) Composição da carteira de derivativos para negociação por tipo de risco

Contratos de futuros	31.12.2018	31.12.2017
	Valor de referência	Valor de referência
Compromissos de compra	5.629.726	5.629.177
Risco de taxa de juros	3.139.411	3.924.393
Risco de moedas	2.465.529	1.695.165
Outros riscos	24.786	9.619
Compromissos de venda	14.801.489	12.138.777
Risco de taxa de juros	14.362.084	10.774.927
Risco de moedas	320.925	1.321.124
Outros riscos	118.480	42.726

Os contratos de futuros são acordos contratuais em que comprador e vendedor se comprometem a comprar ou vender um instrumento financeiro por um preço estipulado, numa data futura. Os contratos de futuros são negociados somente em bolsas e de forma padronizada, conforme regulamentação específica, tendo seus valores ajustados diariamente a valor de mercado e são sujeitos a depósitos de margem em caixa para garantia das operações.

Contratos de operações a termo	31.12.2018		31.12.2017	
	Valor de referência	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de mercado
Posição ativa	8.172.801	304.852	6.180.063	127.878
Risco de taxa de juros	13.390	13.390	1.057	1.057
Risco de moedas	8.074.401	281.038	6.136.946	120.745
Outros riscos	85.010	10.424	42.060	6.076
Posição passiva	7.212.413	(313.727)	5.333.287	(232.568)
Risco de taxa de juros	(13.390)	(13.390)	1.057	(1.057)
Risco de moedas	7.142.788	(289.313)	5.266.052	(228.765)
Outros riscos	83.015	(11.024)	66.178	(2.746)

Os contratos de operações a termo são acordos contratuais customizados em que o comprador e o vendedor se comprometem a comprar ou vender, em data futura, um instrumento financeiro, a um preço fixado na própria data da celebração do contrato. Os contratos a termo somente são liquidados integralmente na data de vencimento, podendo ser negociados em bolsa e no mercado de balcão.

Contratos de opções	31.12.2018		31.12.2017	
	Valor de referência	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de mercado
Posição comprada	356.795	5.181	125.664	123.557
Risco de taxa de juros	263.800	2.425	-	-
Risco de moedas	92.995	2.756	1.488	73
Outros riscos	-	-	124.176	123.484
Posição vendida	718.862	(19.733)	390.784	(19.611)
Risco de taxa de juros	434.250	(4.667)	207.308	(2.273)
Risco de moedas	189.192	(4.226)	15.954	(758)
Outros riscos	95.420	(10.840)	167.522	(16.580)

Os contratos de opções são acordos contratuais que oferecem o direito para o comprador da opção, mediante pagamento de um prêmio ao vendedor, de comprar ou vender um montante específico de um instrumento financeiro a um preço fixo, em uma data futura fixa ou a qualquer data dentro de um período predeterminado. O Banco compra e vende opções por meio de um mercado regulamentado.

Contratos de swap	31.12.2018		31.12.2017	
	Valor de referência	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de mercado
Posição ativa	9.804.366	238.048	7.261.065	386.920
Risco de taxa de juros	2.252.073	125.361	1.768.338	143.415
Risco de moedas	7.552.293	112.687	5.492.727	243.505
Posição passiva	7.351.207	(452.300)	6.610.242	(467.475)
Risco de taxa de juros	1.933.794	(68.232)	1.470.941	(104.863)
Risco de moedas	5.417.413	(384.068)	4.940.410	(353.208)
Outros riscos	-	-	198.891	(9.404)

Os contratos de swap são acordos contratuais entre duas partes para trocar fluxos de pagamentos ao longo do tempo baseado em valores de referência específicos, relacionados a variações de um índice específico do qual é derivado, tais como taxa de juros, variação cambial ou índices patrimoniais.

Os swaps de taxa de juros são contratos feitos pelo Banco com outras instituições financeiras em que o Banco recebe ou paga uma taxa variável de juros em troca do recebimento ou pagamento, respectivamente, de uma taxa fixa de juros.

Nos swaps de moedas, o Banco paga um montante específico de um tipo de moeda e recebe um montante específico de outro tipo de moeda.

Outros contratos de derivativos	31.12.2018		31.12.2017	
	Valor de referência	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de mercado
Posição ativa	5.496.867	135.081	669.542	16.564
Risco de moedas	5.496.867	135.081	669.542	16.564
Posição passiva	3.739.922	(23.541)	4.063.593	(70.233)
Risco de moedas	3.739.922	(23.541)	4.063.593	(70.233)

Os outros contratos derivativos referem-se, essencialmente, a contratos a termo de moeda sem entrega física, apenas com liquidação financeira (*Non Deliverable Forward*). O NDF é operado em mercado de balcão e tem como objeto a taxa de câmbio de uma determinada moeda.

d) Composição da carteira de derivativos para negociação por prazo de vencimento

Valor de referência – posição ativa	Vencimento em dias				31.12.2018	31.12.2017
	0-30	31-180	181-360	Após 360		
Contratos de swap	1.979.195	3.338.137	2.435.460	2.051.574	9.804.366	7.261.065
Contratos de operações a termo	2.406.346	4.536.047	1.041.130	189.278	8.172.801	6.180.063
Contratos de futuros	1.575.757	2.896.694	728.351	428.924	5.629.726	5.629.177
Contratos de opções	263.800	77.496	11.624	3.875	356.795	125.664
Outros contratos de derivativos	1.857.581	1.429.806	2.207.603	1.877	5.496.867	669.542

Valor de referência – posição passiva	Vencimento em dias				31.12.2018	31.12.2017
	0-30	31-180	181-360	Após 360		
Contratos de swap	2.046.715	930.459	1.326.516	3.047.517	7.351.207	6.610.242
Contratos de operações a termo	2.527.018	3.502.672	936.622	246.101	7.212.413	5.333.287
Contratos de futuros	185.555	3.289.154	5.996.990	5.329.790	14.801.489	12.138.777
Contratos de opções	341.896	161.865	45.426	169.675	718.862	390.784
Outros contratos de derivativos	1.052.775	2.389.509	295.848	1.790	3.739.922	4.063.593

e) Composição da carteira de derivativos para hedge

Como parte do seu processo de gerenciamento de ativos e passivos, o Banco utiliza derivativos com o propósito de proteção, para reduzir sua exposição aos riscos de crédito e mercado.

O Banco utiliza um *swap* (*Cross Currency Interest Rate Swap*) como instrumento de *hedge*, com o objetivo de proteger uma captação externa contra oscilações de taxa de juros e de variação cambial. Em 31.12.2017, o BB Investimentos utilizou contrato de opções para compensar os riscos decorrentes das variações de mercado de ações.

	31.12.2018	31.12.2017
Instrumentos de hedge		
Ativo	-	123.483
Opções	-	123.483
Passivo	(92.201)	-
Swap	(92.201)	-
Itens objeto de hedge		
Ativo	664.473	36.993
Empréstimos a instituições financeiras	664.473	-
Ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	N/A
Ativo financeiro disponível para venda	N/A	36.993
Passivo	(499.122)	-
Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e outras obrigações	(499.122)	-

21 – ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

Saldo em 31.12.2018	Custo	Ganhos/(Perdas)	Perdas Esperadas	Valor Justo
Instrumentos de dívida	121.377.300	(461.748)	(1.210.085)	119.705.467
Títulos públicos federais brasileiros	84.392.512	108.746	-	84.501.258
Títulos emitidos por empresas não financeiras	26.299.137	(935.284)	(947.624)	24.416.229
Títulos de governos estrangeiros	4.301.839	(85.706)	-	4.216.133
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	3.728.554	(28.079)	-	3.700.475
Fundos mútuos de investimento	1.978.092	350.485	(81)	2.328.496
Títulos emitidos por empresas financeiras	677.166	128.090	(262.380)	542.876
Instrumentos de patrimônio	49.626	(2.074)	-	47.552
Ações negociáveis	49.626	(2.074)	-	47.552
Total	121.426.926	(463.822)	(1.210.085)	119.753.019

Saldo em 31.12.2017	Custo	Ganhos/(Perdas)	Valor Justo
Instrumentos de dívida	121.095.260	(1.084.360)	120.010.900
Títulos públicos federais brasileiros	84.479.750	989.936	85.469.686
Títulos emitidos por empresas não financeiras	24.595.750	(1.826.392)	22.769.358
Títulos de governos estrangeiros	5.809.615	(72.393)	5.737.222
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	3.330.329	159.530	3.489.859
Fundos mútuos de investimento	2.000.622	(193.330)	1.807.292
Títulos emitidos por empresas financeiras	879.194	(141.711)	737.483
Instrumentos de patrimônio	190.585	13.392	203.977
Ações negociáveis	190.585	13.392	203.977
Total	121.285.845	(1.070.968)	120.214.877

Movimentação das perdas esperadas:

	Saldo em 01.01.2018 ⁽¹⁾	(Constituição) / Reversão	Baixas	Saldo em 31.12.2018
Perdas esperadas				
Títulos emitidos por empresas não financeiras	(763.106)	(495.002)	310.484	(947.624)
Títulos emitidos por empresas financeiras	(290.053)	27.672	1	(262.380)
Fundos mútuos de investimento	(305)	42	182	(81)
Total	(1.053.464)	(467.288)	310.667	(1.210.085)

(1) Saldo inicial em 01.01.2018, ajustado para refletir os impactos da adoção da IFRS 9.

Valor justo dos ativos financeiros vinculados a:

	31.12.2018	31.12.2017
Compromissos de recompra	36.465.497	30.997.903
Prestação de garantia	3.461.090	1.571.698
Total	39.926.587	32.569.601

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes que se encontram vinculados à prestação de garantias referem-se principalmente a títulos públicos federais que estão depositados como margem de garantia nas operações envolvendo derivativos, troca de títulos e troca de moedas na clearing da B3 (BM&FBOVESPA e Cetip), bem como garantindo as operações envolvendo ações na clearing da Câmara Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC).

Nos períodos encerrados em 31.12.2018 e 31.12.2017 não foram reclassificados ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

22 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS AO CUSTO AMORTIZADO

	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	31.12.2018
Instrumentos de dívida					
Títulos emitidos por empresas não financeiras	2.785.692	9.496.498	1.913.465	1.935.638	16.131.293
Títulos públicos federais brasileiros	1.982.274	3.198.713	-	-	5.180.987
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	-	-	2.042.897	-	2.042.897
Títulos emitidos por empresas financeiras	-	493.531	365.033	8.128	866.692
Títulos emitidos por governos estrangeiros	-	218.895	293.367	-	512.262
Perdas esperadas em títulos e valores mobiliários	(86.102)	(324.420)	(82.981)	(60.310)	(553.813)
Total	4.681.864	13.083.217	4.531.781	1.883.456	24.180.318

	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	31.12.2017
Instrumentos de dívida					
Títulos emitidos por empresas não financeiras	-	2.506.288	4.784.570	1.989.506	9.280.364
Títulos emitidos por empresas financeiras	474.364	-	385.746	13.836	873.946
Títulos emitidos por governos estrangeiros	3.510	104.406	177.101	-	285.017
Títulos públicos federais brasileiros	18.102	-	-	-	18.102
Total	495.976	2.610.694	5.347.417	2.003.342	10.457.429

Movimentação das perdas esperadas:

	Saldo em 01.01.2018 ⁽¹⁾	(Constituição)/ Reversão	Baixas	Saldo em 31.12.2018
Perdas esperadas				
Títulos emitidos por empresas não financeiras	(478.889)	(26.788)	7.083	(498.594)
Títulos emitidos por empresas financeiras	(56.799)	5.424	-	(51.375)
Títulos emitidos por governos estrangeiros	(10.975)	7.131	-	(3.844)
Total	(546.663)	(14.233)	7.083	(553.813)

(1) Saldo inicial em 01.01.2018, ajustado para refletir os impactos da adoção da IFRS 9.

Nos períodos encerrados em 31.12.2018 e 31.12.2017 não foram reclassificados instrumentos financeiros da categoria títulos e valores mobiliários ao custo amortizado.

23 – EMPRÉSTIMOS A CLIENTES**a) Carteira por modalidades**

	31.12.2018	31.12.2017
Operações de crédito	581.003.264	578.983.553
Empréstimos e direitos creditórios descontados ⁽¹⁾	205.679.216	200.537.158
- Pessoas jurídicas	96.094.082	97.734.813
- Pessoas físicas	109.585.134	102.802.345
Financiamentos ⁽²⁾	126.763.665	136.566.782
- Pessoas jurídicas	121.965.134	131.088.144
- Pessoas físicas	4.798.531	5.478.638
Financiamentos rurais e agroindustriais	191.791.796	186.667.590
- Pessoas jurídicas	39.296.920	43.463.029
- Pessoas físicas	152.494.876	143.204.561
Financiamentos imobiliários	56.363.519	54.715.861
- Pessoas jurídicas	6.753.868	10.339.493
- Pessoas físicas	49.609.651	44.376.368
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	-	106
- Pessoas jurídicas	-	106
Operações de crédito vinculadas a cessões com retenção substancial de riscos	405.068	496.056
- Pessoas físicas	405.068	496.056
Outros créditos com características de concessão de crédito	52.129.599	42.130.628
Operações com cartão de crédito	28.079.268	25.296.513
- Pessoas jurídicas	1.082.182	979.709
- Pessoas físicas	26.997.086	24.316.804
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	18.974.290	15.564.206
- Pessoas jurídicas	18.948.232	15.547.029
- Pessoas físicas	26.058	17.177
Aquisição de recebíveis de cartão ⁽³⁾	4.064.247	-
- Pessoas jurídicas	4.064.247	-
Avais e fianças honrados	362.737	601.739
- Pessoas jurídicas	362.737	601.739
Outros	649.057	668.170
- Pessoas jurídicas	647.474	666.049
- Pessoas físicas	1.583	2.121
Operações de arrendamento mercantil	233.714	398.557
- Pessoas jurídicas	220.773	370.915
- Pessoas físicas	12.941	27.642
Total dos empréstimos a clientes	633.366.577	621.512.738
(Perdas esperadas em empréstimos a clientes) ⁽⁴⁾	(31.706.065)	(36.321.797)
(Perdas esperadas em operações de crédito)	(30.449.791)	(35.575.193)
(Perdas esperadas em outros créditos)	(1.246.318)	(727.582)
(Perdas esperadas em arrendamento mercantil)	(9.956)	(19.022)
Total de empréstimos a clientes líquidos	601.660.512	585.190.941

(1) O saldo de "Empréstimos e direitos creditórios descontados" a pessoas jurídicas é composto principalmente por operações de capital de giro e desconto de recebíveis. O saldo de "Empréstimos e direitos creditórios descontados" a pessoas físicas é composto principalmente por empréstimos pessoais (crédito direto ao consumidor e cheque especial) e operações com cartão de crédito (crédito rotativo).

(2) O saldo de "Financiamentos" a pessoas jurídicas é composto principalmente por operações de financiamentos à importação e exportação e outros financiamentos de médio prazo com recursos oriundos de repasses. O saldo de "Financiamentos" a pessoas físicas é composto principalmente por financiamentos de veículos.

(3) Saldo em 31.12.2017 classificado em "Outros ativos – Títulos e créditos a receber".

(4) Em 31.12.2018, a perda foi apurada conforme os requerimentos da IFRS 9, baseada no modelo de perda esperada (em 31.12.2017 a perda foi apurada conforme os requerimentos da IAS 39, com base no conceito de perda incorrida).

b) Carteira por setores de atividade econômica

	31.12.2018	%	31.12.2017	%
Setor público	75.047.238	11,8%	75.590.190	12,2%
Administração pública	45.139.798	7,1%	40.996.755	6,6%
Petroleiro	21.010.203	3,3%	24.268.133	3,9%
Energia elétrica	6.755.892	1,1%	7.995.710	1,3%
Serviços	815.804	0,1%	1.029.696	0,2%
Demais atividades	1.325.541	0,2%	1.299.896	0,2%
Setor privado	558.319.339	88,2%	545.922.548	87,8%
Pessoas físicas	343.930.928	54,3%	320.721.711	51,6%
Pessoas jurídicas	214.388.411	33,9%	225.200.837	36,2%
Agronegócio de origem vegetal	33.339.396	5,3%	30.299.442	4,9%
Mineração e metalurgia	20.574.106	3,2%	24.665.949	4,0%
Serviços	17.494.972	2,8%	17.295.587	2,8%
Transportes	16.942.530	2,7%	17.476.891	2,8%
Automotivo	15.305.785	2,4%	16.825.384	2,7%
Agronegócio de origem animal	15.021.837	2,4%	13.787.041	2,2%
Imobiliário	10.849.172	1,7%	14.144.187	2,3%
Combustíveis	10.060.179	1,6%	9.527.219	1,5%
Comércio varejista	9.044.807	1,4%	9.822.143	1,6%
Energia elétrica	7.823.963	1,2%	10.288.037	1,7%
Insumos agrícolas	7.733.919	1,2%	7.137.499	1,1%
Atividades específicas da construção	7.096.961	1,1%	7.519.681	1,2%
Instituições e serviços financeiros	5.958.044	1,0%	5.386.983	0,9%
Comércio atacadista e indústrias diversas	5.846.187	0,9%	5.675.124	0,9%
Químico	5.785.012	0,9%	5.529.388	0,9%
Eletroeletrônico	5.723.033	0,9%	5.525.156	0,9%
Têxtil e confecções	5.608.085	0,9%	6.100.345	1,0%
Papel e celulose	4.102.069	0,6%	3.926.883	0,6%
Madeireiro e moveleiro	3.674.811	0,6%	4.085.707	0,7%
Construção pesada	2.501.379	0,4%	3.173.504	0,4%
Telecomunicações	1.709.995	0,3%	4.097.668	0,6%
Demais atividades	2.192.169	0,4%	2.911.019	0,4%
Total dos empréstimos a clientes	633.366.577	100,0%	621.512.738	100,0%

c) Escalonamento dos empréstimos a clientes por prazos de vencimento

Os empréstimos concedidos pelo Banco são majoritariamente de natureza parcelada, com pagamentos de encargos financeiros e principal em base mensal, trimestral, semestral ou anual. A tabela a seguir apresenta o saldo contábil das parcelas de operações de crédito vincendas e vencidas, de acordo com os prazos pactuados. Para os empréstimos liquidados em uma única parcela, o saldo total da operação de crédito é apresentado na data de vencimento.

	31.12.2018	31.12.2017
Parcelas vincendas		
01 a 30 dias	45.437.291	42.046.604
31 a 60 dias	25.834.609	23.076.236
61 a 90 dias	17.626.591	22.561.033
91 a 180 dias	57.735.723	48.960.073
181 a 360 dias	88.289.866	83.917.914
361 a 1080 dias	147.138.366	160.844.935
1081 a 1800 dias	94.710.480	89.379.424
Acima de 1800 dias	146.633.621	139.664.070
Demais ⁽¹⁾	426.573	396.586
Subtotal	623.833.120	610.846.875
Parcelas vencidas		
01 a 14 dias	2.781.958	2.378.327
15 a 30 dias	437.879	597.415
31 a 60 dias	731.815	1.046.991
61 a 90 dias	634.416	837.623
91 a 180 dias	1.375.177	2.073.818
181 a 360 dias	2.055.686	2.854.416
Acima de 360 dias	1.516.526	877.273
Subtotal	9.533.457	10.665.863
Total	633.366.577	621.512.738

(1) Operações com risco de terceiros vinculadas a fundos e programas governamentais, principalmente Pronaf, Procefa, FAT, BNDES e FCO. Inclui o valor das parcelas vencidas no total de R\$ 41.298 mil, que obedecem as regras definidas em cada programa para ressarcimento junto aos gestores dos fundos, não implicando em risco de crédito para o Banco.

d) Carteira de arrendamento mercantil financeiro por prazos de vencimento

	31.12.2018			31.12.2017		
	Pagamentos mínimos	Juros a apropriar	Valor presente	Pagamentos mínimos	Juros a apropriar	Valor presente
Até um ano ⁽¹⁾	144.055	(30.283)	113.772	220.949	(37.348)	183.601
Entre um e cinco anos	151.841	(31.920)	119.921	258.358	(43.671)	214.687
Após cinco anos	26	(5)	21	324	(55)	269
Total	295.922	(62.208)	233.714	479.631	(81.074)	398.557

(1) Inclui os valores relativos às parcelas vencidas.

e) Carteira classificada por estágios

	31.12.2018			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Operações de crédito	509.054.553	40.040.359	31.908.352	581.003.264
Empréstimos e direitos creditórios descontados	173.523.648	18.322.529	13.833.039	205.679.216
Financiamentos	112.849.019	3.458.496	10.456.150	126.763.665
Financiamentos rurais e agroindustriais	175.019.142	11.337.340	5.435.314	191.791.796
Financiamentos imobiliários	47.257.749	6.921.921	2.183.849	56.363.519
Operações de crédito vinculadas a cessões com retenção substancial de riscos	404.995	73	-	405.068
Outros créditos com características de concessão de crédito	50.774.120	556.095	799.384	52.129.599
Operações com cartão de crédito	27.886.769	120.441	72.058	28.079.268
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	18.174.835	435.093	364.362	18.974.290
Aquisição de recebíveis de cartão	4.064.247	-	-	4.064.247
Avais e fianças honrados	107	89	362.541	362.737
Outros	648.162	472	423	649.057
Operações de arrendamento mercantil	218.333	6.473	8.908	233.714
Total dos empréstimos a clientes	560.047.006	40.602.927	32.716.644	633.366.577
Perdas esperadas em empréstimos a clientes	(6.717.594)	(6.256.734)	(18.731.737)	(31.706.065)
Total de empréstimos a clientes líquido	553.329.412	34.346.193	13.984.907	601.660.512

f) Créditos renegociados

	Exercício/2018	Exercício/2017	Exercício/2016
Créditos renegociados no período ⁽¹⁾	57.044.631	48.548.687	40.882.458
Renegociados por atraso ⁽²⁾	9.264.145	10.924.658	15.268.685
- Pessoas jurídicas	4.790.030	7.378.813	11.201.077
- Pessoas físicas	4.474.115	3.545.845	4.067.608
Renovados ⁽³⁾	47.780.486	37.624.029	25.613.773
- Pessoas jurídicas	3.637.911	2.649.968	293.427
- Pessoas físicas	44.142.575	34.974.061	25.320.346
Movimentação dos créditos renegociados por atraso			
Saldo inicial	25.297.378	27.086.224	19.652.990
Contratações ⁽²⁾	9.264.145	10.924.658	15.268.685
Recebimento e apropriação de juros	(4.463.774)	(4.312.597)	(3.283.983)
Baixas para prejuízo	(7.223.540)	(8.400.907)	(4.551.468)
Saldo final ⁽⁴⁾	22.874.209	25.297.378	27.086.224
Inadimplência 90 dias da carteira renegociada por atraso	3.857.435	5.918.116	7.375.489
(%) Inadimplência sobre a carteira renegociada por atraso	16,9%	23,4%	27,2%

(1) Representa o saldo renegociado no período das operações de crédito, vincendas ou em atraso, utilizando internet, terminal de autoatendimento ou rede de agências.

(2) Créditos renegociados no período para composição de dívidas em virtude de atraso no pagamento pelos clientes.

(3) Créditos renegociados de operações não vencidas para prorrogação, novação, concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

(4) Inclui o valor de R\$ 46.079 mil (R\$ 67.189 mil em 31.12.2017 e R\$ 90.278 mil em 31.12.2016) referente a créditos rurais renegociados. Não está incluído o valor de R\$ 10.610.391 mil (R\$ 8.511.882 mil em 31.12.2017 e R\$ 6.915.256 mil em 31.12.2016) dos créditos prorrogados da carteira rural com amparo em legislação específica.

24 – PERDAS ESPERADAS EM EMPRÉSTIMOS A CLIENTES**a) Perdas líquidas esperadas com empréstimos a clientes**

	Exercício/2018	Exercício/2017	Exercício/2016
Constituição	(17.367.358)	(27.049.679)	(31.965.644)
Montante recuperado dos créditos baixados como prejuízo ⁽¹⁾	4.904.557	4.185.312	3.545.489
Perdas líquidas esperadas com empréstimos a clientes ⁽²⁾	(12.462.801)	(22.864.367)	(28.420.155)

(1) Refere-se apenas à recuperação de principal.

(2) Despesa apurada em 2018 com base no modelo de perda esperada, conforme a IFRS 9 (em 2017 e 2016 apurada com base no conceito de perda incorrida, conforme a IAS 39 e divulgada na Demonstração do resultado consolidado na linha "Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a clientes").

b) Movimentação

31.12.2018					
	Saldo inicial ⁽¹⁾	Constituição / (Reversão) de perdas	Saldos baixados	Variação cambial	Saldo final
Operações de crédito	35.366.377	17.032.254	(22.006.490)	57.650	30.449.791
Empréstimos e direitos creditórios descontados	21.002.250	9.421.510	(13.870.715)	25.609	16.578.654
Financiamentos	4.360.279	863.722	(2.223.772)	32.043	3.032.272
Financiamentos rurais e agroindustriais	7.061.009	5.181.712	(4.752.243)	-	7.490.478
Financiamentos imobiliários	2.941.162	1.565.615	(1.159.760)	(2)	3.347.015
Operações de crédito vinculadas a cessões com retenção substancial de riscos	1.677	(305)	-	-	1.372
Outros créditos com características de concessão de crédito	1.071.178	328.897	(146.651)	(7.106)	1.246.318
Operações com cartão de crédito	336.987	81.145	(9.250)	(7.236)	401.646
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	295.258	309.740	-	-	604.998
Aquisição de recebíveis de cartão	-	2.178	-	-	2.178
Avais e fianças honrados	426.174	(64.585)	(137.389)	130	224.330
Outros	12.759	419	(12)	-	13.166
Operações de arrendamento mercantil	17.909	6.207	(13.409)	(751)	9.956
Total	36.455.464	17.367.358	(22.166.550)	49.793	31.706.065

(1) Saldo inicial em 01.01.2018, ajustado para refletir os impactos da adoção da IFRS 9.

31.12.2017					
	Saldo inicial	Constituição / (Reversão) de perdas	Saldos baixados	Variação cambial	Saldo final
Operações de crédito	33.350.721	26.606.002	(24.465.196)	83.666	35.575.193
Empréstimos e direitos creditórios descontados	20.303.048	19.244.717	(18.121.160)	71.992	21.498.597
Financiamentos	4.404.139	2.194.313	(2.343.399)	11.595	4.266.648
Financiamentos rurais e agroindustriais	7.754.444	3.875.793	(3.419.827)	-	8.210.410
Financiamentos imobiliários	887.433	1.291.553	(580.810)	79	1.598.255
Operações de crédito vinculadas a cessões com retenção substancial de riscos	1.657	(374)	-	-	1.283
Outros créditos com características de concessão de crédito	553.422	430.014	(258.391)	2.537	727.582
Operações com cartão de crédito	92.930	(5.046)	(4.444)	2.537	85.977
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	174.983	115.186	(54.361)	-	235.808
Avais e fianças honrados	281.094	272.620	(148.304)	-	405.410
Outros	4.415	47.254	(51.282)	-	387
Operações de arrendamento mercantil	43.238	13.663	(38.244)	365	19.022
Total	33.947.381	27.049.679	(24.761.831)	86.568	36.321.797

Notas Explicativas

c) Perdas esperadas em empréstimos a clientes classificada por modalidades e estágios, conforme IFRS 9

	31.12.2018						
	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		Total
	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada	
Operações de crédito	509.054.553	6.344.485	40.040.359	6.000.219	31.908.352	18.105.087	30.449.791
Empréstimos e direitos creditórios descontados	173.523.648	2.666.520	18.322.529	2.613.010	13.833.039	11.299.124	16.578.654
Financiamentos	112.849.019	596.303	3.458.496	889.437	10.456.150	1.546.532	3.032.272
Financiamentos rurais e agroindustriais	175.019.142	2.554.722	11.337.340	1.463.873	5.435.314	3.471.883	7.490.478
Financiamentos imobiliários	47.257.749	525.580	6.921.921	1.033.887	2.183.849	1.787.548	3.347.015
Operações de crédito vinculadas a cessões com retenção substancial de riscos	404.995	1.360	73	12	-	-	1.372
Outros créditos com características de concessão de crédito	50.774.120	370.650	556.095	255.699	799.383	619.969	1.246.318
Operações com cartão de crédito	27.886.769	318.463	120.441	26.919	72.058	56.264	401.646
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	18.174.835	37.062	435.093	228.762	364.362	339.174	604.998
Aquisição de recebíveis de cartão	4.064.247	2.178	-	-	-	-	2.178
Avais e fianças honrados	107	14	89	16	362.541	224.300	224.330
Outros	648.162	12.933	472	2	423	231	13.166
Operações de arrendamento mercantil	218.333	2.459	6.473	816	8.908	6.681	9.956
Total	560.047.006	6.717.594	40.602.927	6.256.734	32.716.644	18.731.737	31.706.065

d) Provisão para perdas em empréstimos a clientes classificada por modalidades, conforme IAS 39

	31.12.2017						
	Individual		Coletivo		Total		
	Valor do crédito	Provisão	Valor do crédito	Provisão	Valor do crédito	Provisão	Crédito líquido da provisão
Operações de crédito	24.856.895	10.944.874	554.126.658	24.630.319	578.983.553	35.575.193	543.408.360
Empréstimos e direitos creditórios descontados	15.819.407	6.528.629	184.717.751	14.969.968	200.537.158	21.498.597	179.038.561
Financiamentos	4.009.686	2.237.672	132.557.096	2.028.976	136.566.782	4.266.648	132.300.134
Financiamentos rurais e agroindustriais	2.811.042	1.479.294	183.856.548	6.731.116	186.667.590	8.210.410	178.457.180
Financiamentos imobiliários	2.216.760	699.279	52.499.101	898.976	54.715.861	1.598.255	53.117.606
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	-	-	106	-	106	-	106
Operações de crédito vinculadas a cessões com retenção substancial de riscos	-	-	496.056	1.283	496.056	1.283	494.773
Outros créditos com características de concessão de crédito	1.084.824	581.722	41.045.804	145.860	42.130.628	727.582	41.403.046
Operações com cartão de crédito	990	170	25.295.523	85.807	25.296.513	85.977	25.210.536
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	567.799	233.727	14.996.407	2.081	15.564.206	235.808	15.328.398
Avais e fianças honrados	516.035	347.825	85.704	57.585	601.739	405.410	196.329
Outros	-	-	668.170	387	668.170	387	667.783
Operações de arrendamento mercantil	5.766	1.982	392.791	17.040	398.557	19.022	379.535
Total	25.947.485	11.528.578	595.565.253	24.793.219	621.512.738	36.321.797	585.190.941

e) Perdas esperadas em empréstimos a clientes classificada por modalidades e tipo de pessoa

	31.12.2018	31.12.2017
Operações de crédito	30.449.791	35.575.193
Empréstimos e direitos creditórios descontados	16.578.654	21.498.597
- Pessoas jurídicas	9.293.683	15.213.769
- Pessoas físicas	7.284.971	6.284.828
Financiamentos	3.032.272	4.266.648
- Pessoas jurídicas	2.792.193	4.014.398
- Pessoas físicas	240.079	252.250
Financiamentos rurais e agroindustriais	7.490.478	8.210.410
- Pessoas jurídicas	887.284	1.544.892
- Pessoas físicas	6.603.194	6.665.518
Financiamentos imobiliários	3.347.015	1.598.255
- Pessoas jurídicas	1.676.645	804.996
- Pessoas físicas	1.670.370	793.259
Operações de crédito vinculadas a cessões com retenção substancial de riscos	1.372	1.283
- Pessoas físicas	1.372	1.283
Outros créditos com características de concessão de crédito	1.246.318	727.582
Operações com cartão de crédito	401.646	85.977
- Pessoas jurídicas	36.093	24.098
- Pessoas físicas	365.553	61.879
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	604.998	235.808
- Pessoas jurídicas	604.966	235.808
- Pessoas físicas	32	-
Aquisição de recebíveis de cartão	2.178	-
- Pessoas jurídicas	2.178	-
Avais e fianças honrados	224.330	405.410
- Pessoas jurídicas	224.330	405.410
Outros	13.166	387
- Pessoas jurídicas	13.147	34
- Pessoas físicas	19	353
Operações de arrendamento mercantil	9.956	19.022
- Pessoas jurídicas	9.609	18.152
- Pessoas físicas	347	870
Total	31.706.065	36.321.797

f) Movimentação entre os estágios das perdas esperadas em empréstimos a clientes

Estágio 1

	Saldo inicial em 01.01.2018	Constituição/ (reversão)	Transferência do / (para) Estágio 2	Transferência do / (para) Estágio 3	Variação Cambial	(Baixas)	Saldo final em 31.12.2018
Operações de crédito	6.181.861	5.644.762	(1.001.939)	(4.490.619)	10.420	-	6.344.485
Empréstimos e direitos creditórios descontados	2.584.086	2.924.404	(164.671)	(2.681.418)	4.119	-	2.666.520
Financiamentos	1.157.002	71.266	(383.532)	(254.734)	6.301	-	596.303
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.828.148	1.941.184	(123.152)	(1.091.458)	-	-	2.554.722
Financiamentos imobiliários	610.948	708.213	(330.572)	(463.009)	-	-	525.580
Operações de crédito vinculadas a cessões com retenção substancial de riscos	1.677	(305)	(12)	-	-	-	1.360
Outros créditos com características de concessão de crédito	313.191	116.609	(6.925)	(46.488)	(5.737)	-	370.650
Operações com cartão de crédito	237.996	122.023	(6.925)	(28.894)	(5.737)	-	318.463
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	62.797	(8.144)	-	(17.591)	-	-	37.062
Aquisição de recebíveis de cartão	-	2.178	-	-	-	-	2.178
Avais e fianças honrados	-	14	-	-	-	-	14
Outros	12.398	538	-	(3)	-	-	12.933
Operações de arrendamento mercantil	3.318	3.420	(95)	(3.999)	(185)	-	2.459
						-	
Total das perdas esperadas	6.498.370	5.764.791	(1.008.959)	(4.541.106)	4.498	-	6.717.594

Estágio 2

	Saldo inicial em 01.01.2018	Constituição/ (reversão)	Transferência do / (para) Estágio 1	Transferência do / (para) Estágio 3	Variação Cambial	(Baixas)	Saldo final em 31.12.2018
Operações de crédito	5.862.361	2.547.685	1.001.939	(3.425.200)	13.434	-	6.000.219
Empréstimos e direitos creditórios descontados	3.160.868	1.369.783	164.671	(2.086.348)	4.036	-	2.613.010
Financiamentos	514.234	144.403	383.532	(162.131)	9.399	-	889.437
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.220.641	755.440	123.152	(635.360)	-	-	1.463.873
Financiamentos imobiliários	966.618	278.059	330.572	(541.361)	(1)	-	1.033.887
Operações de crédito vinculadas a cessões com retenção substancial de riscos	-	-	12	-	-	-	12
Outros créditos com características de concessão de crédito	121.786	281.367	6.925	(153.894)	(485)	-	255.699
Operações com cartão de crédito	10.323	12.348	6.925	(2.192)	(485)	-	26.919
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	110.411	269.836	-	(151.485)	-	-	228.762
Aquisição de recebíveis de cartão	-	-	-	-	-	-	-
Avais e fianças honrados	791	(775)	-	-	-	-	16
Outros	261	(42)	-	(217)	-	-	2
Operações de arrendamento mercantil	1.645	(187)	95	(675)	(62)	-	816
						-	
Total das perdas esperadas	5.985.792	2.828.865	1.008.959	(3.579.769)	12.887	-	6.256.734

Estágio 3

	Saldo inicial em 01.01.2018	Constituição/ (reversão)	Transferência do / (para) Estágio 1	Transferência do / (para) Estágio 2	Variação Cambial	(Baixas)	Saldo final em 31.12.2018
Operações de crédito	23.322.155	8.839.807	4.490.619	3.425.200	33.796	(22.006.490)	18.105.087
Empréstimos e direitos creditórios descontados	15.257.296	5.127.323	2.681.418	2.086.348	17.454	(13.870.715)	11.299.124
Financiamentos	2.689.043	648.053	254.734	162.131	16.343	(2.223.772)	1.546.532
Financiamentos rurais e agroindustriais	4.012.220	2.485.088	1.091.458	635.360	-	(4.752.243)	3.471.883
Financiamentos imobiliários	1.363.596	579.343	463.009	541.361	(1)	(1.159.760)	1.787.548
Operações de crédito vinculadas a cessões com retenção substancial de riscos	-	-	-	-	-	-	-
Outros créditos com características de concessão de crédito	636.201	(69.079)	46.488	153.894	(884)	(146.651)	619.969
Operações com cartão de crédito	88.668	(53.226)	28.894	2.192	(1.014)	(9.250)	56.264
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	122.050	48.048	17.591	151.485	-	-	339.174
Aquisição de recebíveis de cartão	-	-	-	-	-	-	-
Avais e fianças honrados	425.383	(63.824)	-	-	130	(137.389)	224.300
Outros	100	(77)	3	217	-	(12)	231
Operações de arrendamento mercantil	12.946	2.974	3.999	675	(504)	(13.409)	6.681
Total das perdas esperadas	23.971.302	8.773.702	4.541.106	3.579.769	32.408	(22.166.550)	18.731.737

25 – ATIVOS NÃO CIRCULANTES MANTIDOS PARA VENDA

Os ativos não circulantes mantidos para venda referem-se a imóveis não de uso arrematados, adjudicados ou recebidos em dação em pagamento na liquidação de empréstimos a clientes e bens oriundos do imobilizado que foram retirados do uso.

Quando aplicável, a mensuração do valor justo não recorrente desses bens é baseada em laudos de avaliação elaborados em conformidade com as metodologias estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Estes laudos são elaborados por profissionais legalmente habilitados pelos sistemas Confea (Conselho Federal de Engenharia e Agronomia) e Crea (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia). Por envolverem fundamentalmente informações observáveis, essas mensurações de valor justo são classificadas como Informações de Nível 2.

Em consonância com a recomendação da ABNT, a metodologia de avaliação comumente utilizada é o Método Comparativo Direto de Dados de Mercado (MCDDM), seguida do Método Evolutivo.

O MCDDM consiste em analisar uma amostra de bens no mercado, cujas características sejam as mais semelhantes possíveis às do bem em avaliação e através dessa amostra obter o respectivo valor. Os elementos considerados neste tipo de avaliação estão atrelados às características econômicas, físicas e de localização do bem em análise. Exemplos desses elementos: negociações efetivamente realizadas, preços de bens em oferta, padrão construtivo, estado de conservação, idade da edificação, relevo, consistência de solo, utilização, situação no contexto urbano, infraestrutura urbana, atividades existentes no entorno – comércio, indústria e serviços etc.

O Método Evolutivo é aquele em que o valor do bem é obtido através da composição do valor do terreno com o custo de reprodução das benfeitorias (devidamente depreciado), ou seja, pelo somatório dos valores de seus componentes multiplicado pelo fator de comercialização. Este método é indicado no caso de inexistência de dados amostrais semelhantes em número suficiente para a aplicação unicamente do MCDDM. Por este método, o valor do terreno normalmente é determinado pelo MCDDM e as benfeitorias são apropriadas com base em uma amostra composta por imóveis de projetos semelhantes ou com base no custo unitário básico de construção ou orçamento.

	31.12.2018	31.12.2017
Imóveis	170.485	94.512
Imobilizado Retirado do Uso	6.336	-
Total	176.821	94.512

No exercício de 2018, o Banco reconheceu ganhos na alienação de ativos não circulantes em R\$ 338.240 mil (R\$ 201.265 mil no exercício de 2017).

26 – INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E JOINT VENTURES

a) Investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial

Empresa	% de participação				Patrimônio líquido da investida		Valor contábil do investimento		Resultado com equivalência patrimonial			Dividendos		
	31.12.2018		31.12.2017		31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017	Exercício/ 2018	Exercício/ 2017	Exercício/ 2016	Exercício/ 2018	Exercício/ 2017	
	Total	ON	Total	ON										
Coligadas ⁽¹⁾ e joint ventures ⁽²⁾														
Banco Votorantim S.A.	50,00	49,99	50,00	49,99	10.242.333	10.759.455	5.121.167	5.379.727	453.816	277.081	136.536	97.262	55.299	
Cielo S.A. ⁽³⁾	28,67	28,67	28,68	28,68	11.204.089	11.701.351	4.214.952	4.357.615	730.518	961.932	1.024.045	922.997	287.352	
Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A. ⁽⁴⁾	30,00	22,22	30,00	22,22	12.206.349	12.183.938	3.661.905	3.655.181	215.270	205.842	170.137	208.546	205.465	
Brasileprev Seguros e Previdência S.A. ⁽⁵⁾	74,99	49,99	74,99	49,99	3.030.502	2.810.231	2.272.725	2.107.533	691.090	769.665	644.559	526.749	568.036	
BB Mapfre SH1 Participações S.A. ⁽⁶⁾	74,99	49,99	74,99	49,99	2.078.450	2.673.871	2.247.053	2.698.972	1.058.416	1.121.521	1.262.008	1.060.814	1.599.227	
Neoenergia S.A.	9,35	9,35	9,35	9,35	18.719.035	16.800.838	1.749.313	1.570.055	110.695	25.588	19.508	24.889	34.969	
Elo Participações S.A.	49,99	49,99	49,99	49,99	2.555.494	2.135.359	1.277.491	1.067.466	250.787	161.588	197.996	-	38.262	
Mapfre BB SH2 Participações S.A. ⁽⁷⁾	-	-	50,00	49,00	-	3.319.385	-	1.775.293	(189.744)	(26.104)	112.046	55.110	134.610	
Outras participações ⁽⁸⁾							1.215.763	1.065.387	217.470	253.865	393.048	130.686	293.398	
Resultado não realizado ⁽⁹⁾	-	-	-	-	-	-	(3.032.906)	(3.145.176)	-	-	-	-	-	
Total							18.727.463	20.532.053	3.538.318	3.750.978	3.959.882	3.027.053	3.216.618	
(1) O Banco possui influência significativa por meio da participação na gestão ou pela indicação de membros que compõe a Diretoria Executiva.														
(2) O Banco possui controle compartilhado nas decisões sobre as atividades relevantes das empresas mediante acordos contratuais.														
(3) Inclui saldo de ágio incorporado ao valor contábil do investimento de R\$ 1.002.124 mil. O valor justo do investimento é de R\$ 6.919.265 mil em 31.12.2017.														
(4) Participação indireta do Banco na Cateno, por meio de sua subsidiária integral BB Elo Cartões Participações S.A. A participação total do Banco é de 50,07%, em virtude de a Cielo S.A. deter 70% de participação direta na Cateno.														
(5) Participação societária detida pela BB Seguros Participações S.A. O percentual de participação efetiva é de 49,77%.														
(6) Participação societária detida pela BB Seguros Participações S.A. O percentual de participação efetiva é de 49,77%. Inclui saldo de ágio incorporado ao valor contábil do investimento de R\$ 693.836 mil.														
(7) Investimento alienado.														
(8) Incluem as participações nas seguintes empresas: Brasilental Operadora de Planos Odontológicos S.A., Brasilcap Capitalização S.A., Cadam S.A., Ciclic Corretora de Seguros S.A., Companhia Brasileira de Securitização – Cibrasec, Gestora de Inteligência de Crédito S.A. – GIC, Estruturadora Brasileira de Projetos – EBP, Galgo Sistemas de Informações S.A., IRB-Brasil Resseguros S.A., Kepler Weber S.A., Seguradora Bras. de Crédito à Exportação – SBCE e Tecnologia Bancária S.A. – Tecban. Inclui saldo de ágio incorporado de R\$ 110.749 mil. O valor contábil dos investimentos contemplam perda por informações acumulada no valor de R\$ 10.985 mil.														
(9) Resultado não realizado proveniente da parceria estratégica entre a BB Elo Cartões Participações S.A. e a Cielo S.A., constituindo a Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.														

(1) O Banco possui influência significativa por meio da participação na gestão ou pela indicação de membros que compõe a Diretoria Executiva.

(2) O Banco possui controle compartilhado nas decisões sobre as atividades relevantes das empresas mediante acordos contratuais.

(3) Inclui saldo de ágio incorporado ao valor contábil do investimento de R\$ 1.002.124 mil. O valor justo do investimento é de R\$ 6.919.265 mil em 31.12.2017).

(4) Participação indireta do Banco na Cateno, por meio de sua subsidiária integral BB Elo Cartões Participações S.A. A participação total do Banco é de 50,07%, em virtude de a Cielo S.A. deter 70% de participação direta na Cateno.

(5) Participação societária detida pela BB Seguros Participações S.A. O percentual de participação efetiva é de 49,77%.

(6) Participação societária detida pela BB Seguros Participações S.A. O percentual de participação efetiva é de 49,77%. Inclui saldo de ágio incorporado ao valor contábil do investimento de R\$ 693.836 mil.

(7) Investimento alienado.

(8) Incluem as participações nas seguintes empresas: Brasilental Operadora de Planos Odontológicos S.A., Brasilcap Capitalização S.A., Cadam S.A., Ciclic Corretora de Seguros S.A., Companhia Brasileira de Securitização – Cibrasec, Gestora de Inteligência de Crédito S.A. – GIC, Estruturadora Brasileira de Projetos – EBP, Galgo Sistemas de Informações S.A., IRB-Brasil Resseguros S.A., Kepler Weber S.A., Seguradora Bras. de Crédito à Exportação – SBCE e Tecnologia Bancária S.A. – Tecban. Inclui saldo de ágio incorporado de R\$ 110.749 mil. O valor contábil dos investimentos contemplam perda por imparidade acumulada no valor de R\$ 10.985 mil.

(9) Resultado não realizado proveniente da parceria estratégica entre a BB Elo Cartões Participações S.A. e a Cielo S.A., constituindo a Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.

b) Informações qualitativas das coligadas e joint ventures relevantes

Empresa	Localização		Descrição	Segmento	Participação estratégica ⁽¹⁾
	País de constituição	Sede			
Banco Votorantim S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Desenvolve atividades bancárias em modalidades variadas, tais como crédito ao consumidor, arrendamento mercantil e administração de fundos de investimento.	Bancário	Sim
Cielo S.A.	Brasil	Barueri (SP)	Prestadora de serviços relacionados a cartões de crédito e débito e meios de pagamento.	Meios de Pagamento	Sim
Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A.	Brasil	Barueri (SP)	Prestadora de serviços responsável pela gestão das transações oriundas das operações de cartões de crédito e débito.	Meios de Pagamento	Sim
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Comercializa seguros de vida com cobertura de sobrevivência e planos de aposentadoria e benefícios complementares.	Seguridade	Sim
BB Mapfre SH1 Participações S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Holding de outras sociedades dedicadas à comercialização de seguros de pessoas, imobiliário e agrícola.	Seguridade	Sim
Neoenergia S.A.	Brasil	Rio de Janeiro (RJ)	Holding de outras sociedades dedicadas às atividades de distribuição, transmissão, geração e comercialização de energia elétrica.	Investimentos	Não
Elo Participações S.A.	Brasil	Barueri (SP)	Holding que consolida negócios conjuntos relacionados a meios eletrônicos de pagamento.	Meios de Pagamento	Sim

(1) Consideram-se participações estratégicas os investimentos em sociedades cujas atividades complementam ou dão suporte às atividades do Banco.

c) Informações financeiras resumidas das coligadas e joint ventures não ajustadas pelos percentuais de participação detidos pelo Banco

31.12.2018								
	Banco Votorantim S.A.	Cielo S.A.	Cateno Gestão de Contas e Pagamentos S.A.	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	BB Mapfre SH1 Participações S.A.	Neoenergia S.A.	Elo Participações S.A.	Demais
Ativos circulantes	56.470.423	69.235.877	2.808.710	248.444.570	7.915.053	976.625	759.346	16.472.116
Caixa e equivalentes de caixa	201.874	127.664	3.118	3.050	31.374	579	580.117	446.124
Outros ativos circulantes	56.268.549	69.108.213	2.805.592	248.441.520	7.883.679	976.046	179.229	16.025.992
Ativos não circulantes	45.399.387	13.327.214	10.102.022	13.054.581	6.117.365	17.793.936	1.975.051	14.145.422
Passivos circulantes	60.090.820	56.802.838	704.383	32.338.382	7.560.597	51.526	178.903	20.875.362
Passivos financeiros	53.823.566	1.033.618	-	-	-	51.526	-	446.781
Outros passivos circulantes	6.267.254	55.769.220	704.383	32.338.382	7.560.597	-	178.903	20.428.581
Passivos não circulantes	31.536.657	14.556.164	-	226.130.267	4.393.371	-	-	3.923.536
Passivos financeiros	28.864.019	6.829.359	-	-	-	-	-	1.303.915
Outros passivos não circulantes	2.672.638	7.726.805	-	226.130.267	4.393.371	-	-	2.619.621
Receitas totais	13.085.968	6.450.408	3.131.591	17.033.168	2.518.279	2.523.869	571.252	15.070.532
Receita de juros	11.177.510	138.422	3.131.591	14.779.721	437.733	-	-	1.726.526
Despesa de juros	(5.701.155)	(436.534)	-	-	-	(836.474)	-	(492.473)
Despesa líquida com perdas esperadas em empréstimos a clientes	(1.233.203)	-	-	-	-	-	-	(4.233)
Depreciação e amortização	(55.837)	(376.385)	(386.379)	(29.567)	(39.738)	(176.536)	-	(218.939)
IR e CSLL	(596.195)	(1.390.071)	(365.645)	(655.980)	(675.903)	(8.571)	2.716	(401.054)
Lucro ou (prejuízo) do período	907.631	2.547.534	717.566	921.515	1.411.410	1.184.529	501.674	1.064.199
Outros resultados abrangentes	(136.288)	(49.882)	-	850	(9.239)	-	-	(189)
Resultado abrangente total	771.343	2.497.652	717.566	922.365	1.402.171	1.184.529	501.674	1.064.010
Patrimônio líquido ajustado	10.242.333	11.204.089	12.206.349	3.030.502	2.078.450	18.719.035	2.555.494	5.818.640
% de participação	50,00%	28,67%	30,00%	74,99%	74,99%	9,35%	49,99%	-
Saldo do investimento ⁽¹⁾	5.121.167	3.212.828	3.661.905	2.272.725	1.558.630	1.749.313	1.277.491	1.105.014
Ágio sobre investimentos	-	1.002.124	-	-	688.423	-	-	110.749

(1) Não inclui os saldos de ágio incorporados aos valores contábeis dos investimentos.

Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Notas Explicativas

Exercício 2018

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

31.12.2017									
	Banco Votorantim S.A.	Cielo S.A.	Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A.	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	BB Mapfre SH1 Participações S.A.	Neoenergia S.A.	Elo Participações S.A.	Mapfre BB SH2 Participações S.A.	Demais
Ativos circulantes	50.313.256	76.227.427	2.400.615	226.550.182	7.886.828	1.960.957	241.512	9.644.381	16.487.282
Caixa e equivalentes de caixa	296.335	3.909.521	10	11	33.757	200	828	18.205	287.050
Outros ativos circulantes	50.016.921	72.317.906	2.400.605	226.550.171	7.853.071	1.960.757	240.684	9.626.176	16.200.232
Ativos não circulantes	45.305.023	13.162.139	10.480.678	12.298.707	6.164.722	16.013.319	1.993.756	3.888.440	12.468.804
Passivos circulantes	56.544.727	70.834.904	697.355	30.329.876	6.510.628	542.393	99.909	8.148.827	20.687.896
Passivos financeiros	51.495.218	2.827.084	-	-	-	117.310	-	-	114.680
Outros passivos circulantes	5.049.509	68.007.820	697.355	30.329.876	6.510.628	425.083	99.909	8.148.827	20.573.216
Passivos não circulantes	28.314.097	6.853.311	-	205.708.782	4.867.051	631.045	-	2.064.609	3.239.089
Passivos financeiros	25.947.055	5.084.140	-	-	-	386.403	-	-	34.680
Outros passivos não circulantes	2.367.042	1.769.171	-	205.708.782	4.867.051	244.642	-	2.064.609	3.204.409
Receitas totais	15.209.320	6.836.036	3.045.264	21.931.893	3.300.403	1.379.699	566.294	1.698.485	8.626.012
Receita de juros	13.473.580	251.498	3.045.264	19.825.132	710.406	-	-	489.875	1.247.814
Despesa de juros	(7.139.506)	(830.148)	-	-	-	-	-	-	(93.352)
Despesa líquida com perdas esperadas em empréstimos a clientes	(1.793.189)	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação e amortização	(61.413)	(414.532)	(385.969)	(35.935)	(43.513)	(115.238)	-	(66.821)	(224.411)
IR e CSLL	(424.783)	(1.482.053)	(353.566)	(813.088)	(755.850)	(22.321)	(3.056)	(23.460)	(769.916)
Lucro ou (prejuízo) do período	554.162	3.351.433	686.142	1.026.289	1.495.561	441.978	323.240	(52.207)	933.749
Outros resultados abrangentes	35.969	(6.796)	-	951	10.620	-	-	(173)	(2.077)
Resultado abrangente total	590.131	3.344.637	686.142	1.027.240	1.506.181	441.978	323.240	(52.380)	931.672
Patrimônio líquido ajustado	10.759.455	11.701.351	12.183.938	2.810.231	2.673.871	16.800.838	2.135.359	3.319.385	5.029.101
% de participação	50,00%	28,68%	30,00%	74,99%	74,99%	9,35%	49,99%	50,00%	-
Saldo do investimento ⁽¹⁾	5.379.727	3.355.491	3.655.181	2.107.533	2.005.136	1.570.055	1.067.466	1.659.692	954.638
Ágio sobre investimentos	-	1.002.124	-	-	693.836	-	-	115.601	110.749

(1) Não inclui os saldos de ágios incorporados aos valores contábeis dos investimentos.

d) Movimentação

Empresa	Saldo inicial	Movimentações			Saldo final
	31.12.2017	Resultado de equivalência	Dividendos	Demais	31.12.2018
Banco Votorantim S.A. ⁽¹⁾	5.379.727	453.816	(97.262)	(615.114)	5.121.167
Cielo S.A.	4.357.615	730.518	(922.997)	49.816	4.214.952
Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A.	3.655.181	215.270	(208.546)	-	3.661.905
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	2.107.533	691.090	(526.749)	851	2.272.725
BB Mapfre SH1 Participações S.A. ⁽²⁾	2.698.972	1.058.416	(1.060.814)	(449.521)	2.247.053
Neoenergia S.A. ⁽³⁾	1.570.055	110.695	(24.889)	93.452	1.749.313
Elo Participações S.A.	1.067.466	250.787	-	(40.762)	1.277.491
Mapfre BB SH2 Participações S.A. ⁽⁴⁾	1.775.293	(189.744)	(55.110)	(1.530.439)	-
Outras Participações ⁽⁵⁾	1.065.387	217.470	(130.686)	63.592	1.215.763
Subtotal	23.677.229	3.538.318	(3.027.053)	(2.428.125)	21.760.369
Resultado não realizado	(3.145.176)	-	-	112.270	(3.032.906)
Total	20.532.053	3.538.318	(3.027.053)	(2.315.855)	18.727.463

(1) Demais movimentações referem-se principalmente aos impactos devido a adoção da IFRS 9 e da aplicação da Resolução CMN n.º 4.512/2016.

(2) Demais movimentações referem-se principalmente à redução de capital social.

(3) Demais movimentações referem-se a aporte de capital realizado.

(4) Demais movimentações referem-se principalmente a alienação do investimento.

(5) Demais movimentações contemplam R\$ 20.248 mil de aporte de capital referente a participação societária na Ciclic Corretora de Seguros S.A.

e) Outras informações

Os investimentos em coligadas e *joint ventures* não possuem passivos contingentes significativos aos quais o Banco esteja exposto.

Nenhum dos investimentos em coligadas e *joint ventures* apresentou restrições significativas para a transferência de recursos na forma de dividendos em caixa ou de restituição de empréstimos ou adiantamentos nos períodos apresentados.

Não há operações descontinuadas de investimentos em coligadas e *joint ventures* nas quais o Banco tenha parte.

Não há nenhuma parcela de perdas relacionadas aos investimentos em coligadas e *joint ventures* não reconhecidas nas demonstrações contábeis do período, nem cumulativamente.

27 – ENVOLVIMENTO COM ENTIDADES ESTRUTURADAS NÃO CONSOLIDADAS

Entidades estruturadas são entidades projetadas de modo que os direitos de voto ou similares não são os fatores determinantes ao decidir quem controla a entidade. Normalmente, os direitos de voto referem-se somente a tarefas administrativas, e as atividades relevantes são dirigidas por meio de acordos contratuais.

Uma entidade estruturada frequentemente tem algumas ou todas as características abaixo:

- atividades restritas;
- objeto social restrito e bem definido;
- patrimônio insuficiente para permitir que a entidade estruturada financie suas atividades sem suporte financeiro subordinado; e
- financiamento sob a forma de múltiplos instrumentos contratualmente vinculados a investidores que criam concentrações de riscos de crédito ou outros riscos (*tranches*).

Entidades estruturadas usualmente não realizam atividades comerciais e, normalmente, não possuem empregados. Os principais propósitos de uma entidade estruturada são oferecer aos clientes o acesso a carteiras específicas de ativos e fornecer liquidez por meio de securitização de ativos financeiros.

As participações em entidades estruturadas referem-se a um envolvimento contratual e não contratual que expõem o Banco à variabilidade de retornos oriundos do desempenho da outra entidade. Essas participações normalmente são comprovadas pela posse de instrumentos de patrimônio ou de dívida, bem como outras formas de envolvimento, tais como, o recebimento de taxas pela gestão de ativos, o fornecimento de recursos como fonte de financiamento (*funding*), suporte de liquidez, melhoria de crédito e/ou garantias. A extensão da participação do Banco em entidades estruturadas irá variar dependendo da finalidade para a qual a entidade foi constituída.

Entidades estruturadas geralmente financiam a compra de ativos por meio da emissão de títulos e valores mobiliários que são garantidos e/ou indexados aos ativos detidos pelas entidades estruturadas. Os títulos de dívida e de patrimônio emitidos por entidades estruturadas podem incluir *tranches* com diferentes níveis de subordinação.

Fundos de investimentos

O Banco administra diversos fundos de investimentos, os quais são considerados como entidades estruturadas não consolidadas. O Banco mantém participações nesses fundos por meio do recebimento de taxas de administração entre outras e, em algumas situações, participação direta por meio de aquisição de cotas.

Os fundos de investimentos possuem diferentes objetivos e políticas de investimento, porém todos eles aplicam o capital recebido com o objetivo de proporcionar aos investidores retornos a partir da apreciação do capital investido, rendimentos sobre os ativos ou ambos. Os fundos de investimentos têm sido financiados por meio de capital fornecido pelos investidores e, em algumas circunstâncias, temporariamente pelo Banco (*seed capital*).

O Banco não consolida um fundo de investimento quando atua exclusivamente como um agente ou quando a outra parte investidora do fundo tem a capacidade de dirigir suas atividades relevantes.

Ao final do exercício, o Banco não possuía fundos de investimentos administrados sob os quais não possuía participação.

Grupos de consórcios

O Banco organiza e administra grupos de consórcios destinados a facilitar o acesso a bens móveis duráveis, bens imóveis e serviços aos seus clientes. O Banco mantém participações nesses grupos por meio de recebimento de taxas de administração de cotas de consórcio.

Os ativos *off-balance*, que representam os recursos dos grupos de consórcios, referem-se principalmente a:

- (i) aplicações dos recursos disponíveis, ainda não utilizados pelos grupos, em fundos de investimentos;
- (ii) direitos junto a consorciados contemplados;
- (iii) previsão mensal de recursos a receber de consorciados;
- (iv) contribuições devidas aos grupos e
- (v) bens a contemplar.

Veículos de securitização

O Banco administra veículos de securitização que visam à compra de diversas cestas de ativos, incluindo títulos de renda fixa e empréstimos e recebíveis corporativos. Os veículos financiam essas compras por meio da emissão de várias *tranches* de títulos/cotas com diversos níveis de subordinação, cujo retorno ao investidor está diretamente relacionado ao desempenho dos ativos adquiridos pelos veículos.

O Banco mantém participações nesses veículos por meio do recebimento de taxas de administração entre outras e, em algumas situações, participação direta por meio de aquisição de cotas.

Os veículos de securitização não consolidados são aqueles em que o Banco não possui poder sobre as atividades relevantes.

Gestão sobre os ativos detidos por entidades estruturadas

A tabela a seguir demonstra os tipos, natureza e propósitos das entidades estruturadas não consolidadas em que o Banco detenha participação, assim como o valor total de ativos mantidos pelas entidades.

Tipo	Natureza e propósito	Participações detidas	Total de ativos	
			31.12.2018	31.12.2017
Fundos de investimento	- Gerar taxas e comissões pela administração de ativos em nome dos investidores. - Estes veículos são financiados mediante a emissão de cotas aos investidores.	- Investimento em cotas emitidas pelos fundos. - Taxas de administração e outras.	1.009.427.458	994.899.554
Grupos de consórcios	Administração de grupos de consórcios destinados a facilitar o acesso de bens e serviços.	Taxas de administração de cotas de consórcios e outras.	40.160.050	30.953.965
Veículos de securitização	- Gerar taxas e comissões pela administração de ativos em nome dos investidores. - Estes veículos são financiados mediante a emissão de cotas para os investidores.	- Investimentos em cotas emitidas pelos veículos. - Taxas de administração e outras.	26.022.143	28.368.913
Total			1.075.609.651	1.054.222.432

Exposição máxima à perda

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis das participações detidas pelo Banco nas entidades estruturadas não consolidadas, além de exposições *off-balance*. A exposição máxima a perdas está limitada aos valores apresentados na tabela.

	31.12.2018	31.12.2017
Fundos de investimentos	2.795.707	2.483.800
Grupos de consórcios ⁽¹⁾	2.746.125	2.266.201
Total	5.541.832	4.750.001

(1) Aplicações em fundos de investimentos dos recursos de consórcios disponíveis a utilizar pelos grupos.

28 – IMOBILIZADO DE USO

	Edificações	Benfeitorias em propriedades de terceiros	Móveis e Equipamentos	Equipamento de processamento de dados	Terrenos	Veículos	Outros	Total
Custo de aquisição								
Saldo em 31.12.2016	5.362.703	3.799.041	3.643.579	3.960.163	198.106	15.203	723.014	17.701.809
Aquisições	196.830	243.560	245.503	450.532	53	2.390	60.800	1.199.668
Baixas	(3.795)	(242.229)	(342.691)	(286.236)	(454)	(1.055)	(56.478)	(932.938)
Variação cambial	(10.565)	(1.627)	(9.218)	579	(2.124)	(800)	(991)	(24.746)
Outras movimentações	(10.495)	756	(46)	49	(800)	-	(2.902)	(13.438)
Saldo em 31.12.2017	5.534.678	3.799.501	3.537.127	4.125.087	194.781	15.738	723.443	17.930.355
Aquisições	272.129	285.773	282.571	572.091	162.013	1.176	43.596	1.619.349
Baixas	(89.307)	(323.271)	(280.032)	(989.674)	(6.370)	(4.110)	(64.270)	(1.757.034)
Variação cambial	(28.715)	(928)	(20.430)	88	(7.144)	(1.682)	1.767	(57.044)
Outras movimentações ⁽¹⁾	2.181	54.518	(93)	20	(3.580)	-	(11.504)	41.542
Saldo em 31.12.2018	5.690.966	3.815.593	3.519.143	3.707.612	339.700	11.122	693.032	17.777.168
Depreciação acumulada								
Saldo em 31.12.2016	(2.777.171)	(2.004.957)	(2.021.888)	(2.828.419)	-	(7.812)	(427.524)	(10.067.771)
Despesa de depreciação	(159.281)	(239.766)	(281.507)	(429.215)	-	(1.429)	(51.624)	(1.162.822)
Baixas	2.081	163.518	288.065	282.062	-	712	36.591	773.029
Variação cambial	1.963	(198)	3.238	(1.498)	-	512	781	4.798
Outras movimentações	6.681	472	8.847	(4.552)	-	9	(2.731)	8.726
Saldo em 31.12.2017	(2.925.727)	(2.080.931)	(2.003.245)	(2.981.622)	-	(8.008)	(444.507)	(10.444.040)
Despesa de depreciação	(163.682)	(256.111)	(277.048)	(447.580)	-	(1.335)	(50.152)	(1.195.908)
Baixas	49.766	233.431	251.898	987.210	-	2.320	49.583	1.574.208
Variação cambial	5.113	(919)	8.875	(2.353)	-	707	2.689	14.112
Outras movimentações ⁽¹⁾	54.801	(41.017)	2.551	(43)	-	30	107	16.429
Saldo em 31.12.2018	(2.979.729)	(2.145.547)	(2.016.969)	(2.444.388)	-	(6.286)	(442.280)	(10.035.199)
Perda por imparidade								
Saldo em 31.12.2016	(19.854)	-	(125)	-	-	-	-	(19.979)
Perdas	(10.121)	-	(101)	-	-	-	-	(10.222)
Reversões	10.036	-	-	-	-	-	-	10.036
Saldo em 31.12.2017	(19.939)	-	(226)	-	-	-	-	(20.165)
Perdas	(44.348)	-	-	-	-	-	(56)	(44.404)
Reversões	7.592	-	73	-	-	-	29	7.694
Saldo em 31.12.2018	(56.695)	-	(153)	-	-	-	(27)	(56.875)
Valor contábil								
Saldo em 31.12.2017	2.589.012	1.718.570	1.533.656	1.143.465	194.781	7.730	278.936	7.466.150
Saldo em 31.12.2018	2.654.542	1.670.046	1.502.021	1.263.224	339.700	4.836	250.725	7.685.094

(1) Inclui o ajuste de R\$ 120.681 mil nas Edificações e Benfeitorias em propriedades de terceiros do Banco Patagônia, decorrente da hiperinflação na Argentina.

O imobilizado de uso inclui imóveis dados em garantia de penhora no valor de R\$ 128.536 mil em 31.12.2018 (R\$ 128.558 mil em 31.12.2017).

Os valores das perdas e reversões de perdas por imparidade são registrados em outras despesas e outras receitas na demonstração do resultado consolidado, respectivamente.

As taxas de depreciação estimadas pelo Banco para os itens do imobilizado de uso são apresentadas na Nota 3.k.

Pagamentos futuros para arrendamentos operacionais

	Exercício/2018	Exercício/2017
Até um ano	1.096.808	1.097.514
Entre um e cinco anos	2.775.316	2.432.522
Após cinco anos	1.043.738	1.070.611
Total	4.915.862	4.600.647

As despesas de aluguéis e arrendamentos operacionais no exercício/2018 foram de R\$ 1.358.988 mil (R\$ 1.565.351 mil no exercício/2017). O Banco do Brasil não mantém contratos de subarrendamento.

Acordos de arrendamentos operacionais

Os acordos de arrendamentos operacionais relevantes do Banco referem-se essencialmente a contratos de aluguel de imóveis utilizados na prática de suas operações administrativas e bancárias. De maneira geral, esses contratos não possuem cláusula de opção de compra do bem arrendado e são elaborados em condições e termos usuais de mercado, incluindo opções de renovação e cláusulas de reajuste anual do preço de locação, utilizando-se como principais parâmetros de reajuste os índices oficiais de inflação do País. As cláusulas não impõem ao Banco nenhuma restrição para pagamento de dividendos, contratação de dívidas ou celebração de contratos de arrendamentos adicionais.

29 – ÁGIO E OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS**a) Ágio por segmento operacional e por unidade geradora de caixa**

Segmento Operacional / Unidade Geradora de Caixa	31.12.2018	31.12.2017
Bancário		
Banco do Brasil – Estado de São Paulo – Ágio Banco Nossa Caixa	-	591.582
Total	-	591.582

Teste de valor recuperável do ágio

O valor recuperável do ágio na aquisição de investimentos é determinado com base no valor em uso, calculado pela metodologia de fluxo de caixa descontado, que se fundamenta na projeção de um fluxo de caixa para a empresa investida (unidade geradora de caixa) e na determinação da taxa que irá descontar esse fluxo. Para avaliação do banco, foi utilizada a metodologia de fluxo de caixa livre para o acionista, descontado pelo custo de capital próprio apurado para cada instituição.

O teste de imparidade do ágio na aquisição do Banco Nossa Caixa, que foi incorporado pelo Banco do Brasil, considerou o valor em uso do Banco do Brasil no Estado de São Paulo (unidade geradora de caixa). O fluxo de caixa teve por base o resultado até outubro de 2018 e as projeções internas do resultado para novembro e dezembro de 2018 da unidade geradora de caixa.

As premissas adotadas para o cálculo foram baseadas na Estratégia Corporativa do BB e em cenário macroeconômico. Elas consideraram o desempenho naquele momento e no passado e o crescimento esperado no mercado de atuação.

A taxa de desconto utilizada para o teste de valor recuperável do ágio do Banco Nossa Caixa foi determinada pelo custo do capital próprio apurado com base no modelo CAPM, referenciado em moeda brasileira na forma unitária. Esta metodologia foi composta pela taxa livre de risco americana, pelo índice *Emerging Market Bond Index* + Brasil (EMBI + BR), como prêmio pelo risco-Brasil, pelo beta do Banco, pela média geométrica histórica do prêmio do mercado americano, pelo fator de ajuste entre os prêmios do mercado brasileiro e americano, pelo diferencial entre as inflações brasileira e americana e pelo diferencial de produtividade entre as economias norte-americana e brasileira. Os parâmetros mencionados para apuração do custo de capital foram obtidos de fontes externas.

Em 2018, foi reconhecida perda por redução ao valor recuperável do ágio do Banco Nossa Caixa, motivada pela premissa de que os benefícios econômicos já foram totalmente incorporados ao Banco do Brasil, considerando: incorporação ocorrida há mais de oito anos; extinção da rede de agências; clientes e funcionários remanescentes incorporados à base do Banco do Brasil. O montante referente a essa perda está registrado em Outras Despesas Operacionais, na Demonstração do Resultado Consolidado.

b) Movimentação do ágio

	31.12.2018	31.12.2017
Valor bruto do ágio no início do ano	591.582	591.582
Perda por imparidade acumulada no início do ano	-	-
Saldo contábil do ágio no início do ano	591.582	591.582
Ágio reconhecido no exercício	-	-
Valor bruto do ágio ao final do ano	591.582	591.582
Variação cambial	-	-
Perda por imparidade acumulada ao final do ano	(591.582)	-
Saldo contábil do ágio ao final do ano	-	591.582

c) Ativos intangíveis de vida útil definida

	Software gerado internamente	Software adquirido	Direitos por gestão de folhas de pagamento	Relacionados a carteiras de clientes	Relacionados a contratos	Outros ⁽¹⁾	Total
Custo de aquisição							
Saldo em 31.12.2016	1.185.633	2.021.133	11.139.044	2.977.539	903.310	189.360	18.416.019
Gerado internamente	264.781	-	-	-	-	-	264.781
Aquisições	-	268.186	776.148	-	-	-	1.044.334
Baixas	(10.076)	(26.535)	(1.824.210)	-	-	-	(1.860.821)
Variação cambial	-	5.034	-	(33.247)	-	-	(28.213)
Saldo em 31.12.2017	1.440.338	2.267.818	10.090.982	2.944.292	903.310	189.360	17.836.100
Gerados internamente	330.526	-	-	-	-	-	330.526
Aquisições	-	138.234	194.012	-	-	-	332.246
Baixas	(8.108)	(15.948)	(295.144)	-	-	-	(319.200)
Variação cambial	-	38.611	-	(80.457)	-	-	(41.846)
Saldo em 31.12.2018	1.762.756	2.428.715	9.989.850	2.863.835	903.310	189.360	18.137.826
Amortização acumulada							
Saldo em 31.12.2016	(418.390)	(949.061)	(5.220.716)	(2.533.310)	(903.310)	(189.360)	(10.214.147)
Amortizações	(94.854)	(177.196)	(1.806.337)	(338.016)	-	-	(2.416.403)
Baixas	-	22.317	1.824.209	-	-	-	1.846.526
Variação cambial	-	(2.593)	-	23.795	-	-	21.202
Saldo em 31.12.2017	(513.244)	(1.106.533)	(5.202.844)	(2.847.531)	(903.310)	(189.360)	(10.762.822)
Amortizações	(112.037)	(192.301)	(1.483.788)	(68.135)	-	-	(1.856.261)
Baixas	-	15.687	282.067	-	-	-	297.754
Variação cambial	-	(16.623)	-	64.863	-	-	48.240
Saldo em 31.12.2018	(625.281)	(1.299.770)	(6.404.565)	(2.850.803)	(903.310)	(189.360)	(12.273.089)
Perda por imparidade							
Saldo em 31.12.2016	-	-	(49.740)	-	-	-	(49.740)
Saldo em 31.12.2017	-	-	(49.740)	-	-	-	(49.740)
Perdas	-	-	(19.933)	-	-	-	(19.933)
Saldo em 31.12.2018	-	-	(69.673)	-	-	-	(69.673)
Valor contábil							
Saldo em 31.12.2017	927.094	1.161.285	4.838.398	96.761	-	-	7.023.538
Saldo em 31.12.2018	1.137.475	1.128.945	3.515.612	13.032	-	-	5.795.064

(1) Inclui, principalmente, as marcas adquiridas em combinações de negócios.

Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de acordo com os prazos estabelecidos na Nota 3.I.

Despesas estimadas com amortização de ativos intangíveis para os próximos exercícios

	2019	2020	2021	2022	Após 2022	Total
Valores a amortizar	1.546.005	1.254.498	1.045.187	530.705	1.418.669	5.795.064

30 – OUTROS ATIVOS E OUTROS PASSIVOS

Outros ativos	31.12.2018	31.12.2017
Financeiros	51.388.389	57.344.949
Depósitos judiciais para fins de impostos e questões trabalhistas e cíveis	38.645.709	38.794.946
Títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional ^{(1) (2)}	3.423.683	4.602.486
Fundo de compensação de variações salariais – Incorporadas	3.316.499	3.131.410
Rendas a receber ⁽²⁾	3.108.642	2.516.181
Títulos e créditos a receber ⁽³⁾	1.747.802	6.269.485
Negociação e intermediação de valores	891.964	891.172
Relações interfinanceiras/interdependências	254.090	407.765
Direitos por aquisição de <i>royalties</i> e créditos governamentais	-	494.100
Carteira de câmbio líquida	-	237.404
Não financeiros	19.780.808	21.980.191
Superávit Previ – Fundos Previdenciais (Nota 44.f)	9.511.761	9.602.214
Devedores diversos no país	3.598.179	5.983.916
Planos de benefícios pós-emprego (Nota 44.e)	3.771.509	4.540.356
Impostos pagos antecipadamente	781.138	521.206
Despesas pagas antecipadamente	514.678	285.390
Bens não de uso próprio, líquido de provisão para desvalorização	289.293	230.054
Adiantamentos a empregados	283.678	255.568
Outros	1.030.572	561.487
Total	71.169.197	79.325.140

(1) Inclui o saldo de R\$ 1.592.641 mil (R\$ 2.166.453 mil em 31.12.2017) relativo à equalização de taxas – safra agrícola – Lei nº 8.427/1992, e o saldo de R\$ 392.414 mil (R\$ 416.269 mil em 31.12.2017) relativo ao alongamento de crédito rural.

(2) Inclui o valor de R\$ 3.355.829 mil (R\$ 2.732.288 mil em 31.12.2017) relativo a Recebíveis na forma do IFRS 15.

(3) No Exercício/2018 foi reclassificado o saldo de R\$ 4.064.247, para Aquisição de Recebíveis de Cartão na nota 23.

Outros passivos	31.12.2018	31.12.2017
Financeiros	38.151.747	35.974.924
Obrigações por transações de pagamento	25.004.256	23.450.809
Adiantamentos recebidos por contrato de câmbio	7.422.208	6.100.891
Recebimentos por conta de terceiros	2.910.355	2.981.316
Depósitos vinculados a garantias	1.381.302	2.422.714
Obrigações por negociação e intermediação de valores	976.921	1.019.194
Carteira de câmbio líquida	456.705	-
Não financeiros	36.740.031	34.883.625
Planos de benefícios pós-emprego (Nota 44.e)	12.677.088	11.919.681
Credores diversos no país	4.996.098	5.313.655
Encargos e obrigações trabalhistas	4.148.128	3.986.748
Dividendos, gratificações e bonificações a pagar	3.073.055	1.353.830
Provisão para pagamentos diversos a efetuar	2.306.589	2.330.013
Obrigações por convênios oficiais e serviços de pagamento	1.594.439	2.069.019
Impostos	1.154.285	1.092.078
Credores diversos no exterior	754.410	672.359
Receitas antecipadas ⁽¹⁾	448.237	429.373
Outros	5.587.702	5.716.869
Total	74.891.778	70.858.549

(1) Refere-se, principalmente, a prêmios recebidos em contratos de prestação de garantia, os quais estão sendo gradualmente reconhecidos como receita.

31 – DEPÓSITOS DE CLIENTES

	31.12.2018	31.12.2017
Brasil	420.394.035	396.556.349
Depósitos à vista	58.852.044	61.086.591
Sem remuneração	58.469.023	60.655.284
Com remuneração ⁽¹⁾	383.021	431.307
Depósitos a prazo	186.687.248	175.179.883
Depósitos de poupança	174.854.743	160.289.875
Exterior	31.974.141	29.520.254
Depósitos à vista	9.169.885	9.071.314
Sem remuneração	9.169.885	9.071.314
Depósitos a prazo	22.804.256	20.448.940
Total	452.368.176	426.076.603

(1) Referem-se a "Special Accounts", cuja finalidade é registrar a movimentação de contas em moedas estrangeiras abertas no país em nome de embaixadas, legações estrangeiras, organismos internacionais, assim como entidades da administração pública beneficiárias de créditos ou mutuárias de empréstimos concedidos por organismos financeiros internacionais ou agências governamentais estrangeiras.

32 – VALORES A PAGAR A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

	31.12.2018	31.12.2017
Depósitos de instituições financeiras	33.668.595	24.152.759
Carteiras de crédito cedidas com coobrigação	404.844	496.365
Total	34.073.439	24.649.124

33 – OBRIGAÇÕES POR OPERAÇÕES COMPROMISSADAS

	31.12.2018	31.12.2017
Carteira própria	39.570.367	40.235.552
Letras Financeiras do Tesouro	21.114.864	15.660.312
Títulos privados	17.417.544	23.576.205
Letras do Tesouro Nacional	9	-
Outros títulos	1.037.950	999.035
Carteira de terceiros	363.330.835	336.007.143
Letras Financeiras do Tesouro	316.612.217	332.990.784
Letras do Tesouro Nacional	32.645.031	3.016.349
Notas do Tesouro Nacional	14.073.569	-
Outros títulos	18	10
Total	402.901.202	376.242.695

34 – OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

	31.12.2018	31.12.2017
Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários	124.767.338	133.765.797
Obrigações por repasses	66.731.541	80.885.216
Dívidas subordinadas	58.828.784	63.342.298
Bônus perpétuos	24.928.080	23.621.736
Fundos financeiros e de desenvolvimento	15.522.421	16.794.750
Outros	20.986.748	19.572.493
Total	311.764.912	337.982.290

a) Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários

Captações	Moeda	Valor Emitido	Remuneração a.a.	Ano Captação	Vencimento	31.12.2018	31.12.2017
Programa "Global medium-term notes"						10.447.721	10.283.894
	EUR	1.000.000	3,75%	2013-2014	2018	-	4.034.287
	CHF	275.000	2,50%	2013	2019	1.097.028	943.297
	USD	500.000	6,00%	2010	2020	1.987.453	1.695.693
	USD	1.000.000	4,63%	2017	2025	3.933.679	3.313.262
	R\$	293.085	10,15%	2017	2027	274.612	297.355
	USD	750.000	4,88%	2018	2023	2.930.439	-
	COP	160.000.000	8,51%	2018	2025	224.510	-
"Senior Notes"						7.039.710	6.002.340
	USD	1.809.700 ⁽¹⁾	3,88%	2012	2022	7.039.710	6.002.340
Notas estruturadas						82.316	73.527
	EUR	18.400	2,21% a 3,55%		2021	82.316	73.527
Certificado de depósito ⁽²⁾						2.108.603	4.543.422
Curto prazo			2,03% a 4,60%			1.968.914	4.353.804
Longo prazo			2,35% a 3,90%		2021	139.689	189.618
Certificado de operações estruturadas						133.809	102.553
Curto prazo			6,24% a 11,23% DI			116.426	67.291
Longo prazo			7,90% a 10,58% DI		2022	17.383	35.262
Letras de crédito imobiliário						17.264.716	16.885.957
			50,00% a 95,00% DI ou TR + 7,7151%			4.704.521	1.484.174
Curto prazo						12.560.195	15.401.783
Longo prazo					2026		
Letras de crédito do agronegócio						78.937.444	88.897.938
			70,00% a 98,00% DI Pré 6,00%			24.403.914	54.510.038
Curto prazo						54.533.530	34.387.900
Longo prazo					2021		
Letras financeiras						5.402.992	3.874.634
			98,25% a 102,00% DI IPCA + 4,50% a IPCA + 5,30% Pré 7,40% a 12,58%			148.375	2.722.723
Curto prazo						5.254.617	1.151.911
Longo prazo					2021		
Banco Patagonia						172.878	393.408
			Pré 25,77% a 27,45% Badlar + 344 pto a Badlar + 417 pto			125.048	225.743
Curto prazo	ARS					47.830	167.665
Longo prazo	ARS				2020		
Entidades de propósitos específicos no exterior (EPE)						3.197.379	2.765.909
Securitização do fluxo futuro de ordens de pagamento do exterior ⁽³⁾							
	USD	6.000 ⁽¹⁾	5,25%	2008	2018	-	39.789
Notas estruturadas ⁽³⁾							
	USD	500.000	Libor 6m + 2,50%	2014-2015	2034	1.954.501	1.665.228
	USD	320.000	Libor 6m + 3,25%	2015	2030	1.242.878	1.060.892
Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários, em poder de controlada no exterior						(20.230)	(57.785)
Total						124.767.338	133.765.797

(1) Refere-se ao valor *outstanding*, uma vez que ocorreram recompras parciais.

(2) Títulos no exterior em USD.

(3) Informações relativas às EPE podem ser encontradas na Nota 5.

Notas:

Libor – Taxa interbancária do mercado de Londres

Badlar – Taxa interbancária do mercado de Buenos Aires.

b) Obrigações por repasses

As obrigações por repasses são fontes de captação junto a outras instituições financeiras ou órgãos governamentais nacionais, predominantemente de longo prazo, para incentivo à produção nacional. Os recursos são provenientes do Tesouro Nacional, Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), Caixa Econômica Federal (CEF), dentre outros órgãos.

Desta forma, o Banco atua como agente financeiro dos programas governamentais de incentivo a determinados setores da economia. Na agricultura, por meio dos repasses, com destaque:

- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf);
- Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira (Cacau);
- Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária (Recoop);
- Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé); e
- Poupança Rural.

Na indústria, por meio dos repasses oriundos, principalmente, dos programas do BNDES e da Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame).

	31.12.2018	31.12.2017
Obrigações por repasses		
Do país – Instituições oficiais	66.731.064	80.884.739
Do exterior	477	477
Total	66.731.541	80.885.216

Do País – Instituições Oficiais

Programas	Taxa de Atualização	31.12.2018	31.12.2017
Tesouro nacional – crédito rural		165.557	145.264
Pronaf	TMS (se disponível) ou Pré 0,50% a.a. a 4,60% a.a. (se aplicado)	11.020	27.991
Cacau	IGP-M + 8,00% a.a. ou TJLP + 0,60% a.a. ou Pré 6,35% a.a.	105.780	101.247
Recoop	Pré 5,75% a.a. a 8,25% a.a. ou IGP-DI + 1,00% a.a. ou IGP-DI + 2,00% a.a.	10.770	11.381
Outros		37.987	4.645
BNDES ⁽¹⁾	Pré 0,00% a.a. a 9,50% a.a. TJLP + 0,00% a.a. a 4,00% a.a. IPCA + 4,82% a.a. a 9,41% a.a. Selic + 0,50% a.a. a 2,08% a.a. Var. Camb. + 0,90% a.a. a 3,00% a.a. TLP + 1,42% a.a. a 2,10% a.a.	21.764.812	26.936.192
Caixa Econômica Federal ⁽²⁾	Pré 5,30% a.a. (média)	29.413.089	26.558.065
Finame ⁽³⁾	Pré 0,00% a.a. a 8,50% a.a. TJLP + 0,50% a.a. a 5,50% a.a. Var. Camb. + 0,90% a.a. a 3,00% a.a. Selic + 2,08% a.a. a 2,45% TLP + 1,42% a.a. a 2,33% a.a.	15.138.554	19.775.098
Outras instituições oficiais		249.052	7.470.120
Suprimento especial – Poupança rural	TR	-	7.158.515
Suprimento especial – Depósitos		-	249.844
Funcafé	TMS (se disponível) Pré 5,50% a.a. a 11,25% a.a. ou FAM + 1,28% a 3,67% (se aplicado)	249.024	61.734
Outros		28	27
Total		66.731.064	80.884.739

(1) Prazo médio da maturidade das operações com BNDES é de 66 meses.

(2) Prazo médio da maturidade das operações com a Caixa Econômica Federal é de 300 meses.

(3) Prazo médio da maturidade das operações com Finame é de 27 meses.

Notas:

TMS – Taxa média SELIC divulgada pelo Banco Central do Brasil.

TJLP – Taxa de juros de longo prazo fixada pelo Conselho Monetário Nacional.

TR – Taxa referencial de juros divulgada pelo Banco Central do Brasil.

IGP-DI – Índice geral de preços – disponibilidade interna.

IGP-M – Índice geral de preços – mercado.

Do Exterior

	31.12.2018	31.12.2017
Fundo especial de apoio às pequenas e médias empresas industriais	477	477
Total	477	477

c) Dívidas subordinadas

Captações		Valor Emitido	Remuneração a.a.	Ano Captação	Vencimento	31.12.2018	31.12.2017
Banco do Brasil							
Recursos FCO – Fundo Constitucional do Centro-Oeste						29.336.898	27.870.141
Dívidas subordinadas no exterior						11.522.511	9.826.030
	USD	660.000	5,38%	2010	2021	2.616.710	2.232.252
	USD	1.500.000	5,88%	2011	2022	5.934.900	5.059.991
	USD	750.000	5,88%	2012	2023	2.970.901	2.533.787
Letras financeiras subordinadas						18.006.049	25.679.955
		4.844.900	111,50% do CDI 1,06% a 1,11% + CDI 5,24% a 5,56% + IPCA Pré 10,51%	2012	2018	-	8.923.941
		215.000	112,00% do CDI	2012	2019	437.979	408.542
		150.500	112,50% do CDI 5,45% + IPCA	2012	2020	308.977	286.248
		4.680.900	111,00% do CDI	2013	2019	9.000.459	8.400.751
		540.623	112,00% a 114,00% do CDI	2014	2020	910.169	848.135
		3.868.384	113,00% a 115,00% do CDI	2014	2021	6.605.387	6.151.317
		400.000	8,08% + IPCA	2014	2022	743.078	661.021
Dívidas subordinadas emitidas pelo Banco, em poder de controlada no exterior						(36.674)	(33.828)
Total das dívidas subordinadas ⁽¹⁾						58.828.784	63.342.298

(1) O montante de R\$ 38.925.975 mil (R\$ 40.327.803 mil em 31.12.2017) compõe o nível II do Patrimônio de Referência (PR), de acordo com as regras aplicadas às instituições financeiras no Brasil.

Notas:

CDI – Taxa média dos depósitos interbancários.

IPCA – Índice de preços ao consumidor amplo.

d) Bônus perpétuos

Captações	Moeda	Valor emitido ⁽¹⁾	Remuneração a.a.	Data Captação	31.12.2018	31.12.2017
Bônus perpétuos						
	USD	898.512	8,50%	10/2009	3.536.595	5.032.780
	USD	1.298.727	9,25%	01 e 03/2012	5.221.040	4.800.902
	USD	1.988.000	6,25%	01/2013	7.783.964	6.641.984
	USD	2.169.700	9,00%	06/2014	8.410.702	7.176.685
Total					24.952.301	23.652.351
Bônus perpétuos emitidos pelo Banco, em poder de controlada no exterior					(24.221)	(30.615)
Total					24.928.080	23.621.736

(1) Refere-se ao *outstanding value*, uma vez que ocorreram recompras parciais desses instrumentos.

Esta seção pode ser lida em conjunto com a Nota 40 – Capital Regulatório e Limite de Imobilização.

Do total dos bônus perpétuos, o montante de R\$ 24.120.630 mil compõe o Patrimônio de Referência – PR (R\$ 22.907.900 mil em 31.12.2017).

O bônus emitido em outubro de 2009, no valor de USD 1.500.000 mil (*outstanding value* USD 898.500 mil), tem opção de resgate por iniciativa do Banco a partir de 2020 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, desde que autorizado previamente pelo Banco Central do Brasil (Bacen). Caso o Banco não exerça a opção de resgate em outubro de 2020, os juros incidentes sobre os títulos serão corrigidos nessa data para 7.782% mais o preço de negociação dos Títulos do Tesouro Norte-americano de dez anos. A partir dessa data, a cada dez anos, os juros incidentes sobre os títulos serão corrigidos levando-se em consideração o preço de negociação dos Títulos do Tesouro Norte-americano de dez anos.

Os bônus emitidos em janeiro e março (reabertura) de 2012, nos valores de USD 1.750.000 mil (*outstanding value* USD 1.298.727 mil) e o bônus emitido em janeiro de 2013, no valor de USD 2.000.000 mil (*outstanding value* USD 1.988.000 mil), tiveram, em 27 de setembro de 2013, seus termos e condições alterados com a finalidade de ajustá-los às regras da Resolução CMN nº 4.192/2013, que regulamenta a implementação de Basileia III no Brasil. As alterações entraram em vigor em 1º de outubro de 2013, quando os instrumentos foram submetidos ao Bacen para a obtenção de autorização para integrarem o Capital Complementar (Nível I) do Banco. A autorização foi concedida em 30 de outubro de 2013.

O bônus emitido em junho de 2014, no valor de USD 2.500.000 mil (*outstanding value* USD 2.169.700 mil), têm opção de resgate por iniciativa do Banco a partir de 18 de junho de 2024 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, desde que autorizado previamente pelo Bacen. Caso o Banco não exerça a opção de resgate em junho de 2024, os juros incidentes sobre os títulos serão corrigidos nessa data para 6.362% mais o preço de negociação dos Títulos do Tesouro Norte-Americano de dez anos.

Os novos termos e condições alterados em 27 de setembro de 2013 e o bônus emitido em junho de 2014 determinam que o Banco suspenda os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos emitidos (que não serão devidos, nem acumulados) caso:

- (i) os lucros distribuíveis no período não sejam suficientes para a realização do referido pagamento (condição discricionária para o Banco);
- (ii) o Banco não esteja enquadrado ou o pagamento desses encargos não permita que esteja em conformidade com os níveis de adequação de capital, limites operacionais ou seus indicadores financeiros estejam abaixo do nível mínimo exigido pela regulamentação aplicável a bancos brasileiros;
- (iii) o Bacen ou as autoridades regulatórias determinem a suspensão dos pagamentos dos referidos encargos;
- (iv) algum evento de insolvência ou falência ocorra;
- (v) alguma inadimplência ocorra.

De acordo com as regras de Basileia III, os bônus emitidos em janeiro e março de 2012, em janeiro de 2013 e em junho de 2014 contam com mecanismos de “absorção de perdas” (*loss absorption*). Além disso, caso o item (i) ocorra, o pagamento de dividendos pelo Banco aos seus acionistas ficará limitado ao mínimo obrigatório determinado pela legislação aplicável até que os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos tenham sido retomados integralmente. Por fim, estes bônus serão extintos de forma permanente e em valor mínimo correspondente ao saldo computado no capital de Nível I do Banco caso:

- (i) o capital principal do Banco for inferior a 5.125% do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA);
- (ii) seja tomada a decisão de fazer uma injeção de capital do setor público ou suporte equivalente ao Banco, impedindo que a instituição se torne inviável;
- (iii) o Bacen, em avaliação discricionária regulamentada pelo CMN, estabelecer por escrito a extinção dos títulos para viabilizar a continuidade do Banco.

Caso o Banco não exerça a opção de resgate em abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012, em abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013, e em junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, a taxa de juros dos títulos será redefinida naquela data e a cada dez anos de acordo com os Títulos do Tesouro Norte-Americano de dez anos vigente na época mais o *spread* inicial de crédito. Os títulos apresentam as seguintes opções de resgate, sujeitas a autorização prévia do Bacen:

- (i) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, em abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012, em abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013 e em junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, pelo preço base de resgate;
- (ii) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão desde que anterior a abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012, a abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013 e a junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, em função de evento tributário, pelo preço base de resgate;
- (iii) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão e desde que anterior a abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012 e a abril de 2024 para o bônus emitido em 2013, em função de evento regulatório, pelo maior valor entre o preço base de resgate e o *Make-whole amount*.
- (iv) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão desde que anterior a junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, em função de evento regulatório, pelo preço base de resgate.

Os bônus emitidos em outubro de 2009 determinam que o Banco suspenda os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos emitidos (que não serão devidos, nem acumulados) caso:

- (i) o Banco não esteja enquadrado ou o pagamento desses encargos não permita que esteja em conformidade com os níveis de adequação de capital, limites operacionais ou seus indicadores financeiros estejam abaixo do nível mínimo exigido pela regulamentação aplicável a bancos brasileiros;
- (ii) o Bacen ou as autoridades regulatórias determinem a suspensão dos pagamentos dos referidos encargos;
- (iii) algum evento de insolvência ou falência ocorra;
- (iv) alguma inadimplência ocorra; ou
- (v) o Banco não tenha distribuído o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos portadores de ações ordinárias referentes ao período de cálculo de tais juros e/ou acessórios.

e) Fundos financeiros e de desenvolvimento

	31.12.2018	31.12.2017
Marinha Mercante	8.754.178	8.428.862
Pasep	1.529.567	4.285.088
Fundo Constitucional do Centro Oeste – FCO ⁽¹⁾	1.249.914	-
Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE	1.836.454	2.009.071
Fundo de Desenvolvimento do Centro Oeste – FDCO	1.206.319	1.175.704
Fundos do Governo do Estado de São Paulo	857.284	776.541
Fundo Nacional de Aviação Civil – FNAC	48.148	55.989
Outros	40.557	63.495
Total	15.522.421	16.794.750

(1) A Resolução CMN nº 4.679/2018 passou a limitar a utilização dos recursos do FCO para composição no nível II do Patrimônio de Referência – PR (Nota 40). O montante divulgado se refere ao que excede esse valor, sendo R\$ 793.415 mil de recursos aplicados (remunerados pelos encargos pactuados com os mutuários, deduzido o *del credere* da instituição financeira, conforme artigo 9º da Lei nº 7.827/1989) e R\$ 456.499 mil de recursos disponíveis (remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Banco Central do Brasil – Bacen, conforme artigo 9º da Lei nº 7.827/1989).

O Fundo da Marinha Mercante (FMM) tem como objetivo prover recursos para a renovação, ampliação e recuperação da frota mercante nacional e para o desenvolvimento da indústria de construção naval do país. Os recursos recebidos são remunerados pela variação da Taxa Média Selic (TMS). A remuneração dos recursos aplicados em operações ativas é de 0.1% ou 0.5% ao ano mais Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para financiamentos de itens nacionais ou mais variação cambial (dólar americano) para financiamentos de itens importados. O risco de crédito das operações contratadas é do Banco. No acordo entre o provedor dos recursos e o Banco não há cláusula aplicável para cancelamento ou pagamento antecipado dos recursos por parte do Banco. Qualquer alteração deve ser promovida por meio de aditivos ao acordo firmado entre as partes.

O Programa de Formação do Servidor Público – Pasep é um programa governamental brasileiro que tem o objetivo de promover a distribuição de renda entre a população. Além disso, os recursos podem ser aplicados em favor do desenvolvimento econômico-social. Enquanto não utilizados em operações de crédito, os recursos são remunerados com base na taxa de rentabilidade das aplicações realizadas no Banco Central do Brasil – Taxa extramercado (DEDIP). Quando aplicados em operações de crédito, a remuneração é a Taxa Referencial – TR adicionada a juros de 6% ao ano. O risco de crédito das operações contratadas é assumido integralmente pelo Banco. No acordo entre o provedor dos recursos e o Banco não há cláusula aplicável para cancelamento ou pagamento antecipado dos recursos por parte do Banco. Qualquer alteração deve ser promovida por meio de aditivos ao acordo firmado entre as partes.

Os Fundos do Governo do Estado de São Paulo tem como objetivo fomentar o desenvolvimento econômico e social daquele Estado, através da geração de *funding* para operações de crédito ou repasses, subvenções, subsídios e equalização de taxas de juros. Enquanto não utilizados em operações de crédito, os recursos são remunerados pelas taxas praticadas pelo Fundo de Investimento BB Nossa Caixa Renda Fixa Governos. Excetuando-se os repasses, subvenções, subsídios e equalização de taxas de juros, por não serem reembolsáveis, à medida que são aplicados os recursos passam a ser remunerados pelas taxas de juros praticadas pelas operações de crédito. O Banco administra o fundo na qualidade de agente financeiro do tesouro estadual. O risco de crédito das operações é integralmente assumido pelos Fundos. Se os recursos não são concedidos sob a forma de empréstimos, o resgate é feito, aleatoriamente, mediante pedido formal do alocador, ou quando do seu encerramento. Caso sejam concedidos sob a forma de empréstimos, o resgate é realizado no dia útil subsequente ao pagamento das parcelas realizados pelos mutuários.

f) Outras obrigações

	31.12.2018	31.12.2017
Obrigações por empréstimos	20.897.987	19.455.138
Financiamentos à importação	88.761	117.355
Total	20.986.748	19.572.493

Em 31.12.2018, a taxa média ponderada de juros aplicável às obrigações por empréstimos no exterior era de 3.59% a.a. (2.71% a.a. em 31.12.2017).

g) Obrigações por prazo de exigibilidade

	2019	2020	2021	2022	2023	Após 2023	Sem vencimento	Total
Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários	32.565.915	60.969.968	13.535.239	7.088.616	2.943.530	7.664.070	-	124.767.338
Obrigações por repasses	38.148.542	6.176.725	5.058.119	4.816.170	3.200.105	9.331.880	-	66.731.541
Dívidas subordinadas	9.440.498	1.219.146	9.222.097	6.677.978	2.970.901	29.298.164	-	58.828.784
Bônus perpétuos	62.168	-	-	-	-	-	24.865.912	24.928.080
Fundos financeiros e de desenvolvimento	9.494.039	899.763	899.763	899.763	899.763	2.429.330	-	15.522.421
Outras	18.179.594	1.304.795	1.304.795	98.783	98.781	-	-	20.986.748
Total	107.890.756	70.570.397	30.020.013	19.581.310	10.113.080	48.723.444	24.865.912	311.764.912

h) Conciliação dos passivos decorrentes de atividades de financiamento

	31.12.2017	Movimentações Caixa		Movimentações Não Caixa		31.12.2018
		Captações	Liquidação / Pagamento	Alterações nas taxas de câmbio	Outros	
Instrumentos de dívida	86.964.034	5.003.972	(12.354.841)	4.143.699	-	83.756.864
Dívida subordinada	63.342.298	3.047.420	(8.539.580)	978.646	-	58.828.784
Bônus perpétuo	23.621.736	1.956.552	(3.815.261)	3.165.053	-	24.928.080
Instrumentos de patrimônio	1.063.871	-	(4.861.678)	(319.409)	4.018.813	(98.403)
Resultado acumulados não apropriados ⁽¹⁾	(2.817.724)	-	(2.289.104)	-	2.361.369	(2.745.459)
Participação de acionistas não controladores ⁽²⁾	3.881.595	-	(2.572.574)	(319.409)	1.657.444	2.647.056
Total – movimentação		5.003.972	(17.216.519)	3.824.290	4.018.813	
Movimentação líquida			(12.212.547)	7.843.103		

	31.12.2016	Movimentações Caixa		Movimentações Não Caixa		31.12.2017
		Captações	Liquidação / Pagamento	Alterações nas taxas de câmbio	Outros	
Instrumentos de dívida	85.265.825	6.228.583	(4.973.256)	442.882	-	86.964.034
Dívida subordinada	61.975.751	4.381.609	(3.144.975)	129.913	-	63.342.298
Bônus perpétuo	23.290.074	1.846.974	(1.828.281)	312.969	-	23.621.736
Instrumentos de patrimônio	1.186.806	-	(3.926.693)	(124.383)	3.928.141	1.063.871
Resultado acumulados não apropriados ⁽¹⁾	(2.513.647)	-	(1.462.999)	-	1.158.922	(2.817.724)
Participação de acionistas não controladores ⁽²⁾	3.700.453	-	(2.463.694)	(124.383)	2.769.219	3.881.595
Total – movimentação		6.228.583	(8.899.949)	318.499	3.928.141	
Movimentação líquida			(2.671.366)	4.246.640		

(1) Inclui os juros sobre instrumento elegível a capital principal e dividendos ou juros sobre o capital próprio de acionistas controladores.

(2) Inclui dividendos ou juros sobre o capital próprio de acionistas não controladores bem como a variação de participações societárias em controladas.

35 – PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Ações trabalhistas

O Banco é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos, em grande maioria, por ex-empregados, sindicatos da categoria ou ex-empregados de empresas prestadoras de serviços (terceirizados). Esses processos contêm vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de gratificação de função e outros.

Ações fiscais

Em fiscalizações realizadas pelas autoridades fiscais, o Banco está sujeito a questionamentos com relação a tributos e condutas fiscais, que podem eventualmente gerar autuações, como por exemplo: composição da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) – dedutibilidades; e discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos geradores. A maioria das ações judiciais oriundas das autuações versa sobre ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins, IOF e Contribuições Previdenciárias Patronais. Para garantia destas ações, quando necessário, existem penhoras em dinheiro, títulos públicos, imóveis, ou depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão, de forma a impedir a inclusão do Banco em cadastros restritivos, bem como a não obstar a renovação semestral de sua Certidão de Regularidade Fiscal.

Ações de natureza cível

Os processos judiciais de natureza cível consistem, principalmente, em ações de clientes e usuários pleiteando indenização por danos materiais e morais relativos a produtos e serviços bancários, expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos sobre aplicações financeiras, depósitos judiciais e crédito rural, e devolução de valores pagos em razão de revisão de cláusulas contratuais de encargos financeiros.

As indenizações por danos materiais e morais, geralmente, têm como fundamento a legislação de defesa do consumidor, na maioria das vezes processadas e julgadas nos Juizados Especiais Cíveis – JEC, cujo valor está limitado a quarenta salários mínimos. Em 31.12.2018, o salário mínimo era R\$ 954,00.

Entre as ações judiciais de natureza cível, destacam-se as de cobrança de diferença de correção monetária de cadernetas de poupança e depósitos judiciais relativos ao período dos Planos Econômicos (Plano Bresser, Plano Verão e Planos Collor I e II), bem como a repetição de indébito correspondente ao índice de correção monetária cobrado em operações rurais em março de 1990 (Plano Collor I).

Embora o Banco do Brasil tenha cumprido a legislação e regulamentação vigentes à época, os referidos processos vêm sendo provisionados, considerando as ações em que o Banco é citado e as correspondentes perspectivas de perdas, consideradas depois de analisada cada demanda, tendo em vista a jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça – STJ e do Supremo Tribunal Federal – STF.

Em relação aos litígios que versam sobre os expurgos inflacionários em cadernetas de poupança, o Supremo Tribunal Federal – STF suspendeu o andamento dos processos que estavam na fase de conhecimento, até que haja pronunciamento definitivo daquela Corte quanto ao direito discutido. Cumpre ressaltar que, no final de 2017, a Febraban e as entidades representativas dos poupadores firmaram acordo em relação às demandas envolvendo os planos econômicos em cadernetas de poupança, que já foi objeto de homologação pelo STF. Desde maio/2018, os poupadores podem aderir ao acordo, por meio de ferramenta disponibilizada pela Febraban. Em outubro de 2018, o Ministro Gilmar Mendes determinou nos autos do RE 632.212/SP a suspensão dos processos relacionados aos expurgos inflacionários dos planos econômicos em poupança, independentemente da fase processual (conhecimento, liquidação ou execução), pelo prazo de 24 meses a contar de 05.02.2018, data de homologação do acordo.

a) Provisões

Em conformidade com a IAS 37, o Banco constitui provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis com risco de perda “provável”.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações, pelo julgamento da administração da entidade, por meio da opinião dos assessores jurídicos com base nos elementos do processo, complementadas pela complexidade e pela experiência de demandas semelhantes.

A Administração do Banco considera suficientes as provisões constituídas para atendimento às perdas decorrentes de demandas trabalhistas, fiscais e cíveis.

Movimentação das provisões para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis

	Exercício/2018	Exercício/2017	Exercício/2016
Demandas trabalhistas			
Saldo inicial	2.652.361	2.456.978	2.088.833
Constituição	1.485.098	1.227.945	1.979.961
Reversão da provisão	(411.492)	(207.902)	(869.084)
Baixa por pagamento	(1.476.428)	(1.099.010)	(1.112.098)
Ajuste combinação de negócios	25.207	26.083	28.982
Atualização monetária e variação cambial	246.222	248.267	340.384
Saldo final	2.520.968	2.652.361	2.456.978
Demandas fiscais			
Saldo inicial	258.324	276.015	245.695
Constituição	177.286	98.276	185.316
Reversão da provisão	(99.143)	(99.684)	(130.877)
Baixa por pagamento	(82.871)	(35.907)	(50.761)
Atualização monetária e variação cambial	9.128	19.624	26.642
Saldo final	262.724	258.324	276.015
Demandas cíveis			
Saldo inicial	6.689.666	6.829.946	7.046.482
Constituição	3.857.889	1.872.625	5.817.446
Reversão da provisão	(177.798)	(631.664)	(4.745.939)
Baixa por pagamento	(3.697.589)	(1.660.655)	(1.667.061)
Ajuste combinação de negócios	34.055	33.179	36.866
Atualização monetária e variação cambial	291.221	246.235	342.152
Saldo final	6.997.444	6.689.666	6.829.946
Total das demandas trabalhistas, fiscais e cíveis	9.781.136	9.600.351	9.562.939

Despesa com demandas trabalhistas, fiscais e cíveis

	Exercício/2018	Exercício/2017	Exercício/2016
Demandas trabalhistas	(1.345.035)	(1.294.393)	(1.480.243)
Demandas fiscais	(87.271)	(18.216)	(81.081)
Demandas cíveis	(4.005.367)	(1.520.375)	(1.450.525)
Total	(5.437.673)	(2.832.984)	(3.011.849)

Cronograma esperado de desembolsos

	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis
Até 5 anos	2.456.701	136.813	5.695.065
Acima de 5 anos	64.267	125.911	1.302.379
Total	2.520.968	262.724	6.997.444

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saída.

b) Passivos contingentes

As demandas trabalhistas, fiscais e cíveis classificadas com risco “possível” são dispensadas de constituição de provisão com base na IAS 37.

Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

Os montantes evidenciados no quadro abaixo representam a estimativa do valor que provavelmente será desembolsado em caso de condenação do Banco. As demandas são classificadas como possível quando a chance de vencer é igual à chance de perder, não havendo elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo.

	31.12.2018	31.12.2017
Demandas trabalhistas	218.985	193.780
Demandas fiscais ⁽¹⁾	13.053.487	12.475.951
Demandas cíveis	2.359.921	2.327.630
Total	15.632.393	14.997.361

(1) As principais contingências têm origem em (i) autos de infração lavrados pelo INSS visando o recolhimento de contribuições incidentes sobre abonos salariais pagos nos acordos coletivos do período de 1995 a 2006, no valor de R\$ 3.723.775 mil, verbas de transporte coletivo e utilização de veículo próprio por empregados do Banco do Brasil, no valor de R\$ 333.407 mil, e participações nos lucros e resultados de funcionários, correspondentes ao período de abril de 2001 a outubro de 2003, no valor de R\$ 638.519 mil e (ii) autos de infração lavrados pelas Fazendas Públicas dos Municípios visando a cobrança de ISSQN, no montante de R\$ 1.683.317 mil.

c) Ativos contingentes

Em conformidade com a IAS 37, não são reconhecidos ativos contingentes nas demonstrações contábeis.

d) Depósitos em garantia de recursos

Os depósitos judiciais em garantia são depósitos de quantias em dinheiro efetuados no Banco ou em outra instituição financeira oficial, como meio de pagamento ou como meio de garantir o pagamento de condenações, indenizações, acordos e demais despesas decorrentes de processos judiciais. Os valores estão apresentados no balanço patrimonial em Outros ativos.

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	31.12.2018	31.12.2017
Demandas trabalhistas	5.684.226	5.579.789
Demandas fiscais	9.398.915	9.905.943
Demandas cíveis	23.562.567	23.309.214
Total	38.645.708	38.794.946

36 – IMPOSTO DE RENDA**a) Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) apresentados na Demonstração do Resultado Consolidado**

	Exercício/2018	Exercício/2017	Exercício/2016
Impostos correntes			
Do exercício	(3.297.317)	(3.292.860)	(6.650.204)
Ajuste de exercícios anteriores	(6.900)	2.175	14.636
Total	(3.304.217)	(3.290.685)	(6.635.568)
Impostos diferidos			
Prejuízos fiscais de IR/bases negativas de CSLL	1.125.118	(4.987)	(122.176)
Ajustes de combinação de negócios	291.996	186.384	179.060
Ajustes de marcação a mercado de ativos financeiros	82.118	(2.477)	24.763
Ajuste da carteira de arrendamento mercantil	29.975	27.492	3.602
Decorrente de ganhos atuariais	-	-	36.618
Decorrente de resultado não realizado	(77.543)	(68.611)	(77.543)
Atualização de depósitos judiciais	(286.791)	(321.619)	(442.739)
Ajustes decorrentes de provisão para perdas em empréstimos a clientes	(946.099)	791.144	1.622.038
Outros encargos diferidos	(2.242.655)	(971.799)	3.181.095
Total	(2.023.881)	(364.473)	4.404.718
Total do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o lucro líquido	(5.328.098)	(3.655.158)	(2.230.850)

b) Conciliação dos encargos com IR e CSLL

	Exercício/2018	Exercício/2017	Exercício/2016
Resultado antes da tributação sobre o lucro	20.414.199	15.930.461	10.890.427
Despesa de IR (25%) e de CSLL (20%) pelas alíquotas legais	(9.186.390)	(7.168.708)	(4.900.692)
Encargos dos juros sobre o capital próprio	2.322.820	1.453.029	1.059.573
Resultado de participação em coligadas e <i>joint ventures</i>	1.592.243	1.687.940	1.781.947
Receitas do Fundo Constitucional do Centro-Oeste – FCO	1.569.884	1.183.882	1.101.674
Resultado com conversão de investimentos no exterior	704.114	155.930	(826.057)
Encargos sobre resultado de empresas consolidadas com alíquota diferenciada	442.638	469.734	415.585
Encargos sobre receitas não tributáveis/despesas não dedutíveis	(2.773.407)	(1.436.965)	(862.880)
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	(5.328.098)	(3.655.158)	(2.230.850)
Alíquota efetiva	26,10%	22,94%	20,48%

c) IR e CSLL lançados contra o patrimônio líquido

	Exercício/2018	Exercício/2017	Exercício/2016
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro líquido	(5.328.098)	(3.655.158)	(2.230.850)
IR e CSLL sobre outros resultados abrangentes	857.454	(2.332.536)	620.581
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o resultado abrangente	(4.470.644)	(5.987.694)	(1.610.269)

d) IR e CSLL diferidos apresentados no Balanço Patrimonial Consolidado**Ativos**

	31.12.2017	Constituições	Baixas	31.12.2018
Ativos fiscais diferidos				
Provisão para perdas em empréstimos a clientes	24.635.539	8.643.160	(12.505.345)	20.773.354
Provisão com planos de benefícios pós-emprego	5.776.793	2.386.287	(1.935.608)	6.227.472
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	4.320.158	1.784.578	(2.192.281)	3.912.455
Combinação de negócios	1.925.833	305.312	-	2.231.145
Prejuízos fiscais de IR/bases negativas de CSLL	525.995	4.532.779	(3.540.669)	1.518.105
Marcação a mercado negativa de ativos financeiros	1.116.971	1.120.060	(1.436.244)	800.787
Contribuição social a compensar	667.060	-	-	667.060
Diferimento de tarifas para adequação à taxa efetiva de juros	260.630	15.783	-	276.413
Outras provisões	251.480	78.865	1.536.981	1.867.326
Total	39.480.459	18.866.824	(20.073.166)	38.274.117

Passivos

	31.12.2018	31.12.2017
Passivos fiscais diferidos		
Ganhos por compras vantajosas	(917.729)	(917.729)
Créditos recuperados a prazo	(425.634)	(397.092)
Atualização de depósitos judiciais	(316.489)	(88.924)
Marcação a mercado positiva de ativos financeiros	(283.953)	(747.579)
Decorrentes de ganhos atuariais	(35.364)	(419.069)
Ajuste da carteira de arrendamento mercantil	(21.963)	(51.938)
Outras diferenças temporárias	(460.761)	(446.986)
Total	(2.461.893)	(3.069.317)

Em 31.12.2018 os ativos e passivos diferidos foram ajustados à alíquota de 15% em decorrência do fim do período de vigência da Lei 13.169/2015 que retornou para 15% a alíquota da CSLL das instituições financeiras e das empresas do ramo de seguros privados e de capitalização, a partir de 01 de janeiro de 2019.

As dependências no exterior possuem créditos tributários não reconhecidos em virtude da inexistência de probabilidade de sua realização, segundo avaliação da Administração, no montante de R\$ 825.017 mil, sendo R\$ 546.872 mil referente a prejuízos fiscais e R\$ 278.145 mil referente a diferenças temporárias. No Brasil, há créditos tributários não reconhecidos de R\$ 949.331 mil, sendo R\$ 949.078 mil referente a prejuízos fiscais e R\$ 253 mil referente a diferenças temporárias.

e) Expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários)

	Ativos fiscais diferidos
Em 2019	15.266.234
Em 2020	15.709.985
Em 2021	5.443.283
Em 2022	786.856
Em 2023	465.289
Em 2024	445.373
Em 2025	71.473
Em 2026	26.776
Em 2027	8.519
Em 2028	50.329
Total	38.274.117

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 31.12.2018.

No exercício de 2018, observou-se a realização de créditos tributários no montante de R\$ 20.472.741 mil, correspondentes a 302,81% da respectiva projeção de utilização para o período de 2018, que constava no estudo técnico elaborado em 31.12.2017.

37 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Valor patrimonial e valor de mercado por ação ordinária**

	31.12.2018	31.12.2017
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	101.892.915	97.356.833
Valor patrimonial por ação (R\$) ⁽¹⁾	36,58	34,96
Valor de mercado por ação ordinária (R\$)	46,49	31,82

(1) O valor patrimonial por ação é calculado pela divisão do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores pelo número total de ações ordinárias, excluindo as ações em tesouraria.

b) Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, de R\$ 67.000.000 mil (R\$ 67.000.000 mil em 31.12.2017), está dividido em 2.865.417.020 ações ordinárias representadas na forma escritural e sem valor nominal. A União Federal é a maior acionista, detendo o controle.

O Banco poderá, independentemente de reforma estatutária, por deliberação e nas condições determinadas pela Assembleia Geral dos Acionistas, aumentar o capital social até o limite de R\$ 120.000.000 mil, mediante a emissão de ações ordinárias, concedendo-se aos acionistas, preferência para a subscrição do aumento de capital, na proporção do número de ações que possuem.

c) Instrumento elegível a capital principal

Em 26.09.2012, o Banco do Brasil firmou Contrato de Mútuo com a União, na qualidade de instrumento híbrido de capital e dívida, no valor de até R\$ 8.100.000 mil, cujos recursos foram destinados ao financiamento agropecuário. Em 28.08.2014, através de termo aditivo, nos termos da Lei n.º 12.793, de 02.04.2013, o instrumento cumpriu os requisitos de elegibilidade ao capital principal, conforme definido no art. 16 da Resolução CMN n.º 4.192/2013.

Desde a assinatura do termo aditivo, a remuneração do referido instrumento é integralmente variável e os juros são devidos por períodos coincidentes com o exercício social do Banco, iniciando-se sua contagem em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Os juros relativos a cada exercício social são pagos em parcela única anual, atualizada pela Selic até a data de seu efetivo pagamento, em até 30 dias corridos, contados após a realização do pagamento de dividendos relativos ao resultado apurado no balanço de encerramento do exercício social.

O pagamento da remuneração é realizado apenas com recursos provenientes de lucros e reservas de lucros passíveis de distribuição no último período de apuração, sujeito à discricionariedade da Administração em realizá-lo. Não haverá cumulatividade dos encargos não pagos. Caso não seja realizado pagamento ou crédito de dividendos (inclusive sob a forma de juros sobre capital próprio) até 31 de dezembro do exercício social seguinte, os encargos financeiros que não houverem sido pagos deixarão de ser exigíveis definitivamente.

Caso o saldo dos lucros acumulados, das reservas de lucros, inclusive a reserva legal, e das reservas de capital do Banco não sejam suficientes para a absorção de seus eventuais prejuízos apurados quando do fechamento do balanço do exercício social, o Banco do Brasil estará desobrigado da remuneração e utilizará os valores devidos a título de juros vencidos e o saldo de principal, nesta ordem, até o montante necessário para a compensação dos prejuízos, sendo considerada, para todos os fins, devidamente quitada a dívida a que se refere o contrato até o valor compensado.

O instrumento não possui data de vencimento e poderá ser liquidado apenas em situações de dissolução da instituição emissora ou de recompras autorizadas pelo Banco Central do Brasil. No caso de dissolução do Banco, o pagamento do principal e encargos da dívida ficará subordinado ao pagamento dos demais passivos. Em nenhuma hipótese haverá remuneração preferencial do instrumento, inclusive em relação a outros elementos patrimoniais classificados no Patrimônio de Referência.

d) Reserva de capital

O saldo da conta reserva de capital de R\$ 5.241.148 mil (R\$ 5.604.313 mil em 31.12.2017) refere-se principalmente à alteração de participação societária na BB Seguridade decorrente de oferta pública de ações e ao aumento na participação societária no Banco Patagonia decorrente do exercício de opção de venda, por acionistas minoritários, conforme previsto no Acordo de Acionistas celebrado em 12.04.2011, entre o Banco e os minoritários.

e) Reservas de lucros

	31.12.2018	31.12.2017
Reservas de lucros	42.612.582	35.280.691
Reserva legal	7.738.497	7.111.684
Reservas estatutárias	34.874.085	28.169.007
Margem operacional	30.657.730	24.312.045
Equalização de dividendos	4.216.355	3.856.962

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% (cinco por cento) são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social.

A reserva estatutária para margem operacional tem por finalidade garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações do Banco e é constituída em até 100% do lucro líquido, após as destinações legais, inclusive dividendos, limitada a 80% do capital social.

A reserva estatutária para equalização de dividendos assegura recursos para o pagamento dos dividendos, sendo constituída pela parcela de até 50% do lucro líquido, após as destinações legais, inclusive dividendos, até o limite de 20% do capital social.

f) Outros resultados abrangentes acumulados

O saldo da conta outros resultados abrangentes acumulados refere-se ao efeito da marcação a mercado dos ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, aos ajustes de conversão em investimentos no exterior, ao efeito líquido de operações de *hedge* e ao efeito das remensurações relacionadas a planos de benefícios definidos. O Banco reconheceu em outros resultados abrangentes todas as diferenças de câmbio resultantes da conversão dos resultados de entidades cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação do Banco.

g) Resultados acumulados não apropriados

O saldo apresentado nesta conta contempla o efeito das diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Contabilidade, bem como os ajustes decorrentes da adoção inicial da IFRS 9. O lucro líquido apurado segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil é totalmente destinado, semestralmente, na forma de dividendos, juros sobre capital próprio e de constituição de reservas de lucros.

h) Juros sobre o capital próprio/dividendos

	Valor	Valor por ação (R\$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre/2018				
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	227.559	0,082	12.03.2018	29.03.2018
Juros sobre o capital próprio complementares ⁽¹⁾	595.914	0,214	21.05.2018	30.05.2018
2º Trimestre/2018				
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	215.030	0,077	11.06.2018	29.06.2018
Juros sobre o capital próprio complementares ⁽¹⁾	742.877	0,267	21.08.2018	31.08.2018
3º Trimestre/2018				
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	238.140	0,085	11.09.2018	28.09.2018
Juros sobre o capital próprio complementares ⁽¹⁾	1.161.270	0,417	21.11.2018	30.11.2018
4º Trimestre/2018				
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	350.059	0,126	11.12.2018	28.12.2018
Juros sobre o capital próprio complementares ⁽¹⁾	1.630.973	0,586	21.02.2019	07.03.2019
Total destinado aos acionistas no Exercício/2018	5.161.822	1,854		

(1) Valores sujeitos à retenção de imposto de renda retido na fonte, com exceção de acionistas comprovadamente isentos ou imunes.

	Valor	Valor por ação (R\$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre/2017				
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	200.824	0,072	13.03.2017	31.03.2017
Juros sobre o capital próprio complementares ⁽¹⁾	509.477	0,183	22.05.2017	31.05.2017
2º Trimestre/2017				
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	218.823	0,079	12.06.2017	30.06.2017
Juros sobre o capital próprio complementares ⁽¹⁾	559.958	0,201	21.08.2017	31.08.2017
3º Trimestre/2017				
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	212.471	0,076	11.09.2017	29.09.2017
Juros sobre o capital próprio complementares ⁽¹⁾	621.704	0,223	21.11.2017	30.11.2017
4º Trimestre/2017				
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	230.029	0,083	11.12.2017	28.12.2017
Juros sobre o capital próprio complementares ⁽¹⁾	675.667	0,243	01.03.2018	12.03.2018
Total destinado aos acionistas no Exercício/2017	3.228.953	1,160		

(1) Valores sujeitos à retenção de imposto de renda retido na fonte, com exceção de acionistas comprovadamente isentos ou imunes.

Em conformidade com a legislação brasileira e com o Estatuto do Banco, a Administração decidiu pelo pagamento aos seus acionistas de juros sobre o capital próprio, imputados ao valor dos dividendos.

Os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido ajustado e limitados à variação, *pro rata die*, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor.

Para atendimento à legislação do Imposto de Renda, o montante de juros sobre o capital próprio foi contabilizado no resultado do período e, para fins de elaboração destas demonstrações contábeis, reclassificado para a conta de Resultados acumulados não apropriados. O total dos juros sobre capital próprio, no exercício de 2018, proporcionou redução na despesa com encargos tributários no montante de R\$ 2.241.271 mil (R\$ 1.453.029 mil no exercício de 2017).

i) Participações acionárias (quantidade de ações)

Evolução da quantidade de ações de emissão do Banco em que os acionistas sejam titulares, direta ou indiretamente, de mais de 5% das ações, bem como do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Comitê de Auditoria.

Acionistas	31.12.2018		31.12.2017	
	Ações	% Total	Ações	% Total
União Federal	1.453.493.742	50,7	1.502.374.642	52,4
Tesouro Nacional	1.453.493.742	50,7	1.453.493.742	50,7
Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização	-	-	48.880.900	1,7
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ	181.160.514	6,3	244.572.814	8,5
Ações em tesouraria ⁽¹⁾	79.886.296	2,8	80.463.476	2,8
Outros acionistas	1.150.876.468	40,2	1.038.006.088	36,3
Total	2.865.417.020	100,0	2.865.417.020	100,0

(1) Em 31.12.2018, inclui 38.294 ações do Banco do Brasil mantidas na BB DTVM (40.900 ações em 31.12.2017).

	Ações ON	
	31.12.2018	31.12.2017
Conselho de Administração (exceto o Presidente do Banco)	147	144
Diretoria Executiva (inclui o Presidente do Banco)	175.800	145.195
Comitê de Auditoria	18	18

j) Quantidade de ações emitidas e quantidade de ações em circulação (free float)

	Quantidade de ações	
	Ações Ordinárias	Ações em Tesouraria
Saldos em 31.12.2017	2.865.417.020	80.463.476
Movimentação	-	(577.180)
Saldos em 31.12.2018	2.865.417.020	79.886.296

	31.12.2018		31.12.2017	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Ações em circulação no início do período	1.282.433.554	44,8	1.226.072.321	42,8
Aquisição de ações - Tesouro Nacional	-	-	(6.627)	-
Alienação de ações pelo FFIE - Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização	48.880.900	-	56.143.700	-
Outras movimentações ⁽¹⁾	546.572	-	224.160	-
Ações em circulação no fim do período ⁽²⁾	1.331.861.026	46,5	1.282.433.554	44,8

(1) Referem-se principalmente às movimentações oriundas de Órgãos Técnicos e Consultivos.

(2) Não considera as ações em poder do Conselho de Administração e Diretoria Executiva. As ações detidas pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ integram o montante de ações em circulação.

k) Ações em tesouraria

Em 31.12.2018, o Banco possuía 79.886.296 ações em tesouraria, no valor total de R\$ 1.833.431 mil, das quais 71.353.201 ações decorrentes dos programas de recompra (ocorridos entre 2012 e 2015), 8.075.350 ações recebidas em dação de pagamento do FGCN – Fundo de Garantia para a Construção Naval, 457.682 ações decorrentes do programa de remuneração variável e 63 ações remanescentes de incorporações.

l) Pagamento baseado em ações**Programa de Remuneração Variável**

O programa de remuneração variável do Banco do Brasil foi elaborado sob vigência da Resolução CMN n.º 3.921, de 25.11.2010, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

O programa tem periodicidade anual, sendo estabelecido em função dos riscos e da atividade dos administradores e tem como pré-requisitos: a Ativação do Programa de Participação nos Lucros e Resultados e o atingimento de lucro contábil positivo pelo BB.

A qualificação e a classificação dos administradores são feitas com base em indicadores que mensuram o atingimento das metas corporativas e individuais, baseadas na Estratégia Corporativa do Banco do Brasil – ECBB para o período. O programa ainda determina que 50% da remuneração seja paga à vista e em espécie e que os demais 50% sejam pagos em ações.

A quantidade de ações do Banco do Brasil a ser destinada a cada participante é apurada mediante a divisão do valor líquido equivalente a 50% dos honorários a que fizer jus, a título de remuneração variável, pelo preço médio da ação na semana anterior à do pagamento. O preço médio é a média aritmética simples dos preços médios diários da semana anterior à do pagamento. No momento da apuração das parcelas diferidas, caso ocorram frações, estas são acumuladas na primeira parcela a ser disponibilizada.

A distribuição da remuneração em ações ocorre de forma que 20% é imediatamente transferido para a titularidade do beneficiário e 80% é diferido pelo prazo de quatro anos, sendo: 20% no prazo de um ano, 20% no prazo de dois anos, 20% no prazo de três anos e 20% no prazo de quatro anos.

A BB DTVM, em decorrência dessa resolução, também aprovou política de remuneração variável para sua diretoria, adquirindo diretamente ações em tesouraria do Banco. Todas as ações adquiridas são BBAS3 e seu valor justo é o preço de mercado cotado na data de sua outorga.

Apresentamos o demonstrativo das ações adquiridas, sua distribuição e o respectivo cronograma de transferências:

	Total de ações do programa	Custo médio de aquisição	Ações distribuídas	Ações a distribuir	Cronograma estimado de transferências
Programa 2014					
Banco do Brasil	318.633	24,08	230.466	63.711	02/2019
Total de ações a distribuir				63.711	
BB DTVM	27.063	22,98	21.651	5.412	04/2019
Total de ações a distribuir				5.412	
Programa 2015					
Banco do Brasil	342.134	19,92	177.766	68.426	03/2019
				68.426	03/2020
Total de ações a distribuir				136.852	
BB DTVM	26.109	19,92	15.669	5.220	03/2019
				5.220	03/2020
Total de ações a distribuir				10.440	
Programa 2016					
Banco do Brasil	99.348	33,78	39.686	19.846	03/2019
				19.846	03/2020
				19.846	03/2021
Total de ações a distribuir				59.538	
BB DTVM	10.397	32,84	4.163	2.078	04/2019
				2.078	04/2020
				2.078	04/2021
Total de ações a distribuir				6.234	
Programa 2017					
Banco do Brasil	193.976	42,65	38.926	38.763	03/2019
				38.763	03/2020
				38.762	03/2021
				38.762	03/2022
Total de ações a distribuir				155.050	
BB DTVM	20.270	42,65	4.062	4.052	03/2019
				4.052	03/2020
				4.052	03/2021
				4.052	03/2022
Total de ações a distribuir				16.208	

Programa Sentimento de Dono

Foram distribuídas 295.266 ações em tesouraria, provenientes dos Programas de Recompra, a todos os funcionários da ativa do BB, independentemente do nível hierárquico, onde cada funcionário recebeu 3 ações ordinárias.

Os papéis estão custodiados no próprio Banco e somente poderão ser comercializados pelo funcionário após a aposentadoria ou depois de cessado o vínculo do funcionário com o Banco.

As ações transferidas totalizaram R\$ 9.782 mil e, para atribuição de seu preço, foi adotado o critério do preço médio da semana anterior à do pagamento. O preço médio é equivalente à média aritmética simples dos preços médios diários da semana anterior à do pagamento. As cotações médias diárias são obtidas junto à B3 ou sistema de informação contratado pelo Banco, sem correção por dividendos.

38 – VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

	31.12.2018		31.12.2017	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativo				
Caixa e depósitos bancários	13.601.194	13.601.194	13.471.112	13.471.112
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	59.115.355	59.115.355	69.081.139	69.081.139
Ativos financeiros ao custo amortizado líquidos	1.047.086.749	1.023.682.029	978.951.992	939.538.993
Empréstimos a instituições financeiras	34.371.719	34.173.856	35.116.862	35.097.241
Aplicações em operações compromissadas	386.874.200	386.802.660	348.186.760	341.576.706
Empréstimos a clientes	601.660.512	578.824.543	585.190.941	553.753.095
Títulos e valores mobiliários	24.180.318	23.880.970	N/A	N/A
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	N/A	N/A	10.457.429	9.111.951
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	6.877.619	6.877.619	8.453.138	8.453.138
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	119.753.019	119.753.019	N/A	N/A
Ativos financeiros disponíveis para venda	N/A	N/A	120.214.877	120.214.877
Outros ativos financeiros	51.388.389	51.361.641	57.344.949	57.344.949
Passivo				
Passivos financeiros ao custo amortizado	1.201.107.729	1.191.977.059	1.164.950.712	1.173.594.011
Depósitos de clientes	452.368.176	452.289.453	426.076.603	425.840.845
Valores a pagar a instituições financeiras	34.073.439	34.139.909	24.649.124	24.706.865
Obrigações por operações compromissadas	402.901.202	401.392.578	376.242.695	374.699.807
Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e outras obrigações	311.764.912	304.155.119	337.982.290	348.346.494
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	809.301	809.301	789.887	789.887
Outros passivos financeiros	38.151.747	38.151.747	35.974.924	35.974.924

O valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração. Caso um preço cotado em um mercado ativo esteja disponível para um instrumento financeiro, o valor justo é calculado com base nesse preço. Na ausência de um mercado ativo para um instrumento financeiro, seu valor justo é calculado por uma estimativa, objetivando assim uma avaliação justa e equânime dos instrumentos financeiros.

Metodologias de mensuração utilizadas para estimar o valor justo dos diferentes tipos de instrumentos financeiros:

a) Caixa e depósitos bancários

Os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial consolidado na rubrica caixa e depósitos bancários equivalem a ativos de alta liquidez. Dessa forma, o valor contábil representa substancialmente o valor justo.

b) Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil

Os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial consolidado no grupamento depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil equivalem aproximadamente a seus valores justos.

c) Empréstimos a instituições financeiras e aplicações em operações compromissadas

O valor justo dos empréstimos a instituições financeiras e das aplicações em operações compromissadas com taxas pré-fixadas foi determinado mediante o desconto dos fluxos de caixa estimados adotando taxas de juros equivalentes às taxas atuais de contratação para operações similares. Esses ativos têm similares no mercado e as informações utilizadas para apuração do seu valor justo (taxas de juros de captação) podem ser comparadas às taxas praticadas por outras instituições do mercado financeiro. Para as operações pós-fixadas, os valores contábeis foram considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo.

Por serem operações lastreadas por títulos, o apreçamento das operações compromissadas não considera no seu valor justo quaisquer mensurações de risco de crédito.

d) Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ativos financeiros ao custo amortizado

Essas contas são constituídas basicamente por instrumentos de dívida e patrimônio e derivativos. Considerando o conceito de valor justo apresentado anteriormente, caso não exista preço cotado em um mercado ativo disponível para um instrumento financeiro e também não seja possível identificar operações recentes com instrumento financeiro similar, o Banco define o valor justo de instrumentos financeiros com base em metodologias de avaliação normalmente utilizadas pelo mercado, como o método do valor presente obtido pelo fluxo de caixa descontado (para *swaps*, futuros e termo de moedas) e o modelo *Black-Scholes* (para opções).

De acordo com o método do valor presente de avaliação de instrumentos financeiros, os fluxos de caixa futuros projetados com base nos índices de rentabilidade dos instrumentos são descontados a valor presente considerando-se os prazos e curvas de desconto.

As curvas de rentabilidade consideradas dependem do ativo objeto da avaliação a valor justo, por exemplo: para títulos cuja rentabilidade é atrelada ao IPCA, utiliza-se a curva do IPCA mais o cupom praticado na data referente ao valor justo.

O modelo *Black-Scholes* é utilizado para avaliar as opções europeias. O preço da opção pode ser calculado a partir de uma fórmula 'fechada', sendo as variáveis de entrada diretamente observáveis em mercado.

O Banco do Brasil escolheu este modelo sem pagamento de dividendos para a obtenção tanto de prêmios de opções quanto das respectivas superfícies de volatilidade, devido a sua vasta utilização pelo mercado, e sendo frequentemente utilizado pelas bolsas de valores para o cálculo de preços de ajuste de opções europeias. Nas opções de compra que serão utilizadas para a obtenção da superfície, há equivalência entre os modelos americano e europeu, o que permite a utilização do modelo citado mesmo no caso de opções de compra do tipo americano.

As fontes primárias utilizadas para cada classe de ativos financeiros são as seguintes: títulos públicos (Anbima/Bacen), títulos privados (BM&FBovespa, SND – Sistema Nacional de Debêntures, Anbima e Cetip) e derivativos (BM&FBovespa, *Broadcast* e *Reuters*).

As fontes alternativas de informações (fontes secundárias) funcionam em regime de contingência, na hipótese de não haver disponibilidade de informação nas fontes primárias ou uma situação de crise sistêmica, na ocorrência de falta de liquidez para determinados ativos ou classe de ativos e diferenças significativas entre informações de provedores de mercado. Como fonte alternativa é utilizada a *Bloomberg* e, em casos críticos de ausência de informação, poderão ser utilizadas informações dos servidores primários do dia anterior.

e) Empréstimos a clientes

Os valores justos são estimados para grupos de empréstimos a clientes similares com base no tipo de empréstimo, qualidade de crédito e prazo de vencimento. Os fluxos de caixa futuros dos empréstimos a clientes são calculados com base nas taxas de juros contratuais e datas de pagamento, enquanto que o valor justo é determinado mediante o desconto desses fluxos de caixa estimados, adotando taxas de juros equivalentes às taxas atuais de contratação para operações similares.

O *spread* de risco de crédito é calculado por uma metodologia baseada no índice de perda esperada chamado IPP. Além de índices de perdas e severidade observados nas várias linhas de crédito, esta metodologia também considera as informações do cliente no momento da contratação da operação, como o segmento de negócios ao qual pertence e o risco de crédito a ele atribuído.

Esses ativos têm similares no mercado e as informações utilizadas para apuração do seu valor justo (taxas de juros) podem ser comparadas às taxas de juros praticadas por outras instituições do mercado financeiro. Essas taxas de juros embutem todos os custos e riscos (inclusive risco de crédito) inerentes ao ativo objeto do cálculo do valor justo, por exemplo: custo financeiro de captação de recursos, custos administrativos, impostos, perdas de crédito e ganho da instituição financeira.

Há também um grupo de produtos cujo valor contábil representa aproximadamente o seu valor justo. Esse grupo é composto por operações de crédito rotativo (por exemplo, cheque especial e crédito rotativo de cartões de crédito) ou com prazo igual ou inferior a um mês.

f) Depósitos de clientes

O valor justo dos depósitos pré-fixados com vencimentos pré-estabelecidos é calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e as taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos prazos de vencimento são similares.

Esses passivos têm similares no mercado e as informações utilizadas para apuração do seu valor justo (taxas de juros de captação) podem ser comparadas às taxas praticadas por outras instituições do mercado financeiro. Essas taxas embutem todos os custos e riscos inerentes ao passivo objeto do cálculo do valor justo, por exemplo: custo financeiro de oportunidade, custos administrativos, impostos e ganho da instituição financeira.

Para os depósitos pós-fixados e com vencimentos até 30 dias, o valor contábil é considerado aproximadamente o equivalente ao valor justo.

g) Obrigações por operações compromissadas

O valor justo das obrigações por operações compromissadas com taxas pré-fixadas é determinado mediante o desconto de fluxos de caixa estimados adotando taxas de juros equivalentes às taxas atuais de contratação para operações similares.

Esses passivos têm similares no mercado e as informações utilizadas para apuração do seu valor justo (taxas de juros de captação) podem ser comparadas às taxas praticadas por outras instituições do mercado financeiro.

Para as operações pós-fixadas, os valores contábeis são considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo.

Por serem operações lastreadas em títulos, os preços dos contratos de recompra não considera qualquer medição de risco de crédito em seu valor justo.

h) Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e outras obrigações

Essas obrigações têm seus valores justos atribuídos mediante cálculo do fluxo de caixa descontado, que considera as taxas de juros oferecidas no mercado para obrigações cujos vencimentos, riscos e prazos são similares.

i) Outros ativos e passivos financeiros

Os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial consolidado nos grupamentos outros ativos e outros passivos equivalem aproximadamente a seus valores justos.

j) Níveis de informação relativos a ativos e passivos financeiros

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pelo Banco são as seguintes:

Nível 1 – são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente partindo do princípio que as partes são independentes.

Nível 2 – são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, incluindo os preços cotados em mercados não ativos para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Nível 3 – são usadas informações que não estão disponíveis no mercado na definição do valor justo. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, o Banco estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

O Banco utiliza prioritariamente valores obtidos diretamente em mercado ativo, e, caso não haja tais dados, valores gerados com base em referência de mercado ou, em último caso, modelo que considera ativos semelhantes. Diariamente, o processo produtivo da geração de informações para marcação a mercado dos ativos financeiros do Banco é executado, sendo feita a verificação da existência ou não de preços transacionados em mercado para ativos que possuímos em carteira.

Em referência à política de transferência entre níveis, para cada instrumento financeiro, analisa-se a liquidez de mercado e define-se o tipo de mensuração a valor justo (no caso, marcação a mercado ou a modelo). A política no momento do reconhecimento da transferência é a mesma para transferência entre os níveis.

O modelo utilizado tanto para a marcação a mercado quanto para a marcação a modelo de títulos privados é aplicado utilizando-se a hierarquia de dados de mercado, e todos estes instrumentos têm o seu modelo de avaliação definido a cada dia.

Caso um título privado apresente negócios em um determinado dia, o valor marcado a mercado será dado pelo preço de fechamento. Entretanto, se o título privado não apresentar negócios no dia, e houver preço indicativo divulgado pela Anbima, este preço é utilizado.

Caso não haja negócios e nem preços divulgados pela Anbima, é verificada a existência de negociação nos últimos 30 dias. Caso tenha havido, é aplicado o modelo matemático que considera a relação entre o último preço de negócio registrado e o valor atualizado para a data em questão.

Não satisfazendo nenhuma das condições acima, é aplicado o critério de agregação por *rating*. Este critério é subdividido em outros dois conforme abaixo e aplicados nesta ordem:

1º critério – caso haja curva de risco de crédito divulgada pela Anbima para o *rating* do instrumento, são utilizados os *spreads* desta curva para a obtenção do valor marcado a modelo.

2º critério – não havendo curva de crédito divulgada pela Anbima para o *rating* do instrumento, é utilizado modelo baseado em regressão linear, calculada utilizando-se painéis de 30 dias de preços indicativos e taxas de juros divulgados pela Anbima. As variáveis explicativas para tal modelo são os *ratings*, as *durations* e as taxas indicativas dos papéis da amostra.

Tendo em vista que o Banco do Brasil busca sempre o conservadorismo em seus preços marcados a mercado, os valores obtidos tanto por preços de mercado quanto por modelos matemáticos são comparados com os preços obtidos por meio da utilização dos *spreads* de risco de crédito fornecidos por nossa Diretoria de Gestão de Riscos, e o preço mais baixo é utilizado.

Desta forma, os critérios expostos acima (preço de mercado, preço indicativo, relação matemática de preços históricos e, por fim, modelo de agregação por *rating*), que são todos baseados em dados de mercado, podem resultar em preços superiores aos obtidos por meio do uso do nosso *spread* de crédito. Por conservadorismo, os preços obtidos por estes *spreads* são comparados com os demais preços obtidos e o de valor mais baixo é utilizado.

No último período apresentado, não houve mudança entre os níveis informados no quadro de hierarquia de níveis.

	Saldo em 31.12.2018	Distribuição por Nível		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no balanço patrimonial de forma recorrente				
Ativo	126.630.638	95.165.568	31.465.070	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	6.877.619	5.135.206	1.742.413	-
Instrumentos de dívida e patrimônio	6.194.457	5.135.206	1.059.251	-
Títulos públicos	5.213.277	5.135.006	78.271	-
Títulos privados	981.180	200	980.980	-
Derivativos	683.162	-	683.162	-
Swaps	238.048	-	238.048	-
Operações a termo	304.852	-	304.852	-
Opções	5.181	-	5.181	-
Outros instrumentos financeiros derivativos	135.081	-	135.081	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	119.753.019	90.030.362	29.722.657	-
Títulos públicos	89.612.914	88.618.347	994.567	-
Títulos privados	30.140.105	1.412.015	28.728.090	-
Passivo	809.301	-	809.301	-
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	809.301	-	809.301	-
Derivativos	809.301	-	809.301	-
Swaps	452.300	-	452.300	-
Operações a termo	313.727	-	313.727	-
Opções	19.733	-	19.733	-
Outros instrumentos financeiros derivativos	23.541	-	23.541	-
Ativos e passivos financeiros não mensurados a valor justo no balanço patrimonial				
Ativo	1.075.043.670	8.968.357	14.912.613	1.051.162.700
Ativos financeiros ao custo amortizado líquidos	1.023.682.029	8.968.357	14.912.613	999.801.059
Empréstimos a instituições financeiras	34.173.856	-	-	34.173.856
Aplicações em operações compromissadas	386.802.660	-	-	386.802.660
Títulos e valores mobiliários	23.880.970	8.968.357	14.912.613	-
Empréstimos a clientes	578.824.543	-	-	578.824.543
Outros ativos financeiros	51.361.641	-	-	51.361.641
Passivo	1.230.128.806	-	-	1.230.128.806
Passivos financeiros ao custo amortizado	1.191.977.059			1.191.977.059
Depósitos de clientes	452.289.453	-	-	452.289.453
Valores a pagar a instituições financeiras	34.139.909	-	-	34.139.909
Obrigações por operações compromissadas	401.392.578	-	-	401.392.578
Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e outras obrigações	304.155.119	-	-	304.155.119
Outros passivos financeiros	38.151.747	-	-	38.151.747

	Saldo em 31.12.2017	Distribuição por Nível		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no balanço de forma recorrente				
Ativo	128.668.015	97.175.734	31.492.281	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	8.453.138	5.855.058	2.598.080	-
Instrumentos de dívida e patrimônio	7.798.219	5.855.058	1.943.161	-
Títulos públicos	6.000.532	5.852.850	147.682	-
Títulos privados	1.797.687	2.208	1.795.479	-
Derivativos	654.919	-	654.919	-
Swaps	386.920	-	386.920	-
Operações a termo	127.878	-	127.878	-
Opções	123.557	-	123.557	-
Outros instrumentos financeiros derivativos	16.564	-	16.564	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	120.214.877	91.320.676	28.894.201	-
Títulos públicos	91.573.247	90.712.540	860.707	-
Títulos privados	28.641.630	608.136	28.033.494	-
Passivo	789.887	-	789.887	-
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	789.887	-	789.887	-
Derivativos	789.887	-	789.887	-
Swaps	467.523	-	467.523	-
Operações a termo	232.568	-	232.568	-
Opções	19.611	-	19.611	-
Outros instrumentos financeiros derivativos	70.185	-	70.185	-
Ativos e passivos financeiros não mensurados a valor justo no balanço patrimonial				
Ativo	996.883.942	-	9.111.951	987.771.991
Empréstimos a instituições financeiras líquidos de provisão	35.097.241	-	-	35.097.241
Aplicações em operações compromissadas	341.576.706	-	-	341.576.706
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	9.111.951	-	9.111.951	-
Empréstimos a clientes líquidos de provisão	553.753.095	-	-	553.753.095
Outros ativos financeiros	57.344.949	-	-	57.344.949
Passivo	1.209.568.935	-	-	1.209.568.935
Depósitos de clientes	425.840.845	-	-	425.840.845
Valores a pagar a instituições financeiras	24.706.865	-	-	24.706.865
Obrigações por operações compromissadas	374.699.807	-	-	374.699.807
Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e outras obrigações	348.346.494	-	-	348.346.494
Outros passivos financeiros	35.974.924	-	-	35.974.924

39 – GARANTIAS FINANCEIRAS E OUTROS COMPROMISSOS

	31.12.2018	31.12.2017
Créditos contratados a liberar	119.813.167	118.982.395
Garantias prestadas	5.885.173	3.977.234
Créditos abertos para importação	332.259	176.766
Créditos de exportação confirmados	279.492	221.115

Os créditos contratados a liberar destinam-se ao registro do saldo de valores a liberar de empréstimos a clientes e de arrendamento mercantil, tais como cheque especial, crédito rotativo e assemelhados. Garantias prestadas, tais como as cartas de crédito em aberto ("standby") e as garantias financeiras por avais e fianças, são compromissos condicionais, geralmente para garantir o desempenho de um cliente perante um terceiro em contratos de empréstimo. As informações referentes as práticas de gerenciamento de risco e exposição máxima estão descritas na Nota 41.d.

Nos instrumentos financeiros relacionados a crédito, o montante contratual do instrumento financeiro representa o potencial máximo de risco de crédito no caso de a contraparte não cumprir os termos do contrato. A maioria desses compromissos vence sem que sejam sacados. Como resultado, o montante contratual total não é representativo da efetiva exposição futura a riscos de crédito ou necessidades de liquidez oriundas desses compromissos. Para diminuir o risco de crédito, o Banco requer que o contratado entregue como garantia, recursos em dinheiro, valores mobiliários ou outros bens para caucionar a abertura de crédito, semelhantes à caução exigida para as operações de crédito.

Para suportar perdas decorrentes da eventual necessidade de honrar obrigações oriundas de contratos das espécies acima especificadas, o Banco constituiu provisão para perdas esperadas com compromissos de empréstimos e garantias financeiras prestadas.

a) Perdas esperadas classificadas por estágios conforme IFRS 9

	31.12.2018			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Perdas esperadas com				
Compromissos de empréstimos	(198.932)	(6.045)	-	(204.977)
Garantias financeiras prestadas	(78.562)	(137.666)	(68.683)	(284.911)
Total	(277.494)	(143.711)	(68.683)	(489.888)

b) Provisão para perdas conforme IAS 37

	31.12.2017
Provisão para perdas com	(202.547)
Compromissos de empréstimos	N/A
Garantias financeiras prestadas	(202.547)

c) Movimentação das provisões / perdas esperadas

As perdas esperadas com os compromissos de empréstimos e garantias financeiras prestadas, apuradas conforme a IFRS 9, são registradas na Demonstração do Resultado Consolidado, em "Perda líquida esperada com outros ativos financeiros". Em 2017, as despesas com provisão para perdas com garantias financeiras prestadas, apuradas de acordo com a IAS 37, totalizaram R\$ 23.174 mil e foram registradas na Demonstração do Resultado Consolidado, em "Outras despesas operacionais".

	Saldo em 01.01.2018 ⁽¹⁾	(Constituição)/ Reversão	Baixas	Saldo em 31.12.2018
Perdas esperadas com				
Compromissos de empréstimos	(695.920)	490.943	-	(204.977)
Garantias financeiras prestadas	(160.503)	(156.336)	31.928	(284.911)
Total	(856.423)	334.607	31.928	(489.888)

(1) Saldo inicial em 01.01.2018, ajustado para refletir os impactos da adoção da IFRS 9.

	Saldo em 31.12.2016	(Constituição)/ Reversão	Baixas	Saldo em 31.12.2017
Provisão para perdas com				
Compromissos de empréstimos	N/A	N/A	N/A	N/A
Garantias financeiras prestadas	(442.301)	(23.174)	262.928	(202.547)
Total	(442.301)	(23.174)	262.928	(202.547)

40 – CAPITAL REGULATÓRIO E LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO

Gerenciamento de Capital

A Resolução CMN n.º 4.557/2017, define o escopo e os requisitos da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital para as instituições financeiras.

Em cumprimento à Resolução, o Conselho de Administração do Banco instituiu o Comitê de Riscos e de Capital (Coris), definiu o Vice-presidente de Controles Internos e Gestão de Riscos como o *Chief Risk Officer* (CRO), responsável pelo gerenciamento de riscos, e o Diretor de Controladoria como responsável pelo gerenciamento de capital.

O Banco possui mecanismos que possibilitam a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR). As políticas e estratégias de gestão, bem como o planejamento de capital, possibilitam a visão proativa e a manutenção do capital em níveis compatíveis com os riscos incorridos pela Instituição. Os testes de estresse são realizados periodicamente e seus impactos são avaliados sob a ótica de capital.

Os relatórios gerenciais de adequação de capital são reportados para as áreas e para os comitês estratégicos intervenientes, constituindo-se em subsídio para o processo de tomada de decisão pela Alta Administração do Banco.

O Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (*Icaap*), implementado no Banco do Brasil em 30.06.2013, segue o disposto na Resolução CMN n.º 4.557/2017. No Banco, a responsabilidade pela coordenação do *Icaap* foi atribuída à Diretoria Gestão de Riscos. Por sua vez, a Diretoria de Controles Internos, área independente e segregada da estrutura de gerenciamento de capital, é a responsável institucional pela validação do *Icaap*. Por fim, a Auditoria Interna detém a responsabilidade institucional por avaliar anualmente o processo de gerenciamento de capital.

Para conhecer mais sobre a gestão do capital no Banco do Brasil, acesse as informações disponíveis no Relatório de Gerenciamento de Riscos e no Plano de Recuperação na seção Gerenciamento de Riscos no website bb.com.br/ri.

Índice de Basileia

O Índice de Basileia foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN n.º 4.192/2013 e n.º 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do PRMR em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

A partir de outubro/2013 passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. As novas normas adotadas tratam dos seguintes assuntos:

I – nova metodologia de apuração do capital regulamentar, que continua a ser dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar;

II – nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal.

A partir de janeiro/2018, o percentual de dedução dos ajustes prudenciais abaixo relacionados passou a ser de 100%:

- ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura;
- ativos intangíveis;
- ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
- participação de não controladores;
- investimentos, diretos ou indiretos, superiores a 10% do capital social de: entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas e; sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar;
- créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
- créditos tributários de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação;
- créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido.

De acordo com a Resolução CMN n.º 4.192/2013, as deduções referentes aos instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras e à diferença a menor entre o valor provisionado e o montante dos ajustes resultantes da avaliação prevista na Resolução CMN n.º 4.277/2013, não estavam sujeitas ao faseamento.

Em 28.08.2014, o Instrumento Híbrido de Capital e Dívida no valor de R\$ 8.100.000 mil, foi autorizado pelo Banco Central do Brasil a integrar o Capital Principal, na condição de Elemento Patrimonial.

De acordo com as Resoluções CMN n.º 4.192/2013 e 4.193/2013, a partir de janeiro de 2015, a apuração do PR e do montante do RWA deve ser elaborada com base nas demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.

	31.12.2018	31.12.2017
Patrimônio de Referência (PR)	134.178.484	135.511.422
Nível I	95.289.701	95.227.960
Capital principal (CP)	71.169.071	72.320.060
Patrimônio líquido	92.016.168	88.067.958
Instrumentos elegíveis a capital principal	8.100.000	8.100.000
Ajustes prudenciais	(28.947.097)	(23.847.898)
Capital complementar	24.120.630	22.907.900
IHCD autorizados em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013	20.827.050	18.111.300
IHCD autorizados segundo normas anteriores à Resolução CMN n.º 4.192/2013 ⁽¹⁾	3.293.580	4.796.600
Nível II	38.888.783	40.283.462
Dívidas subordinadas elegíveis a capital	38.925.975	40.327.803
Dívidas subordinadas autorizadas conforme a Resolução CMN n.º 4.192/2013 – letras financeiras	3.270.036	4.558.860
Dívidas subordinadas autorizadas segundo as normas anteriores à Res. CMN n.º 4.192/2013	35.655.939	35.768.943
Recursos captados do FCO ⁽²⁾	29.336.898	27.870.141
Recursos captados com letras financeiras e CDB ⁽³⁾	6.319.041	7.898.802
Dedução do Nível II	(37.192)	(44.341)
Instrumentos de captação emitidos por instituição financeira	(37.192)	(44.341)
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	711.490.229	689.856.756
Risco de crédito (RWA _{CPAD})	624.018.657	616.822.462
Risco de mercado (RWA _{MPAD})	26.390.238	17.296.387
Risco operacional (RWA _{OPAD})	61.081.334	55.737.907
Patrimônio de referência mínimo requerido (PRMR) ⁽⁴⁾	61.366.032	63.811.750
Margem sobre o patrimônio de referência mínimo requerido (PR-PRMR)	72.812.452	71.699.672
Índice de capital Nível I (Nível I / RWA)	13,39%	13,80%
Índice de capital principal (CP / RWA)	10,00%	10,48%
Índice de Basileia (PR / RWA)	18,86%	19,64%

(1) O Banco do Brasil considerou a totalidade dos instrumentos de dívida elegíveis ao capital Nível I, autorizados pelo Bacen a compor o PR de acordo com a Resolução CMN n.º 3.444/2007 e que não se enquadram nos requisitos exigidos pela Resolução CMN n.º 4.192/2013, baseado na orientação do Banco Central do Brasil, relacionado ao limite estabelecido no artigo 28 Incisos I a X da Resolução CMN n.º 4.192/2013.

(2) Em cumprimento à Resolução CMN n.º 4.679/2018, em 31.12.2018, os saldos do FCO correspondem à aplicação do limitador de 100% ao montante computado no Nível II em 30.06.2018. Em períodos anteriores, aplicava-se o disposto na Resolução CMN n.º 4.192/2013.

(3) Foi considerado o saldo dos instrumentos de Dívida Subordinada que compunham o PR em 31.12.2012, aplicando-se sobre ele o limitador de 40% em 31.12.2018 (50% em 2017), conforme determina a Resolução CMN n.º 4.192/2013.

(4) Em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.193/2013, corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA, sendo "F" igual a: 11%, de 01.10.2013 a 31.12.2015; 9,875%, de 01.01.2016 a 31.12.2016; 9,25%, de 01.01.2017 a 31.12.2017; 8,625%, de 01.01.2018 a 31.12.2018 e 8% a partir de 01.01.2019.

Índice de imobilização e capital excedente

	31.12.2018	31.12.2017
Índice de imobilização	14,63%	16,02%
Capital excedente em relação ao índice de imobilização (R\$ mil)	47.455.103	46.049.655

Conforme definido pelo Bacen, o índice de imobilização indica o percentual de comprometimento do Patrimônio de referência com o ativo permanente imobilizado. O índice máximo permitido é de 50%, conforme determina a Resolução CMN n.º 2.669/1999.

O capital excedente se refere à diferença entre o limite de 50% do Patrimônio de Referência e o total de imobilizações.

41 – GESTÃO DE RISCOS

a) Governança dos Riscos

O gerenciamento de riscos no Banco do Brasil contempla, entre outros, os riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional. As atividades de gerenciamento são realizadas por estruturas específicas e especializadas, conforme objetivos, políticas, estratégias, processos e sistemas descritos em cada um desses riscos.

O modelo de governança de riscos adotado pelo Banco envolve estrutura de comitê e subcomitês, com a participação de diversas áreas da Instituição, abrangendo os seguintes aspectos:

- (i) segregação de funções: negócio *versus* risco;
- (ii) estrutura específica de gestão de riscos;
- (iii) processo de gestão definido;
- (iv) decisões em diversos níveis hierárquicos;
- (v) normas claras e estrutura de alçadas; e
- (vi) referência às melhores práticas de gestão.

Todas as decisões relacionadas à gestão e/ou assunção de riscos são tomadas de forma colegiada e de acordo com as diretrizes e normas internas do Banco do Brasil.

A governança de risco do Banco do Brasil, abrangendo o Banco Múltiplo e suas subsidiárias integrais, é centralizada no Comitê Superior de Gestão de Riscos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital (CSGRC), composto por membros do Conselho Diretor, tendo por finalidade principal estabelecer as estratégias para gestão de riscos, limites globais de exposição a riscos e níveis de conformidade e alocação de capital em função dos riscos.

A Diretoria de Gestão de Riscos (Diris), vinculada à Vice-Presidência de Controles Internos e Gestão de Riscos (VICRI), responde pelo gerenciamento dos riscos de mercado, liquidez, operacional, crédito, dentre outros proporcionando sinergia de processos e especialização, contribuindo para uma melhor alocação de capital e aderência ao Novo Acordo de Basileia.

Visando conferir agilidade ao processo de gestão, foi criado o Comitê Executivo de Gestão de Riscos e Controles Internos (CEGRC), tendo poder decisório por delegação.

O comitê executivo reúne-se, ordinariamente, uma vez por mês, e, extraordinariamente, por convocação do coordenador ou mediante solicitação de qualquer de seus componentes, para assuntos que exijam urgência na decisão, observado o quórum de instalação e a conveniência administrativa.

As decisões são comunicadas às áreas intervenientes por meio de documentos que expressam objetivamente o posicionamento tomado pela Administração, garantindo a aplicação em todos os níveis do Banco.

Os riscos tratados no Pilar II demonstram a necessidade do Banco em manter volume de capital adequado a todos os riscos envolvidos no negócio. O Banco instituiu conceitos, categorias e atividades de gestão para os riscos de estratégia, de reputação e socioambiental, em atendimento aos requerimentos da Resolução CMN n.º 4.557/2017 e da Circular Bacen n.º 3.846/2017.

Adicionalmente, a Diretoria de Gestão de Riscos tem responsabilidade pela gestão dos riscos do Pilar II, riscos de estratégia, de reputação e o risco socioambiental.

O Comitê de Administração (CA), em conjunto com CSGRC e o CEGRC, foram definidos como a estrutura de governança para deliberar os assuntos relacionados a esses riscos.

O risco de taxa de juros do *banking book* segue a governança estabelecida para risco de mercado e o risco de concentração de crédito e o risco de crédito da contraparte seguem a governança estabelecida para o risco de crédito.

b) Processo de Gestão de Riscos

O Banco do Brasil considera o gerenciamento de riscos como um dos vetores principais para o processo de tomada de decisão.

O processo de gestão de riscos envolve fluxo contínuo de informações, obedecendo às seguintes fases:

- planejamento: fase de coleta, análise dos dados e elaboração de propostas;
- decisão: as propostas são apreciadas e deliberadas de forma colegiada, nos escalões competentes e comunicadas às áreas intervenientes;
- execução: as áreas intervenientes implementam as decisões tomadas; e
- acompanhamento: verificação sobre o cumprimento das deliberações e reporte aos subcomitês/CEGRC.

c) Risco de Mercado

Risco de mercado reflete a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, de câmbio, dos preços das ações e dos preços de *commodities*.

Políticas

As políticas de riscos de mercado e de utilização de instrumentos financeiros derivativos, aprovadas pelo Conselho de Administração, compõem os documentos estratégicos relativos à gestão de risco de mercado do Banco.

Esses documentos estabelecem as diretrizes a serem seguidas nas decisões negociais do Banco. Eles envolvem a avaliação de riscos de mercado, tratando tanto de aspectos quantitativos, tais como métricas utilizadas, quanto de aspectos qualitativos, tais como política de *hedge*, abrangência da gestão e segregação de funções.

No âmbito das políticas e estratégias de gestão dos riscos de mercado do Banco do Brasil, adota-se como princípio geral que o modelo de gestão tem por objetivo identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco de mercado do Conglomerado Prudencial e das respectivas instituições integrantes, individualmente, bem como identificar e acompanhar o risco de mercado das demais empresas controladas por integrantes do Conglomerado Prudencial.

No que tange à utilização de instrumentos financeiros derivativos, o Banco estipula, entre as suas políticas e estratégias, que são realizadas operações para atendimento das necessidades de seus clientes e para o gerenciamento de posições próprias, considerando as diversas categorias de riscos e adotando visão consolidada dos diferentes fatores de riscos.

Destaca-se, ainda, que a negociação com instrumentos financeiros derivativos é condicionada à prévia avaliação da natureza e da dimensão dos riscos envolvidos.

No que tange às políticas de *hedge* adotadas para a gestão dos riscos de mercado, são definidos os objetivos a serem alcançados com as operações de *hedge* de forma consolidada para todo o Conglomerado, garantida a efetividade individual de cada operação, observadas as regulamentações locais, no caso de dependências no exterior.

Sistemas de Mensuração de Riscos e Processos de Comunicação e Informação

O processo de mensuração dos riscos de mercado faz uso de sistemas corporativos e do aplicativo Riskwatch (RW), desenvolvido pela empresa canadense Algorithmics. A infraestrutura de tecnologia da informação vinculada a este processo encontra-se instalada em ambientes localizados em Brasília (DF) e no Rio de Janeiro (RJ).

O aplicativo Riskwatch tem como principais objetivos:

- (i) consolidar informações gerenciais do Conglomerado, apurando e fornecendo informações para gestão do risco de mercado, risco de liquidez e para gestão de ativos e passivos; e
- (ii) fornecer medidas do risco de mercado e do risco de liquidez (produtos/fluxos de caixa por moeda e indexador), bem como da gestão de ativos e passivos.

Dentre as funções do aplicativo Riskwatch, destacam-se:

- (i) calcular indicadores de risco de mercado, tais como VaR (paramétrico e não-paramétrico), *duration*, *yield* etc.;
- (ii) construir relatórios de fluxos de caixa consolidados ou por produto, marcados a mercado ou nominais;
- (iii) apurar a sensibilidade da carteira às flutuações nas taxas de juros nacionais e internacionais;
- (iv) calcular o resultado teórico de carteiras após aplicação de cenários históricos e de estresse; e
- (v) construir relatórios de descasamentos de prazo, taxas, indexadores e moedas.

No Banco, as posições próprias são segregadas em carteira de negociação e carteira de não negociação. Por meio de resolução emitida pelo Comitê de Risco Global (CRG), estipula-se a política para classificação de operações na carteira de negociação. Esse documento define que no âmbito do Banco do Brasil, suas subsidiárias e controladas, as operações de posições próprias realizadas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* da carteira de negociação, para as quais haja a intenção de serem negociadas antes de seu prazo contratual, observadas condições normais de mercado, e não sejam inegociáveis, são classificadas na carteira de negociação.

De forma excludente, as operações de posições próprias não classificadas na carteira de negociação são consideradas como componentes da carteira de não negociação. As posições próprias detidas pelas empresas que não fazem parte do Conglomerado não são passíveis de classificação na carteira de negociação.

Para o processo de gestão dos riscos de mercado, o Banco faz uso de estrutura de grupos e livros gerenciais, tanto para a área nacional quanto para a área internacional, com objetivos específicos e limites de exposição a riscos.

No que tange aos limites de exposição a riscos de mercado, o Conselho de Administração do Banco do Brasil, através da *Risk Appetite Statement* (RAS) estabelece os seguintes critérios de classificação:

Limites globais: limites de caráter estratégico, alinhados aos limites de tolerância a riscos, utilizados para controlar aspectos globais relacionados a cada risco.

Limites específicos: limites definidos como desdobramentos dos limites globais, utilizados para controlar aspectos específicos relacionados a cada risco.

O processo de apuração e monitoramento dos limites de riscos de mercado e de taxa de juros da carteira bancária do Banco do Brasil utiliza sistemas corporativos, desenvolvidos pelo Banco, e dois aplicativos de mensuração e monitoramento de riscos de mercado e de taxa de juros da carteira bancária, o Riskwatch e o Algo Risk Application (ARA), fornecidos pela empresa IBM.

Os referidos aplicativos de risco viabilizam o monitoramento e a identificação de eventuais posições que extrapolem os limites aprovados.

O controle dos limites ao longo do dia encontra-se sob a responsabilidade da primeira camada de controle, isto é, das diretorias gestoras dos grupos e livros vinculados a Carteira de Negociação e a Carteira Bancária.

Quando da extrapolação dos limites de riscos de mercado ou de taxa de juros da carteira bancária das carteiras/grupos gerenciais do Banco do Brasil, é emitida ficha de extrapolação para os gestores, via correio corporativo, até três dias úteis após a data do movimento extrapolado.

Na ficha de extrapolação o gestor da carteira deve justificar a extrapolação do limite e datar a previsão para reenquadramento do mesmo.

Caso sejam identificadas três ou mais extrapolações para o mesmo limite no intervalo de seis meses, a Diris emite Recomendação Técnica de Risco (RTR), recomendando o aprimoramento da primeira linha de defesa do processo de Gestão de Riscos do Conglomerado.

Mensalmente, é reportado ao comitê executivo o consumo dos limites globais e específicos, por meio do painel de riscos.

O Banco utiliza métodos estatísticos e de simulação para mensurar os riscos de mercado das suas exposições. Entre as métricas resultantes da aplicação destes métodos, destacam-se:

- (i) Análise de Sensibilidade;
- (ii) Valor em Risco (VaR); e
- (iii) Teste de Estresse.

(i) Análise de Sensibilidade

Método e Objetivo da Análise

O Banco realiza, trimestralmente, a análise de sensibilidade das exposições ao risco de taxas de juros de suas posições próprias, utilizando como método a aplicação de choques paralelos nas curvas de mercado dos fatores de risco mais relevantes. Tal método tem como objetivo simular os efeitos no resultado do Banco diante de cenários eventuais, os quais consideram possíveis oscilações nas taxas de juros praticadas no mercado.

Pressupostos e Limitações do Método

A aplicação de choques paralelos nas curvas de mercado tem como pressuposto que os movimentos de alta ou de baixa nas taxas de juros ocorrem de forma idêntica, tanto para prazos curtos quanto para prazos mais longos. Como nem sempre os movimentos de mercado apresentam tal comportamento, este método pode apresentar pequenos desvios nos valores simulados.

Escopo, Cenários de Aplicação do Método e Implicações no Resultado

O processo de análise de sensibilidade no Banco do Brasil é realizado considerando o seguinte escopo:

- (i) operações classificadas na carteira de negociação, composta basicamente por títulos públicos mensurados a valor justo e instrumentos financeiros derivativos, sendo que os efeitos, positivos ou negativos, decorrentes dos possíveis movimentos nas taxas de juros praticadas no mercado geram impacto direto no resultado do Banco ou no seu patrimônio líquido; e
- (ii) operações classificadas na carteira de não negociação, na qual os efeitos, positivos ou negativos, decorrentes de mudanças nas taxas de juros praticadas no mercado, não afetam diretamente o resultado do Banco, tendo em vista que a referida carteira é composta, majoritariamente, por operações contratadas com a intenção de manutenção até os respectivos vencimentos – empréstimos a clientes, captações no varejo, e títulos públicos mensurados ao custo amortizado – e cujo registro contábil é realizado com base nas taxas contratadas.

Para realização da análise de sensibilidade são considerados dois cenários eventuais, nos quais a taxa básica de juros sofreria choques paralelos, um aumento ou uma redução da ordem de 100 basis points (+/- 1 ponto percentual).

Resultados da Análise de Sensibilidade

As tabelas abaixo apresentam os resultados obtidos para a carteira de negociação e para o conjunto de operações registradas nas carteiras de negociação e de não negociação.

Análise de Sensibilidade para a Carteira de Negociação

Fatores de risco	Exposição	31.12.2018		31.12.2017	
		+100 bps	-100 bps	+100 bps	-100 bps
Taxa pré-fixada	Taxas pré-fixadas de juros	331	(327)	(64.629)	67.943
Cupons de taxas de juros	Cupons de taxas de juros	(182)	183	-	-
Cupons de índices de preços	Cupons de índices de preços	(166)	170	(15.746)	16.684
Cupons de moedas estrangeiras	Cupons de moedas estrangeiras	(18.519)	19.655	(7.353)	6.728
Total		(18.536)	19.681	(87.728)	91.355

Análise de Sensibilidade para a Carteira de Negociação e Não Negociação

Fatores de risco	Exposição	31.12.2018		31.12.2017	
		+100 bps	-100 bps	+100 bps	-100 bps
Taxa pré-fixada	Taxas pré-fixadas de juros	(4.689.421)	4.854.117	(4.409.075)	4.578.636
Cupons de taxas de juros	Cupons de taxas de juros	2.145.895	(2.188.455)	1.972.533	(1.989.098)
Cupons de índices de preços	Cupons de índices de preços	(769.216)	816.316	(1.215.728)	1.307.717
Cupons de moedas estrangeiras	Cupons de moedas estrangeiras	3.361.371	(3.808.667)	3.431.621	(3.930.679)
Total		48.629	(326.689)	(220.649)	(33.424)

(ii) Valor em Risco (VaR)

O VaR é uma métrica utilizada para estimar a perda máxima potencial, sob condições rotineiras de mercado, apresentada diariamente em valores monetários, considerando determinado intervalo de confiança e horizonte temporal.

Metodologia

Para mensuração do VaR, o Banco do Brasil adota a técnica de simulação histórica e os seguintes parâmetros: (i) 99% de intervalo de confiança uni caudal; (ii) 252 cenários retrospectivos de fatores de choques diários; e (iii) horizonte temporal de 10 dias úteis.

O método de simulação histórica assume como relevante a possibilidade de ocorrência futura de eventos registrados na série histórica (cenários retrospectivos). Logo, cada cenário retrospectivo corresponde a um possível "estado do mercado" sob o horizonte temporal de simulação. Uma das grandes vantagens do método de VaR por simulação histórica reside no fato de se mitigar o risco de modelagem, haja vista que a utilização da distribuição empírica de retornos torna desnecessária a assunção da hipótese de normalidade para a série temporal de retornos, comumente assumida por outros métodos, tais como o paramétrico.

Os fatores de riscos utilizados para mensuração da métrica do VaR das exposições sujeitas a riscos de mercado são classificados nas seguintes categorias: (i) taxas de juros: risco da variação dos cupons de taxas de juros praticados no mercado. (Exemplo: prefixado, cupom de dólar, cupom de IPCA (Índice de preços ao consumidor amplo), cupom de TR (taxa referencial)); (ii) taxas de câmbio: risco da variação das taxas de câmbio praticadas no mercado. (Exemplo: real *versus* dólar, real *versus* euro, real *versus* iene); (iii) preços de ações: risco da variação dos preços de ações praticados no mercado. (Exemplo: PETR4 (Petrobras-PN), VALE5 (Vale-PNA)); e (iv) preços de mercadorias (*commodities*): risco da variação dos preços de mercadorias no mercado (Exemplo: boi gordo, soja, milho).

Processo de Backtesting

O objetivo do *backtesting*, executado mensalmente, é avaliar a acurácia do modelo de risco de mercado. Esta avaliação está segregada dos processos de desenvolvimento e de utilização da métrica de VaR.

A metodologia utilizada pelo Banco consiste em verificar se o número de extrapolações (quantidade de vezes em que os retornos negativos excederam as perdas estimadas pelo VaR) está compatível com aquele previsto pelo modelo (sob o ponto de vista estatístico), bem como se ocorreram de forma independente ao longo do tempo.

De forma complementar, visando oferecer um comparativo entre modelos, realiza-se a avaliação de magnitude de valores extremos e, ainda, o ordenamento dos modelos de VaR.

O *backtesting* é realizado com periodicidade mensal, comparando-se as variações negativas ocorridas nas posições (perdas) com as estimativas do valor em risco (VaR).

Os modelos de *backtesting* utilizam métodos estatísticos de avaliação baseados em testes de hipóteses (Kupiec, Christoffersen e de Basileia), com nível de significância de 99%.

Todos os métodos consistem em verificar se o número de extrapolações (quantidade de vezes em que os retornos negativos excederam as perdas estimadas pelo modelo de VaR) está compatível com aquele previsto pelo modelo de *backtesting*, que preveem faixas de aceitação que dependem do tamanho da série.

Nos testes de Kupiec e Christoffersen, existe um limite inferior e um limite superior da faixa, rejeitando eventos quando estes estiverem fora da faixa e não rejeitando caso estejam dentro da faixa. O teste de Christoffersen também verifica se as extrapolações ocorreram de forma independente ao longo do tempo, situação de não rejeição.

Para o teste de Basileia (*Traffic Lights*), há uma faixa verde, abaixo de um número definido de extrapolações, em que o modelo está acurado; uma faixa amarela, entre dois valores de limite que coloca o modelo sob observação e uma faixa vermelha, acima de um número definido de extrapolações, em que o modelo é considerado não acurado.

A tabela abaixo relaciona as duas vezes e os percentuais relacionados de extrapolação em relação ao VaR, de janeiro de 2017 a dezembro de 2018.

Data	% em comparação ao VaR
07/06/2018	186,59%
08/06/2018	188,50%
19/12/2017	116,45%
17/05/2017	177,86%

O modelo de VaR se mostrou consistente, dado que os testes realizados indicaram que os resultados adversos (quantidade de extrapolações) ficaram dentro dos limites estabelecidos pelos testes estatísticos e pelo nível de confiança (99%).

Não existiram posições ou instrumentos financeiros que não foram considerados no cálculo do VaR para os períodos apresentados.

(iii) Teste de Estresse

O Banco utiliza métricas de estresse resultantes de simulações de suas exposições ao risco de mercado sob condições extremas, tais como crises financeiras e choques econômicos. Esses testes objetivam simular o tamanho dos impactos nos requerimentos de capital regulatório e econômico de eventos plausíveis, improváveis de ocorrer.

O programa de testes de estresse do Banco do Brasil tem os seguintes objetivos:

- (i) estar integrado à estrutura de gerenciamento de riscos da Instituição;
- (ii) associar potenciais perdas a eventos plausíveis;
- (iii) ser considerado no desenvolvimento das estratégias de mitigação de riscos e nos planos de contingência da Instituição;
- (iv) ser realizado individualmente por fator de risco e de forma conjunta; e
- (v) considerar a concentração em determinados fatores de risco os instrumentos não lineares e a quebra das premissas do modelo de VaR.

Para exigência de capital, o programa de testes de estresse de risco de mercado faz uso de métodos de avaliação baseados em:

- (i) Testes Retrospectivos – Carteira de Negociação;
- (ii) Testes Prospectivos – Carteira de Negociação; e
- (iii) Testes de Análise de Sensibilidade.

Teste Retrospectivo – Carteira de Negociação

O método do teste retrospectivo de estresse estima o percentual da variação do valor de mercado das exposições, mediante a aplicação de choques compatíveis com cenários específicos capazes de reproduzir períodos históricos de estresse do mercado ou de maiores perdas da Instituição, considerando os seguintes parâmetros:

- (i) métricas: mínimo (pior perda) e máximo (maior ganho) da série histórica de retornos diários da carteira de negociação;
- (ii) extensão da série histórica: de 1º de abril de 2000 até a data-base;
- (iii) período de manutenção: um mês (21 dias úteis); e
- (iv) periodicidade do teste: semanal.

O controle, o monitoramento e o acompanhamento diário dos limites de estresse para a carteira de negociação do Banco do Brasil e para os seus grupos e livros são realizados com base nas métricas do teste retrospectivo de estresse.

Os resultados dos testes retrospectivos de estresse objetivam avaliar a capacidade de absorção de grandes perdas e identificar eventuais medidas para redução dos riscos da Instituição. Seguem os resultados dos testes retrospectivos de estresse da carteira de negociação de acordo com o programa de teste de estresse de risco de mercado do Banco do Brasil.

Estimativas de Perdas do Teste Retrospectivo de Estresse

Fator de risco	31.12.2018	
	Exposição líquida	Estresse
Taxas de juros	874.283	(734.797)
Moedas estrangeiras	5.828.327	(3.660.133)
Commodities	2.179	(39.248)
Total	6.704.789	

Fator de risco	31.12.2017	
	Exposição líquida	Estresse
Taxas de juros	2.878.887	(2.394.858)
Moedas estrangeiras	2.791.428	(2.065.853)
Commodities	(125)	(175)
Total	5.670.190	

Estimativas de Ganhos do Teste Retrospectivo de Estresse

Fator de risco	31.12.2018	
	Exposição líquida	Estresse
Taxas de juros	874.283	909.378
Moedas estrangeiras	5.828.327	2.449.824
Commodities	2.179	44.017
Total	6.704.789	

Fator de risco	31.12.2017	
	Exposição líquida	Estresse
Taxas de juros	2.878.887	3.141.674
Moedas estrangeiras	2.791.428	1.177.474
Commodities	(125)	377
Total	5.670.190	

Informamos que as premissas assumidas para os testes retrospectivos foram:

Para a pior perda, base 31.12.2018, os valores mais relevantes resultaram dos choques históricos conforme segue:

- (i) curva corporativa prefixada de 05.11.2002 nos vértices entre 184 e 731 dias úteis;
- (ii) variação na cotação do Dólar Americano (USD) na ordem de 2,13% na data de 29.11.2001, em conjunto com a taxa de juros praticada à época;
- (iii) variação na cotação do Peso Argentino (ARS) na ordem de -28,93% na data de 13.02.2002; e
- (iv) variação na cotação do Dólar Americano (USD) na ordem de -8,12% na data de 01.08.2002.

Para o maior ganho, base 31.12.2018, os valores mais relevantes resultaram dos choques históricos conforme segue:

- (i) curva corporativa prefixada de 16.10.2002 nos vértices entre 3 e 731 dias úteis;
- (ii) variação na cotação do Dólar Americano (USD) na ordem de -0,17 na data de 12.12.2001, em conjunto com a taxa de juros praticada à época;
- (iii) variação na cotação do Peso Argentino (ARS) na ordem de 11,48% na data de 26.03.2002; e
- (iv) variação na cotação do Dólar Americano (USD) na ordem de 8,79% na data de 18.05.2017.

Para a pior perda, base 31.12.2017, os valores mais relevantes resultaram dos choques históricos conforme segue:

- (i) curva corporativa prefixada de 04.10.2002 nos vértices entre 1833 e 7332 dias úteis;
- (ii) curva de cupom de ipca de 03.04.2012 para instrumentos com vencimento entre 2751 e 14662 dias úteis; e
- (iii) variação na cotação do Peso Argentino (ARS) na ordem de -28,93% na data de 13.02.2002.

Para o maior ganho, base 31.12.2017, os valores mais relevantes resultaram dos choques históricos conforme segue:

- (i) curva corporativa prefixada de 10.04.2000 nos vértices entre 1833 e 7332 dias úteis;
- (ii) variação na cotação do Peso Argentino (ARS) na ordem de 11,48% na data de 26.03.2002; e
- (iii) variação na cotação do Dólar Americano (USD) na ordem de 8,79% na data de 18.05.2017.

Explicamos que a coluna "exposição líquida" é o resultado líquido das exposições ativas e passivas em valor presente, consideradas no cálculo da exigência de capital de risco de mercado, apresentado nas tabelas abaixo por fator de risco:

Detalhamento das Exposições Líquidas para o Teste de Estresse Retrospectivo

Fator de risco	Exposição líquida	
	31.12.2018	31.12.2017
Moeda estrangeira	5.828.327	2.791.428
CHF	6.151	25.658
CAD	1.016	464
EUR	686.080	263.986
GBP	84.367	(74.887)
JPY	70.239	36.073
USD	3.133.403	1.138.872
Outras moedas	1.847.071	1.401.262
Commodities	2.179	(125)
Commodities	2.179	(125)
Taxas de juros	874.283	2.878.887
Prefixado	216.438	2.098.880
Cupom de índices de preço	26.773	352.450
Cupom de moeda estrangeira	631.072	427.557
Total	6.704.789	5.670.190

Dentre os instrumentos que formam os valores das exposições líquidas acima, estão: títulos emitidos pelo governo brasileiro, títulos emitidos por empresas privadas e instrumentos financeiros derivativos. Os testes de estresse são aplicados para todos os instrumentos da carteira de negociação, conforme exigido pelo Banco Central do Brasil. Portanto, todos os instrumentos sensíveis ao risco de mercado incluídos em nossa carteira de negociação estão dentro do escopo do teste de estresse para risco de mercado.

As piores perdas e os maiores ganhos calculados por metodologia retrospectiva referem-se a perdas e ganhos calculados por simulações históricas. Neste tipo de metodologia, obtemos os resultados para cada fator de risco (posições curtas ou longas) de acordo com as mudanças históricas positivas ou negativas nas curvas corporativas utilizadas para testes de estresse.

Conseqüentemente, no pior cenário de perdas, calculamos as piores perdas obtidas com a simulação histórica para cada fator de risco, independentemente de sua exposição líquida curta ou longa, e de forma semelhante para os maiores ganhos. Há o impacto de um período de retenção de 21 dias sobre os resultados no cenário de estresse, que representa a multiplicação do ganho ou perda diária por raiz quadrada de 21, conforme definido por nossa alta administração. As tabelas abaixo mostram os ganhos e perdas por fator de risco, computados por simulação histórica com dados de 1º de janeiro de 2000 e observando o período de manutenção de 21 dias.

Detalhamento das Perdas e Ganhos para o Teste de Estresse Retrospectivo

Fator de risco	31.12.2018		31.12.2017	
	Perda	Ganho	Perda	Ganho
Moeda estrangeira	(3.660.133)	2.449.824	(2.065.853)	1.177.474
CHF	(2.533)	4.295	(10.568)	17.916
CAD	(400)	408	(183)	186
EUR	(235.003)	260.054	(90.423)	100.062
GBP	(31.973)	33.051	(29.376)	28.418
JPY	(27.798)	35.950	(14.276)	18.463
USD	(1.166.398)	1.261.893	(423.941)	458.650
Outras moedas	(2.196.028)	854.173	(1.497.086)	553.779
Commodities	(39.248)	44.017	(175)	377
Commodities	(39.248)	44.017	(175)	377
Taxas de juros	(734.797)	909.378	(2.394.858)	3.141.674
Prefixado	(417.480)	488.526	(1.916.821)	2.616.961
Cupom de índices de preço	(2.905)	3.294	(298.893)	393.654
Cupom de moeda estrangeira	(314.412)	417.558	(179.144)	131.059
Total	(4.434.178)	3.403.219	(4.460.886)	4.319.525

A partir da análise da tabela anterior, conclui-se que o cálculo de ganhos e perdas em condições de estresse, obtido através da simulação histórica de exposições curtas e longas que compõem a exposição líquida, pode gerar valores superiores à exposição líquida real.

Teste Prospectivo – Carteira de Negociação

O método de teste de estresse prospectivo estima a variação percentual no valor de mercado resultante de exposições a fatores de risco subjacentes aos requisitos de capital, aplicando choques correspondentes a fatores de risco de mercado. Esses choques são estimados com base em cenários de estresse gerados por nossos departamentos de estratégia e organização e finanças usando os seguintes parâmetros:

- (i) métricas: maiores perdas e maiores ganhos estimados para os retornos da carteira de negociação no período;
- (ii) extensão da série: prospecção para 21 dias úteis;
- (iii) período de manutenção: um mês (21 dias úteis); e
- (iv) periodicidade do teste: mensal.

Os testes prospectivos de estresse buscam simular adversidades com base nas características de nosso portfólio e no ambiente macroeconômico, em condições severas e plausíveis. Existem dois cenários macroeconômicos que consideram os seguintes pressupostos:

- Cenário 1: "Aterrissagem Forte" da economia chinesa e Deterioração Fiscal Brasileira; e
- Cenário 2: "Aterrissagem Forte" da economia chinesa e aumentos da taxa de juros na economia dos EUA.

Apresentamos abaixo os resultados dos cenários 1 e 2 dos testes de estresse prospectivos de nossa carteira de negociação de acordo com nosso programa de teste de estresse de risco de mercado.

Para o período findo em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, utilizamos as hipóteses do Cenário 1 em nossas estimativas dos resultados em nossa carteira de negociação usando o teste de estresse prospectivo para taxas de juros, moedas estrangeiras, *commodities* e ações:

Cenário 1 – Estimativas do Teste de Estresse Prospectivo

Fator de risco	31.12.2018	
	Exposição líquida	Estresse
Taxas de juros	874.283	(197.735)
Moedas estrangeiras	5.828.327	2.493.291
<i>Commodities</i>	2.179	(2.060)
Total	6.704.789	

Fator de risco	31.12.2017	
	Exposição líquida	Estresse
Taxas de juros	2.878.887	(292.918)
Moedas estrangeiras	2.791.428	2.368.998
<i>Commodities</i>	(125)	72
Total	5.670.190	

Para o período findo em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, utilizamos as hipóteses do Cenário 2 em nossas estimativas dos resultados em nossa carteira de negociação usando o teste de estresse prospectivo para taxas de juros, moedas estrangeiras, *commodities* e ações:

Cenário 2 – Estimativas do Teste de Estresse Prospectivo

Fator de risco	31.12.2018	
	Exposição líquida	Estresse
Taxas de juros	874.283	(448.141)
Moedas estrangeiras	5.828.327	2.451.034
<i>Commodities</i>	2.179	(2.060)
Total	6.704.789	

Fator de risco	31.12.2017	
	Exposição líquida	Estresse
Taxas de juros	2.878.887	(1.066.107)
Moedas estrangeiras	2.791.428	4.134.533
<i>Commodities</i>	(125)	155
Total	5.670.190	

A diferença entre os resultados dos testes retrospectivos e prospectivos pode ser explicada pelo fato de que a metodologia prospectiva utiliza cenários específicos de aumento ou diminuição de preços, taxas de juros e índices e pode apresentar ganhos ou perdas devido à exposição líquida de cada fator de risco. O resultado total do teste prospectivo é obtido adicionando os resultados individuais de cada fator de risco. A metodologia retrospectiva calcula as piores perdas e maiores ganhos para cada fator de risco com base em cenários de mudanças históricas nas curvas corporativas.

Como resultado, a metodologia prospectiva com cenários de diminuição de índices pode apresentar ganhos ou perdas, o mesmo ocorrendo com cenários de aumento. Na metodologia retrospectiva, a métrica das piores perdas só apresenta perda, e a métrica de maiores ganhos só apresenta ganhos.

Exposição Cambial e Exposição ao Ouro

O Banco do Brasil adota política de gerenciar a exposição cambial de forma a minimizar seus efeitos sobre o resultado do Banco.

A exposição cambial líquida, para 31.12.2018, é passiva no valor de US\$ 1.456,4 milhões e, para o período de 31.12.2017, é passiva no valor de US\$ 1.700,3 milhões.

Balanco em Moedas Estrangeiras e Ouro

Moeda	Contas patrimoniais			
	31.12.2018		31.12.2017	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Dólar dos EUA	171.115.608	188.390.578	148.272.383	161.137.734
Euro	14.390.004	7.292.951	11.731.508	10.701.773
Libra Esterlina	113.608	391.934	129.851	395.480
Iene	3.225.111	1.830.952	2.237.969	1.655.376
Franco Suíço	14.850	1.119.109	13.981	967.761
Dólar Canadense	4.860	18.427	21.845	21.069
Ouro	13.747	-	10.161	-
Demais moedas	11.451.923	10.425.119	13.434.750	12.507.592
Total	200.329.711	209.469.070	175.852.448	187.386.785
Posição líquida – contas patrimoniais		(9.139.359)		(11.534.337)

Moeda	Derivativos			
	31.12.2018		31.12.2017	
	Comprado	Vendido	Comprado	Vendido
Dólar dos EUA	27.604.992	15.995.004	28.605.369	20.866.851
Euro	1.331.900	8.965.180	3.850.489	5.774.616
Libra Esterlina	29.402	574.866	-	528.847
Iene	-	1.827.384	39.281	959.795
Franco Suíço	1.110.571	906	980.156	933
Dólar Canadense	14.199	283	-	264
Demais moedas	807.703	39.125	565.960	207
Total	30.898.767	27.402.748	34.041.255	28.131.513
Posição líquida – derivativos	3.496.019		5.909.742	

Moeda	31.12.2018	31.12.2017
	Posição líquida	Posição líquida
Dólar dos EUA	(5.664.982)	(5.126.833)
Euro	(536.227)	(894.392)
Libra Esterlina	(823.790)	(794.476)
Iene	(433.225)	(337.921)
Franco Suíço	5.406	25.443
Dólar Canadense	349	512
Ouro	13.747	10.161
Demais moedas	1.795.382	1.492.911
Posição líquida total	(5.643.340)	(5.624.595)

Resumo	31.12.2018		31.12.2017	
Totais – contas patrimoniais e derivativos	231.228.478	236.871.818	209.893.703	215.518.298
Posição líquida total	(5.643.340)		(5.624.595)	
Posição líquida total – em US\$ ⁽¹⁾	(1.456.421)		(1.700.301)	

(1) Cotação do dólar em 31.12.2018 – 1 US\$ = R\$ 3,8748. Cotação do dólar em 31.12.2017 – 1 US\$ = R\$ 3,3080.

d) Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Instituição não ter a capacidade de honrar seus compromissos financeiros no vencimento, sem incorrer em perdas inaceitáveis. Para fins de gestão de riscos, a liquidez é avaliada em valores monetários segundo composição de ativos e passivos estabelecida pelo gestor da liquidez.

Este risco assume duas formas: risco de liquidez de mercado e risco de liquidez de fluxo de caixa. O primeiro corresponde à possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor. O segundo está associado à possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os pagamentos e recebimentos.

Gestão do risco de liquidez

O Banco do Brasil adota as seguintes métricas como limites de risco de liquidez:

- indicador de liquidez de curto prazo (LCR): indicador regulatório que tem como objetivo garantir a existência de ativos de alta liquidez suficientes para suportar cenário de estresse financeiro com duração de 30 dias.
- Reserva de Liquidez (RL): nível mínimo de ativos de alta liquidez a ser mantido pelo Banco, compatível com a exposição ao risco decorrente das características das suas operações e das condições de mercado.
- Colchão de Liquidez: métrica prudencial que permite antever a tendência de aproximação da liquidez observada ao valor da Reserva de Liquidez. Evidencia a exposição ao risco de liquidez sem caracterizar estado de contingência.
- Indicador de Disponibilidade de Recursos Livres (DRL): utilizado na gestão de descasamento estrutural de liquidez o indicador visa assegurar o equilíbrio entre a captação e aplicação de recursos da carteira comercial, garantindo o financiamento da liquidez com recursos estáveis.

O Banco do Brasil possui Plano de Contingência de Liquidez – PCL, que consiste em um conjunto de procedimentos, estratégias e responsabilidades para identificar, administrar e reportar estado de estresse de liquidez do Banco do Brasil, de forma a assegurar a manutenção do fluxo de caixa e restaurar o nível de liquidez ao patamar desejado.

Os estados de estresse de liquidez são utilizados como parâmetro para acionamento do PCL e podem ocorrer quando a liquidez observada ficar abaixo da Reserva de Liquidez ou quando o indicador LCR ficar abaixo do limite estabelecido pela RAS (Risk Appetite Statement) vigente.

A estratégia para enfrentar o estado de estresse de liquidez consiste no acionamento das Medidas de Contingência de Liquidez (MCL), visando reestabelecer a Reserva de Liquidez ou o limite do indicador LCR.

Os instrumentos utilizados na gestão do risco de liquidez são reportados periodicamente ao CEGRC, CSGRC e CA do Banco.

Análise do risco de liquidez

Os limites de risco de liquidez são utilizados para monitorar o nível de exposição ao risco de liquidez da Instituição. Enquanto os limites da Reserva de Liquidez e Colchão de Liquidez asseguram o controle do risco decorrente do fluxo de caixa diários em condições normais de mercado e em cenários de estresse, o Indicador DRL monitora a visão de médio e longo prazo da condição financeira da empresa, garantindo a geração de recursos estáveis para o financiamento da liquidez operacional.

O controle desses limites, que atuam de forma complementar na gestão do risco de liquidez de curto, médio e longo prazo da Instituição, permitiu situação favorável da liquidez no período, sem necessidade de acionamento de plano de contingência de liquidez ou implementação de ações emergenciais no planejamento orçamentário que visem a adequação da liquidez estrutural.

Gerenciamento das captações

A composição das captações em uma ampla e diversificada base de clientes constitui um elemento importante da gestão do risco de liquidez do Banco do Brasil. A principal captação é representada pelos depósitos de clientes, formados pelos depósitos à vista, depósitos de poupança e os depósitos a prazo voluntários, que se caracterizam em produtos sem maturidade definida tendo os seus vencimentos para fins de gestão dos riscos de mercado e de liquidez definidos segundo modelos internos.

Outros passivos com participações relevantes são os depósitos judiciais, que também se caracterizam por elevada estabilidade e maturidade indefinida, as captações no mercado externo destinadas ao financiamento de exportações e importações, e outras captações comerciais representadas por outros recursos à vista, como cobrança, ordem de pagamento, pagamento e recebimento por conta de terceiros. Destacam-se, entre outras captações comerciais, as emissões de Letras de Crédito do Agronegócio que, após o período de carência de 90 dias, têm disponibilidade diária para o poupador.

As captações por meio de operações compromissadas lastreadas em títulos e captações efetuadas pela tesouraria do Banco são realizadas para a gestão de curto prazo da liquidez operacional e em implementações de estratégias de mercado de capitais em captações de médio e longo prazo.

Tendo em vista apresentar o perfil de maturidade das captações de acordo com os critérios da IFRS 7, outras captações comerciais e depósitos sem maturidade definida (SMD), depósitos à vista, depósitos de poupança, depósitos a prazo com liquidez diária e os depósitos judiciais terão seus vencimentos alocados no primeiro vértice das tabelas a seguir. As demais captações são apresentadas pelo fluxo futuro nos seus respectivos intervalos de vencimento.

A queda observada de cerca de R\$ 121,1 bilhões no volume total das captações entre dezembro de 2018 e dezembro 2017 deve-se, principalmente às operações compromissadas.

Composição das captações

Passivo	31.12.2018						Part%
	Até 1 mês	1 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	
Depósitos a prazo fixo	1.285.949	3.080.478	5.763.394	23.085.372	-	33.215.193	3,1%
Captação de tesouraria	13.797.663	1.629.290	2.550.187	21.173.665	3.716.401	42.867.206	4,0%
Depósitos judiciais	135.172.145	-	-	-	-	135.172.145	12,5%
Captação no mercado externo	5.318.852	11.945.427	9.058.202	49.421.718	75.838.438	151.582.637	14,1%
Outras captações comerciais	10.914.421	13.344	-	-	-	10.927.765	1,0%
Depósitos Comerciais SMD	261.470.422	-	-	-	-	261.470.422	24,2%
Outras Captações Comerciais SMD	96.202.160	-	-	-	-	96.202.160	8,9%
Fundos e repasses	5.377.796	6.780.375	7.351.078	46.325.643	49.133.726	114.968.618	10,7%
Operações compromissadas	197.272.296	6.612.549	17.440.552	10.598.581	-	231.923.978	21,5%
Total	726.811.704	30.061.463	42.163.413	150.604.979	128.688.565	1.078.330.124	100,0%

Passivo	31.12.2017						Part%
	Até 1 mês	1 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	
Depósitos a prazo fixo	1.582.804	1.220.360	963.222	10.520.739	-	14.287.125	1,2%
Captação de tesouraria	5.005.207	6.449.948	8.216.310	27.402.045	3.904.819	50.978.329	4,3%
Depósitos judiciais	121.210.235	-	-	-	-	121.210.235	10,1%
Captação no mercado externo	848.036	10.264.800	12.241.278	34.397.561	74.886.618	132.638.293	11,1%
Outras captações comerciais	11.800.061	15.010	-	-	-	11.815.071	1,0%
Depósitos Comerciais SMD	250.599.325	-	-	-	-	250.599.325	20,9%
Outras Captações Comerciais SMD	105.783.894	-	-	-	-	105.783.894	8,8%
Fundos e repasses	5.094.057	10.645.107	8.894.380	50.876.661	49.547.256	125.057.461	10,4%
Operações compromissadas	187.115.047	167.668.017	19.209.365	12.763.102	327.543	387.083.074	32,3%
Total	689.038.666	196.263.242	49.524.555	135.960.108	128.666.236	1.199.452.807	100,0%

Contratos de garantias financeiras

Os contratos de garantias financeiras são compromissos condicionais de crédito emitidos pelo Banco para garantir o desempenho de clientes pessoas físicas, pessoas jurídicas e outras instituições financeiras perante terceiros.

A natureza contingente desses passivos é considerada para fins de gestão do risco de liquidez do Banco na composição dos cenários utilizados no teste de estresse de liquidez realizado mensalmente.

Seguem quadros com a distribuição dos vencimentos contratuais dos contratos de garantias financeiras realizados pelo Banco, posição de 31.12.2018 e 31.12.2017:

Descrição	31.12.2018				
	1 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Avais e Fiança	3.390.426	828.175	2.440.002	1.000.695	7.659.298
Coobrigações em cessões de crédito	6	-	-	3.108	3.114
Demais coobrigações	356.642	-	-	-	356.642
Total	3.747.074	828.175	2.440.002	1.003.803	8.019.054

Descrição	31.12.2017				
	1 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Avais e Fiança	3.147.973	655.656	1.292.794	1.432.033	6.528.456
Coobrigações em cessões de crédito	-	-	-	3.549	3.549
Demais coobrigações	188.464	-	-	-	188.464
Total	3.336.437	655.656	1.292.794	1.435.582	6.720.469

Compromisso de empréstimos

O Banco do Brasil oferece linhas de crédito que impactam o risco de liquidez, cheque especial e o limite do cartão de crédito.

Nessas linhas o Banco mantém um limite de crédito aprovado destinado a clientes com conta corrente e pode ser utilizado sempre que houver necessidade.

Abaixo os quadros representam a distribuição dos vencimentos contratuais dos compromissos de empréstimos realizados pelo Banco, posição de 31.12.2018 e 31.12.2017:

Passivo		31.12.2018			
		1 a 6 meses	6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total
Cheque Especial	Utilizado	10.946.110	8.013.182	1.646.692	20.605.984
	Não Utilizado	1.083.430	734.677	110.672	1.928.777
Cartão de Crédito	Utilizado	31.209.558	11.674.777	110.953	42.995.287
	Não Utilizado	16.714.792	13.423.277	958.849	31.096.918
Total		59.953.890	33.845.911	2.827.166	96.626.966

Passivo		31.12.2018			
		1 a 6 meses	6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total
Cheque Especial	Utilizado	9.957.788	6.948.133	1.440.312	18.346.233
	Não Utilizado	1.358.233	809.288	126.802	2.294.323
Cartão de Crédito	Utilizado	9.416.248	-	32.480.115	41.896.363
	Não Utilizado	6.402.926	477.434	24.040.210	30.920.570
Total		27.135.195	8.234.855	58.087.439	93.457.489

Instrumentos financeiros derivativos

O Banco do Brasil realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para *hedge* de posições próprias, para atendimento de necessidades de nossos clientes e para tomada de posições intencionais. A estratégia de *hedge* está em consonância com a política de risco de mercado e de liquidez e com a política de utilização de instrumentos financeiros derivativos aprovadas pelo Conselho de Administração.

O Banco conta com ferramentas e sistemas adequados ao gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos e utiliza metodologias estatísticas e de simulação para mensurar os riscos de suas posições, por meio de modelos de Valor em Risco, de análise de sensibilidade e de teste de estresse.

As operações com derivativos financeiros, com destaque para aqueles sujeitos a chamadas de margem e ajustes diários, são consideradas na mensuração dos limites de riscos de liquidez adotados no Banco e na composição dos cenários utilizados nos testes de estresse de liquidez realizados mensalmente.

e) Risco de Crédito

Risco de crédito é definido como o risco de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito (decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador), à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A definição de risco de crédito compreende, entre outros:

- (i) o risco de crédito da contraparte, entendido como a possibilidade de não cumprimento, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, incluindo aquelas relativas à liquidação de instrumentos financeiros ou de derivativos;
- (ii) o risco país, entendido como a possibilidade de perdas relativas ao não cumprimento de obrigações associadas a contraparte ou instrumento mitigador localizados fora do país, incluindo o risco soberano, em que a exposição é assumida perante governo central de jurisdição estrangeira;
- (iii) o risco de transferência, entendido como a possibilidade de ocorrência de entraves na conversão cambial de valores recebidos fora do País associados a operação sujeita ao risco de crédito;
- (iv) a possibilidade de ocorrência de desembolsos para honrar garantias financeiras prestadas;
- (v) a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações nos termos pactuados por interveniente, provedor do instrumento mitigador ou mandatário de cobrança;
- (vi) o risco de concentração, entendido como a possibilidade de perdas associadas a exposições significativas a uma mesma contraparte; a contrapartes com atuação em um mesmo setor econômico, região geográfica ou segmento de produtos e serviços; a contrapartes cujas receitas dependam de um mesmo tipo de mercadoria (*commodity*) ou atividade; a instrumentos financeiros cujos fatores de risco, incluindo moedas e indexadores, são significativamente relacionados; associadas a um mesmo tipo de produto ou serviço financeiro e cujo risco é mitigado por um mesmo tipo de instrumento.

O gerenciamento do risco de crédito do Banco é realizado com base nas melhores práticas de mercado e segue as normas de supervisão e de regulação bancária do Bacen. Objetiva identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco das exposições, contribuir para a manutenção da solidez e da solvência e garantir os interesses dos acionistas.

Em conformidade com a Circular Bacen nº. 3.678/2013, o Banco do Brasil divulga as informações referentes à gestão de riscos alinhadas às diretrizes do Pilar 3 de Basileia II. O relatório pode ser visualizado no site www.bb.com.br/ri.

Política de Crédito

A Política Específica de Crédito do Banco do Brasil contém orientações de caráter estratégico que norteiam as ações de gerenciamento do crédito e do risco de crédito no Conglomerado Prudencial. É aprovada pelo CA e é revisada anualmente, aplicando-se a todos os negócios que envolvam risco de crédito e encontra-se disponível para todos os funcionários. Espera-se que as empresas controladas, coligadas e participações definam seus direcionamentos a partir dessas orientações, considerando as necessidades específicas e os aspectos legais e regulamentares a que estão sujeitas.

A política específica de crédito orienta sobre o processo de crédito, compreendendo a abrangência, a assunção de risco de crédito, a cobrança e recuperação de crédito e gerenciamento do risco de crédito. Contem conjunto abrangente de enunciados, os quais englobam todas as etapas do gerenciamento do risco de crédito no Banco do Brasil. A seguir, estão relacionados tópicos importantes abordados na política específica de crédito do Banco do Brasil:

- a) Condições para assunção de risco;
- b) Segregação de funções;
- c) Orientações para cobrança e recuperação de crédito;
- d) Decisões colegiadas;
- e) Apetite ao risco;
- f) Risco de crédito de contraparte (RCC);
- g) Concentração;
- h) Níveis de provisão e de capital;
- i) Testes de estresse;
- j) Classificação de clientes; e
- k) Planejamento de capital.

A utilização de instrumentos mitigadores do risco de crédito está declarada na política de crédito, presente nas decisões estratégicas e formalizada nas normas de crédito, atingindo todos os níveis da organização e abrangendo todas as etapas do gerenciamento do risco de crédito.

Para a vinculação de garantias em operação de crédito é dada preferência às garantias que ofereçam autoliquidez às operações. Os processos de acompanhamento das exposições sujeitas ao risco de crédito e de classificação de risco das operações de crédito produzem informações importantes para verificar a efetividade dos instrumentos mitigadores. O baixo índice de inadimplência observado em determinados segmentos da carteira de crédito e o menor nível de provisionamento em determinadas operações podem ser explicados pela existência de garantias vinculadas às exposições, reduzindo o risco de crédito e a necessidade de capital para sua cobertura.

Sistemas de Mensuração

A quantidade e a natureza das operações, a diversidade e a complexidade dos produtos e serviços e o volume exposto ao risco de crédito exigem que a mensuração do risco de crédito no Banco do Brasil seja realizada de forma sistematizada. O Banco possui infraestrutura de bases de dados e de sistemas corporativos para efetuar a mensuração do risco de crédito de forma abrangente.

A mensuração do risco de crédito é realizada por meio de diversos indicadores, tais como atraso, qualidade da carteira, concentração, perda esperada, exigência de capital regulatório e econômico, entre outros, com a finalidade de identificar, numa visão prospectiva, as perdas que influenciam os valores dos seus ativos.

No Banco as estimativas de Perda Esperada (PE), associadas ao risco de crédito, consideram o ambiente macroeconômico, a probabilidade de que a exposição seja caracterizada como ativo problemático e a recuperação do crédito, incluindo concessões de vantagens, custos de execução e prazos. Alinhada às diretrizes das IFRS, periodicamente, o Banco do Brasil revisa a composição da carteira de ativos financeiros de forma a avaliar se as perdas esperadas por imparidade devam ser reconhecidas. O processo de avaliação da carteira envolve diversas estimativas e julgamentos, com a observância de fatores que evidenciem uma alteração do perfil de risco do cliente, do instrumento de crédito e da qualidade das garantias que resultem em redução da estimativa de recebimento dos fluxos de caixa futuros.

O modelo adotado para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros é baseado no conceito de perda esperada de crédito, assim, todas as operações possuem perda esperada desde a sua origem, sendo acompanhadas à medida que a situação de risco de crédito se altera.

Deterioração do Crédito

A perda esperada busca identificar as perdas que acontecerão nos próximos 12 meses ou que ocorrerão durante a vida da operação, considerando a visão prospectiva. Os instrumentos financeiros são avaliados em 3 estágios e sujeitos a análises quantitativas e qualitativas.

O estágio de enquadramento dos ativos é revisto sistematicamente e considera os processos de sensoriamento de risco do Banco, a fim de capturar mudanças nas características dos instrumentos e nas suas garantias que venham impactar a capacidade financeira do cliente.

A migração dos ativos financeiros entre estágios é sensibilizada após análises que resultem em agravamento ou atenuação do risco de crédito. Essas estimativas são baseadas em pressupostos de uma série de fatores e, por essa razão, os resultados reais podem variar, gerando futuros reforços ou reversões de perdas.

Outras informações sobre a metodologia de cálculo e premissas utilizadas pelo Banco para avaliação de perdas por redução ao valor recuperável nos ativos financeiros, assim como os valores quantitativos registrados a título de perda esperada para créditos de liquidação duvidosa, podem ser obtidas nas Notas 3.j e 24, respectivamente.

Cenários Econômicos

A perda esperada busca identificar a expectativa das perdas em crédito, ao longo de um dado horizonte de tempo, que influenciam o valor dos seus ativos, numa visão prospectiva, para que a instituição constitua provisões para fazer frente a essas perdas. No cálculo das provisões de crédito para instrumentos financeiros, de acordo com a perda esperada, o Banco do Brasil relaciona variáveis de risco sistêmico (variáveis macroeconômicas). A relação dessas variáveis torna a estimação da perda esperada mais dinâmica, principalmente quando considera as condições macroeconômicas atuais.

Exposição Máxima ao Risco de Crédito

A tabela a seguir apresenta a exposição máxima em 31.12.2018 e 31.12.2017.

	31.12.2018	31.12.2017
Ativos Financeiros ao custo amortizado líquidos	1.047.086.749	978.951.992
Empréstimos a instituições financeiras	34.371.719	35.116.862
Aplicações em operações compromissadas	386.874.200	348.186.760
Empréstimos a clientes líquidos de provisão	601.660.512	585.190.941
Títulos e valores mobiliários	24.180.318	N/A
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	N/A	10.457.429
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	6.877.619	8.453.138
Instrumento de dívida e patrimônio	6.194.457	7.798.219
Derivativos	683.162	654.919
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	119.753.019	N/A
Ativos financeiros disponíveis para venda	N/A	120.214.877
Itens não registrados no Balanço	126.310.091	123.357.510

As exposições incluem os ativos financeiros sujeitos ao risco de crédito, conforme descrição a seguir.

Empréstimos a Instituições Financeiras

Os empréstimos a instituições financeiras referem-se às aplicações em depósitos interfinanceiros e às carteiras de crédito adquiridas com coobrigação da instituição cedente.

Esses créditos seguem a análise de risco da Instituição, sendo classificados por *rating* interno.

Operações Compromissadas

As operações compromissadas são realizadas principalmente com o Banco Central do Brasil e com outras instituições financeiras. Os títulos e valores mobiliários utilizados como lastro dessas operações são, em regra, títulos públicos federais. Essas operações não apresentam créditos vencidos.

Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários avaliados ao custo amortizado são aqueles nos quais os seus fluxos de caixa contratuais possuem característica de somente pagamento de principal e juros e a Administração os mantém em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter apenas os fluxos de caixa contratuais.

Os títulos mensurados nessa categoria são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e avaliados, subsequentemente, pelo custo amortizado utilizando a taxa efetiva de juros. Os encargos financeiros são registrados de acordo com o regime de competência e adicionados ao montante de principal em cada período, sendo o valor do ativo reduzido pelas amortizações de principal, além de reduções ao valor recuperável (perdas esperadas).

Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado

Um ativo será mensurado nessa categoria quando os seus fluxos de caixa contratuais não possuírem característica de somente pagamento de principal e juros ou quando a Administração os mantém em um modelo de negócios cujo objetivo seja a sua venda.

Os instrumentos financeiros registrados nessa categoria são reconhecidos inicialmente ao valor justo e os seus rendimentos (juros e dividendos) são reconhecidos como receita de juros. Ganhos e perdas realizados e não realizados em função das variações de valor justo desses instrumentos são reconhecidos no resultado.

Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de outros Resultados Abrangentes

Ativos financeiros classificados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são geridos dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja gerar retorno tanto pelo reconhecimento dos fluxos de caixas contratuais quanto pela negociação com transferência substancial de riscos e benefícios.

Itens Não Registrados no Balanço Patrimonial

As operações não registradas no balanço patrimonial seguem os mesmos critérios de classificação de risco para operações de crédito típicas, impactam o limite de crédito dos clientes e referem-se aos limites de crédito, crédito a liberar e às garantias prestadas.

Os limites de crédito são limites disponibilizados aos clientes, tais como cartão de crédito e cheque especial. Créditos a liberar são os desembolsos futuros relativos às operações de crédito contratadas, independentemente de serem ou não condicionados ao cumprimento pelo devedor de condições pré-especificadas.

As garantias prestadas são operações de aval ou fiança bancária, ou outra forma de garantia fidejussória, normalmente contratadas com clientes classificados como de baixo risco, cujo desembolso só é efetivado na ocorrência de eventual inadimplência do cliente junto ao seu credor, convertendo-se a exposição em operação de crédito.

Empréstimos a Clientes

As tabelas a seguir representam a exposição máxima dos ativos financeiros segregados por tipo de carteiras e pela classificação de risco de crédito.

31.12.2018																
Estágio 1				Estágio 2				Estágio 3				Consolidado				
	Operações de Crédito	Compromissos a Liberar	Garantias Financeiras Prestadas	Total	Operações de Crédito	Compromissos a Liberar	Garantias Financeiras Prestadas	Total	Operações de Crédito	Compromissos a Liberar	Garantias Financeiras Prestadas	Total	Operações de Crédito	Compromissos a Liberar	Garantias Financeiras Prestadas	Total
Pessoas Físicas	309.517.858	59.700.264	275.856	369.493.978	22.515.992	116.379	-	22.632.371	10.685.134	15.703	194	10.701.031	342.718.984	59.832.346	276.050	402.827.380
Varejo PF	175.498.009	55.069.101	227.600	230.794.710	13.846.218	76.041	-	13.922.259	6.615.400	7.109	-	6.622.509	195.959.627	55.152.251	227.600	251.339.478
Produtor Rural	134.019.849	4.631.163	48.256	138.699.268	8.669.774	40.338	-	8.710.112	4.069.734	8.594	194	4.078.522	146.759.357	4.680.095	48.450	151.487.902
Pessoas Jurídicas	250.529.148	58.914.410	5.189.194	314.632.752	18.086.935	128.847	305.926	18.521.708	22.031.510	937.564	114.003	23.083.077	290.647.593	59.980.821	5.609.123	356.237.537
Atacado	220.122.317	42.391.459	4.647.747	267.161.523	13.649.975	10.567	305.926	13.966.468	18.283.782	440.740	114.003	18.838.525	252.056.074	42.842.766	5.067.676	299.966.516
Varejo MPE	30.395.782	16.522.452	541.447	47.459.681	4.430.195	118.268	-	4.548.463	3.730.019	496.797	-	4.226.816	38.555.996	17.137.517	541.447	56.234.960
Produtor Rural	11.049	499	-	11.548	6.765	12	-	6.777	17.709	27	-	17.736	35.523	538	-	36.061
Total	560.047.006	118.614.674	5.465.050	684.126.730	40.602.927	245.226	305.926	41.154.079	32.716.644	953.267	114.197	33.784.108	633.366.577	119.813.167	5.885.173	759.064.917
%	81,90%	17,30%	0,80%	100,00%	98,70%	0,60%	0,70%	100,00%	96,80%	2,80%	0,30%	100,00%	83,40%	15,80%	0,80%	100,00%
01.01.2018																
Estágio 1				Estágio 2				Estágio 3				Consolidado				
	Operações de Crédito	Compromissos a Liberar	Garantias Financeiras Prestadas	Total	Operações de Crédito	Compromissos a Liberar	Garantias Financeiras Prestadas	Total	Operações de Crédito	Compromissos a Liberar	Garantias Financeiras Prestadas	Total	Operações de Crédito	Compromissos a Liberar	Garantias Financeiras Prestadas	Total
Pessoas Físicas	287.658.192	56.624.562	160.671	344.443.425	22.199.024	97.242	-	22.296.266	12.759.953	28.861	66	12.788.880	322.617.169	56.750.665	160.737	379.528.571
Varejo PF	166.333.281	52.607.918	148.468	219.089.667	11.600.866	56.127	-	11.656.993	7.772.906	21.922	-	7.794.828	185.707.053	52.685.967	148.468	238.541.488
Produtor Rural	121.324.911	4.016.644	12.203	125.353.758	10.598.158	41.115	-	10.639.273	4.987.047	6.939	66	4.994.052	136.910.116	4.064.698	12.269	140.987.083
Pessoas Jurídicas	254.801.272	59.543.034	3.624.159	317.968.465	22.265.705	496.125	93.036	22.854.866	21.828.592	2.192.571	99.302	24.120.465	298.895.569	62.231.730	3.816.497	364.943.796
Atacado	227.917.179	39.714.048	3.618.371	271.249.598	16.040.464	332.762	93.036	16.466.262	14.677.098	1.126.402	99.302	15.902.802	258.634.741	41.173.212	3.810.709	303.618.662
Varejo MPE	26.873.209	19.828.543	5.788	46.707.540	6.218.379	163.276	-	6.381.655	7.133.691	1.066.045	-	8.199.736	40.225.279	21.057.864	5.788	61.288.931
Produtor Rural	10.884	443	-	11.327	6.862	87	-	6.949	17.803	124	-	17.927	35.549	654	-	36.203
Total	542.459.464	116.167.596	3.784.830	662.411.890	44.464.729	593.367	93.036	45.151.132	34.588.545	2.221.432	99.368	36.909.345	621.512.738	118.982.395	3.977.234	744.472.367
%	81,90%	17,50%	0,60%	100,00%	98,50%	1,30%	0,20%	100,00%	93,70%	6,00%	0,30%	100,00%	83,50%	16,00%	0,50%	100,00%

Ativos Recebidos em Garantia

	31.12.2018	31.12.2017
Contratadas com garantias	422.471.804	401.308.809
Contratadas sem garantias	121.908.772	135.256.972
Contratadas outros mitigadores	88.986.001	84.946.957
Total	633.366.577	621.512.738

As garantias vinculadas aos empréstimos a clientes são apresentadas abaixo:

- (i) imóveis rurais (terrenos e edificações);
- (ii) imóveis urbanos – imóveis localizados em área urbana (casas, apartamentos, armazéns, galpões, edifícios comerciais ou industriais, lotes urbanos, lojas etc.);
- (iii) lavouras – colheita pendente dos produtos financiados (colheita de abacate, colheita de arroz, colheita de feijão etc.); quando se trata de produto perecível (hortaliças, frutas, flores etc.) são exigidas garantias complementares;
- (iv) móveis – bens que possam ser facilmente movidos ou removidos, e, caso fixados no solo, possam ser removidos sem qualquer dano à sua integridade material ou ao imóvel onde estão instalados (máquinas, equipamentos, veículos etc.);
- (v) operações do Banco do Brasil – aplicações financeiras existentes no Banco (poupança, Certificado de Depósito Bancário - CDB, fundos de renda fixa etc.);
- (vi) pessoais – garantias fidejussórias (aval ou fiança, inclusive de fundos de aval a exemplo do Fundo de Garantia de Operações – FGO, Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas – Fampe, Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger etc.);
- (vii) produtos agropecuário-extrativos – produto agropecuário-extrativo, tais como: abacaxi, açaí, arroz, café, cacau, uva etc.;
- (viii) produtos industrializados – matéria-prima, mercadorias ou os produtos industrializados (bobinas de aço, calçados, chapa de aço inox etc.);
- (ix) recebíveis – recebíveis representados por cartão de crédito, cobrança ou cheque custodiado;
- (x) semoventes – animais de rebanho (bovinos, suínos, ovinos, caprinos, equinos etc.);
- (xi) títulos e direitos – títulos de crédito ou direitos em garantia (Cédulas de Crédito Comercial – CCC, Cédulas de Crédito Industrial – CCI, Cédulas de Crédito à Exportação – CCE, Cédulas do Produtor Rural – CPR, cédulas rurais, recursos internalizados no Banco, recebíveis e outros documentos de crédito representativos de direitos creditórios decorrentes de serviços já prestados ou mercadorias entregues); e
- (xii) seguros de crédito – Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação – SBCE, Seguradora de Crédito do Brasil – Secreb etc.

Nos empréstimos a clientes, é dada preferência às garantias que ofereçam auto liquidez à operação.

O valor máximo considerado para efeito de comprometimento da garantia é obtido pela aplicação de determinado percentual sobre o valor do referido bem ou direito, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Percentual de Adiantamento Sobre os Ativos Recebidos em Garantia

Ativo	% de cobertura
Direitos creditórios	
Recibo de depósito bancário	100%
Certificado de depósito bancário ⁽¹⁾	100%
Poupança	100%
Fundo de investimento de renda fixa	100%
<i>Pledge Agreement – cash collateral</i> ⁽²⁾	100%
Carta de crédito <i>standby</i>	100%
Outros direitos creditórios	80%
Fundos de aval	
Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda	100%
Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas	100%
Fundo de Garantia de Operações	100%
Fundo Garantidor para Investimento	100%
Outros	100%
Fiança ou aval ⁽³⁾	100%
Seguro de crédito	100%
<i>Pledge Agreement – securities</i> ⁽⁴⁾	77%
Fundos offshore – BB Fund ⁽⁵⁾	77%
Semoventes bovinos ⁽⁶⁾	70%
<i>Pledge Agreement – cash collateral</i> ⁽⁷⁾	70%
Demais garantias ⁽⁸⁾	50%

(1) Exceto os que possuam contrato de *swap*.

(2) Mesma moeda da operação.

(3) Prestado por estabelecimento bancário que possua limite de crédito no Banco, com margem suficiente para amparar a coobrigação.

(4) Contrato de caução/cessão de recursos de clientes em títulos e papéis.

(5) Exclusivo ou varejo.

(6) Exceto em operações de Cédula do Produtor Rural (CPR).

(7) Celebrado em moeda diversa à das operações a serem amparadas e que não disponha de mecanismo de *hedge* cambial.

(8) Em função de determinadas características, imóveis, veículos, máquinas e equipamentos podem ser recebidos com percentuais de garantia mais elevados.

As garantias de direitos creditórios representadas por aplicações financeiras devem ser internalizadas no Banco e são bloqueadas pela Instituição, permanecendo assim até a liquidação da operação. O Banco poderá, por ocasião do vencimento da aplicação financeira, lançar mão da garantia para quitação dos saldos referentes às parcelas vencidas, independentemente de aviso ou notificação ao cedente/financiado.

Além de cláusulas de cessão de crédito ou cessão dos direitos creditórios, para vinculação dos mitigadores, o instrumento de crédito contém cláusula de reforço da garantia, para assegurar o percentual de cobertura pactuado na contratação da operação, durante todo o prazo da operação.

Concentração

As estratégias de gerenciamento do risco de crédito orientam as ações em nível operacional. As decisões estratégicas compreendem, entre outros aspectos, a materialização do apetite e tolerância ao risco do Banco do Brasil e o estabelecimento de limites de risco e de concentração. São considerados também os limites de concentração impostos pelo Banco Central do Brasil.

O Banco possui sistemática de gerenciamento do risco de concentração da carteira de crédito. Além do acompanhamento dos indicadores de níveis de concentração de diferentes segmentos da carteira, apurados com base no Índice de *Herfindahl-Hirshman*, é avaliado o impacto da concentração na alocação de capital para o risco de crédito.

Exposições por região geográfica

	31.12.2018	31.12.2017
Banco do Brasil		
Mercado interno	597.190.832	584.959.383
Sudeste	295.619.645	305.596.746
Sul	103.879.868	102.797.011
Centro-Oeste	96.481.027	79.866.471
Nordeste	71.051.284	68.709.929
Norte	30.159.008	27.989.226
Mercado externo	36.175.745	36.553.355
Total	633.366.577	621.512.738

As informações relativas às exposições por atividade econômica foram incluídas na Nota 23 – Empréstimos a Clientes.

Operações de crédito renegociadas

Operações de crédito renegociadas são aquelas com evidências de problemas de recuperabilidade do crédito, por dificuldade financeira significativa do devedor, que tenham sido compostas ou renegociadas e com alteração das condições originalmente pactuadas.

Ativos que o Banco Adquiriu na Liquidação de Operações de Crédito

	31.12.2018	31.12.2017
Imóveis	302.162	227.848
Máquinas e equipamentos	1.471	2.206
Veículos e afins	336	140
Outros	7.171	42
Total	311.140	230.236

Os bens móveis e imóveis obtidos em razão da recuperação de créditos inadimplidos são periodicamente ofertados ao mercado, por meio de processos licitatórios, na modalidade de leilão, não sendo política do Banco sua utilização para obtenção de receita financeira ou no desempenho de sua atividade fim.

f) Risco Operacional

É definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como a sanções em razão do descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição.

Com o objetivo de cumprir as estratégias e políticas definidas para risco operacional e atendendo aos requisitos regulatórios, as atividades referentes às fases de gestão, estão sintetizadas na tabela a seguir.

Fases do Processo de Gestão do Risco Operacional

Fase de gestão	Síntese das atividades
Identificação	Consiste em identificar e classificar os eventos de risco operacional a que o Banco está exposto, indicando áreas de incidência, causas e potenciais impactos financeiros associados a processos, produtos e serviços da organização.
Avaliação	É a quantificação da exposição ao risco operacional com o objetivo de avaliar o impacto nos negócios do Banco. Consiste, também, na avaliação qualitativa dos riscos identificados, analisando sua probabilidade de ocorrência e impacto de forma a determinar o nível de tolerância ao risco.
Controle	Consiste em registrar o comportamento dos riscos operacionais, limites, indicadores e eventos de perda operacional, bem como implementar mecanismos de forma a garantir que os limites e indicadores de risco operacional permaneçam dentro dos níveis desejados.
Mitigação	Consiste em criar e implementar mecanismos para modificar o risco buscando reduzir as perdas operacionais por meio da remoção da causa do risco, alteração da probabilidade de ocorrência ou alteração das consequências do evento de risco.
Monitoramento	É a ação que tem por objetivo identificar as deficiências do processo de gestão do risco operacional de forma que as fragilidades detectadas sejam levadas ao conhecimento da Alta Administração. É a fase de retroalimentação do processo de gerenciamento de risco operacional, onde é possível detectar fragilidades nas fases anteriores.

Política de Risco Operacional

A política de risco operacional, aprovada e revisada anualmente pelo Conselho de Administração, contém orientações às áreas do Banco, que visam garantir a efetividade do modelo de gestão do risco operacional, esperando-se que as empresas Entidades Ligadas ao Banco do Brasil definam seus direcionamentos a partir dessas orientações, considerando as necessidades específicas e os aspectos legais e regulamentares a que estão sujeitas.

Em aderência aos requisitos da Resolução CMN nº. 4.557/2017 a política permeia as atividades relacionadas ao gerenciamento do risco operacional, com objetivo de identificar, avaliar, controlar, mitigar, monitorar, mensurar e reportar o risco associado ao Conglomerado Prudencial e a cada instituição individualmente, bem como identificar e acompanhar os riscos associados às demais entidades controladas por seus integrantes ou das quais estes participem.

Monitoramento

O monitoramento das perdas operacionais, para produção dos devidos reportes, ocorre através da ferramenta Painel de Risco Operacional, o qual é acompanhado também pelas áreas gestoras de processos, sistemas, produtos ou serviços em caso de necessidade de proposição de ações de mitigação, é feito através da apuração mensal dos valores das perdas de acordo com o limite global de perdas operacionais.

Com o objetivo de tornar o monitoramento ainda mais eficiente, foram adotados limites específicos que detalham as seguintes categorias de eventos de risco operacional:

- práticas trabalhistas e condições do ambiente de trabalho;
- práticas inadequadas relativas aos negócios, produtos e clientes;
- fraudes e roubos externos;
- fraudes e roubos internos;
- falhas em sistemas;
- danos a ativos físicos e lesões a pessoas;
- falhas na execução e gerenciamento de processos;
- interrupção das atividades.

O acompanhamento sistemático dos eventos de perda operacional é realizado por intermédio da análise das informações constantes do Painel de Riscos, dentre elas o acompanhamento dos limites global e específicos e decisões do Comitê de Risco Global e do Subcomitê de Risco Operacional. A partir do monitoramento dos limites estabelecidos, os gestores responsáveis pelo processo, produto ou serviço poderão ser acionados para esclarecer os motivos da extrapolação e propor ações de mitigação dos riscos.

42 – TRANSFERÊNCIA DE ATIVOS FINANCEIROS

No curso de suas atividades, o Banco efetua transações que resultam na transferência de ativos financeiros, representados principalmente por instrumentos de dívida, instrumentos de patrimônio e empréstimos a clientes. Ao aplicar a prática contábil para a transferência de ativos financeiros, o Banco avalia o nível de envolvimento contínuo com os ativos transferidos para determinar se continua o seu reconhecimento na totalidade, na extensão da continuidade do seu envolvimento ou se realiza a baixa do ativo financeiro transferido.

As transações de transferências de ativos financeiros realizadas pelo Banco são representadas principalmente pela venda de títulos e valores mobiliários com compromisso de recompra e pela cessão de carteiras de empréstimos a clientes com retenção substancial de riscos e benefícios, cujos passivos associados estão registrados em obrigações por operações compromissadas e em valores a pagar a instituições financeiras, respectivamente.

Ativos financeiros transferidos e ainda reconhecidos no balanço patrimonial e seus respectivos passivos associados

	31.12.2018		31.12.2017	
	Ativos financeiros transferidos	Passivos associados	Ativos financeiros transferidos	Passivos associados
Ativos financeiros vinculados ao compromisso de recompra				
Ativos financeiros ao custo amortizado – Títulos e valores mobiliários ⁽¹⁾	3.016.797	3.020.711	N/A	N/A
Ativos financeiros mantidos até o vencimento ⁽¹⁾	N/A	N/A	9.259.124	9.270.571
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	76.101	90.033	174.710	190.846
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	36.465.497	36.459.742	N/A	N/A
Ativos financeiros disponíveis para venda	N/A	N/A	30.997.903	30.928.290
Total	39.558.395	39.570.485	40.431.737	40.389.707

(1) Referem-se às debêntures adquiridas da BB Leasing, eliminadas no processo de consolidação, classificadas conforme IAS 39 em 31.12.2017 e IFRS 9 em 31.12.2018.

Ativos financeiros transferidos e ainda reconhecidos no balanço patrimonial cujos passivos associados são recursos apenas para os ativos transferidos

	31.12.2018		31.12.2017	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Operações de crédito cedidas com coobrigação ⁽¹⁾				
Ativos financeiros transferidos	405.068	405.302	496.056	499.253
Passivos financeiros associados	404.844	404.844	496.365	496.365
Posição líquida	224	458	(309)	2.888

(1) Os ativos financeiros transferidos e os passivos financeiros associados às operações de crédito cedidas com coobrigação são reconhecidos no balanço patrimonial consolidado nos grupamentos "Empréstimos a clientes" e "Valores a pagar a instituições financeiras", respectivamente.

Vendas com compromisso de recompra

Vendas com compromisso de recompra são transações nas quais o Banco vende um título, em sua maioria de emissão pública, e simultaneamente se compromete a comprar esse mesmo título com preço fixo, em data futura. O Banco continua reconhecendo o título em sua totalidade no balanço patrimonial porque os riscos e benefícios dos títulos foram substancialmente retidos, isto é, qualquer mudança de valor de mercado e os rendimentos que o título oferece são de inteira responsabilidade do Banco.

A contrapartida recebida em caixa é reconhecida como um ativo financeiro e um passivo financeiro é reconhecido como uma obrigação a pagar pelo preço de recompra. Como o Banco vende os direitos contratuais dos fluxos de caixa dos títulos, ele não tem a possibilidade de utilizar os ativos transferidos durante a vigência do acordo.

Cessão de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios

O Banco transfere o direito de receber o fluxo financeiro futuro dos ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis, ao cessionário, mediante recebimento de uma quantia em caixa, calculada na data da transferência. Contudo, o Banco continua reconhecendo em seu balanço patrimonial os saldos dos ativos financeiros em rubricas destacadas, porque os riscos e benefícios dos títulos foram substancialmente retidos, isto é, qualquer situação de inadimplência ocorrida nos recebíveis transferidos é de inteira responsabilidade do Banco.

A contrapartida recebida em caixa é reconhecida como um ativo financeiro e um passivo financeiro é reconhecido como valores a pagar a instituições financeiras. Como o Banco vende os direitos contratuais dos fluxos de caixa dos empréstimos, ele não tem a possibilidade de utilizar os ativos transferidos durante a vigência do acordo.

43 – COMPENSAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

As informações apresentadas a seguir referem-se a ativos e passivos financeiros que:

- são apresentados de forma líquida no Balanço Patrimonial Consolidado; ou
- estão sujeitos a um contrato máster de compensação executável ou acordos similares, independentemente de serem apresentados de forma líquida no Balanço Patrimonial Consolidado.

Em conformidade com a IAS 32, um ativo financeiro e um passivo financeiro são compensados e o seu valor líquido apresentado no Balanço Patrimonial Consolidado quando, e somente quando, existe um direito legalmente executável de compensar os valores reconhecidos e o Banco pretende liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

De acordo com a IFRS 7, o Banco deve também apresentar os valores relativos a instrumentos financeiros sujeitos a acordos máster de compensação ou acordos similares, os quais não cumprem alguns ou todos os critérios de compensação definidos na IAS 32. Os acordos similares incluem os Contratos Globais de Derivativos (CGD/ISDA) e os Contratos Globais de Operações Compromissadas (GMRA).

Parte das operações com instrumentos financeiros derivativos são firmadas por meio de contratos CGD e ISDA (*International Swap and Derivatives Agreement*), no Brasil e no exterior, respectivamente. Tais contratos contemplam cláusulas de compensação, tais como:

- *Netting of payments*: compensação no curso normal das operações, processada sempre que houver quantias a serem pagas entre as partes na mesma moeda e em relação à mesma operação;
- *Multiple Transaction Payment Netting*: compensação no curso normal das operações, processada sempre que houver quantias a serem pagas entre as partes na mesma moeda e na mesma data;
- *Set off*: compensação no término antecipado das operações, processada caso a parte que não está em *default* opte por exercer o direito de compensação.

Também são firmadas por meio de contratos máster de compensação algumas operações compromissadas realizadas pelo Banco no exterior. Os contratos GMRA (*Global Master Repurchase Agreement*) são firmados com cláusulas de compensação similares àquelas dos contratos CGD/ISDA.

A compensação de ativos e passivos financeiros firmados por meio de acordos máster de compensação e acordos similares pode ocorrer no curso normal das operações (*netting of payments ou multiple transaction payment netting*) e em caso de inadimplência, insolvência ou falência de quaisquer das contrapartes (*set off*).

Os instrumentos financeiros recebidos ou oferecidos em garantia incluem depósitos em dinheiro e/ou instrumentos financeiros reconhecidos como de alta liquidez. Essas garantias estão sujeitas às condições normais de mercado e incluem, quando apropriado, um ISDA *Credit Support Annex* (CSA). Isto significa que os títulos recebidos como garantia podem ser oferecidos como garantia ou vendidos durante o prazo da operação, com a obrigação de serem devolvidos no vencimento. As garantias somente serão exercidas em caso de inadimplência, insolvência ou falência de quaisquer das contrapartes e poderão ser utilizadas para abater saldo devedor ao final da operação.

As garantias são aceitas e recebidas na forma de caixa ou de títulos negociáveis tanto para os contratos de operações compromissadas quanto para os contratos com derivativos.

Notas Explicativas

Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS
Exercício 2018

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Ativos financeiros sujeitos a compensação, acordos principais de compensação executável ou acordos similares

31.12.2018	Efeitos da compensação no balanço patrimonial consolidado		Valores relacionados não compensados				Saldo contábil	
	Valores brutos ⁽¹⁾	Valores brutos compensados	Valores líquidos	Impacto dos acordos de compensação	Garantias financeiras recebidas	Valores não sujeitos a acordos de compensação ⁽²⁾		
				Caixa	Títulos			
Derivativos	454.351	-	454.351	(120.564)	-	-	200.568	654.919
Aplicações em operações compromissadas	1.420.140	-	1.420.140	-	-	(1.277.074)	346.766.620	348.186.760
Total	1.874.491	-	1.874.491	(120.564)	-	(1.277.074)	346.967.188	348.841.679

Passivos financeiros sujeitos a compensação, acordos principais de compensação executável ou acordos similares

31.12.2018	Efeitos da compensação no balanço patrimonial consolidado			Valores relacionados não compensados				Saldo contábil	
	Valores brutos ⁽¹⁾	Valores brutos compensados	Valores líquidos	Impacto dos acordos de compensação	Garantias financeiras oferecidas	Valores não sujeitos a acordos de compensação ⁽²⁾			
							Caixa		Títulos
Derivativos	(443.474)	-	(443.474)	112.433	-	-	(331.041)	(789.887)	
Obrigações por operações compromissadas	(1.111.541)	-	(1.111.541)	-	-	945.550	(165.991)	(376.242.695)	
Total	(1.555.015)	-	(1.555.015)	112.433	-	945.550	(497.032)	(377.032.582)	

(1) Inclui o montante das operações com acordos máster de compensação e similares executáveis.

(2) Inclui o total das operações sem vinculação a acordos máster de compensação.

Ativos financeiros sujeitos a compensação, acordos principais de compensação executável ou acordos similares

	Efeitos da compensação no balanço patrimonial consolidado			Valores relacionados não compensados				Saldo contábil	
	Valores brutos ⁽¹⁾	Valores brutos compensados	Valores líquidos	Impacto dos acordos de compensação	Garantias financeiras recebidas	Valores não sujeitos a acordos de compensação ⁽²⁾			
							Valores líquidos		Valores não sujeitos a acordos de compensação ⁽²⁾
31.12.2017									
Derivativos	13.514.423	(13.086.490)	427.933	(22.008)	-	405.925	654.919		
Aplicações em operações compromissadas	570.465	-	570.465	-	(515.419)	55.046	348.186.760		
Total	14.084.888	(13.086.490)	998.398	(22.008)	(515.419)	460.971	348.841.679		

Passivos financeiros sujeitos a compensação, acordos principais de compensação executável ou acordos similares

31.12.2017	Efeitos da compensação no balanço patrimonial consolidado			Valores relacionados não compensados				Saldo contábil	
	Valores Brutos ⁽¹⁾	Valores brutos compensados	Valores líquidos	Impacto dos acordos de compensação	Garantias financeiras oferecidas	Valores não sujeitos a acordos de compensação ⁽²⁾			
							Valores líquidos		Valores não sujeitos a acordos de compensação ⁽²⁾
Derivativos	(13.643.772)	13.086.490	(557.282)	86.495	-	-	(232.605)	(789.887)	
Obrigações por operações compromissadas	(992.073)	-	(992.073)	-	-	806.971	(185.102)	(376.242.695)	
Total	(14.635.845)	13.086.490	(1.549.355)	86.495	-	806.971	(655.889)	(377.032.582)	

(1) Inclui o montante das operações com acordos máster de compensação e similares executáveis.

(2) Inclui o total das operações sem vinculação a acordos máster de compensação.

44 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Banco do Brasil é patrocinador das seguintes entidades de previdência privada e de saúde complementar, que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários:

	Planos	Benefícios	Classificação
Previ – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil	Previ Futuro	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida
	Plano de Benefícios 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Informal	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
Cassi – Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Plano de Associados	Assistência médica	Benefício definido
Economus – Instituto de Seguridade Social	Prevmais	Aposentadoria e pensão	Contribuição variável
	Regulamento Geral	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Regulamento Complementar 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Grupo B'	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS	Assistência médica	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS II	Assistência médica	Benefício definido
	Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC	Assistência médica	Benefício definido
Fusesc – Fundação Codesc de Seguridade Social	Multifuturo I	Aposentadoria e pensão	Contribuição variável
	Plano de Benefícios I	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
SIM – Caixa de Assistência dos Empregados dos Sistemas Besc e Codesc, do Badesc e da Fusesc	Plano de Saúde	Assistência médica	Contribuição definida
Prevbep – Caixa de Previdência Social	Plano BEP	Aposentadoria e pensão	Benefício definido

Número de Participantes Abrangidos pelos Planos de Benefícios Patrocinados pelo Banco

	31.12.2018			31.12.2017		
	N.º de participantes			N.º de participantes		
	Ativos	Assistidos	Total	Ativos	Assistidos	Total
Planos de Aposentadoria e Pensão	100.027	118.699	218.726	102.110	118.499	220.609
Plano de Benefícios 1 – Previ	9.694	98.902	108.596	10.637	98.788	109.425
Plano Previ Futuro	77.111	1.700	78.811	77.975	1.520	79.495
Plano Informal	-	2.870	2.870	-	3.076	3.076
Outros Planos	13.222	15.227	28.449	13.498	15.115	28.613
Planos de Assistência Médica	100.990	105.701	206.691	103.239	105.724	208.963
Cassi	90.390	98.721	189.111	92.390	98.618	191.008
Outros Planos	10.600	6.980	17.580	10.849	7.106	17.955

Contribuições do Banco para os Planos de Benefícios

	Exercício/2018	Exercício/2017	Exercício/2016
Planos de Aposentadoria e Pensão	1.871.310	1.564.536	1.470.795
Plano de Benefícios 1 – Previ ⁽¹⁾	891.384	606.677	575.569
Plano Previ Futuro	662.091	619.585	570.814
Plano Informal	166.952	180.153	184.003
Outros Planos	150.883	158.121	140.409
Planos de Assistência Médica	1.643.733	1.287.365	1.221.675
Cassi	1.473.670	1.132.016	1.061.596
Outros Planos	170.063	155.349	160.079
Total	3.515.043	2.851.901	2.692.470

(1) Refere-se às contribuições relativas aos participantes amparados pelo Contrato 97 e ao Plano 1, sendo que essas contribuições ocorreram respectivamente através da realização do Fundo Paridade e do Fundo de Utilização (Nota 44.f). O Contrato 97 tem por objeto disciplinar a forma do custeio necessário à constituição de parte equivalente a 53,7% do valor garantidor do pagamento do complemento de aposentadoria devido aos participantes admitidos no Banco até 14.04.1967 que tivessem se aposentado ou viessem a se aposentar após essa data, exceto aqueles participantes que fazem parte do Plano Informal.

As contribuições do Banco para os planos de benefício definido (pós-emprego), durante o 1º semestre de 2019, estão estimadas em R\$ 1.148.410 mil.

Valores Reconhecidos no Resultado

	Exercício/2018	Exercício/2017	Exercício/2016
Planos de Aposentadoria e Pensão	(569.821)	(1.396.267)	(1.496.120)
Plano de Benefícios 1 – Previ	444.053	(465.601)	(616.738)
Plano Previ Futuro	(662.091)	(619.585)	(570.814)
Plano Informal	(128.206)	(128.051)	(159.964)
Outros Planos	(223.577)	(183.030)	(148.604)
Planos de Assistência Médica	(1.659.628)	(1.545.553)	(1.610.839)
Cassi	(1.486.662)	(1.407.685)	(1.464.114)
Outros Planos	(172.966)	(137.868)	(146.725)
Total	(2.229.449)	(2.941.820)	(3.106.959)

a) Planos de Aposentadoria e Pensão

Previ Futuro (Previ)

Plano destinado aos funcionários do Banco admitidos na empresa a partir de 24.12.1997. Os participantes ativos contribuem com 7% a 17% do salário de participação na Previ. Os percentuais de participação variam em função do tempo de empresa e do nível do salário de participação. Não há contribuição para participantes inativos. O patrocinador contribui com montantes idênticos aos dos participantes, limitado a 14% da folha de salários de participação desses participantes.

Plano de Benefícios 1 (Previ)

Participam os funcionários do Banco que nele se inscreveram até 23.12.1997. Os participantes, tanto os ativos quanto os aposentados, contribuem com um percentual entre 1,8% e 7,8% do salário de participação ou dos complementos de aposentadoria.

Até 15.12.2000, o Banco contribuía com 2/3 (dois terços) do montante total ao plano. A partir de 16.12.2000, em função da Emenda Constitucional n.º 20, o Banco e os participantes passaram a contribuir com 50% cada. Como resultado desta paridade contributiva, foi constituído o Fundo Paridade, cujos recursos vêm sendo utilizados para compensar as contribuições ao plano (Nota 44.f).

Plano Informal (Previ)

É de responsabilidade exclusiva do Banco do Brasil, cujas obrigações contratuais incluem:

- pagamento de aposentadoria dos participantes fundadores e dos beneficiários dos participantes falecidos até 14.04.1967;
- pagamento da complementação de aposentadoria aos demais participantes que se aposentaram até 14.04.1967 ou que, na mesma data, já reuniam condições de se aposentar por tempo de serviço e contavam com pelo menos 20 anos de serviço efetivo no Banco do Brasil; e
- aumento no valor dos proventos de aposentadoria e das pensões além do previsto no plano de benefícios da Previ, decorrente de decisões judiciais e de decisões administrativas em função de reestruturação do plano de cargos e salários e de incentivos criados pelo Banco.

Em 31.12.2012, o Banco do Brasil e a Previ formalizaram contrato por meio do qual o Banco do Brasil integralizou, com recursos do Fundo Paridade, 100% das reservas matemáticas relativas ao Grupo Especial, de responsabilidade exclusiva do Banco, cuja operacionalização migrou do Plano Informal para o Plano de Benefícios 1 da Previ. O Grupo Especial abrange os participantes do Plano de Benefícios 1 da Previ, integrantes do parágrafo primeiro da cláusula primeira do contrato de 24.12.1997, que obtiveram complementos adicionais de aposentadoria decorrentes de decisões administrativas e/ou decisões judiciais.

Prevmaís (Economus)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.11.2009) inscritos a partir de 01.08.2006 e os participantes anteriormente vinculados ao plano de benefícios do Regulamento Geral que optaram pelo saldamento. O custeio para os benefícios de renda é paritário, limitado a 8% dos salários dos participantes. O plano oferece também benefícios de risco – suplementação de auxílio doença/acidente de trabalho, invalidez e pensão por morte.

Regulamento Geral (Economus)

Plano do qual fazem parte os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa inscritos até 31.07.2006. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

Regulamento Complementar 1 (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. Oferece os benefícios de complementação do auxílio-doença e pecúlios por morte e por invalidez. O custeio do plano é de responsabilidade da patrocinadora, dos participantes e dos assistidos.

Grupo B' (Economus)

Plano voltado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa admitidos no período de 22.01 a 13.05.1974 e seus assistidos. Plano fechado para novas adesões. O nível do benefício, a ser concedido quando da implementação de todas as condições previstas em regulamento, é conhecido *a priori*.

Plano Multifuturo I (Fusesc)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco do Estado de Santa Catarina – Besc (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.09.2008) inscritos a partir de 12.01.2003 e os participantes anteriormente vinculados ao Plano de Benefícios I da Fusesc que optaram por este plano. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente entre 2,33% e 7% do salário de participação, conforme decisão contributiva de cada participante.

Plano de Benefícios I (Fusesc)

Voltado aos funcionários oriundos do Besc inscritos até 11.01.2003. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

Plano BEP (Prevbep)

Participam os funcionários oriundos do Banco do Estado do Piauí – BEP (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.11.2008). Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

b) Planos de Assistência Médica**Plano de Associados (Cassi)**

O Banco é contribuinte do plano de saúde administrado pela Cassi, que tem como principal objetivo conceder auxílio para cobertura de despesas com a promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde do associado e seus beneficiários inscritos. O Banco contribui mensalmente com importância equivalente a 4,5% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão.

A contribuição mensal dos associados e beneficiários de pensão é de 3% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão, além da coparticipação em alguns procedimentos. Adicionalmente, em decorrência da alteração do Estatuto da Cassi em novembro de 2016, foi aprovada a contribuição mensal extraordinária de 1% para os participantes até dezembro de 2019.

Plano Unificado de Saúde – PLUS (Economus)

Plano dos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes (preferenciais e não preferenciais).

Plano Unificado de Saúde – PLUS II (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes preferenciais e filhos maiores. O plano não prevê a inclusão de dependentes não preferenciais.

Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC (Economus)

Voltado para os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa lotados no Estado de São Paulo. São titulares do plano os empregados aposentados por invalidez dos Grupos “B” (Regulamento Complementar 1) e “C” (Regulamento Geral) e os seus dependentes, que participam do custeio na medida de sua utilização e de acordo com tabela progressiva e faixa salarial.

Plano SIM Saúde (SIM)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Besc, além dos vinculados a outros patrocinadores (Badesc, Codesc, Bescor, Fuscsc e a própria SIM). A contribuição mensal dos beneficiários titulares ativos é de 3,44% do valor da remuneração bruta, incluindo o 13º salário, dos titulares inativos é de 8,86%, e dos patrocinadores 5,42%. Os beneficiários também contribuem com 0,75% por dependente. O plano também prevê coparticipação em procedimentos ambulatoriais.

c) Fatores de risco

O Banco pode ser requerido a efetuar contribuições extraordinárias para Previ, Economus, Fuscsc e Prevbep, o que pode afetar negativamente o resultado operacional.

Os critérios utilizados para apuração da obrigação do Banco com o conjunto de Planos destas Entidades Patrocinadas incorporam estimativas e premissas de natureza atuarial e financeira de longo prazo, bem como aplicação e interpretação de normas regulamentares vigentes. Assim, as imprecisões inerentes ao processo de utilização de estimativas e premissas podem resultar em divergências entre o valor registrado e o efetivamente realizado, resultando em impactos negativos ao resultado das operações do Banco.

d) Avaliações Atuariais

As avaliações atuariais são elaboradas semestralmente e as informações constantes nos quadros a seguir referem-se àquelas efetuadas nas datas base de 31.12.2018 e 31.12.2017.

d.1) Mudanças no valor presente das obrigações atuariais de benefício definido

	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros Planos	
	Exercício/2018	Exercício/2017	Exercício/2018	Exercício/2017	Exercício/2018	Exercício/2017	Exercício/2018	Exercício/2017
Saldo inicial	(155.258.787)	(148.349.574)	(959.692)	(965.470)	(8.724.130)	(7.948.422)	(8.900.039)	(7.609.949)
Custo de juros	(16.703.376)	(15.912.131)	(94.775)	(96.792)	(980.982)	(901.981)	(956.491)	(819.764)
Custo do serviço corrente	(399.287)	(429.542)	-	-	(85.096)	(98.102)	(23.534)	(23.819)
Custo do serviço passado	-	-	(33.431)	(31.259)	-	-	-	-
Benefícios pagos líquidos de contribuições de assistidos	11.988.879	12.228.789	166.952	180.153	730.087	724.412	668.778	653.780
Remensurações de ganhos / (perdas) atuariais	(11.656.103)	(2.796.329)	(19.428)	(46.324)	(334.480)	(500.037)	(508.143)	(1.100.287)
Ajuste de experiência	(311.951)	3.518.247	4.685	(7.965)	415.728	(10.283)	(122.439)	45.167
Alterações em premissas biométricas	(4.209.120)	-	(536)	-	(303.405)	-	30.496	(644.827)
Alterações em premissas financeiras	(7.135.032)	(6.314.576)	(23.577)	(38.359)	(446.803)	(489.754)	(416.200)	(500.627)
Saldo final	(172.028.674)	(155.258.787)	(940.374)	(959.692)	(9.394.601)	(8.724.130)	(9.719.429)	(8.900.039)
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	(172.028.674)	(155.258.787)	-	-	(242.250)	-	(6.045.154)	(5.713.736)
Valor presente das obrigações atuariais a descoberto	-	-	(940.374)	(959.692)	(9.152.351)	(8.724.130)	(3.674.275)	(3.186.303)

d.2) Mudanças no valor justo dos ativos do plano

	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros Planos ⁽¹⁾	
	Exercício/2018	Exercício/2017	Exercício/2018	Exercício/2017	Exercício/2018	Exercício/2017	Exercício/2018	Exercício/2017
Saldo inicial	164.024.626	143.946.397	-	-	-	-	5.713.736	5.731.092
Receita de juros	17.990.770	15.410.472	-	-	-	-	632.690	608.154
Antecipação de contraprestação ⁽²⁾	-	-	-	-	242.250	-	-	-
Contribuições recebidas	891.384	606.678	166.952	180.153	730.087	724.412	220.828	220.451
Benefícios pagos líquidos de contribuições de assistidos	(11.988.879)	(12.228.789)	(166.952)	(180.153)	(730.087)	(724.412)	(668.778)	(653.780)
Ganho/(perda) atuarial sobre os ativos do plano	8.279.554	16.289.868	-	-	-	-	146.678	(192.181)
Saldo final	179.197.455	164.024.626	-	-	242.250	-	6.045.154	5.713.736

(1) Refere-se aos seguintes planos: Regulamento Geral (Economus), Regulamento Complementar 1 (Economus), Multifuturo I (Fusesc), Plano I (Fusesc) e Plano BEP (Prevbep).

(2) Refere-se ao adiantamento de contribuições patronais incidentes sobre a gratificação de natal (13º salário) correspondente ao período de 2018 a 2021.

d.3) Valores reconhecidos no balanço patrimonial

	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros Planos	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
1) Valor justo dos ativos do plano	179.197.455	164.024.626	-	-	242.250	-	6.045.154	5.713.736
2) Valor presente das obrigações atuariais	(172.028.674)	(155.258.787)	(940.374)	(959.692)	(9.394.601)	(8.724.130)	(9.719.429)	(8.900.039)
3) Superávit/(déficit) (1+2)	7.168.781	8.765.839	(940.374)	(959.692)	(9.152.351)	(8.724.130)	(3.674.275)	(3.186.303)
4) Ativo/(Passivo) atuarial líquido registrado ⁽¹⁾	3.584.390	4.382.919	(940.374)	(959.692)	(9.152.351)	(8.724.130)	(2.397.244)	(2.078.422)

(1) Refere-se à parcela do patrocinador no superávit/(déficit).

d.4) Perfil de vencimento das obrigações atuariais de benefício definido

Duration ⁽¹⁾	Pagamentos de benefícios esperados ⁽²⁾			
	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	acima 3 anos
Plano 1 (Previl)	13.952.027	13.826.304	13.614.753	241.770.289
Plano Informal (Previ)	8,99			283.163.373
Plano de Associados (Cassi)	5,69	146.054	116.649	896.339
Regulamento Geral (Economus)	9,66	779.164	751.698	15.440.616
Regulamento Complementar 1 (Economus)	10,79	489.017	491.205	13.000.609
Plus I e II (Economus)	14,14	1.534	1.784	110.788
Grupo B' (Economus)	8,27	76.751	72.410	1.104.047
Premiais (Economus)	9,42	16.707	16.526	334.267
Multifuturo I (Fusesc)	12,03	20.783	21.449	716.261
Plano I (Fusesc)	9,32	5.883	5.735	111.195
Plano BEP (Prevbep)	8,69	43.530	43.024	751.030
	11,18	4.479	4.987	141.029
		4.556		155.051

(1) Duração média ponderada, em anos, da obrigação atuarial de benefício definido.

(2) Valores considerados sem descontar a valor presente.

Notas Explicativas

d.5) Detalhamento dos valores reconhecidos no resultado relativos aos planos de benefício definido

	Plano 1 – Previ			Plano Informal – Previ			Plano de Associados – Cassi			Outros Planos		
	Exerc/2018	Exerc/2017	Exerc/2016	Exerc/2018	Exerc/2017	Exerc/2016	Exerc/2018	Exerc/2017	Exerc/2016	Exerc/2018	Exerc/2017	Exerc/2016
Custo do serviço corrente	(199.644)	(214.772)	(227.746)	-	-	-	(85.096)	(98.101)	(85.734)	(11.767)	(11.909)	(13.324)
Custo dos juros	(8.351.688)	(7.956.065)	(8.534.649)	(94.775)	(96.792)	(121.736)	(980.982)	(901.980)	(941.398)	(528.832)	(446.325)	(466.551)
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	8.995.385	7.705.236	8.145.657	-	-	-	-	-	-	315.656	303.477	361.817
Custo do serviço passado não reconhecido	-	-	-	(33.431)	(31.259)	(38.228)	-	-	-	-	-	-
Despesa com funcionários da ativa	-	-	-	-	-	-	(420.584)	(407.604)	(436.982)	(178.495)	(173.065)	(184.881)
Outros ajustes/reversões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.895	6.924	7.610
(Despesa)/receita reconhecida na DRE	444.053	(465.601)	(616.738)	(128.206)	(128.051)	(159.964)	(1.486.662)	(1.407.685)	(1.464.114)	(396.543)	(320.898)	(295.329)

d.6) Composição dos ativos dos planos

	Plano 1 – Previ		Outros Planos	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Renda fixa	74.008.549	70.104.125	4.734.172	4.708.087
Renda variável ⁽¹⁾	88.864.018	77.501.636	530.688	316.452
Investimentos imobiliários	9.802.101	9.759.465	266.761	190.893
Empréstimos e financiamentos	5.465.522	5.593.240	140.399	121.801
Outros	1.057.265	1.066.160	373.134	376.503
Total	179.197.455	164.024.626	6.045.154	5.713.736

Montantes incluídos no valor justo dos ativos do plano

Em instrumentos financeiros próprios da entidade	10.296.587	12.191.887	31.463	30.297
Em propriedades ou outros ativos utilizados pela entidade	148.139	155.611	8.449	7.684

(1) No Plano de Benefícios 1 da Previ, inclui o valor de R\$ 54.975.138 mil (R\$ 45.179.060 mil em 31.12.2017), referente a ativos não cotados em mercado ativo.

d.7) Principais premissas atuariais adotadas em cada período

	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros Planos	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Taxa de inflação (a.a.)	4,42%	5,10%	4,39%	5,00%	4,43%	5,11%	4,42%	5,11%
Taxa real de desconto (a.a.)	4,83%	5,30%	4,64%	5,05%	4,86%	5,32%	4,86%	5,31%
Taxa nominal de retorno dos investimentos (a.a.)	9,46%	10,67%	-	-	-	-	9,50%	10,69%
Taxa real de crescimento salarial esperado (a.a.)	0,77%	0,93%	-	-	-	-	0,95%	0,91%
Tábua de sobrevivência	BR-EMSsb-2015	AT-2000 (Suavizada 10%)	BR-EMSsb-2015	AT-2000 (Suavizada 10%)	BR-EMSsb-2015	AT-2000 (Suavizada 10%)	AT-2000/ AT-83	
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado	

O Banco, para definição dos valores relativos aos planos de benefício definido, utiliza métodos e premissas diferentes daqueles apresentados pelas entidades patrocinadas.

A norma internacional IAS 19 e a interpretação IFRIC 14 detalham a questão da contabilização assim como os efeitos ocorridos ou a ocorrer nas empresas patrocinadoras de planos de benefícios a empregados. Por sua vez, as entidades patrocinadas obedecem às normas emanadas do Ministério da Previdência Social, por intermédio do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). As diferenças mais relevantes concentram-se na definição dos valores relativos ao Plano 1 – Previ.

d.8) Diferenças de premissas do Plano 1 – Previ

Banco	Previ
Taxa real de desconto (a.a.)	4,83% 5,00%
Tábua de sobrevivência	BR-EMSsb-2015 AT-2000 (Suavizada 10%)
Avaliação de ativos	
Títulos públicos	Valor de mercado Custo Amortizado
Participações acionárias	Valor de Mercado ou Fluxo de Caixa Descontado Média Ponderada ⁽¹⁾ ou Fluxo de Caixa Descontado
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado Método Agregado

(1) Em setembro de 2018, a Previ passou a adotar uma nova metodologia de avaliação para o seu investimento na Litel. Com precificação ao final de cada mês, esta metodologia considera uma média ponderada das cotações dos três meses anteriores.

d.9) Conciliação dos valores apurados no Plano 1 – Previ/Banco

	Ativos do Plano		Obrigações Atuariais		Efeito no Superávit/(Déficit)	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Valor apurado – Previ	160.882.240	142.116.752	(154.506.120)	(146.567.430)	6.376.120	(4.450.678)
Incorporação dos valores do Contrato 97	13.190.867	13.506.509	(13.190.867)	(13.506.509)	-	-
Incorporação dos valores do Grupo Especial	1.091.011	1.101.682	(1.091.011)	(1.101.682)	-	-
Ajuste no valor dos ativos do plano ⁽¹⁾	4.033.337	7.299.683	-	-	4.033.337	7.299.683
Ajuste nas obrigações – taxa de desconto/regime de capitalização	-	-	(3.240.676)	5.916.834	(3.240.676)	5.916.834
Valor apurado – Banco	179.197.455	164.024.626	(172.028.674)	(155.258.787)	7.168.781	8.765.839

(1) Refere-se principalmente aos ajustes efetuados pelo Banco na apuração do valor justo dos investimentos na Litel, Neoenergia e em títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.

d.10) Análise de Sensibilidade

As análises de sensibilidade são baseadas na mudança em uma suposição, mantendo todas as outras constantes. Na prática, isso é pouco provável de ocorrer, e as mudanças em algumas das suposições podem ser correlacionadas.

Os métodos utilizados na elaboração da análise de sensibilidade não se alteraram em relação ao período anterior, sendo observadas as atualizações nos parâmetros de taxa de desconto.

		31.12.2018			Tábua biométrica		Crescimento salarial		Taxa de juros	
			+1 idade	-1 idade	+0,25%	-0,25%	+0,25%	-0,25%	+0,25%	-0,25%
Plano 1 (Previ)	Valor presente da obrigação atuarial	172.028.674	167.895.943	176.119.780	172.081.171	171.976.178	168.131.995	176.093.839		
	Superávit/(déficit) do plano	7.168.781	11.301.512	3.077.675	7.116.284	7.221.277	11.065.460	3.103.616		
Plano Informal (Previ)	Valor presente da obrigação atuarial	940.374	904.014	977.651	-	-	927.016	954.150		
	Superávit/(déficit) do plano	(940.374)	(904.014)	(977.651)	-	-	(927.016)	(954.150)		
Plano de Associados (Cassi)	Valor presente da obrigação atuarial	9.394.601	9.158.136	9.629.399	9.397.905	9.391.297	9.158.649	9.641.939		
	Superávit/(déficit) do plano	(9.152.351)	(8.915.886)	(9.387.149)	(9.155.655)	(9.149.047)	(8.916.399)	(9.399.689)		
Regulamento Geral (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	7.538.365	7.412.821	7.660.420	-	-	7.337.093	7.749.191		
	Superávit/(déficit) do plano	(3.018.831)	(2.893.287)	(3.140.886)	-	-	(2.817.559)	(3.229.657)		
Regulamento Complementar 1 (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	51.038	52.742	49.368	-	-	49.278	52.887		
	Superávit/(déficit) do plano	(1.412)	(3.116)	258	-	-	348	(3.261)		
Plus I e II (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	807.388	778.070	837.466	-	-	790.872	824.568		
	Superávit/(déficit) do plano	(807.388)	(778.070)	(837.466)	-	-	(790.872)	(824.568)		
Grupo B' (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	220.881	215.988	225.649	-	-	215.777	226.197		
	Superávit/(déficit) do plano	(220.881)	(215.988)	(225.649)	-	-	(215.777)	(226.197)		
Prevmais (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	308.819	305.864	311.738	310.379	307.283	300.084	318.020		
	Superávit/(déficit) do plano	135.342	138.297	132.423	133.782	136.878	144.077	126.141		
Multifuturo I (Fusesc)	Valor presente da obrigação atuarial	85.246	84.065	86.395	-	-	83.133	87.457		
	Superávit/(déficit) do plano	145.612	146.793	144.463	-	-	147.725	143.401		
Plano I (Fusesc)	Valor presente da obrigação atuarial	630.554	618.336	642.647	-	-	619.264	642.284		
	Superávit/(déficit) do plano	44.492	56.710	32.399	-	-	55.782	32.762		
Plano BEP (Prevbep)	Valor presente da obrigação atuarial	77.138	75.842	78.396	77.292	76.983	75.046	79.329		
	Superávit/(déficit) do plano	48.791	50.087	47.533	48.637	48.946	50.883	46.600		

e) Resumo dos ativos/(passivos) atuariais registrados no Banco

	Ativo Atuarial		Passivo Atuarial	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Plano 1 (Previ)	3.584.390	4.382.919	-	-
Plano Informal (Previ)	-	-	(940.374)	(959.692)
Plano de Associados (Cassi)	-	-	(9.152.351)	(8.724.130)
Regulamento Geral (Economus)	-	-	(1.555.593)	(1.368.699)
Regulamento Complementar 1 (Economus)	-	-	(501)	(339)
Plus I e II (Economus)	-	-	(807.388)	(656.497)
Grupo B' (Economus)	-	-	(220.881)	(210.324)
Prevmais (Economus)	67.671	43.535	-	-
Multifuturo I (Fusesc)	72.806	63.286	-	-
Plano I (Fusesc)	22.246	26.488	-	-
Plano BEP (Prevbep)	24.396	24.128	-	-
Total	3.771.509	4.540.356	(12.677.088)	(11.919.681)

f) Destinações do Superávit – Plano 1

	Exercício/2018	Exercício/2017
Fundo Paridade		
Saldo inicial	102.726	129.900
Atualização	4.636	9.092
Contribuições ao Plano 1 - Contrato 97	(317.111)	(36.266)
Valores transferidos do Fundo de Utilização	209.749	-
Saldo final	-	102.726
Fundo de Utilização		
Saldo inicial	9.499.488	9.432.110
Contribuições ao Plano 1	(574.273)	(570.411)
Transferência para o Fundo Paridade	(209.749)	-
Atualização	796.295	637.789
Saldo final	9.511.761	9.499.488
Total dos fundos de destinação do superávit	9.511.761	9.602.214

f.1) Fundo Paridade

Em 2000, o custo da implementação da paridade contributiva foi coberto com a utilização do superávit existente no Plano na época. Como efeito do acordo entre o Banco e os participantes, além da devida homologação pela Secretaria de Previdência Complementar, coube ao Banco, ainda, reconhecer o valor histórico de R\$ 2.227.254 mil, os quais foram registrados em Outros ativos. Esse ativo é corrigido mensalmente com base na meta atuarial (INPC + 5% a.a.).

Desde janeiro de 2007, este ativo vem sendo utilizado para compensar eventual desequilíbrio financeiro na relação entre Reserva a Amortizar e Amortizante Antecipada decorrente do contrato estabelecido com a Previ em 1997, o qual garantiu benefícios complementares aos participantes do Plano 1 admitidos até 14.04.1967 e que não estavam aposentados até aquela data.

f.2) Fundo de Utilização

O Fundo de Utilização, constituído por recursos transferidos do Fundo de Destinação (oriundo do superávit do plano), pode ser utilizado pelo Banco, como forma de reembolso ou como redução nas contribuições futuras, após cumpridas as exigências estabelecidas pela legislação aplicável. O Fundo de Utilização é corrigido pela meta atuarial (INPC + 5% a.a.).

45 – PARTES RELACIONADAS**a) Pessoal-chave da administração**

Custos com remuneração e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração do Banco do Brasil, formado pelos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

	Exercício/2018	Exercício/2017	Exercício/2016
Benefícios de curto prazo	61.487	48.812	47.096
Honorários e encargos sociais	38.413	33.098	34.674
Diretoria Executiva	38.007	32.699	34.167
Conselho de Administração	406	399	507
Remuneração variável (pecúnia) e encargos sociais	19.629	12.592	9.067
Outros ⁽¹⁾	3.445	3.122	3.355
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	345	549	1.180
Remuneração baseada em ações	14.913	8.459	7.260
Total	76.745	57.820	55.536

(1) Inclui, principalmente, contribuições patronais aos planos de saúde e de benefício pós-emprego, auxílio moradia, auxílio mudança, seguro de grupo, entre outros.

De acordo com a política de remuneração variável do Banco do Brasil, estabelecida em conformidade com a Resolução CMN n.º 3.921/2010, parte da remuneração variável da Diretoria Executiva é paga em ações (Nota 37.I).

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao pessoal-chave da administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco.

b) Transações com partes relacionadas

O Banco possui política de transações com partes relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração e divulgada ao mercado. A política visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas envolvendo partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesse, sejam tomadas observando os interesses do Banco e de seus acionistas. A política se aplica a todos os colaboradores e administradores do Banco.

Dentre outras orientações, a política veda a realização de transações com partes relacionadas em condições diversas às de mercado ou que possam prejudicar os interesses da instituição. Sendo assim, as transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros quando aplicável e não envolvem riscos anormais de recebimento.

Conforme as normas vigentes e o Estatuto Social, o Banco do Brasil não concede empréstimos ou adiantamentos, nem realiza transações de compra ou venda de bens de qualquer natureza ao pessoal-chave da administração. Eventuais saldos existentes referem-se às operações contratadas antes da vigência dos mandatos.

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banco são eliminados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Dentre as transações realizadas pelo Banco com suas partes relacionadas, destacamos:

- (i) transações bancárias, tais como aplicações em depósitos interfinanceiros, títulos e valores mobiliários, operações de crédito (exceto com o pessoal-chave da administração), depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, obrigações por empréstimos e repasses, prestação de serviços e de garantias, avais ou fianças;
- (ii) operações de alongamento de crédito rural, que são direitos junto ao Tesouro Nacional, decorrentes de cessão de operações de crédito rural alongadas na forma da Resolução CMN n.º 2.238/1996, bem como os valores a receber do Tesouro Nacional referentes à equalização de taxa de juros de programas incentivados pelo Governo Federal, na forma da Lei n.º 8.427/1992. A equalização de taxas, modalidade de subvenção econômica, representa o diferencial de taxas entre o custo de captação de recursos, acrescido dos custos administrativos e tributários e os encargos cobrados do tomador final do crédito rural. O valor da equalização é atualizado pela Taxa Média Selic desde a sua apuração até o pagamento pelo Tesouro Nacional, que é realizado segundo programação orçamentária daquele Órgão, conforme estabelece a Legislação, preservando assim a adequada remuneração ao Banco;
- (iii) disponibilização dos sistemas internos para a Previ, para votações, processos seletivos e acesso a normas internas de interesse comum, o que gera uma economia de custos para ambas as partes envolvidas;
- (iv) contratos de comodato, onde o Banco figura basicamente como cessionário, utilizando-se dos espaços, principalmente, para instalação de terminais de autoatendimento, de postos de atendimento bancário e de agências, não representando volume significativo, uma vez que os contratos dessa natureza são realizados na maior parte com terceiros;
- (v) disponibilização de estrutura para controladas e entidades patrocinadas, para desempenho de atividades operacionais mediante o ressarcimento dos custos e despesas apurados devido à utilização dos recursos humanos, materiais, tecnológicos e administrativos. O compartilhamento de estrutura visa obter ganho de eficiência operacional para o Conglomerado. No exercício de 2018, o Banco foi ressarcido em R\$ 485.527 mil, referente aos custos com empregados cedidos sem ônus;
- (vi) aluguéis de imóveis de propriedade de entidades patrocinadas para desempenho das atividades do Banco;
- (vii) aquisição de carteiras de operações de crédito cedidas pelo Banco Votorantim; e
- (viii) cessão de créditos oriundos de operações baixadas como prejuízos para a Ativos S.A.

No exercício de 2018, foi realizada permuta de imóveis com a União; e adiantamento de contribuições patronais incidentes sobre a gratificação de natal (13º salário) à Cassi.

O Banco assinou com a União o Termo Aditivo ao Contrato de Cessão de Créditos decorrentes das Operações de Renegociação das Dívidas originárias de Crédito Rural celebrado entre a União e o BB em 29 de junho de 2001. A União pagou ao BB recursos decorrentes da conciliação das operações do PESA cedidas pelo BB à União ao amparo da MP n.º 2.196/2001. No âmbito do processo de conciliação de registros relacionados a programas e serviços rurais junto à União o BB também realizou a conciliação de diversos programas, dentre eles: Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana - PRLCB; Subvenções Pronaf Finame/BNDES, Pronaf Reforma Agrária Grupo "A - Safra 1999/2000 e Fundo Contábil do PROCERA (Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária).

As transações acima que envolvam valores são demonstradas adiante no quadro "Sumário das Transações com Partes Relacionadas", segregados por natureza e categoria de entidades relacionadas.

Algumas transações constam em outras notas explicativas: os recursos aplicados em títulos públicos federais, estão relacionados nas Notas 20, 21 e 22. As informações referentes aos fundos públicos estão relacionadas na Nota 34; e as informações referentes aos repasses e demais transações com entidades patrocinadas estão relacionadas na Nota 44.

O Banco instituiu a Fundação Banco do Brasil (FBB) que tem por objetivo promover, apoiar, incentivar e patrocinar ações nos campos da educação, cultura, saúde, assistência social, recreação e desporto, ciência e tecnologia e assistência a comunidades urbano-rurais. No exercício de 2018, o Banco realizou contribuições para a FBB no valor de R\$ 53.423 mil (R\$ 54.457 mil no exercício de 2017).

c) Sumário das transações com partes relacionadas

	31.12.2018				
	Controlador ⁽¹⁾	Joint ventures e coligadas ⁽²⁾	Pessoal-chave da administração ⁽³⁾	Outras partes relacionadas ⁽⁴⁾	Total
Ativo					
Empréstimos a instituições financeiras	-	6.473.124	-	352.617	6.825.741
Ativos financeiros	-	3.431.777	-	511.801	3.943.578
Empréstimos a clientes ⁽⁵⁾	-	2.512.497	2.335	27.212.815	29.727.647
Outros ativos ⁽⁶⁾	3.458.980	542.950	-	486.398	4.488.328
Total	3.458.980	12.960.348	2.335	28.563.631	44.985.294
Garantias recebidas ⁽⁷⁾	-	1.635.113	-	3.243.446	4.878.559
Passivo					
Depósitos de clientes	3.656.504	889.507	1.015	13.315.208	17.862.234
Obrigações por operações compromissadas	39.950	1.506.669	-	9.263.323	10.809.942
Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e outras obrigações	165.557	-	-	66.316.170	66.481.727
Outros passivos ⁽⁸⁾	1.843.497	11.935.068	11.129	1.310.978	15.100.672
Total	5.705.508	14.331.244	12.144	90.205.679	110.254.575
Garantias prestadas e outras coobrigações ⁽⁹⁾	-	6.813.492	-	753.552	7.567.044

Demonstração do Resultado Consolidado

	Exercício/2018				
Receitas de juros	3.252.534	1.225.304	275	2.230.792	6.708.905
Receitas de prestação de serviços	70.580	3.872.394	-	396.722	4.339.696
Outras receitas ⁽¹⁰⁾	1.592.993	1.493.677	-	16.590	3.103.260
Despesas de juros	(335.643)	(10.459)	(907)	(4.037.655)	(4.384.664)
Outras despesas	(493.358)	(380.477)	-	(958.226)	(1.832.061)
Total líquido	4.087.106	6.200.439	(632)	(2.351.777)	7.935.136

(1) União (Tesouro Nacional e órgãos da Administração Direta do Governo Federal).

(2) Compreendem as empresas listadas na Nota 26.

(3) Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

(4) Inclui as transações mais significativas com empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, tais como: Petrobras, CEF, BNDES e Eletrobras. Fundos do Governo: Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger. Além dessas, entidades vinculadas aos funcionários e entidades patrocinadas: Cassi, Previ e outras.

(5) As operações de crédito possuem R\$ 420 mil de provisão para créditos de liquidação duvidosa em 31.12.2018. Houve reforço de provisão de R\$ 396 mil. O saldo com pessoal-chave da administração refere-se às operações contratadas antes da vigência dos mandatos.

(6) As transações com o Controlador referem-se, principalmente, às operações de alongamento de crédito rural – Tesouro Nacional, equalização de taxas – safra agrícola e títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional.

(7) Referem-se, principalmente, a garantia do Tesouro Nacional, direitos creditórios resultantes de contrato, navios petroleiros, dentre outras.

(8) Referem-se, principalmente, a instrumentos financeiros derivativos e letras financeiras. Os saldos evidenciados na coluna "Joint ventures e coligadas" referem-se, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos as transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.

(9) Inclui o Contrato de Abertura de Linha de Crédito Interbancário Rotativo a liberar com o Banco Votorantim.

(10) Inclui o montante de R\$ 373.713 mil no exercício/2018 relativo aos ressarcimentos de custos e despesas provenientes do compartilhamento de estrutura.

	31.12.2017				
	Controlador ⁽¹⁾	Joint ventures e coligadas ⁽²⁾	Pessoal-chave da administração ⁽³⁾	Outras partes relacionadas ⁽⁴⁾	Total
Ativo					
Empréstimos a instituições financeiras	-	9.951.060	-	301.087	10.252.147
Ativos financeiros	-	3.440.424	-	682.928	4.123.352
Empréstimos a clientes ⁽⁵⁾	-	3.418.210	2.774	31.326.490	34.747.474
Outros ativos ⁽⁶⁾	4.430.928	801.095	-	356.159	5.588.182
Total	4.430.928	17.610.789	2.774	32.666.664	54.711.155
Garantias recebidas ⁽⁷⁾	-	2.278.693	-	3.920.441	6.199.134
Passivo					
Depósitos de clientes	925.646	677.683	1.279	15.312.220	16.916.828
Obrigações por operações compromissadas	37.542	2.010.763	-	10.616.313	12.664.618
Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e outras obrigações	145.264	-	-	73.268.852	73.414.116
Outros passivos ⁽⁸⁾	452.077	13.565.303	18.327	4.918.734	18.954.441
Total	1.560.529	16.253.749	19.606	104.116.119	121.950.003
Garantias prestadas e outras coobrigações ⁽⁹⁾	-	6.804.136	-	735.098	7.539.234
Demonstração do Resultado Consolidado					
	Exercício/2017				
Receitas de juros	4.985.242	2.117.296	162	3.483.713	10.586.413
Receitas de prestação de serviços	99.479	3.261.351	-	569.054	3.929.884
Outras receitas	125.904	1.581.919	-	7.141	1.714.964
Despesas de juros	(78.137)	(351.092)	(659)	(4.927.036)	(5.356.924)
Outras despesas	-	(184.168)	-	(947.145)	(1.131.313)
Total líquido	5.132.488	6.425.306	(497)	(1.814.273)	9.743.024

(1) União (Tesouro Nacional e órgãos da Administração Direta do Governo Federal).

(2) Compreendem as empresas listadas na Nota 26.

(3) Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

(4) Inclui as transações mais significativas com empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, tais como: Petrobras, CEF, BNDES e Eletrobras. Fundos do Governo: Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger. Além dessas, entidades vinculadas aos funcionários e entidades patrocinadas: Cassi, Previ e outras.

(5) Os empréstimos a clientes possuem R\$ 24 mil de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Houve reversão de despesa de R\$ 39.798 mil. O saldo com pessoal-chave da administração refere-se às operações contratadas antes da vigência dos mandatos.

(6) As transações com o Controlador referem-se, principalmente, às operações de alongamento de crédito rural – Tesouro Nacional, equalização de taxas – safra agrícola e títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional.

(7) Referem-se, principalmente, a garantia do Tesouro Nacional, direitos creditórios resultantes de contrato, navios petroleiros, avais e fianças, dentre outras.

(8) Os saldos evidenciados na coluna "Joint venture e coligadas" referem-se, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos as transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.

(9) Inclui o Contrato de Abertura de Linha de Crédito Interbancário Rotativo a liberar com o Banco Votorantim.

46 – ATIVOS E PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

	31.12.2018		
	Até 1 ano	Após 1 ano	Total
Ativo			
Caixa e depósitos bancários	13.601.194	-	13.601.194
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	59.115.355	-	59.115.355
Ativos financeiros ao custo amortizado líquidos	657.958.174	389.128.575	1.047.086.749
Empréstimos a instituições financeiras	29.399.531	4.972.188	34.371.719
Aplicações em operações compromissadas	386.119.267	754.933	386.874.200
Empréstimos a clientes	237.739.943	363.920.569	601.660.512
Títulos e valores mobiliários	4.699.433	19.480.885	24.180.318
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	6.877.619	-	6.877.619
Instrumentos de dívida e patrimônio	6.194.457	-	6.194.457
Derivativos	683.162	-	683.162
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	11.019.494	108.733.525	119.753.019
Ativos não circulantes mantidos para venda	176.821	-	176.821
Investimentos em coligadas e joint ventures	-	18.727.463	18.727.463
Ativo imobilizado	-	7.685.094	7.685.094
Ativos intangíveis	-	5.795.064	5.795.064
Ativos fiscais	8.165.981	38.353.918	46.519.899
Correntes	8.165.981	79.801	8.245.782
Diferidos	-	38.274.117	38.274.117
Outros ativos	37.986.175	33.183.022	71.169.197
Total	794.900.813	601.606.661	1.396.507.474
Passivo			
Passivos financeiros ao custo amortizado	943.964.872	257.142.857	1.201.107.729
Depósitos de clientes	411.934.048	40.434.128	452.368.176
Valores a pagar a instituições financeiras	30.583.208	3.490.231	34.073.439
Obrigações por operações compromissadas	393.556.860	9.344.342	402.901.202
Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e outras obrigações	107.890.756	203.874.156	311.764.912
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	809.301	-	809.301
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	1.675.412	8.105.724	9.781.136
Provisões para perdas com garantias prestadas e compromissos de empréstimos	277.494	212.394	489.888
Passivos fiscais	2.425.778	2.461.893	4.887.671
Correntes	2.425.778	-	2.425.778
Diferidos	-	2.461.893	2.461.893
Outros passivos	59.798.041	15.093.737	74.891.778
Patrimônio líquido	-	104.539.971	104.539.971
Total	1.008.950.898	387.556.576	1.396.507.474

	31.12.2017		
	Até 1 ano	Após 1 ano	Total
Ativo			
Caixa e depósitos bancários	13.471.112	-	13.471.112
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	69.081.139	-	69.081.139
Empréstimos a instituições financeiras líquidos	28.238.016	6.878.846	35.116.862
Aplicações em operações compromissadas	347.671.300	515.460	348.186.760
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	8.453.138	-	8.453.138
Instrumentos de dívida e patrimônio	7.798.219	-	7.798.219
Derivativos	654.919	-	654.919
Ativos financeiros disponíveis para venda	5.373.298	114.841.579	120.214.877
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	7.627.111	2.830.318	10.457.429
Empréstimos a clientes líquidos	221.200.764	363.990.177	585.190.941
Ativos não circulantes mantidos para venda	94.512	-	94.512
Investimentos em coligadas e <i>joint ventures</i>	-	20.532.053	20.532.053
Ativo imobilizado	-	7.466.150	7.466.150
Ativos intangíveis	-	7.615.120	7.615.120
Ágio sobre investimentos	-	591.582	591.582
Outros	-	7.023.538	7.023.538
Ativos fiscais	8.267.861	39.601.948	47.869.809
Correntes	8.267.861	121.489	8.389.350
Diferidos	-	39.480.459	39.480.459
Outros ativos	41.386.835	37.938.305	79.325.140
Total	750.865.086	602.209.956	1.353.075.042
Passivo			
Depósitos de clientes	383.786.362	42.290.241	426.076.603
Valores a pagar a instituições financeiras	21.666.498	2.982.626	24.649.124
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	789.887	-	789.887
Obrigações por operações compromissadas	365.536.950	10.705.745	376.242.695
Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e outras obrigações	147.477.642	190.504.648	337.982.290
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	1.656.104	7.944.247	9.600.351
Passivos fiscais	2.365.251	3.069.317	5.434.568
Correntes	2.365.251	-	2.365.251
Diferidos	-	3.069.317	3.069.317
Outros passivos	56.129.844	14.931.252	71.061.096
Patrimônio líquido	-	101.238.428	101.238.428
Total	979.408.538	373.666.504	1.353.075.042

47 – CONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DO RESULTADO

Principais ajustes promovidos ao patrimônio líquido e ao resultado do Banco resultantes da aplicação das IFRS:

	Referência	31.12.2018	31.12.2017
Patrimônio líquido atribuível ao Controlador em BR GAAP		99.741.967	95.325.730
Ajustes de IFRS		2.150.948	2.031.103
Diferimento de tarifas e comissões para ajuste ao método da taxa efetiva de juros	(a)	(691.033)	(651.576)
Combinações de negócios – Amortização de ágio sobre investimentos	(b)	6.363.563	6.209.347
Combinações de negócios – Alocação do preço de compra	(b)	(4.888.936)	(4.144.300)
Parceria BB Mapfre	(c)	<u>476.168</u>	<u>834.877</u>
Ganho		985.537	985.537
Baixa de ágios (líquido dos efeitos tributários)		(782.781)	(440.595)
Alocação do preço de compra (líquido dos efeitos tributários)		273.412	289.935
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial	(d)	<u>577.087</u>	<u>862.589</u>
Amortização de ágio sobre investimentos		820.959	709.465
Provisão para perdas em ativos financeiros		(407.683)	35.833
Outros ajustes		163.811	117.291
Provisão para perdas em empréstimos a clientes	(e)	2.639.986	448.073
Perdas esperadas para compromissos por empréstimos	(e)	(204.977)	N/A
Perdas esperadas com garantias prestadas	(e)	73.641	N/A
Perdas esperadas para títulos e valores mobiliários ao custo amortizado	(e)	(560.228)	N/A
Transações patrimoniais com proprietários	(f)	(365.421)	-
Outros ajustes		500.459	232.282
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre ajustes IFRS	(g)	(1.769.361)	(1.760.189)
Patrimônio líquido atribuível ao Controlador em IFRS		101.892.915	97.356.833
Participações de acionistas não controladores		2.647.056	3.881.595
Patrimônio líquido apurado em conformidade com as IFRS		104.539.971	101.238.428

	Referência	Exercício/2018	Exercício/2017	Exercício/2016
Resultado atribuível ao Controlador em BR GAAP		12.862.026	11.010.776	8.033.556
Ajustes de IFRS		963.968	(381.982)	(1.006.275)
Diferimento de tarifas e comissões para ajuste ao método da taxa efetiva de juros	(a)	(39.457)	63.006	106.618
Combinações de negócios – Amortização de ágio sobre investimentos	(b)	154.216	1.203.286	1.085.399
Combinações de negócios – Alocação do preço de compra	(b)	(744.636)	(444.454)	(470.462)
Parceria BB Mapfre	(c)	(358.709)	(16.858)	(16.764)
Baixa de ágios		(342.186)	-	-
Alocação do preço de compra		(16.523)	(16.858)	(16.764)
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial	(d)	<u>38.918</u>	<u>177.605</u>	<u>7.399</u>
Amortização de ágio sobre investimentos		111.494	132.263	65.112
Cessão de créditos com coobrigação		-	-	2.185
Provisão para perdas em ativos financeiros		(119.096)	(18.016)	(70.612)
Outros ajustes		46.520	63.358	10.714
Provisão para perdas em empréstimos a clientes	(e)	2.348.142	(1.758.097)	(3.604.527)
Reversão/(perdas) esperadas para compromissos por empréstimos e garantias prestadas	(e)	522.539	N/A	N/A
Perdas esperadas para títulos e valores mobiliários ao custo amortizado	(e)	(15.846)	N/A	N/A
Risco de crédito de instrumentos a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(e)	(467.288)	N/A	N/A
Outros ajustes		107.168	5.118	578.623
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre ajustes IFRS	(g)	(581.079)	388.412	1.307.439
Resultado atribuível ao Controlador em IFRS		13.825.994	10.628.794	7.027.281
Participações de acionistas não controladores		1.260.107	1.646.509	1.632.296
Resultado apurado em conformidade com as IFRS		15.086.101	12.275.303	8.659.577

a) Diferimento de tarifas e comissões para ajuste ao método da taxa efetiva de juros

Segundo as práticas contábeis adotadas pelas instituições financeiras no Brasil, as tarifas e comissões cobradas pela originção de empréstimos a clientes são reconhecidos como receita no ato do recebimento.

De acordo com as IFRS, em consonância com a IAS 39 até 31.12.2017 e com a IFRS 9 a partir de 01.01.2018, as tarifas e comissões que integram o cálculo da taxa efetiva de juros, diretamente atribuíveis aos instrumentos financeiros classificados ao custo amortizado, devem ser amortizadas ao longo da vida esperada dos contratos.

Os ajustes apresentados nestas demonstrações contábeis consolidadas refletem o diferimento linear dessas receitas em função do prazo apurado para cada instrumento sujeito ao método da taxa efetiva de juros.

b) Combinações de negócios

Segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, o montante do ágio ou deságio resultante da aquisição de controle de uma companhia decorre da diferença entre o valor da contraprestação paga e o valor patrimonial das ações, o qual é amortizado, caso ele seja baseado em expectativa de rentabilidade futura.

Em conformidade com a IFRS 3, o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor da contraprestação e o montante líquido proporcional adquirido do valor justo dos ativos e passivos da adquirida. O montante registrado como ágio não sofre amortização, todavia é avaliado no mínimo anualmente para fins de determinar se ele está em imparidade.

Os ajustes classificados como "Combinações de Negócios" referem-se à reversão da amortização de ágio efetuada segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, a amortização da parcela de valor justo dos ativos e passivos adquiridos/assumidos, a amortização dos ativos intangíveis de vida útil definida identificados na aquisição da participação societária e o deságio apurado na aquisição de participação societária, efetuados em conformidade com a IFRS 3.

c) Parceria BB Mapfre

Segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, a formação das *holdings* SH1 e SH2 em parceria com a Mapfre foi registrada como uma troca de participações societárias considerando o valor contábil dos patrimônios líquidos contribuídos e recebidos. Para fins de equalização dessa parceria, houve aporte de recursos oriundos do Banco.

Em conformidade com a IFRS 10 – Demonstrações consolidadas, as participações societárias recebidas na formação da Parceria são registradas a valor justo, o valor contábil dos ativos contribuídos pelo Banco, incluindo qualquer ágio, são baixados e o resultado da transação é reconhecido na proporção da participação societária da Mapfre nas novas sociedades constituídas.

d) Investimentos avaliados por equivalência patrimonial

Os ajustes apresentados nessa categoria refletem os efeitos líquidos da reconciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido dos investimentos em participações societárias avaliados por equivalência patrimonial, apurados em conformidade com as IFRS. Nesse grupamento, destacam-se as diferenças de práticas relacionadas à amortização de ágio sobre investimentos detidos pela BB Seguros Participações S.A. e os ajustes de reconciliação de patrimônio líquido e resultado do Banco Votorantim S.A (incluindo a adoção da IFRS 9).

e) Provisões para perdas em empréstimos a clientes, garantias prestadas, compromissos por empréstimos e títulos e valores mobiliários ao custo amortizado

Segundo as práticas contábeis adotadas pelas instituições financeiras no Brasil, os empréstimos a clientes devem ser classificados em ordem crescente de níveis de risco, que variam do risco AA ao risco H. A classificação da operação no nível de risco correspondente é de responsabilidade da instituição detentora do crédito e deve ser efetuada com base em critérios consistentes e verificáveis, amparada por informações internas e externas.

Os principais critérios observados pelas instituições financeiras quando da classificação dos empréstimos a clientes em níveis de risco são relacionados a:

- (i) situação econômico-financeira do devedor;
- (ii) grau de endividamento;
- (iii) capacidade de geração de resultados;
- (iv) fluxo de caixa;
- (v) pontualidade e atrasos nos pagamentos;
- (vi) limite de crédito;
- (vii) natureza e finalidade da transação; características das garantias, particularmente quanto à suficiência e liquidez; e
- (viii) valor da operação.

A classificação dos empréstimos a clientes em níveis de risco é revista mensalmente, em função de atraso verificado no pagamento de parcela de principal ou de encargos.

A provisão para fazer face às perdas em empréstimos a clientes, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, deve ser constituída mensalmente, não podendo ser inferior ao somatório decorrente da aplicação de percentuais mínimos, os quais variam de 0% (zero por cento) para as operações de nível AA a 100% para as operações classificadas no nível H. Apesar de o modelo utilizado determinar um percentual mínimo de provisão para cada nível de risco, uma entidade pode, ao seu próprio critério, determinar um adicional de provisão.

Esta prática de provisionamento de perdas em empréstimos a clientes é baseada em um modelo de perda esperada, com a utilização de limites regulatórios definidos pelo Banco Central do Brasil.

Até 31.12.2017, segundo as IFRS e a partir das disposições da IAS 39, o Banco classificou seus empréstimos a clientes em operações com problemas de recuperabilidade (imparidade) e sem problemas de recuperabilidade (não-imparidade). O conjunto de operações em imparidade foi segregado em função de sua relevância, gerando segmentos de operações sujeitas a tratamento individualizado (análise individual de imparidade) e/ou tratamento coletivo (análise coletiva de imparidade).

A avaliação individual envolvia a valoração de cada operação, onde eram ponderados aspectos inerentes ao cliente tomador e específicos das operações, tais como: situação das operações, compartilhamento de risco de crédito, situação econômico-financeira do cliente, restrições de crédito e garantias atreladas. A apuração da provisão de forma coletiva era realizada mediante a aplicação dos índices de perdas históricas em operações de natureza semelhante, considerando produtos similares e aspectos relacionados ao cliente tomador e à operação (nível de risco, situação original e prazo de exigibilidade). A prática de provisionamento de perdas em empréstimos era baseada em modelo de perda incorrida, a partir da ocorrência de eventos de perda, em conformidade com a IAS 39.

A partir de 01.01.2018, o banco adotou o modelo baseado na perda esperada, numa visão prospectiva, para o cálculo da redução ao valor recuperável dos ativos financeiros, em conformidade com a IFRS 9. Embora tanto as práticas contábeis internacionais e as brasileiras utilizem atualmente o conceito de perda esperada, o modelo internacional apresenta diferenças em relação a norma brasileira. O modelo adotado pelo banco, baseado na IFRS 9, considera a inadimplência e a alteração significativa do nível de risco de crédito, com a revisão periódica do enquadramento desses ativos, mediante a projeção de cenários econômicos. O banco avalia suas operações em três estágios: Estágio 1 – Operações em normalidade, Estágio 2 – Operações com aumento significativo de risco, e Estágio 3 – Operações em descumprimento (ativos problemáticos). As operações podem migrar entre os estágios de acordo com a melhora ou o agravamento do risco de crédito da operação.

Ainda de acordo com a IFRS 9, o banco reconhece provisão para perdas esperadas com títulos e valores mobiliários ao custo amortizado, bem como para as exposições *off-balance*, como compromissos de empréstimos e garantias prestadas, com base em modelos internos (a provisão para perdas com garantias prestadas, segundo as práticas aplicáveis à instituições financeiras no Brasil, segue normas específicas, com a utilização de limites regulatórios definidos pelo Banco Central do Brasil, assim como a provisão para perdas com empréstimos a clientes). Além disso, o banco reconhece no resultado o montante referente ao risco de crédito de instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

f) Transações patrimoniais com proprietários

Segundo as práticas contábeis adotadas pelas instituições financeiras no Brasil, o aumento na participação do Banco Patagônia S.A., ocorrido em 06.09.2018, gerou ágio no valor de R\$ 606.414 mil.

Em conformidade com a IFRS 10, as mudanças na participação societária de uma controladora em uma subsidiária que não resultam na perda de controle da subsidiária pela controladora constituem transações patrimoniais com proprietários. Desta forma, o Banco reconheceu diretamente no patrimônio líquido a diferença entre o valor ajustado das participações de acionistas não controladores e o valor justo da contrapartida recebida e atribuiu essa diferença ao acionista controlador.

g) Imposto de renda e contribuição social sobre os ajustes de IFRS

Esse ajuste decorre da aplicação das alíquotas de imposto de renda e contribuição social sobre os ajustes de conversão das demonstrações contábeis consolidadas elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil para as demonstrações contábeis consolidadas em conformidade com as IFRS.

48 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 18.01.2019, o Banco do Brasil informou ao mercado que seu Conselho de Administração aprovou a cisão parcial do patrimônio do BB Investimentos S.A (BB BI), referente a participação acionária na Cielo S.A. (Cielo) e a transferência da parte cindida para a BB Elo Cartões Participações S.A. (BB Elo).

O movimento societário pretende promover a centralização das participações em empresas do segmento de meios de pagamento sob uma única *holding*, a BB Elo, buscando alinhamento com a estratégia de simplificação da organização societária do Conglomerado BB.

A operação acima mencionada está sujeita a análise e aprovação dos órgãos reguladores, supervisores e fiscalizadores, conforme legislação aplicável.

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE

Rubem de Freitas Novaes

VICE-PRESIDENTES

Antônio Gustavo Matos do Vale
 Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo
 Carlos Motta dos Santos
 Carlos Renato Bonetti
 Fabio Augusto Cantizani Barbosa
 Ivandré Montiel da Silva
 João Pinto Rabelo Júnior
 Marcelo Augusto Dutra Labuto
 Marcio Hamilton Ferreira

DIRETORES

Alexandre Alves de Souza
 Ana Paula Teixeira de Sousa
 Camilo Buzzi
 Carla Nesi
 Cicero Przensiuk
 Delano Valentim de Andrade
 Edson Rogério da Costa
 Eduardo Cesar Pasa
 Ênio Mathias Ferreira
 Fabiano Macanhã Fontes
 Fernando Florêncio Campos
 Gerson Eduardo de Oliveira
 Gustavo de Souza Fosse
 José Avelar Matias Lopes
 José Eduardo Moreira Bergo
 José Ricardo Fagonde Forni
 Leonardo Silva de Loyola Reis
 Lucinéia Possar
 Luiz Claudio Batista
 Marco Túlio de Oliveira Mendonça
 Marco Túlio Moraes da Costa
 Marcos Renato Coltri
 Márvio Melo Freitas
 Paula Luciana Viana da Silva Lima Mazanék
 Rogério Magno Panca
 Simão Luiz Kovalski
 Wagner Aparecido Mardegan

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Beny Parnes
 Daniel Sigelmann
 Fabiano Felix do Nascimento
 Julio Cesar Costa Pinto
 Luiz Serafim Spinola Santos
 Rubem de Freitas Novaes

CONSELHO FISCAL

Aldo César Martins Braido
 Christianne Dias Ferreira
 Giorgio Bampi
 Mauricio Graccho de Severiano Cardoso

COMITÊ DE AUDITORIA

Antônio Carlos Correia
 Luiz Serafim Spinola Santos
 Marcos Tadeu de Siqueira

CONTADORIA

Eduardo Cesar Pasa
 Contador Geral
 Contador CRC-DF 017601/O-5
 CPF 541.035.920-87

Daniel André Stieler
 Contador CRC-DF 013931/O-2
 CPF 391.145.110-53

Notas Explicativas



BANCO DO BRASIL

Notas Explicativas

2. Notas explicativas às demonstrações financeiras do Banco do Brasil S.A. para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
		31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
ATIVO CIRCULANTE		827.643.785	760.229.569	831.685.184	769.102.140
Disponibilidades	6	12.485.157	12.349.179	13.614.866	13.480.903
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	7.a	420.833.315	378.669.368	412.306.070	370.906.503
Aplicações no mercado aberto		386.052.749	347.503.717	386.121.022	347.671.300
Aplicações em depósitos interfinanceiros		34.780.566	31.165.651	26.185.048	23.235.203
Titulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	8	17.917.941	12.381.484	22.312.810	17.406.636
Carteira própria		15.642.691	8.990.223	19.892.244	13.669.831
Vinculados a compromissos de recompra		1.426.493	2.407.618	1.543.982	2.590.049
Vinculados à prestação de garantias		240.686	594.440	268.521	634.070
Instrumentos financeiros derivativos		608.071	389.203	608.063	512.686
Relações Interfinanceiras		64.762.041	74.516.282	64.762.041	74.516.282
Pagamentos e recebimentos a liquidar	9.a	591.555	4.069	591.555	4.069
Créditos vinculados	9.b	61.888.022	71.892.280	61.888.022	71.892.280
Depósitos no Banco Central		59.115.355	69.081.139	59.115.355	69.081.139
Tesouro Nacional - recursos do crédito rural		38.533	16.252	38.533	16.252
SFH - Sistema Financeiro da Habitação		2.734.134	2.794.889	2.734.134	2.794.889
Correspondentes		2.282.464	2.619.933	2.282.464	2.619.933
Relações Interdependências		254.747	404.870	254.747	404.870
Transferências internas de recursos		254.747	404.870	254.747	404.870
Operações de Crédito	10	179.160.656	171.811.872	186.269.969	179.791.353
Setor público		619.302	1.167.169	576.035	1.169.169
Setor privado		190.819.865	184.257.540	198.248.722	192.639.735
Operações de crédito vinculadas à cessão		505	165	505	165
(Provisão para operações de crédito)		(12.279.016)	(13.613.002)	(12.555.293)	(14.017.716)
Operações de Arrendamento Mercantil	10	--	--	106.335	166.952
Setor privado		--	--	113.772	183.601
(Provisão para operações de arrendamento mercantil)		--	--	(7.437)	(16.649)
Outros Créditos		131.397.488	109.662.618	131.161.499	111.906.397
Créditos por avais e fianças honrados		362.737	601.739	362.737	601.739
Carteira de câmbio	11.a	24.899.242	18.919.493	25.103.044	19.057.714
Rendas a receber		6.845.012	5.232.105	3.448.674	2.879.303
Negociação e intermediação de valores		76.523	9.180	509.122	417.544
Créditos específicos	12.a	--	--	493	533
Diversos	12.b	101.908.634	86.979.437	104.477.547	91.070.544
(Provisão para outros créditos)		(2.694.660)	(2.079.336)	(2.740.118)	(2.120.980)
Outros Valores e Bens	13	832.440	433.896	896.847	522.244
Bens não de uso próprio e materiais em estoque		508.669	359.734	551.276	412.543
(Provisão para desvalorizações)		(149.423)	(150.533)	(155.818)	(157.586)
Despesas antecipadas		473.194	224.695	501.389	267.287

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ATIVO	Nota	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
		31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
ATIVO NÃO CIRCULANTE		651.735.178	664.983.270	585.458.532	600.099.031
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		611.134.408	624.182.687	555.165.692	568.267.266
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	7.a	67.065.969	58.735.190	2.785.527	2.116.825
Aplicações no mercado aberto		754.911	515.460	754.933	515.460
Aplicações em depósitos interfinanceiros		66.311.058	58.219.730	2.030.594	1.601.365
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	8	126.796.933	127.767.641	128.783.655	121.515.935
Carteira própria		74.076.123	81.314.615	89.416.471	91.713.584
Vinculados a compromissos de recompra		49.425.307	45.333.535	36.071.681	28.682.860
Vinculados à prestação de garantias		3.220.404	977.258	3.220.404	977.258
Instrumentos financeiros derivativos		75.099	142.233	75.099	142.233
Relações Interfinanceiras		4.092.928	4.118.336	4.092.928	4.118.336
Pagamentos e recebimentos a liquidar	9.a	3.445.430	3.467.187	3.445.430	3.467.187
Créditos vinculados	9.b	15.115	187	15.115	187
Tesouro Nacional - recursos do crédito rural		15.115	187	15.115	187
Repasse interfinanceiros		632.383	650.962	632.383	650.962
Operações de Crédito	10	358.039.270	359.010.070	362.718.150	364.498.414
Setor público		73.885.366	73.840.771	74.180.719	74.100.972
Setor privado		303.724.102	305.959.117	308.355.612	311.327.864
Operações de crédito vinculadas à cessão		404.563	495.891	404.563	495.891
(Provisão para operações de crédito)		(19.974.761)	(21.285.709)	(20.222.744)	(21.426.313)
Operações de Arrendamento Mercantil	10	--	--	117.125	211.102
Setor privado		--	--	119.942	214.956
(Provisão para operações de arrendamento mercantil)		--	--	(2.817)	(3.854)
Outros Créditos		55.133.048	74.538.000	56.656.517	75.788.225
Carteira de câmbio	11.a	10.497	--	10.497	--
Rendas a receber		31.315	33.848	32.730	69.228
Negociação e intermediação de valores		342.851	456.662	382.841	473.626
Créditos específicos	12.a	392.414	416.269	392.414	416.269
Diversos	12.b	55.451.277	74.341.379	57.065.563	75.676.085
(Provisão para outros créditos)		(1.095.306)	(710.158)	(1.227.528)	(846.983)
Outros Valores e Bens	13	6.260	13.450	11.790	18.429
Despesas antecipadas		6.260	13.450	11.790	18.429
PERMANENTE		40.600.770	40.800.583	30.292.840	31.831.765
Investimentos		27.640.703	26.853.788	16.973.191	17.489.734
Participações em coligadas e controladas	14.a	27.471.950	26.695.667	16.754.357	17.262.707
No país		22.653.718	22.824.004	16.181.548	17.216.404
No exterior		4.818.232	3.871.663	572.809	46.303
Outros investimentos	14.c	180.183	169.535	274.152	246.161
(Provisão para perdas)		(11.430)	(11.414)	(55.318)	(19.134)
Imobilizado de Uso	15	7.345.994	7.167.922	7.537.617	7.415.302
Imóveis de uso		8.003.787	7.600.666	8.102.145	7.722.889
Outras imobilizações de uso		9.167.878	9.854.563	9.453.968	10.182.774
(Depreciação acumulada)		(9.825.671)	(10.287.307)	(10.018.496)	(10.490.361)
Intangível	16	5.614.073	6.778.873	5.782.032	6.926.729
Ativos intangíveis		14.182.237	18.834.250	14.459.342	19.055.527
(Amortização acumulada)		(8.568.164)	(12.055.377)	(8.677.310)	(12.128.798)
TOTAL DO ATIVO		1.479.378.963	1.425.212.839	1.417.143.716	1.369.201.171

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PASSIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
		31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
PASSIVO CIRCULANTE		1.043.152.700	1.010.834.540	1.039.439.783	1.006.184.142
Depósitos	17.a	429.546.066	391.927.210	442.285.753	405.168.767
Depósitos à vista		65.032.881	66.855.600	67.810.697	69.981.063
Depósitos de poupança		174.854.743	160.289.875	174.854.743	160.289.875
Depósitos interfinanceiros		31.253.981	22.120.240	30.351.705	21.382.405
Depósitos a prazo		158.193.229	142.484.653	169.057.376	153.338.582
Outros depósitos		211.232	176.842	211.232	176.842
Captações no Mercado Aberto	17.c	406.673.764	375.787.621	393.556.860	365.536.950
Carteira própria		37.390.736	34.165.072	30.226.030	29.529.818
Carteira de terceiros		369.283.028	341.622.549	363.330.830	336.007.132
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	18	32.440.730	67.171.203	32.565.915	67.394.565
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		29.256.810	58.716.935	29.256.810	58.716.935
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		3.067.494	8.386.977	3.192.679	8.610.339
Certificados de operações estruturadas		116.426	67.291	116.426	67.291
Relações Interfinanceiras		1.638	1.149	1.638	1.149
Recebimentos e pagamentos a liquidar	9.a	1.638	1.149	1.638	1.149
Relações Interdependências		2.490.770	2.495.532	2.490.770	2.495.532
Recursos em trânsito de terceiros		2.490.638	2.495.532	2.490.638	2.495.532
Transferências internas de recursos		132	--	132	--
Obrigações por Empréstimos	19.a	20.017.744	18.756.112	18.179.594	16.872.613
Empréstimos no exterior		20.017.744	18.756.112	18.179.594	16.872.613
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	19.b	38.148.219	44.419.231	38.148.447	44.419.452
Tesouro Nacional		4	--	4	--
BNDES		4.450.146	6.091.846	4.450.146	6.091.846
Caixa Econômica Federal		29.413.089	26.558.065	29.413.089	26.558.065
Finame		4.035.928	4.549.043	4.036.156	4.549.264
Outras instituições		249.052	7.220.277	249.052	7.220.277
Obrigações por Repasses do Exterior	19.b	4.900.780	2.365.544	95	95
Instrumentos Financeiros Derivativos	8.d	4.511.853	11.762.124	593.508	577.070
Outras Obrigações		104.421.136	96.148.814	111.617.203	103.717.949
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		419.272	485.784	426.786	493.167
Carteira de câmbio	11.a	11.813.220	7.945.498	12.067.141	8.134.346
Sociais e estatutárias		2.593.821	1.529.011	3.961.830	2.177.094
Fiscais e previdenciárias	20.a	8.341.960	8.983.283	10.788.134	11.464.023
Negociação e intermediação de valores		43.203	87.038	655.805	907.009
Fundos financeiros e de desenvolvimento	20.b	9.855.261	9.339.505	9.855.261	9.339.505
Dívidas subordinadas	20.c	9.440.497	9.168.341	9.440.498	9.168.341
Instrumentos híbridos de capital e dívida	20.d	62.168	283.071	62.168	283.071
Diversas	20.e	61.851.734	58.327.283	64.359.580	61.751.393

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PASSIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
		31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		344.236.717	326.847.520	275.451.051	264.293.627
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		343.794.027	326.422.393	275.002.814	263.864.254
Depósitos	17.a	41.864.916	43.451.605	43.751.018	45.060.595
Depósitos interfinanceiros		1.996.160	1.552.342	3.316.890	2.770.354
Depósitos a prazo		39.868.756	41.899.263	40.434.128	42.290.241
Captações no Mercado Aberto	17.c	12.549.062	13.417.605	9.344.342	10.705.745
Carteira própria		12.549.058	13.417.595	9.344.337	10.705.734
Carteira de terceiros		4	10	5	11
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	18	89.027.550	63.493.062	92.252.581	66.371.232
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		72.348.342	50.941.594	72.348.342	50.941.594
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		16.661.825	12.516.206	19.886.856	15.394.376
Certificados de operações estruturadas		17.383	35.262	17.383	35.262
Obrigações por Empréstimos	19.a	40.407.978	33.545.739	2.807.154	2.699.881
Empréstimos no exterior		40.407.978	33.545.739	2.807.154	2.699.881
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	19.b	28.582.559	36.465.005	28.582.617	36.465.287
Tesouro Nacional		165.553	145.264	165.553	145.264
BNDES		17.314.665	20.844.346	17.314.666	20.844.346
Finame		11.102.341	15.225.552	11.102.398	15.225.834
Outras instituições		--	249.843	--	249.843
Obrigações por Repasses do Exterior	19.b	26.379.939	25.602.579	382	382
Instrumentos Financeiros Derivativos	8.d	215.693	212.786	215.693	212.817
Outras Obrigações		104.766.330	110.234.012	98.049.027	102.348.315
Carteira de câmbio	11.a	2.455.717	1.605.681	2.455.716	1.605.681
Sociais e estatutárias		--	--	905	726
Fiscais e previdenciárias	20.a	465.310	820.185	768.983	911.945
Negociação e intermediação de valores		238.322	221.325	322.059	298.639
Fundos financeiros e de desenvolvimento	20.b	5.667.160	7.455.245	5.667.160	7.455.245
Operações especiais		2.216	2.216	2.216	2.216
Dívidas subordinadas	20.c	41.166.326	46.547.313	41.129.651	46.513.485
Instrumentos híbridos de capital e dívida	20.d	4.270.116	5.355.323	4.245.895	5.324.708
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	20.c e 20.d	37.185.685	33.871.771	29.085.685	25.771.771
Diversas	20.e	13.315.478	14.354.953	14.370.757	14.463.899
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		442.690	425.127	448.237	429.373
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23	91.989.546	87.530.779	102.252.882	98.723.402
Capital		67.000.000	67.000.000	67.000.000	67.000.000
De domiciliados no país		51.606.403	52.954.778	51.606.403	52.954.778
De domiciliados no exterior		15.393.597	14.045.222	15.393.597	14.045.222
Instrumento Elegível ao Capital Principal	23.c	--	--	8.100.000	8.100.000
Reservas de Capital		13.468	11.457	14.692	12.436
Reservas de Reavaliação		2.240	2.371	2.240	2.371
Reservas de Lucros		42.960.161	35.585.741	42.612.582	35.280.691
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(16.154.116)	(13.219.725)	(16.154.116)	(13.219.725)
(Ações em Tesouraria)		(1.832.207)	(1.849.065)	(1.833.431)	(1.850.043)
Participação dos Não Controladores		--	--	2.510.915	3.397.672
TOTAL DO PASSIVO		1.479.378.963	1.425.212.839	1.417.143.716	1.369.201.171

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis
Exercício 2018
Notas Explicativas

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota	BB Banco Múltiplo		Exercício/2017	2º Semestre/2018		BB Consolidado		Exercício/2017
		2º Semestre/2018	Exercício/2018		2º Semestre/2018	Exercício/2018			
RECEITAS DA INTERMEDIACÃO FINANCEIRA		62.778.907	134.939.375	149.670.740	62.575.962	134.487.863	142.438.857		
Operações de crédito	10.b	39.398.161	83.730.111	88.608.658	40.915.621	86.493.451	83.669.131		
Operações de arrendamento mercantil	10.i	--	--	--	90.111	196.945	255.815		
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	8.b	21.843.824	45.682.822	57.603.675	19.560.906	41.600.526	52.144.046		
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	8.e	(591.724)	(18.212)	(3.247.207)	(323.352)	568.930	(465.274)		
Resultado de operações de câmbio	11.b	614.712	2.177.151	888.536	816.514	2.247.071	917.229		
Resultado das aplicações compulsórias	9.c	1.136.920	2.519.272	1.136.920	1.362.545	2.519.272	4.302.545		
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		377.014	848.231	1.514.533	379.242	861.668	1.615.365		
DESPESAS DA INTERMEDIACÃO FINANCEIRA		(47.515.983)	(108.352.668)	(121.791.917)	(45.470.171)	(102.973.435)	(110.820.864)		
Operações de captação no mercado	17.d	(31.553.117)	(62.824.198)	(84.422.639)	(31.997.488)	(63.413.576)	(77.153.666)		
Operações de empréstimos, cessões e repasses	19.c	(5.793.549)	(24.593.794)	(11.944.819)	(3.167.285)	(18.383.042)	(7.734.066)		
Operações de arrendamento mercantil	10.i	--	--	--	(60.814)	(129.647)	(147.591)		
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		(297.568)	(318.617)	(54.064)	(297.568)	(318.617)	(86.373)		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10.f e 10.g	(9.871.749)	(20.616.059)	(25.370.395)	(9.947.016)	(20.728.553)	(25.699.168)		
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIACÃO FINANCEIRA		15.262.924	26.586.707	27.878.823	17.105.791	31.514.428	31.617.993		
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(5.882.858)	(11.075.408)	(14.547.675)	(5.882.387)	(12.006.850)	(14.026.526)		
Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias	21.a	9.787.810	19.196.759	18.303.260	14.068.941	27.414.692	25.941.416		
Receitas de prestação de serviços		4.791.136	9.476.651	9.350.706	8.682.941	16.934.672	16.305.668		
Rendas de tarifas bancárias		4.996.674	9.720.108	8.952.554	5.386.000	10.480.020	9.635.748		
Despesas de pessoal	21.b	(10.014.924)	(19.539.190)	(19.181.455)	(10.664.762)	(20.899.024)	(20.574.976)		
Outras despesas administrativas	21.c	(6.518.898)	(12.611.415)	(14.310.656)	(6.605.118)	(12.819.069)	(14.516.719)		
Despesas tributárias	24.c	(1.855.954)	(3.756.815)	(4.247.695)	(2.530.776)	(5.053.736)	(5.482.503)		
Resultado de participações em coligadas e controladas	14	4.168.885	9.335.264	7.456.940	1.649.477	3.741.668	3.962.261		
Outras receitas operacionais	21.d	5.998.673	9.913.984	8.387.830	5.724.967	9.585.643	8.226.850		
Outras despesas operacionais	21.e	(7.448.450)	(13.613.995)	(10.955.899)	(7.525.116)	(13.977.024)	(11.582.855)		
RESULTADO OPERACIONAL		9.380.066	15.511.299	13.331.148	11.223.404	19.507.578	17.591.467		
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		5.925	124.498	(115.587)	891.061	1.156.118	542.365		
Receitas não operacionais	22	107.380	309.955	88.982	1.002.104	1.353.435	756.616		
Despesas não operacionais		(101.455)	(185.457)	(204.569)	(111.043)	(197.317)	(214.251)		
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		9.385.991	15.635.797	13.215.561	12.114.465	20.663.696	18.133.832		
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(1.683.151)	(1.353.612)	(918.611)	(3.614.686)	(4.767.368)	(4.050.863)		
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes	24.a	128.093	104.104	(177.260)	(1.759.641)	(3.304.217)	(3.290.685)		
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos		(1.811.244)	(1.457.716)	(741.351)	(1.855.045)	(1.463.151)	(760.178)		
PARTICIPAÇÃO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES NO LUCRO		(889.152)	(1.633.382)	(1.415.852)	(890.797)	(1.638.453)	(1.422.159)		
PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES		--	--	--	(630.776)	(1.395.849)	(1.650.034)		
LUCRO LÍQUIDO		6.813.688	12.648.803	10.881.098	6.978.206	12.862.026	11.010.776		
LUCRO POR AÇÃO									
Número médio ponderado de ações - básico e diluído	23.f	2.785.468,140	2.785.290,260	2.784.905,261					
Lucro básico e diluído por ação (R\$)		2,45	4,54	3,91					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis
Exercício 2018

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

BB Banco Múltiplo	Nota	Capital	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reserva Legal	Reservas de Lucros Estatutárias	Ajustes de Avaliação Banco do Brasil	Coligadas e Controladas	Ações em Tesouraria	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31.12.2016		67.000.000	14.405	2.660	6.570.147	21.413.807	(16.944.830)	15.625	(1.853.645)	--	76.218.169
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, líquido de impostos	23.i	--	--	--	--	--	747.543	91.344	--	--	838.887
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios, líquido de impostos	23.i	--	--	--	--	--	3.048.369	--	--	--	3.048.369
Variação cambial e hedge de investimentos no exterior	23.i	--	--	--	--	--	--	(177.776)	--	--	(177.776)
Transações com pagamento baseado em ações	(2.948)	--	--	--	--	--	--	--	4.580	--	1.632
Dividendos/JCP prescritos	--	--	--	--	--	--	--	--	--	7.628	7.628
Realização de reserva de reavaliação em coligadas/controladas	23.d	--	--	(289)	--	--	--	--	--	289	--
Adoção inicial da Resolução CMN n.º 4.512/2016 no Banco	14.a	--	--	--	--	--	--	--	--	(58.275)	(58.275)
Votorantim S.A.	23.h	--	--	--	--	--	--	--	--	10.881.098	10.881.098
Lucro líquido	23.g	--	--	--	541.537	7.060.250	--	--	--	(7.601.787)	--
Destinações: - Reservas	23.g	--	--	--	--	--	--	--	--	(3.228.953)	--
- Juros sobre o capital próprio	23.g	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Saldo em 31.12.2017		67.000.000	11.457	2.371	7.111.684	28.474.057	(13.148.918)	(70.807)	(1.849.065)	--	87.530.779
Mutações do período		--	(2.948)	(289)	541.537	7.060.250	3.795.912	(86.432)	4.580	--	11.312.610
Saldo em 30.06.2018		67.000.000	13.468	2.336	7.397.589	32.124.857	(12.871.393)	(257.223)	(1.841.989)	--	91.567.645
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de impostos	23.i	--	--	--	--	--	784.846	(135.121)	--	--	649.725
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios, líquido de impostos	23.i	--	--	--	--	--	(3.322.994)	--	--	--	(3.322.994)
Variação cambial e hedge de investimentos no exterior	23.i	--	--	--	--	--	--	(290.974)	--	--	(290.974)
Hedge de fluxo de caixa	23.i	--	--	--	--	--	--	(61.257)	--	--	(61.257)
Transações com pagamento baseado em ações	--	--	--	--	--	--	--	--	9.782	--	9.782
Dividendos/JCP prescritos	--	--	--	--	--	--	--	--	--	4.373	4.373
Realização de reserva de reavaliação em coligadas/controladas	23.d	--	--	(96)	--	--	--	--	--	96	--
Lucro líquido	23.h	--	--	--	340.908	3.096.807	--	--	--	6.813.688	6.813.688
Destinações: - Reservas	23.g	--	--	--	--	--	--	--	--	(3.437.715)	--
- Juros sobre o capital próprio	23.g	--	--	--	--	--	--	--	--	(3.380.442)	--
Saldo em 31.12.2018		67.000.000	13.468	2.240	7.738.497	35.221.664	(15.409.541)	(744.575)	(1.832.207)	--	91.989.546
Mutações do período		--	(96)	(96)	340.908	3.096.807	(2.538.148)	(487.352)	9.782	--	421.901
Saldo em 31.12.2017		67.000.000	11.457	2.371	7.111.684	28.474.057	(13.148.918)	(70.807)	(1.849.065)	--	87.530.779
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de impostos	23.i	--	--	--	--	--	(617.793)	(115.490)	--	--	(733.283)
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios, líquido de impostos	23.i	--	--	--	--	--	(1.642.830)	--	--	--	(1.642.830)
Variação cambial e hedge de investimentos no exterior	23.i	--	--	--	--	--	--	(518.829)	--	--	(518.829)
Hedge de fluxo de caixa	23.i	--	--	--	--	--	--	(39.449)	--	--	(39.449)
Transações com pagamento baseado em ações	--	--	2.011	--	--	--	--	--	16.858	--	18.869
Dividendos/JCP prescritos	--	--	--	--	--	--	--	--	--	8.372	8.372
Realização de reserva de reavaliação em coligadas/controladas	23.d	--	--	(131)	--	--	--	--	--	131	--
Adoção inicial, no Banco Votorantim S.A., de novo critério contábil para reconhecimento da variação de cotas dos Fundos de Investimentos em Participações, líquido de impostos	14.a	--	--	--	--	--	--	--	--	(121.064)	(121.064)
Lucro líquido	23.h	--	--	--	--	--	--	--	--	12.648.803	12.648.803
Destinações: - Reservas	23.g	--	--	--	626.813	6.747.807	--	--	--	(7.374.420)	--
- Juros sobre o capital próprio	23.g	--	--	--	--	--	--	--	--	(5.161.822)	--
Saldo em 31.12.2018		67.000.000	13.468	2.240	7.738.497	35.221.664	(15.409.541)	(744.575)	(1.832.207)	--	91.989.546
Mutações do período		--	2.011	(131)	626.813	6.747.807	(2.260.623)	(673.769)	16.858	--	4.458.767

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

BB Consolidado	Nota	Capital	Instrumento Elegível ao Capital Principal	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reserva Legal	Reservas de Lucros Estatutárias	Ajustes de Avaliação Patrimonial Banco do Brasil	Coligações e Controladas	Ações em Tesouraria	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Participação dos não Controladores	Total
Saldo em 31.12.2016		67.000.000	8.100.000	15.509	2.660	6.570.147	21.076.422	(16.944.830)	15.625	(1.854.749)	--	3.212.968	87.193.752
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, líquido de impostos	23.i	--	--	--	--	--	--	747.543	91.344	--	--	--	838.887
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios, líquido de impostos	23.i	--	--	--	--	--	--	3.048.369	--	--	--	--	3.048.369
Variação cambial e hedge de investimentos no exterior	23.i	--	--	--	--	--	--	--	(177.776)	--	--	--	(177.776)
Transações com pagamento baseado em ações	--	--	--	(3.073)	--	--	--	--	--	4.706	--	--	1.633
Dividendos/JCP prescritos	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	7.628	--	7.628
Realização de reserva de reavaliação em coligadas/controladas	23.d	--	--	--	(289)	--	--	--	--	--	289	--	--
Variação de participação dos não controladores	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Adoção inicial da Resolução CMN n.º 4.512/2016 no Banco Votorantim S.A.	14.a	--	--	--	--	--	--	--	--	--	184.704	--	184.704
Lucro líquido	23.h	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(58.275)	--	(58.275)
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	11.010.776	--	11.010.776
Resultado não realizado	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(97.343)	--	(97.343)
Destinações: - Reservas	23.g	--	--	--	--	--	--	32.335	--	--	(32.335)	--	--
- Juros sobre o capital próprio	23.g	--	--	--	--	--	--	7.060.250	--	--	(7.060.250)	--	--
Saldo em 31.12.2017		67.000.000	8.100.000	12.436	2.371	7.111.684	28.169.007	(13.148.916)	(70.807)	(1.850.043)	--	3.397.672	98.723.402
Mutações do período		--	--	(3.073)	(289)	541.537	7.092.685	3.795.912	(86.432)	4.706	184.704	--	11.529.650
Saldo em 30.06.2018		67.000.000	8.100.000	14.692	2.336	7.397.589	31.765.693	(12.871.393)	(257.223)	(1.843.213)	--	3.329.349	102.637.830
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de impostos	23.i	--	--	--	--	--	--	784.846	(135.121)	--	--	--	649.725
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios, líquido de impostos	23.i	--	--	--	--	--	--	(3.322.994)	--	--	--	--	(3.322.994)
Variação cambial e hedge de investimentos no exterior	23.i	--	--	--	--	--	--	--	(290.974)	--	--	--	(290.974)
Hedge de fluxo de caixa	23.i	--	--	--	--	--	--	--	(61.257)	--	--	--	(61.257)
Transações com pagamento baseado em ações	--	--	--	--	--	--	--	--	--	9.782	--	--	9.782
Dividendos/JCP prescritos	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	4.373	--	4.373
Realização de reserva de reavaliação em coligadas/controladas	23.d	--	--	--	(96)	--	--	--	--	--	96	--	--
Variação de participação dos não controladores	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Lucro líquido	23.h	--	--	--	--	--	--	--	--	--	6.978.206	--	6.978.206
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(152.933)	--	(152.933)
Resultado não realizado	--	--	--	--	--	--	--	11.585	--	--	(11.585)	--	--
Destinações: - Reservas	23.g	--	--	--	--	--	--	340.908	--	--	(3.437.715)	--	--
- Juros sobre o capital próprio	23.g	--	--	--	--	--	--	3.096.807	--	--	(3.380.442)	--	--
Saldo em 31.12.2018		67.000.000	8.100.000	14.692	2.240	7.738.497	34.874.085	(15.409.541)	(744.575)	(1.833.431)	--	2.510.915	102.252.882
Mutações do período		--	--	--	(96)	340.908	3.108.392	(2.538.148)	(487.352)	9.782	--	(818.434)	(384.948)
Saldo em 31.12.2017		67.000.000	8.100.000	12.436	2.371	7.111.684	28.169.007	(13.148.916)	(70.807)	(1.850.043)	--	3.397.672	98.723.402
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de impostos	23.i	--	--	--	--	--	--	(617.793)	(115.490)	--	--	--	(733.283)
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios, líquido de impostos	23.i	--	--	--	--	--	--	(1.642.830)	--	--	--	--	(1.642.830)
Variação cambial e hedge de investimentos no exterior	23.i	--	--	--	--	--	--	--	(518.829)	--	--	--	(518.829)
Hedge de fluxo de caixa	23.i	--	--	--	--	--	--	--	(39.449)	--	--	--	(39.449)
Transações com pagamento baseado em ações	--	--	--	2.256	--	--	--	--	--	16.612	--	--	18.868
Dividendos/JCP prescritos	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	8.372	--	8.372
Realização de reserva de reavaliação em coligadas/controladas	23.d	--	--	--	(131)	--	--	--	--	--	131	--	--
Variação de participação dos não controladores	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Adoção inicial, no Banco Votorantim S.A., de novo critério contábil para reconhecimento da variação de cotas dos Fundos de Investimento em Participações, líquido de impostos	14.a	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(121.064)	--	(121.064)
Lucro líquido	23.h	--	--	--	--	--	--	--	--	--	12.862.026	--	12.862.026
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(255.752)	--	(255.752)
Resultado não realizado	--	--	--	--	--	--	--	(42.529)	--	--	42.529	--	--
Destinações: - Reservas	23.g	--	--	--	--	--	--	626.813	--	--	(7.374.420)	--	--
- Juros sobre o capital próprio	23.g	--	--	--	--	--	--	6.747.607	--	--	(5.161.822)	--	--
Saldo em 31.12.2018		67.000.000	8.100.000	14.692	2.240	7.738.497	34.874.085	(15.409.541)	(744.575)	(1.833.431)	--	2.510.915	102.252.882
Mutações do período		--	--	2.256	(131)	626.813	6.705.078	(2.260.623)	(673.768)	16.612	--	(886.757)	3.529.480

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	Nota	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
		2º Sem/2018	Exercício/2018	Exercício/2017	2º Sem/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Fluxos de Caixa Provenientes das Operações							
Lucro antes dos Tributos e Participações		9.385.991	15.635.798	13.215.562	12.114.465	20.663.695	18.133.832
Ajustes ao lucro antes dos tributos e participações		9.311.696	12.548.257	23.340.927	10.988.598	18.118.796	25.807.296
Provisão para crédito, arrendamento mercantil e outros créditos	10.f e 10.g	9.871.749	20.616.059	25.370.395	9.947.016	20.728.553	25.699.168
Depreciações e amortizações	21.c	1.459.226	2.917.892	4.182.526	1.492.345	2.981.790	4.246.152
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos	15 e 16	29.204	49.137	187	29.204	49.137	187
Variação cambial em movimentações de intangíveis	16	(77)	(1.206)	(46)	758	(22.340)	(2.344)
Resultado de participação em coligadas e controladas	14.a	(4.168.885)	(9.335.264)	(7.456.940)	(1.649.477)	(3.741.668)	(3.962.261)
Lucro na alienação de valores e bens	22	(69.492)	(218.500)	(650)	(76.290)	(263.657)	(8.228)
(Ganho) Perda de capital	22	71.647	122.742	120.831	(812.625)	(856.166)	(520.323)
Resultado da conversão de moeda estrangeira	14.a	2.889	(1.231.971)	(241.539)	--	--	--
Provisão (Reversão) para desvalorização de outros valores e bens	22	10.196	(278)	24.163	10.228	(178)	23.614
Amortização de ágios em investimentos	14.d	18.740	25.910	78.336	93.884	176.200	210.446
Despesas com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	27	3.040.483	5.332.834	2.770.323	3.068.984	5.378.412	2.773.722
Atualização de ativos/passivos atuariais e dos fundos de destinação do superávit	26	(565.737)	(1.293.414)	49.715	(565.737)	(1.293.414)	49.715
Comissões de corretagem diferidas		--	--	--	(28.542)	(199.964)	(6.064)
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(97.266)	(3.793.767)	(646.756)	553.539	(2.522.422)	(36.146)
Resultado dos não controladores		--	--	--	(630.776)	(1.395.849)	(1.650.034)
Outros ajustes		(290.981)	(641.917)	(909.618)	(443.913)	(899.638)	(1.010.308)
Lucro Ajustado antes dos Tributos e Participações		18.697.687	28.184.055	36.556.489	23.103.063	38.782.491	43.941.128
Variações Patrimoniais		(23.324.427)	(11.060.588)	(130.546.536)	(21.391.531)	(8.531.979)	(84.724.499)
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		16.739.500	(37.578.104)	(25.242.235)	17.664.358	(29.037.058)	(23.926.510)
(Aumento) Redução em títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos		(4.023.894)	(6.785.995)	(48.595.134)	(618.659)	1.561.852	(1.801.173)
Aumento em relações interfinanceiras e interdependências		(1.576.716)	(62.042)	(996.802)	(1.576.716)	(62.042)	(996.802)
(Aumento) Redução em depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil		11.128.215	9.965.784	(5.630.045)	11.128.215	9.965.784	(5.630.045)
Aumento em operações de crédito		(10.004.519)	(25.530.424)	(4.099.006)	(9.497.428)	(23.933.542)	(4.336.548)
Redução em operações de arrendamento mercantil		--	--	--	47.955	148.840	170.108
(Aumento) Redução em outros créditos líquidos dos impostos diferidos		1.317.241	(692.537)	1.124.244	1.550.491	247.352	836.920
(Aumento) Redução em outros valores e bens		89.020	(172.576)	(89.805)	129.857	(104.129)	(84.999)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(29.124)	(220.452)	(662.039)	(605.283)	(2.802.471)	(3.038.651)
Aumento em depósitos		10.189.480	36.032.167	982.026	10.498.353	35.807.409	4.248.674
(Redução) Aumento em captações no mercado aberto		(17.383.337)	30.017.600	4.443.683	(21.210.488)	26.658.507	1.608.663
Redução em recursos de aceites e emissão de títulos		(9.342.917)	(9.195.985)	(31.544.395)	(9.463.985)	(8.947.301)	(31.400.556)
Redução em obrigações por empréstimos e repasses		(13.619.916)	(1.485.020)	(1.712.588)	(13.212.119)	(12.739.421)	(3.034.808)
Redução em outras obrigações		(6.823.528)	(5.370.567)	(18.508.117)	(6.239.671)	(5.314.623)	(17.321.883)
(Redução) Aumento em resultados de exercícios futuros		16.068	17.563	(16.323)	13.589	18.864	(16.889)
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS OPERAÇÕES		(4.626.740)	17.123.467	(93.990.047)	1.711.532	30.250.512	(40.783.371)
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Investimento							
Aumento em títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		(23.740.435)	(75.575.590)	(71.908.027)	(24.097.678)	(83.203.902)	(71.527.075)
Redução em títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		38.150.660	75.721.601	56.619.239	38.724.746	81.565.873	56.845.301
Aumento em títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		(7.877.176)	(11.477.183)	(2.632.847)	(12.599.464)	(17.835.572)	(3.040.249)
Redução em títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		2.192.991	6.153.408	48.983.499	3.507.667	4.989.578	1.625.861
Dividendos recebidos de coligadas e controladas		2.419.319	6.066.899	5.422.106	1.435.955	2.925.249	3.219.813
Aquisição de imobilizado de uso		(843.196)	(1.373.599)	(971.672)	(840.926)	(1.361.242)	(1.020.391)
Alienação de imobilizado de uso		13.796	18.253	8.290	13.759	18.131	8.721
Alienação de investimentos		604.255	1.355.463	711.441	569.872	698.240	711.511
Aquisição de intangíveis		(383.491)	(636.832)	(2.232.771)	(381.472)	(656.694)	(2.242.292)
Baixa de intangíveis/diferidos		6.255	13.084	939.079	6.334	13.599	940.676
Caixa líquido recebido na alienação da Mapfre SH2		--	--	--	2.252.575	2.252.575	--
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		10.542.978	265.504	34.938.337	8.591.368	(10.594.165)	(14.478.124)
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Financiamento							
Variação da participação dos acionistas não controladores		--	--	--	(818.434)	(886.757)	184.704
(Redução) Aumento em obrigações por dívida subordinada		(1.115.623)	(4.510.667)	1.370.171	(1.117.566)	(4.513.514)	1.366.547
Aumento em instrumentos híbridos de capital e dívida		278.947	1.409.641	382.816	272.040	1.416.034	353.453
Alienação de ações em tesouraria		9.782	16.858	4.580	9.782	16.612	4.706
Juros sobre o capital próprio pagos		(2.492.346)	(4.206.516)	(2.623.783)	(2.492.346)	(4.206.516)	(2.623.783)
Caixa pago pela participação no Banco Patagônia		(839.454)	(839.454)	--	(839.454)	(839.454)	--
CAIXA UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(4.158.694)	(8.130.138)	(866.216)	(4.985.978)	(9.013.595)	(714.373)
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa							
Início do período		54.208.589	43.010.799	102.281.969	55.585.739	47.183.948	103.123.670
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		97.266	3.793.767	646.756	(553.539)	2.522.422	36.146
Fim do período		56.063.399	56.063.399	43.010.799	60.349.122	60.349.122	47.183.948
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		1.757.544	9.258.833	(59.917.926)	5.316.922	10.642.752	(55.975.868)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis

Notas Explicativas

Exercício 2018

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	Nota	2º Semestre/2018		BB Banco Múltiplo		Exercício/2017	2º Semestre/2018		BB Consolidado		Exercício/2017
		60.811.095	129.235.473	Exercício/2018	Exercício/2018		65.338.409	137.186.611	Exercício/2018		
Receitas		60.811.095	129.235.473			139.050.879	65.338.409	137.186.611		139.188.093	
Receitas de intermediação financeira		62.778.907	134.939.375			149.670.740	62.575.962	134.487.863		142.438.857	
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias		9.787.810	19.196.759			18.303.260	14.068.941	27.414.692		25.941.416	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(9.871.749)	(20.616.059)			(25.370.395)	(9.947.016)	(20.728.553)		(25.699.168)	
Ganhos de capital	22	6.249	13.641			23.388	891.186	995.372		671.731	
Outras receitas/(despesas)		(1.890.122)	(4.298.243)			(3.576.114)	(2.250.664)	(4.164.743)		(4.164.743)	
Despesas da Intermediação Financeira		(37.644.234)	(87.736.609)			(96.421.522)	(35.523.155)	(82.244.882)		(85.121.696)	
Insumos Adquiridos de Terceiros		(3.939.883)	(7.668.029)			(7.949.677)	(3.873.616)	(7.545.102)		(7.807.612)	
Materiais, água, energia e gás	21.c	(290.215)	(585.253)			(580.519)	(303.434)	(613.024)		(604.431)	
Serviços de terceiros	21.c	(419.360)	(830.679)			(826.614)	(856.939)	(866.372)		(856.294)	
Comunicações	21.c	(390.007)	(779.104)			(929.980)	(425.307)	(862.758)		(1.034.617)	
Processamento de dados	21.c	(395.442)	(764.887)			(658.267)	(180.645)	(383.669)		(321.245)	
Transporte	21.c	(467.482)	(921.336)			(1.047.309)	(496.683)	(984.001)		(1.114.216)	
Serviços de vigilância e segurança	21.c	(585.242)	(1.140.938)			(1.203.560)	(598.463)	(1.169.188)		(1.244.514)	
Serviços do sistema financeiro	21.c	(326.958)	(661.724)			(633.194)	(372.320)	(744.726)		(744.457)	
Propaganda e publicidade	21.c	(238.128)	(395.557)			(374.874)	(250.987)	(420.855)		(394.553)	
Manutenção e conservação de bens	21.c	(486.717)	(966.106)			(1.029.425)	(376.482)	(715.937)		(706.984)	
Outras		(340.332)	(622.445)			(665.935)	(412.356)	(754.572)		(786.301)	
Valor Adicionado Bruto		19.226.978	33.830.835			34.679.680	25.941.638	47.396.627		46.258.785	
Despesas de amortização/depreciação	21.c	(1.477.965)	(2.943.802)			(4.260.862)	(1.586.231)	(3.157.991)		(4.456.598)	
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade		17.749.013	30.887.033			30.418.818	24.355.407	44.238.636		41.802.187	
Valor Adicionado Recebido em Transferência		4.168.885	9.335.264			7.456.940	1.649.477	3.741.668		3.962.261	
Resultado de participações em coligadas e controladas		4.168.885	9.335.264			7.456.940	1.649.477	3.741.668		3.962.261	
Valor Adicionado a Distribuir		21.917.898	40.222.297	100,00%	100,00%	37.875.758	26.004.884	47.980.304	100,00%	45.764.448	
Valor Adicionado Distribuído		21.917.898	40.222.297	100,00%	100,00%	37.875.758	26.004.884	47.980.304	100,00%	45.764.448	
Pessoal		9.614.946	18.735.006	43,87%	46,58%	17.919.023	10.223.896	20.015.992	41,72%	19.495.827	
Salários e honorários		6.121.522	11.819.288			11.371.826	6.580.867	12.792.812		12.633.072	
Participação de empregados e administradores no lucro		889.152	1.633.382			1.415.853	890.797	1.638.453		1.422.159	
Benefícios e treinamentos		1.543.562	3.069.386			3.031.793	1.612.401	3.201.469		3.163.477	
FGTS		378.514	740.589			735.922	390.688	765.326		760.173	
Outros encargos		682.196	1.472.361			1.363.629	749.143	1.617.932		1.516.946	
Impostos, Taxas e Contribuições		4.828.236	7.547.995	22,03%	18,76%	7.591.461	7.477.124	12.342.587	25,72%	12.040.525	
Federais		4.292.815	6.483.587			6.592.054	6.639.750	10.678.502		10.474.329	
Estaduais		344	1.042			1.002	344	1.042		1.002	
Municipais		535.077	1.063.366			998.405	837.030	1.663.043		1.565.194	
Remuneração de Capitais de Terceiros		661.028	1.290.493	3,01%	3,21%	1.484.176	694.882	1.363.850	2,84%	1.567.286	
Aluguéis	21.c	661.028	1.290.493			1.484.176	694.882	1.363.850		1.567.286	
Remuneração de Capitais Próprios	23.g	6.813.688	12.648.803	31,09%	31,45%	10.881.098	7.608.982	14.257.875	29,72%	12.660.810	
Juros sobre capital próprio da União		1.714.743	2.618.355			1.715.555	1.714.743	2.618.355		1.715.555	
Juros sobre capital próprio de outros acionistas		1.665.699	2.543.467			1.513.398	1.665.699	2.543.467		1.513.398	
Juros sobre o instrumento elegível ao capital da União	--	--	--			--	152.933	255.752		97.343	
Lucro retido		3.433.246	7.486.981			7.652.145	3.444.831	7.444.452		7.684.480	
Participação dos não controladores nos lucros retidos	--	--	--			--	630.776	1.395.849		1.650.034	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

I - O BANCO E SUAS OPERAÇÕES

O Banco do Brasil S.A. (Banco do Brasil ou Banco) é uma companhia aberta de direito privado, de economia mista, que explora atividade econômica, na forma do artigo 173 da Constituição Federal, regida, sobretudo, pela legislação aplicável às sociedades por ações, controlada pelo Governo Federal, e pelas Leis n.º 4.595/64, n.º 13.303/16 e seu respectivo Decreto regulamentador. Sua matriz está localizada no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Brasília, Distrito Federal, Brasil. O Banco tem por objeto a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas, inclusive nas operações de câmbio e nas atividades complementares, destacando-se seguros, previdência privada, capitalização, corretagem de títulos e valores mobiliários, administração de cartões de crédito/débito, consórcios, fundos de investimentos e carteiras administradas e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

Como agente de execução da política creditícia e financeira do Governo Federal, compete ao Banco, de modo a contribuir para o interesse público que justifica sua criação, exercer as seguintes funções atribuídas nas leis brasileiras, especificamente as previstas no art. 19 da Lei n.º 4.595/1964: (i) ser o agente financeiro do Tesouro Nacional; (ii) ser o principal executor dos serviços bancários de interesse do Governo Federal, inclusive suas autarquias; (iii) arrecadar depósitos voluntários, à vista, das instituições financeiras; (iv) executar os serviços de compensação de cheques e outros papéis; (v) realizar operações de compra e venda de moeda estrangeira por conta própria e, nas condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, por conta do Banco Central do Brasil; (vi) realizar recebimentos ou pagamentos e outros serviços de interesse do Banco Central do Brasil; (vii) financiar a aquisição e instalação da pequena e média propriedade rural; (viii) difundir e orientar o crédito; entre outras atribuições. Com mais de 200 anos, o Banco atua de forma responsável para promover a inclusão social por meio da geração de emprego e renda.

O Banco financia o custeio da produção e a comercialização de produtos agropecuários, estimula os investimentos rurais como armazenamento, beneficiamento, industrialização de produtos agrícolas e modernização de máquinas e implementos, além da adequação de propriedades rurais à legislação ambiental. Assim, o Banco apoia o agronegócio brasileiro em todas as etapas da cadeia produtiva.

O Banco oferece às Micro e Pequenas Empresas (MPE) soluções de capital de giro, financiamentos de investimentos e comércio exterior, além de várias outras opções relacionadas a fluxo de caixa, seguridade, previdência e serviços. Os vários segmentos de Pessoas Jurídicas, incluindo Microempreendedores Individuais (MEI), encontram desde alternativas financeiras até modelos de negócios que promovem a transição para uma economia inclusiva.

No financiamento ao comércio exterior, o Banco opera instrumentos de política pública de desenvolvimento produtivo, empreendedorismo, inclusão social e financeira, entre eles o Programa de Geração e Renda (Proger) Exportação e o Programa de Financiamento às Exportações (Proex), no qual é agente exclusivo do Governo Federal.

Outras informações a respeito das empresas que compõem o Conglomerado Banco do Brasil e a descrição dos segmentos de negócio em que o Banco opera estão relacionadas nas Notas 3 e 5, respectivamente.

2 - REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS

Transferência de Ações Banco Patagonia

Em 06.09.2018, foi realizada a transferência de 154.014.912 ações escriturais dos acionistas minoritários do Banco Patagonia S.A. (Patagonia) para o Banco do Brasil, conforme fato relevante, divulgado naquela data.

Com a operação, o Banco passou a ser titular de 578.116.870 ações ordinárias escriturais classe B e reconhecer 80,3894% do resultado gerado pelo Patagonia. A operação gerou ágio de R\$ 606.414 mil.

Acordo de Reestruturação de Parceria com Grupo Segurador BB Mapfre

Em 26.06.2018, o Banco comunicou, por meio de fato relevante ao mercado aprovado pelo seu Conselho de Administração, a reestruturação da parceria com o Grupo Segurador BB Mapfre. Em 30.11.2018, o Banco concluiu a reestruturação, conforme divulgado.

Com a reestruturação, o Banco, juntamente com a BB Seguridade Participações S.A. e a BB Seguros Participações S.A. (BB Seguros), celebrou Acordo de Reestruturação de Parceria com a Mapfre S.A., a Mapfre Internacional S.A. e a Mapfre Brasil Participações S.A. (Mapfre Brasil), que resultou em uma reorganização societária, de acordo com os seguintes atos:

(i) Incorporação pela Mapfre BB SH2 Participações S.A. (SH2) da totalidade das ações representativas do capital social da Mapfre Vida S.A., mediante cisão parcial da BB Mapfre SH1 Participações S.A. (SH1);

(ii) Incorporação pela SH1 da totalidade das ações representativas do capital social da Aliança do Brasil Seguros S.A., mediante cisão parcial desproporcional da SH2.

Após estes atos societários, houve alienação da totalidade das ações ordinárias e preferenciais de emissão da SH2 de titularidade da BB Seguros à Mapfre Brasil pelo valor de R\$ 2,4 bilhões.

3 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável. Nas demonstrações contábeis consolidadas, houve a reclassificação do instrumento elegível ao capital principal - IHCD para o patrimônio líquido. Esse procedimento também é adotado para as demonstrações contábeis prudenciais e em IFRS, com o objetivo de melhorar a qualidade e transparência dessas demonstrações contábeis consolidadas.

A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, valorização de instrumentos financeiros, ativos e passivos relacionados a benefícios pós-emprego a empregados e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

As demonstrações contábeis individuais contemplam as operações do Banco do Brasil realizadas por suas agências no país e no exterior (BB Banco Múltiplo) e as demonstrações contábeis consolidadas contemplam também as operações de suas controladas, bem como das Entidades de Propósito Específico - Dollar Diversified Payment Rights Finance Company e Loans Finance Company Limited e dos fundos de investimentos financeiros dos quais as empresas do Conglomerado são principais beneficiárias ou detentoras das principais obrigações (Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Companhia Pernambucana de Saneamento – Compesa). Essas demonstrações contábeis consolidadas refletem os ativos, passivos, receitas e despesas do Banco do Brasil e de suas entidades controladas, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas foram eliminados os valores oriundos de transações entre as empresas, compreendendo as participações acionárias de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas, despesas, bem como os lucros não realizados, líquidos dos efeitos tributários. As participações dos não controladores no patrimônio líquido e no resultado foram destacadas nas demonstrações contábeis. As operações de arrendamento mercantil foram consideradas sob a ótica do método financeiro, sendo os valores reclassificados da rubrica de Imobilizado de Arrendamento para a rubrica de Operações de Arrendamento Mercantil, deduzidos dos valores residuais recebidos antecipadamente. Os ganhos e as perdas cambiais das operações das agências estão apresentados nos grupamentos de resultado nos quais são reconhecidos as rendas e encargos sobre essas operações. Os ganhos e as perdas cambiais incidentes sobre os investimentos no exterior são apresentados no grupamento de Despesas de Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses, com o objetivo de anular o efeito da proteção para as oscilações cambiais desses investimentos.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite pronunciamentos e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela CVM. O CMN aprovou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pelo Banco, quando aplicável: CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Evento Subsequente, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.

Adicionalmente, o Bacen editou a Resolução CMN n.º 3.533/2008, cuja vigência iniciou-se em janeiro de 2012, a qual estabeleceu procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

O Banco aplicou, ainda, os seguintes pronunciamentos que não são conflitantes com as normas do Bacen, conforme determina o artigo 22, § 2º, da Lei n.º 6.385/1976: CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA), CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, CPC 22 - Informações por Segmento, CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC 41 - Resultado por Ação.

A aplicação dos normativos que dependem de regulamentação do Bacen reflete, basicamente, em ajustes imateriais ou em alterações na forma de divulgação, exceto nos seguintes pronunciamentos que podem gerar impactos relevantes nas demonstrações contábeis:

CPC 04 (R1) - Ativo Intangível e CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios - a) reclassificação dos ativos intangíveis identificados na aquisição de participação no Banco Votorantim, ocorrida em 2009, bem como na aquisição do controle do Banco Patagonia, em 2011, e do BB Americas, em 2012, da conta de Investimentos para a conta de Intangível, no grupamento do Ativo Não Circulante - Permanente; b) não reconhecimento de despesas de amortização de ágio por expectativa de rentabilidade futura oriundos das aquisições; e, c) reconhecimento de despesa de amortização de intangíveis com vida útil definida, identificados nas aquisições.

CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto - a) registro a valor justo das participações societárias recebidas na parceria de formação das *joint ventures* BB Mapfre SH1 e Mapfre BB SH2, em 30.06.2011; b) baixa dos ativos contribuídos pelo Banco do Brasil, incluindo qualquer ágio, pelo valor contábil; e, c) reconhecimento do resultado da transação nas novas sociedades constituídas pela proporção das participações societárias.

CPC 48 - Instrumentos Financeiros - a) adaptação do conjunto completo de demonstrações contábeis, para atendimento aos requerimentos de apresentação, no tocante à classificação dos ativos (custo amortizado, valor justo por meio do resultado – VJR e valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA); b) ajuste no cálculo das perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) – PCLD dos ativos financeiros, em virtude da apuração com base em um modelo prospectivo de perdas esperadas; c) inclusão de modelo de contabilidade geral de *hedge*, com o intuito de melhor alinhar a contabilidade de *hedge* com a gestão de riscos.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho Diretor em 11.02.2019.

a) Participações Societárias Incluídas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas, Segregadas por Segmentos de Negócios:

	Atividade	Moeda funcional	31.12.2018	31.12.2017
			% de Participação	
Segmento Bancário				
Banco do Brasil AG	Bancária	Real	100,00%	100,00%
BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	Arrendamento	Real	100,00%	100,00%
BB Securities Asia Pte. Ltd.	Corretora	Real	100,00%	100,00%
Banco do Brasil Securities LLC.	Corretora	Real	100,00%	100,00%
BB Securities Ltd.	Corretora	Real	100,00%	100,00%
BB USA Holding Company, Inc.	Holding	Real	100,00%	100,00%
BB Cayman Islands Holding	Holding	Real	100,00%	100,00%
Banco do Brasil Americas	Bancária	Dólar Americano	100,00%	100,00%
Banco Patagonia S.A.	Bancária	Peso Argentino	80,39%	58,97%
Segmento Investimentos				
BB Banco de Investimento S.A.	Banco de Investimento	Real	100,00%	100,00%
Segmento Gestão de Recursos				
BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Administração de Ativos	Real	100,00%	100,00%
Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Administração de Ativos	Real	99,62%	99,62%
Segmento Seguros, Previdência e Capitalização				
BB Seguridade Participações S.A. ⁽¹⁾	Holding	Real	66,36%	66,36%
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. ⁽¹⁾	Corretora	Real	66,36%	66,36%
BB Seguros Participações S.A. ⁽¹⁾	Holding	Real	66,36%	66,36%
Segmento Meios de Pagamento				
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	Prestação de Serviços	Real	100,00%	100,00%
BB Elo Cartões Participações S.A.	Holding	Real	100,00%	100,00%
Outros Segmentos				
Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros	Aquisição de Créditos	Real	100,00%	100,00%
Ativos S.A. Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	Aquisição de Créditos	Real	100,00%	100,00%
BB Administradora de Consórcios S.A.	Consórcio	Real	100,00%	100,00%
BB Tur Viagens e Turismo Ltda. ⁽²⁾	Turismo	Real	100,00%	100,00%
BB Asset Management Ireland Limited	Aquisição de Créditos	Real	100,00%	100,00%
BB Tecnologia e Serviços ⁽¹⁾	Informática	Real	99,99%	99,99%

(1) Refere-se ao percentual de participação efetiva, considerando as aquisições de ações pela própria investida, mantidas em tesouraria.

(2) Demonstrações contábeis para consolidação relativas a novembro/2018.

Informações para Efeito de Comparabilidade

Foram realizadas, para efeito de comparabilidade, de forma a evidenciar melhor a essência das operações, as seguintes reclassificações:

Demonstração do Resultado – BB Múltiplo

Controle de despesas administrativas do grupamento Outras Despesas Administrativas para Outras Despesas Operacionais.

Exercício/2017	Divulgação Anterior	Reclassificações	Saldos Ajustados
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(14.547.675)	--	(14.547.675)
Outras despesas administrativas	(15.715.249)	1.404.593	(14.310.656)
Outras despesas operacionais	(9.551.306)	(1.404.593)	(10.955.899)

Demonstração do Resultado – BB Consolidado

Controle de despesas administrativas do grupamento Outras Despesas Administrativas para Outras Despesas Operacionais.

Reversão de demandas judiciais do grupamento Outras Receitas Operacionais para Despesas de Pessoal e Outras Despesas Operacionais.

Exercício/2017	Divulgação Anterior	Reclassificações	Saldos Ajustados
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(14.026.526)	--	(14.026.526)
Despesas de Pessoal	(20.576.963)	1.987	(20.574.976)
Outras despesas administrativas	(15.835.524)	1.318.805	(14.516.719)
Outras receitas operacionais	8.293.294	(66.444)	8.226.850
Outras despesas operacionais	(10.328.507)	(1.254.348)	(11.582.855)

Balanço Patrimonial - BB Múltiplo

Aquisição de recebíveis de cartões de crédito do grupamento Outros Créditos para Relações Interfinanceiras.

Exercício/2017	Divulgação Anterior	Reclassificações	Saldos Ajustados
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	75.167.431	3.467.187	78.634.618
Pagamentos e recebimentos a liquidar	4.069	3.467.187	3.471.256
OUTROS CRÉDITOS	187.667.805	(3.467.187)	184.200.618
Outros Créditos – Diversos	164.788.003	(3.467.187)	161.320.816

Balanço Patrimonial - BB Consolidado

Aquisição de recebíveis de cartões de crédito do grupamento Outros Créditos para Relações Interfinanceiras.

Exercício/2017	Divulgação Anterior	Reclassificações	Saldos Ajustados
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	75.167.431	3.467.187	78.634.618
Pagamentos e recebimentos a liquidar	4.069	3.467.187	3.471.256
OUTROS CRÉDITOS	191.161.809	(3.467.187)	187.694.622
Outros Créditos – Diversos	170.213.816	(3.467.187)	166.746.629

I - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas pelo Banco do Brasil são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis e de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas.

a) Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b) Mensuração a Valor Presente

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob controle do Banco, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em ouro, aplicações em operações compromissadas – posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

e) Títulos e Valores Mobiliários – TVM

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da Administração do Banco em três categorias distintas, conforme Circular Bacen n.º 3.068/2001:

Títulos para Negociação: títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados ativa e frequentemente, ajustados mensalmente pelo valor de mercado. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período;

Títulos Disponíveis para Venda: títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados mensalmente ao valor de mercado e suas valorizações e desvalorizações registradas, líquidas dos efeitos tributários, em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido; e

Títulos Mantidos até o Vencimento: títulos e valores mobiliários que o Banco tem e dispõe de capacidade financeira e intenção para manter até o vencimento. Esses títulos não são ajustados pelo valor de mercado. A capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que desconsidera a possibilidade de venda desses títulos.

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, a divulgação de preço indicativo pela Anbima, ou a relação entre o PU e o valor de negócio mais recente nos últimos 30 dias, ou ainda o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de risco de crédito, perspectiva interna de perda esperada, valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índice de preços e moedas e instrumentos financeiros semelhantes.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independente de como estão classificados, são apropriados *pro rata die*, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos – IFD

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço de fechamento, ou de ajuste, quando for o caso, no dia da apuração ou, na falta desse, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização, ou ainda, o preço de instrumento financeiro semelhante, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, o risco de crédito e a moeda ou indexador.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de ativos ou passivos financeiros, compromisso ou transação futura prevista, são considerados instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de Risco de Mercado: os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de *hedge*, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período; e

Hedge de Fluxo de Caixa: para os instrumentos financeiros enquadrados nessa categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registra-se, líquida dos efeitos tributários, na conta Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de *hedge*, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para *hedge*, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

g) Operações de Crédito, de Arrendamento Mercantil, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal. Para as operações anormais com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis de risco, conforme facultado pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como de risco nível H são baixadas contra a provisão existente, após decorridos seis meses de classificação nesse nível de risco, desde que apresente atraso superior a 180 dias.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Admite-se a reclassificação para categoria de menor risco quando houver amortização significativa da operação ou quando houver fatos novos relevantes que justifiquem a mudança do nível de risco, conforme Resolução CMN n.º 2.682/1999.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999 (Nota 10.e).

h) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda (15,00% + adicional de 10,00%)	25,00%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL ⁽¹⁾	20,00%
PIS/Pasep ⁽²⁾	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins ⁽²⁾	4,00%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	Até 5,00%

(1) Alíquota aplicada às empresas financeiras e às empresas não financeiras do ramo de seguros privados e de capitalização, desde 01.09.2015 (a alíquota era de 15% até 31.08.2015). A partir de janeiro de 2019, a alíquota voltará a ser 15%. Para as demais empresas não financeiras, a alíquota de CSLL corresponde a 9%.

(2) Para as empresas não financeiras optantes do regime de apuração não cumulativo, a alíquota do PIS/Pasep é de 1,65% e da Cofins é de 7,6%.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN n.ºs 3.355/2006, 4.192/2013 e 4.441/2015, e estão suportados por estudo de capacidade de realização. Os créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da Contribuição Social de 15% para 20% estão sendo reconhecidos no montante suficiente para seu consumo até o final da vigência da nova alíquota (31.12.2018), conforme Lei n.º 13.169/2015.

i) Despesas Antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço ao Banco ocorrerão durante os exercícios seguintes. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

j) Ativo Permanente

Investimentos: os investimentos em empresas controladas e coligadas com influência significativa ou com participação de 20% ou mais no capital votante e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliados por equivalência patrimonial com base no valor do patrimônio líquido da controlada ou coligada.

Nas demonstrações contábeis consolidadas, as empresas controladas são consolidadas integralmente e as empresas coligadas e controladas em conjunto são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial.

Os ágios correspondentes ao valor pago excedente ao valor justo dos investimentos adquiridos, decorrentes da expectativa de rentabilidade futura, estão sustentados pelas avaliações econômico-financeiras que fundamentaram o preço de compra dos negócios, são amortizados com base nas projeções de resultado anual constantes nos respectivos estudos econômico-financeiros e são submetidos anualmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos.

Os demais investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas por desvalorização (imparidade), quando aplicável.

Imobilizado de Uso: o ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido das perdas decorrentes de redução ao valor recuperável de ativos e da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear pelo prazo de vida útil do ativo (Nota 15).

Intangível: o ativo intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pelo Banco, destinados à manutenção ou exercidos com essa finalidade.

Um ativo satisfaz o critério de identificação de um ativo intangível quando: for separável, ou seja, puder ser separado da empresa e vendido, transferido ou licenciado, alugado ou trocado individualmente ou junto a um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso ou resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da empresa ou de outros direitos e obrigações.

Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente aos desembolsos para aquisição de direitos para prestação de serviços bancários (direitos de gestão de folhas de pagamento), amortizados de acordo com os prazos dos contratos; e *softwares*, amortizados pelo método linear pelo prazo de vida útil a partir da data da sua disponibilidade para uso. Os ativos intangíveis são ajustados por perda por desvalorização (imparidade), quando aplicável (Nota 16). A amortização dos ativos intangíveis é contabilizada em Outras Despesas Administrativas.

k) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros – Imparidade

Ao final de cada período de reporte, o Banco avalia, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa ter sofrido desvalorização. Se houver indicação de desvalorização, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Independentemente de haver indicação de desvalorização, o Banco testa o valor recuperável dos ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso e dos ágios na aquisição de investimentos, no mínimo anualmente. Esse teste é realizado a qualquer momento do ano, sempre na mesma época.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável pelo registro de perda por desvalorização (imparidade), reconhecida na Demonstração do Resultado.

Metodologias aplicadas na avaliação do valor recuperável dos principais ativos não financeiros:Imobilizado de Uso

Terrenos e edificações – na apuração do valor recuperável de terrenos e edificações, são efetuadas avaliações técnicas em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Sistemas de processamento de dados – na apuração do valor recuperável dos itens relevantes que compõem os sistemas de processamento de dados, são considerados o valor de mercado para itens com valor de mercado disponível ou o valor passível de ser recuperado pelo uso nas operações do Banco para os demais itens, cujo cálculo considera a projeção dos fluxos de caixa dos benefícios decorrentes do uso de cada bem durante a sua vida útil, descontada a valor presente com base na taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI.

Outros itens do imobilizado – embora sejam sujeitos à análise de indicativo de perda, os demais bens do imobilizado de uso são individualmente de pequeno valor e, em face da relação custo-benefício, o Banco não avalia o valor recuperável desses itens individualmente. No entanto, o Banco realiza inventário anualmente, onde os bens perdidos ou deteriorados são baixados na contabilidade.

Investimentos e Ágio na Aquisição de Investimentos

A metodologia de apuração do valor recuperável dos investimentos e dos ágios por expectativa de rentabilidade futura consiste em mensurar o resultado esperado do investimento por meio de fluxo de caixa descontado. Para mensurar esse resultado, as premissas adotadas são baseadas em i) projeções das operações, resultados e planos de investimentos das empresas; ii) cenários macroeconômicos desenvolvidos pelo Banco; e iii) metodologia interna de apuração do custo do capital baseado no modelo Capital Asset Pricing Model – CAPM.

Intangível

Direitos de Gestão de Folhas de Pagamento – o modelo de avaliação do valor recuperável dos direitos de gestão de folhas de pagamento está relacionado ao acompanhamento da performance dos contratos, calculada a partir das margens de contribuição de relacionamento dos clientes vinculados a cada contrato, de forma a verificar se as projeções que justificaram a aquisição do ativo correspondem à performance observada. Para os contratos que não atingem a performance esperada, é reconhecida uma provisão para perda por imparidade.

Softwares – os *softwares*, substancialmente desenvolvidos internamente de acordo com as necessidades do Banco, são constantemente objeto de investimentos para modernização e adequação às novas tecnologias e necessidades dos negócios. Em razão de não haver similares no mercado, bem como do alto custo para se implantar métricas que permitam o cálculo do seu valor em uso, o teste de recuperabilidade dos *softwares* consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um *software* entra em desuso, seu valor é baixado na contabilidade.

As perdas registradas no resultado para ajuste ao valor recuperável desses ativos, quando houver, são demonstradas nas respectivas notas explicativas.

I) Benefícios a Empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade do Banco relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovado pela Deliberação CVM n.º 695/2012 e pela Resolução CMN n.º 4.424/2015 (Nota 26). As avaliações são realizadas semestralmente.

Nos planos de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Sendo assim, a contabilização dos custos é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação do Banco. Consequentemente, nenhum cálculo atuarial é requerido na mensuração da obrigação ou da despesa e não existe ganho ou perda atuarial.

Nos planos de benefício definido, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente na entidade patrocinadora. Assim, a contabilização dos custos exige a mensuração das obrigações e despesas do plano, existindo a possibilidade de ocorrer ganhos e perdas atuariais, podendo originar o registro de um passivo quando o montante das obrigações atuariais ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, ou de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

O Banco reconhece os componentes de custo de benefício definido no próprio período em que foi realizado o cálculo atuarial, de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, sendo que:

- o custo do serviço corrente e os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidos no resultado do período; e
- as remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidos em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido da empresa, líquido dos efeitos tributários.

As contribuições devidas pelo Banco aos planos de assistência médica, em alguns casos, permanecem após a aposentadoria do empregado. Sendo assim, as obrigações do Banco são avaliadas pelo valor presente atuarial das contribuições que serão realizadas durante o período esperado de vinculação dos associados e beneficiários ao plano. Tais obrigações são avaliadas e reconhecidas utilizando-se os mesmos critérios dos planos de benefício definido.

m) Depósitos e Captações no Mercado Aberto

Os depósitos e captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

n) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009 (Nota 27).

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

Uma provisão para os passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente, da seguinte forma:

Método Massificado: processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, e cujo valor não seja considerado relevante, segundo parâmetro estatístico. Abrange os processos do tipo judicial de natureza cível, fiscal ou trabalhista (exceto processos de natureza trabalhista movidos por sindicatos da categoria e todos os processos classificados como estratégicos) com valor provável de condenação, estimado pelos assessores jurídicos, de até R\$ 1 milhão.

Método Individualizado: processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a avaliação de assessores jurídicos. Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial.

Os passivos contingentes, de mensuração individualizada, classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, sendo divulgados em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

o) Despesas Associadas a Captações de Recursos

Nas operações de captação de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas associadas são apropriadas ao resultado de acordo com a fluência do prazo da operação e apresentadas como redutoras do passivo correspondente.

p) Outros Ativos e Passivos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base *pro rata die* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

q) Lucro por Ação

A divulgação do lucro por ação é efetuada de acordo com os critérios definidos no CPC 41 – Resultado por Ação, aprovado pela Deliberação CVM n.º 636/2010. O lucro básico e diluído por ação do Banco foi calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias totais, excluídas as ações em tesouraria (Nota 23.f). O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações. Assim, o lucro básico e o diluído por ação são iguais.

r) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Banco. A moeda funcional, que é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera, é o Real para a maioria das entidades do Conglomerado (Nota 3).

As demonstrações contábeis das agências e controladas no exterior seguem os critérios contábeis vigentes no Brasil e são convertidas para a moeda Real pelo critério de taxas correntes, conforme previsto na Circular Bacen n.º 2.397/1993 e na Resolução CMN n.º 4.524/2016, e seus efeitos são reconhecidos no resultado, por meio da equivalência patrimonial para as que possuem moeda funcional igual a moeda nacional, e no Patrimônio Líquido, para as que possuem moeda funcional diferente da moeda nacional.

5 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento foram elaboradas considerando os critérios utilizados pelo Conselho Diretor na avaliação de desempenho, na tomada de decisões quanto à alocação de recursos para investimento e outros fins, considerando-se ainda o ambiente regulatório e as semelhanças entre produtos e serviços. Essas informações são preparadas com base em relatórios internos de gestão (Consolidado Gerencial), os quais são revisados regularmente pela Administração.

As práticas contábeis adotadas no Consolidado Gerencial diferem daquelas descritas no resumo das principais práticas contábeis do BB Consolidado (Nota 4.j) em função dos investimentos em entidades controladas em conjunto serem consolidados proporcionalmente à participação do Banco.

As operações do Banco são substancialmente realizadas no país e estão divididas basicamente em cinco segmentos: bancário, investimentos, gestão de recursos, seguridade (seguros, previdência e capitalização) e meios de pagamento. Além desses, o Banco participa de atividades econômicas tais como consórcios e outros serviços, que foram agregadas em Outros Segmentos.

A mensuração do resultado gerencial e do patrimônio gerencial por segmentos leva em conta todas as receitas e despesas bem como todos os ativos e passivos apurados pelas empresas controladas (Nota 3) e controladas em conjunto (Nota 14). Não há receitas ou despesas nem ativos ou passivos comuns alocados entre os segmentos por qualquer critério de distribuição.

As transações entre segmentos são eliminadas na coluna Eliminações Intersegmentos e são realizadas em condições e taxas compatíveis com os praticados com terceiros quando aplicável. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

O Banco não possui cliente que seja responsável por mais de 10% da receita líquida total da instituição.

a) Segmento Bancário

Resultado obtido preponderantemente no Brasil em grande diversidade de produtos e serviços, tais como depósitos, operações de crédito e prestação de serviços, que são disponibilizados aos clientes por meio dos mais variados canais de distribuição situados no país e no exterior.

As operações do segmento bancário abrangem os negócios com os mercados de varejo, atacado e governo, realizados por meio de rede e equipes de atendimento, e os negócios com microempreendedores e o setor informal, realizados por intermédio de correspondentes bancários.

b) Segmento de Investimentos

Nesse segmento, são realizados negócios no mercado de capitais doméstico, com atuação na intermediação e distribuição de dívidas no mercado primário e secundário, além de participações societárias e da prestação de serviços financeiros.

O resultado da intermediação financeira do segmento é obtido por meio de receitas auferidas nas aplicações em títulos e valores mobiliários deduzidas das despesas de captação de recursos junto a terceiros. As participações acionárias existentes estão concentradas nas empresas coligadas e controladas em conjunto. As receitas de prestação de serviços financeiros resultam de assessorias econômico-financeiras, de *underwriting* de renda fixa e variável.

c) Segmento de Gestão de Recursos

Composto essencialmente pelas operações inerentes à compra, venda, e custódia de títulos e valores mobiliários, administração de carteiras e administração de fundos e clubes de investimento. As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos investidores pela prestação desses serviços.

d) Segmento de Seguros, Previdência e Capitalização

Nesse segmento, são oferecidos produtos e serviços relacionados a seguros de vida, patrimonial e automóvel, planos de previdência complementar e títulos de capitalização.

O resultado advém principalmente das receitas com prêmios de seguros emitidos, contribuições de planos de previdência, títulos de capitalização e aplicações em títulos e valores mobiliários, deduzidas das despesas de comercialização, provisões técnicas e despesas com benefícios e resgates.

e) Segmento de Meios de Pagamento

Composto pela prestação dos serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações em meio eletrônico.

As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos estabelecimentos comerciais e bancários pela prestação dos serviços descritos no parágrafo anterior, além das rendas de aluguel, instalação e manutenção de terminais eletrônicos.

f) Outros Segmentos

Compreende os segmentos de consórcios e outros serviços, que foram agregados por não serem individualmente representativos.

Suas receitas são oriundas principalmente da prestação de serviços não contemplados nos segmentos anteriores, tais como: recuperação de créditos, administração de consórcios, desenvolvimento, fabricação, comercialização, aluguel e integração de equipamentos e sistemas de eletrônica digital, periféricos, programas, insumos e suprimentos de informática, além da intermediação de passagens aéreas, hospedagens e organização de eventos.

g) Informações sobre clientes externos por região geográfica

	Exercício/2018		Exercício/2017	
	Brasil	Exterior	Brasil	Exterior
Receitas com clientes externos	169.315.151	7.268.150	182.868.533	(1.542.533)
Receitas da intermediação financeira	128.608.139	5.879.724	145.558.903	(3.120.046)
Operações de crédito e arrendamento mercantil ⁽¹⁾	83.293.199	3.397.197	88.866.198	(4.941.252)
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	39.456.809	2.143.717	50.562.484	1.581.562
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	478.092	90.838	(449.275)	(15.999)
Resultado de operações de câmbio e aplicações compulsórias	4.525.088	241.255	4.964.131	255.643
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	854.951	6.717	1.615.365	--
Outras receitas	40.707.012	1.388.426	37.309.630	1.577.513
Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias	26.142.325	1.272.367	24.725.368	1.216.048
Resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto	3.770.960	(29.292)	3.962.261	--
Demais receitas	10.793.727	145.351	8.622.001	361.465
Ativo não circulante ⁽²⁾	29.927.085	365.755	31.399.092	432.673

(1) Inclui variação cambial negativa entre moedas estrangeiras, referente a operações no exterior, no montante de R\$ 7.914.498 mil no exercício/2017.

(2) Exceto instrumentos financeiros, impostos diferidos ativos e ativos de benefício pós-emprego.

Nos exercícios de 2018 e 2017 as receitas auferidas no exterior foram originadas principalmente em operações realizadas pelas dependências localizadas na América do Sul e América do Norte.

Demonstrações Contábeis
Notas Explicativas
Exercício 2018

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

h) Informações Gerenciais por Segmento reconciliadas com o Contábil

	Exercício/2018									
	Informações Gerenciais por Segmento					Reconciliação do Gerencial para o Contábil				
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguros, previdência e capitalização	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Eliminações Intergsegmentos	Consolidado Gerencial	Ajustes de consolidação	BB Consolidado
Receitas da intermediação financeira	140.178.114	123.027	61.492	3.493.007	695.932	183.271	(354.011)	144.380.832	(9.892.969)	134.487.863
Operações de crédito e arrendamento mercantil	91.852.181	--	--	--	--	65.465	(70.825)	91.846.821	(5.156.425)	86.690.396
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	42.855.501	47.570	61.492	27.836	647.097	118.277	(403.717)	43.354.056	(1.753.530)	41.600.526
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	123.368	75.457	--	--	48.835	--	--	247.660	321.270	568.930
Resultado de operações de câmbio e aplicações compulsórias	4.884.717	--	--	--	--	(471)	--	4.884.246	(117.903)	4.766.343
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	462.347	--	--	--	--	--	--	462.347	399.321	861.668
Resultado financeiro de operações de seguros, previdência e capitalização	--	--	--	3.465.171	--	--	120.531	3.585.702	(3.585.702)	--
Despesas da intermediação financeira	(107.221.877)	(239.769)	--	(2.794.912)	(23.693)	(154.927)	711.868	(109.723.310)	6.749.875	(102.973.435)
Operações de captação no mercado	(66.386.891)	(239.769)	--	--	--	(153.480)	711.362	(66.088.778)	2.655.202	(63.413.576)
Operações de empréstimos, cessões, repasses e arrendamento mercantil	(18.780.156)	--	--	--	(23.693)	(1.447)	506	(18.804.790)	292.101	(18.512.689)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(21.735.165)	--	--	--	--	--	--	(21.735.165)	1.006.612	(20.728.553)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(319.665)	--	--	--	--	--	--	(319.665)	1.048	(318.617)
Atualização e juros de provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	--	--	--	(2.794.912)	--	--	--	(2.794.912)	2.794.912	--
Outras receitas	31.067.675	1.286.479	2.361.297	8.232.826	5.443.035	2.714.485	(2.197.829)	48.907.968	(6.812.530)	42.095.438
Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias	20.971.425	928.054	2.354.738	2.652.267	5.056.486	2.016.306	(1.534.340)	32.445.536	(5.030.844)	27.414.692
Resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto	138.754	110.210	--	522.714	74.639	--	(574.320)	271.987	3.469.671	3.741.668
Resultado operacional com seguros, previdência e capitalização	--	--	--	4.577.145	--	--	180.717	4.757.862	(4.757.862)	--
Demais receitas	9.957.496	247.615	6.559	480.700	311.910	698.179	(269.886)	11.432.573	(493.495)	10.939.078
Outras despesas	(53.655.694)	(379.213)	(345.083)	(2.517.629)	(4.010.336)	(1.666.162)	1.839.972	(60.734.145)	7.787.975	(52.946.170)
Despesas de pessoal	(20.917.329)	(58.072)	(96.372)	(439.660)	(240.063)	(10.706)	(22.117.875)	(22.117.875)	1.218.851	(20.899.024)
Outras despesas administrativas	(10.835.256)	(65.794)	(45.778)	(657.716)	(540.202)	(444.005)	1.542.553	(11.046.198)	1.385.120	(9.661.078)
Amortização	(1.840.500)	(141.696)	--	(83.021)	(110.689)	(3.537)	--	(2.179.452)	213.053	(1.966.399)
Depreciação	(1.189.963)	--	--	(14.204)	(12.903)	(17.981)	--	(1.235.051)	43.459	(1.191.592)
Despesas tributárias	(4.311.823)	(81.812)	(161.084)	(775.837)	(533.066)	(300.424)	--	(6.164.046)	1.110.310	(5.053.736)
Demais despesas	(14.560.823)	(31.839)	(41.849)	(547.191)	(2.573.404)	(523.130)	286.713	(17.991.523)	3.817.182	(14.174.341)
Resultado antes dos tributos e participações	10.368.218	790.524	2.077.706	6.413.292	2.104.938	1.076.667	--	22.831.345	(2.167.649)	20.663.696
Imposto de renda e contribuição social	(2.243.413)	(313.733)	(922.480)	(2.320.631)	(674.765)	(318.928)	--	(6.793.960)	2.025.592	(4.767.368)
Participação de empregados e administradores no lucro	(1.724.666)	--	(2.674)	(29.853)	(19.920)	(2.397)	--	(1.779.510)	141.057	(1.638.453)
Participação dos não controladores	(220.332)	--	--	(1.175.516)	--	(1)	--	(1.395.849)	--	(1.395.849)
Lucro líquido	6.179.807	476.791	1.152.542	2.887.292	1.410.253	755.341	--	12.862.026	--	12.862.026
Saldo Patrimônials										
Aplicações interfinanceiras de liquidez	424.023.121	181.127	1.370.018	6.043.663	661.672	3.865.561	(15.265.232)	420.879.930	(5.788.333)	415.091.597
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	161.062.827	630.770	24.270	206.288.725	6.555.015	315.937	(98.834)	374.748.710	(223.652.245)	151.096.465
Operações de crédito e arrendamento mercantil, líquido de provisões	570.318.141	--	--	--	--	--	(30.000)	570.288.141	(21.076.562)	549.211.579
Investimentos	15.244.513	5.789.147	39.637	873.674	965.137	27	(17.364.240)	11.425.296	16.973.191	284.770.884
Demais Ativos	290.156.378	1.081.129	380.987	8.763.691	23.325.529	1.509.190	(9.163.863)	316.053.014	(31.282.157)	284.770.884
TOTAL DO ATIVO	1.460.804.980	7.682.173	1.814.912	221.939.753	31.507.353	5.690.715	(41.922.169)	1.687.517.717	(270.374.001)	1.417.143.716
Passivo	1.360.040.394	4.512.255	1.676.276	215.587.600	23.093.840	4.163.640	(23.809.170)	1.585.264.835	(270.374.001)	1.314.890.834
Depósitos	492.056.522	3.275.240	--	--	--	--	(3.367.648)	491.964.114	(5.927.343)	486.036.771
Captações no mercado aberto	426.556.494	--	--	--	--	--	(11.989.992)	414.566.502	(11.665.300)	402.901.202
Recursos de ações e emissão de títulos	136.726.635	--	--	--	--	--	--	139.924.014	(15.105.518)	124.818.496
Obrigações por repasses	67.733.353	--	--	--	--	--	--	67.733.353	(1.001.812)	66.731.541
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	--	--	--	205.082.095	--	--	(11.240)	205.070.855	(205.070.855)	--
Demais Passivos	236.967.390	1.237.015	1.676.276	10.505.505	23.093.840	966.261	(8.440.290)	268.005.997	(31.603.173)	234.402.824
Patrimônio Líquido	100.764.586	3.169.918	138.636	6.352.153	8.413.513	1.527.075	(18.112.999)	102.262.892	--	102.262.892
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.460.804.980	7.682.173	1.814.912	221.939.753	31.507.353	5.690.715	(41.922.169)	1.687.517.717	(270.374.001)	1.417.143.716

Demonstrações Contábeis
Notas Explicativas
Exercício 2018

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Exercício/2017										
	Informações Gerenciais por Segmento					Reconciliação do Gerencial para o Contábil				
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguros, previdência e capitalização	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Eliminações Interssegmentos	Consolidado Gerencial	Ajustes de consolidação	BB Consolidado
Receitas da intermediação financeira	148.533.163	209.107	75.475	4.408.288	612.783	181.538	(433.838)	153.586.516	(11.147.659)	142.438.857
Operações de crédito e arrendamento mercantil	89.283.291	--	--	--	--	77.071	(77.071)	89.283.291	(5.358.345)	83.924.946
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	53.900.243	39.748	75.475	105.393	605.344	104.254	(453.772)	54.376.685	(2.232.639)	52.144.046
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	(682.914)	169.359	--	--	7.439	--	--	(676.116)	(210.842)	(465.274)
Resultado de operações de câmbio e aplicações compulsórias	5.280.715	--	--	--	--	213	--	5.280.928	(61.154)	5.219.774
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	921.828	--	--	--	--	--	--	921.828	693.537	1.615.365
Resultado financeiro de operações de seguros, previdência e capitalização	--	--	--	4.302.895	--	--	97.005	4.399.900	(4.399.900)	--
Despesas da intermediação financeira	(115.862.719)	(343.279)	--	(2.926.582)	(27.145)	(128.078)	784.398	(118.503.405)	7.682.541	(110.820.864)
Operações de captação no mercado	(80.738.527)	(343.279)	--	--	--	(128.078)	710.958	(80.498.926)	3.345.260	(77.153.666)
Operações de empréstimos, cessões, repasses e arrendamento mercantil	(8.187.597)	--	--	--	(27.145)	--	73.440	(8.141.302)	259.645	(7.881.657)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(26.777.409)	--	--	--	--	--	--	(26.777.409)	1.078.241	(25.699.168)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(159.186)	--	--	--	--	--	--	(159.186)	72.813	(86.373)
Atualização e juros de provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	--	--	--	(2.926.582)	--	--	--	(2.926.582)	2.926.582	--
Outras receitas	28.716.396	1.269.946	2.130.095	7.632.829	5.551.953	2.593.516	(2.146.993)	45.749.742	(6.862.599)	38.887.143
Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias	20.050.554	872.210	2.110.459	2.674.001	5.003.110	1.777.680	(1.529.410)	30.958.584	(5.017.168)	25.941.416
Resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto	149.050	9.106	--	46.993	(84.696)	--	--	120.453	3.841.808	3.962.261
Resultado operacional com seguros, previdência e capitalização	--	--	19.636	4.363.427	--	--	200.908	4.564.335	(4.564.335)	--
Demais receitas	8.518.792	388.630	--	548.408	633.539	815.856	(818.491)	10.106.370	(1.122.904)	8.983.466
Outras despesas	(53.466.477)	(382.629)	(342.000)	(2.785.002)	(3.562.063)	(1.528.322)	1.796.433	(60.270.060)	7.898.756	(52.371.304)
Despesas de pessoal	(20.548.389)	(58.391)	(90.159)	(543.934)	(374.751)	8.691	--	(21.825.304)	1.250.328	(20.574.976)
Outras despesas administrativas	(11.199.603)	(76.390)	(64.183)	(753.060)	(524.881)	(378.458)	1.492.647	(11.503.928)	1.443.807	(10.060.121)
Amortização	(3.183.481)	(123.518)	--	(123.490)	(90.059)	(3.406)	--	(3.523.954)	221.015	(3.302.939)
Depreciação	(1.153.170)	--	--	(16.930)	(66.928)	(14.863)	--	(1.251.891)	98.232	(1.153.659)
Despesas tributárias	(4.801.891)	(80.387)	(144.948)	(750.939)	(545.574)	(261.970)	--	(6.585.709)	1.103.206	(5.482.503)
Demais despesas	(12.579.943)	(43.943)	(42.710)	(596.649)	(2.116.250)	(494.874)	295.095	(15.579.274)	3.782.168	(11.797.106)
Resultado antes dos tributos e participações	7.922.363	753.145	1.863.570	6.329.533	2.575.528	1.118.654	--	20.562.793	(2.428.961)	18.133.832
Imposto de renda e contribuição social	(1.785.920)	(263.138)	(829.339)	(2.302.994)	(890.081)	(270.823)	--	(6.342.295)	2.291.432	(4.050.863)
Participação de empregados e administradores no lucro	(1.501.342)	--	(1.635)	(38.809)	(13.230)	(4.872)	--	(1.559.688)	137.529	(1.422.169)
Participação dos não controladores	(282.724)	--	--	(1.367.305)	--	(5)	--	(1.650.034)	--	(1.650.034)
Lucro líquido	4.352.377	490.007	1.032.696	2.620.425	1.672.217	843.154	--	11.010.776	--	11.010.776
Saldos Patrimoniais										
Aplicações interfinanceiras de liquidez	383.310.932	7.465	1.234.275	3.633.395	1.024.968	554.755	(10.110.923)	379.654.867	(6.631.539)	373.023.328
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	145.328.578	1.042.080	20.725	192.611.573	7.535.915	1.115.520	(1.422.579)	346.231.812	(207.309.241)	138.922.571
Operações de crédito e arrendamento mercantil, líquido de provisões	565.312.154	--	--	--	--	2.726.120	(2.806.036)	565.232.238	(20.564.417)	544.667.821
Investimentos	14.668.823	5.940.365	33.794	437.503	695.545	27	(18.033.120)	3.742.937	13.746.797	17.489.734
Demais Ativos	296.561.490	1.025.057	360.004	12.442.451	23.793.922	2.229.211	(8.238.933)	328.173.202	(33.075.485)	295.097.717
TOTAL DO ATIVO	1.405.181.977	8.014.967	1.648.798	209.124.922	33.050.350	6.625.633	(40.611.591)	1.623.035.056	(253.833.885)	1.369.201.171
Passivo	1.308.451.657	4.940.858	1.510.076	201.527.919	24.631.666	3.841.641	(20.592.163)	1.524.311.654	(253.833.885)	1.270.477.769
Depósitos	454.356.596	3.684.954	--	--	--	--	(3.748.512)	454.293.038	(4.063.676)	450.229.362
Captações no mercado aberto	397.138.462	--	--	--	--	--	(9.078.507)	388.059.955	(11.817.260)	376.242.695
Recursos de ações e emissão de títulos	143.040.857	--	--	--	--	2.765.908	--	145.806.765	(12.040.968)	133.765.797
Obrigações por repasses	82.352.168	--	--	--	--	--	--	82.352.168	(1.466.952)	80.885.216
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	--	--	--	192.778.796	--	--	(5.250)	192.773.546	(192.773.546)	--
Demais Passivos	231.563.574	1.255.904	1.510.076	8.749.123	24.631.666	1.075.733	(7.759.894)	261.026.182	(31.671.483)	229.354.699
Patrimônio Líquido	96.730.320	3.074.109	138.722	7.597.003	8.418.684	2.783.992	(20.019.428)	98.723.402	98.723.402	98.723.402
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.405.181.977	8.014.967	1.648.798	209.124.922	33.050.350	6.625.633	(40.611.591)	1.623.035.056	(253.833.885)	1.369.201.171

6 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Disponibilidades	12.485.157	12.349.179	13.614.866	13.480.903
Disponibilidades em moeda nacional	7.264.954	8.743.459	7.267.009	8.744.588
Disponibilidades em moeda estrangeira	5.220.203	3.605.720	6.334.186	4.726.524
Aplicações em ouro	--	--	13.671	9.791
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	43.578.242	30.661.620	46.734.256	33.703.045
Aplicações em depósitos interfinanceiros	27.421.028	24.797.009	24.573.479	22.121.240
Aplicações no mercado aberto - vendas a liquidar - posição bancada	16.157.214	5.864.611	22.160.777	11.581.805
Total	56.063.399	43.010.799	60.349.122	47.183.948

(1) Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

7 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**a) Composição**

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Aplicações no Mercado Aberto	386.807.661	348.019.177	386.875.955	348.186.760
Re vendas a Liquidar - Posição Bancada	16.157.214	5.864.611	22.177.706	11.647.612
Letras Financeiras do Tesouro	15.225.511	5.252.748	20.804.199	10.813.722
Letras do Tesouro Nacional	--	611.863	--	612.933
Notas do Tesouro Nacional	546.012	--	915.411	--
Outros títulos	385.691	--	458.096	220.957
Re vendas a Liquidar - Posição Financiada	370.650.447	342.154.566	364.698.249	336.539.148
Letras Financeiras do Tesouro	322.262.619	338.621.687	316.683.932	333.060.713
Letras do Tesouro Nacional	32.654.881	3.017.419	32.654.881	3.016.349
Notas do Tesouro Nacional	14.455.767	--	14.086.367	--
Outros títulos	1.277.180	515.460	1.273.069	462.086
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	101.091.623	89.385.381	28.215.642	24.836.568
Total	487.899.284	437.404.558	415.091.597	373.023.328
Ativo circulante	420.833.315	378.669.368	412.306.070	370.906.503
Ativo não circulante	67.065.969	58.735.190	2.785.527	2.116.825

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Rendas de Aplicações no Mercado Aberto	13.239.970	26.372.842	38.514.257	13.264.134	26.410.841	38.670.104
Posição bancada	502.689	907.951	1.871.315	526.853	945.950	2.027.162
Posição financiada	12.737.281	25.464.891	36.642.942	12.737.281	25.464.891	36.642.942
Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.954.442	5.487.836	4.488.998	441.241	810.709	435.416
Total	16.194.412	31.860.678	43.003.255	13.705.375	27.221.550	39.105.520

§ 3 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS**a) Títulos e Valores Mobiliários - TVM****a.1) Composição da carteira por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento**

Vencimento em Dias	BB Banco Múltiplo									
	31.12.2018					31.12.2017				
	Valor de Mercado			Total		Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360						
1 - Títulos para Negociação	--	42.177	53.609	445.549	1.624.883	2.150.748	2.166.218	2.758.834	15.470	2.779.321
Títulos Públicos	--	42.177	53.609	445.549	1.566.126	2.093.424	2.107.461	2.758.834	14.037	2.779.321
Letras Financeiras do Tesouro	--	--	--	--	289.289	288.957	289.289	324.548	332	325.094
Letras do Tesouro Nacional	--	42.177	53.609	445.549	1.255.582	1.783.835	1.796.917	1.907.577	13.082	1.924.111
Notas do Tesouro Nacional	--	--	--	--	21.255	20.632	21.255	526.709	623	530.116
Títulos Privados	--	--	--	--	58.757	57.324	58.757	--	--	--
Debêntures	--	--	--	--	48.871	48.205	48.871	--	666	--
Outros	--	--	--	--	9.886	9.119	9.886	--	767	--
2 - Títulos Disponíveis para Venda	1.496.800	315.778	7.928.159	2.121.241	107.382.219	120.996.689	119.244.197	120.713.418	(1.752.492)	119.540.854
Títulos Públicos	--	115.494	7.443.684	328	84.524.998	92.108.429	92.084.504	92.187.908	(23.925)	93.270.524
Letras Financeiras do Tesouro	--	--	6.775.516	--	67.493.145	74.249.320	74.268.661	57.296.657	19.341	57.319.310
Letras do Tesouro Nacional	--	--	--	--	7.858.819	7.737.404	7.858.819	8.505.544	121.415	8.841.981
Notas do Tesouro Nacional	--	--	91.361	--	2.009.942	2.128.474	2.101.303	18.275.802	(27.171)	18.912.807
Títulos da Dívida Agrária	--	--	474	328	1.398	2.141	2.200	3.048	59	3.101
Títulos da Dívida Externa Brasileira	--	--	--	--	3.481.940	3.507.222	3.481.940	3.141.364	(25.282)	3.296.400
Títulos de Governos Estrangeiros	--	6.460	433.124	--	3.099.726	3.633.342	3.539.310	4.141.562	(94.032)	4.062.842
Outros	--	109.034	143.209	--	580.028	850.526	832.271	823.931	(18.255)	834.083
Títulos Privados	1.496.800	200.284	484.475	2.120.913	22.857.221	28.888.260	27.159.693	28.525.510	(1.728.567)	26.270.330
Debêntures	--	70.460	105.705	229.889	19.782.629	21.590.100	20.188.683	20.809.007	(1.401.417)	19.281.040
Notas Promissórias	27.379	--	--	827.830	256.393	1.128.319	1.111.602	1.357.899	(16.717)	1.350.547
Cédulas de Crédito Bancário	--	--	--	--	--	--	--	28.875	--	27.576
Cotas de Fundos de Investimentos	1.469.379	--	--	--	196.793	1.393.145	1.666.172	1.451.097	273.027	1.461.601
Ações	42	--	--	--	--	218	42	218	(176)	47
Cédulas de Produto Rural - Commodities	--	31.090	372.228	1.063.194	--	1.460.979	1.466.512	623.051	5.533	624.760
Certificados de Depósito Bancário	--	97.206	--	--	--	97.206	97.206	330.966	--	330.626
Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio	--	--	--	--	128.022	125.000	128.022	--	3.022	--
Certificados de Recebíveis Imobiliários	--	--	--	--	225.798	359.106	225.798	342.177	(133.308)	199.827
Outros	--	1.528	6.542	--	2.267.586	2.734.187	2.275.656	3.582.220	(458.531)	2.994.306
3 - Mantidos até o Vencimento	--	--	1.191.743	2.089.931	18.761.861	22.621.289	22.043.535	17.297.514	(577.754)	15.873.227
Títulos Públicos	--	--	--	2.002.653	5.344.764	7.214.259	7.347.417	3.510	133.158	3.510
Letras do Tesouro Nacional	--	--	--	2.002.653	3.301.867	5.171.362	5.304.520	--	133.158	--
Títulos da Dívida Externa Brasileira	--	--	--	--	2.042.897	2.042.897	2.042.897	--	--	--
Títulos de Governos Estrangeiros	--	--	--	--	--	--	--	--	3.510	3.510
Títulos Privados	--	--	1.191.743	87.278	13.417.097	15.407.030	14.696.118	17.294.004	(710.912)	15.869.717
Debêntures	--	--	794.149	87.278	12.708.554	14.133.574	13.589.981	16.894.423	(543.593)	15.692.235
Certificados de Recebíveis Imobiliários	--	--	--	--	212.421	373.161	212.421	399.581	(160.740)	177.482
Notas Promissórias	--	--	397.594	--	496.122	900.295	893.716	--	(6.579)	--
Total	1.496.800	357.955	9.173.511	4.656.721	127.768.963	145.768.726	143.453.950	140.769.766	(2.314.776)	138.193.402
										(2.576.364)



Demonstrações Contábeis
Exercício 2018

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

a.2) Composição da carteira por rubricas de publicação e prazo de vencimento

Vencimento em Dias	BB Banco Múltiplo										
	31.12.2018						31.12.2017				
	Valor de Mercado						Total				
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
Por Carteira	1.496.800	357.955	9.173.511	4.656.721	127.768.963	145.768.726	143.453.950	(2.314.776)	140.769.766	138.193.402	(2.576.364)
Carteira própria	1.496.800	260.749	7.789.178	4.471.081	75.350.617	91.422.609	89.368.425	(2.054.184)	91.077.177	88.993.439	(2.083.738)
Vinculados a compromissos de recompra	--	--	1.240.879	185.614	49.197.943	50.891.267	50.624.436	(266.831)	48.120.387	47.628.264	(492.123)
Vinculados à prestação de garantias	--	97.206	143.454	26	3.220.403	3.454.850	3.461.089	6.239	1.572.202	1.571.699	(503)

a.3) Composição da carteira por categoria e prazo de vencimento em anos

Vencimento em Anos	BB Banco Múltiplo										
	31.12.2018						31.12.2017				
	Valor de Mercado						Total				
	Sem vencimento	A vencer em até um ano	A vencer entre 1 e 5 anos	A vencer entre 5 e 10 anos	A vencer após 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
Por Categoria	1.496.800	14.188.187	93.273.332	24.984.556	9.511.075	145.768.726	143.453.950	140.769.766	138.193.402	138.193.402	138.193.402
1 - Títulos para Negociação	--	541.335	1.544.871	75.202	4.810	2.150.748	2.166.218	2.758.834	2.779.321	2.779.321	2.779.321
2 - Títulos Disponíveis para Venda	1.496.800	10.365.178	79.957.318	19.697.187	7.727.714	120.996.689	119.244.197	120.713.418	119.540.854	119.540.854	119.540.854
3 - Mantidos até o Vencimento	--	3.281.674	11.771.143	5.212.167	1.778.551	22.621.289	22.043.535	17.297.514	15.873.227	15.873.227	15.873.227

Demonstrações Contábeis

Notas Explicativas

Exercício 2018

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

a.4) Resumo da carteira por rubricas de publicação

	BB Banco Múltiplo					
	31.12.2018			31.12.2017		
	Valor Contábil			Valor Contábil		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Por Carteira	17.309.870	126.721.834	144.031.704	11.992.281	127.625.408	139.617.689
Carteira própria	15.642.691	74.076.123	89.718.814	8.990.223	81.314.615	90.304.838
Vinculados a compromissos de recompra	1.426.493	49.425.307	50.851.800	2.407.618	45.333.535	47.741.153
Vinculados à prestação de garantias	240.686	3.220.404	3.461.090	594.440	977.258	1.571.698

a.5) Resumo da carteira por categoria

	BB Banco Múltiplo			
	31.12.2018		31.12.2017	
Por Categoria				
1 - Títulos para Negociação	2.166.218	2%	2.779.321	2%
2 - Títulos Disponíveis para Venda	119.244.197	83%	119.540.854	86%
3 - Mantidos até o Vencimento	22.621.289	15%	17.297.514	12%
Valor Contábil da Carteira	144.031.704	100%	139.617.689	100%
Marcação a mercado da categoria 3	(577.754)	--	(1.424.287)	--
Valor de Mercado da Carteira	143.453.950	--	138.193.402	--

a.6) Composição da carteira consolidada por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento

Vencimento em Dias	BB Consolidado									
	31.12.2018					31.12.2017				
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Total	Valor de mercado	Marcação a mercado
1 - Títulos para Negociação	797.416	2.040.785	561.303	497.831	2.284.417	5.678.844	6.181.752	7.440.564	7.562.533	311.969
Títulos Públicos	1	2.039.751	534.303	477.116	2.151.413	4.810.152	5.202.584	5.775.735	5.965.378	189.643
Letras Financeiras do Tesouro	--	--	--	--	289.289	288.957	289.289	363.121	365.239	2.118
Letras do Tesouro Nacional	--	42.177	53.609	445.549	1.255.582	1.783.835	1.796.917	1.907.577	1.924.111	16.534
Notas do Tesouro Nacional	--	--	--	--	21.255	20.632	21.255	526.709	530.116	3.407
Titulos de Dívida Externa Brasileira	--	--	--	--	28.528	28.623	28.528	7.925	7.859	(66)
Titulos de Governos Estrangeiros	1	1.982.394	480.694	24.894	500.502	2.609.657	2.988.485	2.822.864	2.991.236	168.372
Outros	--	15.180	--	6.673	56.257	78.448	78.110	147.539	146.817	(722)
Títulos Privados	797.415	1.034	27.000	20.715	133.004	868.692	979.168	1.664.829	1.787.155	122.326
Debêntures	--	--	25.062	20.302	48.871	93.478	94.235	237.853	236.718	(935)
Cotas de Fundos de Investimento	764.409	--	--	--	--	659.808	764.409	1.298.144	1.433.278	135.134
Ações	200	--	--	--	--	44	764.409	202	2.195	1.893
Certificados de Depósito Bancário	--	--	4	--	--	--	4	--	3	--
Outros	32.806	1.034	1.934	413	84.133	115.358	120.320	128.727	114.961	(13.766)
2 - Títulos Disponíveis para Venda	1.547.985	334.152	8.022.538	2.336.646	112.134.237	126.054.816	124.375.558	124.510.451	123.505.120	(1.005.331)
Títulos Públicos	--	115.494	7.443.684	328	85.512.521	93.097.048	93.072.027	92.983.928	94.079.578	1.095.650
Letras Financeiras do Tesouro	--	--	6.775.516	--	67.493.145	74.249.320	74.268.661	57.296.657	57.319.310	22.653
Letras do Tesouro Nacional	--	--	--	--	7.858.819	7.737.404	7.858.819	8.505.544	8.841.981	336.437
Notas do Tesouro Nacional	--	--	91.361	--	2.009.942	2.128.474	2.101.303	18.275.802	18.912.807	637.005
Titulos de Dívida Agrária	--	--	474	328	1.398	2.141	2.200	3.048	3.101	53
Titulos de Dívida Externa Brasileira	--	--	--	--	3.700.475	3.728.556	3.700.475	3.330.330	3.489.860	159.530
Titulos de Governos Estrangeiros	--	6.460	433.124	--	3.670.227	4.196.372	4.109.811	4.703.799	4.631.356	(72.443)
Outros	--	109.034	143.209	--	778.515	1.054.781	1.030.758	868.748	881.163	12.415
Títulos Privados	1.547.985	218.658	578.854	2.336.318	26.621.716	32.957.768	31.303.531	31.526.523	29.425.542	(2.100.981)
Debêntures	--	--	105.705	229.889	23.183.341	25.004.427	23.589.395	24.240.294	22.776.147	(1.464.147)
Cédulas de crédito bancário	27.379	70.460	--	827.830	256.393	1.128.319	1.111.602	1.357.899	1.350.547	(7.352)
Notas Promissórias	--	--	--	--	--	--	--	28.875	27.576	(1.299)
Cotas de Fundos de Investimento	1.519.544	--	--	215.405	478.884	1.854.444	2.213.833	676.384	753.985	77.601
Ações	90	--	--	--	--	266	90	20.222	37.095	16.873
Cédulas de Produto Rural - Commodities	--	31.090	372.228	1.063.194	--	1.460.979	1.466.512	623.051	624.760	1.709
Certificados de Depósito Bancário	--	97.206	--	--	--	97.206	97.206	330.966	330.626	(340)
Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio	--	--	--	--	128.029	125.007	128.029	--	--	--
Certificados de Recebíveis Imobiliários	--	--	--	--	225.845	359.154	225.845	342.177	199.827	(142.350)
Outros	972	19.902	100.821	--	2.349.224	2.927.966	2.471.019	3.906.655	3.324.979	(581.676)
3 - Mantidos até o Vencimento	--	--	1.191.743	2.089.931	16.283.053	19.855.993	19.564.727	7.009.999	5.600.731	(1.409.268)
Títulos Públicos	--	--	--	2.002.653	5.865.273	7.726.521	7.867.926	285.017	285.017	--
Letras do Tesouro Nacional	--	--	--	2.002.653	3.301.867	5.171.362	5.304.520	--	--	--
Letras da Dívida Externa Brasileira	--	--	--	--	2.042.897	2.042.897	2.042.897	--	--	--
Titulos de Governos Estrangeiros	--	--	--	--	520.509	512.262	520.509	285.017	285.017	--
Títulos Privados	--	--	1.191.743	87.278	10.417.780	12.129.472	11.696.801	6.724.982	5.315.714	(1.409.268)
Debêntures	--	--	794.149	87.278	9.215.706	10.362.485	10.097.133	5.851.036	4.663.867	(1.187.169)
Certificados de Recebíveis Imobiliários	--	--	--	--	212.421	373.161	212.421	399.581	177.482	(222.099)
Letras Financeiras	--	--	--	--	493.531	493.531	493.531	474.365	474.365	--
Notas Promissórias	--	--	397.594	--	496.122	900.295	893.716	--	--	--
Total	2.345.401	2.374.937	9.775.584	4.924.408	130.701.707	151.589.653	150.122.037	138.961.014	136.858.384	(2.102.630)



Demonstrações Contábeis
Exercício 2018
Notas Explicativas

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

a.7) Composição da carteira consolidada por rubricas de publicação e prazo de vencimento

Vencimento em Dias	BB Consolidado										
	31.12.2018						31.12.2017				
	Valor de Mercado						Total				
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
Por Carteira	2.345.401	2.374.937	9.775.584	4.924.408	130.701.707	151.589.653	150.122.037	(1.467.616)	138.961.014	136.858.384	(2.102.630)
Carteira própria	2.345.401	2.204.525	8.363.417	4.694.484	91.414.400	110.479.199	109.022.227	(1.456.972)	105.663.130	104.074.443	(1.588.687)
Vinculados a compromissos de recompra	--	73.206	1.240.878	229.898	36.066.904	37.654.867	37.610.886	(43.981)	31.682.509	31.172.613	(509.896)
Vinculados à prestação de garantias	--	97.206	171.289	26	3.220.403	3.455.587	3.488.924	33.337	1.615.375	1.611.328	(4.047)

a.8) Composição da carteira consolidada por categoria e prazo de vencimento em anos

Vencimento em Anos	BB Consolidado										
	31.12.2018						31.12.2017				
	Valor de Mercado						Total				
	Sem vencimento	A vencer em até um ano	A vencer entre 1 e 5 anos	A vencer entre 5 e 10 anos	A vencer após 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
Por Categoria	2.345.401	17.074.929	91.760.941	29.213.000	9.727.766	151.589.653	150.122.037	138.961.014	136.858.384		
1 - Títulos para Negociação	797.416	3.099.919	2.119.857	119.054	45.506	5.678.844	6.181.752	7.440.564	7.752.533		
2 - Títulos Disponíveis para Venda	1.547.985	10.693.336	80.650.965	23.579.563	7.903.709	126.054.816	124.375.558	124.510.451	123.505.120		
3 - Mantidos até o Vencimento	--	3.281.674	8.990.119	5.514.383	1.778.551	19.855.993	19.564.727	7.009.999	5.600.731		

a.9) Resumo da carteira consolidada por rubricas de publicação

	BB Consolidado						5
	31.12.2018			31.12.2017			
	Valor Contábil			Valor Contábil			
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	
Por Carteira	21.704.747	128.708.556	150.413.303	16.893.950	121.373.702	138.267.652	
Carteira própria	19.892.244	89.416.471	109.308.715	13.669.831	91.713.584	105.383.415	
Vinculados a compromissos de recompra	1.543.982	36.071.681	37.615.663	2.590.049	28.682.860	31.272.909	
Vinculados à prestação de garantias	268.521	3.220.404	3.488.925	634.070	977.258	1.611.328	

a.10) Resumo da carteira consolidada por categoria

Por Categoria	BB Consolidado			
	31.12.2018		31.12.2017	
1 - Títulos para Negociação		6.181.752	4%	7.752.533
2 - Títulos Disponíveis para Venda		124.375.558	83%	123.505.120
3 - Mantidos até o Vencimento		19.855.993	13%	7.009.999
Valor Contábil da Carteira		150.413.303	100%	138.267.652
Marcação a mercado da categoria 3		(291.266)	--	(1.409.268)
Valor de Mercado da Carteira		150.122.037	--	136.858.384
				--

b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 7.b)	16.194.412	31.860.678	43.003.255	13.705.375	27.221.550	39.105.520
Títulos de renda fixa	5.352.029	10.845.628	14.510.397	5.812.655	11.637.097	12.863.101
Títulos de renda variável	297.383	2.976.516	90.023	42.876	2.741.879	175.425
Total	21.843.824	45.682.822	57.603.675	19.560.906	41.600.526	52.144.046

c) Reclassificação de Títulos e Valores Mobiliários

Com o objetivo de alinhar a estratégia negocial à gestão dos descasamentos de ativos e passivos, foi realizada em 30.06.2018 a reclassificação de R\$ 2.042.934 mil em títulos da dívida externa brasileira, da categoria "Disponíveis para Venda" para a categoria "Mantidos até o Vencimento", sendo atestada a respectiva capacidade financeira. O ajuste não refletiu efeitos tributários ou impactos no patrimônio líquido.

d) Instrumentos Financeiros Derivativos – IFD

O Banco do Brasil utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar, de forma consolidada, suas posições e atender às necessidades dos seus clientes, classificando as posições próprias em destinadas a hedge (de risco de mercado) e negociação, ambas com limites e alçadas no Banco. A estratégia de hedge das posições patrimoniais está em consonância com as análises macroeconômicas e é aprovada pelo Conselho Diretor.

O Banco do Brasil utiliza instrumentos financeiros derivativos compatíveis com os objetivos definidos, observando a melhor relação risco e retorno e considerando o cenário econômico. São consideradas, na gestão dos riscos dos instrumentos financeiros derivativos, as diversas categorias de riscos e adotada a visão consolidada dos diferentes fatores de riscos.

O Banco avalia a liquidez dos instrumentos financeiros derivativos e identifica, previamente, meios de reversão das posições. Utilizam-se sistemas e processos que permitem o registro, o acompanhamento e o controle das operações com instrumentos financeiros derivativos.

No mercado de opções, as posições ativas ou compradas têm o Banco como titular, enquanto as posições passivas ou vendidas têm o Banco como lançador.

Os principais riscos inerentes aos instrumentos financeiros derivativos, decorrentes dos negócios do Banco e de suas controladas são os de crédito, mercado, liquidez e operacional, sendo o processo de gestão apresentado na Nota 28.

Os modelos utilizados no gerenciamento dos riscos com derivativos são revistos periodicamente e as tomadas de decisões observam a melhor relação risco/retorno, estimando possíveis perdas com base na análise de cenários macroeconômicos.

O Banco conta com ferramentas e sistemas adequados ao gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos. A negociação de novos derivativos, padronizados ou não, é condicionada à prévia análise de risco.

As estratégias de posicionamento respeitam os limites de alçada e exposição a risco estabelecidos. Os posicionamentos são reavaliados diariamente e no início de cada dia é realizada uma avaliação das estratégias e desempenhos.

As estratégias são elaboradas com base em:

- análise de cenários econômicos;
- análise técnica (gráfica) e análise fundamentalista;
- simulação de resultados esperados;
- simulação de valor em risco (VaR, EVE, Estresse).

O Banco realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para hedge de posições próprias, para atendimento às necessidades dos clientes e para tomada de posições intencionais, segundo limites, alçadas e procedimentos previamente estabelecidos.

Os objetivos a serem alcançados com as operações de hedge são definidos de forma consolidada, garantida a efetividade de cada operação e observadas as regulamentações de cada jurisdição. Utilizam-se mecanismos de avaliação e acompanhamento da efetividade das operações de hedge com vistas a compensar efeitos da variação no valor de mercado ou no fluxo de caixa do item objeto de hedge.

O Banco documenta a identificação do item objeto de hedge das operações realizadas com a finalidade de compensar seus riscos desde a sua concepção.

A avaliação do risco das controladas é feita individualmente e o gerenciamento de forma consolidada.

O Banco utiliza metodologias estatísticas e simulação para mensurar os riscos de suas posições, inclusive em derivativos, utilizando modelos de valor em risco (VaR), de sensibilidade e análise de estresse.

O VaR é utilizado para estimar a perda potencial sob condições rotineiras no mercado, dimensionada diariamente em valores monetários, considerando um intervalo de confiança de 99,21%, horizonte temporal de 10 dias e série histórica de 252 dias úteis.

Para cálculo do VaR, o Banco utiliza a metodologia de Simulação Histórica, que assume a hipótese de que o comportamento retrospectivo dos retornos observados (histórico) dos fatores de risco constitui-se em informação relevante para a mensuração dos riscos de mercado.

Dessa forma, o valor em risco calculado para a carteira de derivativos do Banco Múltiplo, em 31.12.2018, foi de R\$ 97.104 mil (R\$ 99.015 mil em 31.12.2017).

A exposição de crédito em swap totalizou R\$ 372.721 mil em 31.12.2018 (R\$ 147.204 mil em 31.12.2017).

d.1) Composição da carteira de derivativos por indexador

Por Indexador	BB Banco Múltiplo						BB Consolidado					
	31.12.2018			31.12.2017			31.12.2018			31.12.2017		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
Contratos de Futuros												
Compromissos de Compra	5.629.726	--	--	5.629.177	--	--	5.629.726	--	--	5.629.177	--	--
DI	3.139.411	--	--	3.924.393	--	--	3.139.411	--	--	3.924.393	--	--
Moedas	2.465.529	--	--	1.695.165	--	--	2.465.529	--	--	1.695.165	--	--
Índice Bovespa	24.786	--	--	--	--	--	24.786	--	--	--	--	--
Commodities	--	--	--	9.619	--	--	--	--	--	9.619	--	--
Compromissos de Venda	14.801.489	--	--	12.138.777	--	--	14.801.489	--	--	12.138.777	--	--
DI	1.376.442	--	--	1.458.456	--	--	1.376.442	--	--	1.458.456	--	--
Moedas	320.925	--	--	1.321.124	--	--	320.925	--	--	1.321.124	--	--
T-Note	225.154	--	--	--	--	--	225.154	--	--	--	--	--
Índice Bovespa	--	--	--	11.526	--	--	--	--	--	11.526	--	--
Libor	12.760.488	--	--	9.316.471	--	--	12.760.488	--	--	9.316.471	--	--
Commodities	118.480	--	--	31.200	--	--	118.480	--	--	31.200	--	--
Operações a Termo												
Posição Ativa	8.172.801	275.525	304.852	6.180.063	102.820	127.878	8.172.801	275.526	304.852	6.180.063	102.820	127.878
Termo de título	13.390	13.390	13.390	1.057	1.057	1.057	13.390	13.390	13.390	1.057	1.057	1.057
Termo de moeda	8.074.401	259.294	281.038	6.136.946	100.300	120.745	8.074.401	259.294	281.038	6.136.946	100.300	120.745
Termo de mercadoria	85.010	2.841	10.424	42.060	1.463	6.076	85.010	2.842	10.424	42.060	1.463	6.076
Posição Passiva	6.339.839	(355.370)	(306.079)	4.839.787	(300.459)	(229.548)	7.212.413	(363.019)	(313.727)	5.333.287	(303.480)	(232.568)
Termo de título	(13.390)	(13.390)	(13.390)	1.057	(1.057)	(1.057)	(13.390)	(13.390)	(13.390)	1.057	(1.057)	(1.057)
Termo de moeda	6.270.214	(322.383)	(281.665)	4.772.552	(298.329)	(225.745)	7.142.788	(330.032)	(289.313)	5.266.052	(301.350)	(228.765)
Termo de mercadoria	83.015	(19.597)	(11.024)	66.178	(1.073)	(2.746)	83.015	(19.597)	(11.024)	66.178	(1.073)	(2.746)
Contrato de Opções												
De Compra - Posição Comprada	92.995	3.436	2.756	693	8	1	92.995	3.436	2.756	693	8	1
Moeda estrangeira	92.995	3.436	2.756	--	--	--	92.995	3.436	2.756	--	--	--
Commodities	--	--	--	693	8	1	--	--	--	693	8	1
De Venda - Posição Comprada	263.800	55	2.425	1.488	58	73	263.800	55	2.425	124.971	139.000	123.556
Moeda estrangeira	--	--	--	1.488	58	73	--	--	--	1.488	58	73
Índice DI	263.800	55	2.425	--	--	--	263.800	55	2.425	--	--	--
Ações	--	--	--	--	--	--	--	--	--	123.483	138.942	123.483
De Compra - Posição Vendida	4.008.550	(62.446)	(82.776)	11.379.097	(174.538)	(206.467)	146.405	(8.574)	(11.386)	183.884	(17.781)	(17.337)
Moeda estrangeira	66.213	(1.333)	(817)	15.954	(1.125)	(758)	66.213	(1.333)	(817)	15.954	(1.125)	(758)
Pré-fixados	3.862.145	(53.872)	(71.390)	11.195.213	(156.757)	(189.130)	--	--	--	--	--	--
Índice Bovespa	42.183	(3.620)	(6.723)	--	--	--	42.183	(3.620)	(6.723)	--	--	--
Índice DI	2.193	(9)	--	2.059	(9)	--	2.193	(9)	--	2.059	(9)	--
Índice IPCA	35.566	(3.598)	(3.825)	165.773	(16.642)	(16.571)	35.566	(3.598)	(3.825)	165.773	(16.642)	(16.571)
Commodities	250	(14)	(21)	98	(5)	(8)	250	(14)	(21)	98	(5)	(8)
De Venda - Posição Vendida	4.434.602	(3.872.991)	(3.858.322)	11.402.113	(11.023.202)	(10.995.303)	572.457	(6.708)	(8.347)	206.900	(1.329)	(2.274)
Moeda estrangeira	122.979	(5.275)	(3.409)	--	--	--	122.979	(5.275)	(3.409)	--	--	--
Pré-fixados	3.862.145	(3.866.283)	(3.849.975)	11.195.213	(11.021.873)	(10.993.029)	--	--	--	--	--	--
Índice DI	432.057	(1.102)	(4.667)	205.249	(1.285)	(2.273)	432.057	(1.102)	(4.667)	205.249	(1.285)	(2.273)
Commodities	17.421	(331)	(271)	1.651	(44)	(1)	17.421	(331)	(271)	1.651	(44)	(1)
Contratos de Swaps												
Posição Ativa	13.724.521	205.028	238.055	18.439.695	396.416	386.921	9.804.366	204.028	238.048	7.261.065	394.835	386.920
DI	840.820	72.150	71.642	1.754.863	135.148	142.779	840.820	72.150	71.643	1.754.863	135.148	142.779
Moeda estrangeira	7.552.293	105.452	112.687	5.492.727	259.379	243.505	7.552.293	105.454	112.687	5.492.727	259.379	243.505
Pré-fixado	5.331.408	27.426	53.726	11.192.105	1.889	637	5.331.408	26.424	53.718	13.475	308	636
Posição Passiva	7.351.207	(80.249)	(452.200)	6.613.380	(407.832)	(468.342)	7.351.207	(80.249)	(452.200)	6.610.242	(407.999)	(467.475)
DI	101.678	(19.786)	(19.713)	1.068.712	(96.217)	(94.127)	101.678	(19.786)	(19.713)	1.065.574	(96.384)	(93.260)
Moeda estrangeira	5.417.414	(282.534)	(384.066)	4.940.410	(304.045)	(353.208)	5.417.413	(282.536)	(384.068)	4.940.410	(304.045)	(353.208)
Pré-fixado	1.832.115	222.071	(48.421)	405.367	(6.365)	(11.603)	1.832.116	222.073	(48.419)	405.367	(6.365)	(11.603)
IPCA	--	--	--	198.891	(1.205)	(9.404)	--	--	--	198.891	(1.205)	(9.404)
Outros Derivativos ⁽¹⁾												
Posição Ativa												
Moeda estrangeira	5.497.760	215.389	135.082	669.542	19.163	16.563	5.496.867	215.389	135.081	669.542	19.453	16.564
Posição Passiva												
Moeda estrangeira	4.011.422	(13.337)	(28.169)	4.335.710	(50.596)	(75.250)	3.739.922	(8.709)	(23.541)	4.063.593	(45.128)	(70.233)

(1) Referem-se, essencialmente, a operações realizadas no mercado Forex no exterior, registradas como contratos de moeda sem entrega física, apenas com liquidação financeira (Non Deliverable Forward - NDF). O NDF é operado em mercado de balcão e tem como objeto a taxa de câmbio de uma determinada moeda.

d.2) Composição da carteira de derivativos por vencimento (valor referencial)

Vencimento em Dias	BB Banco Múltiplo						BB Consolidado					
	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	31.12.2018	31.12.2017	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	31.12.2018	31.12.2017
Contratos de Futuros	1.761.312	6.185.848	6.725.341	5.758.714	20.431.215	17.767.954	1.761.312	6.185.848	6.725.341	5.758.714	20.431.215	17.767.954
Contratos a Termo	4.060.790	8.038.719	1.977.752	435.379	14.512.640	11.019.850	4.933.364	8.038.719	1.977.752	435.379	15.385.214	11.513.350
Contratos de Opções	605.696	7.963.651	57.050	173.550	8.799.947	22.783.391	605.696	239.361	57.050	173.550	1.075.657	516.448
Contratos de Swaps	4.025.910	8.188.751	3.761.976	5.099.091	21.075.728	25.053.075	4.025.910	4.268.596	3.761.976	5.099.091	17.155.573	13.871.307
Outros	3.182.748	3.819.316	2.503.451	3.667	9.509.182	5.005.252	2.910.356	3.819.315	2.503.451	3.667	9.236.789	4.733.135

d.3) Composição da carteira de derivativos por local de negociação e contraparte (valor referencial em 31.12.2018)

	BB Banco Múltiplo						BB Consolidado					
	Futuros	Termo	Opções	Swap	Outros		Futuros	Termo	Opções	Swap	Outros	
Bolsa												
Exterior	12.985.642	--	--	--	--		12.985.642	--	--	--	--	--
B3	7.445.573	--	17.671	--	--		7.445.573	--	281.471	--	--	--
Balcão												
Clientes	--	14.512.640	1.057.986	4.421.938	--		--	14.512.640	794.186	4.421.938	--	--
Instituições Financeiras	--	--	7.724.290	16.653.790	9.509.182		--	872.574	--	12.733.635	9.236.789	

d.4) Composição da margem dada em garantia de operações com instrumentos financeiros derivativos

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Letras Financeiras do Tesouro	651.185	495.372	651.185	495.372
Total	651.185	495.372	651.185	495.372

d.5) Composição da carteira de derivativos designados para hedge

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Hedge de risco de mercado				
Instrumentos de Hedge				
Ativo	--	--	--	123.483
Opções	--	--	--	123.483
Passivo	(92.201)	--	(92.201)	--
Swap	(92.201)	--	(92.201)	--
Itens Objeto de Hedge				
Ativo	664.473	--	664.473	36.993
Aplicações em depósitos interfinanceiros	664.473	--	664.473	--
Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários	--	--	--	36.993
Passivo	(550.091)	--	(550.091)	--
Obrigações por títulos e valores mobiliários	(550.091)	--	(550.091)	--

O Banco utiliza um swap (*Cross Currency Interest Rate Swap*) para hedge de uma captação externa como proteção de eventuais oscilações nas taxas de juros e de câmbio dos seus instrumentos financeiros. Em 31.12.2017 o BB-Banco de Investimento utilizou um contrato de opções para compensar os riscos decorrentes das variações de mercado de ações. As operações de hedge citadas foram avaliadas como efetivas, de acordo com o estabelecido na Circular Bacen n.º 3.082/2002, cuja comprovação da efetividade do hedge corresponde ao intervalo de 80% a 125%:

d.6) Ganhos e perdas no resultado dos instrumentos de hedge e dos objetos de hedge

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Perdas dos itens objeto de hedge	(21.464)	(21.464)	(17.986)	(26.451)	(38.508)	(135.005)
Ganhos dos instrumentos de hedge	22.981	22.981	17.986	28.788	38.440	139.807
Efeito líquido	1.517	1.517	--	2.337	(68)	4.802
Ganhos dos itens objeto de hedge	--	--	1.673	--	--	59.150
Perda dos instrumentos de hedge	--	--	(1.824)	--	--	(65.582)
Efeito líquido	--	--	(151)	--	--	(6.432)

d.7) Instrumentos financeiros derivativos segregados em circulante e não circulante

	BB Banco Múltiplo				BB Consolidado			
	31.12.2018		31.12.2017		31.12.2018		31.12.2017	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Ativo								
Operações a Termo	289.450	15.402	121.382	6.496	289.450	15.402	121.382	6.496
Contratos de Opções	5.060	121	74	--	5.060	121	123.557	--
Contratos de Swaps	178.688	59.367	254.669	132.252	178.681	59.367	254.668	132.252
Outros Derivativos	134.873	209	13.078	3.485	134.872	209	13.079	3.485
Total	608.071	75.099	389.203	142.233	608.063	75.099	512.686	142.233
Passivo								
Operações a Termo	(296.239)	(9.840)	(193.599)	(35.949)	(303.887)	(9.840)	(196.619)	(35.949)
Contratos de Opções	(3.937.440)	(3.658)	(11.195.368)	(6.402)	(16.075)	(3.658)	(13.209)	(6.402)
Contratos de Swaps	(250.133)	(202.067)	(300.533)	(167.809)	(250.133)	(202.067)	(299.666)	(167.809)
Outros Derivativos	(28.041)	(128)	(72.624)	(2.626)	(23.413)	(128)	(67.576)	(2.657)
Total	(4.511.853)	(215.693)	(11.762.124)	(212.786)	(593.508)	(215.693)	(577.070)	(212.817)

e) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Swap	(73.745)	456.827	72.992	(52.526)	469.136	79.548
Termo	(209.164)	191.843	(449.122)	(214.116)	191.369	(423.844)
Opções	(195.462)	(460.271)	(2.587.732)	60.598	91.825	182.603
Futuro	(190.684)	(295.825)	(295.457)	(190.684)	(295.825)	(295.457)
Outros Derivativos	77.331	89.214	12.112	73.376	112.425	(8.124)
Total	(591.724)	(18.212)	(3.247.207)	(323.352)	568.930	(465.274)

9 - RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS**a) Pagamentos e Recebimentos a Liquidar**

	BB Banco Múltiplo e BB Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017
Ativo		
Direitos junto a participantes de sistemas de liquidação		
Cheques e outros papéis	983	4.069
Transações de Pagamento		
Aquisição de recebíveis cartão	4.036.002	3.467.187
Total	4.036.985	3.471.256
Ativo circulante	591.555	4.069
Ativo não circulante	3.445.430	3.467.187
Passivo		
Obrigações junto a participantes de sistemas de liquidação ⁽¹⁾		
Cheques e outros papéis	--	350
Demais recebimentos	1.638	799
Total	1.638	1.149
Passivo circulante	1.638	1.149

b) Créditos Vinculados

	BB Banco Múltiplo e BB Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	59.115.355	69.081.139
Depósitos de poupança	34.757.756	33.698.614
Depósitos à vista	10.221.107	11.744.668
Depósitos a prazo	13.751.778	15.852.584
Recursos de microfinanças	204.459	279.730
Recursos do crédito rural ⁽¹⁾	--	7.408.359
Outros	180.255	97.184
Sistema Financeiro da Habitação	2.734.134	2.794.889
Fundo de compensação de variações salariais	3.316.499	3.131.410
Provisão para perdas em créditos vinculados	(596.639)	(353.238)
Demais	14.274	16.717
Tesouro Nacional - Crédito Rural	53.648	16.439
Crédito rural - Proagro	53.648	16.439
Total	61.903.137	71.892.467
Ativo circulante	61.888.022	71.892.280
Ativo não circulante	15.115	187

(1) Referem-se aos recursos recolhidos ao Bacen em virtude de não terem sido aplicados no crédito rural, conforme Resolução CMN n.º 3.745/2009. Os recursos foram objeto de suprimento especial pelo Bacen e mantidos no Banco, sendo registrados em Obrigações por Repasses (Nota 19.b).

c) Resultado das Aplicações Compulsórias

	BB Banco Múltiplo e BB Consolidado		
	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Créditos Vinculados ao Banco Central do Brasil	1.272.367	2.573.438	3.845.891
Exigibilidade adicional sobre depósitos	--	--	687.793
Depósitos de poupança	818.756	1.638.300	1.763.350
Exigibilidade sobre recursos a prazo	453.611	935.138	1.390.979
Recursos do crédito rural	--	--	3.769
Créditos Vinculados ao Sistema Financeiro da Habitação	97.023	187.322	194.066
Créditos Vinculados ao Tesouro Nacional - Crédito Rural	1.001	1.914	44.294
Reversão/(Provisão) para Desvalorização de Créditos Vinculados	(233.471)	(243.402)	218.294
Total	1.136.920	2.519.272	4.302.545

10 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO**E) Carteira por Modalidade**

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Operações de Crédito	569.453.703	565.720.653	581.766.156	579.733.796
Empréstimos e direitos creditórios descontados	196.700.568	189.718.432	205.752.015	200.639.248
Financiamentos	146.080.791	159.002.294	147.396.273	160.682.820
Financiamentos rurais	171.849.281	163.199.705	171.849.281	163.199.705
Financiamentos imobiliários	54.417.995	53.304.060	56.363.519	54.715.861
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	--	106	--	106
Operações de crédito vinculadas a cessão ⁽¹⁾	405.068	496.056	405.068	496.056
Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito	56.891.177	53.926.173	58.226.136	55.778.255
Operações com cartão de crédito	26.744.414	23.444.431	28.079.268	25.296.513
Adiantamentos sobre contratos de câmbio ⁽²⁾	18.974.290	15.564.207	18.974.290	15.564.207
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ⁽³⁾	6.124.782	10.180.439	6.124.782	10.180.439
Aquisição de recebíveis cartão	4.036.002	3.467.187	4.036.002	3.467.187
Avais e fianças honrados	362.737	601.739	362.737	601.739
Diversos	648.952	668.170	649.057	668.170
Operações de Arrendamento Mercantil	--	--	233.714	398.557
Total da Carteira de Crédito	626.344.880	619.646.826	640.226.006	635.910.608
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(33.784.902)	(36.099.873)	(34.344.100)	(36.686.440)
(Provisão para operações de crédito)	(32.253.777)	(34.898.711)	(32.778.037)	(35.444.029)
(Provisão para outros créditos) ⁽⁴⁾	(1.531.125)	(1.201.162)	(1.555.809)	(1.221.908)
(Provisão para arrendamento mercantil)	--	--	(10.254)	(20.503)
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	592.559.978	583.546.953	605.881.906	599.224.168

(1) Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

(2) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão registrados como redutores de outras obrigações.

(3) Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.

(4) Inclui o valor de R\$ 12.930 mil em 31.12.2018 (R\$ 12.380 mil em 31.12.2017) referente à provisão para perdas em repasses interfinanceiros.

5) Receitas de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Receitas de Operações de Crédito	39.398.161	83.730.111	88.608.658	40.915.621	86.493.451	83.669.131
Empréstimos e direitos creditórios descontados	21.324.611	42.573.760	47.509.830	22.462.178	44.732.952	42.000.249
Financiamentos	4.359.048	14.188.413	11.020.677	4.407.702	14.266.133	11.057.115
Financiamentos rurais	5.511.066	10.862.483	10.331.855	5.511.066	10.862.483	10.331.855
Recuperação de créditos baixados como prejuízo ⁽¹⁾	2.989.331	5.603.371	4.721.084	3.251.445	6.007.616	5.171.527
Financiamentos imobiliários	2.180.797	4.289.545	6.678.721	2.226.655	4.371.611	6.734.355
Equalização de taxas – Safra agrícola – Lei n.º 8.427/1992	1.586.518	3.252.656	4.970.101	1.586.518	3.252.656	4.970.101
Financiamentos à exportação	1.056.208	2.127.387	3.107.870	1.056.208	2.127.387	3.107.870
Financiamentos de moedas estrangeiras	215.857	539.542	111.495	216.682	541.808	117.098
Adiantamentos a depositantes	139.356	218.003	17.033	161.798	255.854	38.968
Avais e fianças honrados	11.538	27.765	90.949	11.538	27.765	90.949
Demais	23.831	47.186	49.043	23.831	47.186	49.044
Receitas de Arrendamento Mercantil (Nota 10.i)	--	--	--	90.111	196.945	255.815
Total	39.398.161	83.730.111	88.608.658	41.005.732	86.690.396	83.924.946

(1) Foram recuperadas, por meio de cessões de crédito sem coobrigação a entidades não integrantes do Sistema Financeiro Nacional, conforme Resolução CMN n.º 2.836/2001, operações baixadas em prejuízo no montante de R\$ 578.254 mil no segundo semestre de 2018 (com impacto no resultado de R\$ 303.251 mil), R\$ 635.199 mil no exercício de 2018 (com impacto no resultado de R\$ 333.114 mil) e R\$ 95.328 mil no exercício de 2017 (com impacto no resultado de R\$ 49.992 mil). O valor contábil dessas operações eram de R\$ 880.280 mil, R\$ 1.006.790 mil, e R\$ 159.926 mil, respectivamente.

Demonstrações Contábeis

Notas Explicativas

Exercício 2018

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Carteira de Crédito por Setores de Atividade Econômica

	31.12.2018		BB Banco Múltiplo		%		31.12.2017		%		31.12.2018		%		BB Consolidado		%		31.12.2017		%	
	31.12.2018		%				31.12.2017				31.12.2018				31.12.2017				31.12.2017			
Setor Público	74.795.151		12,0				75.327.865				12,2				75.047.238				75.590.190			12,0
Administração pública	44.906.627		7,2				40.777.880				6,6				45.139.798				40.996.755			6,5
Petroleiro	21.010.203		3,4				24.268.133				3,9				21.010.203				24.268.133			3,8
Energia elétrica	6.755.892		1,1				7.995.710				1,3				6.755.892				7.995.710			1,3
Serviços	815.804		0,1				1.029.572				0,2				815.804				1.029.696			0,2
Demais atividades	1.306.625		0,2				1.256.570				0,2				1.325.541				1.299.896			0,2
Setor Privado ⁽¹⁾	551.549.729		88,0				544.318.961				87,8				565.178.768				560.320.418			88,0
Pessoa Física	345.402.270		55,1				326.491.836				53,0				349.076.508				331.674.561			52,4
Pessoa Jurídica	206.147.459		32,9				217.827.125				34,8				216.102.260				228.645.857			35,6
Agronegócio de origem vegetal	32.692.744		5,3				29.710.451				4,8				33.339.396				30.299.442			4,8
Mineração e metalurgia	19.907.578		3,2				23.815.140				3,9				20.574.106				24.665.949			3,9
Serviços	16.562.793		2,6				17.198.343				2,6				17.494.972				18.081.636			2,7
Transportes	16.792.697		2,7				17.275.051				2,8				16.942.530				17.480.150			2,8
Automotivo	13.653.083		2,2				14.928.518				2,4				15.305.785				16.825.384			2,7
Agronegócio de origem animal	14.546.062		2,3				13.326.870				2,2				15.021.837				13.787.041			2,2
Imobiliário	10.202.177		1,6				13.498.075				2,2				10.849.172				14.144.187			2,2
Combustíveis	9.357.467		1,5				9.058.564				1,5				10.060.179				9.527.219			1,5
Comércio varejista	8.699.636		1,4				9.348.978				1,5				9.044.807				9.822.143			1,5
Energia elétrica	7.742.249		1,2				10.258.180				1,7				7.823.963				10.288.037			1,6
Insumos agrícolas	7.716.130		1,2				7.114.155				1,2				7.733.919				7.137.499			1,1
Atividades específicas da construção	6.863.261		1,1				7.240.275				1,2				7.096.961				7.519.681			1,2
Instituições e serviços financeiros	5.558.677		0,9				6.522.241				0,7				6.720.936				7.641.747			0,9
Comércio atacadista e indústrias diversas	5.277.389		0,8				4.860.197				0,8				5.846.187				5.675.124			0,9
Químico	5.140.399		0,8				4.857.750				0,8				5.785.012				5.529.388			0,9
Eletroeletrônico	5.679.469		0,9				5.787.745				0,9				5.723.033				5.948.218			0,9
Textil e confecções	5.520.461		0,9				5.940.894				0,9				5.608.085				6.100.345			1,0
Papel e celulose	3.847.962		0,6				3.636.086				0,6				4.102.069				3.926.936			0,6
Madeiro e moveleiro	3.641.491		0,6				4.035.718				0,6				3.674.811				4.085.707			0,6
Construção pesada	2.139.404		0,3				2.634.439				0,4				2.501.379				3.173.504			0,5
Telecomunicações	1.583.447		0,3				4.069.558				0,7				1.709.995				4.097.668			0,6
Demais atividades	3.022.883		0,5				2.709.897				0,4				3.143.126				2.888.852			0,5
Total	626.344.880		100,0				619.646.826				100,0				640.226.006				635.910.608			100,0

(1) Os valores evidenciados no item Pessoa Física incluem operações de crédito com os setores de agronegócio, habitacional e com outros setores de atividade econômica realizadas com pessoas físicas. Para os setores de atividade econômica evidenciados, as operações são exclusivas com pessoas jurídicas.

c) Carteira de Crédito por Níveis de Risco e Prazos de Vencimento

	BB Banco Múltiplo												5
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31.12.2018	31.12.2017		
					Operações em Curso Normal								
Parcelas Vencidas													
01 a 30	16.222.541	5.177.175	12.639.969	8.006.743	411.652	66.943	64.891	117.005	124.949	42.831.868	38.504.018		
31 a 60	13.583.123	2.779.831	5.115.173	2.628.984	231.214	279.811	17.823	334.295	130.627	25.100.881	21.634.856		
61 a 90	8.596.483	2.087.923	3.615.191	2.175.678	307.184	68.354	16.912	16.167	179.802	17.063.694	17.689.987		
91 a 180	30.711.565	6.883.721	11.695.788	4.679.932	691.284	461.934	95.459	62.018	633.278	55.914.979	52.573.237		
181 a 360	43.976.390	8.680.639	24.470.470	7.388.873	1.199.902	643.066	177.334	114.127	627.438	87.278.239	89.040.299		
Acima de 360	213.508.762	35.053.852	74.738.459	25.888.023	7.863.268	5.172.071	1.301.687	1.574.067	7.874.003	372.974.192	369.016.725		
Parcelas Vencidas													
Até 14 dias	905.731	50.705	115.993	189.244	36.528	14.795	5.585	6.046	21.645	1.346.272	1.137.889		
Demais ⁽¹⁾	426.573	--	--	--	--	--	--	--	--	426.573	405.564		
Subtotal	327.931.168	60.713.846	132.391.043	50.957.477	10.741.032	6.706.974	1.679.691	2.223.725	9.591.742	602.936.698	590.002.575		
					Operações em Curso Anormal								
Parcelas Vencidas													
01 a 30	--	--	48.771	156.842	57.734	49.574	59.025	36.104	204.173	612.223	993.980		
31 a 60	--	--	31.106	67.899	41.913	63.058	25.591	29.086	142.082	400.735	498.694		
61 a 90	--	--	24.924	48.142	34.519	40.957	29.747	14.302	150.040	342.631	432.700		
91 a 180	--	--	62.953	137.538	93.981	123.403	82.511	47.976	350.218	898.580	1.164.580		
181 a 360	--	--	127.354	286.583	213.076	193.704	143.734	106.189	692.407	1.763.047	2.241.644		
Acima de 360	--	--	1.277.088	1.916.014	1.421.870	1.257.740	1.367.787	1.031.843	4.619.605	12.891.947	15.662.633		
Parcelas Vencidas													
01 a 14	--	--	5.414	15.224	13.188	16.832	9.482	4.995	43.869	109.004	204.676		
15 a 30	--	--	81.563	135.400	41.167	33.903	16.844	16.903	74.983	400.763	455.062		
31 a 60	--	--	29.795	222.637	118.172	104.498	35.141	28.812	172.313	711.368	1.568.580		
61 a 90	--	--	--	31.117	209.356	53.358	40.976	28.581	241.491	604.879	781.807		
91 a 180	--	--	--	20.730	60.107	190.766	208.932	271.196	597.394	1.349.125	1.889.774		
181 a 360	--	--	--	--	--	45.878	132.120	63.790	1.630.986	1.872.774	2.719.680		
Acima de 360	--	--	7	--	--	93.703	558.107	3.014	796.275	1.451.106	1.030.441		
Subtotal	--	--	1.688.975	3.038.126	2.305.083	2.267.374	2.709.997	1.682.791	9.715.836	23.408.182	29.644.251		
Total	327.931.168	60.713.846	134.080.018	53.995.603	13.046.115	8.974.348	4.389.688	3.906.516	19.307.578	626.344.880	619.646.826		

(1) Operações com risco de terceiros vinculadas a fundos e programas governamentais, principalmente Pronaf, Procefa, FAT, BNDES e FCO. No exercício/2018, está incluído o valor das parcelas vencidas no total de R\$ 41.298 mil, que obedecem a regras definidas em cada programa para o ressarcimento junto aos gestores dos fundos, não implicando risco de crédito para o Banco.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

		BB Consolidado											
		AA	A	B	C	D	E	F	G	H		31.12.2018	31.12.2017
		Operações em Curso Normal											
Parcelas Vencidas													
01 a 30		16.760.050	6.181.134	13.826.937	8.008.882	419.150	67.146	64.962	117.115	126.175		45.571.551	41.450.011
31 a 60		13.773.663	3.302.310	5.159.690	2.629.797	232.511	281.235	18.009	334.331	131.394		25.862.940	22.524.136
61 a 90		8.611.453	2.578.298	3.630.942	2.176.506	308.902	68.388	16.945	16.207	180.445		17.588.086	18.347.090
91 a 180		31.024.961	8.385.515	11.789.514	4.682.362	694.337	462.074	95.600	62.167	635.159		57.831.689	55.530.306
181 a 360		44.266.361	8.910.495	24.726.832	7.393.144	1.204.042	644.047	177.925	114.662	636.351		88.073.859	90.611.344
Acima de 360		214.849.896	35.989.728	77.721.795	25.906.101	7.880.350	5.178.961	1.305.272	1.595.819	7.986.397		378.414.319	374.514.531
Parcelas Vencidas													
Até 14 dias		915.506	1.162.126	252.688	190.443	41.928	14.968	5.640	6.125	36.309		2.625.733	2.654.780
Demais ⁽¹⁾		426.573	--	--	--	--	--	--	--	--		426.573	405.564
Subtotal		330.628.463	66.509.606	137.108.398	50.987.235	10.781.220	6.716.819	1.684.353	2.246.426	9.732.230		616.394.750	606.037.762
Parcelas Vencidas													
		Operações em Curso Anormal											
01 a 30		--	--	48.777	156.905	57.775	49.595	59.043	36.120	204.378		612.593	994.910
31 a 60		--	--	31.110	67.952	41.943	63.078	25.609	29.101	142.287		401.080	499.599
61 a 90		--	--	24.924	48.191	34.544	40.976	29.764	14.317	150.222		342.938	433.550
91 a 180		--	--	62.953	137.651	94.051	123.457	82.546	48.019	350.750		899.427	1.166.918
181 a 360		--	--	127.354	286.731	213.136	193.787	143.779	106.244	693.327		1.764.358	2.245.079
Acima de 360		--	--	1.277.088	1.916.115	1.421.878	1.257.764	1.367.821	1.031.873	4.621.309		12.893.848	15.666.394
Parcelas Vencidas													
01 a 14		--	--	49.136	16.623	14.486	17.418	9.803	5.370	44.930		157.766	205.093
15 a 30		--	--	85.522	158.185	43.406	34.710	17.308	20.225	79.007		438.363	517.247
31 a 60		--	--	29.805	226.998	130.393	105.396	35.654	29.334	175.100		732.680	1.597.972
61 a 90		--	--	--	31.118	212.971	61.495	43.846	38.684	247.037		635.151	792.680
91 a 180		--	--	--	20.730	60.107	190.815	208.964	271.254	624.935		1.376.805	1.931.197
181 a 360		--	--	--	--	--	45.878	132.120	63.790	1.816.177		2.057.965	2.780.445
Acima de 360		--	--	7	--	--	93.703	558.107	3.014	863.451		1.518.282	1.041.762
Subtotal		--	--	1.736.676	3.067.199	2.324.690	2.278.072	2.714.364	1.697.345	10.012.910		23.831.256	29.872.846
Total		330.628.463	66.509.606	138.845.074	54.054.434	13.105.910	8.994.891	4.398.717	3.943.771	19.745.140		640.226.006	635.910.608

(1) Operações com risco de terceiros vinculadas a fundos e programas governamentais, principalmente Pronaf, Procer, FAT, BNDES e FCO. No exercício/2018, está incluído o valor das parcelas vencidas no total de R\$ 41.298 mil, que obedecem a regras definidas em cada programa para o ressarcimento junto aos gestores dos fundos, não implicando risco de crédito para o Banco.

Notas Explicativas

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Constituição da Provisão para Operações de Crédito por Níveis de Risco

Nível de Risco	% Mínimo de Provisão	BB Banco Múltiplo				
		31.12.2018			31.12.2017	
		Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão complementar ⁽¹⁾	Total	Provisão mínima requerida
AA		327.931.168	--	--	--	--
A	0,5	60.713.846	303.569	38.070	341.639	315.108.020
B	1	134.080.018	1.340.800	484.934	1.825.734	61.602.732
C	3	53.995.603	1.619.868	1.103.741	2.723.609	128.817.755
D	10	13.046.115	1.304.612	596.342	1.900.954	61.174.208
E	30	8.974.348	2.692.304	16.254	2.708.558	10.153.292
F	50	4.389.688	2.194.844	44.732	2.239.576	12.607.745
G	70	3.906.516	2.734.561	2.693	2.737.254	5.205.917
H	100	19.307.578	19.307.578	--	19.307.578	5.930.155
Total		626.344.880	31.498.136	2.286.766	33.784.902	619.646.826
						34.030.141
						2.069.732
						36.099.873

(1) Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, constituída a partir da escala interna de classificação de risco de crédito.

Nível de Risco	% Mínimo de Provisão	BB Consolidado				
		31.12.2018			31.12.2017	
		Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão complementar ⁽¹⁾	Total	Provisão mínima requerida
AA		330.628.463	--	--	--	--
A	0,5	66.509.606	332.548	38.128	370.676	318.099.637
B	1	138.845.074	1.388.451	485.227	1.873.678	68.404.929
C	3	54.054.434	1.621.633	1.103.894	2.725.527	134.631.206
D	10	13.105.910	1.310.591	596.342	1.906.933	61.251.622
E	30	8.994.891	2.698.467	16.255	2.714.722	10.193.686
F	50	4.398.717	2.199.359	44.732	2.244.091	12.644.509
G	70	3.943.771	2.760.640	2.693	2.763.333	5.260.850
H	100	19.745.140	19.745.140	--	19.745.140	5.938.862
Total		640.226.006	32.056.829	2.287.271	34.344.100	635.910.608
						34.611.543
						2.074.897
						36.686.440

(1) Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, constituída a partir da escala interna de classificação de risco de crédito.

f) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Compreende as operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito.

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Saldo Inicial	34.581.906	36.099.873	35.663.659	35.178.548	36.686.440	36.070.120
Constituição/(reversão)	9.135.916	19.687.597	24.958.933	9.206.756	19.788.864	25.265.431
Provisão mínima requerida	8.915.704	19.470.563	24.422.154	8.986.586	19.576.490	24.725.576
Provisão complementar ⁽¹⁾	220.212	217.034	536.779	220.170	212.374	539.855
Variação cambial - provisões no exterior	1.591	80.518	36.275	(51.225)	50.752	86.568
Baixas para prejuízo	(9.934.511)	(22.083.086)	(24.558.994)	(9.989.979)	(22.181.956)	(24.735.679)
Saldo Final	33.784.902	33.784.902	36.099.873	34.344.100	34.344.100	36.686.440

(1) Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, constituída a partir da escala interna de classificação de risco de crédito.

g) Movimentação da Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa

Compreende as provisões para outros créditos sem características de concessão de crédito.

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Saldo Inicial	1.688.847	1.600.712	1.424.741	1.838.903	1.758.435	1.566.638
Constituição/(reversão)	735.833	928.462	411.462	740.260	939.689	433.737
Variação cambial - provisões no exterior	(200)	(11)	245	(1.705)	(16.254)	(4.259)
Baixas para prejuízo/outros ajustes	(152.710)	(257.393)	(235.736)	(152.691)	(257.103)	(237.681)
Saldo Final	2.271.770	2.271.770	1.600.712	2.424.767	2.424.767	1.758.435

h) Carteira de Arrendamento Mercantil Financeiro por Prazo de Vencimento

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Até 1 ano ⁽¹⁾	--	--	113.772	183.601
De 1 a 5 anos	--	--	119.921	214.687
Acima de 5 anos	--	--	21	269
Total a Valor Presente	--	--	233.714	398.557

(1) Inclui os valores relativos às parcelas vencidas.

f) Resultado das Operações de Arrendamento Mercantil

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Receitas de Arrendamento Mercantil	--	--	--	90.111	196.945	255.815
Arrendamento financeiro	--	--	--	90.111	196.945	255.815
Despesas de Arrendamento Mercantil	--	--	--	(60.814)	(129.647)	(147.591)
Arrendamento financeiro	--	--	--	(60.213)	(128.528)	(147.403)
Arrendamento operacional	--	--	--	(565)	(941)	--
Prejuízo na alienação de bens arrendados	--	--	--	(36)	(178)	(188)
Total	--	--	--	29.297	67.298	108.224

f) Concentração das Operações de Crédito

	31.12.2018	% da Carteira	31.12.2017	% da Carteira
Maior Devedor	21.860.093	3,4	25.032.029	4,0
10 Maiores devedores	72.193.449	11,3	74.153.914	11,7
20 Maiores devedores	95.302.551	14,9	100.040.118	15,8
50 Maiores devedores	129.787.796	20,3	137.784.192	21,8
100 Maiores devedores	153.481.111	24,0	161.081.892	25,5

g) Créditos Renegociados

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Créditos Renegociados no Período ⁽¹⁾	30.464.404	57.041.743	48.542.392	30.467.120	57.044.631	48.548.687
Renegociados por atraso ⁽²⁾	4.979.260	9.264.145	10.924.658	4.979.260	9.264.145	10.924.658
Renovados ⁽³⁾	25.485.144	47.777.598	37.617.734	25.487.860	47.780.486	37.624.029
Movimentação dos Créditos Renegociados por Atraso						
Saldo Inicial	22.914.066	25.297.378	27.086.224	22.914.066	25.297.378	27.086.224
Contratações ⁽²⁾	4.979.260	9.264.145	10.924.658	4.979.260	9.264.145	10.924.658
(Recebimento) e apropriação de juros	(2.285.682)	(4.463.774)	(4.312.597)	(2.285.682)	(4.463.774)	(4.312.597)
Baixas para prejuízo	(2.733.435)	(7.223.540)	(8.400.907)	(2.733.435)	(7.223.540)	(8.400.907)
Saldo Final ⁽⁴⁾	22.874.209	22.874.209	25.297.378	22.874.209	22.874.209	25.297.378
Provisão para créditos da carteira renegociada por atraso		12.234.066	12.440.294		12.234.066	12.440.294
(%) PCLD sobre a carteira renegociada por atraso		53,5%	49,2%		53,5%	49,2%
Inadimplência 90 dias da carteira renegociada por atraso		3.857.435	5.918.116		3.857.435	5.918.116
(%) Inadimplência sobre a carteira renegociada por atraso		16,9%	23,4%		16,9%	23,4%

(1) Representa o saldo renegociado no período das operações de crédito, vencidas ou em atraso, utilizando internet, terminal de autoatendimento ou rede de agências.

(2) Créditos renegociados no período para composição de dívidas em virtude de atraso no pagamento pelos clientes.

(3) Créditos renegociados de operações não vencidas para prorrogação, novação, concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

(4) Inclui o valor de R\$ 46.079 mil (R\$ 67.189 mil em 31.12.2017) referente a créditos rurais renegociados. Não está incluído o valor de R\$ 10.610.391 mil (R\$ 8.511.882 mil em 31.12.2017) dos créditos prorrogados da carteira rural com amparo em legislação específica.

l) Informações Complementares

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Créditos contratados a liberar	118.492.366	117.038.631	118.785.761	117.609.174
Garantias financeiras prestadas ⁽¹⁾	7.440.461	4.817.163	5.885.173	3.977.234
Créditos de exportação confirmados	278.476	219.911	279.492	221.115
Créditos abertos para importação contratados	240.054	122.503	332.259	176.766
Recursos vinculados	1.310.588	2.358.912	1.381.302	2.422.714

(1) O Banco mantém provisão para garantias financeiras prestadas registrada em Outras Obrigações – Diversas (Nota 20.f).

m) Operações de Crédito por Linha do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT

Linhas do FAT	TADE ⁽¹⁾	31.12.2018	31.12.2017
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		1.495.697	1.136.832
Proger Urbano Capital de Giro	15/2005 e 01/2016	1.487.878	1.128.091
FAT Turismo - Capital de Giro	02/2012	7.819	8.741
Financiamentos		2.141.543	2.306.663
Proger Urbano Investimento	18/2005	1.846.351	1.911.334
FAT Taxista	02/2009	249.554	311.647
FAT Turismo - Investimento	01/2012	35.382	64.492
Proger Exportação	27/2005	10.256	19.190
Financiamentos Rurais		10.589	36.613
Pronaf Investimento	05/2005	7.401	30.364
Proger Rural Investimento	13/2005	2.553	4.709
Pronaf Custeio	04/2005	621	1.367
Proger Rural Custeio	02/2006	14	173
Total		3.647.829	3.480.108

(1) TADE: Termo de Alocação de Depósito Especial.

II - CARTEIRA DE CÂMBIO**a) Composição**

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Outros Créditos				
Câmbio comprado a liquidar	24.070.311	17.871.823	24.070.311	17.875.671
Cambiais e documentos a prazo em moedas estrangeiras	47.834	40.836	47.834	40.836
Direitos sobre vendas de câmbio	7.910.095	6.807.364	8.113.897	6.941.737
(Adiantamentos em moeda nacional/estrangeira recebidos)	(7.412.677)	(6.086.813)	(7.412.677)	(6.086.813)
Valores em moedas estrangeiras a receber	5.376	506	5.376	506
Rendas a receber de adiantamentos concedidos e de importações financiadas	288.800	285.777	288.800	285.777
Total	24.909.739	18.919.493	25.113.541	19.057.714
Ativo circulante	24.899.242	18.919.493	25.103.044	19.057.714
Ativo não circulante	10.497	--	10.497	--
Outras Obrigações				
Câmbio vendido a liquidar	9.024.153	6.974.077	9.224.512	7.109.167
(Importação financiada)	(1.336)	(297)	(1.336)	(297)
Obrigações por compras de câmbio	23.415.483	17.466.690	23.415.484	17.470.004
(Adiantamentos sobre contratos de câmbio)	(18.180.023)	(14.904.402)	(18.180.023)	(14.904.402)
Valores em moedas estrangeiras a pagar	1.130	1.032	54.690	51.476
Rendas a apropriar de adiantamentos concedidos	9.530	14.079	9.530	14.079
Total	14.268.937	9.551.179	14.522.857	9.740.027
Passivo circulante	11.813.220	7.945.498	12.067.141	8.134.346
Passivo não circulante	2.455.717	1.605.681	2.455.716	1.605.681
Carteira de Câmbio Líquida	10.640.802	9.368.314	10.590.684	9.317.687
Contas de Compensação				
Créditos abertos para importação	344.586	194.769	436.790	249.031
Créditos de exportação confirmados	278.476	219.911	279.493	221.115

b) Resultado de Operações de Câmbio

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Receitas de câmbio	6.281.408	12.190.669	6.805.824	6.486.497	12.500.092	7.106.606
Despesas de câmbio	(5.666.696)	(10.013.518)	(5.917.288)	(5.669.983)	(10.253.021)	(6.189.377)
Resultado de Operações de Câmbio	614.712	2.177.151	888.536	816.514	2.247.071	917.229

12 - OUTROS CRÉDITOS**a) Créditos Específicos**

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Alongamento de crédito rural - Tesouro Nacional ⁽¹⁾	392.414	416.269	392.414	416.269
Outros	--	--	493	533
Total	392.414	416.269	392.907	416.802

(1) Créditos a receber da União, provenientes das operações rurais alongadas e securitizadas ao amparo da Lei nº 9.138/1995, cedidos por meio da MP nº 2.196/2001, em processo de conciliação junto à Secretaria do Tesouro Nacional. O Banco possui obrigações a pagar à União registradas em Outras Obrigações – Credores Diversos no País (Nota 20.e) e em Depósitos à Vista - Vinculadas (Nota 17.a).

b) Diversos

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Ativo fiscal diferido - Crédito tributário (Nota 24.e)	37.607.577	38.678.163	38.643.121	39.722.336
Devedores por depósitos em garantia - contingências (Nota 27.g.1)	37.038.548	36.556.994	37.644.645	37.082.595
Operações com cartões de crédito (Nota 10.a)	26.744.414	23.444.431	28.079.268	25.296.513
Devedores por depósitos em garantia - ação judicial (Nota 27.h.1)	18.668.426	18.180.644	18.668.426	18.180.644
Fundos de destinação do superávit - Previ (Nota 26.f)	9.511.761	9.602.214	9.511.761	9.602.214
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8.452.074	8.276.228	9.026.643	8.910.280
Ativos atuariais (Nota 26.e)	3.771.509	4.540.356	3.771.509	4.540.356
Títulos e créditos a receber - outros	3.694.004	2.927.919	3.810.289	3.033.354
Créditos vinculados a operações adquiridas (Nota 10.a) ⁽¹⁾	6.124.782	10.180.439	6.124.782	10.180.439
Devedores diversos - país	2.129.531	3.283.793	2.159.822	3.305.416
Títulos e créditos a receber - Tesouro Nacional ⁽²⁾	811.616	1.173.851	811.616	1.173.851
Tesouro Nacional - equalização de taxas - safra agrícola - Lei n.º 8.427/1992	1.592.642	2.166.453	1.592.642	2.166.453
Aquisição de recebíveis	--	424.193	--	424.193
Títulos e créditos a receber - ECT - Banco Postal	333.381	626.474	333.381	626.474
Direitos por aquisição de royalties e créditos governamentais	--	494.100	--	494.100
Devedores diversos - exterior	183.509	80.710	314.145	205.213
Títulos e créditos a receber - empresas não financeiras	--	--	302.225	1.097.039
Adiantamentos e antecipações salariais	280.929	253.469	285.076	256.627
Devedores por depósitos em garantia - outros	12.047	19.555	61.127	73.852
Devedores por compra de valores e bens	2.076	4.445	2.181	4.445
Outros	401.085	406.385	400.451	370.235
Total	157.359.911	161.320.816	161.543.110	166.746.629
Ativo circulante	101.908.634	86.979.437	104.477.547	91.070.544
Ativo não circulante	55.451.277	74.341.379	57.065.563	75.676.085

(1) Refere-se a carteiras de crédito consignado e de financiamento de veículos concedidos a pessoas físicas, adquiridas pelo Banco com coobrigação do cedente, contabilizadas em conformidade com a Resolução CMN nº 3.533/2008.

(2) Refere-se, principalmente, a valores provenientes de subvenções em operações com recursos do MCR 6-2, MCR 6-4 (Manual de Crédito Rural) e amparadas por legislação específica, a exemplo de resoluções do CMN, do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana (Resolução CMN nº 2.960/2002) e dos Fundos de Desenvolvimento Regionais (FDNE e FDCO). O Banco ainda detém créditos a receber da União, provenientes das operações rurais alongadas e securitizadas ao amparo da Lei nº 9.138/1995, cedidos por meio da MP nº 2.196/2001, no montante de R\$ 133.574 mil, em processo de conciliação junto à Secretaria do Tesouro Nacional. O Banco possui obrigações a pagar à União registradas em Outras Obrigações – Credores Diversos no País (Nota 20.e) e em Depósitos à Vista - Vinculadas (Nota 17.a).

13 - OUTROS VALORES E BENS

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Bens Não de Uso Próprio	480.629	333.842	490.288	356.308
Bens em regime especial ⁽¹⁾	--	185.930	--	186.024
Imóveis	305.627	70.206	307.303	79.420
Imóveis habitacionais	173.924	75.318	174.007	75.474
Máquinas e equipamentos	913	2.206	1.471	2.765
Veículos e afins	123	140	336	411
Outros	42	42	7.171	12.214
Material em Estoque	28.040	25.892	60.988	56.235
Subtotal	508.669	359.734	551.276	412.543
(Provisão para desvalorização) ⁽²⁾	(149.423)	(150.533)	(155.818)	(157.586)
Despesas Antecipadas	479.454	238.145	513.179	285.716
Despesas de pessoal e outras despesas administrativas	418.330	171.364	418.449	171.501
Dependências externas	27.785	32.733	60.173	79.042
Despesas tributárias	27	26	27	26
Prêmios de seguros a apropriar	13.326	11.797	13.670	12.566
Aluguéis	3.646	5.439	3.646	5.494
Prêmios por créditos adquiridos ⁽³⁾	119	327	119	327
Outros	16.221	16.459	17.095	16.760
Total	838.700	447.346	908.637	540.673
Ativo circulante	832.440	433.896	896.847	522.244
Ativo não circulante	6.260	13.450	11.790	18.429

(1) Bens em regime especial foram reclassificados para o item Imóveis em cumprimento à Lei n.º 13.506/2017.

(2) O Banco Múltiplo reconheceu, no Exercício/2018, despesa de provisão para desvalorização de bens não de uso no valor de R\$ (10.196) mil (despesa de provisão no valor de R\$ (24.163) mil no Exercício/2017). Foi reconhecida no BB Consolidado, no Exercício/2018, despesa de provisão para desvalorização de bens não de uso no valor de R\$ (10.228) mil (despesa de provisão no valor de R\$ (23.614) mil no Exercício/2017).

(3) Os valores são amortizados de acordo com os prazos de vencimento das parcelas dos créditos adquiridos junto a outras instituições financeiras.

Demonstrações Contábeis
Exercício 2018

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

II - INVESTIMENTOS

a) Movimentações nas Participações em Coligadas e Controladas

	BB Banco Múltiplo											
	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro/(Prejuízo) líquido - Exercício/2018	Quantidade de Ações (em milhares)		Participação do Capital Social %	Saldo contábil 31.12.2017	Movimentações - Exercício/2018			Saldo contábil 31.12.2018	Resultado de equivalência Exercício/2017
				Ordinárias	Preferenciais			Dividendos	Outros eventos ⁽¹⁾	Resultado de equivalência		
No País							22.824.004	(7.111.120)	(241.691)	7.182.525	22.653.718	6.828.817
BB Elo Cartões Participações S.A. ⁽²⁾	4.369.042	6.372.439	661.735	10.000	--	100,00%	5.026.871	(522.353)	(55.811)	708.231	5.156.938	698.209
BB Seguridade Participações S.A. ⁽³⁾⁽⁴⁾⁽⁵⁾	5.646.767	6.352.153	3.494.701	1.325.000	--	66,36%	5.042.021	(3.693.936)	(15.167)	2.887.292	4.220.210	2.620.420
BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	3.261.860	4.664.961	153.242	3.000	--	100,00%	4.548.114	(36.395)	--	153.242	4.664.961	224.818
Banco Votorantim S.A. ⁽⁶⁾	8.130.372	9.373.596	1.061.172	43.114.693	9.581.043	50,00%	4.433.632	(9.430)	(268.132)	530.645	4.686.715	290.948
BB Banco de Investimento S.A.	1.821.082	3.169.918	1.258.108	2.541	--	100,00%	3.074.108	(1.223.533)	61.235	1.258.108	3.169.918	1.548.600
BB Tecnologia e Serviços ⁽⁴⁾⁽⁶⁾	228.406	273.212	12.223	248.458	248.586	99,97%	256.236	(2.919)	--	7.061	260.378	32.168
BB Administradora de Consórcios S.A.	167.522	230.582	470.549	14	--	100,00%	215.401	(455.368)	--	470.549	230.582	366.456
BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	109.698	131.792	1.150.561	100.000	--	100,00%	131.639	(1.150.561)	153	1.150.561	131.792	1.033.067
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	9.300	24.332	21.902	398.158	--	100,00%	19.055	(16.625)	--	21.902	24.332	17.749
Outras Participações							76.927	--	36.031	(5.066)	107.892	(3.618)
No Exterior							3.871.663	--	(1.206.170)	2.152.739	4.818.232	628.123
Banco Patagonia S.A.	74.000	1.573.620	680.206	578.117	--	80,39%	1.210.602	--	(471.031)	459.873	1.199.444	406.393
BB Cayman Islands Holding	933.916	1.663.734	63.992	241.023	--	100,00%	1.572.586	--	27.156	63.992	1.663.734	17.735
Banco do Brasil AG	283.112	890.236	24.970	638	--	100,00%	654.351	--	210.915	24.970	890.236	(216.192)
BB Securities LLC	19.374	293.339	18.543	5	--	100,00%	234.535	--	40.261	18.543	293.339	30.445
Banco do Brasil Americas ⁽⁷⁾	238.300	223.596	16.942	11.086	--	100,00%	152.634	--	28.370	16.942	197.946	27.869
BB USA Holding Company	--	724	(39)	--	--	100,00%	652	--	111	(39)	724	(61)
Ágio na aquisição de investimentos no exterior							46.303	--	526.506	--	572.809	--
Ganhos/(perdas) cambiais nas agências							--	--	(1.231.971)	1.231.971	--	241.539
Ganhos/(perdas) cambiais nas subsidiárias e coligadas e controladas							--	--	(322.974)	322.974	--	119.214
Ganhos/(perdas) cambiais em outras participações							--	--	(13.513)	13.513	--	1.181
Total das Participações em Coligadas e Controladas							26.695.667	(7.111.120)	(1.447.861)	9.335.264	27.471.950	7.456.940
(Provisão para perdas)							(4.267)	--	--	--	(4.267)	--

(1) Referem-se basicamente à variação cambial sobre investimentos no exterior e a ajustes de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda. No Banco Votorantim S.A. inclui a adoção inicial de novo critério contábil para reconhecimento da variação negativa de cotas de Fundos de Investimentos em Participação no valor de R\$ 121.064 mil.

(2) Excluído resultado não realizado decorrente de transações da BB Elo Cartões Participações S.A. com a Cateno Gestão de Contas e Pagamentos S.A.

(3) Em 28.12.2018, o valor de mercado da ação da BB Seguridade S.A. foi de R\$ 27,59.

(4) Refere-se ao percentual de participação efetiva, considerando as aquisições de ações pela própria investida, mantidas em tesouraria.

(5) Inclui, no resultado de equivalência do exercício 2018, ganho de capital decorrente de alienação da participação societária na Mapfre BB SH2.

(6) Excluído resultado não realizado decorrente de transações com o Banco Múltiplo.

(7) Incluída a provisão para perda por imparidade sobre o investimento no Banco do Brasil Americas no valor de R\$ 25.651 mil.

Demonstrações Contábeis
Notas Explicativas
Exercício 2018

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	BB Consolidado											Resultado de equivalência
	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro/(Prejuízo) líquido - Exercício/2018	Quantidade de Ações (em milhares)		Participação do Capital Social %	Saldo contábil 31.12.2017	Movimentações - Exercício/2018			Saldo contábil 31.12.2018	
				Ordinárias	Preferenciais			Dividendos	Outros eventos ⁽¹⁾	Resultado de equivalência		
No País							17.216.404	(3.312.839)	(1.463.685)	3.741.668	3.741.668	3.362.574
Banco Votorantim S.A. ⁽²⁾	8.130.372	9.373.596	1.061.172	43.114.693	9.581.043	50,00%	4.433.632	(9.430)	(268.132)	530.645	4.686.715	290.948
Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. ⁽³⁾	414.000	12.206.349	717.572	2.397.200	1.198.600	30,00%	3.655.182	(208.545)	--	215.268	3.661.905	205.842
Cielo S.A. ⁽²⁾⁽⁴⁾	5.700.000	11.284.975	2.371.845	778.320	--	28,68%	3.264.584	(1.103.785)	49.815	861.435	3.072.049	1.127.484
BB Mapfre SH1 Participações S.A. ⁽⁴⁾⁽⁵⁾	1.422.278	1.703.167	1.548.426	1.039.908	2.079.400	74,99%	1.686.052	(1.060.816)	(420.704)	1.072.673	1.277.205	1.144.423
Mapfre BB SH2 Participações S.A. ⁽⁴⁾⁽⁵⁾⁽⁶⁾	--	--	--	--	--	--	1.469.780	(55.110)	(1.198.808)	(215.862)	--	(73.364)
Brasilprev Seguros e Previdência S.A. ⁽²⁾⁽⁴⁾⁽⁵⁾	1.402.269	2.875.598	913.382	572	1.145	75,00%	1.975.877	(583.602)	849	743.335	2.136.459	820.267
Neoenergia S.A.	12.919.982	18.805.055	1.549.891	113.430	--	9,35%	1.570.055	(73.702)	142.265	110.695	1.749.313	25.588
Elo Participações S.A. ⁽⁷⁾	1.052.000	2.532.036	573.968	525.895	--	49,99%	976.121	(35.533)	(5.229)	222.102	1.157.461	133.916
Brasilcap Capitalização S.A. ⁽⁴⁾⁽⁵⁾	231.264	381.121	98.614	107.989	107.989	66,66%	241.544	(62.559)	--	75.070	254.055	170.414
Outras Participações							751.772	(119.757)	274.371	126.307	1.032.693	117.056
Ágio/(Deságio) na aquisição de investimentos							336.981	--	(150.382)	--	186.599	--
Resultado não realizado ⁽⁸⁾							(3.145.176)	--	112.270	--	(3.032.906)	--
No Exterior							46.303	--	526.506	--	572.809	(313)
Outras participações no exterior							--	--	--	--	--	(313)
Ágio na aquisição de investimentos no exterior							46.303	--	526.506	--	572.809	--
Total das Participações em Coligadas e Controladas							17.262.707	(3.312.839)	(937.179)	3.741.668	16.754.357	3.362.261
(Provisão para perdas)							(11.213)	--	(29.249)	--	(40.462)	--

(1) Referem-se basicamente a variação cambial sobre investimentos no exterior e a ajustes de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.

(2) Excluído resultado não realizado decorrente de transações com o Banco Múltiplo.

(3) Participação indireta do Banco na Cateno, por meio de sua controlada BB Elo Cartões Participações S.A. A participação total do Banco é de 50,07%, em virtude de a Cielo S.A. deter 70% de participação direta na Cateno.

(4) Refere-se ao percentual de participação efetiva, considerando as aquisições de ações pela própria investida, mantidas em tesouraria.

(5) Participação societária detida pela BB Seguros Participações S.A. Inclui ajustes de harmonização de práticas contábeis.

(6) Baixa do investimento em Mapfre BB SH2.

(7) A equivalência patrimonial da Elo Participações S.A. é calculada na proporção da contribuição mensal da BB Elo Cartões nos negócios da empresa, conforme acordo de 01.11.2017, entre a BB Elo Cartões e a Bradescard.

(8) Resultado não realizado proveniente da parceria estratégica entre a BB Elo Cartões Participações S.A. e a Cielo S.A., constituindo a Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.

Demonstrações Contábeis

Notas Explicativas

Exercício 2018

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Informações Financeiras Resumidas das Coligadas e Controladas em Conjunto e não Ajustadas pelos Percentuais de Participação Detidos pelo Banco

Balanco Patrimonial	BB Consolidado							Total
	31.12.2018							
	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Banco Votorantim S.A.	Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.	BB Mapfre SH1 Participações S.A.	Cielo S.A.	Demais Participações		
Ativo Total	261.344.248	101.819.911	12.910.719	13.659.046	82.995.433	51.968.205	524.697.562	
Disponibilidades	3.050	201.874	3.118	31.374	69.372	706.187	1.014.975	
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	--	12.997.077	248.359	--	8.301	6.558.151	19.811.888	
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (IFD)	258.899.903	30.385.743	1.671.299	6.572.709	7.253.606	9.533.671	314.316.931	
Operações de Crédito	--	42.410.397	--	--	--	54.941	42.465.338	
Outros créditos e outros valores e bens	2.201.405	13.382.034	885.987	6.806.390	64.739.265	12.643.065	100.658.146	
Permanente	239.890	2.442.786	10.101.956	248.573	10.924.889	22.472.190	46.430.284	
Passivo Total	258.468.650	92.446.315	704.370	11.955.879	71.710.458	29.521.923	464.807.595	
Depósitos, captações, empréstimos, IFD e demais repasses	--	76.628.254	--	--	59.534.999	4.202.855	140.366.108	
Outras Obrigações	258.468.650	15.818.061	704.370	11.955.879	12.175.459	25.319.068	324.441.487	
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	256.765.876	--	--	8.657.486	--	17.896.578	283.319.940	
Dívidas subordinadas e instrumentos híbridos de capital e dívida	--	3.084.748	--	--	--	2.902.306	5.987.054	
Demais	1.702.774	12.733.313	704.370	3.298.393	12.175.459	4.520.184	35.134.493	
Patrimônio Líquido	2.875.598	9.373.596	12.206.349	1.703.167	11.284.975	22.446.282	59.889.967	
% de Participação	75,00%	50,00%	30,00%	74,99%	28,68%	--	--	
Patrimônio Líquido (proporcional à participação)	2.156.555	4.686.798	3.661.905	1.277.205	3.236.023	2.207.965	17.226.451	
Ágio/(Deságio) na aquisição de investimentos	(1.561)	--	--	--	162.550	598.419	759.408	
Outros valores ⁽¹⁾	(20.096)	(83)	--	--	(163.974)	(1.047.349)	(1.231.502)	
Saldo do investimento	2.134.898	4.686.715	3.661.905	1.277.205	3.234.599	1.759.035	16.754.357	

(1) Referem-se, principalmente, a resultados não realizados e a ajustes de exercícios anteriores e de harmonização de práticas contábeis das empresas não financeiras ao Cosif.

Demonstração do Resultado	BB Consolidado							
	Exercício/2018							
	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Banco Votorantim S.A.	Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.	BB Mapfre SH1 Participações S.A.	Mapfre BB SH2 Participações S.A.(2)	Cielo S.A.	Demais Participações	Total
Resultado bruto da intermediação financeira	117.534	3.779.494	--	505.592	160.201	1.535.098	4.657.003	10.754.922
Receitas de prestação de serviços	2.623.630	521.607	3.032.589	--	1.571	7.206.775	4.230.701	17.616.873
Outras despesas administrativas	(263.721)	(1.343.662)	(857.393)	(266.253)	(231.537)	(805.135)	(1.311.421)	(5.079.122)
Outras receitas/despesas operacionais	(747.316)	(1.041.954)	(1.091.978)	2.279.839	(212.686)	(3.899.051)	(2.331.481)	(7.044.627)
Resultado não operacional	(79)	(75.548)	--	4.341	317	(13.175)	162.443	78.299
Resultado antes da tributação	1.730.048	1.839.937	1.083.218	2.523.519	(282.134)	4.024.512	5.407.245	16.326.345
Tributação sobre o lucro e participações	(816.666)	(778.765)	(365.646)	(975.092)	105.155	(1.652.667)	(546.713)	(5.030.394)
Lucro Líquido	913.382	1.061.172	717.572	1.548.427	(176.979)	2.371.845	4.860.532	11.295.951
% de Participação	75,00%	50,00%	30,00%	74,99%	50,00%	28,68%	--	--
Lucro Líquido (proporcional à participação)	684.991	530.587	215.268	1.161.165	(88.489)	680.119	977.519	4.161.160
Outros valores (1)	58.344	58	--	(88.492)	(127.373)	181.316	(443.345)	(419.492)
Resultado de equivalência patrimonial	743.335	530.645	215.268	1.072.673	(215.862)	861.435	534.174	3.741.668

(1) Referem-se, principalmente, a resultados não realizados e a ajustes de exercícios anteriores e de harmonização de práticas contábeis das empresas não financeiras ao Cosif.

(2) Mapfre BB SH2 foi alienada em novembro de 2018.

Demonstrações Contábeis

Notas Explicativas

Exercício 2018

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	BB Consolidado									Totais
	31.12.2017									
	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Banco Votorantim S.A.	Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.	BB Mapfre SH1 Participações S.A.	Mapfre BB SH2 Participações S.A.	Cielo S.A.	Demais Participações	Total		
	Ativo Total	238.702.120	93.520.037	12.881.294	13.625.872	13.501.265	89.612.229	47.930.606	509.773.423	
	Disponibilidades	11	296.334	10	33.757	18.205	15.163	1.337.849	1.701.329	
	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	--	15.109.681	401.522	--	--	269.191	6.360.411	22.140.805	
	Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (IFD)	236.374.844	23.118.394	1.164.145	6.941.632	4.686.490	10.903.369	10.547.969	293.736.843	
	Operações de Crédito	--	41.534.199	--	--	--	--	45.092	41.579.291	
	Outros créditos e outros valores e bens	2.100.704	12.200.234	834.939	6.251.715	8.458.124	67.811.899	10.991.958	108.649.573	
	Permanente	226.561	1.261.195	10.480.678	398.768	338.446	10.612.607	18.647.327	41.965.582	
	Passivo Total	236.038.658	84.541.892	697.355	11.377.679	10.214.439	77.853.783	24.836.146	445.559.952	
	Depósitos, captações, empréstimos, IFD e demais repasses	--	64.151.436	--	--	--	72.926.333	1.489.342	138.567.111	
	Outras Obrigações	236.038.658	20.390.456	697.355	11.377.679	10.214.439	4.927.450	23.346.804	306.992.841	
	Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	225.947.586	--	--	8.249.245	7.566.393	--	18.051.454	259.814.678	
	Dívidas subordinadas e instrumentos híbridos de capital e dívida	--	3.673.691	--	--	--	--	--	3.673.691	
	Demais	10.091.072	16.716.765	697.355	3.128.434	2.648.046	4.927.450	5.295.350	43.504.472	
	Patrimônio Líquido	2.663.462	8.978.145	12.183.939	2.248.193	3.286.826	11.758.446	23.094.460	64.213.471	
	% de Participação	75,00%	50,00%	30,00%	74,99%	50,00%	28,68%	--	--	
	Patrimônio Líquido (proporcional à participação)	1.997.463	4.489.073	3.655.182	1.685.920	1.643.413	3.374.921	4.074.015	20.919.987	
	Ágio/(Deságio) na aquisição de investimentos	(1.561)	--	--	--	--	304.246	34.296	336.981	
	Outros valores ⁽¹⁾	(21.586)	(55.441)	--	132	(173.633)	(110.337)	(3.633.396)	(3.994.261)	
	Saldo do investimento	1.974.316	4.433.632	3.655.182	1.686.052	1.469.780	3.568.830	474.915	17.262.707	

(1) Referem-se, principalmente, a resultados não realizados e a ajustes de exercícios anteriores e de harmonização de práticas contábeis das empresas não financeiras ao Cosif.

Demonstração do Resultado	BB Consolidado							
	Exercício/2017							
	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Banco Votorantim S.A.	Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.	BB Mapfre SH1 Participações S.A.	Mapfre BB SH2 Participações S.A.	Cielo S.A.	Demais Participações	Total
Resultado bruto da intermediação financeira	452.538	3.063.765	--	711.770	441.204	1.000.670	3.733.989	9.403.936
Receitas de prestação de serviços	2.382.459	512.690	2.914.138	--	7.443	7.610.457	854.416	14.281.603
Outras despesas administrativas	(270.380)	(1.206.234)	(909.356)	(294.010)	(516.212)	(865.280)	(1.142.354)	(5.203.826)
Outras receitas/despesas operacionais	(641.870)	(1.195.449)	(965.165)	2.048.722	163.749	(2.281.005)	258.697	(2.612.321)
Resultado não operacional	(2.646)	3.221	--	493	(145)	(11.608)	67.413	56.728
Resultado antes da tributação	1.920.101	1.177.993	1.039.617	2.466.975	96.039	5.453.234	3.772.161	15.926.120
Tributação sobre o lucro e participações	(828.941)	(595.764)	(353.557)	(866.175)	(58.805)	(1.475.957)	(818.129)	(4.997.328)
Lucro Líquido	1.091.160	582.229	686.060	1.600.800	37.234	3.977.277	2.954.032	10.928.792
% de Participação	75,00%	50,00%	30,00%	74,99%	50,00%	28,68%	--	--
Lucro Líquido (proporcional à participação)	818.315	291.114	205.817	1.200.440	18.617	1.140.841	779.887	4.455.031
Outros valores ⁽¹⁾	1.952	(166)	25	(56.017)	(91.981)	(13.357)	(333.226)	(492.770)
Resultado de equivalência patrimonial	820.267	290.948	205.842	1.144.423	(73.364)	1.127.484	446.661	3.962.261

(1) Referem-se, principalmente, a resultados não realizados e a ajustes de exercícios anteriores e de harmonização de práticas contábeis das empresas não financeiras ao Cosif.

c) Outros Investimentos

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Investimentos por incentivos fiscais	10.821	10.821	56.051	43.289
Títulos patrimoniais	57	57	57	57
Ações e cotas	73.921	76.846	84.380	86.629
Outros investimentos	3.005	2.945	3.811	3.970
Outras participações no exterior	92.379	78.866	129.853	112.216
Total ⁽¹⁾	180.183	169.535	274.152	246.161
(Provisão para perdas)	(7.163)	(7.147)	(14.856)	(7.921)

(1) Inclui o montante R\$ 5.564 mil em 31.12.2017 no BB Consolidado, relativo à Imparidade Acumulada.

d) Ágios na Aquisição de Investimentos

Movimentação dos ágios	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Saldo Inicial	29.008	46.303	133.789	292.404	384.845	604.440
Aquisições/Adições ⁽¹⁾	606.414	606.414	--	606.414	606.414	--
Amortizações ⁽²⁾	(18.740)	(25.910)	(78.335)	(93.884)	(176.200)	(210.444)
Variação cambial ⁽³⁾	(43.873)	(53.998)	(9.151)	(43.874)	(53.999)	(9.151)
Saldo Final	572.809	572.809	46.303	761.060	761.060	384.845

(1) Compra de ações do Banco Patagonia.

(2) Registradas em Outras Despesas Administrativas.

(3) Incidente sobre os ágios do Banco do Brasil Americas e do Banco Patagonia.

e) Expectativa de Amortização dos Ágios

	2019	2020	2021	Após 2020	Total
Banco do Brasil	50.856	41.509	41.509	258.735	392.609
Banco Patagonia ⁽¹⁾	50.856	41.509	41.509	258.735	392.609
Efeitos tributários ⁽²⁾	(20.342)	(16.604)	(16.604)	(103.494)	(157.044)
Total Líquido	30.514	24.905	24.905	155.241	235.565
Outras Participações					
BB-BI ⁽³⁾	162.550	--	--	--	162.550
Cielo	162.550	--	--	--	162.550
BB Seguros	20.354	2.540	2.716	--	25.610
Brasilcap	7.753	--	--	--	7.753
IRB-Brasil Resseguros S.A.	12.601	2.540	2.716	--	17.857
BB Consolidado	233.760	44.049	44.225	258.735	580.769
Efeitos tributários ⁽²⁾	(92.280)	(17.468)	(17.527)	(103.494)	(230.769)
Total Líquido	141.480	26.581	26.698	155.241	350.000

(1) O ágio a ser amortizado não considera o montante de R\$ 180.200 mil referente ao ativo intangível de vida útil indefinida.

(2) 25% de IRPJ e 15% de CSLL para as empresas financeiras e para as empresas não financeiras de seguros, previdência e capitalização, e 25% de IRPJ e 9% da CSLL para as demais empresas não financeiras.

(3) Conforme Nota 31 - Eventos Subsequentes, o ágio da Cielo será transferido do BB BI para a BB Elo Cartões em 2019.

A expectativa de amortização dos ágios gerados nas aquisições de participações societárias respalda-se em projeções de resultado que fundamentaram os negócios, elaboradas por empresas especializadas ou por área técnica do Banco, contemplando os prazos das estimativas e taxas de desconto utilizadas na apuração do valor presente líquido dos fluxos de caixa esperados.

f) Teste de Imparidade dos Ágios

O valor recuperável dos ágios na aquisição de investimentos é determinado com base no valor em uso, calculado pela metodologia de Fluxo de Caixa Descontado, que se fundamenta na projeção de um fluxo de caixa para a empresa investida (unidade geradora de caixa) e na determinação da taxa que irá descontar esse fluxo. Para avaliação dos bancos, foi utilizada a metodologia de Fluxo de Caixa Livre para o Acionista, descontado pelo custo de capital próprio apurado para cada instituição.

As premissas adotadas para estimar esse fluxo são baseadas em informações públicas, no orçamento e no plano de negócios das empresas avaliadas. As premissas consideram o desempenho atual e passado, bem como o crescimento esperado no respectivo mercado de atuação e em todo ambiente macroeconômico.

Os fluxos de caixa das empresas relacionadas a seguir foram projetados pelo período de dez anos, perpetuando-se a partir do décimo primeiro ano, com taxa de crescimento estabilizada. Para os períodos de fluxo de caixa excedentes aos prazos das projeções dos orçamentos ou planos de negócios, as estimativas de crescimento utilizadas estão em linha com aquelas adotadas pelas empresas. A taxa de desconto nominal foi calculada, ano a ano, com base no modelo Capital Asset Pricing Model – CAPM ajustado ao mercado e a moeda de cada país.

Empresas (Unidades Geradoras de Caixa)	Taxa de Crescimento a.a. ⁽¹⁾	Taxa de Desconto a.a. ⁽²⁾
Banco do Brasil Americas	2,0%	10,0%
Banco Patagonia	7,3%	23,4%

(1) Crescimento nominal na perpetuidade.

(2) Média geométrica das projeções utilizadas nas Avaliações Econômicas.

De acordo com a análise de sensibilidade realizada, não há a indicação de que mudanças em premissas possam fazer o valor contábil das unidades geradoras de caixa exceder o seu respectivo valor recuperável.

O valor recuperável do ágio na aquisição da Cielo, bem como dos ágios reconhecidos na BB Seguros/BB Seguridade, foi apurado por meio do valor líquido de venda, com base na cotação das ações de emissão das companhias na B3.

Empresa (Unidade Geradora de Caixa)	Cotação ⁽¹⁾
BB Seguridade (BBSE3)	R\$ 24,10
Cielo (CIEL3)	R\$ 12,25

(1) Preço de fechamento das ações em 28.09.2018.

Nos exercícios 2018 e 2017, não houve perda por imparidade sobre os ágios na aquisição dos investimentos.

15 - IMOBILIZADO DE USO

	BB Banco Múltiplo							
	31.12.2017	Exercício/2018			31.12.2018			
	Saldo contábil	Movimentações	Depreciação	Provisão de perdas por imparidade	Valor de custo	Depreciação acumulada	Imparidade acumulada	Saldo contábil
Edificações	3.261.581	601.895	(372.098)	(29.277)	7.723.191	(4.214.392)	(46.698)	3.462.101
Móveis e equipamentos de uso	1.438.818	233.235	(257.379)	73	3.366.563	(1.951.788)	(28)	1.414.747
Sistemas de processamento de dados	1.108.067	566.096	(438.694)	--	3.608.933	(2.373.464)	--	1.235.469
Imobilizações em curso	770.477	(241.868)	--	--	528.609	--	--	528.609
Terrenos	180.821	146.473	--	--	327.294	--	--	327.294
Instalações	147.306	24.879	(31.289)	--	987.214	(846.318)	--	140.896
Sistemas de segurança	139.750	20.800	(28.049)	--	391.781	(259.280)	--	132.501
Sistemas de comunicação	114.960	3.846	(19.755)	--	274.039	(174.988)	--	99.051
Sistemas de transporte	4.477	--	(806)	--	9.111	(5.440)	--	3.671
Móveis e equipamentos em estoque	1.665	(10)	--	--	1.655	--	--	1.655
Total	7.167.922	1.355.346	(1.148.070)	(29.204)	17.218.390	(9.825.670)	(46.726)	7.345.994

	BB Consolidado							
	31.12.2017	Exercício/2018			31.12.2018			
	Saldo contábil	Movimentações	Depreciação	Provisão de perdas por imparidade	Valor de custo	Depreciação acumulada	Imparidade acumulada	Saldo contábil
Edificações	3.326.593	596.353	(381.516)	(29.277)	7.808.669	(4.249.818)	(46.698)	3.512.153
Móveis e equipamentos de uso	1.553.976	246.875	(283.358)	73	3.593.070	(2.075.351)	(153)	1.517.566
Sistemas de processamento de dados	1.115.034	567.399	(443.258)	--	3.632.976	(2.393.801)	--	1.239.175
Imobilizações em curso	791.350	(259.506)	--	--	531.844	--	--	531.844
Terrenos	195.256	144.919	--	--	340.500	--	(325)	340.175
Instalações	161.003	25.292	(32.454)	--	1.004.802	(850.961)	--	153.841
Sistemas de segurança	141.539	21.799	(28.751)	--	396.581	(261.994)	--	134.587
Sistemas de comunicação	121.156	1.816	(21.187)	--	282.071	(180.286)	--	101.785
Sistemas de transporte	7.730	(1.827)	(1.066)	--	11.123	(6.286)	--	4.837
Móveis e equipamentos em estoque	1.665	(10)	--	--	1.655	--	--	1.655
Total	7.415.302	1.343.110	(1.191.590)	(29.204)	17.603.291	(10.018.497)	(47.176)	7.537.618

Demonstrações Contábeis

Exercício 2018

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

16 - INTANGÍVEL

a) Movimentação e Composição

	BB Banco Múltiplo						
	31.12.2017	Exercício/2018					31.12.2018
	Saldo contábil	Aquisições	Variação cambial	Baixas	Amortização	Perda por imparidade ⁽²⁾	Valor de custo
Direitos de gestão de folhas de pagamento ⁽¹⁾	4.668.153	194.012	--	(13.077)	(1.420.604)	--	9.535.387
Softwares	1.940.475	441.149	1.205	(6)	(284.362)	--	4.262.060
Outros ativos intangíveis	170.245	--	--	--	(63.184)	(19.933)	454.463
Total	6.778.873	635.161	1.205	(13.083)	(1.768.150)	(19.933)	14.251.910
							(8.568.164)
							5.614.073

(1) Os valores de Aquisições e Baixas incluem contratos renegociados no período, em que o valor do novo contrato é ativado e o valor do contrato anterior é baixado sem impacto no resultado.

(2) Os valores das perdas por imparidade são registrados em outras despesas operacionais na demonstração do resultado.

	BB Consolidado						
	31.12.2017	Exercício/2018					31.12.2018
	Saldo contábil	Aquisições	Variação cambial	Baixas	Amortização	Perda por imparidade ⁽²⁾	Valor de custo
Direitos de gestão de folhas de pagamento ⁽¹⁾	4.668.153	194.012	--	(13.077)	(1.420.604)	--	9.535.387
Softwares	2.088.331	458.751	22.341	(522)	(302.481)	--	4.539.165
Outros ativos intangíveis	170.245	--	--	--	(63.184)	(19.933)	454.463
Total	6.926.729	652.763	22.341	(13.599)	(1.786.269)	(19.933)	14.529.015
							(8.677.310)
							5.782.032

(1) Os valores de Aquisições e Baixas incluem contratos renegociados no período, em que o valor do novo contrato é ativado e o valor do contrato anterior é baixado sem impacto no resultado.

(2) Os valores das perdas por imparidade são registrados em outras despesas operacionais na demonstração do resultado.

b) Estimativa de Amortização

	BB Banco Múltiplo			
	2019	2020	2021	2022
Valores a amortizar	1.522.693	1.231.186	1.028.391	513.909
				1.317.894
				5.614.073

	BB Consolidado			
	2019	2020	2021	2022
Valores a amortizar	1.539.489	1.247.982	1.045.187	530.705
				1.418.669
				5.782.032

17- DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO**a) Depósitos**

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Depósitos à Vista	65.032.881	66.855.600	67.810.697	69.981.063
Pessoas físicas	34.557.360	35.822.142	35.414.939	36.490.812
Pessoas jurídicas	20.083.618	18.943.093	22.071.825	21.405.918
Governos	1.826.142	1.935.474	1.826.142	1.935.474
Vinculados ⁽¹⁾	5.532.944	6.933.314	5.543.457	6.942.953
Moedas estrangeiras	587.532	635.786	587.532	635.786
Ligadas	671.754	1.025.587	662.097	1.024.617
Instituições do sistema financeiro	648.311	658.545	582.305	645.506
Especiais do Tesouro Nacional	226.368	262.607	226.368	262.607
Domiciliados no exterior	234.316	77.523	228.760	73.495
Outros	664.536	561.529	667.272	563.895
Depósitos de Poupança	174.854.743	160.289.875	174.854.743	160.289.875
Pessoas físicas	167.501.857	152.554.594	167.501.857	152.554.594
Pessoas jurídicas	6.960.602	7.363.904	6.960.602	7.363.904
Ligadas	376.425	357.995	376.425	357.995
Instituições do sistema financeiro	15.859	13.382	15.859	13.382
Depósitos Interfinanceiros	33.250.141	23.672.582	33.668.595	24.152.759
Depósitos a Prazo	198.061.985	184.383.916	209.491.504	195.628.823
Judiciais	135.339.364	121.347.715	135.481.016	121.524.344
Moeda nacional	43.657.659	47.391.119	43.657.658	47.388.073
Moedas estrangeiras	11.207.517	9.063.489	22.495.385	20.134.813
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT (Nota 17.e)	4.284.560	4.360.303	4.284.560	4.360.303
Funproger (Nota 17.f)	402.693	366.469	402.693	366.469
Outros	3.170.192	1.854.821	3.170.192	1.854.821
Outros Depósitos	211.232	176.842	211.232	176.842
Total	471.410.982	435.378.815	486.036.771	450.229.362
Passivo circulante	429.546.066	391.927.210	442.285.753	405.168.767
Passivo não circulante	41.864.916	43.451.605	43.751.018	45.060.595

(1) Inclui o montante de R\$ 55.316 mil referente a obrigações com a União, provenientes das operações rurais alongadas e securitizadas no amparo da Lei n.º 9.138/95, cedidas por meio da MP n.º 2.196/ 01, em processo de conciliação junto à Secretaria do Tesouro Nacional.

b) Segregação de Depósitos por Prazo de Exigibilidade

	BB Banco Múltiplo						
	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	31.12.2018	31.12.2017
Depósitos a prazo ⁽¹⁾	143.320.047	7.035.362	7.837.820	17.356.178	22.512.578	198.061.985	184.383.916
Depósitos de poupança	174.854.743	--	--	--	--	174.854.743	160.289.875
Depósitos à vista	65.032.881	--	--	--	--	65.032.881	66.855.600
Depósitos interfinanceiros	--	11.509.276	19.744.705	1.508.916	487.244	33.250.141	23.672.582
Outros depósitos	211.232	--	--	--	--	211.232	176.842
Total	383.418.903	18.544.638	27.582.525	18.865.094	22.999.822	471.410.982	435.378.815

(1) Inclui o valor de R\$ 42.414.052 mil (R\$ 45.300.305 mil em 31.12.2017), relativo a depósitos a prazo com cláusula de recompra antecipada (compromisso de liquidez), considerados os prazos de vencimento originais.

	BB Consolidado						
	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	31.12.2018	31.12.2017
Depósitos a prazo ⁽¹⁾	143.320.047	17.249.817	8.487.512	17.731.473	22.702.655	209.491.504	195.628.823
Depósitos de poupança	174.854.743	--	--	--	--	174.854.743	160.289.875
Depósitos à vista	67.810.697	--	--	--	--	67.810.697	69.981.063
Depósitos interfinanceiros	--	10.564.588	19.787.117	1.015.632	2.301.258	33.668.595	24.152.759
Outros depósitos	211.232	--	--	--	--	211.232	176.842
Total	386.196.719	27.814.405	28.274.629	18.747.105	25.003.913	486.036.771	450.229.362

(1) Inclui o valor de R\$ 42.414.052 mil (R\$ 45.300.305 mil em 31.12.2017), relativo a depósitos a prazo com cláusula de recompra antecipada (compromisso de liquidez), considerados os prazos de vencimento originais.

c) Captações no Mercado Aberto

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Carteira Própria	49.939.794	47.582.667	39.570.367	40.235.552
Títulos privados	17.581.626	23.730.336	17.417.544	23.576.205
Letras do Tesouro Nacional	9	--	9	--
Letras Financeiras do Tesouro	28.184.411	20.328.282	21.114.864	15.660.312
Títulos no exterior	4.173.748	3.524.049	1.037.950	999.035
Carteira de Terceiros	369.283.032	341.622.559	363.330.835	336.007.143
Letras Financeiras do Tesouro	322.178.106	338.551.757	316.612.217	332.990.784
Letras do Tesouro Nacional	32.645.031	3.017.418	32.645.031	3.016.349
Notas do Tesouro Nacional	14.455.767	--	14.073.569	--
Títulos no exterior	4.128	53.384	18	10
Total	419.222.826	389.205.226	402.901.202	376.242.695
Passivo circulante	406.673.764	375.787.621	393.556.860	365.536.950
Passivo não circulante	12.549.062	13.417.605	9.344.342	10.705.745

d) Despesa com Operações de Captação no Mercado

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Despesas de Captações com Depósitos	(11.750.169)	(22.956.712)	(26.008.397)	(12.588.835)	(24.252.072)	(19.352.308)
Depósitos de poupança	(4.976.060)	(9.550.065)	(10.067.847)	(4.976.060)	(9.550.065)	(10.067.847)
Depósitos judiciais	(4.677.623)	(9.223.667)	(11.055.285)	(4.681.127)	(9.229.061)	(11.056.741)
Depósitos a prazo	(1.577.578)	(3.294.741)	(4.972.834)	(2.415.869)	(4.591.804)	(5.780.305)
Depósitos interfinanceiros ⁽¹⁾	(518.908)	(888.239)	87.569	(515.779)	(881.142)	7.552.585
Despesas de Captações no Mercado Aberto	(14.098.878)	(28.258.210)	(41.082.813)	(13.725.446)	(27.556.891)	(40.359.127)
Carteira de terceiros	(12.596.656)	(25.350.317)	(36.529.547)	(12.330.205)	(24.834.095)	(35.864.548)
Carteira própria	(1.502.222)	(2.907.893)	(4.553.266)	(1.395.241)	(2.722.796)	(4.494.579)
Despesas de Captações de Recursos de Aceites e Emissão de Títulos ⁽²⁾	(3.960.940)	(8.231.153)	(14.205.046)	(4.092.992)	(8.482.026)	(14.400.092)
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	(2.275.449)	(4.666.751)	(8.778.104)	(2.275.449)	(4.666.751)	(8.778.104)
Letras financeiras	(819.902)	(1.860.988)	(3.001.949)	(819.902)	(1.860.988)	(3.001.949)
Emissão de títulos e valores mobiliários no exterior	(441.746)	(876.716)	(1.025.289)	(573.798)	(1.127.589)	(1.220.335)
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	(423.843)	(826.698)	(1.399.704)	(423.843)	(826.698)	(1.399.704)
Despesas com Dívidas Subordinadas no Exterior ⁽³⁾	(331.808)	(624.774)	(545.864)	(331.808)	(624.774)	(545.864)
Despesas com Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida ⁽⁴⁾⁽⁵⁾	(1.159.765)	(2.212.304)	(1.944.319)	(1.006.830)	(1.956.552)	(1.846.975)
Outras	(251.557)	(541.045)	(636.200)	(251.577)	(541.261)	(649.300)
Total	(31.553.117)	(62.824.198)	(84.422.639)	(31.997.488)	(63.413.576)	(77.153.666)

(1) As movimentações credoras apresentadas decorrem da variação cambial do período.

(2) As captações de recursos de aceites e emissão de títulos estão evidenciadas na Nota 18.

(3) As emissões de Dívidas Subordinadas no Exterior estão evidenciadas na Nota 20.c.

(4) As emissões de Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida estão evidenciadas na Nota 20.d.

(5) Nas Demonstrações Contábeis Individuais estão incluídas as despesas com o Instrumento Elegível a Capital Principal no montante de R\$ 255.752 mil no exercício/2018, R\$ 97.343 mil no exercício/2017 (Nota 23.h).

e) Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

Programa	Resolução/ TADE ⁽¹⁾	Devolução de Recursos		31.12.2018			31.12.2017		
		Forma ⁽²⁾	Data inicial	Disponível TMS ⁽³⁾	Aplicado TJLP e TLP ⁽⁴⁾	Total	Disponível TMS ⁽³⁾	Aplicado TJLP ⁽⁴⁾	Total
Proger Rural e Pronaf				7.179	18.608	25.787	9.692	32.469	42.161
Pronaf Custeio	04/2005	RA	11/2005	234	213	447	290	654	944
Pronaf Investimento	05/2005	RA	11/2005	6.527	16.641	23.168	8.588	29.023	37.611
Rural Custeio	02/2006	RA	11/2005	14	3	17	68	45	113
Rural Investimento	0	RA	11/2005	404	1.751	2.155	746	2.747	3.493
Proger Urbano				640.350	3.254.914	3.895.264	931.378	2.893.256	3.824.634
Urbano Investimento	18/2005	RA	11/2005	123.221	1.763.470	1.886.691	363.866	1.783.188	2.147.054
Urbano Capital de Giro	01/2016	RA	06/2016	517.129	1.491.444	2.008.573	567.512	1.110.068	1.677.580
Outros				75.693	287.816	363.509	111.744	381.764	493.508
Exportação	27/2005	RA	11/2005	2.434	9.728	12.162	5.226	16.518	21.744
FAT Taxista	02/2009	RA	09/2009	64.055	243.947	308.002	93.223	303.605	396.828
FAT Turismo Investimento	01/2012	RA	08/2012	9.204	34.141	43.345	13.295	61.641	74.936
Total				723.222	3.561.338	4.284.560	1.052.814	3.307.489	4.360.303

(1) TADE: Termo de Alocação de Depósito Especial.

(2) RA - Retorno Automático (mensalmente, 2% sobre o saldo total).

(3) Recursos remunerados pela Taxa Média Selic (TMS).

(4) Recursos remunerados: Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para recursos liberados até 31.12.2017 e Taxa de Longo Prazo (TLP) para aqueles liberados a partir de 01.01.2018.

O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) é um fundo especial de natureza contábil e financeira, instituído pela Lei n.º 7.998/1990, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego e gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat). O Codefat é um órgão colegiado, de caráter tripartite e paritário, composto por representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do governo, que atua como gestor do FAT.

As principais ações para a promoção do emprego financiadas com recursos do FAT estão estruturadas em torno dos programas de geração de emprego e renda, cujos recursos são alocados por meio dos depósitos especiais, criados pela Lei n.º 8.352/1991, nas instituições financeiras oficiais federais, incorporando, entre outros, o próprio Programa de Geração de Emprego e Renda – Proger, nas modalidades Urbano – Investimento e Capital de Giro, Empreendedor Popular, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, além das linhas especiais tais como FAT Taxista, FAT Turismo Investimento e FAT Turismo Capital de Giro.

Os depósitos especiais do FAT alocados junto ao Banco do Brasil, enquanto disponíveis, são remunerados pela Taxa Média Selic (TMS) *pro rata die*. À medida que são aplicados nos financiamentos, passam a ser remunerados pela TLP (Taxa de Longo Prazo) a partir de 1º de janeiro de 2018 e TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) para os recursos liberados até 31 de dezembro de 2017, durante o período de vigência dos financiamentos. As remunerações sobre os recursos alocados no Banco são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado nas Resoluções Codefat n.º 439/2005, 489/2006 e 801/2017.

f) Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger)

O Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger) é um fundo especial de natureza contábil, criado em 23.11.1999 pela Lei n.º 9.872/1999, alterada pela Lei n.º 10.360/2001 e pela Lei n.º 11.110/2005, regulamentado pela Resolução Codefat n.º 409/2004 e alterações posteriores, gerido pelo Banco do Brasil com a supervisão do Codefat/MTE, cujo saldo em 31.12.2018 é de R\$ 402.693 mil (R\$ 366.469 mil em 31.12.2017).

O objetivo do Funproger é conceder aval a empreendedores que não disponham das garantias necessárias para contratação de financiamentos do Proger Urbano e do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO, mediante o pagamento de uma comissão para a concessão de aval. Para formação do patrimônio do Funproger, foram aportados recursos provenientes da diferença entre a aplicação da TMS e a TJLP na remuneração dos saldos disponíveis de depósitos especiais do FAT. Outras fontes de recursos que compõem o Fundo são as receitas decorrentes de sua operacionalização e a remuneração de suas disponibilidades pelo Banco do Brasil, gestor do Fundo.

18 - RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS

Captações	Moeda	Valor Emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	BB Consolidado	
						31.12.2018	31.12.2017
Banco do Brasil						121.468.280	130.664.265
Programa "Global Medium - Term Notes"						10.498.690	10.283.894
	USD	500.000	6,00%	2010	2020	1.987.453	1.695.693
	EUR	1.000.000	3,75%	2013/2014	2018	--	4.034.287
	CHF	275.000	2,50%	2013	2019	1.097.028	943.297
	USD	1.000.000	4,63%	2017	2025	3.933.679	3.313.262
	R\$	293.085	10,15%	2017	2027	325.581	297.355
	USD	750.000	4,88%	2018	2023	2.930.439	--
	COP	160.000.000	8,51%	2018	2025	224.510	--
"Senior Notes"						7.039.710	6.002.340
	USD	1.809.700 ⁽¹⁾	3,88%	2012	2022	7.039.710	6.002.340
Notas Estruturadas						82.316	73.527
	EUR	18.400	2,21% a 3,55%		2021	82.316	73.527
Certificados de Depósitos ⁽²⁾						2.108.603	4.543.422
Curto prazo			2,03% a 4,60%			1.968.914	4.353.804
Longo prazo			2,35% a 3,90%		2021	139.689	189.618
Certificados de Operações Estruturadas						133.809	102.553
Curto prazo			6,24% a 11,23% do DI			116.426	67.291
Longo prazo			7,90% a 10,58% do DI		2022	17.383	35.262
Letras de Crédito Imobiliário			50,00% a 95,00% do DI TR + 7,7151%			17.264.716	16.885.957
Curto Prazo						4.704.521	1.484.174
Longo Prazo					2026	12.560.195	15.401.783
Letras de Crédito do Agronegócio			70,00% a 98,00% do DI Pré 6,00%			78.937.444	88.897.938
Curto prazo						24.403.914	54.510.038
Longo prazo					2021	54.533.530	34.387.900
Letras Financeiras			98,25% a 102,00% do DI 4,50% a 5,30% + IPCA Pré 7,40% a 12,58%			5.402.992	3.874.634
Curto prazo						148.375	2.722.723
Longo prazo					2021	5.254.617	1.151.911
Banco Patagonia			Pré 25,77% a 27,45% 344 a 417 pontos + Badlar			173.067	393.408
Curto prazo	ARS					125.185	225.743
Longo prazo	ARS				2020	47.882	167.665
Entidades de Propósitos Específicos - EPE no Exterior ⁽³⁾						3.197.379	2.765.909
Securitização do fluxo futuro de ordens de pagamento do exterior ⁽³⁾							
	USD	6.000 ⁽¹⁾	5,25%	2008	2018	--	39.789
Notas estruturadas ⁽³⁾							
	USD	500.000	Libor 6m + 2,50%	2014/2015	2034	1.954.501	1.665.228
	USD	320.000	Libor 6m + 3,20%	2015	2030	1.242.878	1.060.892
Valor Eliminado na Consolidação ⁽⁴⁾						(20.230)	(57.785)
Total						124.818.496	133.765.797
Passivo circulante						32.565.915	67.394.565
Passivo não circulante						92.252.581	66.371.232

(1) Refere-se ao valor outstanding, uma vez que ocorreram recompras parciais.

(2) Títulos emitidos no exterior em USD.

(3) As Entidades de Propósito Específico (EPEs) Dollar Diversified Payment Rights Finance Company (DPR) e Loans Finance Company Limited (LFC) foram constituídas sob as leis das Ilhas Cayman e as obrigações decorrentes dos valores mobiliários emitidos pelas mesmas são pagas com recursos acumulados em suas contas. As EPEs não possuem ativos ou passivos relevantes que não os direitos e deveres provenientes dos contratos de emissão dos valores mobiliários. O Banco não é acionista, não detém a propriedade e tampouco participa dos resultados das EPEs.

A DPR foi constituída com os seguintes propósitos: (a) captação de recursos por meio da emissão de valores mobiliários no mercado internacional; (b) uso dos recursos obtidos com a emissão de valores mobiliários para pagamento da compra, junto ao Banco, dos direitos sobre ordens de pagamento emitidas por banqueiros correspondentes localizados nos EUA e pela própria agência do Banco em Nova Iorque, denominadas em dólares norte-americanos, para qualquer agência do Banco no país ("Direitos sobre Remessa"); e (c) realização de pagamentos de principal e juros dos valores mobiliários emitidos e demais pagamentos previstos nos contratos de emissão desses títulos.

A LFC foi constituída com os seguintes propósitos: (a) captação de recursos por meio da emissão de valores mobiliários no mercado internacional; (b) contratação de operações compromissadas com o Banco; (c) contratação de proteção contra o risco de crédito do Banco, por meio de um derivativo de crédito, que é acionável somente em caso de default do Banco em alguma das obrigações assumidas nas operações compromissadas; e (d) realização de pagamentos de principal e juros dos valores mobiliários emitidos e demais pagamentos previstos nos contratos de emissão desses títulos.

(4) Refere-se a títulos emitidos pelo Conglomerado Banco do Brasil, em poder de dependências/controladas no exterior.

II - OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES**a) Obrigações por Empréstimos**

	BB Banco Múltiplo					
	até 90 dias	de 91 a 360 dias	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	31.12.2018	31.12.2017
No Exterior	6.146.118	13.871.626	40.249.318	158.660	60.425.722	52.301.851
Tomados junto ao Grupo BB no exterior	--	2.628.697	37.776.005	--	40.404.702	33.107.687
Tomados junto a banqueiros no exterior	6.111.175	11.188.209	2.473.313	158.660	19.931.357	19.073.022
Importação	34.943	54.720	--	--	89.663	121.142
Total	6.146.118	13.871.626	40.249.318	158.660	60.425.722	52.301.851
Passivo circulante					20.017.744	18.756.112
Passivo não circulante					40.407.978	33.545.739

	BB Consolidado					
	até 90 dias	de 91 a 360 dias	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	31.12.2018	31.12.2017
No Exterior	6.632.253	11.547.341	2.609.589	197.565	20.986.748	19.572.494
Tomados junto a banqueiros no exterior	6.597.660	11.493.173	2.609.589	197.565	20.897.987	19.455.139
Importação	34.593	54.168	--	--	88.761	117.355
Total	6.632.253	11.547.341	2.609.589	197.565	20.986.748	19.572.494
Passivo circulante					18.179.594	16.872.613
Passivo não circulante					2.807.154	2.699.881

b) Obrigações por Repasses**Do País - Instituições Oficiais**

Programas	Taxas de Atualização	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
		31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Tesouro Nacional - Crédito Rural		165.557	145.264	165.557	145.264
Pronaf	TMS (se disponível) Pré 0,50% a.a. a 4,60% a.a. (se aplicado)	11.020	27.991	11.020	27.991
Cacau	IGP-M + 8,00% a.a. ou TJLP + 0,60% a.a. ou Pré 6,35% a.a.	105.780	101.247	105.780	101.247
Recoop	Pré 5,75% a.a. a 8,25% a.a. ou IGP-DI + 1,00% a.a. ou IGP-DI + 2,00% a.a.	10.770	11.381	10.770	11.381
Outros		37.987	4.645	37.987	4.645
BNDES	Pré 0,00% a.a. a 9,50% a.a. TJLP + 0,00% a.a. a 4,00% a.a. IPCA + 4,82% a.a. a 9,41% a.a. Selic + 0,50% a.a. a 2,08% a.a. Var. Camb. + 0,90% a.a. a 3,00% a.a. TLP + 1,42% a.a. a 2,10% a.a.	21.764.812	26.936.192	21.764.812	26.936.192
Caixa Econômica Federal	Pré 5,30% a.a. (média)	29.413.089	26.558.065	29.413.089	26.558.065
Finame	Pré 0,00% a.a. a 8,50% a.a. TJLP + 0,50% a.a. a 5,50% a.a. Var. Camb. + 0,90% a.a. a 3,00% a.a. Selic + 2,08% a.a. a 2,45% a.a. TLP + 1,42% a.a. a 2,33% a.a.	15.138.268	19.774.595	15.138.554	19.775.098
Outras Instituições Oficiais		249.052	7.470.120	249.052	7.470.120
Suprimento Especial - Poupança Rural (Nota 9.b)	TR	--	7.158.515	--	7.158.515
Suprimento Especial - Depósitos (Nota 9.b)		--	249.844	--	249.844
Funcafé	TMS (se disponível) Pré 5,50% a.a. a 11,25% a.a. ou FAM + 1,28% a 3,67% (se aplicado)	249.024	61.734	249.024	61.734
Outros		28	27	28	27
Total		66.730.778	80.884.236	66.731.064	80.884.739
Passivo circulante		38.148.219	44.419.231	38.148.447	44.419.452
Passivo não circulante		28.582.559	36.465.005	28.582.617	36.465.287

Do Exterior

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Recursos livres - Resolução CMN n.º 3.844/2010	31.280.242	27.967.646	--	--
Fundo Especial de Apoio às Pequenas e Médias Empresas Industriais	477	477	477	477
Total	31.280.719	27.968.123	477	477
Passivo circulante	4.900.780	2.365.544	95	95
Passivo não circulante	26.379.939	25.602.579	382	382

c) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Despesas de Obrigações por Empréstimos	(2.061.251)	(9.447.084)	(4.115.583)	(711.713)	(6.895.553)	(1.858.789)
Despesas de Obrigações por Repasses	(3.141.232)	(10.695.328)	(6.544.231)	(2.109.296)	(8.856.749)	(5.115.306)
Do exterior	(1.371.146)	(6.987.023)	(2.132.504)	(339.208)	(5.148.439)	(703.570)
BNDES	(853.407)	(1.818.605)	(2.147.478)	(853.407)	(1.818.605)	(2.147.478)
Caixa Econômica Federal	(703.268)	(1.393.805)	(1.642.381)	(703.268)	(1.393.805)	(1.642.381)
Finame	(162.991)	(349.186)	(456.320)	(162.993)	(349.191)	(456.329)
Tesouro Nacional	(26.431)	(96.047)	(71.607)	(26.431)	(96.047)	(71.607)
Outras	(23.989)	(50.662)	(93.941)	(23.989)	(50.662)	(93.941)
Despesas de Obrigações com Banqueiros no Exterior ⁽¹⁾	(149.894)	(2.618.309)	(181.819)	102.249	(2.366.125)	(18.639)
Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(441.172)	(1.833.073)	(1.103.186)	(441.172)	(1.833.073)	(1.103.186)
Ganhos/(perdas) cambiais sobre investimentos no exterior ⁽¹⁾	--	--	--	(7.353)	1.568.458	361.854
Total	(5.793.549)	(24.593.794)	(11.944.819)	(3.167.285)	(18.383.042)	(7.734.066)

(1) As movimentações credoras apresentadas decorrem da variação cambial negativa do período (valorização do Real frente ao Dólar).

20 - OUTRAS OBRIGAÇÕES**a) Fiscais e Previdenciárias**

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Obrigações legais (Nota 27.h1) ⁽¹⁾	6.571.673	6.571.673	6.571.673	6.571.673
Passivo fiscal diferido (Nota 24.d)	1.097.434	2.054.891	1.252.259	2.255.388
Impostos e contribuições a recolher	1.084.336	982.441	1.307.373	1.179.657
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	26.595	24.868	393.007	461.301
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	27.232	169.595	2.032.805	1.907.949
Total	8.807.270	9.803.468	11.557.117	12.375.968
Passivo circulante	8.341.960	8.983.283	10.788.134	11.464.023
Passivo não circulante	465.310	820.185	768.983	911.945

(1) Referem-se aos prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL/CSLL a compensar decorrentes de processo judicial.

b) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento

	BB Banco Múltiplo e BB Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017
Marinha Mercante	8.754.178	8.428.862
Pasep ⁽¹⁾	1.529.567	4.285.088
Fundo Constitucional do Centro Oeste - FCO ⁽²⁾	1.249.914	--
Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE	1.836.454	2.009.071
Fundo de Desenvolvimento do Centro Oeste - FDCO	1.206.319	1.175.704
Fundos do Governo do Estado de São Paulo	857.284	776.541
Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC	48.148	55.989
Outros	40.557	63.495
Total	15.522.421	16.794.750
Passivo circulante	9.855.261	9.339.505
Passivo não circulante	5.667.160	7.455.245

(1) O Banco é administrador do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), garantindo rentabilidade mínima equivalente à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP.

(2) A Resolução CMN nº 4.679/2018 passou a limitar a utilização dos recursos do FCO para composição no nível II do Patrimônio de Referência – PR (Nota 20.c). O montante divulgado refere-se ao que excede esse valor, sendo R\$ 793.415 mil de recursos aplicados (remunerados pelos encargos pactuados com os mutuários, deduzido o del credere da instituição financeira, conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989) e R\$ 456.499 de recursos disponíveis (remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Bacen, conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989).

c) Dívidas Subordinadas

Captações		Valor Emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	31.12.2018	31.12.2017
Banco do Brasil							
Recursos FCO – Fundo Constitucional do Centro-Oeste						29.336.898	27.870.141
Dívidas Subordinadas no Exterior						11.522.511	9.826.030
	USD	660.000	5,38%	2010	2021	2.616.710	2.232.252
	USD	1.500.000	5,88%	2011	2022	5.934.900	5.059.991
	USD	750.000	5,88%	2012	2023	2.970.901	2.533.787
Letras Financeiras Subordinadas						18.006.049	25.679.955
		215.000	112,00% do CDI	2012	2019	437.979	408.542
		150.500	112,50% do CDI 5,45% + IPCA	2012	2020	308.977	286.248
		4.680.900	111,00% do CDI	2013	2019	9.000.459	8.400.751
		540.623	112,00% a 114,00% do CDI	2014	2020	910.169	848.135
		3.868.384	113,00% a 115,00% do CDI	2014	2021	6.605.387	6.151.317
		400.000	8,08% + IPCA	2014	2022	743.078	661.021
		4.844.900	111,50% do CDI 1,06% a 1,11% + CDI 5,24% a 5,56% + IPCA Pré 10,51%	2012	2018	--	8.923.941
Total das Dívidas Subordinadas do Banco do Brasil						58.865.458	63.376.126
Valores eliminados na consolidação						(36.674)	(33.828)
Total das Dívidas Subordinadas ^{(1) (2)}						58.828.784	63.342.298
Passivo circulante						9.440.498	9.168.341
Passivo não circulante						49.388.286	54.173.957

(1) O montante de R\$ 38.925.975 mil (R\$ 40.327.803 mil em 31.12.2017) compõe o nível II do Patrimônio de Referência (PR).

(2) Inclui o montante de R\$ 8.258.635 mil, referente a dívidas subordinadas registradas no grupamento Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital.

d) Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida

Captações		Valor Emitido ⁽¹⁾	Remuneração a.a.	Data Captação	31.12.2018	31.12.2017
Bônus Perpétuos						
	USD	898.512	8,50%	10/2009	3.536.595	5.032.780
	USD	1.298.727	9,25%	01 e 03/2012	5.221.040	4.800.902
	USD	1.988.000	6,25%	01/2013	7.783.964	6.641.984
	R\$	8.100.000	5,50% ⁽²⁾	09/2012	8.307.033	8.197.342
	USD	2.169.700	9,00%	06/2014	8.410.702	7.176.685
Total Banco do Brasil					33.259.334	31.849.693
Valores eliminados na consolidação					(24.221)	(30.615)
Total reclassificado para o Patrimônio Líquido (Nota 23.c)					(8.100.000)	(8.100.000)
Total Consolidado					25.135.113	23.719.078
Passivo circulante					62.168	283.071
Passivo não circulante					25.072.945	23.436.007

(1) Refere-se, nas captações em dólar, ao *outstanding value*, uma vez que ocorreram recompras parciais desses instrumentos.

(2) A partir de 28.08.2014, a remuneração passou a ser integralmente variável (Nota 23.c).

Do total dos bônus perpétuos, o montante de R\$ 24.120.630 mil compõe o Patrimônio de Referência – PR (R\$ 22.907.900 mil em 31.12.2017), sendo o montante de R\$ 20.827.050 mil registrado no grupamento Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Nota 28.b).

Os bônus emitidos em outubro de 2009, no valor de USD 1.500.000 mil (*outstanding value* USD 898.512 mil), têm opção de resgate por iniciativa do Banco a partir de 2020 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, desde que autorizado previamente pelo Banco Central do Brasil (Bacen). Caso o Banco não exerça a opção de resgate em outubro de 2020, os juros incidentes sobre os títulos serão corrigidos nessa data para 7,782% mais o preço de negociação dos Títulos do Tesouro Norte-Americano de dez anos. A partir dessa data, a cada dez anos, os juros incidentes sobre os títulos serão corrigidos levando-se em consideração o preço de negociação dos Títulos do Tesouro Norte-Americano de dez anos.

Os bônus emitidos em janeiro e março (reabertura) de 2012, nos valores de USD 1.750.000 mil (*outstanding value* USD 1.298.727 mil) e os bônus emitidos em janeiro de 2013, no valor de USD 2.000.000 mil (*outstanding value* USD 1.988.000 mil), tiveram, em 27.09.2013 seus termos e condições alterados com a finalidade de ajustá-los às regras da Resolução CMN n.º 4.192/2013 do Bacen, que regulamenta a implementação de Basileia III no Brasil. As alterações entraram em vigor em 01.10.2013, quando os instrumentos foram submetidos ao Bacen para a obtenção de autorização para integrarem o Capital Complementar (Nível I) do Banco. A autorização foi concedida em 30.10.2013.

Os bônus emitidos em junho de 2014, no valor de USD 2.500.000 mil (*outstanding value* USD 2.169.700 mil), têm opção de resgate por iniciativa do Banco a partir de 18.06.2024 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, desde que autorizado previamente pelo Banco Central do Brasil. Caso o Banco não exerça a opção de resgate em junho de 2024, os juros incidentes sobre os títulos serão corrigidos nessa data para 6,362% mais o preço de negociação dos Títulos do Tesouro Norte-Americano de dez anos.

Caso o Banco não exerça a opção de resgate em abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012, em abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013, e em junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, a taxa de juros dos títulos será redefinida naquela data e a cada dez anos de acordo com os Títulos do Tesouro Norte-Americano de dez anos vigente na época mais o spread inicial de crédito. Os títulos apresentam as seguintes opções de resgate, sujeitas a autorização prévia do Bacen:

(i) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, em abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012, em abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013, e em junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, pelo preço base de resgate;

(ii) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão desde que anterior a abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012, a abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013 e a junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, em função de evento tributário, pelo preço base de resgate;

(iii) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão e desde que anterior a abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012 e em abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013, em função de evento regulatório, pelo maior valor entre o preço base de resgate e o *Make-whole amount*;

(iv) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão desde que anterior a junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, em função de evento regulatório, pelo preço base de resgate.

Os bônus emitidos em outubro de 2009 determinam que o Banco suspenda os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos emitidos (que não serão devidos, nem acumulados) caso:

- (i) o Banco não esteja enquadrado ou o pagamento desses encargos não permita que esteja em conformidade com os níveis de adequação de capital, limites operacionais ou seus indicadores financeiros estejam abaixo do nível mínimo exigido pela regulamentação aplicável a bancos brasileiros;
- (ii) o Bacen ou as autoridades regulatórias determinem a suspensão dos pagamentos dos referidos encargos;
- (iii) algum evento de insolvência ou falência ocorra;
- (iv) alguma inadimplência ocorra; ou
- (v) o Banco não tenha distribuído o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos portadores de ações ordinárias referentes ao período de cálculo de tais juros e/ou acessórios.

Os bônus emitidos em janeiro e março de 2012, em janeiro de 2013 e em junho de 2014 determinam que o Banco suspenda os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos emitidos (que não serão devidos, nem acumulados) caso:

- (i) os lucros distribuíveis no período não sejam suficientes para a realização do referido pagamento (condição discricionária para o Banco);
- (ii) o Banco não esteja enquadrado ou o pagamento desses encargos não permita que esteja em conformidade com os níveis de adequação de capital, limites operacionais ou seus indicadores financeiros estejam abaixo do nível mínimo exigido pela regulamentação aplicável a bancos brasileiros;
- (iii) o Bacen ou as autoridades regulatórias determinem a suspensão dos pagamentos dos referidos encargos;
- (iv) algum evento de insolvência ou falência ocorra;
- (v) alguma inadimplência ocorra.

De acordo com as regras de Basileia III, os bônus emitidos em janeiro e março de 2012, em janeiro de 2013 e em junho de 2014, contam com mecanismos de “absorção de perdas” (*loss absorption*). Além disso, caso o item (i) ocorra, o pagamento de dividendos pelo Banco aos seus acionistas ficará limitado ao mínimo obrigatório determinado pela legislação aplicável até que os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos tenham sido retomados integralmente. Por fim esses bônus serão extintos de forma permanente e em valor mínimo correspondente ao saldo computado no capital de Nível I do Banco caso:

- (i) o capital principal do Banco for inferior a 5,125% do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA);
- (ii) seja tomada a decisão de fazer uma injeção de capital do setor público ou suporte equivalente ao Banco, a fim de manter o Banco em situação de viabilidade;
- (iii) o Bacen, em avaliação discricionária regulamentada pelo CMN, determinar por escrito a extinção dos bônus para viabilizar a continuidade do Banco.

e) Diversas

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Operações com cartão de crédito/débito	24.940.764	23.672.221	24.940.764	23.672.221
Passivos atuariais (Nota 26.e)	12.677.088	11.919.681	12.677.088	11.919.681
Obrigações legais – Provisão para riscos fiscais (Nota 27.h1)	11.095.690	9.896.620	11.095.690	9.898.829
Provisões para demandas cíveis (Nota 27.e1)	6.906.062	6.639.987	6.997.444	6.723.721
Credores diversos no país ⁽¹⁾	4.230.101	4.230.030	6.291.128	6.019.238
Provisões para pagamentos a efetuar	4.294.960	4.073.784	4.562.840	4.384.094
Provisões para demandas trabalhistas (Nota 27.e1)	2.467.663	2.624.573	2.520.968	2.677.568
Recursos vinculados a operações de crédito	1.310.588	2.358.912	1.381.302	2.422.714
Obrigações de pagamento em nome de terceiros	1.833.703	1.963.031	1.833.703	1.963.031
Obrigações por convênios oficiais	1.180.708	1.470.938	1.180.708	1.470.938
Credores por recursos a liberar	668.186	794.139	668.186	794.139
Credores diversos no exterior	280.450	154.572	754.839	673.470
Obrigações por prêmios concedidos a clientes por fidelidade	434.399	551.458	434.399	551.458
Obrigações por operações vinculadas a cessão	404.844	496.365	404.844	496.365
Provisão para demandas fiscais (Nota 27.e1)	227.592	212.548	262.724	258.324
Provisões para perdas com o Fundo de Compensação de Variação Salarial - FCVS	133.971	197.710	133.971	197.710
Provisões para garantias prestadas (Nota 20.f)	358.009	202.225	358.552	202.547
Obrigações por aquisição de bens e direitos	272.522	348.059	272.522	348.059
Obrigações por cotas de fundos de investimento	--	--	12.748	108.728
Coobrigações em cessões de crédito	--	676	--	676
Outras	1.449.912	874.707	1.945.917	1.431.781
Total	75.167.212	72.682.236	78.730.337	76.215.292
Passivo circulante	61.851.734	58.327.283	64.359.580	61.751.393
Passivo não circulante	13.315.478	14.354.953	14.370.757	14.463.899

(1) Inclui o montante de R\$ 548.439 mil referente a obrigações com a União, provenientes das operações rurais alongadas e securitizadas ao amparo da Lei nº 9.138/1995, cedido por meio da MP nº 2.196/2001, em processo de conciliação junto à Secretaria do Tesouro Nacional.

f) Garantias Financeiras

	BB Banco Múltiplo				BB Consolidado			
	31.12.2018		31.12.2017		31.12.2018		31.12.2017	
	Valores Garantidos	Provisão	Valores Garantidos	Provisão	Valores Garantidos	Provisão	Valores Garantidos	Provisão
Vinculadas a licitações, leilões, prestação de serviços ou execução de obras	1.372.238	121.827	1.230.443	55.070	950.285	121.827	1.232.766	55.070
Outras garantias financeiras prestadas (1)	2.249.641	174.595	969.626	89.622	1.239.539	175.137	813.848	89.943
Outras fianças bancárias	2.528.161	5.097	855.541	3.829	2.532.441	5.098	859.357	3.830
Aval ou fiança em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal	1.163.866	56.358	1.685.182	53.702	1.034.800	56.358	994.495	53.702
Vinculadas à distribuição de TVM por oferta pública	32.000	--	32.000	--	32.000	--	32.000	--
Vinculados ao fornecimento de mercadorias	18.985	59	37.377	2	18.985	59	37.377	2
Vinculadas ao comércio internacional de mercadorias	75.570	73	6.994	--	75.570	73	6.994	--
Outros avais	--	--	--	--	1.553	--	397	--
Total	7.440.461	358.009	4.817.163	202.225	5.885.173	358.552	3.977.234	202.547

(1) Refere-se, principalmente, a garantias prestadas em moeda estrangeira.

As operações de garantias financeiras prestadas são avaliadas através dos modelos de classificação de risco de operações vigentes na instituição, no mesmo formato das operações de crédito, as quais seguem os preceitos das Resoluções CMN n.º 2.682 e n.º 2.697, divulgadas em 21.12.1999 e 24.02.2000, respectivamente, que estabelecem os critérios de classificação das operações de crédito e as regras para constituição de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD).

A classificação de risco das operações é realizada mediante a aplicação de metodologias desenvolvidas que consideram as características dos clientes, das operações e garantias. O resultado final da classificação é a atribuição de risco conforme escala constante na Resolução CMN n.º 2.682, que define o percentual de provisão que deve ser alocada à operação.

Demonstrações Contábeis **Notas Explicativas**

Exercício 2018

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

21 - OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

a) Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017	Exercício/2017
Conta corrente	3.757.606	7.329.478	6.995.313	6.997.452
Administração de fundos	1.870.331	3.706.548	3.314.986	5.397.265
Comissões de seguros, previdência e capitalização	157.682	303.476	362.613	3.047.672
Operações de crédito e garantias prestadas	992.989	1.965.792	1.853.484	1.853.352
Rendas de cartões	851.534	1.660.442	1.538.218	1.881.199
Cobrança	603.506	1.245.275	1.408.060	1.447.794
Arrecadações	560.852	1.117.848	1.099.073	1.087.296
Taxas de administração de consórcios	--	--	--	724.933
Rendas do mercado de capitais	45.189	101.264	112.967	774.647
Tesouro Nacional e administração de fundos oficiais	335.115	605.007	688.651	688.651
Interbancária	72.290	145.103	154.063	154.063
Outras	540.716	1.016.526	775.832	1.887.092
Total	9.787.810	19.196.759	18.303.260	25.941.416

b) Despesas de Pessoal

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017	Exercício/2017
Proventos	(4.565.902)	(8.884.422)	(8.664.546)	(9.646.449)
Encargos sociais	(1.554.843)	(2.980.127)	(2.930.529)	(3.180.244)
Benefícios	(1.479.430)	(2.937.885)	(2.919.405)	(3.045.696)
Provisões administrativas de pessoal	(971.356)	(2.404.678)	(2.137.052)	(2.137.052)
Demandas trabalhistas	(927.545)	(1.370.411)	(1.590.644)	(1.597.100)
Previdência complementar	(457.834)	(861.492)	(849.300)	(859.159)
Treinamento	(42.321)	(67.026)	(58.880)	(64.267)
Honorários de diretores e conselheiros	(15.693)	(33.149)	(31.099)	(45.009)
Total	(10.014.924)	(19.539.190)	(19.181.455)	(20.574.976)

Demonstrações Contábeis

Notas Explicativas

Exercício 2018

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Outras Despesas Administrativas

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Amortização	(892.925)	(1.795.732)	(3.152.560)	(980.325)	(1.966.399)	(3.302.939)
Aluguéis	(661.028)	(1.290.493)	(1.484.176)	(694.882)	(1.363.850)	(1.567.286)
Depreciação	(585.040)	(1.148.070)	(1.108.302)	(605.906)	(1.191.592)	(1.153.659)
Serviços de vigilância e segurança	(585.242)	(1.140.938)	(1.203.560)	(598.463)	(1.169.188)	(1.244.514)
Transporte	(467.482)	(921.336)	(1.047.309)	(496.683)	(984.001)	(1.114.216)
Serviços de terceiros	(419.360)	(830.679)	(826.614)	(456.939)	(896.372)	(856.294)
Comunicações	(390.007)	(779.104)	(929.980)	(425.307)	(862.758)	(1.034.617)
Serviços do sistema financeiro	(326.958)	(661.724)	(633.194)	(372.320)	(744.726)	(744.457)
Manutenção e conservação de bens	(486.717)	(966.106)	(1.029.425)	(376.482)	(715.937)	(706.984)
Água, energia e gás	(244.111)	(491.863)	(478.083)	(252.043)	(509.101)	(491.613)
Serviços técnicos especializados	(192.505)	(360.418)	(426.481)	(250.564)	(467.463)	(520.248)
Propaganda e publicidade	(238.128)	(395.557)	(374.874)	(250.987)	(420.855)	(394.553)
Processamento de dados	(395.442)	(764.887)	(658.267)	(180.645)	(383.669)	(321.245)
Promocões e relações públicas	(101.366)	(171.973)	(159.631)	(104.004)	(175.780)	(163.272)
Viagem no país	(46.461)	(90.054)	(79.823)	(57.788)	(111.329)	(102.781)
Material	(46.104)	(93.390)	(102.436)	(51.391)	(103.923)	(112.818)
Outras	(440.022)	(709.091)	(615.941)	(450.389)	(752.126)	(685.223)
Total	(6.518.898)	(12.611.415)	(14.310.656)	(6.605.118)	(12.819.069)	(14.516.719)

Demonstrações Contábeis

Notas Explicativas

Exercício 2018

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Outras Receitas Operacionais

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Recuperação de encargos e despesas	1.236.462	2.498.055	2.342.771	1.051.403	2.136.981	2.068.593
Rendas de títulos e créditos a receber	1.783.583	1.991.890	785.049	1.783.583	1.991.890	785.049
Atualização de depósitos em garantia	949.046	1.978.828	2.672.991	949.046	1.978.828	2.672.991
Atualização das destinações do superávit - Previ Plano 1 (Nota 26.f)	320.682	800.932	646.882	320.682	800.932	646.882
Operações com cartões	458.610	721.199	562.228	466.580	734.073	600.326
Atualização de ativo atuarial	423.641	664.481	17.199	423.641	664.481	17.199
Receitas das empresas controladas não financeiras	--	--	--	93.844	206.454	240.643
Reversão de provisões - despesas administrativas e despesas de pessoal	101.000	185.442	211.382	101.000	185.442	211.382
Atualização de impostos a compensar	134.895	172.555	172.168	134.895	172.555	172.168
Rendas de créditos específicos e operações especiais - Tesouro Nacional	12.129	27.622	40.094	12.129	27.622	40.094
Dividendos Recebidos	29.478	76.798	103.095	2.952	6.512	12.330
Outras	549.147	796.182	833.971	385.212	679.873	759.193
Total	5.998.673	9.913.984	8.387.830	5.724.967	9.585.643	8.226.850

Demonstrações Contábeis

Notas Explicativas

Exercício 2018

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Outras Despesas Operacionais

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Demandas cíveis e fiscais	(1.859.381)	(3.210.992)	(1.167.961)	(1.612.437)	(2.990.782)	(1.206.579)
Operações com cartões	(817.954)	(1.590.959)	(1.344.409)	(873.783)	(1.708.910)	(1.488.934)
Descontos concedidos em renegociação	(855.136)	(1.426.679)	(1.441.327)	(855.136)	(1.426.679)	(1.441.337)
Atualização das obrigações atuariais	(682.825)	(1.309.719)	(1.409.652)	(682.825)	(1.309.719)	(1.409.652)
Serviços de terceiros	(570.702)	(1.125.836)	(1.128.998)	(556.829)	(1.074.539)	(1.043.211)
Bônus de relacionamento negocial	(529.311)	(1.024.241)	(1.066.531)	(529.311)	(1.024.241)	(1.066.531)
Atualização da provisão para depósito judicial (Nota 27 h)	(351.810)	(695.333)	(1.026.712)	(351.810)	(695.333)	(1.026.712)
Falhas/fraudes e outras perdas	(356.156)	(465.361)	(292.818)	(361.928)	(476.707)	(319.268)
Remuneração pelas transações de correspondentes bancários	(188.795)	(436.133)	(462.181)	(188.795)	(436.132)	(462.180)
Despesas das empresas controladas não financeiras	--	--	--	(210.042)	(398.810)	(405.948)
Autoatendimento	(130.246)	(319.986)	(331.908)	(130.246)	(319.986)	(331.908)
Outras despesas de provisões operacionais	(282.420)	(314.066)	(32.868)	(285.499)	(317.145)	(40.977)
Bônus de adimplência	(117.005)	(226.292)	(200.438)	(117.005)	(226.292)	(200.438)
Remuneração pelas transações do Banco Postal	(81.432)	(202.832)	(236.936)	(81.432)	(202.832)	(236.936)
Convênio INSS	(105.200)	(201.608)	(171.409)	(105.200)	(201.608)	(171.409)
Provisão de prestação de fiança, aval e garantia	(171.249)	(183.933)	(22.661)	(175.248)	(187.932)	(23.174)
Prêmio de seguro de vida - crédito direto ao consumidor	(66.720)	(128.848)	(131.999)	(66.720)	(128.848)	(131.999)
Credenciamento do uso do Sisbacen	(10.679)	(22.468)	(20.520)	(10.679)	(22.468)	(20.520)
Atualização de JCP/Dividendos	(8.272)	(16.785)	(10.662)	(8.272)	(16.785)	(10.662)
Outras	(263.157)	(711.924)	(455.909)	(321.919)	(811.276)	(544.480)
Total	(7.448.450)	(13.613.995)	(10.955.899)	(7.525.116)	(13.977.024)	(11.582.855)

Demonstrações Contábeis

Notas Explicativas

Exercício 2018

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

22 - RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Receitas Não Operacionais	107.380	309.955	88.982	1.002.104	1.353.435	756.616
Ganhos de capital	6.249	13.641	23.388	891.186	995.372	671.731
Lucro na alienação de valores e bens	74.381	231.620	17.844	81.188	276.794	25.596
Reversão de provisão para desvalorização de outros valores e bens	5.447	32.053	17.147	5.447	32.064	17.804
Ressarcimento com fornecedores	14.292	21.360	18.108	14.292	21.360	18.108
Rendas de aluguéis	4.681	10.530	9.532	4.438	10.292	9.543
Outras rendas não operacionais	2.330	751	2.963	5.553	17.553	13.834
Despesas Não Operacionais	(101.455)	(185.457)	(204.569)	(111.043)	(197.317)	(214.251)
Perdas de capital	(77.896)	(136.383)	(144.219)	(78.561)	(139.205)	(151.408)
Desvalorização de outros valores e bens	(15.643)	(31.775)	(41.310)	(15.675)	(31.886)	(41.418)
Prejuízos na alienação de valores e bens	(4.889)	(13.120)	(17.194)	(4.898)	(13.136)	(17.368)
Despesas por desempenho (BB Seguros x Mapfre SH1)	--	--	--	(7.521)	(7.521)	--
Outras despesas não operacionais	(3.027)	(4.179)	(1.846)	(4.388)	(5.569)	(4.057)
Total	5.925	124.498	(115.587)	891.061	1.156.118	542.365

23 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Valor Patrimonial e Valor de Mercado por Ação Ordinária**

	31.12.2018	31.12.2017
Patrimônio Líquido do Banco do Brasil	91.989.546	87.530.779
Valor patrimonial por ação (R\$) ⁽¹⁾	33,02	31,43
Valor de mercado por ação (R\$)	46,49	31,82
Patrimônio Líquido Consolidado	102.252.882	98.723.402

(1) Calculado com base no Patrimônio Líquido do Banco do Brasil.

b) Capital Social

O capital social do Banco do Brasil, totalmente subscrito e integralizado, de R\$ 67.000.000 mil (R\$ 67.000.000 mil em 31.12.2017) está dividido em 2.865.417.020 ações ordinárias representadas na forma escritural e sem valor nominal. A União Federal é a maior acionista, detendo o controle.

O Banco poderá, independentemente de reforma estatutária, por deliberação e nas condições determinadas pela Assembleia Geral dos Acionistas, aumentar o Capital Social até o limite de R\$ 120.000.000 mil, mediante a emissão de ações ordinárias, concedendo-se aos acionistas, preferência para a subscrição do aumento de capital, na proporção do número de ações que possuírem.

c) Instrumento Elegível ao Capital Principal

Em 26.09.2012, o Banco do Brasil firmou Contrato de Mútuo com a União, na qualidade de instrumento híbrido de capital e dívida, no valor de até R\$ 8.100.000 mil, cujos recursos foram destinados ao financiamento agropecuário. Em 28.08.2014, através de termo aditivo, nos termos da Lei n.º 12.793, de 02.04.2013, o instrumento cumpriu os requisitos de elegibilidade ao capital principal, conforme definido no art. 16 da Resolução CMN n.º 4.192/2013.

Desde a assinatura do termo aditivo, a remuneração do referido instrumento é integralmente variável e os juros são devidos por períodos coincidentes com o exercício social do Banco, iniciando-se sua contagem em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Os juros relativos a cada exercício social são pagos em parcela única anual, atualizada pela Selic até a data de seu efetivo pagamento, em até 30 dias corridos, contados após a realização do pagamento de dividendos relativos ao resultado apurado no balanço de encerramento do exercício social.

O pagamento da remuneração é realizado apenas com recursos provenientes de lucros e reservas de lucros passíveis de distribuição no último período de apuração, sujeito à discricionariedade da Administração em realizá-lo. Não haverá cumulatividade dos encargos não pagos. Caso não seja realizado pagamento ou crédito de dividendos (inclusive sob a forma de juros sobre capital próprio) até 31 de dezembro do exercício social seguinte, os encargos financeiros que não houverem sido pagos deixarão de ser exigíveis definitivamente.

Caso o saldo dos lucros acumulados, das reservas de lucros, inclusive a reserva legal, e das reservas de capital do Banco não sejam suficientes para a absorção de seus eventuais prejuízos apurados quando do fechamento do balanço do exercício social, o Banco do Brasil estará desobrigado da remuneração e utilizará os valores devidos a título de juros vencidos e o saldo de principal, nesta ordem, até o montante necessário para a compensação dos prejuízos, sendo considerada, para todos os fins, devidamente quitada a dívida a que se refere o contrato até o valor compensado.

O instrumento não possui data de vencimento e poderá ser liquidado apenas em situações de dissolução da instituição emissora ou de recompras autorizadas pelo Banco Central do Brasil. No caso de dissolução do Banco, o pagamento do principal e encargos da dívida ficará subordinado ao pagamento dos demais passivos. Em nenhuma hipótese haverá remuneração preferencial do instrumento, inclusive em relação a outros elementos patrimoniais classificados no Patrimônio de Referência.

Tendo em vista sua elegibilidade ao capital principal, para fins de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, o instrumento é reclassificado para o patrimônio líquido.

d) Reservas de Reavaliação

As Reservas de Reavaliação, no valor de R\$ 2.240 mil (R\$ 2.371 mil em 31.12.2017), referem-se às reavaliações de ativos efetuadas por empresas controladas/coligadas.

No exercício de 2018, foram realizadas reservas no montante de R\$ 131 mil (R\$ 289 mil no exercício de 2017) decorrentes de depreciação, transferidas para a conta Lucros ou Prejuízos Acumulados, líquido de impostos. Conforme a Resolução CMN n.º 3.565/2008, o saldo remanescente será mantido até a data de sua efetiva realização.

e) Reservas de Capital e de Lucros

	31.12.2018	31.12.2017
Reservas de Capital	14.692	12.436
Reservas de Lucros ⁽¹⁾	42.612.582	35.280.691
Reserva legal	7.738.497	7.111.684
Reservas Estatutárias ⁽¹⁾	34.874.085	28.169.007
Margem operacional	30.657.730	24.312.045
Equalização de dividendos	4.216.355	3.856.962

(1) Nas Demonstrações Contábeis Individuais do Banco do Brasil, em 31.12.2018, os valores das Reservas de Lucros e das Reservas Estatutárias são de R\$ 42.960.160 mil e R\$ 35.221.663 mil, respectivamente (R\$ 35.585.741 mil e R\$ 28.474.057 mil em 31.12.2017, respectivamente) devido ao resultado não realizado de empresa controlada, no valor de R\$ 347.579 mil (R\$ 305.049 mil em 31.12.2017) (Nota 23.h).

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social.

A Reserva Estatutária para Margem Operacional tem por finalidade garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações do Banco e é constituída em até 100% do lucro líquido, após as destinações legais, inclusive dividendos, limitada a 80% do capital social.

A Reserva Estatutária para Equalização de Dividendos assegura recursos para o pagamento dos dividendos, sendo constituída pela parcela de até 50% do lucro líquido após as destinações legais, inclusive dividendos, até o limite de 20% do capital social.

f) Lucro por Ação

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Lucro líquido (R\$ mil)	6.813.688	12.648.803	10.881.098
Número médio ponderado de ações (básico e diluído)	2.785.468.140	2.785.290.260	2.784.905.261
Lucro por ação (básico e diluído) (R\$)	2,45	4,54	3,91

g) Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos e Destinação do Resultado

Demonstramos a seguir a base de cálculo dos dividendos, bem como a destinação do resultado do período:

	Exercício/2018	Exercício/2017
1) Lucro líquido - BB Banco Múltiplo	12.648.803	10.881.098
No País	11.377.668	10.439.231
No Exterior	1.271.135	441.867
2) Juros sobre instrumento elegível ao capital principal	255.752	97.343
3) Base de cálculo dos dividendos (item 1 + item 2)	12.904.555	10.978.441
Dividendos - Payout	5.161.822	3.228.953
Dividendo mínimo obrigatório	2.977.357	2.572.301
Dividendo adicional	2.184.465	656.652
4) Destinações		
Lucro Líquido	12.648.803	10.881.098
Lucros/prejuízos acumulados	(112.562)	(50.358)
Lucro distribuído	12.536.241	10.830.740
Reserva legal	626.812	541.537
Dividendos e juros sobre o capital próprio	5.161.822	3.228.953
Reservas estatutárias	6.747.607	7.060.250

Apresentamos o cronograma de pagamento dos juros sobre o capital próprio e dos dividendos:

	Valor	Valor por ação (R\$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre/2018				
Juros sobre o capital próprio pagos ⁽¹⁾	227.559	0,082	12.03.2018	29.03.2018
Juros sobre o capital próprio complementares pagos ⁽¹⁾	595.914	0,214	21.05.2018	30.05.2018
2º Trimestre/2018				
Juros sobre o capital próprio pagos ⁽¹⁾	215.030	0,077	11.06.2018	29.06.2018
Juros sobre o capital próprio complementares pagos ⁽¹⁾	742.877	0,267	21.08.2018	31.08.2018
3º Trimestre/2018				
Juros sobre o capital próprio pagos ⁽¹⁾	238.140	0,085	11.09.2018	28.09.2018
Juros sobre o capital próprio complementares pagos ⁽¹⁾	1.161.270	0,417	21.11.2018	30.11.2018
4º Trimestre/2018				
Juros sobre o capital próprio pagos ⁽¹⁾	350.059	0,126	11.12.2018	28.12.2018
Juros sobre o capital próprio complementares a pagar ⁽¹⁾	1.630.973	0,586	21.02.2019	07.03.2019
Total destinado aos acionistas	5.161.822	1,854		

(1) Valores sujeitos à retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, com exceção de acionistas comprovadamente isentos ou imunes.

	Valor	Valor por ação (R\$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre/2017				
Juros sobre o capital próprio pagos ⁽¹⁾	200.824	0,072	13.03.2017	31.03.2017
Juros sobre o capital próprio complementares pagos ⁽¹⁾	509.477	0,183	22.05.2017	31.05.2017
2º Trimestre/2017				
Juros sobre o capital próprio pagos ⁽¹⁾	218.823	0,079	12.06.2017	30.06.2017
Juros sobre o capital próprio complementares pagos ⁽¹⁾	559.958	0,201	21.08.2017	31.08.2017
3º Trimestre/2017				
Juros sobre o capital próprio pagos ⁽¹⁾	212.471	0,076	11.09.2017	29.09.2017
Juros sobre o capital próprio complementares pagos ⁽¹⁾	621.704	0,223	21.11.2017	30.11.2017
4º Trimestre/2017				
Juros sobre o capital próprio pagos ⁽¹⁾	230.029	0,083	11.12.2017	28.12.2017
Juros sobre o capital próprio complementares pagos ⁽¹⁾	675.667	0,243	01.03.2018	12.03.2018
Total destinado aos acionistas	3.228.953	1,160		

(1) Valores sujeitos à retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, com exceção de acionistas comprovadamente isentos ou imunes.

Em conformidade com as Leis n.º 9.249/1995, n.º 9.430/1996 e com o Estatuto do Banco, a Administração decidiu pelo pagamento aos seus acionistas de juros sobre o capital próprio, imputados ao valor dos dividendos.

Os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido ajustado e limitados à variação, *pro rata die*, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor.

Para atendimento à legislação do Imposto de Renda, o montante de juros sobre o capital próprio foi contabilizado na conta de Despesas Financeiras e para fins de elaboração destas demonstrações contábeis, reclassificado para a conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados. O total dos juros sobre o capital próprio, no exercício de 2018, proporcionou redução na despesa com encargos tributários no montante de R\$ 2.241.271 mil (R\$ 1.453.029 mil no exercício de 2017).

h) Conciliação do Lucro Líquido e do Patrimônio Líquido

	Lucro Líquido			Patrimônio Líquido	
	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017	31.12.2018	31.12.2017
Banco do Brasil	6.813.688	12.648.803	10.881.098	91.989.546	87.530.779
Instrumento elegível a capital principal ⁽¹⁾	152.933	255.752	97.343	8.100.000	8.100.000
Resultado não realizado ⁽²⁾	11.585	(42.529)	32.335	(347.579)	(305.049)
Participação dos não controladores	--	--	--	2.510.915	3.397.672
Consolidado	6.978.206	12.862.026	11.010.776	102.252.882	98.723.402

(1) Nas demonstrações contábeis individuais, o instrumento elegível a capital principal foi registrado no passivo e seus encargos financeiros reconhecidos como despesas de operações de captação no mercado. Nas demonstrações contábeis consolidadas, esse instrumento foi reclassificado para o patrimônio líquido. (Notas 3 e 23.c).

(2) Refere-se a resultados não realizados decorrentes de cessão de créditos do Banco do Brasil para a Ativos S.A.

i) Ajustes de Avaliação Patrimonial

	2º Semestre/2018				2º Semestre/2017			
	Saldo Inicial	Movimentação	Efeitos tributários	Saldo Final	Saldo Inicial	Movimentação	Efeitos tributários	Saldo Final
Títulos Disponíveis para Venda								
Banco do Brasil	(2.108.674)	1.326.141	(541.295)	(1.323.828)	(885.145)	288.944	(109.834)	(706.035)
Subsidiárias no exterior	26.628	(20.917)	(3.152)	2.559	42.875	(44.369)	57.797	56.303
Coligadas e controladas	110.309	(166.787)	55.735	(743)	(20.421)	159.698	(78.274)	61.003
Hedge de Fluxo de Caixa								
Coligadas e controladas	11.471	(103.825)	42.570	(49.784)	(8.771)	(4.993)	3.427	(10.337)
Hedge de Investimento no Exterior								
Coligadas e controladas	55.130	2.470	(840)	56.760	(368)	10.788	(3.543)	6.877
Variações Cambiais de Investimentos no Exterior								
Subsidiárias no exterior	(460.761)	(292.606)	--	(753.367)	(30.926)	(153.727)	--	(184.653)
Ganhos/(Perdas) Atuariais - Planos de Benefícios	(10.762.719)	(5.539.704)	2.216.710	(14.085.713)	(15.978.910)	5.903.067	(2.367.040)	(12.442.883)
Total	(13.128.616)	(4.795.228)	1.769.728	(16.154.116)	(16.881.666)	6.159.408	(2.497.467)	(13.219.725)

	Exercício/2018				Exercício/2017			
	Saldo Inicial	Movimentação	Efeitos tributários	Saldo Final	Saldo Inicial	Movimentação	Efeitos tributários	Saldo Final
Títulos Disponíveis para Venda								
Banco do Brasil	(706.035)	(648.626)	30.833	(1.323.828)	(1.453.578)	1.202.166	(454.623)	(706.035)
Subsidiárias no Exterior	56.303	(54.944)	1.200	2.559	29.480	(30.621)	57.444	56.303
Coligadas e controladas	61.003	(89.154)	27.408	(743)	(5.555)	113.271	(46.713)	61.003
Hedge de Fluxo de Caixa								
Coligadas e controladas	(10.337)	(60.879)	21.432	(49.784)	(8.300)	(7.832)	5.795	(10.337)
Hedge de Investimento no Exterior								
Coligadas e controladas	6.877	75.580	(25.697)	56.760	--	10.420	(3.543)	6.877
Variações Cambiais de Investimentos no Exterior								
Subsidiárias no Exterior	(184.653)	(568.714)	--	(753.367)	--	(184.653)	--	(184.653)
Ganhos/(Perdas) Atuariais - Planos de Benefícios	(12.442.883)	(2.737.684)	1.094.854	(14.085.713)	(15.491.252)	5.091.650	(2.043.281)	(12.442.883)
Total	(13.219.725)	(4.084.421)	1.150.030	(16.154.116)	(16.929.205)	6.194.401	(2.484.921)	(13.219.725)

j) Participação dos Não Controladores

	Patrimônio Líquido	
	31.12.2018	31.12.2017
Banco Patagonia S.A. ⁽¹⁾	374.176	842.202
Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	26	27
BB Tecnologia e Serviços	35	34
BB Seguridade S.A.	2.136.678	2.555.409
Participação dos não Controladores	2.510.915	3.397.672

(1) Redução decorrente da transferência de ações do Banco Patagonia S.A. (Nota 2).

k) Participações Acionárias (Quantidade de Ações)

Quantidade de ações de emissão do Banco do Brasil em que os acionistas sejam titulares, direta ou indiretamente, de mais de 5% das ações:

Acionistas	31.12.2018		31.12.2017	
	Ações	% Total	Ações	% Total
União Federal	1.453.493.742	50,7	1.502.374.642	52,4
Tesouro Nacional	1.453.493.742	50,7	1.453.493.742	50,7
Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização	--	--	48.880.900	1,7
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ	181.160.514	6,3	244.572.814	8,5
Ações em Tesouraria ⁽¹⁾	79.886.296	2,8	80.463.476	2,8
Outros acionistas	1.150.876.468	40,2	1.038.006.088	36,3
Total	2.865.417.020	100,0	2.865.417.020	100,0
Residentes no país	2.207.072.639	77,0	2.264.739.133	79,0
Residentes no exterior	658.344.381	23,0	600.677.887	21,0

(1) Inclui, em 31.12.2018, 38.294 ações do Banco do Brasil mantidas na BB DTVM (40.900 em 31.12.2017).

Quantidade de ações de emissão do Banco do Brasil, de titularidade do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Comitê de Auditoria:

	Ações ON ⁽¹⁾	
	31.12.2018	31.12.2017
Conselho de Administração (exceto Presidente do Banco, que consta na Diretoria Executiva)	147	144
Diretoria Executiva	175.800	145.195
Comitê de Auditoria	18	18

(1) A participação acionária do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria representa aproximadamente 0,006% do capital do Banco.

l) Movimentação de Ações em Circulação/Free Float

	31.12.2018		31.12.2017	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Ações em circulação no início do período	1.282.433.554	44,8	1.226.072.321	42,8
Aquisição de ações - Tesouro Nacional	--	--	(6.627)	--
Alienação de ações pelo FFIE - Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização	48.880.900	--	56.143.700	--
Outras movimentações ⁽¹⁾	546.572	--	224.160	--
Ações em circulação no fim do período ⁽²⁾	1.331.861.026	46,5	1.282.433.554	44,8
Total emitido	2.865.417.020	100,0	2.865.417.020	100,0

(1) Referem-se principalmente às movimentações oriundas de Órgãos Técnicos e Consultivos.

(2) Conforme Lei n.º 6.404/1976 e regulamento do Novo Mercado da B3. Não considera as ações em poder do Conselho de Administração e Diretoria Executiva. As ações detidas pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ integram o montante de ações em circulação.

m) Ações em Tesouraria

Em 31.12.2018, o Banco possuía 79.886.296 ações em tesouraria, no valor total de R\$ 1.833.431 mil, das quais 71.353.201 ações decorrentes dos programas de recompra (ocorridos entre 2012 e 2015), 8.075.350 ações recebidas em dação de pagamento do FGCN – Fundo de Garantia para a Construção Naval, 457.682 ações decorrentes do programa de remuneração variável e 63 ações remanescentes de incorporações.

n) Pagamento Baseado em Ações**Programa de Remuneração Variável**

O programa de remuneração variável do Banco do Brasil foi elaborado sob vigência da Resolução CMN n.º 3.921, de 25.11.2010, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

O programa tem periodicidade anual, sendo estabelecido em função dos riscos e da atividade dos administradores e tem como pré-requisitos: a Ativação do Programa de Participação nos Lucros e Resultados e o atingimento de lucro contábil positivo pelo BB.

A qualificação e a classificação dos administradores são feitas com base em indicadores que mensuram o atingimento das metas corporativas e individuais, baseadas na Estratégia Corporativa do Banco do Brasil – ECBB para o período. O programa ainda determina que 50% da remuneração seja paga à vista e em espécie (CPC 33) e que os demais 50% sejam pagos em ações.

A quantidade de ações do Banco do Brasil a ser destinada a cada participante é apurada mediante a divisão do valor líquido equivalente a 50% dos honorários a que fizer jus, a título de remuneração variável, pelo preço médio da ação na semana anterior à do pagamento. O preço médio é a média aritmética simples dos preços médios diários da semana anterior à do pagamento. No momento da apuração das parcelas diferidas, caso ocorram frações, estas são acumuladas na primeira parcela a ser disponibilizada.

A distribuição da remuneração em ações ocorre de forma que 20% é imediatamente transferido para a titularidade do beneficiário e 80% é diferido pelo prazo de quatro anos, sendo: 20% no prazo de um ano, 20% no prazo de dois anos, 20% no prazo de três anos e 20% no prazo de quatro anos.

A BB DTVM, em decorrência da resolução supracitada, também aprovou política de remuneração variável para sua diretoria, adquirindo diretamente ações em tesouraria do Banco. Todas as ações adquiridas são BBAS3 e seu valor justo é o preço de mercado cotado na data de sua outorga.

Apresentamos o demonstrativo das ações adquiridas, sua distribuição e o respectivo cronograma de transferências:

	Total de Ações do Programa	Custo Médio	Ações Distribuídas	Ações a Distribuir	Cronograma Estimado de Transferências
Programa 2014					
Banco do Brasil	318.633	24,08	230.466	63.711	02/2019
Total de ações a distribuir				63.711	
BB DTVM	27.063	22,98	21.651	5.412	04/2019
Total de ações a distribuir				5.412	
Programa 2015					
Banco do Brasil	342.134	19,92	177.766	68.426	03/2019
				68.426	03/2020
Total de ações a distribuir				136.852	
BB DTVM	26.109	19,92	15.669	5.220	03/2019
				5.220	03/2020
Total de ações a distribuir				10.440	
Programa 2016					
Banco do Brasil	99.348	33,78	39.686	19.846	03/2019
				19.846	03/2020
				19.846	03/2021
Total de ações a distribuir				59.538	
BB DTVM	10.397	32,84	4.163	2.078	04/2019
				2.078	04/2020
				2.078	04/2021
Total de ações a distribuir				6.234	
Programa 2017					
Banco do Brasil	193.976	42,65	38.926	38.763	03/2019
				38.763	03/2020
				38.762	03/2021
				38.762	03/2022
Total de ações a distribuir				155.050	
BB DTVM	20.270	42,65	4.062	4.052	03/2019
				4.052	03/2020
				4.052	03/2021
				4.052	03/2022
Total de ações a distribuir				16.208	

Programa Sentimento de Dono:

Foram distribuídas 295.266 ações em tesouraria, provenientes dos Programas de Recompra, a todos os funcionários da ativa do BB, independentemente do nível hierárquico, onde cada funcionário recebeu 3 ações ordinárias.

Os papéis estão custodiados no próprio Banco e somente poderão ser comercializadas pelo funcionário após a aposentadoria ou depois de cessado o vínculo do funcionário com o Banco.

As ações transferidas totalizaram R\$ 9.782 mil e, para atribuição de seu preço, foi adotado o critério do preço médio da semana anterior à do pagamento. O preço médio é equivalente à média aritmética simples dos preços médios diários da semana anterior à do pagamento. As cotações médias diárias são obtidas junto à B3 ou sistema de informação contratado pelo Banco, sem correção por dividendos.

Demonstrações Contábeis

Notas Explicativas

Exercício 2018

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

24 - TRIBUTOS

a) Demonstração da Despesa de IR e CSLL

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado		
	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017	2º Semestre/2018	Exercício/2017
Valores Correntes	128.093	104.104	(177.260)	(1.759.641)	(3.290.685)
IR e CSLL no país	146.094	150.319	(140.041)	(1.512.629)	(2.842.517)
Imposto de Renda no exterior	(18.001)	(46.215)	(37.219)	(247.012)	(448.168)
Valores Diferidos	(1.811.244)	(1.457.716)	(741.351)	(1.855.045)	(760.178)
Passivo Fiscal Diferido	(102.803)	(286.525)	(109.562)	(106.950)	20.096
Operações de leasing - ajuste da carteira e depreciação incentivada	--	--	--	13.996	27.492
Marcação a mercado	50.292	23.505	264.231	32.149	366.397
Atualização de depósitos judiciais fiscais	(181.473)	(286.791)	(321.619)	(181.473)	(321.619)
Lucros do exterior	87.228	--	--	87.228	--
Operações realizadas em mercados de liquidação futura	505	5.303	(5.921)	505	(5.921)
Créditos recuperados a prazo	(59.355)	(28.542)	(46.253)	(59.355)	(46.253)
Ativo Fiscal Diferido	(1.708.441)	(1.171.191)	(631.789)	(1.748.095)	(780.274)
Diferenças intertemporais	(1.118.050)	(2.236.207)	170.024	(1.138.678)	152.237
Prejuízos fiscais/bases negativas de CSLL	(388.218)	1.125.118	(4.987)	(388.218)	(4.987)
Marcação a mercado	(202.173)	(60.102)	(790.837)	(221.199)	(921.535)
Operações realizadas em mercados de liquidação futura	--	--	(5.989)	--	(5.989)
Total	(1.683.151)	(1.353.612)	(918.611)	(3.614.686)	(4.050.863)

b) Conciliação dos Encargos de IR e CSLL

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado		
	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017	2º Semestre/2018	Exercício/2017
Resultado Antes dos Tributos e Participações	9.385.991	15.635.797	13.215.561	12.114.465	18.133.832
Encargo total do IR (25%) e da CSLL (20%)	(4.223.696)	(7.036.109)	(5.947.003)	(5.451.509)	(8.160.224)
Encargos sobre JCP	1.521.199	2.322.820	1.453.029	1.521.199	1.453.029
Resultado de participações em coligadas/controladas	1.875.998	4.200.869	3.355.623	755.447	1.783.017
Participação de empregados no lucro	398.290	727.708	626.163	398.308	627.343
Outros valores	(1.254.942)	(1.568.900)	(406.423)	(838.131)	245.972
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	(1.683.151)	(1.353.612)	(918.611)	(3.614.686)	(4.050.863)

c) Despesas Tributárias

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado		
	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017	Exercício/2018	Exercício/2017
Cofins	(1.135.901)	(2.315.976)	(2.794.167)	(2.897.008)	(3.351.849)
ISSQN	(459.882)	(892.624)	(849.543)	(1.124.600)	(1.064.476)
PIS/Pasep	(184.632)	(376.431)	(454.121)	(491.780)	(564.046)
Outras	(75.539)	(171.784)	(149.864)	(540.348)	(502.132)
Total	(1.855.954)	(3.756.815)	(4.247.695)	(5.053.736)	(5.482.503)

d) Passivo Fiscal Diferido

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Decorrentes da marcação a mercado	250.301	644.853	306.327	705.415
Decorrentes de atualização de depósitos judiciais fiscais	316.489	581.247	316.489	581.247
Decorrentes de créditos recuperados a prazo	425.634	397.092	425.634	397.092
Dependências no Exterior	12.102	90	88.938	66.398
Decorrentes do ajuste da carteira de leasing	--	--	21.963	51.938
Decorrentes de ajustes patrimoniais positivos de planos de benefícios	39.676	423.015	39.676	423.015
Decorrentes de operações em mercados de liquidação futura	693	6.562	693	6.562
Outros	52.539	2.032	52.539	23.721
Total das Obrigações Fiscais Diferidas	1.097.434	2.054.891	1.252.259	2.255.388
Imposto de Renda	668.525	866.716	769.721	1.009.782
Contribuição Social	397.619	628.209	445.160	679.059
Cofins	26.916	481.691	32.153	487.352
PIS/Pasep	4.374	78.275	5.225	79.195

e) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário)

	BB Banco Múltiplo			
	31.12.2017	Exercício/2018		31.12.2018
	Saldo	Constituição	Baixa	Saldo
Diferenças intertemporais	37.707.888	15.631.554	(17.668.103)	35.671.339
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	24.605.689	9.598.443	(12.484.290)	21.719.842
Provisões passivas	9.114.154	3.567.719	(2.895.875)	9.785.998
Ajustes patrimoniais negativos de planos de benefícios	1.828.381	1.009.378	(560.472)	2.277.287
Marcação a mercado	1.128.245	1.042.109	(1.361.489)	808.865
Outras provisões	1.031.419	413.905	(365.977)	1.079.347
CSLL escriturada a 18% (MP n.º 2.158/2001)	667.060	--	--	667.060
Prejuízo fiscal/Base negativa	303.215	3.770.601	(2.804.638)	1.269.178
Total dos Créditos Tributários Ativados	38.678.163	19.402.155	(20.472.741)	37.607.577
Imposto de Renda	22.501.669	10.793.181	(10.191.331)	23.103.519
Contribuição Social	16.072.213	8.508.641	(10.165.679)	14.415.175
Cofins	89.704	86.308	(99.553)	76.459
PIS/Pasep	14.577	14.025	(16.178)	12.424

	BB Consolidado			
	31.12.2017	Exercício/2018		31.12.2018
	Saldo	Constituição	Baixa	Saldo
Diferenças intertemporais	38.617.726	15.891.840	(17.900.495)	36.609.071
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	24.684.481	9.607.569	(12.505.345)	21.786.705
Provisões passivas	9.393.973	3.626.371	(2.907.853)	10.112.491
Ajustes patrimoniais negativos de planos de benefícios	1.828.381	1.009.378	(560.472)	2.277.287
Marcação a mercado	1.158.475	1.161.679	(1.493.307)	826.847
Outras provisões	1.552.416	486.843	(433.518)	1.605.741
CSLL escriturada a 18% (MP n.º 2.158/2001)	667.060	--	--	667.060
Prejuízo fiscal/Superveniência de depreciação	89.298	--	(27.277)	62.021
Prejuízo fiscal/Base negativa	348.252	3.770.601	(2.813.884)	1.304.969
Total dos Créditos Tributários Ativados	39.722.336	19.662.441	(20.741.656)	38.643.121
Imposto de Renda	23.351.896	10.966.187	(10.367.820)	23.950.263
Contribuição Social	16.263.204	8.582.940	(10.243.782)	14.602.362
Cofins	92.246	97.474	(111.874)	77.846
PIS/Pasep	14.990	15.840	(18.180)	12.650

Em 31.12.2018 os ativos e passivos diferidos foram ajustados à alíquota de 15% em decorrência do fim do período de vigência da Lei 13.169/2015 que retornou para 15% a alíquota da CSLL das instituições financeiras e das empresas do ramo de seguros privados e de capitalização, a partir de 1 de janeiro de 2019.

f) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário - Não Ativado)

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Créditos tributários no exterior	930.845	821.539	930.845	821.539
Prejuízo fiscal/Base negativa	939.565	--	949.078	7.906
Diferenças intertemporais	--	--	253	161
Total dos Créditos Tributários	1.870.410	821.539	1.880.176	829.606
Imposto de Renda	1.169.006	513.462	1.176.171	519.393
Contribuição Social	701.404	308.077	704.005	310.213

Expectativa de Realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 31.12.2018, sendo o valor presente apurado com base na taxa média de captação do Banco Múltiplo.

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	Valor Nominal	Valor Presente	Valor Nominal	Valor Presente
Em 2019	15.300.354	14.783.560	15.413.417	14.813.595
Em 2020	15.927.109	14.860.490	15.861.446	15.160.137
Em 2021	5.371.387	4.839.123	5.495.762	4.865.693
Em 2022	443.104	385.470	794.442	412.621
Em 2023	417.557	350.848	469.775	364.921
Em 2024	66.830	54.320	449.667	71.763
Em 2025	24.099	18.974	72.162	21.771
Em 2026	7.389	5.640	27.034	7.221
Em 2027	682	505	8.601	1.201
Em 2028	49.066	35.258	50.815	35.428
Total de Créditos Tributários em 31.12.2018	37.607.577	35.334.188	38.643.121	35.754.351

No exercício de 2018, observou-se a realização de créditos tributários no Banco Múltiplo no montante de R\$ 20.472.741 mil, correspondente a 302,81% da respectiva projeção de utilização para o período de 2018, que constava no estudo técnico elaborado em 31.12.2017.

A realização dos valores nominais de créditos tributários ativados, considerando a recomposição daqueles baixados durante o trâmite da ação judicial (Nota 27.h), baseada em estudo técnico realizado pelo Banco em 31.12.2018, está projetada para 10 anos, nas seguintes proporções:

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar ⁽¹⁾	Diferenças Intertemporais ⁽²⁾	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar ⁽¹⁾	Diferenças Intertemporais ⁽²⁾
Em 2019	3%	43%	4%	42%
Em 2020	30%	42%	29%	42%
Em 2021	33%	12%	33%	13%
Em 2022	17%	1%	17%	1%
Em 2023	17%	1%	17%	1%
A partir de 2024	--	1%	--	1%

(1) Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes.

(2) A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações).

25 - PARTES RELACIONADAS**a) Pessoal-chave da administração**

Custos com remuneração e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração do Banco do Brasil, formado pelos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Benefícios de curto prazo	25.473	61.487	48.812
Honorários e encargos sociais	18.090	38.413	33.098
Diretoria Executiva	17.887	38.007	32.699
Conselho de Administração	203	406	399
Remuneração variável (pecúnia) e encargos sociais	5.476	19.629	12.592
Outros ⁽¹⁾	1.907	3.445	3.122
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	--	345	549
Remuneração baseada em ações	--	14.913	8.459
Total	25.473	76.745	57.820

(1) Inclui, principalmente, contribuições patronais aos planos de saúde e de benefício pós-emprego, auxílio moradia, auxílio mudança, seguro de grupo, entre outros.

De acordo com a política de remuneração variável do Banco do Brasil, estabelecida em conformidade com a Resolução CMN n.º 3.921/2010, parte da remuneração variável da Diretoria Executiva é paga em ações (Nota 23.n).

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao pessoal-chave da administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco.

b) Transações com partes relacionadas

O Banco possui política de transações com partes relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração e divulgada ao mercado. A política visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas envolvendo partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesse, sejam tomadas observando os interesses do Banco e de seus acionistas. A política se aplica a todos os colaboradores e administradores do Banco.

Dentre outras orientações, a política veda a realização de transações com partes relacionadas em condições diversas às de mercado ou que possam prejudicar os interesses da instituição. Sendo assim, as transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros quando aplicável e não envolvem riscos anormais de recebimento.

Conforme as normas vigentes e o Estatuto Social, o Banco do Brasil não concede empréstimos ou adiantamentos, nem realiza transações de compra ou venda de bens de qualquer natureza ao pessoal-chave da administração. Eventuais saldos existentes referem-se às operações contratadas antes da vigência dos mandatos.

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banco são eliminados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Dentre as transações realizadas pelo Banco com suas partes relacionadas, destacamos:

- i. transações bancárias, tais como aplicações em depósitos interfinanceiros, títulos e valores mobiliários, operações de crédito (exceto com o pessoal-chave da administração), depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, obrigações por empréstimos e repasses, prestação de serviços e de garantias, avais ou fianças;
- ii. operações de alongamento de crédito rural, que são direitos junto ao Tesouro Nacional, decorrentes de cessão de operações de crédito rural alongadas na forma da Resolução CMN n.º 2.238/1996, bem como os valores a receber do Tesouro Nacional referentes à equalização de taxa de juros de programas incentivados pelo Governo Federal, na forma da Lei n.º 8.427/1992. A equalização de taxas, modalidade de subvenção econômica, representa o diferencial de taxas entre o custo de captação de recursos, acrescido dos custos administrativos e tributários e os encargos cobrados do tomador final do crédito rural. O valor da equalização é atualizado pela Taxa Média Selic desde a sua apuração até o pagamento pelo Tesouro Nacional, que é realizado segundo programação orçamentária daquele Órgão, conforme estabelece a Legislação, preservando assim a adequada remuneração ao Banco;

- iii. disponibilização dos sistemas internos para a Previ, para votações, processos seletivos e acesso a normas internas de interesse comum, o que gera uma economia de custos para ambas as partes envolvidas;
- iv. contratos de comodato, onde o Banco figura basicamente como cessionário, utilizando-se dos espaços, principalmente, para instalação de terminais de autoatendimento, de postos de atendimento bancário e de agências, não representando volume significativo, uma vez que os contratos dessa natureza são realizados na maior parte com terceiros;
- v. disponibilização de estrutura para controladas e entidades patrocinadas, para desempenho de atividades operacionais mediante o ressarcimento dos custos e despesas apurados devido à utilização dos recursos humanos, materiais, tecnológicos e administrativos. O compartilhamento de estrutura visa obter ganho de eficiência operacional para o Conglomerado. Informações complementares, com relação à cessão de pessoal, constam da Nota 30.e – Cessão de empregados à órgãos externos;
- vi. aluguéis de imóveis de propriedade de entidades patrocinadas para desempenho das atividades do Banco;
- vii. aquisição de carteiras de operações de crédito cedidas pelo Banco Votorantim;
- viii. cessão de créditos oriundos de operações baixadas como prejuízos para a Ativos S.A.

No exercício de 2018, foram realizados permuta de imóveis com a União e adiantamento de contribuições patronais incidentes sobre a gratificação de natal (13º salário) à Cassi.

O Banco assinou com a União o Termo Aditivo ao Contrato de Cessão de Créditos decorrentes das Operações de Renegociação das Dívidas originárias de Crédito Rural celebrado entre a União e o BB em 29 de junho de 2001. A União pagou ao BB recursos decorrentes da conciliação das operações do PESA cedidas pelo BB à União ao amparo da MP n.º 2.196/2001. No âmbito do processo de conciliação de registros relacionados a programas e serviços rurais junto à União o BB também realizou a conciliação de diversos programas, dentre eles: Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana - PRLCB; Subvenções Pronaf Finame/BNDES, Pronaf Reforma Agrária Grupo "A - Safra 1999/2000 e Fundo Contábil do PROCERA (Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária).

As transações acima que envolvam valores são demonstradas adiante no quadro "Sumário das Transações com Partes Relacionadas", segregados por natureza e categoria de entidades relacionadas.

Algumas transações constam em outras notas explicativas: os recursos aplicados em títulos públicos federais, estão relacionados na Nota 8; as informações referentes aos fundos públicos estão relacionadas na Nota 20; e as informações referentes aos repasses e demais transações com entidades patrocinadas estão relacionadas na Nota 26.

O Banco instituiu a Fundação Banco do Brasil (FBB) que tem por objetivo promover, apoiar, incentivar e patrocinar ações nos campos da educação, cultura, saúde, assistência social, recreação e desporto, ciência e tecnologia e assistência a comunidades urbano-rurais. No exercício de 2018, o Banco realizou contribuições para a FBB no valor de R\$ 53.423 mil (R\$ 54.457 mil no exercício de 2017).

c) Aquisição de carteiras de operações de crédito cedidas pelo Banco Votorantim

	Exercício/2018	Exercício/2017
Cessão com retenção substancial de riscos e benefícios (com coobrigação)	3.013.066	3.853.901
Resultado não realizado líquido de efeitos tributários (saldo)	83	143

d) Sumário das transações com partes relacionadas

	BB Banco Múltiplo					
	31.12.2018					
	Controlador ⁽¹⁾	Controladas ⁽²⁾	Controle conjunto e Coligadas ⁽³⁾	Pessoal-chave da administração ⁽⁴⁾	Outras partes relacionadas ⁽⁵⁾	Total
Ativos						
Aplicações interfinanceiras de liquidez	--	76.866.322	559.569	--	352.617	77.778.508
Títulos e valores mobiliários	--	3.771.099	16.862	--	511.801	4.299.762
Operações de crédito ⁽⁶⁾	--	64.321	8.426.052	2.335	27.212.815	35.705.523
Valores a receber de ligadas	--	57.358	226.256	--	9.188	292.802
Outros ativos ⁽⁷⁾	3.458.980	2.941	103.157	--	477.210	4.042.288
Garantias recebidas ⁽⁸⁾	--	--	1.635.113	--	3.243.446	4.878.559
Passivos						
Depósitos à vista	1.272.513	85.721	193.754	458	481.410	2.033.856
Depósitos em poupança	12.966	--	--	446	218.638	232.050
Depósitos a prazo remunerados	2.282.336	990.350	695.753	111	12.615.160	16.583.710
Captações no mercado aberto	39.950	16.410.584	1.506.669	--	9.263.323	27.220.526
Obrigações por empréstimos e repasses	165.557	71.685.847	--	--	66.316.170	138.167.574
Outros passivos ⁽⁹⁾	9.943.497	4.058.475	11.070.433	11.129	1.310.978	26.394.512
Garantias prestadas e outras coobrigações ⁽¹⁰⁾	--	2.666.173	6.813.492	--	753.552	10.233.217
2º Semestre/2018						
Receitas da intermediação financeira	1.586.396	2.634.795	446.868	134	1.077.746	5.745.939
Receitas de prestação de serviços	31.620	7.713	187.656	--	172.688	399.677
Outras receitas ⁽¹¹⁾	1.439.861	214.023	176.277	--	7.542	1.837.703
Despesas da intermediação financeira	(418.962)	(2.831.665)	(5.880)	(433)	(1.885.077)	(5.142.017)
Outras despesas	(493.358)	(576.323)	(231.431)	--	(506.307)	(1.807.419)
Exercício/2018						
Receitas da intermediação financeira	3.252.534	5.011.833	993.369	275	2.223.150	11.481.161
Receitas de prestação de serviços	70.580	27.978	336.149	--	386.200	820.907
Outras receitas ⁽¹¹⁾	1.592.993	435.643	358.023	--	16.590	2.403.249
Despesas da intermediação financeira	(591.395)	(5.236.353)	(10.457)	(907)	(4.037.655)	(9.876.767)
Outras despesas	(493.358)	(1.053.208)	(380.453)	--	(957.357)	(2.884.376)

(1) União (Tesouro Nacional e órgãos da Administração Direta do Governo Federal).

(2) Empresas relacionadas na Nota 3.a.

(3) Referem-se, principalmente, ao Banco Votorantim, Cielo, BB Mapfre SH1, Brasilprev, Brasilcap, Alelo, Cateno, Tecban e IRB.

(4) Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

(5) Inclui as transações mais significativas com empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, tais como: Petrobras, CEF, BNDES e Eletrobras. Fundos do Governo: Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger. Além dessas entidades vinculadas aos funcionários e entidades patrocinadas: Cassi, Previ e outras.

(6) As operações de crédito possuem R\$ 420 mil de provisão para créditos de liquidação duvidosa em 31.12.2018. Houve reforço de provisão de R\$ 418 mil no 2º semestre/2018 (R\$ 396 mil no exercício/2018). O saldo com pessoal-chave da administração refere-se às operações contratadas antes da vigência dos mandatos.

(7) As transações com o Controlador referem-se, principalmente, às operações de alongamento de crédito rural – Tesouro Nacional (Nota 12.a), equalização de taxas – safra agrícola, títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional (Nota 12.b).

(8) Referem-se, principalmente, a garantia do Tesouro Nacional, direitos creditórios resultantes de contrato, navios petroleiros, dentre outras.

(9) Referem-se, principalmente, a instrumentos financeiros derivativos e letras financeiras. Os saldos evidenciados na coluna "Controle conjunto e coligadas" referem-se, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos as transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.

(10) Inclui o Contrato de Abertura de Linha de Crédito Interbancário Rotativo a liberar com o Banco Votorantim.

(11) Inclui o montante de R\$ 370.536 mil no 2º semestre/2018 relativo aos ressarcimentos de custos e despesas provenientes do compartilhamento de estrutura (R\$ 738.625 mil no exercício de 2018).

	BB Banco Múltiplo					
	31.12.2017					
	Controlador ⁽¹⁾	Controladas ⁽²⁾	Controle conjunto e Coligadas ⁽³⁾	Pessoal-chave da administração ⁽⁴⁾	Outras partes relacionadas ⁽⁵⁾	Total
Ativos						
Aplicações interfinanceiras de liquidez	--	67.480.710	529.900	--	301.087	68.311.697
Títulos e valores mobiliários	--	11.043.388	7.875	--	682.928	11.734.191
Operações de crédito ⁽⁶⁾	--	31.277	12.839.370	2.774	31.326.490	44.199.911
Valores a receber de ligadas	--	48.461	242.129	--	9.254	299.844
Outros ativos ⁽⁷⁾	4.430.928	20.379	134	--	346.905	4.798.346
Garantias recebidas ⁽⁸⁾	--	--	2.278.693	--	3.920.441	6.199.134
Passivos						
Depósitos à vista	262.607	22.260	13.854	526	917.469	1.216.716
Depósitos em poupança	--	--	--	548	316.032	316.580
Depósitos a prazo remunerados	663.039	1.087.464	663.829	205	14.078.715	16.493.252
Captações no mercado aberto	37.542	12.997.752	1.513.118	--	10.616.313	25.164.725
Obrigações por empréstimos e repasses	145.264	61.079.121	--	--	73.268.852	134.493.237
Outros passivos ⁽⁹⁾	8.552.077	11.411.947	12.573.083	18.327	4.918.734	37.474.168
Garantias prestadas e outras coobrigações ⁽¹⁰⁾	--	3.335.072	6.804.136	--	735.098	10.874.306
Exercício/2017						
Receitas da intermediação financeira	4.985.242	4.249.039	1.759.430	162	3.483.713	14.477.586
Receitas de prestação de serviços	99.479	57.401	344.093	--	554.263	1.055.236
Outras receitas	125.904	376.582	383.387	--	7.141	893.014
Despesas da intermediação financeira	(175.481)	(4.553.185)	(351.092)	(659)	(4.927.004)	(10.007.421)
Outras despesas	--	(1.041.221)	(184.168)	--	(947.130)	(2.172.519)

(1) União (Tesouro Nacional e órgãos da Administração Direta do Governo Federal).

(2) Empresas relacionadas na Nota 3.a.

(3) Referem-se, principalmente, ao Banco Votorantim, Cielo, BB Mapfre SH1, Mapfre BB SH2, Brasilprev, Brasilcap, Alelo, Cateno, Tecban e IRB.

(4) Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

(5) Inclui as transações mais significativas com empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, tais como: Petrobras, CEF, BNDES e Eletrobras. Fundos do Governo: Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger. Além dessas entidades vinculadas aos funcionários e entidades patrocinadas: Cassi, Previ e outras.

(6) As operações de crédito possuem R\$ 24 mil de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Houve reversão de despesa de R\$ 74.751 mil no 2º semestre/2017 (reversão de R\$ 39.798 mil no exercício/2017). O saldo com pessoal-chave da administração refere-se às operações contratadas antes da vigência dos mandatos.

(7) As transações com o Controlador referem-se, principalmente, às operações de alongamento de crédito rural – Tesouro Nacional (Nota 12.a), equalização de taxas – safra agrícola, títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional (Nota 12.b).

(8) Referem-se, principalmente, a garantia do Tesouro Nacional, direitos creditórios resultantes de contrato, navios petroleiros, avais e fianças, dentre outras.

(9) Os saldos evidenciados na coluna "Controle conjunto e coligadas" referem-se, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos as transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.

(10) Inclui o Contrato de Abertura de Linha de Crédito Interbancário Rotativo a liberar com o Banco Votorantim.

	BB Consolidado				
	31.12.2018				
	Controlador ⁽¹⁾	Controle conjunto e Coligadas ⁽²⁾	Pessoal-chave da administração ⁽³⁾	Outras partes relacionadas ⁽⁴⁾	Total
Ativos					
Aplicações interfinanceiras de liquidez	--	559.569	--	352.617	912.186
Títulos e valores mobiliários	--	3.431.777	--	511.801	3.943.578
Operações de crédito ⁽⁵⁾	--	8.426.052	2.335	27.212.815	35.641.202
Valores a receber de ligadas	--	241.671	--	9.188	250.859
Outros ativos ⁽⁶⁾	3.458.980	301.279	--	477.210	4.237.469
Garantias recebidas ⁽⁷⁾	--	1.635.113	--	3.243.446	4.878.559
Passivos					
Depósitos à vista	1.274.150	193.754	458	481.410	1.949.772
Depósitos em poupança	12.966	--	446	218.638	232.050
Depósitos a prazo remunerados	2.369.388	695.753	111	12.615.160	15.680.412
Captações no mercado aberto	39.950	1.506.669	--	9.263.323	10.809.942
Obrigações por empréstimos e repasses	165.557	--	--	66.316.170	66.481.727
Outros passivos ⁽⁸⁾	1.843.497	11.935.068	11.129	1.310.978	15.100.672
Garantias prestadas e outras coobrigações ⁽⁹⁾	--	6.813.492	--	753.552	7.567.044
2º Semestre/2018					
Receitas da intermediação financeira	1.586.396	562.267	134	1.085.388	3.234.185
Receitas de prestação de serviços	31.620	1.698.981	--	180.882	1.911.483
Outras receitas ⁽¹⁰⁾	1.439.861	772.581	--	7.542	2.219.984
Despesas da intermediação financeira	(266.027)	(5.881)	(433)	(1.885.077)	(2.157.418)
Outras despesas	(493.358)	(231.445)	--	(507.176)	(1.231.979)
Exercício/2018					
Receitas da intermediação financeira	3.252.534	1.225.304	275	2.230.792	6.708.905
Receitas de prestação de serviços	70.580	3.872.394	--	396.722	4.339.696
Outras receitas ⁽¹⁰⁾	1.592.993	1.493.677	--	16.590	3.103.260
Despesas da intermediação financeira	(335.643)	(10.459)	(907)	(4.037.655)	(4.384.664)
Outras despesas	(493.358)	(380.477)	--	(958.226)	(1.832.061)

(1) União (Tesouro Nacional e órgãos da Administração Direta do Governo Federal).

(2) Referem-se, principalmente, ao Banco Votorantim, Cielo, BB Mapfre SH1, Brasilprev, Brasilcap, Alelo, Cateno, Tecban e IRB.

(3) Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

(4) Inclui as transações mais significativas com empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, tais como: Petrobras, CEF, BNDES e Eletrobras. Fundos do Governo: Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger. Além dessas entidades vinculadas aos funcionários e entidades patrocinadas: Cassi, Previ e outras.

(5) As operações de crédito possuem R\$ 420 mil de provisão para créditos de liquidação duvidosa em 31.12.2018. Houve reforço de provisão de R\$ 418 mil no 2º semestre/2018 (R\$ 396 mil no exercício/2018). O saldo com pessoal-chave da administração refere-se às operações contratadas antes da vigência dos mandatos.

(6) As transações com o Controlador referem-se, principalmente, às operações de alongamento de crédito rural – Tesouro Nacional (Nota 12.a), equalização de taxas – safra agrícola, títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional (Nota 12.b).

(7) Referem-se, principalmente, a garantia do Tesouro Nacional, direitos creditórios resultantes de contrato, navios petroleiros, dentre outras.

(8) Referem-se, principalmente, a instrumentos financeiros derivativos e letras financeiras. Os saldos evidenciados na coluna "Controle conjunto e coligadas" referem-se, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos as transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.

(9) Inclui o Contrato de Abertura de Linha de Crédito Interbancário Rotativo a liberar com o Banco Votorantim.

(10) Inclui o montante de R\$ 183.352 mil no 2º semestre/2018 relativo aos ressarcimentos de custos e despesas provenientes do compartilhamento de estrutura (R\$ 373.713 mil no exercício/2018).

	BB Consolidado				
	31.12.2017				
	Controlador ⁽¹⁾	Controle conjunto e Coligadas ⁽²⁾	Pessoal-chave da administração ⁽³⁾	Outras partes relacionadas ⁽⁴⁾	Total
Ativos					
Aplicações interfinanceiras de liquidez	--	529.900	--	301.087	830.987
Títulos e valores mobiliários	--	3.440.424	--	682.928	4.123.352
Operações de crédito ⁽⁵⁾	--	12.839.370	2.774	31.326.490	44.168.634
Valores a receber de ligadas	--	252.692	--	9.254	261.946
Outros ativos ⁽⁶⁾	4.430.928	548.403	--	346.905	5.326.236
Garantias recebidas ⁽⁷⁾	--	2.278.693	--	3.920.441	6.199.134
Passivos					
Depósitos à vista	262.607	13.854	526	917.470	1.194.457
Depósitos em poupança	--	--	548	316.032	316.580
Depósitos a prazo remunerados	663.039	663.829	205	14.078.718	15.405.791
Captações no mercado aberto	37.542	2.010.763	--	10.616.313	12.664.618
Obrigações por empréstimos e repasses	145.264	--	--	73.268.852	73.414.116
Outros passivos ⁽⁸⁾	452.077	13.565.303	18.327	4.918.734	18.954.441
Garantias prestadas e outras coobrigações ⁽⁹⁾	--	6.804.136	--	735.098	7.539.234
Exercício/2017					
Receitas da intermediação financeira	4.985.242	2.117.296	162	3.483.713	10.586.413
Receitas de prestação de serviços	99.479	3.261.351	--	569.054	3.929.884
Outras receitas	125.904	1.581.919	--	7.141	1.714.964
Despesas da intermediação financeira	(78.137)	(351.092)	(659)	(4.927.036)	(5.356.924)
Outras despesas	--	(184.168)	--	(947.145)	(1.131.313)

(1) União (Tesouro Nacional e órgãos da Administração Direta do Governo Federal).

(2) Referem-se, principalmente, ao Banco Votorantim, Cielo, BB Mapfre SH1, Mapfre BB SH2, Brasilprev, Brasilcap, Alelo, Cateno, Tecban e IRB.

(3) Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

(4) Inclui as transações mais significativas com empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, tais como: Petrobras, CEF, BNDES e Eletrobras. Fundos do Governo: Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger. Além dessas, entidades vinculadas aos funcionários e entidades patrocinadas: Cassi, Previ e outras.

(5) As operações de crédito possuem R\$ 24 mil de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Houve reversão de despesa de R\$ 74.751 mil no 2º semestre/2017 (reversão de R\$ 39.798 mil no exercício/2017). O saldo com pessoal-chave da administração refere-se às operações contratadas antes da vigência dos mandatos.

(6) As transações com o Controlador referem-se, principalmente, às operações de alongamento de crédito rural – Tesouro Nacional (Nota 12.a), equalização de taxas – safra agrícola, títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional (Nota 12.b).

(7) Referem-se, principalmente, a garantia do Tesouro Nacional, direitos creditórios resultantes de contrato, navios petroleiros, avais e fianças, dentre outras.

(8) Os saldos evidenciados na coluna "Controle conjunto e coligadas" referem-se, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos as transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.

(9) Inclui o Contrato de Abertura de Linha de Crédito Interbancário Rotativo a liberar com o Banco Votorantim.

26 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Banco do Brasil é patrocinador das seguintes entidades de previdência privada e de saúde complementar, que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários:

	Planos	Benefícios	Classificação
Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil	Previ Futuro	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida
	Plano de Benefícios 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Informal	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
Cassi - Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Plano de Associados	Assistência médica	Benefício definido
Economus – Instituto de Seguridade Social	Prevmais	Aposentadoria e pensão	Contribuição variável
	Regulamento Geral	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Regulamento Complementar 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Grupo B'	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS	Assistência médica	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS II	Assistência médica	Benefício definido
	Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC	Assistência médica	Benefício definido
Fusesc - Fundação Codesc de Seguridade Social	Multifuturo I	Aposentadoria e pensão	Contribuição variável
	Plano de Benefícios I	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
SIM - Caixa de Assistência dos Empregados dos Sistemas Besc e Codesc, do Badesc e da Fusesc	Plano de Saúde	Assistência médica	Contribuição definida
Prevbep – Caixa de Previdência Social	Plano BEP	Aposentadoria e pensão	Benefício definido

Número de Participantes Abrangidos pelos Planos de Benefícios Patrocinados pelo Banco

	31.12.2018			31.12.2017		
	N.º de participantes			N.º de participantes		
	Ativos	Assistidos	Total	Ativos	Assistidos	Total
Planos de Aposentadoria e Pensão	100.027	118.699	218.726	102.110	118.499	220.609
Plano de Benefícios 1 - Previ	9.694	98.902	108.596	10.637	98.788	109.425
Plano Previ Futuro	77.111	1.700	78.811	77.975	1.520	79.495
Plano Informal	--	2.870	2.870	--	3.076	3.076
Outros Planos	13.222	15.227	28.449	13.498	15.115	28.613
Planos de Assistência Médica	100.990	105.701	206.691	103.239	105.724	208.963
Cassi	90.390	98.721	189.111	92.390	98.618	191.008
Outros Planos	10.600	6.980	17.580	10.849	7.106	17.955

Contribuições do Banco para os Planos de Benefícios

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Planos de Aposentadoria e Pensão	1.089.576	1.871.310	1.564.536
Plano de Benefícios 1 - Previ ⁽¹⁾	560.407	891.384	606.677
Plano Previ Futuro	361.122	662.091	619.585
Plano Informal	87.036	166.952	180.153
Outros Planos	81.011	150.883	158.121
Planos de Assistência Médica	711.880	1.643.733	1.287.365
Cassi	622.540	1.473.670	1.132.016
Outros Planos	89.340	170.063	155.349
Total	1.801.456	3.515.043	2.851.901

(1) Refere-se às contribuições relativas aos participantes amparados pelo Contrato 97 e ao Plano 1, sendo que essas contribuições ocorreram respectivamente através da realização do Fundo Paridade e do Fundo de Utilização (Nota 26.f). O Contrato 97 tem por objeto disciplinar a forma do custeio necessário à constituição de parte equivalente a 53,7% do valor garantidor do pagamento do complemento de aposentadoria devido aos participantes admitidos no Banco até 14.04.1967 que tivessem se aposentado ou viessem a se aposentar após essa data, exceto aqueles participantes que fazem parte do Plano Informal.

As contribuições do Banco para os planos de benefício definido (pós-emprego), durante o 1º semestre de 2019, estão estimadas em R\$ 1.148.410 mil.

Valores Reconhecidos no Resultado

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Planos de Aposentadoria e Pensão	(222.519)	(569.821)	(1.396.267)
Plano de Benefícios 1 - Previ	318.318	444.053	(465.601)
Plano Previ Futuro	(361.122)	(662.091)	(619.585)
Plano Informal	(65.343)	(128.206)	(128.051)
Outros Planos	(114.372)	(223.577)	(183.030)
Planos de Assistência Médica	(871.747)	(1.659.628)	(1.545.553)
Cassi	(781.524)	(1.486.662)	(1.407.685)
Outros Planos	(90.223)	(172.966)	(137.868)
Total	(1.094.266)	(2.229.449)	(2.941.820)

a) Planos de Aposentadoria e Pensão

Previ Futuro (Previ)

Plano destinado aos funcionários do Banco admitidos na empresa a partir de 24.12.1997. Os participantes ativos contribuem com 7% a 17% do salário de participação na Previ. Os percentuais de participação variam em função do tempo de empresa e do nível do salário de participação. Não há contribuição para participantes inativos. O patrocinador contribui com montantes idênticos aos dos participantes, limitado a 14% da folha de salários de participação desses participantes.

Plano de Benefícios 1 (Previ)

Participam os funcionários do Banco que nele se inscreveram até 23.12.1997. Os participantes, tanto os ativos quanto os aposentados, contribuem com um percentual entre 1,8% e 7,8% do salário de participação ou dos complementos de aposentadoria.

Até 15.12.2000, o Banco contribuía com 2/3 (dois terços) do montante total ao plano. A partir de 16.12.2000, em função da Emenda Constitucional n.º 20, o Banco e os participantes passaram a contribuir com 50% cada. Como resultado desta paridade contributiva, foi constituído o Fundo Paridade, cujos recursos vêm sendo utilizados para compensar as contribuições ao plano (Nota 26.f).

Plano Informal (Previ)

É de responsabilidade exclusiva do Banco do Brasil, cujas obrigações contratuais incluem:

(a) pagamento de aposentadoria dos participantes fundadores e dos beneficiários dos participantes falecidos até 14.04.1967;

(b) pagamento da complementação de aposentadoria aos demais participantes que se aposentaram até 14.04.1967 ou que, na mesma data, já reuniam condições de se aposentar por tempo de serviço e contavam com pelo menos 20 anos de serviço efetivo no Banco do Brasil; e

(c) aumento no valor dos proventos de aposentadoria e das pensões além do previsto no plano de benefícios da Previ, decorrente de decisões judiciais e de decisões administrativas em função de reestruturação do plano de cargos e salários e de incentivos criados pelo Banco.

Em 31.12.2012, o Banco do Brasil e a Previ formalizaram contrato por meio do qual o Banco do Brasil integralizou, com recursos do Fundo Paridade, 100% das reservas matemáticas relativas ao Grupo Especial, de responsabilidade exclusiva do Banco, cuja operacionalização migrou do Plano Informal para o Plano de Benefícios 1 da Previ. O Grupo Especial abrange os participantes do Plano de Benefícios 1 da Previ, integrantes do parágrafo primeiro da cláusula primeira do contrato de 24.12.1997, que obtiveram complementos adicionais de aposentadoria decorrentes de decisões administrativas e/ou decisões judiciais.

Prevmais (Economus)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.11.2009) inscritos a partir de 01.08.2006 e os participantes anteriormente vinculados ao plano de benefícios do Regulamento Geral que optaram pelo saldamento. O custeio para os benefícios de renda é paritário, limitado a 8% dos salários dos participantes. O plano oferece também benefícios de risco – suplementação de auxílio doença/acidente de trabalho, invalidez e pensão por morte.

Regulamento Geral (Economus)

Plano do qual fazem parte os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa inscritos até 31.07.2006. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

Regulamento Complementar 1 (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. Oferece os benefícios de complementação do auxílio-doença e pecúlios por morte e por invalidez. O custeio do plano é de responsabilidade da patrocinadora, dos participantes e dos assistidos.

Grupo B' (Economus)

Plano voltado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa admitidos no período de 22.01 a 13.05.1974 e seus assistidos. Plano fechado para novas adesões. O nível do benefício, a ser concedido quando da implementação de todas as condições previstas em regulamento, é conhecido *a priori*.

Plano Multifuturo I (Fusesc)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco do Estado de Santa Catarina – Besc (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.09.2008) inscritos a partir de 12.01.2003 e os participantes anteriormente vinculados ao Plano de Benefícios I da Fusesc que optaram por este plano. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente entre 2,33% e 7% do salário de participação, conforme decisão contributiva de cada participante.

Plano de Benefícios I (Fusesc)

Voltado aos funcionários oriundos do Besc inscritos até 11.01.2003. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

Plano BEP (Prevbep)

Participam os funcionários oriundos do Banco do Estado do Piauí – BEP (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.11.2008). Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

b) Planos de Assistência Médica

Plano de Associados (Cassi)

O Banco é contribuinte do plano de saúde administrado pela Cassi, que tem como principal objetivo conceder auxílio para cobertura de despesas com a promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde do associado e seus beneficiários inscritos. O Banco contribui mensalmente com importância equivalente a 4,5% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão.

A contribuição mensal dos associados e beneficiários de pensão é de 3% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão, além da coparticipação em alguns procedimentos. Adicionalmente, em decorrência da alteração do Estatuto da Cassi em novembro de 2016, foi aprovada a contribuição mensal extraordinária de 1% para os participantes até dezembro de 2019.

Plano Unificado de Saúde – PLUS (Economus)

Plano dos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes (preferenciais e não preferenciais).

Plano Unificado de Saúde – PLUS II (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes preferenciais e filhos maiores. O plano não prevê a inclusão de dependentes não preferenciais.

Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC (Economus)

Voltado para os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa lotados no estado de São Paulo. São titulares do plano os empregados aposentados por invalidez dos Grupos “B” e “C” e os seus dependentes, que participam do custeio na medida de sua utilização e de acordo com tabela progressiva e faixa salarial.

Plano SIM Saúde (SIM)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Besc, além dos vinculados a outros patrocinadores (Badesc, Codesc, Bescor, Fufesc e a própria SIM). A contribuição mensal dos beneficiários titulares ativos é de 3,44% do valor da remuneração bruta, incluindo o 13º salário, dos titulares inativos é de 8,86%, e dos patrocinadores 5,42%. Os beneficiários também contribuem com 0,75% por dependente. O plano também prevê coparticipação em procedimentos ambulatoriais.

c) Fatores de Risco

O Banco pode ser requerido a efetuar contribuições extraordinárias para Previ, Economus, Fufesc e Prevbep, o que pode afetar negativamente o resultado operacional.

Os critérios utilizados para apuração da obrigação do Banco com o conjunto de Planos destas Entidades Patrocinadas incorporam estimativas e premissas de natureza atuarial e financeira de longo prazo, bem como aplicação e interpretação de normas regulamentares vigentes. Assim, as imprecisões inerentes ao processo de utilização de estimativas e premissas podem resultar em divergências entre o valor registrado e o efetivamente realizado, resultando em impactos negativos ao resultado das operações do Banco.

d) Avaliações Atuariais

As avaliações atuariais são elaboradas semestralmente e as informações constantes nos quadros a seguir referem-se àquelas efetuadas nas datas base de 31.12.2018 e 31.12.2017.

d.1) Mudanças no valor presente das obrigações atuariais de benefício definido

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	Exercício/2018	Exercício/2017	Exercício/2018	Exercício/2017	Exercício/2018	Exercício/2017	Exercício/2018	Exercício/2017
Saldo Inicial	(155.258.787)	(148.349.574)	(959.692)	(965.470)	(8.724.130)	(7.948.422)	(8.900.039)	(7.609.949)
Custo de juros	(16.703.376)	(15.912.131)	(94.775)	(96.792)	(980.982)	(901.981)	(956.491)	(819.764)
Custo do serviço corrente	(399.287)	(429.542)	--	--	(85.096)	(98.102)	(23.534)	(23.819)
Custo do serviço passado	--	--	(33.431)	(31.259)	--	--	--	--
Benefícios pagos líquidos de contribuições de assistidos	11.988.879	12.228.789	166.952	180.153	730.087	724.412	668.778	653.780
Remensurações de ganhos/(perdas) atuariais	(11.656.103)	(2.796.329)	(19.428)	(46.324)	(334.480)	(500.037)	(508.143)	(1.100.287)
Ajuste de experiência	(311.951)	3.518.247	4.685	(7.965)	415.728	(10.283)	(122.439)	45.167
Alterações premissas biométricas	(4.209.120)	--	(536)	--	(303.405)	--	30.496	(644.827)
Alterações premissas financeiras	(7.135.032)	(6.314.576)	(23.577)	(38.359)	(446.803)	(489.754)	(416.200)	(500.627)
Saldo Final	(172.028.674)	(155.258.787)	(940.374)	(959.692)	(9.394.601)	(8.724.130)	(9.719.429)	(8.900.039)
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	(172.028.674)	(155.258.787)	--	--	(242.250)	--	(6.045.154)	(5.713.736)
Valor presente das obrigações atuariais a descoberto	--	--	(940.374)	(959.692)	(9.152.351)	(8.724.130)	(3.674.275)	(3.186.303)

d.2) Mudanças no valor justo dos ativos do plano

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos ⁽¹⁾	
	Exercício/2018	Exercício/2017	Exercício/2018	Exercício/2017	Exercício/2018	Exercício/2017	Exercício/2018	Exercício/2017
Saldo Inicial	164.024.626	143.946.397	--	--	--	--	5.713.736	5.731.092
Receita de juros	17.990.770	15.410.472	--	--	--	--	632.690	608.154
Antecipação de contraprestação ⁽²⁾	--	--	--	--	242.250	--	--	--
Contribuições recebidas	891.384	606.678	166.952	180.153	730.087	724.412	220.828	220.451
Benefícios pagos líquidos de contribuições de assistidos	(11.988.879)	(12.228.789)	(166.952)	(180.153)	(730.087)	(724.412)	(668.778)	(653.780)
Ganho/(perda) atuarial sobre os ativos do plano	8.279.554	16.289.868	--	--	--	--	146.678	(192.181)
Saldo Final	179.197.455	164.024.626	--	--	242.250	--	6.045.154	5.713.736

(1) Refere-se aos seguintes planos: Regulamento Geral (Economy), Regulamento Complementar 1 (Economy), Multifuturo 1 (Fusesc), Plano 1 (Fusesc) e Plano BEP (Prevbep).

(2) Refere-se ao adiantamento de contribuições patronais incidentes sobre a gratificação de natal (13º salário) correspondente ao período de 2018 a 2021.

d.5) Detalhamento dos valores reconhecidos no resultado relativos aos planos de benefício definido

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	2º Sem/2018	Exerc/2018	Exerc/2018	2º Sem/2018	Exerc/2018	Exerc/2018	2º Sem/2018	Exerc/2018
Custo do serviço corrente	(92.939)	(199.644)	--	--	(40.668)	(85.096)	(5.606)	(11.767)
Custo dos juros	(4.392.589)	(8.351.688)	(48.976)	(96.792)	(513.216)	(980.982)	(278.517)	(528.832)
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	4.803.846	8.995.385	--	--	--	--	170.269	315.656
Custo do serviço passado não reconhecido	--	--	(16.367)	(31.259)	--	--	--	--
Despesa com funcionários da ativa	--	--	--	--	(227.640)	(407.604)	(94.516)	(178.495)
Outros ajustes/reversão	--	--	--	--	--	--	3.775	6.895
(Despesa)/Receita Reconhecida na DRE	318.318	444.053	(65.343)	(128.051)	(781.524)	(1.407.685)	(204.595)	(320.898)

d.6) Composição dos ativos dos planos

	Plano 1 - Previ		Outros Planos	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Renda Fixa	74.008.549	70.104.125	4.734.172	4.708.087
Renda Variável ⁽¹⁾	88.864.018	77.501.636	530.688	316.452
Investimentos imobiliários	9.802.101	9.759.465	266.761	190.893
Empréstimos e financiamentos	5.465.522	5.593.240	140.399	121.801
Outros	1.057.265	1.066.160	373.134	376.503
Total	179.197.455	164.024.626	6.045.154	5.713.736
Montantes incluídos no valor justo dos ativos do plano				
Em instrumentos financeiros próprios da entidade	10.296.587	12.191.887	31.463	30.297
Em propriedades ou outros ativos utilizados pela entidade	148.139	155.611	8.449	7.684

(1) No Plano de Benefícios 1 da Previ, inclui o valor de R\$ 54.975.138 mil (R\$ 45.179.060 mil em 31.12.2017), referente a ativos não cotados em mercado ativo.

d.7) Principais premissas atuariais adotadas em cada período

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Taxa de inflação (a.a.)	4,42%	5,10%	4,39%	5,00%	4,43%	5,11%	4,42%	5,11%
Taxa real de desconto (a.a.)	4,83%	5,30%	4,64%	5,05%	4,86%	5,32%	4,86%	5,31%
Taxa nominal de retorno dos investimentos (a.a.)	9,46%	10,67%	--	--	--	--	9,50%	10,69%
Taxa real de crescimento salarial esperado (a.a.)	0,77%	0,93%	--	--	--	--	0,95%	0,91%
Tábua de sobrevivência	BR-EMSsb-2015	AT-2000 (Suavizada 10%)	BR-EMSsb-2015	AT-2000 (Suavizada 10%)	BR-EMSsb-2015	AT-2000 (Suavizada 10%)	AT-2000 / AT-83	
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	

O Banco, para definição dos valores relativos aos planos de benefício definido, utiliza métodos e premissas diferentes daqueles apresentados pelas entidades patrocinadas.

O pronunciamento técnico CPC 33 (R1) detalha a questão da contabilização assim como os efeitos ocorridos ou a ocorrer nas empresas patrocinadoras de planos de benefícios a empregados. Por sua vez, as entidades patrocinadas obedecem às normas emanadas do Ministério da Previdência Social, por intermédio do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc. As diferenças mais relevantes concentram-se na definição dos valores relativos ao Plano 1 – Previ.

d.8) Diferenças de premissas do Plano 1 - Previ

	Banco	Previ
Taxa real de desconto (a.a.)	4,83%	5,00%
Tábua de sobrevivência	BR-EMSsb-2015	AT-2000 (Suavizada 10%)
Avaliação de ativos		
Títulos públicos	Valor de mercado	Custo Amortizado
Participações acionárias	Valor de Mercado ou Fluxo de Caixa Descontado	Média Ponderada ⁽¹⁾ ou Fluxo de Caixa Descontado
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado	Método Agregado

(1) Em setembro de 2018, a Previ passou a adotar uma nova metodologia de avaliação para o seu investimento na Litel. Com precificação ao final de cada mês, esta metodologia considera uma média ponderada das cotações dos três meses anteriores.

d.9) Conciliação dos valores apurados no Plano 1 - Previ/Banco

	Ativos do Plano		Obrigações Atuariais		Efeito no Superávit/(Déficit)	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Valor apurado - Previ	160.882.240	142.116.752	(154.506.120)	(146.567.430)	6.376.120	(4.450.678)
Incorporação dos valores do contrato 97	13.190.867	13.506.509	(13.190.867)	(13.506.509)	--	--
Incorporação dos valores do Grupo Especial	1.091.011	1.101.682	(1.091.011)	(1.101.682)	--	--
Ajuste no valor dos ativos do plano ⁽¹⁾	4.033.337	7.299.683	--	--	4.033.337	7.299.683
Ajuste nas obrigações - taxa de desconto/regime de capitalização	--	--	(3.240.676)	5.916.834	(3.240.676)	5.916.834
Valor apurado - Banco	179.197.455	164.024.626	(172.028.674)	(155.258.787)	7.168.781	8.765.839

(1) Refere-se principalmente aos ajustes efetuados pelo Banco na apuração do valor justo dos investimentos na Litel, Neoenergia e em títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.

d.10) Análise de Sensibilidade

As análises de sensibilidade são baseadas na mudança em uma suposição, mantendo todas as outras constantes. Na prática, isso é pouco provável de ocorrer, e as mudanças em algumas das suposições podem ser correlacionadas.

Os métodos utilizados na elaboração da análise de sensibilidade não se alteraram em relação ao período anterior, sendo observadas as atualizações nos parâmetros de taxa de desconto.

		31.12.2018	Tábua biométrica		Crescimento salarial		Taxa de juros	
			+1 idade	-1 idade	+0,25%	-0,25%	+0,25%	-0,25%
Plano 1 (Previ)	Valor presente da obrigação atuarial	172.028.674	167.895.943	176.119.780	172.081.171	171.976.178	168.131.995	176.093.839
	Superávit/(déficit) do plano	7.168.781	11.301.512	3.077.675	7.116.284	7.221.277	11.065.460	3.103.616
Plano Informal (Previ)	Valor presente da obrigação atuarial	940.374	904.014	977.651	--	--	927.016	954.150
	Superávit/(déficit) do plano	(940.374)	(904.014)	(977.651)	--	--	(927.016)	(954.150)
Plano de Associados (Cassi)	Valor presente da obrigação atuarial	9.394.601	9.158.136	9.629.399	9.397.905	9.391.297	9.158.649	9.641.939
	Superávit/(déficit) do plano	(9.152.351)	(8.915.886)	(9.387.149)	(9.155.655)	(9.149.047)	(8.916.399)	(9.399.689)
Regulamento Geral (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	7.538.365	7.412.821	7.660.420	--	--	7.337.093	7.749.191
	Superávit/(déficit) do plano	(3.018.831)	(2.893.287)	(3.140.886)	--	--	(2.817.559)	(3.229.657)
Regulamento Complementar 1 (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	51.038	52.742	49.368	--	--	49.278	52.887
	Superávit/(déficit) do plano	(1.412)	(3.116)	258	--	--	348	(3.261)
Plus I e II (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	807.388	778.070	837.466	--	--	790.872	824.568
	Superávit/(déficit) do plano	(807.388)	(778.070)	(837.466)	--	--	(790.872)	(824.568)
Grupo B' (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	220.881	215.988	225.649	--	--	215.777	226.197
	Superávit/(déficit) do plano	(220.881)	(215.988)	(225.649)	--	--	(215.777)	(226.197)
Prevmais (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	308.819	305.864	311.738	310.379	307.283	300.084	318.020
	Superávit/(déficit) do plano	135.342	138.297	132.423	133.782	136.878	144.077	126.141
Multifuturo I (Fusesc)	Valor presente da obrigação atuarial	85.246	84.065	86.395	--	--	83.133	87.457
	Superávit/(déficit) do plano	145.612	146.793	144.463	--	--	147.725	143.401
Plano I (Fusesc)	Valor presente da obrigação atuarial	630.554	618.336	642.647	--	--	619.264	642.284
	Superávit/(déficit) do plano	44.492	56.710	32.399	--	--	55.782	32.762
Plano BEP (Prevbep)	Valor presente da obrigação atuarial	77.138	75.842	78.396	77.292	76.983	75.046	79.329
	Superávit/(déficit) do plano	48.791	50.087	47.533	48.637	48.946	50.883	46.600

e) Resumo dos ativos/(passivos) atuariais registrados no Banco

	Ativo Atuarial		Passivo Atuarial	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Plano 1 (Previ)	3.584.390	4.382.919	--	--
Plano Informal (Previ)	--	--	(940.374)	(959.692)
Plano de Associados (Cassi)	--	--	(9.152.351)	(8.724.130)
Regulamento Geral (Economus)	--	--	(1.555.593)	(1.368.699)
Regulamento Complementar 1 (Economus)	--	--	(501)	(339)
Plus I e II (Economus)	--	--	(807.388)	(656.497)
Grupo B' (Economus)	--	--	(220.881)	(210.324)
Prevmias (Economus)	67.671	43.535	--	--
Multifuturo I (Fusesc)	72.806	63.286	--	--
Plano I (Fusesc)	22.246	26.488	--	--
Plano BEP (Prevbep)	24.396	24.128	--	--
Total	3.771.509	4.540.356	(12.677.088)	(11.919.681)

f) Destinações do Superávit - Plano 1

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Fundo Paridade			
Saldo Inicial	41.354	102.726	129.900
Atualização	1.282	4.636	9.092
Contribuições ao Plano 1 - Contrato 97	(252.385)	(317.111)	(36.266)
Valores transferidos do Fundo de Utilização	209.749	209.749	--
Saldo Final	--	--	102.726
Fundo de Utilização			
Saldo Inicial	9.710.133	9.499.488	9.432.110
Contribuição ao Plano 1	(308.022)	(574.273)	(570.411)
Transferência para o Fundo Paridade	(209.749)	(209.749)	--
Atualização	319.399	796.295	637.789
Saldo Final	9.511.761	9.511.761	9.499.488
Total dos fundos de destinação do superávit	9.511.761	9.511.761	9.602.214

f.1) Fundo Paridade

Em 2000, o custo da implementação da paridade contributiva foi coberto com a utilização do superávit existente no Plano na época. Como efeito do acordo entre o Banco e os participantes, além da devida homologação pela Secretaria de Previdência Complementar, coube ao Banco, ainda, reconhecer o valor histórico de R\$ 2.227.254 mil, os quais foram registrados em Fundos de Destinação Superávit - Previ. Esse ativo é corrigido mensalmente com base na meta atuarial (INPC + 5% a.a.).

Desde janeiro de 2007, este ativo vem sendo utilizado para compensar eventual desequilíbrio financeiro na relação entre Reserva a Amortizar e Amortizante Antecipada decorrente do contrato estabelecido com a Previ em 1997, o qual garantiu benefícios complementares aos participantes do Plano 1 admitidos até 14.04.1967 e que não estavam aposentados até aquela data.

f.2) Fundo de Utilização

O Fundo de Utilização, constituído por recursos transferidos do Fundo de Destinação (oriundo do superávit do plano), pode ser utilizado pelo Banco, como forma de reembolso ou como redução nas contribuições futuras, após cumpridas as exigências estabelecidas pela legislação aplicável. O Fundo de Utilização é corrigido pela meta atuarial (INPC + 5% a.a.).

27 - PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS**a) Ativos Contingentes**

Em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, não são reconhecidos ativos contingentes nas demonstrações contábeis.

b) Ações Trabalhistas

O Banco é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados, sindicatos da categoria ou ex-empregados de empresas prestadoras de serviços (terceirizados). Esses processos contêm vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de gratificação de função e outros.

c) Ações Fiscais

O Banco, a despeito de seu perfil conservador, está sujeito – em fiscalizações realizadas pelas autoridades fiscais tributárias – a questionamentos com relação a tributos e condutas fiscais, que podem eventualmente gerar autuações, como por exemplo: composição da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) – dedutibilidades; e discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos geradores. A maioria das ações judiciais oriundas das autuações versa sobre ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins, IOF e Contribuições Previdenciárias Patronais. Para garantia destas ações, quando necessário, existem penhoras em dinheiro, títulos públicos, imóveis, ou depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão, de forma a impedir a inclusão do Banco em cadastros restritivos, bem como a não obstar a renovação semestral de sua Certidão de Regularidade Fiscal.

d) Ações de Natureza Cível

Os processos judiciais de natureza cível consistem, principalmente, em ações de clientes e usuários pleiteando indenização por danos materiais e morais relativos a produtos e serviços bancários, expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos sobre aplicações financeiras, depósitos judiciais e crédito rural, e devolução de valores pagos em razão de revisão de cláusulas contratuais de encargos financeiros.

As indenizações por danos materiais e morais, geralmente, têm como fundamento a legislação de defesa do consumidor, na maioria das vezes processadas e julgadas nos Juizados Especiais Cíveis, cujo valor está limitado a quarenta salários mínimos.

Entre as ações judiciais de natureza cível, destacam-se as de cobrança da diferença de correção monetária de cadernetas de poupança e depósitos judiciais relativos ao período dos Planos Econômicos (Plano Bresser, Plano Verão e Planos Collor I e II), bem como a repetição de indébito correspondente ao índice de correção monetária cobrado em operações rurais em março de 1990 (Plano Collor I).

Embora o Banco do Brasil tenha cumprido a legislação e regulamentação vigentes à época, os referidos processos vêm sendo provisionados, considerando as ações em que o Banco é citado e as correspondentes perspectivas de perdas, consideradas depois de analisada cada demanda, tendo em vista a jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça – STJ e do Supremo Tribunal Federal – STF.

Em relação aos litígios que versam sobre os expurgos inflacionários em cadernetas de poupança, o Supremo Tribunal Federal – STF – suspendeu o andamento dos processos que estavam na fase de conhecimento, até que haja pronunciamento definitivo daquela Corte quanto ao direito discutido. Cumpre ressaltar que, no final de 2017, a Febraban e as entidades representativas dos poupadores firmaram acordo em relação às demandas envolvendo os planos econômicos em cadernetas de poupança, que já foi objeto de homologação pelo Supremo Tribunal Federal. Desde maio/2018, os poupadores podem aderir ao acordo, por meio de ferramenta disponibilizada pela Febraban. Em outubro de 2018, o Ministro Gilmar Mendes determinou nos autos do RE 632.212/SP a suspensão dos processos relacionados aos expurgos inflacionários dos planos econômicos em poupança, independentemente da fase processual (conhecimento, liquidação ou execução), pelo prazo de 24 meses a contar de 05.02.2018, data de homologação do acordo.

e) Provisões para Demandas Trabalhistas, Fiscais e Cíveis – Prováveis

O Banco constitui provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis com risco de perda “provável”, quantificada utilizando metodologia individualizada ou massificada (contempla os processos com probabilidade de êxito do autor igual a remoto, possível ou provável), de acordo com a natureza e/ou valor do processo.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações, pelo julgamento da administração da entidade, por meio da opinião dos assessores jurídicos com base nos elementos do processo, complementadas pela complexidade e pela experiência de demandas semelhantes.

A Administração do Banco considera suficientes as provisões constituídas para atendimento às perdas decorrentes de demandas trabalhistas, fiscais e cíveis.

e.1) Movimentações nas provisões para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, classificadas como prováveis

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Demandas Trabalhistas						
Saldo Inicial	2.506.668	2.624.573	2.451.413	2.561.756	2.677.568	2.508.268
Constituição	823.527	1.469.243	1.215.839	832.213	1.485.098	1.227.945
Reversão da provisão	(50.430)	(396.788)	(194.096)	(61.348)	(411.492)	(207.902)
Baixa por pagamento	(949.378)	(1.474.731)	(1.092.924)	(949.695)	(1.476.428)	(1.099.010)
Atualização monetária e variação cambial	137.276	245.366	244.341	138.042	246.222	248.267
Saldo Final	2.467.663	2.467.663	2.624.573	2.520.968	2.520.968	2.677.568
Demandas Fiscais						
Saldo Inicial	204.061	212.548	240.451	245.016	258.324	276.015
Constituição	91.332	171.184	81.031	92.831	177.286	98.276
Reversão da provisão	(21.063)	(92.697)	(92.620)	(23.470)	(99.143)	(99.684)
Baixa por pagamento	(55.892)	(80.202)	(35.865)	(57.743)	(82.871)	(35.907)
Atualização monetária e variação cambial	9.154	16.759	19.551	6.090	9.128	19.624
Saldo Final	227.592	227.592	212.548	262.724	262.724	258.324
Demandas Cíveis						
Saldo Inicial	7.207.199	6.639.987	6.784.318	7.292.607	6.723.721	6.897.180
Constituição	2.023.008	3.786.719	1.821.029	2.067.177	3.857.889	1.872.625
Reversão da provisão	(134.531)	(161.130)	(568.507)	(143.398)	(177.798)	(631.664)
Baixa por pagamento	(2.351.824)	(3.653.693)	(1.640.679)	(2.379.789)	(3.697.589)	(1.660.655)
Atualização monetária e variação cambial	162.210	294.179	243.826	160.847	291.221	246.235
Saldo Final	6.906.062	6.906.062	6.639.987	6.997.444	6.997.444	6.723.721
Total das Demandas Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	9.601.317	9.601.317	9.477.108	9.781.136	9.781.136	9.659.613

e.2) Cronograma esperado de desembolsos

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis
Até 5 anos	2.403.483	122.195	5.623.995	2.456.701	136.813	5.695.065
Acima de 5 anos	64.180	105.397	1.282.067	64.267	125.911	1.302.379
Total	2.467.663	227.592	6.906.062	2.520.968	262.724	6.997.444

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saída.

f) Passivos Contingentes – Possíveis

As demandas trabalhistas, fiscais e cíveis são classificadas como passivos contingentes possíveis, quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota, ficando dispensadas de constituição de provisão.

f.1) Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Demandas Trabalhistas	168.402	167.779	218.985	193.780
Demandas Fiscais ⁽¹⁾	12.356.910	11.827.095	13.053.487	12.475.951
Demandas Cíveis	2.106.134	2.003.421	2.359.921	2.327.630
Total	14.631.446	13.998.295	15.632.393	14.997.361

(1) As principais contingências têm origem em (i) autos de infração lavrados pelo INSS, visando o recolhimento de contribuições incidentes sobre abonos salariais pagos nos acordos coletivos do período de 1995 a 2006, no valor de R\$ 3.723.775 mil, verbas de transporte coletivo e utilização de veículo próprio por empregados do Banco do Brasil, no valor de R\$ 333.407 mil, e participações nos lucros e resultados de funcionários, correspondentes ao período de abril de 2001 a outubro de 2003, no valor de R\$ 638.519 mil e (ii) autos de infração lavrados pelas Fazendas Públicas dos Municípios visando a cobrança de ISSQN, no montante de R\$ 1.683.317 mil.

g) Depósitos em Garantia de Recursos**g.1) Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências**

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Demandas Trabalhistas	5.658.525	5.558.524	5.684.226	5.579.789
Demandas Fiscais	7.864.181	7.750.939	8.397.852	8.193.592
Demandas Cíveis	23.515.842	23.247.531	23.562.567	23.309.214
Total	37.038.548	36.556.994	37.644.645	37.082.595

h) Obrigações Legais

O Banco mantém registrado em Outras Obrigações – Fiscais e Previdenciárias e Outras Obrigações – Diversas o montante de R\$ 17.667.363 mil (R\$ 16.468.293 mil em 31.12.2017), relativo à seguinte ação:

Em 1998, o Banco pleiteou a compensação integral dos prejuízos fiscais acumulados de Imposto de Renda e das bases de cálculo negativas de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Desde então, o Banco passou a compensar integralmente prejuízos fiscais e bases negativas com o valor devido de Imposto de Renda e de Contribuição Social, realizando depósito integral do montante devido (70% do valor compensado), o que ensejou o despacho judicial, determinando a suspensão da exigibilidade dos referidos tributos. Atualmente, o Banco encontra-se aguardando o julgamento de recurso extraordinário (RE 591.340-SP) em que houve reconhecimento da repercussão geral da matéria pelo STF. Em consequência, o RE 354.322-DF, aviado pelo BB, ficará sobrestado no TRF 1ª Região, até julgamento da repercussão geral.

A compensação dos valores decorrentes de prejuízos fiscais e de CSLL a compensar tem como efeito a baixa de créditos tributários ativados, observada a limitação de 30%.

Os tributos diferidos (IRPJ e CSLL) sobre a atualização dos depósitos judiciais vêm sendo compensados com os créditos tributários decorrentes da provisão para perda da referida atualização, em conformidade com o art. 1º, inciso II, § 2º, da Resolução CMN n.º 3.059/2002, sem efeito no resultado.

Considerada a hipótese de êxito na ação judicial, verificou-se que, em setembro de 2005 e em janeiro de 2009, o Banco teria consumido todo o estoque de Prejuízos Fiscais e CSLL a Compensar, respectivamente. Assim, desde a competência outubro de 2005 e fevereiro de 2009, os valores do IRPJ e da CSLL estão sendo recolhidos integralmente. Além disso, ocorreria a transferência dos recursos da rubrica que registra os depósitos judiciais para a de disponibilidades. Os créditos tributários relativos aos depósitos judiciais (principal) seriam baixados contra o passivo de IRPJ e CSLL existente e seria revertida, contra o resultado, a provisão para riscos fiscais relativa à atualização dos depósitos, registrada no valor de R\$ 11.095.690 mil.

Por outro lado, considerada a hipótese de perda da ação (situação em que os valores depositados judicialmente seriam convertidos em renda a favor da Fazenda Nacional), são reclassificadas, para a rubrica representativa de ativo IRPJ a compensar e CSLL a compensar, as parcelas de créditos tributários de IRPJ sobre prejuízos fiscais e CSLL a compensar, respectivamente, que poderiam ser utilizadas desde a competência outubro de 2005 e fevereiro de 2009, observada a limitação de 30%. Esses tributos a compensar, que decorreriam das retificações das Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica, correspondem a R\$ 5.979.489 mil, em 31.12.2018, e sua atualização pela Taxa Selic a R\$ 4.462.962 mil. Esses valores alcançariam o montante necessário para anular integralmente o risco inerente à hipótese de perda.

h.1) Valores relacionados à referida ação

	31.12.2018	31.12.2017
Depósitos Judiciais	18.668.426	18.180.644
Montante realizado (70%)	7.817.011	7.817.011
Atualização monetária	10.851.415	10.363.633
Obrigação Legal – Provisão para Processo Judicial	17.667.363	16.468.293
Prejuízos fiscais de IRPJ	3.002.033	3.002.033
Bases negativas de CSLL/CSLL a compensar	3.569.640	3.569.640
Provisão para riscos fiscais (atualização do depósito)	11.095.690	9.896.620

23 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

a) Processo de Gestão de Riscos

O Banco do Brasil considera o gerenciamento de riscos e de capital como um dos principais vetores para o processo de tomada de decisão.

A instituição possui processo para identificação dos riscos que comporão o seu inventário de riscos, realizada a partir da análise dos segmentos de negócios explorados, direta ou indiretamente, incluídas as entidades ligadas ao Banco.

A partir do inventário de riscos e seus respectivos conceitos, é realizada a definição da relevância dos riscos considerando critérios quantitativos e qualitativos definidos em Manual Corporativo. Os riscos considerados como relevantes são:

- a) Risco de Crédito;
- b) Risco de Mercado;
- c) Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária;
- d) Risco de Liquidez;
- e) Risco Operacional;
- f) Risco Legal;
- g) Risco Socioambiental;
- h) Risco Climático;
- i) Risco de Estratégia;
- j) Risco de Reputação;
- k) Risco de Entidades Fechadas de Previdência Complementar e de Operadoras de Planos Privados de Saúde a Funcionários;
- l) Risco de Modelo;
- m) Risco Cibernético;
- n) Risco de TI;
- o) Risco de Contágio;
- p) Risco de Conformidade (*Compliance*); e
- q) Risco de Conduta.

Os riscos de Descontinuidade dos Negócios, Residual, de Concentração e de Fronteira constam no Inventário de Riscos Relevantes do BB, porém com taxonomia de relevância "Muito Baixa".

No Banco, a gestão colegiada dos riscos é realizada de forma totalmente segregada das unidades de negócios. As políticas de gestão de riscos são aprovadas pelo Conselho de Administração, com o assessoramento do Comitê de Riscos e de Capital (Coris). O Comitê Superior de Gestão de Riscos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital (CSGRC), fórum composto por Vice-Presidentes, é responsável pela implantação e acompanhamento dessas políticas. Já as diretrizes emanadas do CSGRC são conduzidas no Comitê Executivo de Gestão de Riscos e Controles Internos (CEGRC) e no Comitê Executivo de Gestão de Ativos, Passivos, Liquidez e Capital (CEGAPC), que são fóruns constituídos por Diretores.

Para conhecer mais sobre o processo de gestão de riscos e de capital no Banco do Brasil, acesse as informações disponíveis no Relatório de Gerenciamento de Riscos e no Plano de Recuperação na seção Gerenciamento de Riscos no website bb.com.br/ri.

Instrumentos Financeiros - Valor Justo

Instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, comparadas ao valor justo:

	31.12.2018		31.12.2017		Ganho/(Perda) não Realizado sem Efeitos Fiscais			
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	No Resultado		No Patrimônio Líquido	
					31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Ativos								
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	415.091.597	414.941.710	373.023.328	366.413.274	(149.887)	(6.610.054)	(149.887)	(6.610.054)
Títulos e valores mobiliários	150.413.303	150.122.037	138.267.653	136.858.385	(1.970.524)	(2.414.599)	(291.266)	(1.409.268)
Ajuste a mercado de títulos disponíveis para venda (Nota 8.a)	--	--	--	--	(1.679.258)	(1.005.331)	--	--
Ajuste a mercado de títulos mantidos até o vencimento (Nota 8.a)	--	--	--	--	(291.266)	(1.409.268)	(291.266)	(1.409.268)
Instrumentos financeiros derivativos	683.162	683.162	654.919	654.919	--	--	--	--
Operações de crédito	548.988.119	533.098.255	544.289.767	512.789.410	(15.889.864)	(31.500.357)	(15.889.864)	(31.500.357)
Passivos								
Depósitos interfinanceiros	33.668.595	33.735.065	24.152.759	24.200.294	(66.470)	(47.535)	(66.470)	(47.535)
Depósitos a prazo	209.491.504	209.363.697	195.628.823	195.528.921	127.807	99.902	127.807	99.902
Obrigações por operações compromissadas	402.901.202	404.409.826	376.242.695	374.699.808	(1.508.624)	1.542.887	(1.508.624)	1.542.887
Obrigações por empréstimos e repasses	87.718.289	87.945.963	100.457.710	100.595.084	(227.674)	(137.374)	(227.674)	(137.374)
Instrumentos financeiros derivativos	809.201	809.201	789.887	789.887	--	--	--	--
Outras Obrigações	209.666.230	209.666.230	206.066.264	206.066.264	--	--	--	--
Ganho/(Perda) não Realizado(a) sem Efeitos Fiscais					(19.685.236)	(39.067.130)	(18.005.978)	(38.061.799)

Determinação do Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez: O valor justo foi obtido pelo desconto dos fluxos de caixa futuros, adotando as taxas de juros praticadas pelo mercado em operações semelhantes na data do balanço.

Títulos e Valores Mobiliários: Contabilizados pelo valor de mercado, em conformidade com o estabelecido pela Circular Bacen n.º 3.068/2001, excetuando-se desse critério os títulos mantidos até o vencimento. A apuração do valor justo dos títulos, inclusive dos títulos mantidos até o vencimento, é dada com base nas taxas coletadas junto ao mercado.

Operações de Crédito: Para as operações deste grupo, remuneradas a taxas pós-fixadas, foi considerado como valor justo o próprio valor contábil, devido à equivalência entre os mesmos. As operações remuneradas a taxas prefixadas de juros foram estimadas mediante o desconto dos fluxos futuros de caixa, adotando-se as taxas de juros utilizadas pelo Banco para contratação de operações semelhantes na data de balanço. Eventualmente, em fluxos de menor prazo, com estabilidade nas taxas de desconto ao longo dos períodos, pode ser adotado o critério de valor contábil.

Depósitos Interfinanceiros: O valor justo foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos futuros de caixa e as taxas atualmente praticadas no mercado para operações pré-fixadas. No caso de operações pós-fixadas, cujos vencimentos não ultrapassavam 30 dias, o valor contábil foi considerado aproximadamente equivalente ao valor justo.

Depósitos a Prazo: Na apuração do valor justo são utilizados os mesmos critérios adotados para os depósitos interfinanceiros.

Obrigações por Operações Compromissadas: Para as operações com taxas pré-fixadas, o valor justo foi apurado calculando o desconto dos fluxos de caixa estimados, adotando taxas de desconto equivalentes às taxas praticadas em contratações de operações similares no último dia de mercado. Para as operações pós-fixadas, os valores contábeis foram considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo.

Obrigações por Empréstimos e Repasses: Tais operações são exclusivas do Banco, sem similares no mercado. Face às suas características específicas, taxas exclusivas para cada recurso ingressado, inexistência de mercado ativo e instrumento similar, o valor justo dessas operações é equivalente ao valor contábil.

Outras Obrigações: O valor justo foi apurado por meio do cálculo do fluxo de caixa descontado, considerando as taxas de juros oferecidas no mercado para obrigações cujos vencimentos, riscos e prazos são similares.

Instrumentos Financeiros Derivativos: Os derivativos são contabilizados pelo valor de mercado, conforme a Circular Bacen n.º 3.082/2002. A apuração do valor de mercado dos derivativos é estimada de acordo com modelo de precificação interno, observadas as taxas divulgadas para operações com prazo e indexadores similares no último dia de negociação do exercício.

Demais Instrumentos Financeiros: Constantes ou não do balanço patrimonial, o valor justo é aproximadamente equivalente ao correspondente valor contábil.

Níveis de Informação Referentes a Ativos e Passivos Mensurados a Valor Justo no Balanço

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pelo Banco são as seguintes:

Nível 1 – são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

Nível 2 – são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços são cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Nível 3 – são usadas informações na definição do valor justo que não estão disponíveis no mercado. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, o Banco estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

Ativos e Passivos Financeiros Mensurados a Valor Justo no Balanço

	Saldo em 31.12.2018	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos	131.904.945	98.630.263	33.274.682	--
Aplicações em depósitos interfinanceiros com hedge	664.473	--	664.473	--
Títulos e valores mobiliários disponíveis para negociação, a valor de mercado	6.181.752	5.124.674	1.057.078	--
Instrumentos financeiros derivativos	683.162	--	683.162	--
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	124.375.558	93.505.589	30.869.969	--
Passivos	(1.359.292)	--	(1.359.292)	--
Captação com hedge	(550.091)	--	(550.091)	--
Instrumentos financeiros derivativos	(809.201)	--	(809.201)	--

	Saldo em 31.12.2017	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos	131.912.572	99.640.850	32.148.239	123.483
Títulos e valores mobiliários disponíveis para negociação, a valor de mercado	7.752.533	5.820.756	1.931.777	--
Instrumentos financeiros derivativos	654.919	--	531.436	123.483
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	123.505.120	93.820.094	29.685.026	--
Passivos	(789.887)	--	(789.887)	--
Instrumentos financeiros derivativos	(789.887)	--	(789.887)	--

Os valores classificados como nível 3 referem-se às opções de venda junto a CEMIG, cuja modelagem utiliza a volatilidade histórica dos preços das ações da Light.

Análise de Sensibilidade (Instrução CVM n.º 475/2008)

Alinhado às melhores práticas de mercado, o Banco do Brasil gerencia seus riscos de forma dinâmica, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar as exposições aos riscos de mercado de suas posições próprias. Para isso, o Banco considera os limites de riscos estabelecidos pelos Comitês Estratégicos e possíveis cenários para atuar de forma tempestiva na reversão de eventuais resultados adversos.

O Banco do Brasil, em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.557/2017 e com a Circular Bacen n.º 3.354/2007, visando maior eficiência na gestão de suas operações expostas ao risco de mercado, segrega as suas operações, inclusive instrumentos financeiros derivativos, da seguinte forma:

1) Carteira de Negociação (*Trading Book*): formada por todas as operações de posições próprias realizadas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* da carteira de negociação, para as quais haja a intenção de serem negociadas antes de seu prazo contratual, observadas as condições normais de mercado, e que não contenham cláusula de inegociabilidade.

2) Carteira Bancária (*Banking Book*): formada por operações não classificadas na Carteira de Negociação, tendo como característica principal a intenção de manter tais operações até o seu vencimento.

A análise de sensibilidade para todas as operações ativas e passivas do Balanço Patrimonial, em atendimento à Instrução CVM n.º 475/2008, não reflete adequadamente a gestão dos riscos de mercado adotada pela Instituição, bem como não representa as práticas contábeis adotadas pelo Banco.

Para determinar a sensibilidade do capital das posições do Banco do Brasil aos movimentos das variáveis de mercado, foram realizadas simulações com três possíveis cenários, sendo dois deles com resultado adverso para o Banco. Os cenários utilizados estão apresentados como segue:

Cenário I: Situação provável, a qual reflete a percepção da alta administração do Banco em relação ao cenário com maior probabilidade de ocorrência, para um horizonte de três meses, considerando fatores macroeconômicos e informações de mercado (B3, Anbima, etc.). Premissas utilizadas: taxa de câmbio reais/dólar de R\$ 3,81 e manutenção da taxa Selic para 6,50% ao ano, com base nas condições de mercado observadas em 31.12.2018.

Cenário II: Situação eventual. Premissas utilizadas: choque de 25% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 31.12.2018, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco e, consequentemente, não considerando a racionalidade entre as variáveis macroeconômicas.

Cenário III: Situação eventual. Premissas utilizadas: choque de 50% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 31.12.2018, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco e, consequentemente, não considerando a racionalidade entre as variáveis macroeconômicas.

No quadro abaixo, encontram-se sintetizados os resultados para a Carteira de Negociação (*Trading*), composta por títulos públicos e privados, instrumentos financeiros derivativos e recursos captados por meio de operações compromissadas:

Fator de Risco	Conceito	Cenário I			
		31.12.2018		31.12.2017	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Manutenção	--	Redução	16.667
Cupons de TMS e CDI	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Redução	243	Manutenção	--
Cupom de IPCA	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	--	Redução	4.081
Taxas de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(9.784)	Aumento	4.006

Fator de Risco	Conceito	Cenário II			
		31.12.2018		31.12.2017	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Redução	(350)	Aumento	(143.847)
Cupons de TMS e CDI	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Aumento	(71)	Manutenção	--
Cupom de IPCA	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(143)	Aumento	(18.303)
Taxas de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(157.768)	Redução	(123.468)

Fator de Risco	Conceito	Cenário III			
		31.12.2018		31.12.2017	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Redução	(693)	Aumento	(271.416)
Cupons de TMS e CDI	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Aumento	(142)	Manutenção	--
Cupom de IPCA	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(281)	Aumento	(35.346)
Taxas de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(315.536)	Redução	(246.935)

Para as operações classificadas na Carteira Bancária, a valorização ou a desvalorização em decorrência de mudanças nas taxas de juros praticadas no mercado, não representam impacto financeiro e contábil significativo sobre o resultado do período. Isso porque esta carteira é composta, majoritariamente, por operações de crédito (crédito direto ao consumidor, agronegócios, capital de giro, etc.), captações de varejo (depósitos à vista, a prazo e de poupança) e títulos e valores mobiliários, cujo registro contábil é realizado, principalmente, pelas taxas pactuadas na contratação das operações. Adicionalmente, destaca-se o fato dessa carteira apresentar como principal característica a intenção de manter as respectivas operações até o vencimento, com exceção dos títulos "disponíveis para venda", não sofrendo, portanto, os efeitos das oscilações em taxa de juros, ou pelo fato dessas operações estarem atreladas naturalmente a outros instrumentos (*hedge* natural), minimizando dessa forma os impactos em um cenário de estresse.

No quadro abaixo, encontram-se sintetizados os resultados para a Carteira de Negociação (*Trading*) e da Carteira Bancária (*Banking*), das entidades financeiras e não financeiras controladas pelo Banco:

Fator de Risco	Conceito	Cenário I			
		31.12.2018		31.12.2017	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Manutenção	--	Aumento	(2.215.999)
Cupom de TR	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Manutenção	--	Aumento	1.228.076
Cupom de TBF		Redução	(318)	Aumento	5.024
Cupom de TJLP		Redução	(6.269)	Aumento	(33.417)
Cupom de TMS e CDI		Redução	208.086	Aumento	837.005
Cupom de IGP-M	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	--	Aumento	70.266
Cupom de INPC		Manutenção	--	Aumento	(73.999)
Cupom de IPCA		Manutenção	--	Aumento	(614.995)
Cupom de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupons de moedas estrangeiras	Aumento	737.258	Aumento	824.461
Taxa de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(44.678)	Aumento	20.150

Fator de Risco	Conceito	Cenário II			
		31.12.2018		31.12.2017	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(9.154.584)	Aumento	(9.419.773)
Cupom de TR	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Redução	(4.852.166)	Redução	(4.171.163)
Cupom de TBF		Redução	(469)	Redução	(2.155)
Cupom de TJLP		Redução	(95.595)	Aumento	(20.304)
Cupom de TMS e CDI		Aumento	(7.554)	Aumento	(999.708)
Cupom de IGP-M	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(495.898)	Aumento	(403.536)
Cupom de INPC		Aumento	(121.600)	Aumento	(154.092)
Cupom de IPCA		Aumento	(1.000.438)	Aumento	(1.443.773)
Cupom de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupons de moedas estrangeiras	Redução	(832.428)	Redução	(957.024)
Taxa de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(817.437)	Redução	(621.006)

Fator de Risco	Conceito	Cenário III			
		31.12.2018		31.12.2017	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(17.679.203)	Aumento	(18.037.145)
Cupom de TR	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Redução	(9.581.770)	Redução	(8.183.811)
Cupom de TBF		Redução	(940)	Redução	(4.328)
Cupom de TJLP		Redução	(200.331)	Aumento	(43.554)
Cupom de TMS e CDI		Aumento	(15.104)	Aumento	(2.004.468)
Cupom de IGP-M	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(1.075.797)	Aumento	(869.226)
Cupom de INPC		Aumento	(240.520)	Aumento	(303.694)
Cupom de IPCA		Aumento	(1.886.635)	Aumento	(2.730.917)
Cupom de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupons de moedas estrangeiras	Redução	(1.714.600)	Redução	(1.972.911)
Taxa de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(1.440.874)	Redução	(1.242.012)

Os cenários utilizados para elaboração do quadro de análise de sensibilidade devem, necessariamente, utilizar situações de deterioração de, pelo menos, 25% e 50% por variável de risco, vista isoladamente, conforme determina a Instrução CVM n.º 475/2008. Logo, a análise conjunta dos resultados fica prejudicada. Por exemplo, choques simultâneos de aumento na taxa pré-fixada de juros e redução no cupom de TR não são consistentes do ponto de vista macroeconômico.

Especificamente com relação às operações de derivativos existentes na Carteira Bancária, as mesmas não representam risco de mercado relevante para o Banco do Brasil, haja vista que essas posições são originadas, principalmente, para atender às seguintes situações:

- Troca de indexador de remuneração de captações e aplicações de recursos realizadas para atender às necessidades dos clientes;
- *Hedge* de risco de mercado, cujo objeto e sua efetividade estão descritos na Nota 8.d. Também nessa operação, a variação na taxa de juros e na taxa de câmbio não produz efeito no resultado do Banco.

Em 31.12.2018, o Banco do Brasil não possuía qualquer operação classificada como derivativo exótico, conforme descrito na Instrução CVM n.º 475/2008, anexo II.

b) Gerenciamento de Capital

A Resolução CMN n.º 4.557/2017, define o escopo e os requisitos da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital para as instituições financeiras.

Em cumprimento à Resolução, o Conselho de Administração do Banco instituiu o Comitê de Riscos e de Capital (Coris), definiu o Vice-presidente de Controles Internos e Gestão de Riscos como o *Chief Risk Officer* (CRO), responsável pelo gerenciamento de riscos, e o Diretor de Controladoria como responsável pelo gerenciamento de capital.

O Banco possui mecanismos que possibilitam a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR). As políticas e estratégias de gestão, bem como o planejamento de capital, possibilitam a visão proativa e a manutenção do capital em níveis compatíveis com os riscos incorridos pela Instituição. Os testes de estresse são realizados periodicamente e seus impactos são avaliados sob a ótica de capital.

Os relatórios gerenciais de adequação de capital são reportados para as áreas e para os comitês estratégicos intervenientes, constituindo-se em subsídio para o processo de tomada de decisão pela Alta Administração do Banco.

O Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (*Icaap*), implementado no Banco do Brasil em 30.06.2013, segue o disposto na Resolução CMN n.º 4.557/2017. No Banco, a responsabilidade pela coordenação do *Icaap* foi atribuída à Diretoria Gestão de Riscos. Por sua vez, a Diretoria de Controles Internos, área independente e segregada da estrutura de gerenciamento de capital, é a responsável institucional pela validação do *Icaap*. Por fim, a Auditoria Interna detém a responsabilidade institucional por avaliar anualmente o processo de gerenciamento de capital.

Para conhecer mais sobre a gestão do capital no Banco do Brasil, acesse as informações disponíveis no Relatório de Gerenciamento de Riscos e no Plano de Recuperação na seção Gerenciamento de Riscos no website bb.com.br/ri.

Índice de Basileia

O Índice de Basileia foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN n.º 4.192/2013 e n.º 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do PRMR em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

A partir de outubro/2013 passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. As novas normas adotadas tratam dos seguintes assuntos:

I – nova metodologia de apuração do capital regulamentar, que continua a ser dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar;

II – nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal.

A partir de janeiro/2018, o percentual de dedução dos ajustes prudenciais abaixo relacionados passou a ser de 100%:

- ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura;
- ativos intangíveis;
- ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
- participação de não controladores;
- investimentos, diretos ou indiretos, superiores a 10% do capital social de: entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas e; sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar;
- créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
- créditos tributários de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação;
- créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido.

De acordo com a Resolução CMN n.º 4.192/2013, as deduções referentes aos instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras e à diferença a menor entre o valor provisionado e o montante dos ajustes resultantes da avaliação prevista na Resolução CMN n.º 4.277/2013, não estavam sujeitas ao faseamento.

Em 28.08.2014, o Instrumento Híbrido de Capital e Dívida no valor de R\$ 8.100.000 mil, foi autorizado pelo Banco Central do Brasil a integrar o Capital Principal, na condição de Elemento Patrimonial.

De acordo com as Resoluções CMN n.º 4.192/2013 e 4.193/2013, a partir de janeiro de 2015, a apuração do PR e do montante do RWA deve ser elaborada com base nas demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.

	31.12.2018	31.12.2017
PR - Patrimônio de Referência	134.178.484	135.511.422
Nível I	95.289.701	95.227.960
Capital Principal (CP)	71.169.071	72.320.060
Patrimônio Líquido	92.016.168	88.067.958
Instrumento Elegível a Capital Principal	8.100.000	8.100.000
Ajustes prudenciais	(28.947.097)	(23.847.898)
Capital Complementar	24.120.630	22.907.900
IHCD autorizados em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013	20.827.050	18.111.300
IHCD autorizados segundo normas anteriores à Resolução CMN n.º 4.192/2013 ⁽¹⁾	3.293.580	4.796.600
Nível II	38.888.783	40.283.462
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	38.925.975	40.327.803
Dívidas Subordinadas autorizadas em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013 - Letras Financeiras	3.270.036	4.558.860
Dívidas Subordinadas autorizadas segundo normas anteriores à Resolução CMN n.º 4.192/2013	35.655.939	35.768.943
Recursos captados do FCO ⁽²⁾	29.336.898	27.870.141
Recursos captados com Letras Financeiras e CDB ⁽³⁾	6.319.041	7.898.802
Dedução do Nível II	(37.192)	(44.341)
Instrumentos de captação emitidos por instituição financeira	(37.192)	(44.341)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	711.490.229	689.856.756
Risco de Crédito (RWA _{CPAD})	624.018.657	616.822.462
Risco de Mercado (RWA _{MPAD})	26.390.238	17.296.387
Risco Operacional (RWA _{OPAD})	61.081.334	55.737.907
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) ⁽⁴⁾	61.366.032	63.811.750
Margem sobre o Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PR-PRMR)	72.812.452	71.699.672
Índice de Capital Nível I (Nível I/RWA)	13,39%	13,80%
Índice de Capital Principal (CP/RWA)	10,00%	10,48%
Índice de Basileia (PR/RWA)	18,86%	19,64%

(1) O Banco do Brasil considerou a totalidade dos instrumentos de dívida elegíveis ao capital Nível I, autorizados pelo Bacen a compor o PR de acordo com a Resolução CMN n.º 3.444/2007 e que não se enquadram nos requisitos exigidos pela Resolução CMN n.º 4.192/2013, baseado na orientação do Banco Central do Brasil, relacionado ao limite estabelecido no artigo 28 Incisos I a X da Resolução CMN n.º 4.192/2013.

(2) Em cumprimento à Resolução CMN n.º 4.679/2018, em 31.12.2018, os saldos do FCO correspondem à aplicação do limitador de 100% ao montante computado no Nível II em 30.06.2018. Em períodos anteriores, aplicava-se o disposto na Resolução CMN n.º 4.192/2013.

(3) Foi considerado o saldo dos instrumentos de Dívida Subordinada que compunham o PR em 31.12.2012, aplicando-se sobre ele o limitador de 40% em 31.12.2018 (50% em 2017), conforme determina a Resolução CMN n.º 4.192/2013.

(4) Em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.193/2013, corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA, sendo "F" igual a: 11%, de 01.10.2013 a 31.12.2015; 9,875%, de 01.01.2016 a 31.12.2016; 9,25%, de 01.01.2017 a 31.12.2017; 8,625%, de 01.01.2018 a 31.12.2018 e 8% a partir de 01.01.2019.

Ajustes Prudenciais deduzidos do Capital Principal:

	31.12.2018	31.12.2017
Investimentos superiores e créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam da geração de lucros (excesso dos 15%) ⁽¹⁾⁽²⁾	(11.895.016)	(9.230.578)
Ativos intangíveis ⁽¹⁾⁽³⁾	(5.777.411)	(5.158.510)
Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam da geração de lucros (excesso dos 10%) ⁽¹⁾	(4.631.170)	(2.663.196)
Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados ⁽¹⁾	(3.731.833)	(3.293.873)
Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido ⁽¹⁾⁽⁴⁾	(1.878.196)	(790.986)
Investimentos superiores (excesso dos 10%) ⁽¹⁾	(715.692)	(1.717.569)
Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura ⁽¹⁾⁽⁵⁾	(216.810)	(247.965)
Créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação ⁽¹⁾	(62.020)	(71.438)
Valor da diferença a menor entre o valor provisionado e o montante dos ajustes resultantes da avaliação prevista na Resolução CMN n.º 4.277/2013	(38.923)	--
Participação de não controladores ⁽¹⁾⁽⁶⁾	(26)	(673.783)
Total	(28.947.097)	(23.847.898)

(1) Ajustes Prudenciais sujeitos ao faseamento, conforme art. 11 da Resolução CMN n.º 4.192/2013.

(2) Em 31.12.2018, com relação ao investimento em Instituições Financeiras (Banco Votorantim e Banco CBSS), R\$ 2.576.167 mil foram deduzidos integralmente do Patrimônio de Referência e R\$ 2.312.020 mil foram ponderados em 250% no RWA.

(3) A partir de 01.01.2018, os ativos intangíveis constituídos antes de 01.10.2013, não amortizados integralmente até 31.12.2017, passaram a compor os ajustes prudenciais, de acordo com o § 1º, art. 5 da Resolução CMN n.º 4.192/2013.

(4) Em 31.12.2018, aplica-se o disposto na Resolução CMN n.º 4.680/2018, que autorizou a não dedução dos créditos tributários de prejuízos fiscais, reconhecidos no período de 01.01.2018 a 31.12.2019, decorrentes de posição vendida em moeda estrangeira realizada com o objetivo de proporcionar hedge para participação em investimentos no exterior.

(5) Em 31.12.2018, os ágios que compuseram os ajustes prudenciais se referiam a investimentos.

(6) Em 31.12.2018, a dedução da participação dos acionistas não controladores corresponde à aplicação do §1º, Artigo 9º da Resolução CMN n.º 4.192/2013. Nos períodos anteriores, aplicava-se a faculdade do §4º, Artigo 9º da Resolução CMN n.º 4.192/2013.

c) Índice de Imobilização e Capital Excedente

	31.12.2018	31.12.2017
Índice de imobilização	14,63%	16,02%
Capital excedente em relação ao índice de imobilização	47.455.103	46.049.655

Conforme definido pelo Bacen, o índice de imobilização indica o percentual de comprometimento do Patrimônio de Referência com o ativo permanente imobilizado. O índice máximo permitido é de 50%, conforme determina a Resolução CMN n.º 2.669/1999.

O capital excedente se refere à diferença entre o limite de 50% do Patrimônio de Referência e o total de imobilizações.

29 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Lucro Líquido Apresentado na Demonstração do Resultado	6.813.688	12.648.803	10.881.098	6.978.206	12.862.025	11.010.776
Outros Resultados Abrangentes						
Ajustes de Avaliação Patrimonial (Nota 23.i)	(4.795.228)	(4.084.421)	6.194.401	(4.795.228)	(4.084.421)	6.194.401
Banco do Brasil	(4.213.563)	(3.386.310)	6.293.816	(4.213.563)	(3.386.310)	6.293.816
Subsidiárias no exterior	(313.523)	(623.658)	(215.274)	(313.523)	(623.658)	(215.274)
Coligadas e controladas	(268.142)	(74.453)	115.859	(268.142)	(74.453)	115.859
IR e CSLL Relacionados aos (Ganhos)/Perdas não Realizados (Nota 23.i)	1.769.728	1.150.030	(2.484.921)	1.769.728	1.150.030	(2.484.921)
Outros Resultados Abrangentes líquidos de IR e CSLL	(3.025.500)	(2.934.391)	3.709.480	(3.025.500)	(2.934.391)	3.709.480
Lucro Abrangente	3.788.188	9.714.412	14.590.578	3.952.706	9.927.634	14.720.256
Lucro Abrangente das Participações dos não Controladores	--	--	--	630.776	1.395.849	1.650.034

30 - OUTRAS INFORMAÇÕES**a) Distribuição de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio**

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 08.05.2018, no exercício de suas atribuições previstas no artigo n.º 21 do Estatuto Social do Banco, aprovou a revisão da política específica de remuneração aos acionistas, estabelecendo, dentre outros pontos, que o lucro líquido do exercício a ser distribuído (*payout*) via dividendos e/ou juros sobre capital próprio, será fixado em intervalo percentual do resultado. Para o exercício de 2018, o intervalo definido foi de 30% a 40% do lucro líquido a ser distribuído como *payout*.

b) Administração de Fundos de Investimentos

Posição dos fundos de investimentos administrados pela BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

	Número de Fundos/Carteiras (em Unidades)		Saldo	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Patrimônio Administrado	783	740	941.115.807	864.479.913
Fundos de investimentos	772	729	922.435.286	847.368.405
Carteiras administradas	11	11	18.680.521	17.111.508

c) Informações de Filiais, Subsidiárias e Controladas no Exterior

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Ativo				
Grupo BB	90.259.738	79.670.460	88.409.314	77.629.156
Terceiros	61.122.357	52.699.617	85.477.251	77.646.509
TOTAL DO ATIVO	151.382.095	132.370.077	173.886.565	155.275.665
Passivo				
Grupo BB	17.720.916	13.931.509	16.845.235	12.994.022
Terceiros	124.423.669	110.704.179	143.451.909	130.088.577
Patrimônio Líquido	9.237.510	7.734.389	13.589.421	12.193.066
Atribuível à controladora	9.237.510	7.734.389	13.215.245	11.350.864
Participação dos não controladores	--	--	374.176	842.202
TOTAL DO PASSIVO	151.382.095	132.370.077	173.886.565	155.275.665

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Lucro	491.504	669.271	146.021	910.182	1.455.342	664.489
Atribuível à controladora	491.504	669.271	146.021	816.254	1.235.009	381.766
Participações dos não controladores	--	--	--	93.928	220.333	282.723

d) Recursos de Consórcios

	31.12.2018	31.12.2017
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	328.614	264.199
Obrigações do grupo por contribuições	17.132.581	13.133.401
Consortiados - bens a contemplar	15.760.785	11.990.432
(Em Unidades)		
Quantidade de grupos administrados	213	294
Quantidade de consorciados ativos	794.505	653.538
Quantidade de bens a entregar a consorciados contemplados	69.896	55.366

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Quantidade de bens (em unidades) entregues no período	60.995	118.850	114.062

e) Cessão de Empregados a Órgãos Externos

As cessões para o Governo Federal são regidas pela Lei n.º 10.470/2002 e pelo Decreto n.º 9.144/2017.

	2º Semestre/2018		Exercício/2018		Exercício/2017	
	Quantidade de Empregados Cedidos ⁽¹⁾	Custo no Período	Quantidade de Empregados Cedidos ⁽¹⁾	Custo no Período	Quantidade de Empregados Cedidos ⁽¹⁾	Custo no Período
Com ônus para o Banco						
Entidades sindicais	213	19.453	213	37.991	212	37.313
Outros órgãos/entidades	2	514	2	1.000	1	796
Entidades controladas e coligadas	3	1.312	3	2.608	2	1.575
Sem ônus para o Banco⁽²⁾						
Governos Federal, Estadual e Municipal	196	--	196	--	212	--
Órgãos externos (Cassi, Previ, Economus, Fusesc e PrevBep)	21	--	21	--	550	--
Entidades dos funcionários	80	--	80	--	74	--
Entidades controladas e coligadas	565	--	565	--	607	--
Total	1.080	21.279	1.080	41.599	1.658	39.684

(1) Posição no último dia do período.

(2) No Exercício/2018, o Banco foi ressarcido em R\$ 485.527 mil, referente aos custos com empregados cedidos sem ônus.

f) Remuneração de Empregados e Dirigentes

Remuneração mensal paga aos funcionários e à Administração do Banco do Brasil (Em Reais):

	31.12.2018	31.12.2017
Menor salário	2.854,66	2.718,73
Maior salário	47.763,57	45.489,12
Salário médio	6.677,30	7.323,05
Dirigentes		
Presidente	68.781,86	68.781,86
Vice-presidente	61.564,83	61.564,83
Diretor	52.177,45	52.177,45
Conselheiros		
Conselho Fiscal	5.948,54	5.490,96
Conselho de Administração	5.948,54	5.490,96
Comitê de Auditoria - Titular	46.959,71	46.959,71
Comitê de Riscos e de Capital ⁽¹⁾	46.959,71	46.959,71

(1) Criado em 18.09.2017.

g) Política de Seguros de Valores e Bens

Não obstante o reduzido grau de risco a que estão sujeitos seus ativos, o Banco do Brasil contrata, para seus valores e bens, seguros considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros.

Seguros vigentes em 31.12.2018

Riscos Cobertos	Valores Cobertos	Valor do Prêmio
Seguro imobiliário para as imobilizações próprias relevantes	300.000	8.320
Seguro de vida e acidentes pessoais coletivo para a Diretoria Executiva ⁽¹⁾	309.140	637
Demais	22.606	100
Total	631.746	9.057

(1) Refere-se à cobertura individual dos membros da Diretoria Executiva.

31 - EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 18.01.2019, o Banco do Brasil informou ao mercado que seu Conselho de Administração aprovou a cisão parcial do patrimônio do BB Investimentos S.A (BB BI), referente a participação acionária na Cielo S.A. (Cielo) e a transferência da parte cindida para a BB Elo Cartões Participações S.A. (BB Elo).

O movimento societário pretende promover a centralização das participações em empresas do segmento de meios de pagamento sob uma única holding, a BB Elo, buscando alinhamento com a estratégia de simplificação da organização societária do Conglomerado BB.

A operação acima mencionada está sujeita a análise e aprovação dos órgãos reguladores, supervisores e fiscalizadores, conforme legislação aplicável.

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO**PRESIDENTE**

Rubem de Freitas Novaes

VICE-PRESIDENTES

Antônio Gustavo Matos do Vale
Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo
Carlos Motta dos Santos
Carlos Renato Bonetti
Fabio Augusto Cantizani Barbosa
Ivandré Montiel da Silva
João Pinto Rabelo Júnior
Marcelo Augusto Dutra Labuto
Marcio Hamilton Ferreira

DIRETORES

Adriano Meira Ricci
Alexandre Alves de Souza
Ana Paula Teixeira de Sousa
Camilo Buzzi
Carla Nesi
Cicero Przensiuk
Delano Valentim de Andrade
Edson Rogério da Costa
Eduardo Cesar Pasa
Ênio Mathias Ferreira
Fabiano Macanhan Fontes
Fernando Florencio Campos
Gerson Eduardo de Oliveira
Gustavo de Souza Fosse
José Avelar Matias Lopes
José Eduardo Moreira Bergo
José Ricardo Fagonde Forni
Leonardo Silva de Loyola Reis
Lucinéia Possar
Marco Túlio de Oliveira Mendonça
Marco Túlio Moraes da Costa
Marcos Renato Coltri
Marvio Melo Freitas
Paula Luciana Viana da Silva Lima Mazanék
Rogério Magno Panca
Simão Luiz Kovalski
Wagner Aparecido Mardegan

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Beny Parnes
Daniel Sigelmann
Fabiano Felix do Nascimento
Julio Cesar Costa Pinto
Luiz Serafim Spinola Santos
Rubem de Freitas Novaes

CONSELHO FISCAL

Aldo César Martins Braido
Christianne Dias Ferreira
Giorgio Bampi
Mauricio Graccho de Severiano Cardoso

COMITÊ DE AUDITORIA

Antônio Carlos Correia
Luiz Serafim Spinola Santos
Marcos Tadeu de Siqueira

CONTADORIA

Eduardo Cesar Pasa
Contador Geral
Contador CRC-DF 017601/O-5
CPF 541.035.920-87

Daniel André Stieler
Contador CRC-DF 013931/O-2
CPF 391.145.110-53

Notas Explicativas



BANCO DO BRASIL

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Comportamento das Projeções

Estimativas 2018

Apresentamos a seguir o realizado em 2018 comparado às estimativas divulgadas pelo Banco no período. O desempenho da carteira de crédito é medido pela comparação dos saldos em 12 meses. O Lucro Líquido Ajustado e a Despesa de PCLD Líquida são acompanhados pelos montantes acumulados ao longo do exercício. Os desempenhos da Margem Financeira Bruta, das Rendas de Tarifas e das Despesas Administrativas são medidos em relação ao mesmo período do ano anterior.

Tabela 1. Estimativas de 2018

	Estimativas 2018	Observado 2018	
Lucro Líquido Ajustado - R\$ bilhões	11,5 a 14	13,5	✓
Margem Financeira Bruta - %	-6,5 a -5,0	-5,8	✓
Carteira de Crédito Ampliada Orgânica Interna - %	1 a 4	3,0	✓
Pessoa Física - %	4 a 7	7,5	✓
Pessoa Jurídica - %	-3 a 0	-1,4	✓
Rural - %	4 a 7	6,1	✓
Despesa de PCLD Líquida - R\$ bilhões	-16,0 a -14,0	-14,2	✓
Rendas de Tarifas - %	4 a 7	5,8	✓
Despesas Administrativas - %	1 a 4	0,6	✓

No exercício de 2018, os seguintes indicadores apresentaram desvio em relação ao esperado para o ano:

- Carteira de Crédito PF: desempenho impactado pela priorização do crescimento em linhas com melhor relação entre Risco e Retorno;
- Despesas Administrativas: resultado influenciado pela gestão contínua da eficiência.

Tabela 2. Carteira de Crédito Ampliada Orgânica Interna

R\$ milhões	Saldos						Var. %	
	Dez/17	Part. %	Set/18	Part. %	Dez/18	Part. %	Dez/17	Set/18
Carteira de Crédito Ampliada Orgânica Interna	630.314	100,0	640.993	100,0	649.335	100,0	3,0	1,3
Pessoa Física	177.387	28,1	184.859	28,8	190.770	29,4	7,5	3,2
Pessoa Jurídica	293.253	46,5	289.374	45,1	289.183	44,5	(1,4)	(0,1)
Rural	159.674	25,3	166.760	26,0	169.382	26,1	6,1	1,6

Tabela 3. Margem Financeira Bruta e Despesa de PCLD

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. %		Fluxo Anual		Var. %
	4T17	3T18	4T18	4T17	3T18	2017	2018	2017
Margem Financeira Bruta	12.820	12.578	12.490	(2,6)	(0,7)	52.706	49.625	(5,8)
Despesa de PCLD Líquida	(3.909)	(3.226)	(3.168)	(19,0)	(1,8)	(20.094)	(14.221)	(29,2)
Desp. de PCLD - Risco de Crédito	(5.637)	(4.858)	(4.788)	(15,1)	(1,4)	(25.265)	(20.229)	(19,9)
Recuperação de Operações em Perdas	1.728	1.632	1.620	(6,2)	(0,7)	5.172	6.008	16,2

Estimativas 2019

Apresentamos a seguir as Estimativas para 2019. A metodologia de apuração dos indicadores **Carteira de Crédito** e **Despesas Administrativas** foi alterada conforme abaixo:

- Carteira de Crédito: A partir de 2019, o saldo da carteira PJ não conterá as operações com Governo. A tabela abaixo mostra o desempenho da carteira de crédito em 2018 sem o saldo das referidas operações.

Estimativas 2018

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

R\$ milhões	Saldos						Var. %	
	Dez/17	Part. %	Set/18	Part. %	Dez/18	Part. %	Dez/17	Set/18
Carteira de Crédito Ampliada Orgânica Interna	589.528	100,0	595.139	100,0	604.419	100,0	2,5	1,6
Pessoa Física	177.387	30,1	184.859	31,1	190.770	31,6	7,5	3,2
Pessoa Jurídica - Sem Governo	252.467	42,8	243.520	40,9	244.267	40,4	(3,2)	0,3
Rural	159.674	27,1	166.760	28,0	169.382	28,0	6,1	1,6

- 2) **Despesas Administrativas:** A composição das Despesas Administrativas foi alterada para refletir reclassificação de saldos entre as linhas de Outras Despesas Administrativas e Outras Despesas Operacionais. A tabela abaixo mostra o desempenho da linha de Despesas Administrativas e Outras Despesas Operacionais caso a série histórica fosse revista para refletir a reclassificação:

R\$ milhões	Fluxo Trimestral - 2017				Fluxo Trimestral - 2018			
	1T17	2T17	3T17	4T17	1T18	2T18	3T18	4T18
Despesas Administrativas	(7.456)	(7.546)	(7.560)	(7.906)	(7.432)	(7.732)	(7.593)	(7.923)
Despesas de Pessoal	(4.676)	(4.816)	(4.679)	(4.804)	(4.751)	(5.034)	(4.765)	(4.970)
Outras Despesas Administrativas	(2.780)	(2.730)	(2.880)	(3.101)	(2.681)	(2.698)	(2.828)	(2.953)
Outras Despesas Operacionais	(3.251)	(3.227)	(3.301)	(3.452)	(2.879)	(3.187)	(3.155)	(2.465)

Os resultados dependem das condições de mercado, do desempenho econômico do país e dos mercados internacionais, os quais podem impactar o desempenho efetivo daqueles previstos em nossas estimativas.

Tabela 4. Estimativas para 2019

	Estimativas 2019
Lucro Líquido Ajustado - R\$ bilhões	14,5 a 17,5
Margem Financeira Bruta - %	3,0 a 7,0
Carteira de Crédito ⁽¹⁾ ⁽²⁾ - %	3,0 a 6,0
Pessoa Física - %	7,0 a 10,0
Pessoa Jurídica ⁽²⁾ - %	0 a 3,0
Rural - %	3,0 a 6,0
Despesa de PCLD Líquida - R\$ bilhões	-14,5 a -11,5
Rendas de Tarifas - %	5,0 a 8,0
Despesas Administrativas - %	2,0 a 5,0

1 – Carteira doméstica orgânica, adicionada de TVM Privados e Garantias.

2 – Não considera crédito a Governo.

As estimativas para 2019 foram elaboradas considerando as seguintes premissas:

Premissas influenciadas pela Administração

- Manutenção do atual modelo de negócios;
- Priorização de negócios com melhor relação risco e retorno, adequando a rentabilidade a patamares sustentáveis e agregando valor aos acionistas;
- Foco no relacionamento, buscando ser o principal provedor de soluções, de forma a potencializar a experiência do cliente e o resultado do Banco;
- Intensificação do modelo de atendimento Digital, com investimentos na racionalização da estrutura operacional;
- Reajustes nos contratos com fornecedores e acordo coletivo de trabalho, alinhados à prática de mercado.

Premissas que escapam ao controle da Administração

- Manutenção do marco regulatório nacional e internacional no mercado financeiro;
- Ritmo moderado do crescimento econômico mundial;
- Preservação da atual arquitetura da política macroeconômica doméstica: câmbio flutuante, metas para inflação e disciplina fiscal;
- Redução gradual da taxa de desemprego; e
- Continuidade do crescimento gradual da economia (PIB).

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**NOVO MERCADO**

Em 31.05.2006, o Banco do Brasil assinou com a Bolsa de Valores de São Paulo contrato de adesão ao segmento do Novo Mercado da B3, que reúne um grupo de empresas que adotam, voluntariamente, práticas de governança corporativa adicionais às que são exigidas pela legislação brasileira.

Ressalta-se que o Banco do Brasil, seus Acionistas, Administradores e os Membros do Conselho Fiscal se comprometem a resolver toda e qualquer disputa ou controvérsia relacionada ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado por meio da Câmara de Arbitragem do Mercado da B3, conforme cláusula compromissória constante do Estatuto Social do Banco do Brasil.

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

Companhia: BANCO DO BRASIL S.A.					Posição em 31/12/2018 (Em [Unidades] Ações)	
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
União Federal	1.453.493.742	50,7	--	--	1.453.493.742	50,7
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ	181.160.514	6,3	--	--	181.160.514	6,3
Ações em Tesouraria	79.886.296	2,8	--	--	79.886.296	2,8
Outros	1.150.876.468	40,2	--	--	1.150.876.468	40,2
Total	2.865.417.020	100,0	--	--	2.865.417.020	100,0

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

NÃO SE APLICA AO BANCO DO BRASIL S.A

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**POSIÇÃO DOS CONTROLADORES, ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO**

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO Posição em [31.12.2018]						
ACIONISTA	Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades)	%	Quantidade de Ações Preferenciais (Em Unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em Unidades)	%
Controlador	1.453.493.742	50,7	--	--	1.453.493.742	50,7
Administradores	175.947	--	--	--	175.947	--
Conselho de Administração	147		--	--	147	
Diretoria	175.800		--	--	175.800	
Previ	181.160.514	6,3	--	--	181.160.514	6,3
Conselho Fiscal	--	--	--	--	--	--
Ações em Tesouraria ⁽¹⁾	79.886.296	2,8	--	--	79.886.296	2,8
Outros	1.150.700.521	40,2	--	--	1.150.700.521	40,2
Total	2.865.417.020	100,0	--	--	2.865.417.020	100,0
Ações em Circulação ⁽²⁾	1.331.861.026	46,5	--	--	1.331.861.026	46,5

(1) Inclui 38.294 ações do Banco do Brasil mantidas na BB DTM.

(2) As ações detidas pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ integram o montante de ações em circulação.

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO Posição em [31.12.2017]						
ACIONISTA	Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades)	%	Quantidade de Ações Preferenciais (Em Unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em Unidades)	%
Controlador	1.502.374.642	52,5	--	--	1.502.374.642	52,5
Administradores	145.339	--	--	--	145.339	--
Conselho de Administração	144		--	--	144	
Diretoria	145.195		--	--	145.195	
Previ	244.572.814	8,5	--	--	244.572.814	8,5
Conselho Fiscal	--	--	--	--	--	--
Ações em Tesouraria ⁽¹⁾	80.463.476	2,8	--	--	80.463.476	2,8
Outros	1.037.860.749	36,2	--	--	1.037.860.749	36,2
Total	2.865.417.020	100,0	--	--	2.865.417.020	100,0
Ações em Circulação ⁽²⁾	1.282.433.554	44,8	--	--	1.282.433.554	44,8

(1) Inclui 40.900 ações do Banco do Brasil mantidas na BB DTM.

(2) As ações detidas pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ integram o montante de ações em circulação.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes
SAI/SO, Área 6580 - Bloco 02, 3º andar, sala 302 - Torre Norte
- ParkShopping - Zona Industrial (Guará)
Caixa Postal 8587 - CEP: 71219-900 - Brasília/DF - Brasil
Telefone +55 (61) 3362 3700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Ao
Conselho de Administração, aos Acionistas e aos Administradores do
Banco do Brasil S.A.
Brasília-DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Banco do Brasil S.A. ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Boards (IASB).

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

- Perda esperada de ativos financeiros avaliados pelo custo amortizado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes
Conforme mencionado nas notas explicativas 2d, 3j, 21, 22 e 24 a norma internacional de relatório financeiro IFRS 9 ("IFRS 9") substituiu o modelo de "perda incorrida" da norma internacional de relatório financeiro IAS 39 por um modelo de perda por redução ao valor recuperável (impairment) que utiliza o conceito de perda esperada de crédito.

A mensuração do valor de perda esperada de crédito envolve um elevado nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da perda considera estimativas e premissas, que incluem análises tanto dos fatores externos, tais como condições econômicas gerais e projeções, quanto dos fatores internos, tais como histórico de pagamentos, renegociações, avaliações de risco das contrapartes e garantias. Eventuais mudanças nas premissas utilizadas pelo Banco podem impactar significativamente o montante da provisão para créditos de liquidação duvidosa reconhecida nas demonstrações financeiras consolidadas.

Devido à relevância dos ativos financeiros avaliados pelo custo amortizado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes, assim como ao grau de julgamento envolvido na determinação da perda de crédito esperada e os requerimentos de divulgação relacionados, consideramos esse tema um assunto dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho dos controles internos relevantes relacionados aos processos de mensuração das perdas esperadas de crédito dos ativos financeiros avaliados pelo custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Com o suporte técnico de nossos especialistas, avaliamos a razoabilidade e aderência dos modelos e premissas utilizados para cálculo do valor da perda por redução ao valor recuperável. Recalculamos a perda esperada de crédito elaborada com base na política estabelecida pelo Banco que inclui, entre outros aspectos, a classificação dos empréstimos nos estágios previstos no IFRS 9. Analisamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis consolidadas, descritas nas notas explicativas n.os 2d, 3j, 21, 22 e 24, estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a mensuração das perdas esperadas de crédito dos ativos financeiros avaliados pelo custo amortizado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto, relativas exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

- Valor justo de instrumentos financeiros

O Banco possui saldos relevantes de instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários classificados como valor justo

por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme o IFRS 9, e informações divulgadas nas notas explicativas n.os 3g, 4a, 20, 21 e 38 das demonstrações contábeis consolidadas. Para os instrumentos financeiros que não são ativamente negociados e para os quais os preços e parâmetros de mercado não estão disponíveis, a determinação do valor justo está sujeita a julgamentos significativos do Banco para estimar esses valores. A utilização de diferentes técnicas de valorização e premissas podem resultar em estimativas de valor justo significativamente diferentes. Desta forma consideramos a mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e a efetividade dos controles internos relevantes, e com o auxílio dos nossos especialistas de sistemas avaliamos os controles gerais de tecnologia da informação e controles chaves automatizados efetuados pelo Banco para mitigar o risco de distorção nas demonstrações contábeis consolidadas decorrente de julgamento na mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros, principalmente aqueles que dependem de modelos internos do Banco. Analisamos também o processo de aprovação pelo Banco das premissas utilizadas para a marcação a mercado, bem como os cálculos efetuados na mensuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros. Para uma amostra, com o suporte técnico de nossos especialistas em instrumentos financeiros, avaliamos os modelos desenvolvidos pelo Banco para a determinação dos valores justos e a razoabilidade dos dados, os parâmetros e informações incluídos nos modelos de precificação utilizados e recalculamos os valores das operações. Analisamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis consolidadas, descritas nas notas explicativas n.os 3g, 4a, 20, 21 e 38, estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a mensuração dos valores justos dos instrumentos financeiros no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

• Provisões e passivos contingentes - trabalhistas, cíveis e fiscais

Conforme descrito nas notas explicativas n.os 3q, 4g, e 35 das demonstrações contábeis consolidadas, o Banco constitui provisão para demandas judiciais trabalhistas, cíveis e fiscais, decorrentes de eventos passados em que seja provável o desembolso financeiro e o valor possa ser estimado de forma confiável. As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações e pelo julgamento do Banco, por meio da opinião dos assessores jurídicos internos, com base nos elementos do processo, complementadas pela experiência de demandas semelhantes. Devido a essa avaliação realizada pelo Banco envolver estimativas complexas e relevantes para a mensuração das Provisões e determinação das divulgações para Passivos Contingentes, consideramos este como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e a efetividade dos controles internos relevantes, e com o auxílio dos nossos especialistas de sistemas avaliamos os controles gerais de tecnologia da informação e controles chaves automatizados relativos aos processos de cadastro, avaliação de risco processual, cálculo da provisão massificada, condução dos processos e etapas de encerramento. Nossos procedimentos incluíram a análise, por amostragem, da adequação da mensuração e reconhecimento da provisão e dos passivos contingentes, quanto às constituições, reversões, risco processual das causas de assuntos e valores relevantes, suficiência da provisão, bem como dados e informações históricas. Analisamos as mudanças na estimativa em relação a períodos anteriores. Analisamos os processos conduzidos pelos advogados terceirizados contratados pelo Banco, com base em procedimentos de confirmação externa. Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis consolidadas, descritas nas notas explicativas n.os 3q, 4g e

35, estão de acordo com as regras aplicáveis e fornecem informações sobre a natureza, exposição e valores provisionados ou divulgados relativas aos principais processos em que o Banco está envolvido.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável o nível de provisionamento e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

• Benefícios a empregados

Conforme mencionado nas notas explicativas n.os 3p, 4f e 44 das demonstrações contábeis consolidadas, o Banco é patrocinador de entidades fechadas de previdência complementar e de saúde suplementar que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários. Parte relevante dos planos de aposentaria dessas entidades são classificados como planos de benefício definido e os valores decorrentes do patrocínio do Banco nesses planos são reconhecidos de acordo com a IAS 19. As obrigações desses planos são calculadas com referência a uma série de premissas atuariais, incluindo taxa de desconto, inflação e taxa de mortalidade. Devido a complexidade e ao julgamento envolvido no tratamento e mensuração dessas premissas e ao impacto relevante que eventuais mudanças teriam sobre as demonstrações contábeis consolidadas, consideramos que este é um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e a efetividade dos controles internos do Banco quanto à determinação das premissas utilizadas para fins de mensuração da obrigação atuarial, bem como a avaliação do Banco quanto à aderência dessas premissas. Com auxílio de nossos atuários, realizamos análise da razoabilidade e sensibilidade das principais premissas utilizadas e informadas nos relatórios atuariais dos planos de benefícios relevantes, assim como a adequação dos valores do passivo atuarial e base de dados utilizada nos cálculos efetuados pelos atuários externos. Analisamos a contabilização das transações envolvendo os planos de aposentadoria e avaliamos também a adequação das divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas, especificamente à análise de sensibilidade do valor líquido de passivo de benefício definido em relação às premissas atuariais utilizadas e demais regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a mensuração das obrigações atuariais no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

- Projeção de resultados futuros para a realização de ativos relativos a créditos tributários

As demonstrações contábeis consolidadas incluem ativos relativos a créditos tributários (notas explicativas n.os 3r, 4d e 36) cuja realização está suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios e orçamento preparados pelo Banco. Para elaborar as projeções de resultados futuros, o Banco adota premissas baseadas em suas estratégias corporativas e no cenário macroeconômico, considerando o desempenho atual e passado e o crescimento esperado no mercado de atuação. Devido à relevância das estimativas de rentabilidade futura e do impacto que eventuais mudanças nas premissas dessas estimativas poderiam gerar nas demonstrações contábeis consolidadas consideramos essa área como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e efetividade dos controles internos chave relacionados ao processo do Banco quanto a determinação e aprovação das premissas utilizadas para fins de projeção de lucros para realização de ativos relativos a créditos tributários. Analisamos, com suporte técnico de nossos especialistas em finanças corporativas, a adequação das projeções de resultado, e das premissas de rentabilidade futura. Foram avaliadas a razoabilidade das premissas utilizadas pelo Banco e se essas estavam consistentes com as metodologias de avaliação comumente utilizadas no mercado. Avaliamos as bases de apuração em que são aplicadas as alíquotas vigentes dos tributos e o estudo de capacidade de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários). Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis consolidadas estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a mensuração dos valores recuperáveis dos ativos acima especificados no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

- Participações Societárias

Conforme mencionado nas notas explicativas n.os 3a, 5 e 26 das demonstrações contábeis consolidadas, o Banco possui participações societárias em diversas entidades e segmentos de negócios, com estruturas específicas de investimentos, as quais são controladas por meio de estruturas de Governança Corporativa.

Essas investidas registram estimativas contábeis que afetam o resultado das demonstrações consolidadas de forma relevante, sendo elas: (i) mensuração de provisões para contingências de natureza fiscal, cível e trabalhista, que envolve julgamento significativo quando a conclusão dos processos judiciais e os valores envolvidos; (ii) mensuração das provisões técnicas relacionadas a contratos de seguros e previdência, que envolvem, entre outras, expectativas de sinistralidade, mortalidade, longevidade, tempo de permanência e taxas de juros e (iii) ágio na aquisição de investimentos cuja realização está suportada por estimativas de rentabilidade futura baseada no plano de negócios e orçamento preparados pelo Banco. Devido à relevância e julgamentos envolvidos na mensuração dessas estimativas nas investidas e o impacto que eventuais mudanças nas premissas teriam sobre as demonstrações contábeis consolidadas, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria nas investidas incluíram a nossa participação no planejamento dos procedimentos efetuados pelos auditores independentes das investidas relevantes, a qual incluiu a discussão dos riscos de auditoria, e resultou no envio de instruções específicas aos auditores das investidas. Realizamos reuniões com os auditores responsáveis pelas investidas relevantes para avaliação das evidências de auditoria obtidas sobre a mensuração das provisões para contingências, das provisões técnicas relacionadas a contratos de seguros e previdência e avaliação da recuperação de ágios na aquisição de investimentos. Analisamos as comunicações e os relatórios enviados pelos auditores das investidas, bem como os procedimentos realizados e as conclusões obtidas, especificamente com relação a determinação da materialidade, o efeito de distorções não corrigidas e procedimentos de auditoria executados para responder aos riscos, em especial os relativos a provisões para contingências, provisões técnicas relacionadas a contratos de seguros e previdência e avaliação do valor recuperável dos ágios.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável o saldo de participações societárias e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e suas

controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas, de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do período corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 21 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

Gustavo Mendes Bonini

Contador CRC SP296875/O-4

KPMG Auditores Independentes
SAI/SO, Área 6580 - Bloco 02, 3º andar, sala 302 - Torre Norte
- ParkShopping - Zona Industrial (Guará)
Caixa Postal 8587 - CEP: 71219-900 - Brasília/DF - Brasil
Telefone +55 (61) 3362 3700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Ao
Conselho de Administração, aos Acionistas e aos Administradores do
Banco do Brasil S.A.
Brasília-DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco do Brasil S.A. ("Banco"), identificadas como "BB Banco Múltiplo" e "BB Consolidado", respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada do Banco do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria para o semestre e exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Conforme mencionado nas notas explicativas n.os 4g e 10, das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, para fins de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, o Banco classifica suas operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito, em nove níveis de risco, levando em consideração fatores e premissas como atraso, situação econômico financeira, grau de endividamento, setor de atividade econômica, características das garantias e demais fatores e premissas da Resolução CMN 2.682/1999, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo. O Banco aplica inicialmente os percentuais de perda determinados pela Resolução a cada nível de risco para fins de cálculo da provisão e complementa, quando necessário, suas estimativas com base em estudos internos. A classificação das operações de crédito em níveis de risco envolve premissas e julgamentos do Banco, baseados em suas metodologias internas de classificação de risco, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa representa a melhor estimativa do Banco quanto as perdas da carteira. Devido à relevância das operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio, outros créditos com características de concessão de crédito e ao grau de julgamento relacionado à estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa, consideramos que este é um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e a efetividade dos controles internos relevantes, e com o auxílio dos nossos especialistas de sistemas avaliamos os controles gerais de tecnologia da informação e controles chaves automatizados relativos aos processos de classificação, aprovação, registro e atualização que suportam as metodologias internas de avaliação dos ratings das operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito, e as principais premissas utilizadas no cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Nós também avaliamos, com base em

amostragem, se o Banco atendeu aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, relacionados com a apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Analisamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, descritas nas notas explicativas n.os 4g e 10, estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável o nível de provisionamento e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018.

Valor de mercado de instrumentos financeiros

O Banco possui saldos relevantes de instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários classificados como títulos disponíveis para venda e negociação registrados a valor de mercado, conforme Circulares nº 3.068/2001 e nº 3.082/2002 do Banco Central do Brasil, e informações divulgadas nas notas explicativas n.os 4e, 4f e 8 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Para os instrumentos financeiros que não são ativamente negociados e para os quais os preços e parâmetros de mercado não estão disponíveis, a determinação do valor de mercado está sujeita a julgamentos significativos do Banco para estimar esses valores. A utilização de diferentes técnicas de valorização e premissas podem resultar em estimativas de valor de mercado significativamente diferentes. Desta forma, consideramos a mensuração do valor de mercado desses instrumentos financeiros como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e a efetividade dos controles internos relevantes, e com o auxílio dos nossos especialistas de sistemas avaliamos os controles gerais de tecnologia da informação e controles chaves automatizados efetuados pelo Banco para mitigar o risco de distorção nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas decorrente de julgamento na mensuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros, principalmente aqueles que dependem de modelos internos do Banco. Analisamos também, o processo de aprovação pelo Banco das premissas utilizadas para a marcação a mercado, bem como os cálculos efetuados na mensuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros. Para uma amostra, com o suporte técnico de nossos especialistas em instrumentos financeiros, avaliamos os modelos desenvolvidos pelo Banco para a determinação dos valores de mercado e a razoabilidade dos dados, os parâmetros e informações incluídos nos modelos de precificação utilizados e recalculamos os valores das operações. Analisamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, descritas nas notas explicativas n.os 4e, 4f e 8, estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a mensuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018.

Provisões e passivos contingentes - Trabalhistas, cíveis e fiscais

Conforme descrito nas notas explicativas n.os 4n e 27 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, o Banco constitui provisão para demandas judiciais trabalhistas, cíveis e fiscais, decorrentes de eventos passados, em que seja provável o desembolso financeiro e o valor possa ser estimado de forma confiável. As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações e pelo julgamento do Banco, por meio da opinião dos assessores jurídicos internos, com base nos elementos do processo, complementadas pela experiência de demandas semelhantes. Devido a essa avaliação realizada pelo Banco envolver estimativas complexas e relevantes para a mensuração das Provisões e determinação das divulgações para Passivos Contingentes, consideramos este como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e a efetividade dos controles internos relevantes, e com o auxílio dos nossos especialistas de sistemas avaliamos os controles gerais de tecnologia da informação e controles chaves automatizados relativos aos processos de cadastro, avaliação de risco processual, cálculo da provisão massificada, condução dos processos e etapas de encerramento. Nossos procedimentos incluíram ainda, a análise por amostragem, da adequação da mensuração e reconhecimento da provisão e dos passivos contingentes, quanto às constituições, reversões, risco processual das causas de assuntos e valores relevantes, suficiência da provisão, bem como dados e informações históricas. Analisamos as mudanças na estimativa em relação a períodos anteriores. Analisamos os processos conduzidos pelos advogados terceirizados contratados pelo Banco, com base em procedimentos de confirmação externa. Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, descritas nas notas explicativas n.os 4n e 27, estão de acordo com as regras aplicáveis e fornecem informações sobre a natureza, exposição e valores provisionados ou divulgados relativos aos principais processos em que o Banco está envolvido.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável o nível de provisionamento e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018.

Benefícios a empregados

Conforme mencionado nas notas explicativas n.os 4l e 26 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, o Banco é patrocinador de entidades fechadas de previdência complementar e de saúde suplementar que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários. Parte relevante dos planos de aposentaria dessas entidades são classificados como planos de benefício definido e os valores decorrentes do patrocínio do Banco nesses planos são reconhecidos de acordo com a Deliberação CVM n.º 695/2012. As obrigações desses planos são calculadas com referência a uma série de premissas atuariais, incluindo taxa de desconto, inflação e taxa de mortalidade. Devido à complexidade e julgamento envolvidos no tratamento e mensuração dessas premissas e ao impacto relevante que eventuais mudanças teriam sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, consideramos que este é um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e a efetividade dos controles internos do Banco quanto à determinação das premissas utilizadas para fins de

mensuração da obrigação atuarial, bem como a avaliação do Banco quanto à aderência dessas premissas. Com auxílio de nossos atuários, realizamos análise da razoabilidade e sensibilidade das principais premissas utilizadas e informadas nos relatórios atuariais dos planos de benefícios relevantes, assim como a adequação dos valores do passivo atuarial e base de dados utilizada nos cálculos efetuados pelos atuários externos. Analisamos a contabilização das transações envolvendo os planos de aposentadoria e avaliamos também a adequação das divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, especificamente à análise de sensibilidade do valor líquido de passivo de benefício definido em relação às premissas atuariais utilizadas e demais regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a mensuração das obrigações atuariais no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018.

Projeção de resultados futuros para a realização de ativos relativos a créditos tributários

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas incluem ativos relativos a créditos tributários (notas explicativas n.os 4h e 24e e 24f das demonstrações contábeis individuais e consolidadas), cuja realização está suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios e orçamento preparados pelo Banco. Para elaborar as projeções de resultados futuros, o Banco adota premissas baseadas em suas estratégias corporativas e no cenário macroeconômico, considerando o desempenho atual e passado e o crescimento esperado no mercado de atuação. Devido à relevância das estimativas de rentabilidade futura e do impacto que eventuais mudanças nas premissas dessas estimativas poderiam gerar nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, consideramos essa área como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e a efetividade dos controles internos chave relacionados ao processo do Banco quanto a determinação e aprovação das premissas utilizadas para fins de projeção de lucros para realização de ativos relativos a créditos tributários. Analisamos, com suporte técnico de nossos especialistas em finanças corporativas, a adequação das projeções de resultado e das premissas de rentabilidade futura. Foram avaliadas a razoabilidade das premissas utilizadas pelo Banco e se essas estavam consistentes com as metodologias de avaliação comumente utilizadas no mercado. Avaliamos as bases de apuração em que são aplicadas as alíquotas vigentes dos tributos e o estudo de capacidade de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários). Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a mensuração dos valores recuperáveis dos ativos acima especificados no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018.

Participações Societárias

Conforme mencionado nas notas explicativas n.os 3a, 5 e 14 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, o Banco possui participações societárias em diversas entidades e segmentos de negócios, com estruturas específicas de investimentos, as quais são controladas por meio de estruturas de Governança Corporativa.

Essas investidas registram estimativas contábeis que afetam o resultado das demonstrações individuais e consolidadas de forma relevante, sendo elas: (i) mensuração de provisões para contingências de natureza fiscal, cível e trabalhista, que envolve julgamento significativo quando a conclusão dos processos judiciais e os valores envolvidos; (ii) mensuração das provisões técnicas relacionadas a contratos de seguros e previdência, que envolvem, entre outras, expectativas de sinistralidade, mortalidade, longevidade, tempo de permanência e taxas de juros e (iii) ágio na aquisição de investimentos cuja realização está suportada por estimativas de rentabilidade futura baseada no plano de negócios e orçamento preparados pelo Banco. Devido à relevância e julgamentos envolvidos na mensuração dessas estimativas nas investidas e o impacto que eventuais mudanças nas premissas teriam sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria nas investidas incluíram a nossa participação no planejamento dos procedimentos efetuados pelos auditores independentes das investidas relevantes, a qual incluiu a discussão dos riscos de auditoria, e resultou no envio de instruções específicas aos auditores das investidas. Realizamos reuniões com os auditores responsáveis pelas investidas relevantes para avaliação das evidências de auditoria obtidas sobre a mensuração das provisões para contingências, das provisões técnicas relacionadas a contratos de seguros e previdência e avaliação da recuperação de ágios na aquisição de investimentos. Analisamos as comunicações e os relatórios enviados pelos auditores das investidas, bem como os procedimentos realizados e as conclusões obtidas, especificamente com relação a determinação da materialidade, o efeito de distorções não corrigidas e procedimentos de auditoria executados para responder aos riscos, em especial os relativos a provisões para contingências, provisões técnicas relacionadas a contratos de seguros e previdência e avaliação do valor recuperável dos ágios.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável o saldo de participações societárias e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os

aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor
A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas, de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do semestre e exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

João Paulo Dal Poz Alouche
Contador CRC 1SP245785/O-2

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL DO BANCO DO BRASIL S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis, incluindo a proposta de destinação do resultado relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, os quais foram aprovados, nesta data, pelo Conselho de Administração.

Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e no Relatório dos Auditores Independentes – KPMG Auditores Independentes, sem ressalvas, expedido nesta data, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de ser encaminhados para aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas.

Brasília (DF), 12 de fevereiro 2019.

Christianne Dias Ferreira
Conselheira

Maurício Graccho de Severiano Cardoso
Conselheiro

Giorgio Bampi
Conselheiro

Aldo César Martins Braidó
Presidente

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

I. Introdução

O Comitê de Auditoria do Banco do Brasil (Coaud), órgão estatutário de assessoramento do Conselho de Administração (CA), é composto atualmente por três membros, sendo um integrante do Conselho, todos independentes e nomeados pelo CA.

O Banco do Brasil optou pela constituição de Comitê de Auditoria único (Coaud único) para o Banco Múltiplo e as seguintes subsidiárias: BB Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (BB DTVM), BB Banco de Investimento S.A. (BB BI), BB Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (BB Leasing), BB Administradora de Cartões de Crédito S.A. (BB Cartões), BB Administradora de Consórcios S.A. (BB Consórcios), Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Bescval), Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros, Ativos Gestão S. A. – Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito, BB Elo Cartões Participações S.A. (BB Elo) e BB Turismo Viagens e Turismo Ltda (BB Turismo).

II. Responsabilidades

O Coaud tem suas atribuições definidas pela Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais), Decreto Regulamentar nº 8.945/2016, Resolução CMN 3.198/2004, Programa Destaque em Governança das Estatais (PDGE), Estatuto Social do BB e seu Regimento Interno.

Os administradores do Banco do Brasil e de suas subsidiárias são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivos e zelar pela conformidade das atividades às leis e regulamentos.

O Comitê de Riscos e de Capital (Coris) assessora o CA em suas funções relativas à gestão de riscos e de capital, de forma unificada, para as instituições integrantes do Conglomerado Prudencial do BB. O Coaud avalia e monitora as exposições a riscos mediante interação e atuação conjunta com o Coris.

A Auditoria Interna (Audit) responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos a que o Conglomerado está exposto, avaliando, com independência, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos, por meio de verificações quanto a sua qualidade, suficiência, cumprimento e efetividade.

A KPMG Auditores Independentes é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis do Banco Múltiplo e das subsidiárias abrangidas pelo Coaud, além de outras empresas que integram o Conglomerado Banco do Brasil. Avalia, também, no contexto desse trabalho, a qualidade e suficiência dos controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis.

III. Atividades do período

As atividades desenvolvidas pelo Coaud, conforme seu Plano Anual de Trabalho aprovado pelo CA, estão registradas em atas de reuniões e cobriram o conjunto de responsabilidades atribuídas ao Comitê.

No período, realizou 124 reuniões com representantes da Administração, Conselhos de Administração e Fiscal do BB e subsidiárias, auditorias interna e independente, Presidente do BB e representantes do Banco Central do Brasil, além de reuniões internas.

Nessas reuniões abordou, em especial, assuntos relacionados ao sistema de controles internos, aspectos contábeis, carteira de crédito, provisões, perdas operacionais, prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo (PLD/FT), resultado atuarial, transações com partes relacionadas, ética corporativa, ouvidoria, dependências no exterior, entidades ligadas e recomendações emitidas pelas auditorias interna e independente e por órgãos externos de fiscalização e controle. Nas situações em que identificou possibilidades de melhoria, recomendou aprimoramentos.

Os membros do Coaud participaram de eventos de atualização e aperfeiçoamento em temas relacionados à sua atuação.

Não chegou ao conhecimento do Coaud a existência e/ou evidências de fraudes ou inobservância de normas legais e regulamentares que pudessem colocar em risco a continuidade da instituição, perpetradas pela administração ou por terceiros.

IV. Auditoria Interna

O Coaud supervisiona as atividades desenvolvidas pela Audit e avalia, por meio de instrumental técnico formal, sua independência, objetividade, qualidade e efetividade.

Nas reuniões com a Unidade avaliou: processo de planejamento, proposta orçamentária, acordo de trabalho, resultado da avaliação do sistema de controles internos, programa de gestão e melhoria da qualidade, resultado da avaliação de riscos e controles internos, sumários e relatórios dos principais trabalhos e acompanhou as principais recomendações de auditorias interna e independente e de órgãos externos de fiscalização e controle.

V. Auditoria Independente

O Coaud supervisiona a prestação de serviços de auditoria contábil pelos auditores independentes e avalia, por meio de instrumental técnico próprio, sua independência, e a qualidade e adequação de tais serviços às necessidades da Instituição. Além disso, avalia,

previamente à contratação, a existência de conflitos na prestação de outros serviços às empresas do Conglomerado.

No período, avaliou seu planejamento, resultados dos principais trabalhos realizados, suas conclusões e recomendações, principais assuntos de auditoria (PAA) e a conformidade com as normas de auditoria aplicáveis. Acompanhou o processo licitatório para contratação da empresa de auditoria independente.

VI. Sistema de controles internos (SCI)

O Coaud avalia e monitora a efetividade do sistema de controles internos do Banco do Brasil (SCI).

A avaliação da efetividade do SCI é fundamentada principalmente nos resultados dos trabalhos realizados pelas auditorias interna e independente, pelos órgãos externos de fiscalização e controle, pela Diretoria de Controles Internos (Dicoi), em informações e documentos requisitados às áreas do Banco e subsidiárias e também em suas próprias análises.

VII. Transações com Partes Relacionadas (TPR)

O Coaud avalia e monitora, em conjunto com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das TPR, de acordo com as atribuições estabelecidas pela Lei das Estatais e seu Decreto regulamentador.

No período, o Comitê emitiu pareceres nas transações de alçada do Conselho de Administração do Banco.

VIII. Parâmetros e resultado atuarial

O Coaud realizou reuniões com as áreas responsáveis pelo processo de avaliação atuarial do Banco em relação aos fundos de pensão patrocinados pelo BB, realizou debates, conheceu e discutiu as conclusões dos trabalhos das auditorias interna e independente e avaliou as premissas e os resultados atuariais.

IX. Exposição de risco

Avaliou e monitorou, em conjunto com o Coris, as principais atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos. No período realizou, conjuntamente com o Coris, reuniões com as áreas gestoras de riscos e de capital, de estratégias e governança.

X. Demonstrações contábeis

O Coaud examinou o resumo das práticas contábeis adotadas e analisou mensalmente as principais variações dos saldos e suas respectivas causas, do BB e das entidades que aderiram ao Coaud único, a partir das demonstrações contábeis e de informações fornecidas pela Diretoria Contadoria.

Revisou as demonstrações consolidadas do BB, inclusive notas explicativas, o relatório da administração e o relatório do Auditor Independente, sem ressalvas, relativos a 31/12/2018.

XI. Recomendações do Comitê de Auditoria

Apresentou pareceres prévios ao Conselho de Administração envolvendo temas, dentre outros, como: SCI; ouvidoria externa; relatório de denúncias de ilícitos; código de ética e normas de conduta; TPR; planejamento, orçamento e acordo de trabalho da auditoria interna.

XII. Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, concluiu que:

- a) o sistema de controles internos é adequado ao porte e à complexidade dos negócios do Conglomerado e objeto de permanente atenção por parte da administração;
- b) a Auditoria Interna é efetiva, dispõe de estrutura e orçamento suficientes ao desempenho de suas funções e atua com independência, objetividade e qualidade;
- c) a Auditoria Independente é efetiva e não foi reportada nenhuma ocorrência que pudesse comprometer sua independência;
- d) as transações com partes relacionadas avaliadas e monitoradas no período observaram as normas aplicáveis e as condições de mercado;
- e) os principais parâmetros dos cálculos atuariais dos planos de benefícios dos fundos de pensão patrocinados são razoáveis e alinhados às melhores práticas de mercado;
- f) as principais exposições a riscos vêm sendo gerenciadas adequadamente pela administração;
- g) as demonstrações contábeis do semestre findo em 31/12/2018 foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e refletem, em seus aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira naquela data.

Brasília-DF, 12 de fevereiro de 2019.

Antônio Carlos Correia

Luiz Serafim Spinola Santos

Marcos Tadeu de Siqueira

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DIRETOR SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Em conformidade com o artigo 25, inciso VI, da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaramos que revisamos as Demonstrações Financeiras do Banco do Brasil S.A. relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2018 e, baseados nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondentes aos períodos apresentados.

Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2019.

Rubem de Freitas Novaes
Presidente

Antônio Gustavo Matos do Vale
Vice-Presidência de Gestão de Pessoas, Suprimentos e Operações

Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo
Vice-Presidência de Gestão Financeira e de Relações com Investidores

Carlos Motta dos Santos
Vice-Presidência de Distribuição de Varejo

Carlos Renato Bonetti
Vice-Presidência de Controles Internos e Gestão de Riscos

Fabio Augusto Cantizani Barbosa
Vice-Presidência de Tecnologia

Ivandrê Montiel da Silva
Vice-Presidência de Agronegócios

João Pinto Rabelo Júnior
Vice-Presidência de Governo

Marcelo Augusto Dutra Labuto
Vice-Presidência de Negócios de Varejo

Marcio Hamilton Ferreira
Vice-Presidência de Negócios de Atacado

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DIRETOR SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com o artigo 25, inciso V, da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaramos que, baseados em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordamos com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, de 12.02.2019, não havendo qualquer discordância.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

Rubem de Freitas Novaes
Presidente

Antônio Gustavo Matos do Vale
Vice-Presidência de Gestão de Pessoas, Suprimentos e Operações

Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo
Vice-Presidência de Gestão Financeira e de Relações com Investidores

Carlos Motta dos Santos
Vice-Presidência de Distribuição de Varejo

Carlos Renato Bonetti
Vice-Presidência de Controles Internos e Gestão de Riscos

Fabio Augusto Cantizani Barbosa
Vice-Presidência de Tecnologia

Ivandrê Montiel da Silva
Vice-Presidência de Agronegócios

João Pinto Rabelo Júnior
Vice-Presidência de Governo

Marcelo Augusto Dutra Labuto
Vice-Presidência de Negócios de Varejo

Marcio Hamilton Ferreira
Vice-Presidência de Negócios de Atacado